

# HISTÓRIA

HISTÓRIA Revista da FLUP

**U.PORTO**  
FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

HISTÓRIA Revista da FLUP

IV Série, Volume 2, 2012

# HISTÓRIA

HISTÓRIA Revista da FLUP

IV Série, Volume 2, 2012

---

Título História - Revista da FLUP (IV Série, vol. 2, 2012)

---

Editor Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

---

Diretora Amélia Polónia

---

Conselho Consultivo Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), António de Oliveira (U. Coimbra), António Manuel Hespanha (U. Nova de Lisboa), António Nóvoa (U. Lisboa), Charles Esdaile (U. Liverpool), Fernando Catroga (U. Coimbra), Fernando Rosas (U. Nova de Lisboa), Francisco O. Ramirez (U. Stanford), Gérard Lebouedec (U. Bretagne Sud), Hartmut Kaelble (U. Humboldt), Jean-Pierre Dedieu (CNRS), José Varela Ortega (U. Rey Juan Carlos), Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Miguel Angel Ladero Quesada (U. Complutense de Madrid), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de Juiz de Fora), Pieter Emmer (U. Leiden), Richard Unger (U. British Columbia), Sérgio Campos Matos (U. Lisboa), Silvy April (U. Lille 3)

---

Comissão Editorial Cláudia Pinto Ribeiro, Jorge Martins Ribeiro, Luís Grosso Correia, Luís Miguel Duarte, Maria Antonieta Cruz

---

Avaliadores do presente número Amândio Barros (ESSE-IPorto), Amélia Veiga (CIPES-UPorto), Ana Isabel Buescu (FCSH-UNL), Ana Leonor Pereira (FLUC), Fátima Sequeira Dias (U. Açores), Fernanda Rollo (FCSH-UNL), Heloísa Paulo (CEIS 20), Hermenegildo Fernandes (FLUL), Isabel Morujão (FLUP), Jack Owens (Idaho State University), Jean Pierre Dedieu (CNRS-Lyon), Luís Espinha da Silveira (FCSH-UNL), Mário Barroca (FLUP), Nuno Luís Madureira (ISCTE), Pedro Villas Boas Tavares (FLUP), Pierrick Pourchasse (UBO-Best), Rui Pita (FFUC), Sílvia Marzagalli (U. Nice), Zulmira Santos (FLUP)

---

Secretariado Helena Miranda e Ana Paula Soares (Biblioteca Central da FLUP)

---

Contactos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564 Porto

Portugal

---

Telefone: 22 607 71 00

Tele/fax: 22 600 38 25

---

E-mail: revista.historia@letras.up.pt

---

Webpage: <http://web.letras.up.pt/Revista.Historia>

---

Execução Gráfica

Invulgar - Artes Gráficas

---

Capa

Pedro Lima | [pedrolima.com](http://pedrolima.com)

---

Tiragem: 350 exemplares

ISSN: 0871-164X

D.L.: 19791/88

---

Revista com arbitragem científica.

---

## HISTÓRIA Revista da FLUP Normas Editoriais

---

### I. Artigos

1. As propostas de publicação de artigos devem ser enviadas por correio electrónico para o seguinte endereço: [revista.historia@letras.up.pt](mailto:revista.historia@letras.up.pt).

1.1. Os autores devem preparar e anexar à mensagem electrónica duas versões do seu artigo: uma conterà o texto completo; a segunda deverá eliminar qualquer informação que identifique o autor, de forma a permitir o anonimato exigido pelo processo de arbitragem científica.

2. O documento electrónico com a versão completa do artigo (não anónima) deve ser identificado pelo nome do autor(a) e pelo título do trabalho.

2.1. O documento electrónico com a versão anónima do artigo deve ser identificado pelo seu título e pela menção explícita de "Texto para Avaliação".

3. O artigo deve ter uma extensão não superior a aditar-se 7500 palavras, incluindo anexos e ilustrações, e deve ser acompanhado por dois resumos, em língua portuguesa e inglesa (com um máximo de 150 palavras por cada resumo), e um conjunto de até quatro palavras-chave.

4. É necessário identificar na mensagem electrónica a informação relativa ao endereço postal, endereço electrónico e telefone do autor(a).

5. Os artigos submetidos devem ser redigidos em aplicação informática de processamento de texto compatível com o MS Office Word, com espaço e meio entre linhas, tipo Arial e corpo a 12 pontos.

5.1. Os parágrafos devem ser indicados de forma clara e as páginas devem estar todas numeradas.

5.2. Os quadros/tabelas, figuras/gráficos, mapas e/ou imagens devem ser enviadas em formato TIF (*Tagged Image File Format*) ou JPEG (*Joint Photographic Experts Group*). Os respectivos ficheiros devem ser anexados à mensagem electrónica, como ficheiros separados e com designações curtas e objectivas (exemplos: "Quadro 1", "Figura 3", etc.). O texto do artigo deve conter a indicação clara quanto ao local da inserção das imagens no texto.

5.3. Imagens a preto e branco ou cópias de fotografias são autorizadas desde que o autor do artigo declare explicitamente que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização junto da entidade competente.

6. As notas de rodapé devem ser identificadas por ordem numérica.

7. Um outro documento anexo deve conter informação biográfica e profissional do autor, para integrar a secção da Revista referente às «Notas sobre os Autores». Essa nota não deve exceder um parágrafo.

8. Referências documentais e bibliográficas.

Todas as referências documentais e bibliográficas são citadas em nota de rodapé.

8.1. Citações de documentos

As citações documentais deverão integrar, como norma, todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa. A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex.: Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89.

8.2. Citações bibliográficas - monografias

Em texto, qualquer citação bibliográfica (de monografia, artigo de publicação periódica, contribuição em obra colectiva, dissertações académicas, material áudio-visual ou publicações magnéticas – em suporte electrónico ou disponibilizada *on-line*) deverá ser referenciada em nota de pé de página, de acordo com os critérios a seguir exemplificados, incluindo o nome do autor, o ano de publicação da obra e a página ou páginas a que a citação se reporta.

Ex.: Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos* (2ª ed., Lisboa: Moraes Editores, 1982), 72.

8.2.1. Citação de dissertações académicas

Ex.: Luís Carlos Amaral, "Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)" (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2007), 142.

Ex.: Gaspar Martins Pereira, "Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX: a freguesia de Cedofeita" (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 1986), 85.

8.3. Citações de estudos insertos em obras colectivas

8.3.1. Congressos

Ex.: José Mattoso, "A mulher e a família" in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do colóquio, Coimbra, 20 a 22 Março 1985* (Coimbra: Faculdade de Letras - Instituto de História Económica e Social, vol. 1, 1986), 35-49.

8.3.2. Capítulos ou partes de obras colectivas

Ex.: Joaquim Romero de Magalhães, "O enquadramento do espaço nacional" in *História de Portugal. III Vol., No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), 13-60.

8.4. Citações de publicações periódicas

Ex.: António Rosas; Ramón Maiz, "Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas", *Revista da Faculdade de Letras - História* (III série, vol. 9, 2008), 337-356.

8.5. Bibliografia disponível em linha (*on-line*)

Devem ser seguidas as normas previstas nos *itens* precedentes, quando aplicáveis, seguidas dos elementos relativos à sua disponibilidade *on-line* e data da respectiva consulta.

Ex.: Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)* (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2007), 142 (disponível in <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf> - consultada em 12/09/2009).

Ex.: Luís Carlos Amaral, "Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)", *Revista da Faculdade de Letras - História* (III série, vol. 9, 2007), 337-356 (disponível in <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf> - consultada em 12/09/2009).

8.6. *Ibidem* e *Idem*:

Recomenda-se a utilização de *Ibidem*, quando se cita a fonte ou trabalho referido na nota de rodapé imediatamente anterior, e de *Idem*, quando se continua a citar a mesma fonte ou trabalho, depois de *Ibidem*, sem interrupções ou quando se cita o mesmo autor. (Em caso de dúvida, recomenda-se a repetição do nome do autor e a citação curta.)

Ex.: <sup>1</sup>Luís Filipe R. Thomaz, *De Ceuta a Timor* (Linda-a-Velha: Difel, 1994), 67.

Ex.: <sup>2</sup>*Ibidem*, 71.

Ex.: <sup>3</sup>*Idem*, 43.

8.7. Recomenda-se a utilização de uma citação curta sempre que o trabalho tenha sido identificado em nota de rodapé anterior, não imediata.

Ex.: <sup>4</sup>Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos* (2ª ed., Lisboa: Moraes Editores, 1982), 72.

Ex.: <sup>5</sup>Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal*, 90.

8.8. As situações omissas nas presentes instruções de citação bibliográfica devem ser reguladas pelas normas definidas pelo *Chicago Manual of Style* (disponível em <http://www.chicagomanualofstyle.org/contents.html>).

---

### II. Recensões críticas

9. As recensões devem ser precedidas da citação completa da obra, incluindo o seu preço de mercado:

Ex.: Patrick O'Flanagan, *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900*. Burlington: Ashgate, 2008 (xvii + 332 pages, US\$144.95 hardcover)

10. As recensões não devem ultrapassar as 1.500 palavras.

---

### III. Direitos de publicação

11. Os autores dos artigos e recensões críticas publicados cedem à **Revista** o direito de publicação em suporte de papel e *on-line*, e receberão 2 exemplares do número da Revista e uma cópia em versão PDF (*Portable Document Format*) dos seus artigos.

---

Para mais informações consulte a nossa webpage: <http://web.letras.up.pt/Revista.Historia>

Detailed publishing rules must be accessed at <http://web.letras.up.pt/Revista.Historia>

# HISTÓRIA

Revista da FLUP

---

IV Série, Volume 2, 2012





# SUMÁRIO

---

Amélia Polónia 5 Apresentação

---

## Dossier Temático

---

Cátia Antunes 11 *A história da análise de redes e a análise de redes em História.*

---

Ana Sofia Ribeiro 23 *A endogamia em redes mercantis da «Primeira Idade Global». O caso da rede de Simon Ruiz (1553-1597).*

---

Sara Pinto 41 *Análise espacial de redes de negócio e de família no século XVI: a companhia de Simón Ruiz.*

---

David Plouviez 59 *L'Etat, la marine de guerre et les réseaux économiques en France au XVIII<sup>e</sup> siècle*

---

Maria Helena Queirós 79 *Jacobeia e redes clientelares. Fr. Luís de Santa Teresa e Fr. João da Cruz (O.C.D.): (auto) retrato de dois irmãos em Braga (1730-1735).*

---

Paula Almeida Mendes 97 *A partilha do espírito em Portugal nos séculos XVI e XVII: entre práticas devotas e redes familiares*

---

## Outros Estudos

---

Marco Oliveira Borges 109 *A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I – Em torno do porto de Colares*

---

Ricardo Fernando Pinto 129 *Intimidade, transgressão e privança na dinâmica dos «afetos» do Antigo Regime: o caso de António Conti, o favorito dos favoritos de D. Afonso VI (1656-1662).*

---

Hugo Silveira Pereira 147 *O Banco Popular Português do Porto.*

---

---

Cláudio Amaral 161 *Uma década de congressos nacionais de electricidade (1923-1930): ambiente, percepções e representações.*

---

Bruno Pinheiro e 195 *E-learning: perspectiva histórica de um processo em curso.*  
Luís Grosso Correia

---

217 **Recensões Bibliográficas**

---

227 **Notícias de Eventos**

---

261 **Notícias de Projectos de Investigação**

---

277 **DHEPI – Pós-Graduações (2009-2011)**

---

333 **Notas Biográficas dos Autores**

---

## Apresentação

O presente número de *História – Revista da FLUP*, volume 2 da IV Série, com início em 2011, apresenta, para além das secções compreendidas pela estrutura definida no seu plano editorial (*Dossier temático, Outros Estudos, Recensões Bibliográficas, Notícias de Eventos e DHEPI- Pós-Graduações 2011/2012*), uma nova secção, com *Notícias de Projectos de Investigação*. Pretende-se com esta componente reforçar a visibilidade de projetos de investigação em equipa, promovidos no âmbito da FLUP ou no seu exterior, envolvendo ou transcendendo as suas sub-unidades orgânicas. Alguns dos projectos aí mencionados foram financiados; outros submeteram-se a financiamento sem sucesso. O que importa a esta publicação é a notícia e a divulgação de dinâmicas de investigação colectiva, nomeadamente de natureza interdisciplinar, com resultados já apurados, ou de resultados expectáveis nos próximos anos. Apela-se, pois, à comunidade científica, em particular no domínio da História e das Ciências Sociais e Humanas, que tome esta publicação como potencial espaço de divulgação de projectos de investigação em curso ou de finalização recente.

O dossier temático do presente número é subordinado ao tema ***Redes em História e a História em Redes***. O desafio lançado por este caderno é o de sublinhar a importância do impacto da actuação de redes, tanto institucionais e formais, como individuais e informais, nas dinâmicas históricas.

Indivíduos e grupos contribuíram extensivamente para a configuração dessas dinâmicas, às vezes de uma forma ainda mais profunda que o próprio poder central ou as instâncias de governo formais. O desempenho de redes é, nesta perspectiva, uma variável histórica de fundamental consideração. O estudo de redes, formais ou informais (políticas, religiosas, económicas, sociais, culturais, familiares), emerge como um importante instrumento de reavaliação de vivências históricas a partir de um novo ponto de vista, centrado nas pessoas e na forma como estas se articulam e interagem segundo uma lógica e segundo mecanismos de funcionamento próprios da dinâmicas de redes.

O presente número temático de *História – Revista da FLUP* pretende aplicar e discutir estes pressupostos, tendo como base essencial abordagens historiográficas, sem abdicar de outras perspectivas multidisciplinares. De facto, a aproximação teórica a estas matérias requer o uso de conceitos e metodologias frequentemente importadas de outras disciplinas, que não a História. Abundante literatura foi produzida sobre esses temas por uma ampla gama de saberes que vão da Sociologia à Economia, da Matemática à Antropologia (Granovetter, 1973<sup>1</sup>, 1983<sup>2</sup>; Boissevain e C.J. Mitchell, 1973<sup>3</sup>; Latham, 2002<sup>4</sup>; Watts, 2006<sup>5</sup>; Freeman, 2004<sup>6</sup>; Wasserman & al,

---

<sup>1</sup> M. Granovetter, "The Strength of Weak Ties", *American Journal of Sociology*, 78-6 (1973), 1360-1380.

<sup>2</sup> M. Granovetter, "The Strength of Weak Ties: a Network Theory Revised", *Sociological Theory* 1 (1983), 201-233.

<sup>3</sup> J. Boissevain e C.J. Mitchell (eds.), *Network Analysis: studies in human interaction* (The Hague: Mouton, 1973)

<sup>4</sup> Alan Latham, 'Retheorizing the Scale of Globalization: Topologies, Actor-Networks, and Cosmopolitanism', in *Geographies of Power, Placing the Scale*, ed. Andrew Herod, and Melissa W. Wright, (Oxford: Blackwell, 2002), 115-144

<sup>5</sup> Duncan J. Watts, *The Structure and Dynamics of Networks* (Princeton: Princeton University Press, 2006)

2005<sup>7</sup>; Knoge & Yand, 2008<sup>8</sup>; White, 2002<sup>9</sup>; Barabási, 2002<sup>10</sup>; Gabher, 2006<sup>11</sup>; Hill & Dunbar, 2002<sup>12</sup>; Jackson, 2003<sup>13</sup>). Nas últimas décadas, a História começou a orientar-se também para o estudo dessas matérias de uma forma mais consistente (Subrahmanyam, 1996<sup>14</sup>; Moutoukias, 1995<sup>15</sup>, 1998; Curto & Mollo, 2002<sup>16</sup>; Imízcoz, 2004<sup>17</sup>; Beerbühl & Vögele, 2004<sup>18</sup>; Studnicki-Gizbert, 2007<sup>19</sup>; Trivellato, 2009<sup>20</sup>; Solana, 2009<sup>21</sup>; Lamikiz, 2010<sup>22</sup>). O dossier temático sub-bordinado ao tema *Redes em História e a História em Redes* pretende contribuir para esse debate em curso.

Dos artigos aí publicados, o primeiro, de Cátia Antunes, apresenta uma definição do conceito de ‘redes’, quando aplicado à investigação histórica, e enuncia uma mostra, sem dúvida representativa, do estado e da arte do debate interdisciplinar em torno deste mesmo conceito.

Os dois artigos subsequentes, de Ana Sofia Ribeiro e de Sara Pinto centram-se num estudo de caso, o da Companhia de Simón Ruiz, mercador banqueiro castelhano do século XVI. O primeiro questiona a endogamia como mecanismo de constituição e fortalecimento da rede comercial e financeira em análise; o segundo dedica-se à análise espacial da rede de negócio e familiar do mesmo agente económico.

A contribuição de David Plouviez apresenta uma outra dimensão da aplicação de metodologias de análise de redes, reforçando uma tendência de renovação historiográfica em curso sobre a actuação de processos económicos como alavancas de consolidação das marinhas de guerra europeias, assumidas estas como entidades funcionais em grande medida dependentes de dinâmicas económicas dirigidas por actores organizados em rede.

Numa terceira dimensão, os artigos de Helena Queirós e Paula Almeida Mendes, respectivamente *Jacobeia e redes clientelares. Fr. Luís de Santa Teresa e Fr. João da Cruz (O.C.D.) e A partilha do espírito em Portugal nos séculos XVI e XVII: entre práticas devotas e redes familiares*, discutem uma outra dimensão, esta religiosa, das redes sociais, familiares e de devoção.

<sup>6</sup> Linton C. Freeman, *The Development of Social Network Analysis: A Study in the Sociology of Science* (Vancouver: Empirical Press, 2004)

<sup>7</sup> Stanley Wasserman, Peter Carrington, John J. Scott. Eds., *Models and Methods in Social Network Analysis* (Cambridge: Cambridge University Press, 2005)

<sup>8</sup> David Knoge and Song Yang, *Social Network Analysis*, (2nd ed. London: Sage, 2008)

<sup>9</sup> Harrison C. White, *Markets from Networks: Socioeconomic Models of Production* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2002).

<sup>10</sup> Albert-László Barabási, *Linked: The New Science of Networks* (Cambridge: Perseus, 2002)

<sup>11</sup> Gernot Grabher, ‘Trading Routes, Bypasses, and Risky Intersections: Mapping the Travels of “Networks” between Economic Sociology and Economic Geography’, *Progress in Human Geography*, 30 (2006), 163-189

<sup>12</sup> Russell Hill and Robin I. M. Dunbar, ‘Social Network Size in Humans’ *Human Nature* 14, No. 1 (2002), 53-72

<sup>13</sup> Matthew O. Jackson, ‘A Strategic Model of Social and Economic Networks’, *Journal of Economic Theory*, 71 (2003), 44-74

<sup>14</sup> S. Subrahmanyam (ed.), *Merchant Networks in the Early Modern World* (Variorum: Ashgate, 1996)

<sup>15</sup> Z. MOUTOUKIAS, *Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la Historia social y económica* in M. BEJERG y H. OTERO, ed., ‘Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna’ (Tandil, IEHS-CEMLA, 1995).

<sup>16</sup> Diogo Ramada Curto e Anthony Molho (eds.), *Commercial Networks in the Early Modern World*, EUI Working Paper HEC nr 2002/2 (Florence: European University Institute, 2002)

<sup>17</sup> José María Imízcoz, ‘Actores, redes, procesos - reflexiones para una historia más global. *Revista da FLUP- História*’ 3ª Sr., 5 (2004), 115-140.

<sup>18</sup> Margrit S. Beerbühl and Jörg Vögele, eds., *Spinning the Commercial Web: International Trade, Merchants, and Commercial Cities, c. 1640-1939* (Frankfurt am Main: Peter Lang, 2004)

<sup>19</sup> Studnicki-Gizbert, *A nation upon the ocean sea: Portugal’s Atlantic diaspora and the crisis of the Spanish Empire, 1492-1640* (New York: Oxford University Press, 2007).

<sup>20</sup> Francesca Trivellato, *The Familiarity of Strangers. The Sephardic Diaspora, Livorno and Cross-Cultural Trade in Early Modern Europe* (New Haven: Yale University Press, 2009).

<sup>21</sup> A. Crespo Solana, *Mercaderes Atlánticos: Redes del Comercio Flamenco y Holandés entre Europa y el Caribe* (Córdoba: Universidad de Córdoba/Cajasur, 2009).

<sup>22</sup> Xavier Lamikiz, *Trade and Trust in Eighteenth Century Atlantic World. Spanish Merchants and their Overseas Networks* (London: The Royal Historical Society, 2010).

Não esgotando, por impossível, a análise de redes em História, esperamos que o presente número de *História – Revista da FLUP* venha a contribuir para a discussão teórica e metodológica que se impõe em torno da aplicação de metodologias e teorias inovadoras, capazes de analisar redes em História e de colocar a História em rede, nomeadamente com outras Ciências Sociais e Humanas.

A Diretora  
*Amélia Polónia*



# Dossier Temático





Cátia Antunes\*

## **A história da análise de redes e a análise de redes em história**

**R E S U M O** | O presente artigo tem como objectivo principal a definição do conceito de 'redes' aplicado à investigação histórica e a apresentação do estado da arte do debate interdisciplinar em torno deste mesmo conceito. Inicia-se com uma visão global e revisionista da análise de redes em termos interdisciplinares, passando depois à sua aplicação à disciplina histórica, chamando a atenção do leitor para processos inerentes a situações de conflito e cooperação no seio de redes e o potencial que este tipo de análise tem para o historiador interessado na História Económica e Social.  
Palavras Chave: Análise Histórica – Redes – Organização de Redes - Cooperação

**A B S T R A C T** | This article defines the concept of network when applied to historical research, underlining the importance of social network analysis for historical studies. The article starts with a state of the art regarding the conceptualization, definition and application of the concept 'networks' to different disciplines, moving then towards the effects of this type of analysis among historians dedicated to themes of Economic and Social History in general.  
Keywords: Social Network Analysis – Networks – Self-Organization – Cooperation

O presente artigo tem como objectivo principal a definição do conceito de 'redes' aplicado à investigação histórica e a apresentação do estado da arte do debate interdisciplinar em torno deste mesmo conceito.

Mark Casson definiu pela primeira vez o conceito de 'redes' aplicado ao estudo da história económica e social em 2005. De acordo com as suas premissas teóricas, o conceito de 'rede' *'comprises a web of long-term co-operative relationships between firms. It is distinctive because the relationship between the firm is not authoritarian like an employment relationship, and it differs from a spot market relationship because it involves a long-term commitment. It is intermediate between firm and market because, like the employment relationship, it is long-term, whilst like the spot market relationship, it involved firms of equal status'*<sup>1</sup>

A proposta conceptual de Casson gira em torno de três pressupostos: a durabilidade (longo termo), relacionamento (simbiótico) e funcionalidade (intermediário). Estes três pressupostos regem as interações socioeconómicas entre indivíduos e, como tal, determinam a constituição

---

\* Universidade de Leiden

<sup>1</sup> Mark Casson, "Economic Analysis of Social Networks", *Actas del X Simposio de Historia Económica. Análisis de Redes en la Historia Económica*, Bellaterra: cd-rom, 2005.

de redes entre os mesmos em diversos períodos históricos.<sup>2</sup>

No entanto, o génesis da conceptualização do termo 'redes' e dos seus pressupostos teóricos não data do século XXI. Ele é o fruto de um longo processo de diálogo e debate interdisciplinar, nomeadamente entre antropólogos, sociólogos, historiadores e economistas. Este debate interdisciplinar e alargado é geralmente enunciado como 'análise social de redes'.<sup>3</sup>

A análise social de redes iniciou-se como movimento teórico nas ciências sociais durante os anos 30 do século XX, pela mão de investigadores alemães ligados ao movimento *Gestalt*, que incluía psicólogos, geógrafos e filósofos.<sup>4</sup>

Para a maioria dos participantes no *Gestalt*, as relações interpessoais entre indivíduos aos mais diversos níveis provia o ser humano com reacções positivas e negativas, vistas como potenciais de realização de objectivos ou como obstáculos ao desenvolvimento pessoal e social.<sup>5</sup> Porém, o elemento essencial na forma como cada indivíduo reagia a este tipo de estímulos dependia do contexto físico e geográfico em que este se encontrava inserido.<sup>6</sup>

As teorias do movimento *Gestalt* foram incorporadas, em primeira instância, por investigadores ligados às ciências exactas que traduziram rapidamente os princípios teóricos dos seus precursores alemães em representações gráficas das relações interpessoais entre vários indivíduos e as reacções que delas advinham.<sup>7</sup>

A representação gráfica e visual dos princípios do *Gestalt* retornou ao domínio das ciências sociais de uma forma definitiva sob a influência da escola anglo-saxónica do pós-guerra, liderada pelos grupos de investigação sediados nas principais universidades norte-americanas. Para eles, a importância das teorias de homens como Köhler, König ou Lewin não se reduzia à representação gráfica de redes de relacionamento de indivíduos, mas antes à representação matemática do comportamento de elementos individuais nas redes humanas e a forma como os seus padrões de comportamento se reflectiam no grupo, marcando, portanto, uma transição na análise de redes de uma perspectiva centrada no indivíduo e sua relação com o meio envolvente, para uma perspectiva que girava em torno do grupo *per se*.

Para os investigadores norte-americanos sediados em Harvard e Yale, a discussão sobre o papel de redes no estudo do indivíduo deveria privilegiar as decisões racionais e irracionais de cada um, tendo em conta, por um lado, os processos e mecanismos de acção individual de cada ser humano de acordo com o seu livre arbítrio e (ir)racionalidade e, por outro lado, as reacções do grupo a essas acções individuais, com particular destaque para processos reactivos de estímulo ou exclusão do indivíduo de uma determinada rede.

O resultado da acérrima discussão entre Harvard e Yale resultou num acordo de princípio segundo o qual as acções de um determinado indivíduo influenciam as reacções dos membros

---

<sup>2</sup> Mark Casson, "Networks in Economic and Business History: a Theoretical Perspective", *German Historical Institute London Bulletin Supplement*, 2 (2011), 17-49. Mark Casson, "Entrepreneurship: Theory, Institutions and History. Eli F. Heckscher Lecture, 2009", *Scandinavian Economic History Review*, 58-2 (2010), 139-170. Mark Casson e M. Della Giusta, "Entrepreneurship and Social Capital: Analyzing the Impact of Social Networks on Entrepreneurial Activity from a Rational Action Perspective", *International Small Business Journal*, 25 (2007), 220-244.

<sup>3</sup> Tradução do inglês 'social network analysis'. Devido aos seus princípios conceptuais e teóricos, a tradução portuguesa deverá ser 'análise social de redes' ao invés do comumente utilizado 'análise de redes sociais'.

<sup>4</sup> August Lösch, *The Economics of Location* (2a edição, New Haven: Yale University Press, 1954). Walter Christaller, *Die zentralen Orte in Süddeutschland* (Jena: Gustav Fischer, 1933). Wolfgang Köhler, *The Mentality of Apes*, (New York: K. Paul, Trench, Trubner & Co, Ltd, 1925), em especial a introdução.

<sup>5</sup> J. Moreno, *Who Shall Survive?* (New York: Beacon Press, 1934).

<sup>6</sup> K. Lewin, *Field Theory in the Social Sciences* (New York: Harper, 1951). K. Lewin, *Principles of Topologic Psychology* (New York: McGraw Hill, 1936).

<sup>7</sup> D. König, *Theorie der Endlichen und Unendlichen Graphen* (New York: Chelsea, 1936).

da rede em que esse indivíduo se insere. Essas reacções (negativas e positivas) determinam o lugar que cada indivíduo conquista no interior de cada rede, abrindo assim a porta para uma relação directa entre o papel do indivíduo, a sua inclusão (ou exclusão) numa rede e o seu estatuto social, económico, político ou cultural.<sup>8</sup> Como tal, os investigadores norte-americanos enunciaram como hipótese a possibilidade de cada indivíduo ter uma necessidade social de sobrevivência que o obriga, em todos os momentos da sua vida, desde o nascimento até à sua morte, a tomar parte em redes múltiplas, para que as possíveis reacções negativas (que em último caso podem levar à sua exclusão) da rede possam ser colmatadas ou compensadas pelo apoio dado por redes alternativas em que o indivíduo se insira.<sup>9</sup>

Se o fim da Segunda Guerra Mundial viu os investigadores norte-americanos cada vez mais absorvidos pelos mecanismos que determinam a hierarquia dos indivíduos no interior das redes, no Reino Unido a discussão avançou para uma avaliação alternativa de mecanismos e processos de relação entre indivíduos no seio das redes.

Liderado por um grupo de antropólogos e sociólogos, a universidade de Manchester tornou-se num centro inovador de estudos sobre análise de redes. Com nomes como John Barnes, Elizabeth Bott e James Mitchell, e tendo como pano de fundo as teorias de Max Gluckman em voga durante os anos 50 e 60, a escola inglesa dedicou-se a uma análise profunda de situações de conflito e dialéctica no seio das redes.

Ao analisar as situações de conflito emergentes em determinadas comunidades, na sua maioria dependentes de sistemas de redes para a sua sobrevivência física e social, Barnes e Bott expuseram as circunstâncias que conduziam a situações antagonistas e de conflito no interior de uma rede e a forma em que elas se tornavam determinantes para as relações de influência, poder e hierarquia nessa mesma rede.<sup>10</sup> Uma vez que mesmo os antagonismos mais primários, quando potencializados por vários indivíduos no interior da mesma rede, punham em risco a integridade e, portanto, a sobrevivência dessa mesma rede, Bott alvitrou pela primeira vez a possibilidade de se utilizar a análise de redes como um instrumento de investigação que pudesse conduzir a uma compreensão mais abrangente dos mecanismos de confiança e lealdade implícitos na manutenção de um sistema social de redes ou ausentes no momento em que a estrutura dessas mesmas redes se alterava devido à quebra dos laços de dependência entre os seus participantes.<sup>11</sup>

Se Barnes havia privilegiado, em primeiro lugar, as relações interpessoais e a sua influência nas continuidades e alterações no interior das redes, e se Bott defendeu acima de tudo a utilização do estudo de redes como instrumento de trabalho para compreender as associações interpessoais nas redes, Mitchell transportou os princípios teóricos dos seus colegas para um nível analítico que prescrevia o tratamento de redes estruturadas em torno de ligações pessoais entre indivíduos. Para ele, as ligações interpessoais eram baseadas em dois princípios distintos. O primeiro era baseado na ideia de troca. Neste caso, as trocas poderiam implicar a permuta de bens, serviços ou informação de natureza diversa. O segundo assumia a imposição de regras e normas sociais conducentes a uma uniformização de comportamentos individuais e regulamentação do funcionamento da rede.<sup>12</sup>

<sup>8</sup> E. Mayo, *The Social Problems of an Industrial Civilization* (London: Routledge & Kegan Paul, 1946). E. Mayo, *The Human Problems of an Industrial Civilization* (Cambridge MA: MacMillan, 1933).

<sup>9</sup> W. L. Warner e P.S. Lunt, *The Status System of a Modern Community* (New Haven: Yale University Press, 1939). W. L. Warner e P.S. Lunt, *The Social Life of a Modern Community* (New Haven: Yale University Press, 1941).

<sup>10</sup> J. A. Barnes, "Class and Commitment in a Norwegian Island Parish", *Human Relations* 7 (1954), 39-58.

<sup>11</sup> E. Bott, *Family and Social Network* (London: Tavistock, 1957). E. Bott, "Urban Families: the Norms of Conjugal Rules", *Human Relations* 9 (1956), 325-342. E. Bott, "Urban Families: Conjugal Roles and Social Networks", *Human Relations* 8 (1955), 345-384.

<sup>12</sup> J. C. Mitchell (ed.), *Social Networks in Urban Situations* (Manchester: Manchester University Press, 1969), com especial ênfase para o seu próprio capítulo intitulado 'The Concept and Use of Social Networks'.

Duas das grandes contribuições de Barnes, Bott e Mitchell foram a introdução de uma diferenciação clara entre uma análise social de redes centrada no indivíduo e nas suas ações (redes *ego*) e uma análise social de redes que gira em torno de uma análise parcial da rede, com maior ênfase sobre a estrutura da mesma (redes *alter*).

A análise simultânea de redes *ego* e *alter* criou uma necessidade quase imediata de delineamento de factores de análise que pudessem sustentar uma abordagem teórica que se queria paralela, mas que se desejava integrada. Para tal, foi Mitchell, mais uma vez, quem sugeriu os cinco factores que considerava mais importantes para a participação de um indivíduo numa rede e para a sustentabilidade dessa mesma rede, nomeadamente a intensidade, a durabilidade e a reciprocidade no que respeita ao relacionamento interpessoal, e a acessibilidade e densidade no que respeita à rede.

Infelizmente, os factores de Mitchell não foram suficientes para contrariar uma onda crescente de fragmentação e dispersão teórica em que individualistas e estruturalistas partiram, senão em direcções opostas, pelo menos por caminhos divergentes de análise.

Os estruturalistas, directa ou indirectamente ligados ao trabalho desenvolvido por Harrison White em Harvard, passaram a defender uma análise unitária de redes, a partir da construção de modelos onde o indivíduo desaparece silenciosamente na miríade de gráficos e representações gráficas da funcionalidade de cada rede.<sup>13</sup> Esta funcionalidade é reduzida a uma inventariação dos fundamentos sociais de cada rede e, ao fazê-lo de uma forma sistemática, descreve de uma forma exaustiva as estruturas sociais inerentes à existência de redes.

Embora os estruturalistas tenham ganho terreno durante os anos 70 e 80 do século passado, o resultado das suas investigações deve ser examinado de uma forma crítica, especialmente no que diz respeito à recolha de elementos para uma análise universal de rede. Isto porque uma investigação quantitativa de universos unitários e totais obriga, na maior parte dos casos, a uma definição clara e inequívoca dos limites do dito estudo, limites esses que contrariam, em primeira e última instância, a razão de ser de um estudo de redes, nomeadamente o potencial que advém de uma análise de um número ilimitado de relações interpessoais e os pressupostos teóricos que daí podem advir.

Mas White e os seus discípulos foram ainda mais longe. Para eles, o ênfase na análise de redes como estruturas unitárias deve ser acompanhado por um estudo exaustivo das relações entre redes de indivíduos e factores externos (outros indivíduos ou outras redes), sem que para isso haja necessariamente uma ligação directa entre ambos.<sup>14</sup> Este tipo de trabalhos acentua, portanto, uma viragem radical nas premissas teóricas no estudo social de redes, uma vez que privilegia uma abordagem que reflecte uma procura incessante de estruturas que não se encontram visíveis ou que podem não ser lógicas do ponto de vista do indivíduo, mas que existem a nível estrutural, ultrapassando as limitações impostas pelas abordagens que privilegiam somente o registo das relações interpessoais no interior de uma rede.

Os estudos de White dos anos 70 não reflectem, porém, a sua visão actual, recuperada e exonerada pelas suas publicações conjuntas com Ann Mische no final dos anos 90 e enaltecidos por Hannah Knox, Mike Savage e Penny Harvey no seu artigo de 2006.<sup>15</sup> Mische e White mantêm os princípios estruturalistas dos anos 70, embora privilegiem, agora, as dinâmicas internas de cada rede. Estas dinâmicas são vistas como potenciais factores de destabilização interna e

<sup>13</sup> H. C. White, *Chains of Opportunity: System Models of Mobility in Organization* (Cambridge MA: Harvard University Press, 1970). H. C. White, *An Anatomy of Kinship* (Englewood Cliffs NJ: Prentice-Hall, 1963).

<sup>14</sup> H. C. White, S. A. Boorman e R. A. Breiger, "Social Structure from Multiple Networks 1: Blockmodels of Roles and Positions", *American Journal of Sociology*, 81 (1976), 730-781.

<sup>15</sup> A. Mische e H. White, "Between Conversation and Situation: Public Switching Dynamics Across Network Domains", *Social Research*, 65 (1998), 695-724. A. Mische, "Cross-Talk in Movements: Reconceiving the Culture-Network Link", in M. Diani e D. McAdam (eds.), *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action* (Oxford: Oxford University Press, 2003), 258-280. H. Knox, M. Savage e P. Harvey, "Social Networks and the Study of Relations: Networks as Method, Metaphor and Form", *Economy and Society*, 35-1 (2006), 113-140.

como provocadoras de reacções preventivas por parte dos indivíduos que as compõem.

Um dos mecanismos utilizados por membros anónimos de uma rede para prevenir possíveis factores destabilizadores da sua posição nessa mesma rede é a participação em múltiplas redes com objectivos díspares, pelo que se torna essencial para o investigador compreender os processos e mecanismos associados a uma movimentação, senão de indivíduos, pelo menos das suas lealdades de uma rede para a outra. É exactamente neste ponto que os estruturalistas convergiram de novo com os individualistas, isto porque a questão da manipulação, participação e dinâmica de indivíduos em redes múltiplas é algo que os individualistas defendiam desde os anos 70.

Mark Granovetter e Jeremy Boissevain são, provavelmente, os dois individualistas que maior impacto tiveram durante a década de 70, sendo também eles apologistas de uma aproximação entre individualistas e estruturalistas.

O trabalho de Granovetter tem como ponto fulcral a relação entre indivíduos no interior de uma ou mais redes. Ao classificar as relações interpessoais como laços fortes ou fracos, impõe, pela primeira vez, uma qualificação na tipologia de relação entre membros do mesmo grupo ou destes com indivíduos que se situam fora do universo da rede primária.

No universo de Granovetter, laços fortes são determinados por relações próximas entre membros numa mesma rede, dando ele como exemplo os laços de parentesco e de amizade. Embora estes laços fortes de proximidade sejam positivos no que respeita à integração e apoio ao indivíduo, esses mesmos laços são menos positivos quando abordamos as necessidades do indivíduo do ponto de vista de trocas recíprocas, enunciadas por Bott e Mitchell. Isto é, redes cujos membros se encontram ligados somente por laços fortes dispõem de um universo monótono para a partilha de informação.<sup>16</sup>

Uma vez que a mais-valia de uma rede é exactamente o fornecimento de informação que promova a reciprocidade, uma rede dominada por laços fortes é menos eficiente do que uma rede dominada por laços fracos. Isto porque os laços fracos posicionam os membros da rede a uma distância social considerável uns dos outros, o que os obriga a procurarem o apoio de grupos alternativos que possam dispor de informação suficiente ou complementar que responda às necessidades de reciprocidade impostas pelos outros membros da rede.

Se as acções individuais são determinadas pela necessidade de reciprocidade, esta constatação tem implicações sérias para a epistemologia do estudo de redes. Na realidade, o que Granovetter propõe é a impossibilidade de um indivíduo pertencer somente a uma rede, invalidando, por isso, a importância suprema da *ego* rede. Para ele, indivíduos e redes só têm vantagens se cada indivíduo se situar em diferentes espaços, nas diferentes redes.

Daí que para este autor, as *ego* redes são necessariamente povoadas por indivíduos que mantêm laços fortes, sendo esses mesmos laços obstáculo principal para a manutenção ilimitada de reciprocidade. Por isso, todos os membros das *ego* redes vêem-se forçados a tomar parte em *alter* redes, essas sim, potenciadoras de reciprocidade e, portanto, em melhor posição para servir os objectivos de cada indivíduo.<sup>17</sup>

A proposta de Granovetter de que *ego* e *alter* redes são contíguas, interdependentes e, em determinados contextos, mesmo simbióticas gerou uma necessidade teórica de estabelecimento de critérios para uma avaliação séria das acções de indivíduos que se vêem como membros de redes múltiplas e as problemáticas que daí advém.

Jeremy Boissevain vê o indivíduo participante numa rede como um elemento manipulador

<sup>16</sup> M. Granovetter, "The Strength of Weak Ties", *American Journal of Sociology*, 78-6 (1973), 1360-1380.

<sup>17</sup> M. Granovetter, "The Strength of Weak Ties: a Network Theory Revised", *Sociological Theory* 1 (1983), 201-233.

da sua realidade que responde, em primeira instância, às suas necessidades egoístas. Por esta razão, este autor considera todos os espaços de interacção social, tais como sejam instituições, grupos ou alianças, como redes dinâmicas em que cada indivíduo compete pelos recursos necessários ao preenchimento dos seus objectivos.<sup>18</sup> Portanto, Boissevain vê a sociedade em geral como uma rede composta por uma série de sub-redes, governada pela racionalidade egocêntrica de cada indivíduo.

Numa tentativa de sistematizar a sua visão, Boissevain sugere uma análise teórica de redes a partir de um conjunto de critérios binários estruturais e critérios de interacção.

Os critérios estruturais privilegiam uma avaliação do tamanho, densidade, conectividade, centralidade e agrupamento de cada indivíduo *vis-à-vis* outros indivíduos no seio da sua *ego* rede ou em relação a sujeitos que povoam as suas *alter* redes.

Se a análise dos critérios estruturais provê o investigador com uma visão absoluta da posição do indivíduo na rede, são os critérios de interacção que determinam o posicionamento relativo do indivíduo e da sua *ego* rede de laços fortes, em relação à miríade de redes que proliferam em todas as sociedades. Para Boissevain, a relatividade relacional de cada indivíduo pode ser avaliada através da diversidade, multiplicidade, direcção, frequência e duração de uma determinada interacção, tenha ela lugar no seio de uma rede *ego*, seja ela uma tentativa de ligação a redes *alter*.<sup>19</sup>

A multiplicidade de interacções, radicadas no comportamento egocêntrico de cada sujeito, conduz a uma definição de identidade individual e de grupo. Embora este processo possa ser classificado como uma bipolaridade social, na realidade é esta multiplicidade de interacções que gera percepções de identidade, que não pode ser vista como unitária, mas em contínuo devir. Daí que muitos estudos históricos, em que o instrumento de análise é uma abordagem de redes, se confrontem com uma problemática de identidade, muitas vezes justificada pela proveniência social, religiosa, política ou económica dos indivíduos que fazem parte da rede, quando, na realidade, a definição de identidade no interior de uma rede é uma realidade fluida, múltipla e abrangente.<sup>20</sup>

Foi exactamente esta questão das identidades que atraiu os historiadores para a análise social de redes. Para a maioria dos historiadores, as questões de identidade levantadas pelos estudos de redes não são interessantes do ponto de vista do indivíduo, mas do grupo e a forma como este último evolui num determinado período histórico, agindo e reagindo em contextos históricos e geográficos divergentes.

Os indivíduos que mais atenção têm recebido dos historiadores interessados na análise de redes em história têm sido os mercadores ou comerciantes. Isto porque eles são, por definição profissional, sujeitos que necessitam das redes para a sua sobrevivência socioeconómica.

Sanjay Subrahmanyan foi o primeiro historiador a compilar uma colecção de estudos sobre mercadores e suas redes sociais e económicas. Na obra *Merchant Networks in the Early Modern period*, Subrahmanyan defende uma abordagem multifacetada de cada mercador, independentemente do contexto geográfico em que este se encontre, e a forma como as características das suas *ego* redes interagem com as *alter* redes. Para tal, os temas de eleição para esta análise foram as características egocêntricas de cada indivíduo, a sua etnia, religião e escolha de parceiro, reconstituindo, a partir destes factores de análise, as relações de rede e hierarquias no interior de

<sup>18</sup> J. Boissevain, *Friends of friends: networks, manipulators and coalitions* (Oxford: Basil Blackwell, 1974), 5 e 9.

<sup>19</sup> Mary Noble, "Social Network: Its use as a conceptual framework in family analysis", in J. Boissevain e C.J. Mitchell (eds.), *Network Analysis: studies in human interaction*, (The Hague: Mouton, 1973), 3-13. C. Mitchell, "Networks, norms and institutions", in J. Boissevain e C.J. Mitchell (eds.), *Network Analysis: studies in human interaction* (The Hague: Mouton, 1973), 15-35.

<sup>20</sup> J. Boissevain, "Second Thoughts on Quasi-Groups, Categories and Coalitions", *Man*, 6-3 (1971), 468-472.

determinadas redes comerciais.<sup>21</sup>

Embora o trabalho de Subrahmanyam e dos seus co-autores faça referência a alguns processos de conectividade no interior das redes comerciais das quais provê um estudo de caso, o resultado final da sua obra não é, de facto, uma abordagem sistemática do que é uma rede ou tão pouco da sua funcionalidade interna face aos indivíduos que a compõem. Na realidade, os autores apresentam ao público uma descrição aturada da interacção de indivíduos provenientes de grupos religiosos e étnicos diferentes, inseridos em comunidades díspares, e a forma como estes indivíduos funcionavam como mediadores culturais ou agentes dessas mesmas comunidades, não preenchendo estas conclusões os parâmetros básicos impostos por antropólogos e sociólogos para o estudo de redes.<sup>22</sup>

A contribuição de Subrahmanyam para a historiografia é inquestionável e o seu trabalho chamou a atenção dos historiadores para este instrumento de trabalho que é a análise social de redes. Por essa razão, pese embora o resultado final do seu trabalho não ter sido, de facto, a realização de uma análise de redes aplicada à história, foi sem dúvida um incentivo a incluir esta temática na historiografia do século XXI e a promovê-la a categoria de análise histórica.

Ao identificar algumas das deficiências já acima mencionadas no trabalho de Subrahmanyam, António Molho e Diogo Ramada Curto abriram uma nova era no estudo de redes em história. Recusando aceitar uma perspectiva descritiva e imóvel de redes, comunidades e indivíduos, e sob os auspícios do European University Institute de Florença, Molho e Curto editaram uma colecção de artigos dedicados à análise social de redes.<sup>23</sup>

Das discussões saídas da escola de Florença salienta-se, por um lado, um retorno às dificuldades implícitas no estudo da identidade de indivíduos, comunidades e redes, despoletado pelos estudos de Boissevain, e, por outro lado, a abertura de mais uma linha de inquérito histórico, nomeadamente a compreensão da funcionalidade das redes não tanto do ponto de vista sócio-antropológico, mas económico.<sup>24</sup>

Com efeito, as questões de identidade em comunidades e actores históricos, e a sua relação com a constituição de redes, foram assumidas por historiadores cujo trabalho se debruçou sobre as comunidades mercantis em diáspora, sendo os casos mais conhecidos os dos judeus e dos arménios. Deste grupo, salientam-se as contribuições revolucionárias de Sebouh Aslanian, Jonathan Israel e Miriam Bodian.<sup>25</sup>

O que Aslanian, Bodian e Israel têm em comum é que a sua concepção de rede se encontra radicada na constituição de comunidades por indivíduos que partilham o mesmo substrato cultural, representado primeiramente por uma prática linguística e religiosa.

Por outro lado, o que distingue os livros de Bodian e Israel dos artigos de Aslanian é o

<sup>21</sup> S. Subrahmanyam (ed.), *Merchant Networks in the Early Modern World* (Variorum: Ashgate, 1996).

<sup>22</sup> Subrahmanyam recupera, em certa medida, a definição de mediador cultural em relações económicas defendida por Philip Curtin em meados dos anos 80. Vide: Philippe Curtin, *Cross-Cultural Trade in World History* (Cambridge: Cambridge University Press, 1984). O trabalho desenvolvido por Curtin, embora de grande relevância, teve como precursor o artigo de Edna Bonacich. Vide: Edna Bonacich, "A Theory of Middleman Minorities", *American Sociological Review*, 38-5 (1973), 583-594.

<sup>23</sup> Diogo Ramada Curto e Anthony Molho (eds.), *Commercial Networks in the Early Modern World*, EUI Working Paper HEC nr 2002/2 (Florence: European University Institute, 2002). Anthony Molho e Diogo Ramada Curto (eds.), *Finding Europe. Discourses on Margins, Communities, Images ca. 13<sup>th</sup> - c. 18<sup>th</sup> centuries* (New York: Bergahn Books, 2007).

<sup>24</sup> Esta ideia aparece subentendida no trabalho de Curto e Molho de 2002, mas é claramente veiculada no artigo de Francesca Trivellato, "Jews of Leghorn, Italians of Lisbon, and Hindus of Goa: Merchant Networks and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period", Diogo Ramada Curto e Anthony Molho (eds.), *Commercial Networks in the Early Modern World*, EUI Working Paper HEC nr 2002/2, 59-89.

<sup>25</sup> Miriam Bodian, *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in Early Modern Amsterdam* (Bloomington: Indiana University Press, 1997). Jonathan I. Israel, *Diasporas within a Diaspora: Jews, Crypto-Jews and the World Maritime Empires (1540-1740)* (Leiden: Brill, 2002). Sebouh Aslanian, "Trade Diaspora versus Colonial State: Armenian Merchants, the English East India Company, and the High Court of Admiralty in London, 1748-1752", *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, 13-1 (2004), 37-100.

facto de os primeiros privilegiarem uma análise da rede *ego*, isto é, dos indivíduos que na comunidade tinham laços fortes entre si, como prescritos por Granovetter, ao passo que Aslanian privilegia os laços fracos entre determinados indivíduos da comunidade e as redes *alter*. Daí que o trabalho de Aslanian enfatize os mecanismos de controlo, formais e informais, no seio de uma determinada rede alter, abrindo espaço de negociação e entendimento entre esse universo e o da rede *ego*.<sup>26</sup>

Partindo-se da ideia que a análise de redes podia ser aplicada ao estudo de indivíduos, comunidades e redes na diáspora, surgiu uma onda de publicações, na sua maioria descritiva, das acções de redes específicas, em determinados períodos históricos, em determinados contextos geográficos, normalmente privilegiando indivíduos integrados em comunidades consideradas minoritárias.<sup>27</sup>

As obras acima mencionadas privilegiaram um estudo aprofundado de determinados indivíduos numa rede, levantando questões importantes acerca da identidade desses mesmos indivíduos. Porém, estas publicações afluíram, mais uma vez, a necessidade de se reavaliar o papel da reciprocidade no seio das redes e a forma como essa reciprocidade, ou falta dela, era penalizada por indivíduos, comunidades e redes.

A reciprocidade, em termos socioeconómicos, implica a troca (não necessariamente equitativa) de bens, informação ou capital social. Para tal, é necessário que todos os participantes numa determinada rede acreditem que todos os seus membros se regem por estes princípios de reciprocidade. Esta crença reflecte-se nos laços de confiança que se vão estabelecendo entre os diversos membros e na necessidade de relações entre os mesmos, assim como de um indivíduo em relação às suas redes *ego* e *alter*.

O problema da confiança em redes, especialmente em redes de comércio, tem sido abordado por vários historiadores especialistas em contextos geográficos e épocas históricas diversos. Embora os mecanismos de confiança possam variar de grupo para grupo, de século para século ou de continente para continente, existem premissas gerais comuns que importa salientar.<sup>28</sup>

Em termos simples, a confiança entre membros de uma rede não é uma característica biológica natural, nem mesmo no interior de *ego* redes onde os laços de amizade e parentesco poderiam forçar o indivíduo a respeitar as regras e convenções do grupo para que o índice de confiança aumentasse. Confiança é, portanto, uma característica individual que é construída com o tempo e radica no comportamento sistemático e rotineiro, de respeito pelos princípios e leis que regem a sociabilidade do grupo.

O aumento da confiança é essencial para uma rede. Isto porque sem ela, os custos na transacção de informação, bens ou serviços aumenta. O aumento destes custos provém da ne-

<sup>26</sup> Sebouh Aslanian, "Social Capital, Trust and the Role of Networks in Julfan Trade: Informal and Semi-Formal Institutions at Work", *Journal of Global History*, 1-3 (2006), 383-402. Outros estudos reflectem esta visão. Vide: Steve Murdoch, *Network North: Scottish Kin, Commercial and Covert Associations in Northern Europe, 1603-1746* (Leiden: Brill, 2005). Michel Aghassian and Keram Kevonian, "The Armenian Merchant Network: Overall Autonomy and Local Integration", Sushil Chaudhuri & Michel Morineau (eds.), *Merchants, Companies and Trade: Europe and Asia in the Early Modern Era* (New York: Cambridge University Press, 1999), 74-94. Ina Baghdiants McCabe, Gelina Harlafits & Ioanna Pepelasis Minoglau (eds.), *Diaspora Entrepreneurial Networks: Four Centuries of History* (Oxford: Berg, 2005).

<sup>27</sup> K. Ward, *Networks of Empire: Forced Migration in the Dutch East India Company* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009). R. Kagan e P. Morgan, *Atlantic Diaspora: Jews, Conversos, and Crypto-Jews in the Age of Mercantilism, 1500-1800* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009). D. Studnicki-Gizbert, *A Nation Upon the Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492-1640* (New York: Oxford University Press, 2007).

<sup>28</sup> Inúmeros autores têm vindo a trabalhar o conceito de confiança associado a redes *ego*, *alter* e multiculturais. Deixam-se aqui apenas alguns exemplos. Vide: Y. Ben-Porath, "The F-Connection: Families, Friends, and Firms and the Organization of Exchange", *Population and Development Review* 6 (1980), 1-30. Mark Häberlein, *Kinship, Gender and Business Failure: Merchants' Bankruptcies and Social Relations in Upper Germany, 1520-1620*, EUI Working Paper 98/6, (Florence: European University Institute, 1998). Julian Hoppit, *Risk and Failure in English Business, 1700-1800* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987).



cessidade de contratação de mecanismos formais ou informais de penalização, se por acaso um dos parceiros na rede faltar às suas obrigações, quebrando as regras, implícitas ou explícitas, de sociabilidade na rede.<sup>29</sup> Daí que o aumento da confiança tenha implicações, por um lado, para o custo final dos bens transacionados pela rede e, por outro lado, serve simultaneamente de mecanismo para colmatar os riscos inerentes a lidar com indivíduos, cujas acções radicam na sua (ir)racionalidade.<sup>30</sup>

Um dos melhores casos para o estudo da confiança em redes humanas passa pela avaliação de relações de cooperação entre indivíduos e entre redes, uma vez que essa cooperação exige princípios normativos básicos que todas as partes reconheçam como enformes sociais das relações estabelecidas. Esses princípios normativos poderão ser reconhecidos informalmente através de regras socioculturais no seio do grupo ou registadas por escrito em contratos que respeitem as leis gerais que regem a comunidade.<sup>31</sup>

Francesca Trivellato abordou esta questão da confiança e da cooperação através do seu estudo de relação entre redes *ego* representadas por um grupo sociocultural uniforme (judeus portugueses de Livorno) e redes *alter* (representantes desses mesmos judeus em Lisboa e em Goa). Utilizando uma abordagem em que os princípios de agência ocupam um lugar fulcral na sua investigação, Trivellato privilegia um grupo de homens sem qualquer tipo de ligação de parentesco, amizade ou laços étnicos, apresentando um estudo de redes multiculturais.<sup>32</sup>

O sucesso de uma rede multicultural depende da sua capacidade de promover, regular e inspeccionar os mecanismos de cooperação entre os seus membros. Ao examinar os mecanismos de funcionamento de cooperação na rede que examinou, Trivellato defende uma análise detalhada das instituições económicas e legais que regiam a cooperação multicultural. Ao fazê-lo, Trivellato opõe-se veementemente aos estudos que privilegiam redes de diáspora como exemplos perfeitos da funcionalidade de redes em períodos históricos.

A razão que leva Trivellato a defender a cooperação multicultural entre membros e agentes numa mesma rede é o facto de ela ver nessa cooperação multicultural um mecanismo de redução de riscos e, portanto, de aumento de confiança entre parceiros, reduzindo consequentemente os custos de transacção entre os mesmos. Para assegurar o bom funcionamento desta cooperação, os membros da rede que Trivellato estudou privilegiavam os laços pessoais, os negócios em mercados regulamentados e utilizavam frequentemente contratos sancionados por notários.

A riqueza de fontes com que Trivellato trabalhou, aliada às suas premissas teóricas, resultou numa resposta inequívoca às seguintes questões: *a*) se havia um relacionamento directo entre o *modus operandi* da rede, dependendo da identidade étnico-religiosa do membro ou do agente em questão; *b*) se havia uma cooperação mais ou menos acentuada entre membros e agentes, dependendo do tipo de transacção a executar entre as duas partes.<sup>34</sup>

<sup>29</sup> M. Casson e M. Della Giusta, "The Costly Business of Trust", *Development Policy Review*, 22-3 (2004), 321-342. G. Dhal, *Trade, Trust and Networks. Commercial Culture in Late Medieval Italy* (Stockholm: Nordic Academic Press, 1998). P. Dasgupta, "Trust as a Commodity", D. Gambetta (ed.), *Trust: Making and Breaking Cooperative Relations* (Oxford: Basil, 1988), 49-72.

<sup>30</sup> F. Trivellato, "Discourse and Practice of Trust in Business Correspondence during the Early Modern Period", [www.econ.yale.edu/seminars/echist/eh04/tr](http://www.econ.yale.edu/seminars/echist/eh04/tr), 30 de Janeiro de 2012. Peter Mathias, "Strategies for Reducing Risk by Entrepreneurs in the Early Modern Period", C. Lesger & L. Noordegraag (eds.), *Entrepreneurs and Entrepreneurship in Early Modern Times. Merchants and Industrialists within the orbit of the Dutch staple market*, (The Hague: Stichting Hollandse Historische Reeks, 1995), 5-24.

<sup>31</sup> X. Lamikiz, *Trade and Trust in Eighteenth Century Atlantic World. Spanish Merchants and their Overseas Networks* (London: The Royal Historical Society, 2010). A. Crespo Solana, *Mercaderes Atlánticos: Redes del Comercio Flamenco y Holandês entre Europa y el Caribe* (Córdoba: Universidad de Córdoba/Cajasur, 2009).

<sup>32</sup> F. Trivellato, *The familiarity of Strangers. The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-cultural Trade in the Early Modern Period* (New Haven: Yale University Press, 2009).

<sup>33</sup> *Ibidem*, 3, 8.

<sup>34</sup> *Idem*, 3-4.

A resposta positiva a ambas as questões acima enunciadas levou Trivellato a criticar duramente os princípios teóricos que imperaram sobre os trabalhos de Philip Curtin, Abner Cohen e Avner Greif.

Philip Curtin e Abner Cohen definiram diásporas comerciais como comunidades e/ou redes morais que embora vivessem em dispersão, controlavam e constrangiam os comportamentos dos indivíduos a elas pertencentes, através de medidas de coação social e ritual. Nestes trabalhos, a ênfase recai na ligação simbiótica entre o *ethos* da confiança e a identidade comunitária do indivíduo, reforçando o valor intrínseco do mesmo através dos seus laços de parentesco, religião e etnicidade.<sup>35</sup>

Francesca Trivellato recusa a visão de Curtin e Cohen que classifica como romântica. Isto porque, de acordo com a sua própria investigação, as comunidades mercantis, em diáspora ou de qualquer outra natureza, não coexistiam de forma harmoniosa, não eram corpos sociais coesos e, muitas vezes, não evidenciavam qualquer ligação com a sua classificação étnico-religiosa. Mas Trivellato vai ainda mais longe, acusando Curtin e Cohen de não conseguirem provar que confiança é uma *conditio sine qua non* para a existência de uma comunidade mercantil, organizada em rede ou através de formas corporativas.<sup>36</sup>

Avner Greif, por seu lado, membro do movimento *New Institutional Economics*,<sup>37</sup> vê as comunidades mercantis na diáspora não como redes, mas como sistemas sociais institucionalizados, regidos por crenças, normas e princípios organizacionais que regulam o comportamento dos indivíduos e, por consequência, o funcionamento da comunidade.<sup>38</sup>

Ao comparar as práticas económicas dos judeus Maghribi a operar no Mediterrâneo e no oceano Índico e os Genoveses durante a Idade Média, Greif elege os últimos como veículos de modernidade no mundo mediterrânico. As razões para esta classificação são simples.

Os judeus Maghribi mantinham relações comerciais de longa distância através de um sistema colectivo de relações pessoais, entre si e os seus agentes, baseado em confiança puramente pessoal. Desta forma, o grupo evitava casos de fraude e corrupção no seio dos seus agentes, incentivando a circulação e troca de informações, especialmente de cariz económico. Nos casos em que os agentes traíam a rede, esta iniciava um boicote contra os agentes em causa, excluindo-os.

O sistema colectivo dos Maghribi dependia somente de mecanismos de regulamentação interna, o que tornava a rede e os seus agentes pouco eficientes, uma vez que os boicotes e embargos funcionavam somente contra os indivíduos que partilhavam os mesmos princípios morais dos Maghribi, isto é, outros Maghribi. Esta situação deixava os seus agentes não judeus sem quaisquer mecanismos de fiscalização. Daí que os níveis de confiança entre membros da *ego* rede dos Maghribi e da *alter* rede dos agentes fossem baixos, o que diminuía o grau de confiança entre uns e outros e aumentava, concomitantemente, os riscos e os custos de transação inerentes às trocas entre ambos os grupos.<sup>39</sup>

O século XIII testemunhou uma alteração radical neste tipo de comportamentos comuni-

---

<sup>35</sup> Abner Cohen, "Politics of the Kola Trade. Some Processes of Tribal Community Formation among Migrants in West African Towns", *Africa: Journal of the International African Institute*, 36-1 (1966), 18-36. Philip Curtin, *Cross-Cultural Trade*.

<sup>36</sup> Trivellato, *The Familiarity of Strangers*, 11-12

<sup>37</sup> O movimento da *New Institutional Economics* iniciou-se com os trabalhos de Douglass North sobre a importância das instituições para o crescimento económico. Vide: D. North, "Institutions", *The Journal of Economic Perspectives*, 5-1 (1991), 97-112. D. North e R. Thomas, "An Economic Theory of the Growth of the Western World", *The Economic History Review*, 23-1 (1970), 1-17.

<sup>38</sup> A. Greif, *Institutions and the Path to the Modern Economy. Lessons from Medieval Trade* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).

<sup>39</sup> A. Greif, "Cultural beliefs and the organization of society: A Historical and Theoretical Reflection on Collectivist and Individualist Societies", *Journal of Political Economy* 102:5 (October 1994) 912-950, 912-914.

tários. De acordo com Greif, os genoveses introduziram um sistema individualista, em oposição ao sistema colectivo dos Maghribi, baseado na utilização de uma figura jurídica, nomeadamente as sociedades de responsabilidade limitada, o que lhes permitiu estabelecer uma rede de agentes por contrato, sem incorrer em custos extraordinários e sem perda de reputação em momentos de crise.<sup>40</sup>

O estabelecimento de sociedades de responsabilidade limitada incentivou, simultaneamente, o aparecimento de instituições mais modernas, como foram os casos de novos tipos de contratos notariais, novos códigos legais e um crescimento do número de tribunais que pudessem mediar e decidir sobre a aplicabilidade desses mesmos contratos e códigos. Este crescimento institucional permitiu aos genoveses a contratação de redes de agentes afastados das suas redes ego que passaram a funcionar somente para questões sociais e religiosas e não comerciais.<sup>41</sup>

Trivellato critica Greif acusando-o de simplificar uma realidade de extrema complexidade, quer no caso dos Maghribi, quer no caso dos genoveses. Segundo ela: *'for North and Greif, culture and beliefs can be inferred from economic norms and practices. The presence of laws protecting property rights or of contracts allowing for a clearer division between capital and labor, for example, is exemplary of society that fosters individualism at the expense of corporate belonging. One of the troubling by-products of this kind of economic reductionism is that it presumes a homogeneous society in which everyone participates in the same patterns of change regardless of religious, class, gender, or other differences.'*<sup>42</sup>

Trivellato defende a sua posição argumentando que os resultados do seu estudo, acerca dos judeus portugueses de Livorno, demonstram que a solidariedade comercial colectiva no seio do grupo coexistia e era, muitas vezes, suplantada por relações com agentes fora do grupo, embora a manutenção dessas relações exteriores por vezes só ser possível incorrendo em ilegalidades, devido às leis proibitivas que regiam este tipo de relações. Esta ilegalidade e, em certos contextos, semi-ilegalidade, implicava que os membros da rede dos judeus livorneses não podiam contar com o apoio das instituições estatais para defender os seus interesses, daí que não lhes restasse outra opção que não fosse a auto-organização das suas redes de agentes, sem o apoio, nem os obstáculos, que normalmente acompanham a intervenção das instituições.

Deste debate entre Trivellato e Greif surgiu, nos últimos cinco anos, uma abordagem alternativa de redes, cujo interesse teórico reside na constatação de que todas as redes detêm um determinado nível de auto-organização, utilizando diferentes métodos e instrumentos para a sua auto-regulamentação.

As primeiras explorações teóricas em torno de redes auto-organizadas surgiram com os trabalhos de Margrit Beerbühl Schult, que serviram de mote aos projectos propostos à European Science Foundation através do programa DynCoopNet.<sup>43</sup>

O programa DynCoopNet resultou numa colaboração internacional e multidisciplinar de especialista em redes, cujas premissas teóricas partiam de uma análise das redes do ponto de vista do seu auto funcionamento, privilegiando, para tal, as relações cooperativas entre os seus

<sup>40</sup> A. Greif, "Cultural beliefs and the organization of society: A Historical and Theoretical Reflection on Collectivist and Individualist Societies", *Journal of Political Economy* 102:5 (October 1994), 912-950, 942-943. A. Greif, "Reputation and Coalition in Medieval Trade: Evidence on the Maghribi Traders", *Journal of Economic History*, 49-4 (1989), 857-882.

<sup>41</sup> A. Greif, "Impersonal exchange and the origins of markets: from the community responsibility system to individual legal responsibility in pre-modern europe", Masahiko Aoki and Yujiro Hayami (eds.), *Communities and Markets in Economic Development* (Oxford: Oxford University Press, 2001), 3-41. A. Greif, "Historical and Comparative Institutional Analysis", *American Economic Review*, 88-2 (1998), 80-84. A. Greif, "The Study of Organizations and Evolving Organizational Forms Through History: Reflections from the Late Medieval Family Firm", *Industrial and Corporate Change*, 5-2 (1996), 473-501.

<sup>42</sup> F. Trivellato, *The Familiarity of Strangers*, 17.

<sup>43</sup> M. Beerbühl Schulte, *Kaufleute in London: Welthandel und Einbürgerung (1600-1818)* (Munich: Oldenbourg, 2007). Dyn-CoopNet é a abreviatura de Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Networks in the First Global Age e encontra-se disponível on-line em [www.dyncoopnet-pt/org/](http://www.dyncoopnet-pt/org/), 30 de Janeiro de 2012.

membros, através do estudo dos princípios normativos adoptados por essas mesmas redes. Para os investigadores deste projecto, a imposição destes princípios normativos poderia decorrer de uma forma mais ou menos institucional e ser mais ou menos pacífica, gerando mais ou menos oposição, dependendo das épocas históricas e dos contextos geopolíticos.<sup>44</sup>

Embora o projecto DynCoopNet tenha dado um contributo importante ao estudo de redes auto-organizadas, a sua maior contribuição foi o estabelecimento de uma análise causal entre o aumento do número de redes auto-organizadas a partir de 1400 e o surgimento de um movimento de globalização histórica.<sup>45</sup> Apesar de ser ainda prematuro avaliar o impacto desta prestação científica, ela possibilitou abrir uma nova via de inquérito histórico que privilegia, por um lado, as relações interpessoais de indivíduos nas suas redes *ego e alter*, através da análise de sistemas de cooperação e resolução de conflitos, e por outro lado, de relações entre diversas redes, formalizadas ou não e o impacto das mesmas num contexto histórico abrangente.<sup>46</sup>

Concluiu-se, portanto, que o debate sobre o conceito e o estudo de redes estende-se por mais de oitenta anos, tem capturado a imaginação de investigadores das ciências sociais de vários quadrantes e de diferentes escolas historiográficas. Embora se tenha começado com uma análise simples da relação entre indivíduos, comunidades e o seu funcionamento geográfico, este debate desenvolveu-se rapidamente no sentido de privilegiar as relações interpessoais, primeiro, e inter-redes, depois. As últimas duas décadas testemunharam uma activa participação de historiadores de vários quadrantes nesta discussão, partindo de uma análise de grupos e comunidades baseado em preocupações puramente de identidade e relação económica, passando pela relação entre redes e crescimento económico e terminando com a ligação entre o papel assumido por redes auto-organizadas e o nascimento do processo de globalização.

---

<sup>44</sup> A. Polónia e J. Owens, “Cooperation-Based Self-Organizing Networks in Portuguese Overseas Expansion in the First Global age, 1400-1800”, [www.dyncoopnet-pt/org/working-papers](http://www.dyncoopnet-pt/org/working-papers), 30 de Janeiro 2012. A. Crespo Solana (ed.), *Comunidades transnacionales. Colonias de Mercaderes Extranjeros en el Mundo Atlántico (1500-1830)* (Madrid: Ediciones Doce Calles, 2010).

<sup>45</sup> Rila Mukherjee (ed.), *Networks in the First Global Age, 1400-1800* (Delhi: Primus Books e Indian Council of Historical Research, 2011).

<sup>46</sup> O projecto DynCoopNet já começa a dar os seus frutos como escola historiográfica. Vide: Ana Sofia Vieira Ribeiro, “Mechanisms and Criteria of Cooperation in Trading Networks of the First Global Age. The Case Study of Simon Ruiz Network, 1557-1597” (Diss. de Doutoramento, Universidade do Porto, 2011).

Ana Sofia Ribeiro\*

## **A endogamia em redes mercantis da «Primeira Idade Global». O caso da rede de Simon Ruiz (1553-1597).**

**R E S U M O** | *As redes mercantis na Época Moderna são conhecidas, no discurso historiográfico, por se terem organizado em estratégias fundamentalmente endogâmicas tanto no agenciamento do negócio em praças distantes, como nas parcerias económicas e matrimoniais. Utilizando a companhia de Simon Ruiz (1558-1597) como estudo de caso, este artigo questiona este pressuposto teórico da historiografia modernista. Através da análise de redes, tenta compreender a forma como a endogamia familiar, profissional e de "naturalidade" funcionou como alavanca de início e fortalecimento da actividade comercial e financeira e como estratégia de alargamento da rede de negócios e de favorecimento de negócios proveitosos para os agentes envolvidos. O corpus documental seleccionado para este fim tem raízes na documentação produzida pelo próprio Simon Ruiz e sua companhia, nomeadamente as letras de câmbio e a correspondência comercial.*  
*Palavras Chave:* endogamia, redes mercantis, família, comércio inter-cultural, cooperação

**A B S T R A C T** | *In historiographic narratives, Early Modern trading networks are claimed to promote endogamic strategies for selecting business agents in distant places, as well as for matrimonial and economic partnerships. Focusing on Simon Ruiz trading and financial company (1558-1597) as a case study, this paper questions this theoretical assumption of Early Modern historiography. Through network analysis, it shows the limited degree to which endogamy based on kinship, professional compatibility, and on a common geographic provenience functioned as a way to entangle and strengthen trade and finance and as a strategy for network expansion and increasing business profits. The selected data sources for this purpose were the documents produced by Simon Ruiz and his company, namely bills of exchange and commercial correspondence.*  
*Keywords:* endogamy, trading networks, kinship, cross-cultural trade, cooperation

Segundo as mais recentes tendências historiográficas parece ser inquestionável a existência de redes de comércio ao longo do período moderno nas mais diversas regiões do mundo. Já nos anos 70, Braudel defendia que o universo comercial, entre os séculos XVI e XVIII, cobria o mundo de pequenas quadrículas e em cada encruzilhada e em cada escala existiria um mercador que aí estava sediado ou por aí passava<sup>1</sup>.

O mesmo autor afixava que as minorias que participavam neste trato comercial tinham um marcado carácter endogâmico, acentuando uma tendência natural para a coesão, auxílio mútuo e auto-defesa<sup>2</sup>. Os trabalhos realizados na senda da análise dos grupos mercantis da Época Moderna defenderam este pressuposto, que se tem mantido, em investigações mais recentes, em casos de estudo como as redes

---

\* Bolseira de pós-doutoramento. Investigadora do CITCEM – U. Porto e do CIDHEUS – U. Évora.

<sup>1</sup> Fernand Braudel, "Os Jogos das Trocas" in *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*, vol. II (Lisboa: Teorema, 1992), 129.

<sup>2</sup> *Ibidem*, 144.

de comércio arménias<sup>3</sup>, os judeus sefarditas de Antuérpia<sup>4</sup> ou cristãos-novos no trato do açúcar brasileiro<sup>5</sup>. No entanto, registam-se algumas vozes dissonantes (como veremos mais à frente em maior detalhe).

Neste artigo, baseado na nossa dissertação de Doutoramento<sup>6</sup>, importa questionar alguns pressupostos teóricos que consideram que a endogamia familiar, confessional e de naturalidade seria uma característica e uma estratégia de negócio em redes mercantis da Época Moderna, segundo o enfoque metodológico da análise de redes.

A aplicação da análise de redes em trabalhos sobre redes mercantis da época moderna tem sido escasso<sup>7</sup>. Este processo metodológico perspectiva a acção dos indivíduos numa lógica prosopográfica e relacional. As palavras 'rede social' referem-se a um conjunto de actores e às relações existentes entre eles. Numa concepção relacional da realidade, os indivíduos e as suas acções são interdependentes e os laços estabelecidos entre si são um meio de transferência de recursos materiais e/ou imateriais. Desta forma, a teoria de grafos configura um método relevante de compreensão da realidade histórica, uma vez que os modelos de análise de redes observam os comportamentos dos actores numa moldura estrutural que condiciona e promove certas actividades do agente<sup>8</sup>: '[...] l'autonomie des individus, leurs motivations changeantes, leur valeurs se construisent à l'intérieur d'un tissu social et sont endogènes à ce tissu<sup>9</sup>.' Os agentes históricos não estabeleciam relações por fruto do acaso, mas antes condicionados pela estrutura de relações em que estavam envolvidos<sup>10</sup>.

Simon Ruiz e a sua companhia comercial afiguram-se-nos como um excelente caso de estudo. Nascido em Burgos, entre 1525 e 1526, no seio de uma família de pequenos comerciantes de lã, começou a sua actividade comercial 25 anos mais tarde, por meados de quinhentos, como agente de Ivon Roncaz de Nantes, no trato de panos nas feiras de Medina del Campo. A importância destas feiras, consideradas um ponto nevrálgico de circulação de pessoas, mercadorias e crédito<sup>11</sup>, encorajaram Ruiz a envolver-se em parcerias sucessivas em actividades de comércio, sendo os seus primeiros parceiros Juan de Orbea, Tesoureiro de Aragão, o seu irmão André Ruiz em Nantes e Ochoa Lanier em Bilbau<sup>12</sup>. Procurando investir para alargar os lucros no comércio do azeite, especiarias, indigo, sal e trigo, Simon Ruiz começou a colocar agentes da sua confiança em pontos geográficos vitais para os seus negócios. Além disso, começou a construir uma rede de informantes em praças de relevância internacional no tempo, como Lisboa, Génova, Ruão,

<sup>3</sup> Sebouh Aslanian, "Social capital, trust and the role of networks in Julfan trade: informal and semi-formal institutions at work", *Journal of Global History* (vol.1/3, 2006), 383-402

<sup>4</sup> Florbela Veiga Frade, "As Relações Económicas E Sociais Das Comunidades Sefarditas Portuguesas. O Trato E a Família, 1532-1632." (Diss. Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2006)

<sup>5</sup> Daniel Strum, "Revisiting the role of kinship and ethnicity in Early Modern trade: the Portuguese Jews and New Christians in the sugar trade" in XVth World Economic History Congress (Utrecht, 2009).

<sup>6</sup> Ana Sofia Ribeiro, "Mechanisms and criteria of cooperation in trading networks of the First Global Age. The case study of Simon Ruiz network, 1557-1597" (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2011).

<sup>7</sup> Mike Burkhardt, *Der Hansische Bergenhandel Im Spätmittelalter: Handel - Kaufleute - Netzwerke* (Köhl: Böhlau Verlag Köln, 2009). Quentin van Doosselaere, *Commercial Agreements and Social Dynamics in Medieval Genoa* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009).

<sup>8</sup> Stanley Wasserman; Katherine Faust, *Social Network Analysis: methods and applications* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994), 4.

<sup>9</sup> Zacarias Moutoukias, "La notion de réseau en histoire sociale: un instrument d'analyse de l'action collective" in *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime*, ed. Juan Luis Castellano and Jean-Pierre Dedieu (Paris: CNRS Editions, 1998), 182.

<sup>10</sup> José Maria Imízcoz, "Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global", *Revista da Faculdade de Letras: História* (3ª série, vol. 5, 2004), 127.

<sup>11</sup> Fernand Braudel, "Os Jogos das Trocas" in *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*, vol. II (Lisboa: Teorema, 1992), 68. Hilario Casado Alonso, "Medina Del Campo Fairs and the Integration of Castile into 15th and 16th Century European Economy" in *Trentaduesima Settimana di studi*, ed. Simonetta Cavaciocchi (Prato: Le Monnier, 2001), 502.

<sup>12</sup> Henri Lapeyre, *Une famille de marchands: les Ruiz* (Paris: Armand Collin, 1955), 60-62.

Roma, Veneza ou Lyon<sup>13</sup>.

A importância da sua firma não se fixou no mero trato comercial. Em Medina del Campo, uma importante praça financeira, iniciou-se como banqueiro, especializando-se em câmbios. Entre 1576 e 1588 encontra-se entre um dos mais significativos *asientistas* de Filipe II<sup>14</sup>.

Preenchendo em traços gerais o retrato do mercador-banqueiro da centúria de quinhentos, Simon Ruiz deixou documentadas relações de cooperação comerciais pontuais ou contínuas com alguns indivíduos, como com os Bonvisi de Lyon, os Spínola, os Lomelino, os Ximenes ou os Rodrigues de Évora<sup>15</sup>. Por outro lado, constituiu uma rede social de agentes, representantes da firma, colaboradores e informantes comerciais que, de forma dinâmica, vão apresentando relações e comportamentos económicos que evoluem ao longo do tempo.

A sua importância em espaços chave da economia europeia do início da época moderna tornam-no uma referência, não só na Península Ibérica, mas também no resto da Europa, aumentando, para além da potencial amplitude da rede, a variedade e heterogeneidade dos parceiros. Estas características fizeram deste personagem histórico um caso de estudo representativo para a equipa portuguesa do projecto DynCoopNet<sup>16</sup> (na qual nos incluímos), cujo objectivo era o estudo dos mecanismos de cooperação em redes de negócio da «Primeira Idade Global» (1400-1800).

As evidências em discussão resumem a informação obtida a partir de duas categorias documentais presentes no arquivo particular da companhia de Simon Ruiz, tutelado pela Fundación Simón Ruiz, disponíveis no Archivo Histórico Provincial de Valladolid – as letras de câmbio (8926) e a correspondência comercial (461), esta última restrita às relações com agentes sediados em Portugal. Esta escolha, ainda que representativa de uma empresa da Primeira Época Global, tem como inconveniente o facto de apenas podermos apresentar o retrato de uma rede altamente centralizada e personalizada em Simon Ruiz, uma vez que quase todos os actos documentais o envolviam directa ou indirectamente, enquanto pólo centrípeto da companhia, ainda que desempenhando funções diferenciadas.

Ambas tipologias documentais configuram-se ideais para o trabalho da análise de redes, uma vez que enunciam agentes e relações de diferentes tipos, que fariam parte da actividade quotidiana de uma companhia comercial com expressão internacional da Europa de Quinhentos.

Nas letras de câmbio verificam-se duas relações apriorísticas distintas no circuito financeiro do câmbio. Um vínculo de carácter financeiro entre tomador e pagador e outro entre beneficiário e dador, com contas correntes entre si: "(...) este vínculo solía responder a corresponsalías bancarias en el extranjero, relaciones de parentesco o sociedad o vínculos de carácter mercantil, que en cualquier caso garantizaban la fluidez del trafico fiduciario materializado en la cédula o letra de cambio."<sup>17</sup>

Com estes personagens, a letra de câmbio desenvolve-se em dois momentos distintos: um primeiro, em que o dador entrega o dinheiro ao tomador e indica-lhe qual o beneficiário desse dinheiro, situado numa praça distinta. Um outro em que o tomador fabrica um documento,

<sup>13</sup> José Manuel Gonzalez Torga, "Simón Ruiz, un Mercader banquero: volcado a Europa desde Medina del Campo", *Revista de la Hermandad del Valle de los Caídos* (Nº 97, 2005). Hilario Casado Alonso, "Los Flujos De Información En Las Redes Comerciales Castellanas En Los Siglos XV y XVI", *Investigaciones de Historia Económica* (10, 2008), 54.

<sup>14</sup> Henri Lapeyre, *Simon Ruiz et les asientos de Philippe II* (Paris: SEVPEN, 1953).

<sup>15</sup> J. Gentil da Silva, *Marchandises et finances. Lettres de Lisbonne (1563-1578)* (Paris: Armand Collin, 1959).

<sup>16</sup> *Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Networks in the First Global Age*. Para mais informações sobre o projecto e o trabalho desenvolvido pela equipa portuguesa, liderada pela Professora Doutora Amélia Polónia, por favor consultar [www.dyncoopnet-pt.org](http://www.dyncoopnet-pt.org).

<sup>17</sup> Ricardo Rodríguez Gonzalez, "La negociación cambiaria en la banca de Simón Ruiz" in *Dinero, Moneda y crédito en la Monarquía Hispánica*, coord. Antonio Miguel Bernal Rodriguez (Madrid: Fundación ICO/Marcial Pons, 2000), 684.

em que diz ao pagador que deve pagar um determinado valor, em determinada moeda, ao beneficiário.

Esta fonte permite ao investigador visualizar uma ampla reconstrução da rede social, mercantil e espacial em volta de Simon Ruiz e da sua variabilidade cronológica. Cobrindo o período de 1553 a 1606 ininterruptamente, permite-nos ver a evolução da rede como um todo, descobrindo novos e velhos parceiros, tal como alguns dados de caracterização individual dos agentes, nomeadamente questões de género, local de residência, filiação religiosa, profissão, cargo, título nobiliárquico, académico, ou outro.

Além das relações financeiras despontam, por vezes, relações de confiança (quando estes intervenientes têm alguém que os representa neste circuito financeiro, por forma de procuração ou não), relações familiares, de sociabilidade (em heranças, por exemplo).

No entanto, o facto de lidarmos com uma narrativa muito estandardizada e, muitas vezes omissa em dados individuais dos agentes, à excepção do nome, leva-nos desde logo a uma ausência de explicação dos factores que podem ou não influir na pertença ou exclusão do indivíduo na rede, em determinado momento.

Do ponto de vista formal, a carta comercial não apresenta uma estrutura rígida, como as letras de câmbio, apresentando uma maior riqueza e detalhe informacional e maior variabilidade na qualidade dos dados. Além da caracterização individual dos agentes, a tipologia de relações estabelecidas entre indivíduos é bem mais diversa: relações de cooperação e não cooperação (engano, deserção e competição), relações de amizade, relações de confiança e suspeição, relações comerciais, financeiras, familiares e de sociabilidade.

As cartas dão-nos infindáveis informações sobre questões de negócio: preços de mercadorias, unidades de peso e medida, prémios de seguros, fretes, câmbios, descrições qualitativas e quantitativas de produtos disponíveis em determinadas regiões ou cidades... Ao contrário das letras de câmbio, elas deixam auscultar as conjunturas que condicionavam para os agentes a actividade comercial e financeira: notícias sobre a situação política, militar, diplomática, climática e sobre calamidades; flutuações de mercado e oportunidades de investimento.

As limitações da correspondência comercial prendem-se, antes de mais, com a vastidão e complexidade da informação, que varia em todos os documentos. É difícil sistematizar os dados e encontrar variáveis exactas e estáveis. Há ainda a considerar a intencionalidade e as condições de produção da fonte. Quem escreve a carta, o emissor, carrega de intencionalidades o discurso, o que pode condicionar a veracidade da informação enviada. Documento de índole privada e pessoal, as informações conjunturais são pautadas pela própria visão do mundo que o produtor teria. Esta subjectividade condiciona a objectividade da recolha de dados<sup>18</sup>.

Apesar da natureza distinta dos dois fundos documentais utilizados é relevante ressaltar que esta distinção se dilui numa mesma grelha de recolha e na utilização de uma base de dados de carácter propográfico que se configura na apresentação de biografias individuais. De resto, na resposta às questões que aqui colocamos, a análise qualitativa das cartas não aponta para conclusões diversas das letras de câmbio. Assim, e considerando que, quase todos os agentes referidos na correspondência comercial consultada aparecem também nas letras de câmbio, o crédito era absolutamente fundamental à actividade comercial de longa distância, e a maior parte dos agentes serem simultaneamente mercadores e banqueiros (situação muito frequente na centúria de Quinhentos<sup>19</sup>), é manifestamente prejudicial distinguir uma tipologia comercial da outra, uma vez que a base de trabalho são as narrativas individuais.

<sup>18</sup> Os dados foram coligidos pela equipa portuguesa DynCoopNet numa base de dados de acesso público (<http://timelink.dyncoopnet.pt.org>), utilizando o modelo TimeLink desenvolvido pelo Professor Joaquim Carvalho e a sua equipa na Universidade de Coimbra. Para mais informações, por favor consultar Amélia Polónia coord., "DynCoopNet: Portuguese Research Project. Report to European Science Foundation." 2008, na página web <http://www.dyncoopnet-pt.org/about-portuguese-project> (Consulta realizada a 10-01-2012).

<sup>19</sup> Alberto Tenenti, "O Mercador e o Banqueiro" in *O Homem Renascentista*, dir. Eugenio Garin (Lisboa: Editorial Presença, 1991), 145-167.



Por outro lado, é relevante que ambas as tipologias documentais descrevem processos em que a confiança teria de ser amplamente consolidada na duração e na qualidade das informações. Não obstante, é inegável o peso superior das letras de câmbio na sùmula destas informações individuais, o que condicionará a análise que se segue.

Em termos de análise de redes e face ao corpus documental seleccionado é importante referir que os produtos de visualização de redes apresentados estão altamente centralizados num único indivíduo, Simon Ruiz, uma vez que ele participa em quase todos os actos documentais da sua empresa. Assim, podemos afirmar que estes esboços representativos de uma realidade parcial representam uma rede em que uma grande parte do grafo configura uma «ego-network», que consiste na existência de um nodo focal, neste caso, Simon Ruiz que está directamente ligado a grande parte de outros agentes envolvidos na rede<sup>20</sup>.

Simon Ruiz dava os seus primeiros passos como homem de negócios autónomo como agente de importação de têxteis franceses em Castela<sup>21</sup>, quando, em 1557, Filipe II decretava a primeira bancarrota do seu reinado, em que [...] la conversión de la deuda flotante en consolidada era un respiro, aunque aparente, pues ponía un remedio temporal a su depauperada hacienda.<sup>22</sup>

Nos dois primeiros anos em que possuímos informação documental serial da actividade de Simon Ruiz, 1558 e 1559, o mercador teria já 52 parceiros na sua vizinhança económica. Contudo, ele apenas aparece directamente relacionado com 15 indivíduos, significando que mais de 70% dos membros da rede eram seus parceiros indirectos. Os primeiros parceiros de Simon Ruiz eram aqueles que o representavam directamente ou agiam como seus beneficiários ou tomadores em letras de câmbio. Desta forma, encontrava-se fortemente dependente de um pequeno grupo de indivíduos e dos seus contactos, que não controlava.

Quem eram estes parceiros iniciais? Fariam eles preferencialmente parte do entorno familiar, confessional ou natural de Simon Ruiz? A bióloga Hanna Kokko observou, no mundo animal, que a sobrevivência de determinado grupo de indivíduos era garantida pelo alargamento de um grupo original, constituído inicialmente por indivíduos geneticamente idênticos, ou seja, por parentes. A autora designou este processo de «group augmentation», em que a melhoria da performance de determinado grupo seria assegurada pelo recrutamento de indivíduos externos ao primeiro conjunto de relações<sup>23</sup>. Será este princípio teórico aplicável a uma rede mercantil do século XVI?

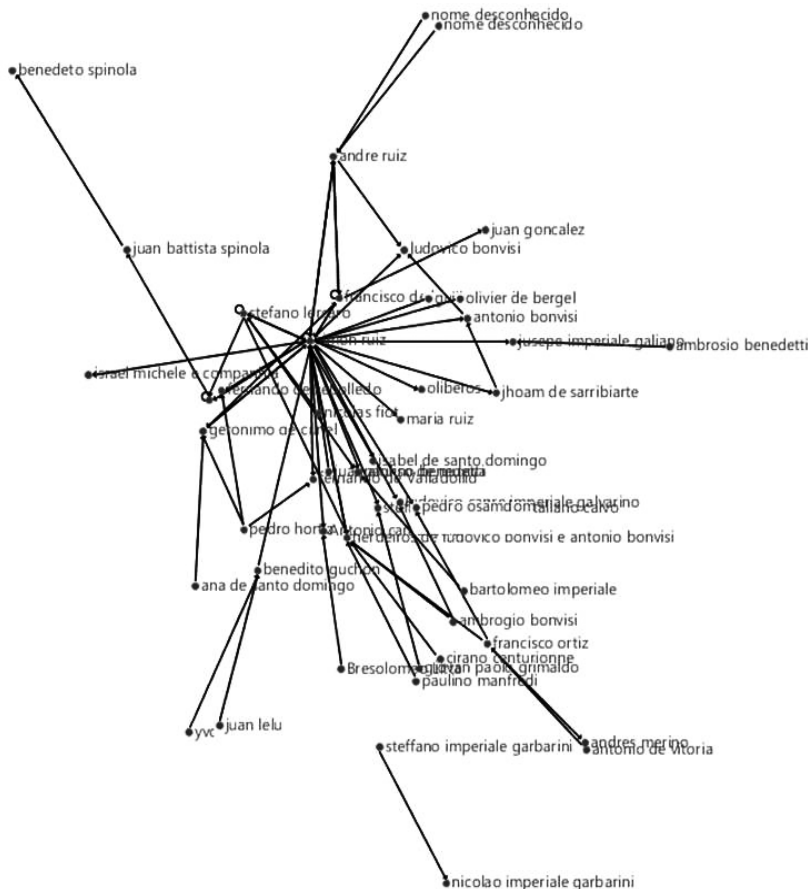
Nos 53 indivíduos representados na figura 1, apenas dois indivíduos pertencem à família de Simon Ruiz: o irmão Andre Ruiz e a irmã Maria Ruiz (3,8%). Antonio de Vitoria e Gerónimo de Curiel pertencem a famílias ancestralmente relacionadas com o judaísmo em Castela (3,8%). Cerca de 34% dos indivíduos que aqui estão representados são também castelhanos. No início da actividade da companhia Ruiz parece não ter existido uma grande tendência para que a endogamia familiar, de naturalidade ou confessional tenha constituído uma alavanca fundamental para a melhor eficácia nas transacções comerciais.

<sup>20</sup> Hannah Knox, Mike Savage, Penny Harvey, "Social networks and the study of relations: networks as a method, metaphor and form", *Economy and Society* (vol. 35/1, 2006), 113-140.

<sup>21</sup> Henri Lapeyre, *Une Famille De Marchands: Les Ruiz. Contribution À L'étude Du Commerce Entre La France Et L'espagne Au Temps De Philippe II* (Paris: Librairie Armand Colin, 1955), 60.

<sup>22</sup> Maria Emilina Martín Acosta, *El Dinero Americano Y La Política Del Imperio* (Madrid: Editorial Mapfre, 1992), 80.

<sup>23</sup> Hanna Kokko; Rufus Johnston; T. H. Clutton-Brock. "The Evolution of Cooperative Breeding through Group Augmentation." *Proceedings of the Royal Society of London* (vol. 268, no. 1463, 2001), 187.

**Fig. 1** – Rede de Simon Ruiz, 1558-1559

## 1. A endogamia familiar

Segundo algumas das principais tendências da historiografia nacional e internacional, as associações comerciais de agentes eram consolidadas dentro do núcleo familiar ou da parentela. Os laços familiares eram encarados como um sinónimo de confiança, sendo os membros de uma mesma família colocados em posições chave de agenciamento ou representação nas principais praças comerciais e financeiras, de acordo com a estratégia de negócio de determinada casa<sup>24</sup>. Também a bibliografia teórica sobre a cooperação, nomeadamente na biologia, tem acentuado a importância destas relações familiares numa primeira constituição de relações de

<sup>24</sup> É o caso dos mercadores de lã de Burgos nos séculos XV e XVI - Constance Jones Mathers, “Family Partnerships and International Trade in Early Modern Europe: Merchants from Burgos in England and France, 1470-1570.” *The Business History Review* (vol. 62, no. 3, 1988): 367-97; dos mercadores florentinos, milaneses e genoveses estacionados em Lisboa durante as centúrias de quinhentos e seiscentos - Nunziatella Alessandrini, “Os Italianos Na Lisboa De 1500 a 1680: Das Hegemonias Florentinas Às Genovesas.” (Diss. Doutoramento, Universidade Aberta, 2009); dos sefarditas portugueses de Antuérpia - Florbela Veiga Frade, “As Relações Económicas E Sociais Das Comunidades Sefarditas Portuguesas. O Trato E a Família, 1532-1632.” (Diss. Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2006); ou das comunidades mercantis da Génova medieval - Gunnar Dahl, *Trade, Trust, and networks. Commercial culture in late Medieval Italy* (Sweden: Nordic Academic Press, 1998).

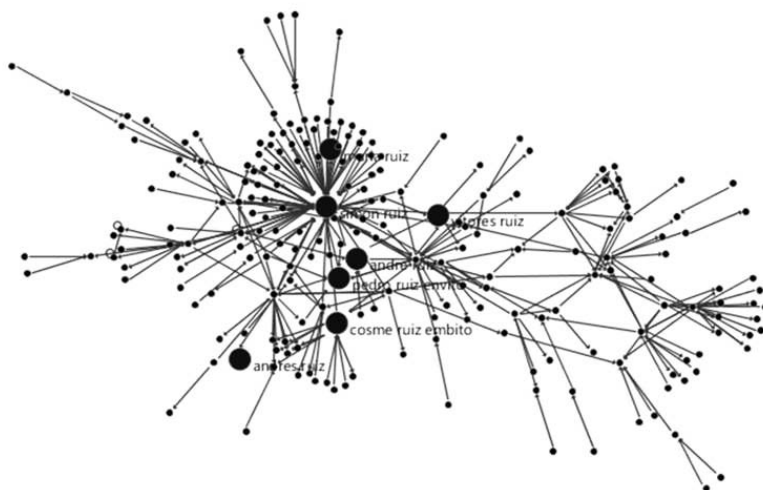
cooperação, designando este mecanismo como «Kin selection». A expressão prevê que os parceiros da cooperação são seleccionados pela partilha genética, ou seja, a existência de laços de sangue promove a cooperação<sup>25</sup>:

“[...] when individuals have equal access to kin and non-kin, those who choose kin as partners obtain a fitness bonus. Because the fitness bonus is obtained reciprocally between kin, kin partners are mutually dependent on two accounts: (i) to obtain the direct benefits of cooperation and (ii) to obtain its indirect benefits, which dictates their cooperating together. By comparison, non-kin are mutually dependent only to obtain B; they would not lose any fitness bonus by defecting. For this reason, kin would constitute more reliable partners compared to non-kin, and kin partnerships would be more stable as a result.<sup>26</sup>”

Família é um conceito amplamente diverso e elástico. Neste particular estudo, as relações familiares designarão as relações de consaguinidade directa, vertical e horizontal (pais, avós, irmãos, tios, primos), mas também a parentela colateral, sem consanguinidade, estabelecidas mormente pelo matrimónio (cunhados, sogros).

As relações familiares representam apenas 8,2% do total das relações na rede de Simon Ruiz entre 1558 e 1597. Este número relativo diz não só respeito às relações entre a família Ruiz, mas engloba também todos os laços de sangue que conseguimos estabelecer entre um total de 4180 indivíduos que integram as relações do mercador castelhano neste período. No entanto, o facto de trabalharmos directamente com a companhia Ruiz permite-nos avaliar o peso e a relevância das acções dos membros desta família no funcionamento desta estrutura de relações.

**Fig. 2** – Relações de confiança e familiares de Simon Ruiz (nodos maiores), 1558-1597

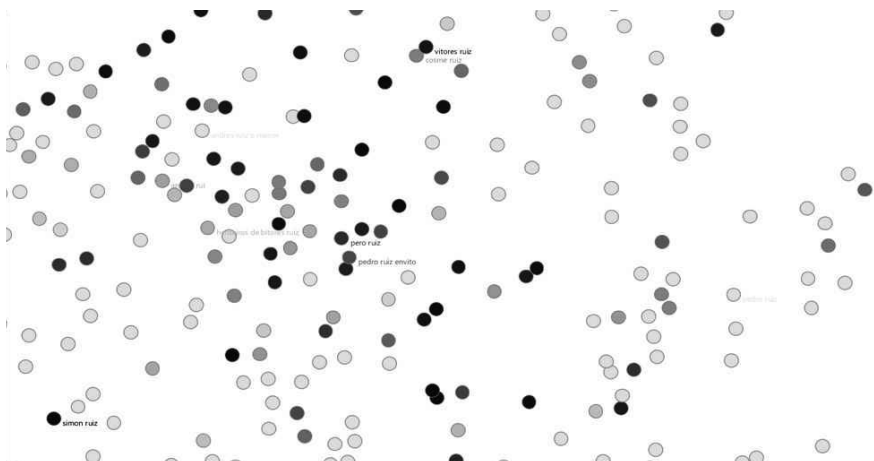


<sup>25</sup> Martin A. Nowak, “Five Rules for the Evolution of Cooperation.” *Science* (vol. 314, no. 5805, 2006): 1561.

<sup>26</sup> Bernard Chapais, “Kinship, competence and cooperation in primates” in *Cooperation in primates and humans. Mechanisms and evolution*, P. M. Kappeler; C. P. van Schaik, ed. (Berlin/ Heidelberg: Springer Verlag, 2006), 49.

De acordo com a figura acima, parece inquestionável a existência de intensas ligações de confiança entre Simon Ruiz, os seus irmãos Vitores, Maria e Andres, e os sobrinhos Pedro, Andres e Cosme Ruiz. Simon administrava a herança de Maria; o irmão André era o seu representante em Nantes, posição que o seu filho mais velho, homónimo, também ocupará. Com Vitores constituiu uma parceria no comércio de produtos coloniais, comprados em Sevilha durante a década de 1560. Contudo, a maior parte das relações de confiança estabelecidas por Simon Ruiz foram estabelecidas com membros externos ao grupo familiar. Os parentes de Simon Ruiz representam apenas 2,14% dos 327 parceiros que mais frequentemente interagem na rede. Considerando a intensidade das relações como um indicador de confiança, observamos que na maioria das ligações relacionadas com representação em negócios, a estratégia de agência familiar não seria determinante. Francesca Trivellato avaliando as relações de agenciamento que os mercadores sefarditas de Livorno, no século XVIII, estabeleciam com mercadores Hindus no Oriente chega a uma conclusão similiar. Os agentes colocados em Goa não eram seus familiares, mas antes mercadores autóctones conhecedores das dinâmicas locais de negócio<sup>27</sup>.

Fig. 3 - «Betweenness centrality» e a família Ruiz na rede de negócios de Simon Ruiz, 1558-1597.



A medida estatística «betweenness centrality», representada na figura acima pelo escurecimento gradual da cor dos nodos, demonstra a importância dos indivíduos na rede, calculando o impacto da sua presença. Por outras palavras, calcula quantos nós são desligados da rede se um determinado indivíduo for removido do grafo. Esta medida decorre da teoria dos «structural holes» de Burt, em que um agente se encontra numa posição vantajosa quando consegue estabelecer uma relação com outros indivíduos, que de outra forma, não estariam ligados<sup>28</sup>.

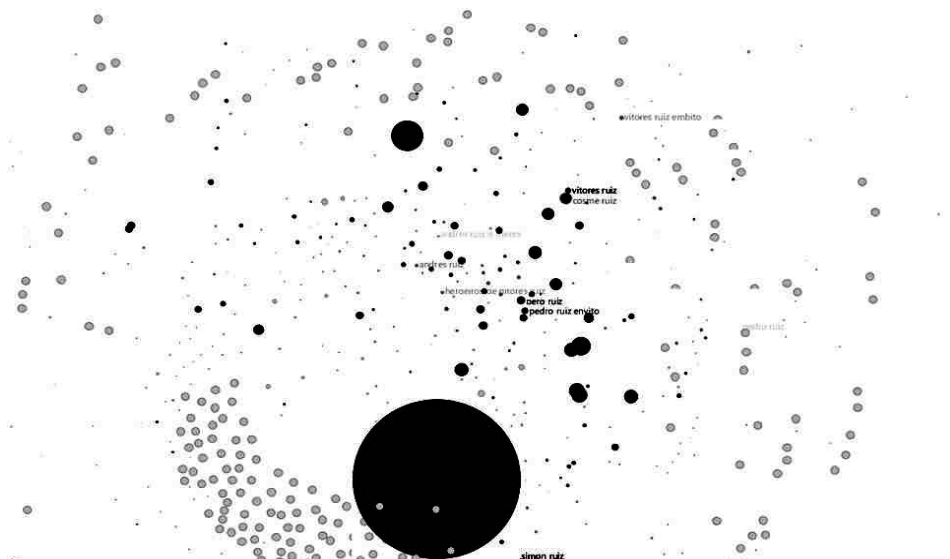
Na figura 3, os nodos correspondentes aos membros da família Ruiz estão representados onomasticamente. De acordo com esta representação, apenas o irmão mais velho de Simon, Vitores desempenha um papel relevante nos contactos que oferece aos seus vizinhos. Contudo, o estabelecimento da relação de parceria comercial entre os dois irmãos é efectuada apenas na década de 1560, e não nos anos iniciais de actividade da firma de Simon Ruiz, fazendo parte de uma estratégia de promoção da expansão do número de parceiros de negócios. O outro irmão,

<sup>27</sup> Francesca Trivellato, *The Familiarity of Strangers. The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period* (New Haven/London: Yale University Press, 2009).

<sup>28</sup> Richard S. Burt, *Structural Holes* (Cambridge: Cambridge University Press, 1992).

André, e os sobrinhos Pero e Cosme desempenham um papel de média relevância na estrutura de rede da companhia, ao contrário de indivíduos como os Bonvisi, Gerónimo de Valladolid, António Gomes, Simão Rodrigues de Évora ou André Ximenes.

**Fig. 4** - «Betweenness centrality» e conectividade total da família Ruiz , 1558-1597.



Contabilizando o número total de contactos de cada indivíduo, proporcional ao tamanho dos nodos na figura acima, em relação com a sua medida de centralidade, constata-se de que forma os membros da família de Simon Ruiz poderiam ser utilizados para expandir o seu negócio. Simon Ruiz é detentor do maior número de relações estabelecidas na rede uma vez que ele participa em quase todos os actos documentados no que sobreviveu do arquivo da sua actividade comercial e financeira, num total de 1205 ligações distintas, com uma conectividade média de 180 parceiros. Comparando este total de mais de um milhar de ligações distintas com a conectividade total de outros membros da sua família a diferença é clara; o seu herdeiro, Cosme tem 219 ligações distintas, Pero Ruiz (35), Vitores Ruiz (27) e Andre Ruiz (26). Uma análise relativa de toda a rede permite concluir que os indivíduos que conjugam uma conectividade total mais elevada, com uma maior «betweenness centrality» não pertencem ao grupo familiar Ruiz. São eles as sucessivas gerações dos Bonvisi de Lyon, o empregado Francisco de Bobadilla em Madrid, Francisco de Maluenda peça fundamental na transferência de capitais entre Medina del Campo ou Madrid e as feiras de Piacenza, o banqueiro Baltasar Suarez e o seu mais antigo empregado, que chegará a sócio de Simon, Lope de Arciniega.

A um nível de análise micro, dentro dos indivíduos da família Ruiz, Vitores Ruiz foi um parceiro fundamental do irmão no acesso aos mercados castelhanos de Sevilha detentores de maiores cabedais, como os Curiel, os Maluenda e Juan Ortega de la Torre. Ainda assim a ligação económica com Simon não foi a mais frequente, nem a mais persistente no tempo. Entre 1560 e 1566 apenas foram detectados estes laços por 85 vezes, uma média de 12 colaborações/ano. André e Pero afiguraram-se estrategicamente menos relevantes, sendo o primeiro, o seu representante nos negócios franceses, e o segundo que (sobre)viveu como homem de negócios

à sombra do tio, como o comprova a correspondência comercial trocada com o parceiro português António Gomes. Considerando os valores normalizados referidos nos diferentes actos documentais torna-se perceptível que nenhum desses actos envolveu membros da família Ruiz, mas antes as mesmas figuras que possuem uma centralidade mais determinante na rede.

Desta forma, as relações familiares não parecem ter desempenhado um papel absolutamente crucial na formação e na expansão desta rede de negócios, confirmando a teoria de Granovetter em que a família, os «strong ties», aparece como uma ténue base de apoio na actividade económica. Pelo contrário, é entre os «weak ties» (conhecidos, agentes com quem existe um nível de intimidade emocional menor) que surgem mais e melhores oportunidades de negócio<sup>29</sup>. Foram estes agentes que ajudaram a construir pontes entre diferentes grupos locais de actores, que, de outra forma, estariam isolados, reduzindo custos ao tornar a distância social de relações em caminhos mais curtos. Por outro lado, ao contrário das observações empíricas de Kokko, parece-nos que, no caso das redes comerciais do século XVI, a cooperação não seria estabelecida inicialmente entre parentes. Todavia, estes laços familiares ocuparam o seu papel nesta rede, ainda que o grupo se tenha baseado massivamente em indivíduos exteriores ao círculo familiar. Contudo, o paradigma de alargamento da rede não só não era baseado na colaboração contínua com parceiros antigos, mas também a maioria da parentela de Simon Ruiz participou na rede para lá de 1560.

## 2. A endogamia confessional

A historiografia tem dividido a sua opinião quanto ao carácter inter ou intra confessional destas associações e parcerias entre agentes económicos<sup>30</sup>. Mas seria, de facto, a questão religiosa um factor chave na escolha de parceiros comerciais e financeiros? A partilha de actos confessionais e de sociabilidade fortalecia a confiança entre parceiros? Simon Ruiz apresenta uma identidade confessional dificilmente classificável. A historiografia castelhana tem discutido este assunto, considerando-o por vezes cristão-novo<sup>31</sup>, outras vezes cristão velho<sup>32</sup>, uma vez que é difícil avaliar como o seu caso seria considerado à época. Simon Ruiz é descendente de uma família judaica castelhana, forçada à conversão muito antes do reinado dos Reis Católicos, aquando da contestação à regência de Henrique III e das lutas pelo poder, no final do século XIV (massacres

<sup>29</sup> Mark Granovetter, "Business Groups and Social Organization" in J.S. Neil and Richard Smelser ed. (Princeton: Princeton University Press, 1995), 429-450.

<sup>30</sup> Por exemplo, Florbela Veiga Frade, "As Relações Económicas E Sociais Das Comunidades Sefarditas Portuguesas. O Trato E a Família, 1532-1632." (Diss. Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2006); Avner Greif, "Contract enforceability and economic institutions in early trade: the Maghribi traders' coalition", *American Economic Review* (vol.83, nº3, 1993), 525-548; salientam-se os trabalhos realizados na senda do «cross-cultural trade»: Cátia Antunes, *Lisboa e Amesterdão, 1640-1705. Um caso de globalização na História Moderna* (Lisboa: Livros Horizonte, 2009); Francesca Trivellato, (Harvard: Harvard University Press, 2009).

<sup>31</sup> Hilario Casado Alonso, *El triunfo de Mercurio. La Presencia Castellana en Europa (siglos XV y XVI)* (Burgos: Cajacírculo, 2003), 36-37.

<sup>32</sup> Cantera Burgos refere estes casos como cristãos velhos, destacando o caso dos Maluenda e dos Salamanca, que, após a conversão forçada, ocupam cargos eclesiásticos de grande responsabilidade e tentam chegar assim à nobreza e à corte. Francisco Cantera Burgos, *Alvar García de Santa María. Historia de la judería de Burgos y sus conversos más egregios* (Madrid: Instituto Arias Montano, 1952). No nosso entender, esta dedução não parece tão óbvia, uma vez que para estes a ocupação destes cargos era assumida como uma estratégia de ascensão social e de mecanismo de integração e imitação das elites, algo a que os mercadores e banqueiros da época moderna parecem ter aspirado com regularidade [cf. Françoise Bayard, *Le monde des financiers au XVIIIe siècle* (Paris: Flammarion, 1998), 438-444; Fernanda Olival, "Juristas e mercadores à conquista das honras: quatro processos de nobilitação quinhentistas", *Revista de História Económica e Social* (2ª série, nº4, 2002), 7-53; Fernanda Olival – "O acesso de uma família de cristãos-novos portugueses à Ordem de Cristo". *Ler História* (nº33, 1997), 67-82], independentemente da sua verdadeira confissão, como o demonstram os diferentes percursos individuais presentes em A. A. Marques de Almeida, dir., *Mercadores e Gente de Trato. Dicionário Histórico dos sefarditas Portugueses* (Lisboa: Campo da Comunicação, 2009).

de 1391). Segundo B. Netanyahu, um movimento de conversões teria ocorrido já desde meados da centúria, e muitas destas conversões teriam sido reais, conduzindo, pela instituição de laços sociais sucessivos, a uma conversão crescente e voluntária em todo o século XV. O judaísmo enquanto crença estaria voluntariamente a esmorecer na Península<sup>33</sup>. No entanto, outros autores sustentam o carácter forçoso das conversões até ao reinado dos Áustrias evocando um contínuo mau estar social que sustentou a acção política dos governantes na procura de uma unificação moral do reino de Castela<sup>34</sup>. Desta forma poderemos equacionar, e mediando cerca de um século e meio, que o carácter judaizante de Simon Ruiz estaria já bem diluído e a sua religiosidade efectivamente sincera e cristã.

Mas ser considerado «converso» foi, na Castela dos séculos XV e XVI, mais do que uma etiqueta religiosa. Foi um definidor social contestado, pelo seu poder económico, social e mesmo político, em cujo padrão a vida de Ruiz parecer assentar. Domínguez Ortiz descreve esse poder. Os conversos eram detentores de importantes cargos públicos, sobretudo municipais, eram protagonistas no artesanato urbano, na medicina e na mercancia e daí serem olhados como súbditos de segunda e não pela falta de fervor religioso<sup>35</sup>. Neste caso de estudo, considerá-lo-emos pois como um «converso», regedor de Medina del Campo, próximo de alguns círculos da corte e da Chancelaria, mercador reputado na sua fortuna, dedicado ao serviço da comunidade, mandando construir um hospital no final da sua vida.

O seu caso é convergente com outras famílias castelhanas dedicadas à mercancia, no século XVI, da região de Burgos, como os Dueña, Maluenda, Astudillo, Vitoria, Curiel, Polanco, Salamanca, Quintanadueñas ou os La Moneda<sup>36</sup>. Mas será, no âmbito deste estudo, impossível de aferir como Simon Ruiz se definiria como cristão, novo ou velho.

#### Quadro 1 – Cristãos – Novos identificados na rede de Simon Ruiz , 1558-1597<sup>37</sup>

Periodo cronológico	Portugueses	Castelhanos
1553-1559		2
1560-1564	4	14
1565-1568	8	11
1569-1573	10	9
1574-1580	107	24
1587-1589	85	15
1595-1597	55	7
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>82</b>

Fonte: Letras de câmbio e correspondência commercial do fundo Simon Ruiz, AHPV.

O número total de Cristãos Novos identificados na rede de Simon Ruiz – 351 indivíduos – representa apenas 8,4 % do total de agents envolvidos na mesma. Ainda que considere-

<sup>33</sup> B. Netanyahu, *The Marranos of Spain: from the late 14th to the early 16th century, according to contemporary Hebrew sources* (Cornell University Press, 1999), 21-29.

<sup>34</sup> Cf. Capítulos 1, 2 e 3 in Antonio Dominguez Ortiz, *Los judeoconversos en España y America* (Madrid: Ediciones ISTMO, 1988).

<sup>35</sup> Por exemplo, Florbela Veiga Frade, "As Relações Económicas E Sociais Das Comunidades Sefarditas Portuguesas. O Trato E a Antonio Dominguez Ortiz, *Los judeoconversos en España y America* (Madrid: Ediciones ISTMO, 1988), 37-41.

<sup>36</sup> Antonio Dominguez Ortiz, *Los judeoconversos en la España Moderna (Madrid: MAPFRE, 1993)*, 178.

<sup>37</sup> Pela falta de documentação e pela dificuldade em levar a cabo estas classificações, a decisão foi baseada em bibliografia, não sendo, por tal motivo, exaustiva. Além da bibliografia citada nas notas anteriores que versam obras da historiografia espanhola que permitem a identificação de Cristãos-Novos castelhanos, a identificação dos cristãos-novos portugueses foi baseada nas seguintes obras: Florbela Veiga Frade, "As Relações Económicas E Sociais Das Comunidades Sefarditas Portuguesas. O Trato E a Família, 1532-1632." (Diss. Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2006); A. A. Marques de Almeida, dir., *Mercadores e Gente de Trato. Dicionário Histórico dos sefarditas Portugueses*. (Lisboa: Campo da Comunicação, 2009); José Gentil da Silva, *Stratégie des affaires à lisbonne entre*

mos Simon Ruiz como um Cristão-Novo, a rede não parece apresentar um carácter endogâmico na questão confessional. No entanto, é essencial sublinhar que os números total e relativo deste cômputo podem eventualmente aumentar, uma vez que a literatura não é exaustiva em estudos prosopográficos sobre os atributos religiosos destes agentes mercantis de quinhentos. Uma classificação religiosa, exacta e completa, não é pois possível neste contexto.

Existiu uma clara preferência por parcerias de negócio com cristãos-novos portugueses. Os espanhóis representam apenas 23% destes homens. Este facto sugere que a escolha pelo estabelecimento de laços comerciais e financeiros com agentes deste background religioso não se basearia apenas em questões de partilha de uma identidade confessional, mas em determinadas características que a comunidade portuguesa de cristãos-novos poderia acrescentar ao sucesso mercantil e financeiro da companhia de Simon Ruiz. Atentando em números relativos isto torna-se mais evidente. Os cristãos-novos portugueses constituem-se como metade do total de parceiros portugueses de Simon Ruiz, enquanto que os espanhóis representam apenas 5,3% do total de agentes espanhóis neste grupo de homens de negócio.

No entanto, enquanto que os «conversos» espanhóis se distribuíram persistentemente por todos os períodos temporais, a presença dos portugueses é apenas massiva depois de 1574, ainda que no período anterior supere os marranos espanhóis na rede. Ainda na década de 60, os cristãos-novos portugueses já se constituíam como importantes parceiros comerciais da companhia Ruiz. Para fazer face à crise do comércio sevillano depois de 1565-66<sup>38</sup>, Simon Ruiz apostou no investimento português em mercadorias orientais, como a pimenta, o cravo ou a canela. Os agentes portugueses compravam a especiaria aos contratadores ou eram parte dos beneficiários dos monopólios<sup>39</sup>. Investiam em conjunto na importação do trigo da Bretanha para Portugal<sup>40</sup>, sempre deficitário na produção de pão e da necessidade de cereal nos espaços ultramarinos<sup>41</sup>. Se considerarmos que os cristãos-novos seriam cerca de três quartos dos mercadores portugueses de Lisboa no final do século XVI<sup>42</sup>, não será estranha a sua grande representatividade nos parceiros portugueses de Ruiz.

Mas com a orientação para a finança da companhia Ruiz depois de 1574<sup>43</sup>, a ligação com parceiros portugueses fortaleceu-se e multiplicou-se, aumentando também o número de cristãos-novos na rede. A bancarrota espanhola de 1575 e o impacto temporário na saúde financeira dos banqueiros genoveses, principais financiadores da Coroa espanhola, abriu caminho a que outros agentes participassem no negócio dos «asientos» espanhóis. Por seu turno, a monarquia espanhola precisava de capital na Flandres, onde travava conflito com os protestantes e onde os agentes espanhóis eram olhados com desconfiança e haviam fugido. Depois de 1574, além de Lisboa, estes cristãos novos estavam sediados em Antuérpia. Com capital acumulado<sup>44</sup> e geograficamente bem posicionados era ótimos parceiros para os «asientos». Apesar de capacidade para investir, não dispunham de capacidade para enviar o dinheiro para a Flandres sem recorrer ao câmbio castelhano, nem condições para enviar os reales de prata das «licencias de saca» para Lisboa, essenciais para prosseguir a actividade comercial no Oriente. Na correspondência comercial com

1595 et 1607. *Lettres Marchands des Rodrigues d'Evora et Veiga* (Paris: Armand Colin, 1956); José Gentil da Silva, *Marchandises et finances. Lettres de Lisbonne (1563-1578)*, vol.1 (Paris: Armand Colin, 1959); J. A. Goris, *Études sur les colonies marchandes méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567. Contribution à l'histoire des débuts du capitalisme moderne* (Louvain: Publications de la Université de Louvain, 1925); Herman Kellenbenz, "I Mendes, i Rodrigues d'Evora e i Ximenes nei loro rapporti commerciali con Venezia". In *Gli Ebrei e Venezia. Secoli XIV-XVIII. Atti del convegno internazionale organizzato dall' Istituto di Storia della Società e dello Stato Veneziano della Fondazione Giorgio Cini, Gaetano Cozzi ed.* (Milano: Edizioni di Comunità, 1987), 143-161; José Gonçalves Salvador, *Os Cristãos-Novos E O Comércio No Atlântico Meridional: Com Ênfase Nas Capitãncias Do Sul 1530-1680* (São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978); João Lúcio de Azevedo, *História dos cristãos-novos portugueses*, 2ª edição (Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975); Carlos Manuel Valentim, "Uma família de cristãos-novos do Entre Douro e Minho: os Paz. Reprodução familiar, formas de mobilidade social, mercancia e poder (1495-1598)" (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2007).

<sup>38</sup> Pierre Chaunu; Huguette Chaunu, *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*, Vol VIII, Tomo 2,1 (Paris: SEVPEN, 1960), 487.



agentes sediados em Portugal vêem-se estabelecidas inúmeras parcerias em asientos onde Simon Ruiz era o investidor principal, mas era parceiro de importantes mercadores portugueses de origem judaica, como António e Luis Gomes de Elvas, Duarte Mendes, António Fernandes de Elvas e Tomás Ximenes<sup>45</sup>.

Esta tendência mantém-se até ao final da centúria, acrescida por uma relação comercial mais sólida com Lisboa e Porto. Por um lado, os contratos da pimenta e de outras especiarias, assim como as rendas das alfândegas portuárias estavam directamente alocados pela Coroa a agentes comerciais portugueses<sup>46</sup>. Por outro lado, o trato do açúcar brasileiro e dos escravos florescia<sup>47</sup>. Os agentes cristãos-novos sediados nos portos do Noroeste português começam a fazer parte da rede de Simon Ruiz. Neste conjuntura, em plena União Ibérica, os comerciantes de escravos passam a ter acesso mais fácil às Índias de Castela. No Porto, o contacto mais frequente era o cristão-novo Simão Vaz que, juntamente com Diogo Pereira, Cristoval Coronel e Diogo Fernandes, serviam de intermediários entre os comerciantes de escravos e a banca castelhana<sup>48</sup>.

Mas se a escolha por agentes de background confessional similar se encontra justificada por critérios de racionalidade económica, é importante referir que apenas alguns destes cristãos novos apresentam uma centralidade relevante na estratégia de negócio da rede, como os Maluenda, Luis Álvares Caldeira ou António Gomes. Parece-nos, pois, que a escolha frequente destes agentes era baseada em critérios de capacidade de negócio individual.

Porém, alguns autores defendem que as redes constituídas por grupos de minorias, como os Cristãos-Novos, funcionam de forma mais eficaz, reduzindo custos de transacção e o risco. Apenas quando emergiam interesses comuns e uma partilha de uma estratégia de investimento é que a cooperação interétnica e interreligiosa se materializa<sup>49</sup>. No entanto, no momento inicial da rede de Simon Ruiz, apenas dois parceiros partilham a matriz confessional judaica de Ruiz. Pelo contrário, a associação com marranos foi promovida por opções de investimento partilhada, especialmente depois do grande crescimento deste tipo de agentes depois de 1574.

<sup>39</sup> AHPV, fundo Simon Ruiz, correspondência comercial, ASR-003.1565.274.

<sup>40</sup> AHPV, fundo Simon Ruiz, correspondência comercial, carta de António Gomes a Simon Ruiz de 29/9/1567, ASR-006.1567.099.

<sup>41</sup> Leonor Freire Costa, Pedro Lains, Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal: 1143-2010* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2011), 118.

<sup>42</sup> David Grant Smith, "The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690" (Diss. Doutoramento, University of Texas, 1975), 17-18.

<sup>43</sup> Henri Lapeyre, *Simon Ruiz et les asientos de Philippe II* (Paris: SEVPEN, 1953), 21-22; Ana Sofia Ribeiro, "Mechanisms and criteria of cooperation in trading networks of the First Global Age. The case study of Simon Ruiz network, 1557-1597" (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2011), 97.

<sup>44</sup> James C. Boyajian, *Portuguese Bankers at the Court of Spain, 1626-1650* (New Brunswick: Rutgers University Press, 1983), 6.

<sup>45</sup> A título de exemplo veja-se a carta de António Gomes a Simon Ruiz de 1/11/1576. AHPV, fundo Simon Ruiz, correspondência comercial, ASR-034.1576.040.

<sup>46</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial* (Lisboa: Editorial Presença, 1968), vol. III, 213.

<sup>47</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial* (Lisboa: Editorial Presença, 1971), vol. IV, 101-118, 172; Leonor Freire Costa, "O transporte no Atlântico. As frotas de açúcar (1580-1663)" (Diss. Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2001); Stuart Schwarz, "Os escravos: «remédio de todas as outras cousas» in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Lisboa: Temas & Debates, 1998), vol. 2, 239; Daviken Studnicki-Gizbert, *A nation upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the crisis of the Spanish Empire, 1492-1640* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 9-13.

<sup>48</sup> AHPV, fundo Simon Ruiz, letras de câmbio, ASR-05.1590.481.

<sup>49</sup> Najat Abdulhaq-Effenberg, *Minorities and networking: the way to entrepreneurial success* (Florence: European University Institute, 2009).

### 3. A endogamia de naturalidade

**Quadro 2** – Número relativo de agentes castelhanos identificados na rede de Simon Ruiz , 1558-1597<sup>50</sup>

Período Cronológico	Percentagem (%) de agentes espanhóis
1558-1559	28
1560-1564	54
1565-1568	51,8
1569-1573	43
1574-1580	53,7
1588-1590	48,7
1595-1597	48,4

Fonte: Letras de câmbio e correspondência commercial do fundo Simon Ruiz, AHPV.

Alguns historiadores defendem que o sentimento de pertença a um grupo identitário como o do Reino, do Estado ou da cidade manifestava-se através da associação de mercadores, sediados fora do seu local de origem, em agremiações em torno da naturalidade, como as «nações» ou as «colónias»<sup>51</sup>. A partilha deste tipo de identidade sedimentaria a coesão e a solidariedade dentro do grupo, fortalecendo laços de confiança e reduzindo, por isso, os custos de transacção<sup>52</sup>.

No caso em estudo, verificámos que os indivíduos castelhanos representaram, em média, 51,3% dos agentes que participaram na rede Ruiz, o que levanta a hipótese de a escolha dos parceiros estar maioritariamente dependente desse sentimento de pertença a um grupo nacional. A similitude nacional significaria, de facto, laços de confiança mais sólidos?

Analisando os locais de actividade deste indivíduos constata-se que a actividade financeira e/ou comercial de 76,2% destes agentes castelhanos circunscrevia-se ao território espanhol, e apenas cerca de 24% estava sediado no estrangeiro. Esta escolha parece não ter ocorrido ao acaso. Ainda que Simon Ruiz tenha escolhido para seus representantes em Nantes, Rouen, Florença e, mais raramente e sobretudo antes da década de 60, em Antuérpia agentes espanhóis, nos locais onde se realizavam transferências financeiras de valor mais avultado e negócios mais arriscados estes agentes não partilhavam com Simon uma origem de naturalidade comum. Em Lisboa contava com um número significativo de agentes Portugueses como António Gomes, Manuel da Veiga ou Tomás Ximenes. Em Antuérpia, depois de 1575, a preferência recaía também sobre portugueses (Filipe Jorge, Luis Alvares Caldera, Simão Rodrigues de Évora). No final da década de 80 de quinhentos, os genoveses Balbani desempenham um papel muito relevante no financiamento dos asientos, pela sua ligação entre Antuérpia e as fontes financeiras das feiras

<sup>50</sup> Como castelhanos entendemos os agentes naturais do reino de Castela ao tempo.

<sup>51</sup> Hilario Casado Alonso, "Las colonias de mercaderes castellanos en Europa en los siglos XV y XVI" in *Castilla y Europa. Comercio y mercaderes en los siglos XIV, XV y XVI*, ed. Hilario Casado Alonso (Burgos: EXCMA/Diputación Provincial de Burgos, 1995), 15-56; Virgínia Rau, "Privilégios e Legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)" in *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*, Virgínia Rau (Lisboa: Editorial Presença, 1984), 201-225; Nunziatella Alessandrini, "Os Italianos Na Lisboa De 1500 a 1680: Das Hegemonias Florentinas Às Genovesas." (Diss. Doutoramento, Universidade Aberta, 2009); A. A. Marques de Almeida, *Capitais e capitalistas no comércio da especiaria: o eixo Lisboa-Antuérpia, 1501-1549. Uma aproximação a um estudo de geofinança* (Lisboa: Edições Cosmo, 1993); Margrit Schulte Beerbühl, *Deutsche Kaufleute in London. Welthandel und Einbürgerung (1600-1818)* (München: R. Oldenbourg, 2007).

<sup>52</sup> Margrit Schulte Beerbühl, "Spatial construction and social norms in eighteenth century trade networks" in *DyncoopNet Workshop trust, reputation, defectors, and sustaining social norms: studying spatially complex cooperative relationships in ways that connect TECT projects* (Porto, 2008).

de Piacenza. Em Lyon, a ligação mais frequente e mais valiosa era com os banqueiros luquenses Bonvisi, mantendo-se com o declínio financeiro de Lyon e com a transferência de actividade para Piacenza e Génova.

Nos primeiros anos da actividade da companhia Ruiz, os agentes espanhóis constituíam menos de um terço dos indivíduos com ligações económicas a Simon Ruiz. É apenas quando a forma está já bem estabelecida que a percentagem da sua presença se manterá em cerca de metade dos parceiros da rede de negócios de Simon Ruiz.

Estas duas características indiciam que a presença e a escolha de parceiros espanhóis foi-se consolidando como uma estratégia de suporte à actividade comercial e financeira da rede, uma vez que estes eram fundamentais para a circulação de capitais dentro do seu reino, primeiro na ligação entre Medina del Campo e Sevilha e depois de 1574-75, quando Simon Ruiz tenta aproximar-se da Corte espanhola de Madrid, em busca de circuitos de influência junto do Rei e do Consejo de la Hacienda, da Chancelaria de Valladolid e das altas esferas eclesiásticas, tanto em Roma como em Espanha. Esta estratégia passa também por tentar consolidar uma posição social de aproximação ao estatuto da nobreza, tão cobiçada pelos homens de negócio europeus coevos<sup>53</sup>.

Mas Roma constituía uma nova oportunidade de negócio. Os conflitos religiosos que envolviam a Monarquia Católica contavam com o apoio, também financeiro, do Papado que transferia avultadas quantias para a Coroa espanhola. Contudo, este não era o único motivo de interesse de negócio para Ruiz. Em algumas letras de câmbio que registavam transferência de capital de/para Roma para/de Simon Ruiz, alguma informação adicional justifica as contas correntes com Geronimo da Fonseca, Constantino Manriquez, Pedro de Tovar ou Cristobal de Vergara, com motivos de compra de dispensas religiosas de parentesco em matrimónios que envolviam a fina flor da sociedade castelhana e outros negócios que envolviam negociações com as chancelarias da Santa Sé.

Em jeito de conclusão parece-nos possível afirmar solidamente que, neste estudo de caso, a endogamia não parece ter sido uma estratégia de negócio cultivada, porque não favorecia os maiores lucros. Pelo contrário, a diversidade social parece ter promovido a colaboração económica dentro desta rede, na medida em que os grandes negócios e o crescimento da rede foi sustentado por uma grande variedade de agentes com backgrounds distintos e não por um mecanismo de *inbreeding* genético, confessional ou de partilha de naturalidade, como de resto alguns trabalhos teóricos também demonstram<sup>54</sup>.

A análise de redes baseada nas questões da endogamia demonstra que Simon Ruiz optou por diversificar os seus parceiros, ainda que maioritariamente tenha optado por naturais de Castela. No entanto, esta escolha por correligionários está hipoteticamente mais relacionada com o controlo da acção dos parceiros e a facilidade de comunicação do que por um sentimento de identidade nacional. De acordo com o estudo da robustez das acções de negócio na rede dos Medici no início do século XV, Padgett e Ansell concluíram que “[...] the more homogeneous the attributes, the less coherent the collective action<sup>55</sup>”.

Mas será este estudo de caso uma excepção às redes de homens de negócio europeus coevos? Cremos que os critérios que presidiam à escolha de parceiros em redes mercantis da época moderna foi, certamente, muito heterogéneo. A maior parte de estudos prosopográficos so-

<sup>53</sup> Alberto Tenenti, “O mercador e banqueiro” in *O Homem Renascentista*, ed. Eugenio Garin (Lisboa: Editorial Presença, 1991), 164-165.

<sup>54</sup> Francisco C. Santos, Marta D. Santos, Jorge M. Pacheco, “Social Diversity promotes the emergence of cooperation in public good games”, *Nature* (nº 454/7201, 2008), 213-216.

<sup>55</sup> John F. Padgett, Christopher K. Ansell, “Robust action and the rise of the Medici, 1400-1434”, *American Journal of Sociology* (nº 98/6, 1993), 1259-1319.

bre redes de negócio para o século XVI tem-se concentrado, sobretudo, nas grandes dinastias mercantis italianas, e, no caso português, nas casas mercantis de ascendência judaica. Nestes estudos verificam-se contextos específicos em que as relações familiares e confessionais poderão realmente ser o sustentáculo da empresa, condicionadas ora por uma dimensão familiar abrangente, que se espalha por várias praças comerciais e financeiras através de filiais (como no caso dos Bonvisi)<sup>56</sup>, ora por uma dimensão muito pequena da comunidade mercantil, como no caso de Lisboa, por exemplo<sup>57</sup>. O contexto do mercador Simon Ruiz é distinto, rodeado de conjunturas específicas que orientaram a sua escolha de parceiros. No entanto, não nos parece que o facto de não ter sido pai torne esta rede menos dependente de laços familiares, por exemplo. À falta de um herdeiro directo, Simon opta por legar a sua companhia ao sobrinho Cosme, uma solução tradicional também adoptada pelos Fugger, por exemplo<sup>58</sup>.

As conclusões validamente repetidas por obras clássicas sobre esta matéria podem, por seu turno, ter condicionado a análise de estudos posteriores, em que os autores procuraram confirmar a hipótese de que as redes comerciais desta época estariam assentes neste tipo de estratégias endogâmicas, detectando a presença de laços familiares, confessionais ou de parcerias entre a «nação». Não queremos com isto tornar inválidas as conclusões bem fundamentadas por tantos outros autores. Não negamos a existência de uma sobreposição de laços familiares, confessionais ou de pertença a uma mesma unidade geográfica no estabelecimento de relações comerciais ou financeiras. As conclusões divergentes deste estudo baseiam-se não numa descrição qualitativa e exaustiva dos parceiros de Simon Ruiz, mas antes numa avaliação estatística e quantitativa, que demonstra que, no total de agentes envolvidos nesta rede de negócios, os indivíduos da família Ruiz, outros agentes «convertidos» ou mesmo castelhanos não representavam nem a maioria dos parceiros, nem o seu peso e centralidade eram essenciais ao funcionamento eficiente da rede.

Também a escala financeira em que se verificavam estes contactos parece ter sido determinante. O carácter mais ou menos endogâmico de uma rede de negócios poderá ter sido desencadeado pelo grau de riqueza envolvida, abundância e necessidade de crédito, e melhor conhecimento da realidade local onde se faziam os negócios. A falta de estudos com um enfoque empírico e metodológico semelhante não permitem, por enquanto, um estudo comparativo sério e rigoroso que faculte respostas sólidas a esta questão.

Ainda assim alguns estudos recentes sobre grupos mercantis da Época Moderna permitem-nos reunir dados dispersos sobre esta matéria da real préeminência de redes mercantis endogâmicas. Por exemplo, os representantes dos Judeus Sefarditas de Amesterdão em Antuérpia ou no Brasil na centúria de seiscentos não eram nem familiares, nem mercadores sefarditas. Roitman reporta elevados níveis de ligações exogâmicas como essenciais à consolidação do comércio:

‘this permeability was aided by the complex identity of the elite  
Sephardic merchants themselves, many of whom were as much  
(or more) Iberian, trans-national, and mercantile-oriented than  
Jewish, and were not noticeably different in appearance or, in  
many ways, behavior from non-Sephardic Iberian merchants in  
the Netherlands<sup>59</sup>.’

<sup>56</sup> F. Bayard, “Les Bonvisi, marchands banquier à Lyon, 1575-1629”, *Annales. Économies, sociétés, civilisations* (nº 26, 1971), 1234-1269. M. E. Bratchel, “Italian merchants organization and business relationships in Early Tudor London” in *Merchant Networks in the Early Modern World*, ed. Sanjay Subrahmanyam (s. l.: Variorum/ Ashgate, 1996), 1-28.

<sup>57</sup> David Grant Smith, “The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century:: a socio-economic study of merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690” (Diss. Doutoramento, University of Texas, 1975).

<sup>58</sup> Richard Ehrenberg, *Les Siècle des Fugger* (Paris: SEVPEN, 1955).

<sup>59</sup> Jessica Roitman, “Us and them: inter-cultural trade and the Sephardim” (Diss. Doutoramento, Leiden University, 2008), 257.

No estudo dos Echevarris de Bilbao, parceiros de Simon Ruiz e aparentemente cristãos velhos, Jean-Claude Priotti enfatiza o facto de esta família ter adoptado aquilo que designa por «estratégia introvertida», uma vez que também não elegeu membros da família para agenciamento do seu negócio em diferentes praças comerciais<sup>60</sup>.

Conclusão semelhante é a de Leonor Freire Costa *et al.* no estudo das redes de negócio de exploração mineira e comércio aurífero do Brasil setecentista, acentuando que determinante para o agenciamento seria um melhor conhecimento da realidade do negócio em determinada praça, a que se juntavam critérios que solidificavam a confiança, que não derivavam do facto de se pertencer a uma mesma família<sup>61</sup>.

Mas seria o *status* social ou religioso ou a dimensão financeira dos agentes envolvidos em determinada rede um factor determinante na (im)permeabilidade de uma rede de negócios a agentes externos ao grupo familiar, confessional ou de naturalidade? Acreditamos que sim, mas apenas estudos comparativos apontarão resultados mais conclusivos.

---

<sup>60</sup> Jean-Philippe Priotti, *Bilbao et ses marchands au XVIIe siècle. Genèse d'une croissance* (Lille: Presse Universitaire du Septentrion, 2004), 196.

<sup>61</sup> Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, Tanya Araújo, "Social capital and economic performance: trust and distrust in eighteenth century gold shipments from Brazil", *European Review of Economic History* (nº 15, 2010), 20.



Sara Pinto\*

## **Análise espacial de redes de negócio e de família no século XVI: a companhia de Simón Ruiz**

**R E S U M O** | Desde os anos 70 que Braudel sublinha a importância do estudo do espaço para a compreensão da realidade histórica. Desde então, as ciências históricas e geográficas têm trabalho em conjunto procurando compreender a dinâmica entre homem e espaço, e a forma como ambos se relacionam. O projecto de investigação DynCoopNet (“Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Commercial Networks in the First Global Age”) tem como objectivo o estudo dos mecanismos de cooperação entre mercadores auto-organizados em redes de negócio, na Primeira Era de Globalização (1400-1800). Partindo do conceito de Dynamic, que implica uma integração do tempo e do espaço, o objectivo do nosso trabalho é desenvolver uma análise espacial, revelando o papel do espaço na construção de redes. A partir de projecções espaciais de algumas das redes familiares que integraram a rede do mercador Simón Ruiz, na segunda metade do século XVI, este artigo pretende demonstrar as vantagens da aplicação de análises espaciais às fontes históricas.  
Palavras-chave: análise espacial; redes de família; redes de negócio; Sistemas de Informação Geográfica

**A B S T R A C T** | Since the 1970's, Fernand Braudel has urged for the integration of space in historical analysis, pointing towards to what we call nowadays a “Geographically-Integrated History”. For this historian, the creation of a map as an analytical support was necessary to comprehend men's evolution, in the belief that change happens in a space-temporal frame.  
Our work is being developed within the research project DynCoopNet (“Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Commercial Networks in the First Global Age”) which goal is to reveal the mechanisms of cooperation among merchants that tied together the self-organizing commercial networks of the First Global Age (1400-1800). Focusing on the notion of dynamic that implies an integration of space and time, our aim is to develop a spatial analysis, highlighting the role of space on network building. This paper intends to present an innovative approach that demonstrates the benefits of carrying on spatio-temporal analysis of historical data sources.  
Keywords: spatial analysis; family networks; trade networks; historical GIS

### **1. Novos contributos para a História: análise de redes e *spatial history***

Em 1950, Fernand Braudel iniciava uma série intitulada “Affaires et gens d'affaires”, dedicada às grandes famílias de mercadores, como os Fugger<sup>1</sup> e os Ruiz<sup>2</sup>, e as casas comerciais

---

\* Aluna do Curso de Doutoramento em História da Faculdade de Letras, Universidade do Porto; Investigadora do CITCEM.

<sup>1</sup> Léon Schick, *Jacob Fugger: un grand homme d'affaires au début du XVIe siècle* (Paris: S. E. V. P. E. N., 1957).

<sup>2</sup> Henri Lapeyre, *Une famille de Marchands: les Ruiz. Contribution à l'étude du commerce entre la France et l'Espagne au temps de Philippe II* (Paris: Librairie Armand Colin, 1955).

francesas<sup>3</sup> e portuguesas<sup>4</sup>. Estes estudos integravam a publicação da respectiva correspondência comercial, analisando as técnicas e os instrumentos mercantis e financeiros, e desenhando o perfil dos homens de negócio. Com maior ou menor profundidade, a todos os autores se tornou óbvia a forma como estes homens, ligados ou não, por laços familiares, actuaram de forma concertada, em função de estratégias comuns, partilhando recursos, e beneficiando de uma ampla rede de correspondentes e feitores.

Os anos 80 e 90, com uma progressiva colaboração entre as várias ciências sociais e humanas, assistiram a uma renovação historiográfica que girou em torno de uma complexificação da dimensão social, e do reconhecimento da acção de grupos organizados, nomeadamente de grupos de mercadores e do seu papel na construção de uma economia à escala global. Os estudos sobre este tipo de acção conjunta, considerando as suas ambiguidades, entre comportamentos de solidariedade e comportamentos de concorrência, vão-se sucedendo, utilizando, de uma forma geral, o conceito de *comunidades mercantis*. Em 1996, “Merchant networks in the early modern world”, sob a direcção de Sanjay Subrahmanyam, baseia-se em estudos de caso para comprovar a existência de formas organizacionais, e avança com o conceito de *redes mercantis*<sup>5</sup>. Paralelamente, Zacarias Moutokias, na sua análise sobre o comércio colonial hispano-americano, desenvolve o conceito de rede pessoal e o de *rede egocentrada*<sup>6</sup>. Em 1998, em conjunto com Jean Pierre Dedieu, os dois historiadores desenvolvem uma análise conceptual em torno de redes sociais, e apresentam propostas metodológicas para a aplicação deste tipo de análise na investigação histórica<sup>7</sup>. Seguindo esta mesma abordagem, José María Imízcoz desenvolve o seu trabalho sobre as redes sociais construídas pelas elites vascas e navarras<sup>8</sup>.

A primeira década do século XXI encontra um maior número de historiadores, quer do social, quer do económico, a desenvolver a sua investigação sob a perspectiva de redes, e a integrar no seu trabalho novas metodologias, inspirados em abordagens interdisciplinares. Francesca Trivellato analisa o comportamento das comunidades de sefarditas, com uma perspectiva privilegiada sobre redes de carácter multi-étnico e multi-religioso<sup>9</sup>. Hilario Casado Alonso considera a acção de redes de mercadores na sua análise sobre o comércio castelhano no período moderno<sup>10</sup>. Refira-se ainda, Maria Fusaro, especializada nas redes de ingleses e gregos em torno de Veneza e o seu papel na globalização da economia<sup>11</sup>; ou o de Ricardo Court, que desenvolveu uma grelha de análise dos comportamentos dos mercadores genoveses, através de conceitos como o de confiança e reputação<sup>12</sup>.

<sup>3</sup> Pierre Goubert, *Familles marchandes sous l'Ancien Régime: les Danse et les Motte, de Beauvais* (Paris: S. E. V. P. E. N., 1959).

<sup>4</sup> José-Gentil da Silva, *Stratégie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607: Lettres marchandes des Rodrigues d'Évora et veiga* (Paris: Librairie Armand Colin, 1956) e *ibidem*, *Marchandises et Finances II: lettres de Lisbonne 1563-1578* (Paris: S.E.V.P.E.N., 1959).

<sup>5</sup> Sanjay Subrahmanyam, *Merchant networks in the early modern world* (Ashgate Variorum, 1996).

<sup>6</sup> Zacarias Moutokias, “Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia económica y social” in *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*, ed. María Bjerg e Hernán Otero (Tandil: CEMLA/IEHS, 1995), 221-241 e *ibidem*, “Negocios y redes sociales: modelo interpretativo a partir de un caso rioplatense (siglo XVIII)”, *Caravelle* (no. 67, 1997), 37-55.

<sup>7</sup> Jean-Pierre Dedieu; Zacarias Moutokias, “L'approche de la théorie des réseaux sociaux” e Zacarias Moutokias, “La notion de réseau en histoire sociale: un instrument d'analyse de l'action collective” in *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime*, ed. Juan Luis Castellano e Jean-Pierre Dedieu (Paris: CNRS Editions, 1998).

<sup>8</sup> José María Imízcoz, *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen, siglos XV-XIX* (Universidad del País Vasco, Servicio Editorial, 2001).

<sup>9</sup> Francesca Trivellato, “«Juifs de Livourne, Italiens de Lisbonne, hindous de Goa» Réseaux marchands et échanges interculturels à l'époque moderne”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales* (no. 3, 58e année, 2003), 581-603.

<sup>10</sup> Hilario Casado Alonso, “Crecimiento económico y redes de comercio interior en la Castilla septentrional (siglos XV y XVI)” in *Imágenes de la diversidad: el mundo urbano en la Corona de Castilla (s. XVI-XVIII)*, ed. José Ignacio Fortea Pérez (Santander: Universidad de Cantabria, 1997) e *ibidem*, “Los flujos de información en las redes comerciales castellanas de los siglos XV y XVI”, *Investigaciones de Historia Económica* (no. 10, 2008), 35-68.

<sup>11</sup> Maria Fusaro, “«Les Anglais et les Grecs» Un réseau de coopération commerciale en Méditerranée vénitienne”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales* (no. 3, 58e année, 2003), 605-625.

<sup>12</sup> Ricardo Court, “Januensis Ergo Mercator: Trust and Enforcement in the Business Correspondence of the Brignole Family”, *The Sixteenth Century Journal* (no. 35, 4, Winter 2004), 987-1003.



Todavia, a crescente interdisciplinaridade em História não se tem resumido apenas aos diálogos com a Sociologia. A Geografia tem desempenhado um papel fundamental ao integrar a investigação histórica. De uma forma geral, as humanidades e as ciências sociais têm lançado novas linhas de investigação baseadas numa nova forma de entender o espaço. Porém, este processo que tem sido designado por *spatial turn*, não representa uma revolução, ou uma nova descoberta, mas sim um retorno, um voltar a entender o espaço e a sua permanente relação, quer com o tempo, quer com o homem, como fundamental na análise histórica. Na verdade, muita da historiografia dos últimos cinquenta anos – desde o “Mediterrâneo” de Fernand Braudel, tem sido “espacial”, no sentido em que na sua análise são as alterações espaciais e as suas relações com os homens as que melhor explicam os padrões de mudança ao longo do tempo<sup>13</sup>. No entanto, a análise do espaço, como o entende a *Géohistoire* de Braudel, é muito mais metafórica e simbólica do que a mera utilização de mapas e de análises cartográficas. O método consistia em mapear os fenómenos históricos utilizando como *layers* os contextos políticos, económicos e sociais. A componente mais geográfica da escola dos Annales foi a transformação do lugar e da região em objectos históricos<sup>14</sup>.

Ao mesmo tempo, foram-se abrindo novas perspectivas aos historiadores graças à divulgação e proliferação de bases de dados. Estas bases foram sendo construídas como forma de integração de um grande número de fontes históricas, assim como de variadas tipologias documentais, permitindo ao mesmo tempo análises computacionais. Com efeito, a tendência nas humanidades e nas ciências sociais para as ferramentas digitais e de visualização, prende-se com o facto de praticamente toda a informação histórica ter uma componente espacial<sup>15</sup>. Muitas destas ferramentas têm sido desenvolvidas no sentido da digitalização e georeferenciação de mapas históricos, reconstrução de fronteiras antigas, e georeferenciação de dados históricos a nível micro, como ocorre com os censos, nomeadamente os fiscais, os atombamentos de propriedades ou os registos paroquiais<sup>16</sup>.

Os avanços nesta área acontecem nos muitos projectos de investigação em História, ou com alguma componente histórica, que utilizam os Sistemas de Informação Geográfica, muitas vezes como forma de criar bases de dados georeferenciados, nas quais é o espaço que concede uniformidade e coerência à apresentação da informação. No decorrer deste processo surgiram uma série de atlas históricos que sobrepõem a uma representação geográfica dados históricos, divididos por layers correspondentes a cronologias e temas. É o caso do *Vision of Britain. Great Britain Historical GIS* (1989)<sup>17</sup>; do *Belgian Historical GIS* (1990)<sup>18</sup>; do *Atlas Histórico do Canadá* (1993)<sup>19</sup>; do *Atlas. Cartografia Histórica* (Portugal, 1997)<sup>20</sup>; do *China Historical GIS* (2001)<sup>21</sup>; do *National HGIS* (E.U.A., 2005)<sup>22</sup>; do *HGIS Germany* (2006)<sup>23</sup>; e do *AfricaMap* (2008)<sup>24</sup>. Em 2000, uma edição especial da *Social Science History* foi dedicada aos *Historical GIS*. Este foi o

<sup>13</sup> Richard White, *What is Spatial History?* (Stanford University Spatial History Lab, 2010) (disponível em [www.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=29&project\\_id=997](http://www.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=29&project_id=997) – consultada em 15/01/2012).

<sup>14</sup> Anne Kelly Knowles, *Placing History: How maps, spatial data, and GIS are changing Historical scholarship* (California: ESRI, 2008).

<sup>15</sup> Andrew Torget e James Wilson, *Visualising the past: tools and techniques for understanding historical processes. A White Paper for the National Endowment for the Humanities* (Virginia: University of Richmond, 2009).

<sup>16</sup> Anne Kelly Knowles, *Past time, past place: GIS for History* (California: ERSI, 2002) e Ian Gregory e Paul Ell, *Historical GIS: Technologies, Methodologies and Scholarship* (Cambridge: University Press, 2007) e Anne Kelly Knowles, *Placing History: How maps, spatial data, and GIS are changing Historical scholarship*.

<sup>17</sup> Disponível em [www.visionofbritain.org.uk](http://www.visionofbritain.org.uk) – consultada em 15/01/2012.

<sup>18</sup> Disponível em [www.hisgis.be](http://www.hisgis.be) – consultada em 15/01/2012

<sup>19</sup> Disponível em [www.historicalatlas.ca](http://www.historicalatlas.ca) – consultada em 15/01/2012.

<sup>20</sup> Disponível em [www.fcsh.unl.pt/atlas](http://www.fcsh.unl.pt/atlas) – consultada em 15/01/2012

<sup>21</sup> Disponível em [www.fas.harvard.edu/~chgis](http://www.fas.harvard.edu/~chgis) – consultada em 15/01/2012.

<sup>22</sup> Disponível em [www.nhgis.org](http://www.nhgis.org) – consultada em 15/01/2012.

<sup>23</sup> Disponível em [www.hgis-germany.de](http://www.hgis-germany.de) – consultada em 15/01/2012.

<sup>24</sup> Disponível em [africamap.harvard.edu](http://africamap.harvard.edu) – consultada em 15/01/2012.

começo de um reconhecimento global do Historical GIS como um das tendências emergentes na geografia histórica<sup>25</sup>.

Ao encontro das mais recentes questões historiográficas, e consciente dos desafios e potencialidades que as novas metodologias apresentam, o projecto DynCoopNet (“Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Networks in the First Global Age”<sup>26</sup>) propôs-se analisar a evolução da cooperação enquanto base de sustentação da acção de redes mercantis auto-organizadas na Primeira Idade Global (1400-1800). No seu quadro teórico, enuncia o pressuposto de que “networks happen not only in socially, economically and historically defined spheres, but also in geographically determined areas”<sup>27</sup>, reconhecendo assim a necessidade de uma análise espacial. Na verdade, é o primeiro conceito do seu acrónimo, *Dynamic*, que exige uma abordagem da dicotomia espaço-tempo: “Some disciplines, such as geography and landscape ecology, emphasize the spatial dimension of world knowledge, and other disciplines, such as history and climatology, take timecentric approaches to organize evidences of reality. However, it is the space-time integration that provides the explanatory power to understand and predict reality. Dynamics is by definition an integration of space and time.”<sup>28</sup>

Com efeito, as dinâmicas geradas pelas redes, os seus mecanismos, as suas estratégias, representam um vasto espectro exploratório, permitindo aos historiadores colocarem novas questões e usufruírem de novos pontos de observação. Porém, os que se dedicam a estas áreas reconhecem que no que respeita à sua dimensão espacial, muito está ainda por analisar. O funcionamento de uma rede pressupõe mobilidade dentro de uma determinada área geográfica. Através desta mobilidade, as esferas sociais são moldadas, expandem-se, evoluem. Assim sendo, como é que o espaço afectou social e economicamente as relações dentro de uma rede em expansão?<sup>29</sup>

## 2. Análise espacial de uma rede mercantil: uma proposta de trabalho

Quer enquanto tempo das “economias-mundo”<sup>30</sup>, quer como génese de um “sistema mundial”<sup>31</sup>, ou até mesmo enquanto primeiro momento de globalização, o século XVI é consensualmente visto como o tempo de uma crescente interconectividade entre os diferentes espaços mundiais, seja a nível geográfico, social, ou até mesmo cultural e mental. É portanto, o tempo por excelência, da acção de mercadores, de homens de negócio, de banqueiros, que localizados nas mais diversas praças europeias, permitiram uma integração e uma articulação da economia à uma escala global. Importa-nos, por isto, analisar a forma como estes mercadores, auto-organizados sob a forma de redes de cooperação, se distribuíram no espaço, ignorando fronteiras políticas, e criando a sua própria geografia.

<sup>25</sup> Ian Gregory e Paul Ell, *Historical GIS: Technologies, Methodologies and Scholarship*.

<sup>26</sup> O projecto DynCoopNet é um CRP (Cooperative Research Project) do programa TECT (The Evolution of Cooperation and Trading), do EUROCORES (European Collaborative Research Scheme). Foi aprovado pela ESF (European Science Foundation) e é financiado pela FCT em Portugal (Prof. Amélia Polónia), pelo MEC em Espanha (Prof. Ana Crespo Solana), e pela NSF nos Estados Unidos da América (Prof. J. B. Owens). Para uma descrição detalhada do projecto, nomeadamente para uma apresentação da equipa de investigação portuguesa e do trabalho desenvolvido aceder a [www.dyncoopnet-pt.org](http://www.dyncoopnet-pt.org).

<sup>27</sup> Margrit Schulte Beerbühl; Jörg Vögele, *Spinning the commercial web. International trade, merchants and commercial cities, c. 1640-1939* (Peter Lang, 2004), 17.

<sup>28</sup> May Yuan, “Dynamics GIS: Recognizing the Dynamic Nature of Reality” in *Essays on Geography and GIS* (ESRI, 2008), 17-24.

<sup>29</sup> Margrit Schulte Beerbühl, “Spatial construction and social norms in eighteenth-century trade networks” in *Historisches Seminar II* (Düsseldorf: Heinrich Heine Universität, 2008).

<sup>30</sup> Fernand Braudel, *Civilização material, Economia e Capitalismo - séculos XV-XVIII: Os jogos das trocas, vol. 2* (Paris: Teorema, 1979).

<sup>31</sup> Immanuel Wallerstein, *O Sistema Mundial Moderno, Vol. 1: Agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI e Vol. 2: O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750* (Porto: Edições Afrontamento, 1990).

A nível dos arquivos europeus é bem conhecida a riqueza dos fundos documentais das grandes famílias de mercadores, como os alemães Fugger<sup>32</sup>, os franceses Danse e Motte<sup>33</sup>, ou os italianos Datini<sup>34</sup>. Infelizmente, a nível nacional este tipo de arquivos privados não tem correspondência, sendo praticamente inexistentes<sup>35</sup>. Os investigadores que se têm debruçado sobre a acção dos mercadores portugueses, vêem-se forçados a recorrer aos arquivos públicos, tentando obter informação nos registos notariais ou na documentação produzida pelo poder central. Talvez tenha sido esta condicionante que levou Virgínia Rau a analisar a actividade dos mercadores lisboetas através das cartas de Lisboa que encontrou no Arquivo Datini<sup>36</sup> (RAU 1962-1963), ou Gentil da Silva a analisar exaustivamente a acção das famílias portuguesas Gomes d'Elvas e Rodrigues d'Évora utilizando as cartas escritas por estes ao castelhano Simón Ruiz<sup>37</sup>.

Perante as (in)existências documentais e as opções metodológicas de alguns dos mais experientes historiadores neste campo, não podemos ignorar a hipótese de utilizar o arquivo do mercador castelhano Simón Ruiz, um dos mais relevantes a nível ibérico, quer pela diversidade da sua tipologia documental, quer pelo volume de documentação. A relevância de Simón Ruiz e da sua carreira como homem de negócios, ao nível dos mais destacados mercadores-banqueiros da Europa do século XVI, não tem passado despercebida à historiografia, tendo sido a sua biografia amplamente reconstituída em vários estudos, como os da autoria de Henri Lapeyre<sup>38</sup>, Juan José de Madariaga<sup>39</sup> e Manuel Basas Fernández<sup>40</sup>. Nas palavras de Ruiz Martin: "Sin Simón Ruiz se ignoraría bastante de lo que se sabe hoy de la dinámica mercantil de España y de la Europa occidental en la segunda mitad del quinientos."<sup>41</sup>

Do vasto fundo documental da companhia de Simón Ruiz, sediado no Arquivo Histórico Provincial e Universitário de Valladolid, a equipa portuguesa do *DynCoopNet* optou pela leitura e análise das letras de câmbio e da correspondência comercial enviada pelos agentes sediados em Portugal.

As fontes utilizadas são particularmente ricas em referências geográficas pelo que nos permitem conhecer o enquadramento espacial da rede de Simón Ruiz. Isto é facilmente explicável pelo contexto de produção das letras de câmbio e da correspondência. As primeiras resultam da circulação de dinheiro, sob a forma de crédito, feita entre mercadores localizados em diferentes cidades, com o intuito de cumprir pagamentos de mercadorias, conceder empréstimos ou simplesmente jogar com os câmbios para obtenção de lucros. As cartas têm a responsabilidade de fazer circular a informação necessária a estas actividades, como os valores dos câmbios e a

<sup>32</sup> Léon Schick, *Jacob Fugger: un grand homme d'affaires au début du XVIe siècle*.

<sup>33</sup> Pierre Goubert, *Familles marchandes sous l'Ancien Régime: les Danse et les Motte, de Beauvais*.

<sup>34</sup> Federigo Melis, *Documenti per la storia economica dei secoli XIII-XVI* (Firenze: Leo S. Olschki, 1972).

<sup>35</sup> Existe um conjunto de pergaminhos do mercador português João Martins Ferreira, datados de finais do século XV e inícios do XVI, mas constam apenas de documentos ligados à administração do seu património fundiário.

<sup>36</sup> Virgínia Rau, "Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato", *Separata de Estudos Italianos em Portugal* (n. o. 21-22, 1962-1963).

<sup>37</sup> José-Gentil da Silva, *Stratégie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607: Lettres marchandes des Rodrigues d'Évora et Veiga, e José-Gentil da Silva, Marchandises et Finances II: lettres de Lisbonne 1563-1578*.

<sup>38</sup> Henri Lapeyre, *Une famille de Marchands: les Ruiz. Contribution à l'étude du commerce entre la France et l'Espagne au temps de Philippe II*.

<sup>39</sup> Juan José de Madariaga, *Bernal Díaz y Simón Ruiz de Medina del Campo* (Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1966).

<sup>40</sup> Manuel Basas Fernández publicou uma série de artigos sobre a vida de Simón Ruiz no *Boletín de la Institución Fernán González*, nomeadamente: "Simón Ruiz, burgalés" (1953, p. 663-672); "La azarosa vida del mercader Juan de la Presa" (1954, p. 281-294); "Francisco de la Presa, hijodalgo y mercader" (1955, p. 347-362, 470-486, 538-552); "Los sobrinos de Simón Ruiz" (1961, p. 756-774); "Fray Diego de Miranda, abad de San Juan (Burgos) y hermano del mercader Simón Ruiz Embito" (1961, p. 646-661); "Testamento y Mayorazgos del mercader Simón Ruiz Embito" (1962, p. 299-319); "Testamento y bienes del mercader burgalés Vitores Ruiz Embito, hermano de Simón Ruiz" (1961, p. 20-40); "La hacienda de Simón Ruiz" (1963, p. 481-504).

<sup>41</sup> Felipe Ruiz Martin, *Pequeño capitalismo, gran capitalismo. Simón Ruiz y sus negocios en Florencia* (Barcelona: Editorial Crítica, 1990), 71.

conjuntura financeira das várias praças europeias. São ainda bastante ricas quanto a descrições de circulação de produtos, com referências a pontos de origem e de destino.

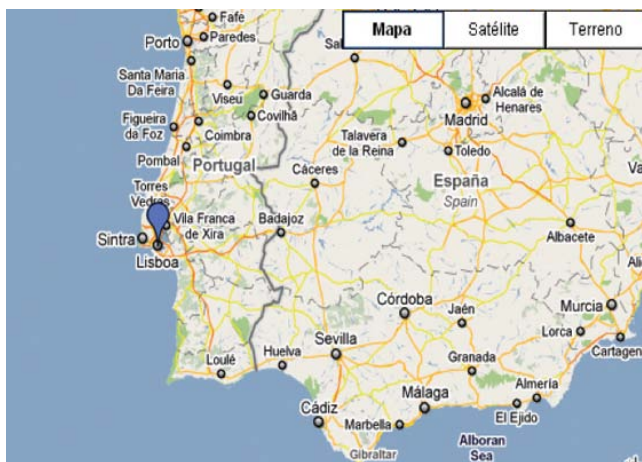
Toda esta informação foi agregada no *TimeLink*<sup>42</sup>, uma base de dados vocacionada para a investigação micro-histórica e prosopográfica, possuindo ainda uma forte componente de análise de redes. É, no entanto, um modelo que privilegia o indivíduo, partindo da identificação de agentes e das relações que estes estabelecem. Ora, dada a forte componente espacial da nossa análise, foi necessário dotar o *TimeLink* de novas ferramentas que permitissem o tratamento de informação geográfica, assim como de uma nova linguagem, com a criação do conceito de “geoentidade”.

Segundo esta nova perspectiva, todos os locais passaram a ser registados como se se tratassem de indivíduos, passando a ser possível associar-lhes atributos, e estabelecer relações, quer com agentes, quer com outros espaços. Cada referência geográfica passou então a constituir uma *geoentidade*, reunindo numa única ficha toda a informação (por exemplo, todas as ocorrências para Paris são reunidas na *geoentidade* “Paris”). A estas entidades são atribuídas coordenadas geográficas, utilizando o Google Maps<sup>43</sup>. É um processo que, apesar de automático, requer confirmação do investigador, permitindo sempre correcções.

Estas novas funcionalidades dotaram os locais da sua própria “biografia”. Ou seja, para cada espaço, podemos ver os seus atributos (feira de câmbio, porto, centro produtor de lã, etc.); o número de vezes que é referido nas fontes; quais os agentes aí localizados e que funções aí desempenham; e ainda as relações estabelecidas com outros locais (no caso, por exemplo, de ser a origem de um determinado produto, pode ser estabelecida uma relação com o local de destino).

Como exemplo disto, a figura 1 mostra-nos a ficha da entidade “Lisboa”. Em 1576, esta cidade assumiu a função de praça financeira (por receber e enviar letras de câmbio); de praça comercial (por vender e comprar produtos); de porto marítimo (partida e chegada das naus da Índia); e até mesmo de praça de seguros marítimos.


Estas fichas biográficas ajudam-nos a compreender a função do espaço nas actividades da companhia, e a forma como este define e é definido pela própria evolução da rede.



**Figura 1.**  
Ficha da “geoentidade” Lisboa no  
TimeLink.

<sup>42</sup> Software desenvolvido na Universidade de Coimbra pela equipa do Prof. Joaquim de Carvalho (disponível em <http://time-link.fl.uc.pt>).

<sup>43</sup> Disponível em [www.maps.google.pt](http://www.maps.google.pt).

◆ YEAR	◆ NAME	◆ GEOMETRY	◆ FUNCTIONS	◆ ATTRIBUTES	◆ RELATIONS
1. <input type="checkbox"/> 1588-07-06	Lisboa		:		local de Joan Soeiro
2. <input type="checkbox"/> 1574-10-29	Lisboa		:		act_loc de Lc
3. <input type="checkbox"/> 1589-02-17	Lisboa		:		act_loc de Lc
4. <input type="checkbox"/> 1588-11-04	Lisboa		:		local de pagamento de Lc
1132. <input type="checkbox"/> 0000-00-00	Lisboa		evento: local	comercial: o trigo de flandres e da alemanha nao para de chegar a lisboa  preco: venda de trigo a 110 reais o alqueire e um bom negocio  tipologia: praca comercial	
1133. <input type="checkbox"/> 0000-00-00	Lisboa		evento: local	tipologia: praca financeira	
1134. <input type="checkbox"/> 0000-00-00	Lisboa		evento: local	tipologia: porto	
1135. <input type="checkbox"/> 0000-00-00	Lisboa		evento: local	funcao: carregamento de especiarias  tipologia: praca comercial	
1136. <input type="checkbox"/> 0000-00-00	Lisboa		evento: local	tipologia: praca comercial	
1137. <input type="checkbox"/> 0000-00-00	Lisboa		evento: local	tipologia: praca financeira	
1138. <input type="checkbox"/> 0000-00-00	Lisboa		evento: local	tipologia: praca comercial	
1139. <input type="checkbox"/> 0000-00-00	Lisboa		evento: local	tipologia: praca financeira	
1140. <input type="checkbox"/> 0000-00-00	Lisboa		evento: local	tipologia: praca de seguros	
1141. <input type="checkbox"/> 1576-05-22	Lisboa		lc: local		

**Nota:** Para uma versão a cores deverá ser consultada a versão on-line.

### 3. Redes de negócio e redes de família

A expansão do comércio no período moderno foi impulsionada por mercadores que se estabeleceram em locais estratégicos de forma a acederem a novos mercados, actuando em redes articuladas na média e na longa distância. Mas, se uma rede é um conjunto de relações que permite realizar transacções entre indivíduos que respeitam normas de carácter informal - como a honra, a reputação, a confiança - estas serão tanto mais frequentes e a rede mais eficaz, quanto maior for o respeito de cada membro por essas mesmas normas. Ou seja, se a relação entre agentes assenta na confiança - o que é difícil de conseguir dentro de uma organização hierárquica formal - a identificação dos membros com esses vínculos informais determinará a eficácia da rede para reduzir custos e aumentar os seus lucros<sup>44</sup>. Este é um pressuposto que tem sido repetidamente proposto pela historiografia sobre redes mercantis no período moderno, e o qual se procura testar neste trabalho, a partir de uma análise da projecção espacial da rede de Simón Ruiz. A sua base de sustentação teórica é a de que num mercado que se expandia a uma escala global, obrigando os homens de negócio a uma maior mobilidade, a manutenção desses vínculos e o respeito por normas informais de negócio seria melhor assegurada através de laços de sangue, pelo que “antes do desenvolvimento das sociedades por acções, a família era a base da empresa comercial e financeira.”<sup>45</sup>

Os estudos dedicados às grandes famílias italianas concluem, de uma forma geral, que estas grandes dinastias de mercadores espalharam-se pelos centros financeiros e comerciais

<sup>44</sup> Carlos Álvarez; Luca Lo Basso; Claudio Marsilio, “La red financiera de la familia Spinola: España, Génova y las ferias de cambio (1627-1656)” in *X Simposio de Historia Económica: Análisis de redes en la Historia Económica*, Bellaterra, 27 a 29 de Janeiro de 2005.

<sup>45</sup> Henri Lapeyre, Une famille de Marchands: les Ruiz. Contribution à l'étude du commerce entre la France et l'Espagne au temps de Philippe II, 45.

européus, através de sucursais estabelecidas e geridas pelos membros mais jovens da família. Uma rede familiar, baseada em laços de sangue e de afinidade, negociava numa abrangente área geográfica. Era suportada por um sistema bancário familiar e, através da abertura de lojas e armazéns nas grandes cidades, ganhava acesso a uma rede ainda mais abrangente<sup>46</sup>.

Fernand Braudel, ao descrever os jogos mercantis e financeiros a que se entregavam as bem sucedidas comunidades de genoveses, lucquenses, e judeus, sublinha o facto dos agentes centrais dos circuitos e das redes pertencerem a minorias estrangeiras, étnicas e/ou religiosas. Para este historiador, uma minoria constitui por si própria uma rede sólida e eficaz, pela tendência natural que qualquer minoria tem para a coesão, entreajuda e auto-defesa<sup>47</sup>. No entanto, estudos mais recentes têm revelado que a inclusão de membros externos a estes grupos, com o objectivo de aumentar a rede, era um comportamento frequente. Para os judeus sefarditas a actuar nos Países Baixos, a inclusão de elementos de diferentes etnias e religiões tornou a sua rede muito mais eficaz na criação de oportunidades de negócio<sup>48</sup>. Neste mesmo sentido, um estudo sobre uma rede de mercadores franceses a operar nas Antilhas Francesas, mostrou a utilização de outro tipo de mecanismos de sustentação da confiança. De acordo com este estudo, os laços de sangue não parecem ter sido essenciais para o sucesso destas redes, que preferiram fidelizar um grupo restrito de parceiros com os quais estabeleciam contratos escritos e acordos formais, evitando assim comportamentos mais desonestos. Ainda assim, este mesmo estudo aponta o casamento como um mecanismo importante na construção da rede. Argumenta que as relações pessoais e familiares podem dar acesso a relações de negócio mas não são o suficiente para a manutenção de relações a longo termo que requerem outro tipo de sustentação mais formal<sup>49</sup>.

Daniel Strum, num estudo sobre as redes de judeus portugueses ligadas ao tráfico do açúcar, concluiu sobre a coexistência de ambas as realidades, dividindo os mercadores em dois grupos. Por um lado, um grupo de indivíduos com grande capacidade financeira e dotado de amplos recursos, organizados numa companhia. Eram na sua maioria judeus e cristãos-novos, muitos deles ligados por um grau de parentesco. À sua volta, girava um segundo grupo de mercadores com menores recursos que iam integrando a rede consoante as actividades financeiras e mercantis do momento. Estes agentes compensavam a sua reduzida capacidade financeira com uma grande mobilidade que os fazia partir ao encontro de oportunidades de negócio<sup>50</sup>.

O caso dos estabelecimentos mercantis originários do Lago di Como, revelou a predominância do regresso às regiões de origem. Na verdade, era este mesmo regresso que permitia a ascensão socioeconómica destes mercadores italianos em Frankfurt e Mainz. Era no país de origem que a rede de negócios, envolvendo várias famílias, interagia, onde muitos elementos emigrantes se reuniam, onde a geração seguinte de mercadores era recrutada, e onde os elementos mais velhos se reformavam, deixando aos mais jovens os cuidados com os negócios<sup>51</sup>.

Os trabalhos citados são casos de estudo e como tal apontam para comportamentos que se inserem em contextos específicos. No entanto, nenhum deles põe completamente de parte

<sup>46</sup> M. E. Bratchel, "Italian merchant organization and business relationships in Early Tudor London" in *Merchant networks in the early modern world*, ed. Sanjay Subrahmanyam (Ashgate Variorum, 1996), 6.

<sup>47</sup> Fernand Braudel, *Civilização material, Economia e Capitalismo - séculos XV-XVIII: Os jogos das trocas*, vol. 2.

<sup>48</sup> Jessica Vance Roitman, "Us and Them: Inter-cultural Trade and the Sephardim, 1595-1640" (Diss. Doutoramento, Universidade de Leiden, 2009).

<sup>49</sup> Albane Forestier, "Trust and long-distance trade in the French Atlantic: the Chaurand and their business network, 1775-1793" in *XVth World Economic History Congress*, Utrecht, 3 a 7 de Agosto de 2009.

<sup>50</sup> Daniel Strum, "Revisiting the Role of Kinship and Ethnicity in Early Modern Trade: the Portuguese Jews and New Christians in the sugar trade" in *XVth World Economic History Congress*, Utrecht, 3 a 7 de Agosto de 2009.

<sup>51</sup> Christiane Reves, "Italian merchants of the eighteenth century in Frankfurt and Mainz: circumstances contributing to their socio-economic ascent" in *Spinning the commercial web. International trade, merchants and commercial cities, c. 1640-1939*, ed. Margrit Schulte Beerbühl e Jörg Vögele (Peter Lang, 2004).

a importância da ligação familiar na constituição e manutenção das redes de mercadores. Não querendo tornar a análise demasiado simplista, todos parecem concordar com a utilização do matrimónio como um meio de acesso ou de reforço de uma relação económica e com o menor risco que um negócio feito com um parente apresenta. No entanto, é inegável a importância que dão aos elementos externos como fonte de oportunidades de negócio. Ou seja, comprovam que para o sucesso da rede, nomeadamente para o seu alargamento (essencial à sua própria sustentação), é fundamental a integração na rede de outros elementos. Daniel Strum avança um pouco mais com a distinção feita entre os elementos centrais da rede que estão fixos e os mais periféricos, que se movimentam. As questões levantadas pela mobilidade dos agentes, como a sua motivação, os critérios de escolha dos locais, os tempos de permanência, são também cruciais para esta análise.

Este é o quadro analítico do qual partimos para o nosso próprio caso de estudo que é a rede mercantil e financeira construída por Simón Ruiz. Sediado em Medina del Campo desde 1551, este mercador castelhano iniciou a sua actividade de importação de panos, associando-se ao seu irmão Andres Roiz, enviado ainda jovem para Nantes, e ao seu primo Francisco de la Presa, instalado em Burgos. Este início é por si só bastante revelador dos comportamentos da rede: envio de um dos elementos para um espaço internacional; localização estratégica em importantes praças financeiras e mercantis e, o mais notório, a estrutura familiar da companhia. Mas este é ainda um estado muito embrionário da companhia de Simón Ruiz. Rapidamente ela vai assumir outras funções (como a financeira) e diversificar a sua actividade mercantil (sal, anil, especiarias, pedras preciosas, papel, etc.) que a obrigarão, não só a recrutar mais agentes, como também a ocupar novos espaços. Com efeito, as redes são estabelecidas entre indivíduos localizados em diferentes pontos no espaço. A sua localização geográfica é estratégica para perceber a sua centralidade ou marginalidade nos negócios, o acesso a rotas marítimas, a praças financeiras, a centros políticos, e de influência<sup>52</sup>. Esta ideia é fundamental em análise de redes. O espaço geográfico dá o enquadramento físico necessário à criação e disseminação das redes. A geografia assume um papel fundamental como enfoque de análise, dadas as limitações dos meios de mobilidade, rapidez e comunicação, disponíveis no período moderno.

Considerando o actual estado da investigação sobre a importância das ligações familiares na acção dos mercadores, e tendo como objecto de análise uma das mais importantes companhias ibéricas a actuar no século XVI, passaremos à análise do nosso próprio caso de estudo, aferindo acerca destas questões.

#### 4. A(s) rede(s) de Simón Ruiz e a sua distribuição espacial

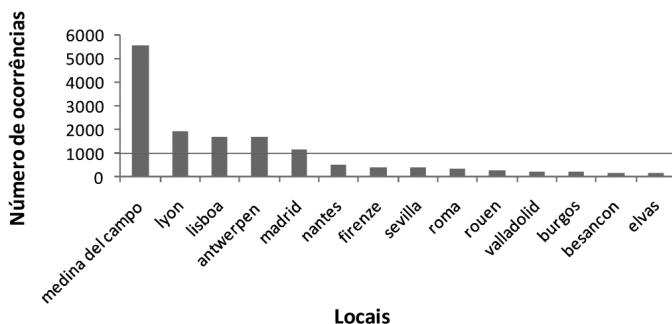
Utilizando apenas a informação contida nas fichas biográficas dos locais, procederemos à análise da rede de Simón Ruiz, com um enfoque analítico que privilegia o espaço.

Em primeiro lugar, procuramos definir o universo de análise, encontrando os espaços mais relevantes para a companhia (os que mais vezes surgem nas fontes documentais analisadas: letras de câmbio e correspondência comercial), e identificando os indivíduos aí localizados. Este é o nosso critério de selecção dos agentes que mais peso têm na rede de Simón Ruiz. Partiremos então para a análise da existência (ou não) de ligações familiares, da sua função na rede e de que

<sup>52</sup> Amélia Polónia; Amândio Barros; Miguel Nogueira, "Now and Then, Here and There... on business: mapping social/trade networks on First Global Age" in *Mapping Different Geographies*, ed. Karel Kriz; William Cartwright; Lorenz Hurni (Springer, 2010).

forma a sua posição (dentro da rede e dentro do espaço geográfico) nos revela a estratégia da rede em estudo. Assim, partindo de um universo de todas as referências geográficas encontradas nas letras de câmbio e correspondência comercial<sup>53</sup>, seleccionamos as que apresentavam um número de ocorrências na base de dados superior a 100. Esta informação está representada no Gráfico 1.

**Gráfico 1.** Locais referidos mais de 100 vezes nas letras de câmbio e cartas entre 1553 e 1588.



Os locais que mais se destacam, com um nível de ocorrências superior a 1000, são Medina del Campo, Lyon, Lisboa, Antuérpia e Madrid.

Medina del Campo é o local mais vezes referido na documentação reunindo um total de 5567 ocorrências. O seu peso esmagador justifica-se pelo facto de ser a sede da firma de Simón Ruiz. É, portanto, o local de emissão e de pagamento de grande parte das letras de câmbio e o local de recepção das cartas dos mercadores portugueses.

Lyon é a capital financeira francesa onde decorre uma das mais importantes feiras de câmbio<sup>54</sup> e sede dos Bonvisi, uma das famílias com mais ligações aos Ruiz. O peso de Lisboa explica-se por ser o local de emissão da maioria das cartas portuguesas. Tem, no entanto, o mérito de ter funcionado como uma importante fonte de mercadorias como especiarias, pedras preciosas e sal. Antuérpia, assume um papel fundamental para a rede dos Ruiz em ambas as vertentes: na financeira, como centro de câmbios e de especulação, para onde enviam o dinheiro consoante as variações dos câmbios, e a mercantil funcionando como placa giratória de mercadorias. Por último, a presença de Madrid revela o importante papel de Simón Ruiz como credor de Filipe II.

Estando assim encontrados os espaços para análise, passamos à identificação dos agentes neles localizados, da qual resultou uma lista de 588 agentes. Na Figura 2 representamos o número de agentes por local.

<sup>53</sup> Para a presente análise foi utilizada a informação agregada na base de dados, *TimeLink*, que ao tempo da recolha reunia um total de 4970 letras de câmbio (relativas aos anos de 1553 a 1582, 1585 e 1588) e 299 cartas (relativas aos anos de 1558 a 1577).

<sup>54</sup> Claudio Marsilio, "Four times a year for so many years". *The Italian Exchange Fairs during the XVth-XVIIth Centuries* in *XVth World Economic History Congress*, Utrecht, 3 a 7 de Agosto de 2009.



**Figura 2.**  
Número de agentes  
localizados nos  
espaços referidos mais  
de 100 vezes nas letras  
de câmbio e cartas  
entre 1553 e 1588.



O número de agentes em cada local ajuda-nos a perceber a distribuição da rede de Simón Ruiz no espaço.

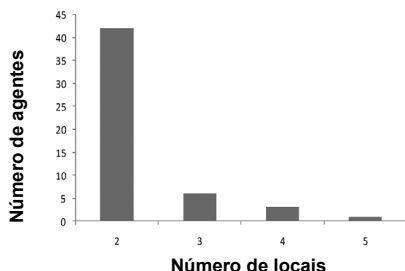
Medina del Campo apresenta o maior número de agentes, 126. A localização da firma nesta praça financeira não é de todo casual, pois nela se realizam as mais importantes feiras de câmbio castelhanas, às quais ocorrem inúmeros homens de negócio e representantes das principais famílias de mercadores.

Lisboa conta com 88 agentes, que a correspondência permite conhecer com algum pormenor, no que toca às suas funções, como intermediários na compra de mercadorias do ultra-mar ou agentes financeiros que se ocupam dos jogos de câmbio.

Madrid denuncia a quantidade de gente da corte envolvida nestes circuitos de dinheiro (73 agentes), assim como Sevilha e Antuérpia comprovam o peso da especulação financeira nas actividades da firma (48 e 44 agentes respectivamente)<sup>55</sup>.

Apesar da análise quantitativa, estes agentes foram identificados individualmente, o que nos permitiu verificar que alguns nomes se repetem. Na verdade, os 588 nomes identificados correspondem a 517 indivíduos. E isto aponta-nos para o fenómeno da mobilidade, pois cerca de 10% destes homens<sup>56</sup> são identificados em mais do que um local, como se demonstra no Gráfico 2.

**Gráfico 2.** Número de agentes com mais do que uma referência geográfica



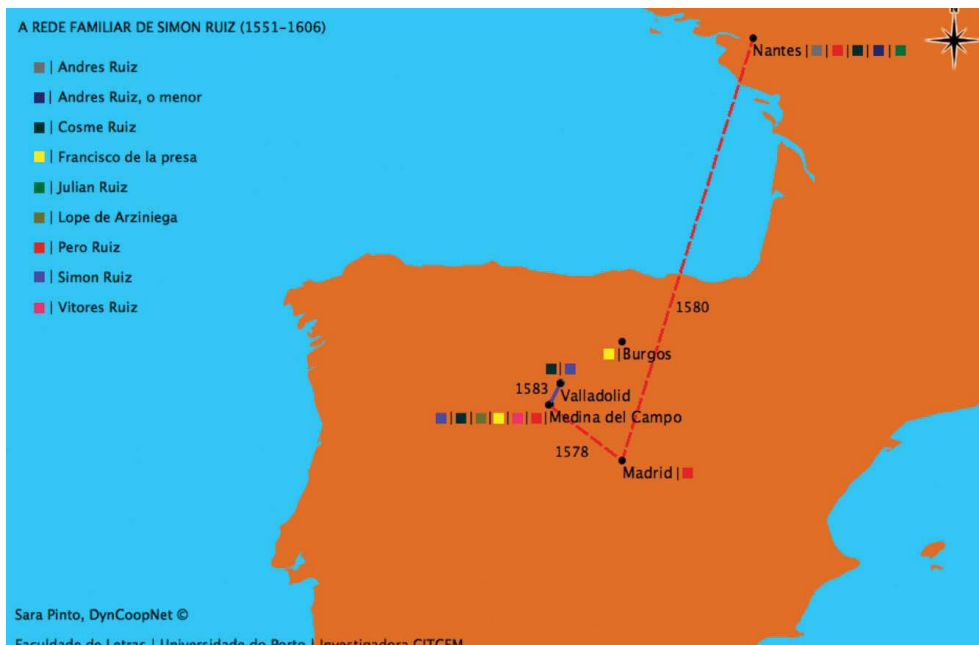
<sup>55</sup> Para este exercício seleccionamos para análise apenas os locais que apresentavam um número de agentes acima da média (média de 42 agentes por local).

<sup>56</sup> Dos 517 indivíduos 52 apresentam mais do que uma referência geográfica.

A análise destes casos permitiu também verificar que, para cerca de 60% dos agentes, um dos locais de identificação presencial é Medina del Campo. E este facto é compreensível pela necessidade de estes agentes se deslocarem à sede da firma para negócios ou para assistirem às feiras de câmbio. Medina del Campo aparece recorrentemente como um espaço centralizador.

Desenhado o espaço da rede de Simón Ruiz e comprovada a mobilidade geográfica dos agentes passamos à análise da componente familiar. A partir do mesmo enquadramento espacial e do universo de agentes identificados, fizemos representar num mapa apenas os elementos da família Ruiz (ver Figura 3).

**Figura 3.** Localização dos elementos da família de Simón Ruiz entre 1551 e 1606.



A história da companhia de Simón Ruiz conta-se em duas gerações: a primeira dos irmãos Simón e Vitores, sediados em Medina del Campo e André Ruiz, instalado em Nantes; e a segunda geração composta pelos sobrinhos de Simón Ruiz.

O mapa mostra André Ruiz sediado em Nantes, onde se estabeleceu ainda jovem no seio de uma numerosa comunidade espanhola. Sabemos ainda que se instalou na casa de Francisco de Santo Domingo, com quem aprendeu as lides do negócio e chegou mesmo a casar com a filha do mercador. André Ruiz formou uma companhia que incluía o seu próprio irmão, Vitores Ruiz, sediado em Medina del Campo, e o seu primo, Francisco de la Presa, em Burgos.

Simón Ruiz, não abandonou o seu país, gerindo os seus negócios a partir de Medina del Campo. No mapa encontrámo-lo também em Valladolid, pois para aqui se deslocou em 1583, para mais facilmente tratar dos assuntos da companhia junto da Real Chancelaria.

Quanto à segunda geração, ambos os filhos de Andres Ruiz, Julián e Andres Ruiz, o menor, se encontravam em Nantes envolvidos nos negócios da companhia. Após a morte prematura de Julián em 1583 (cujo desempenho suscitava constantes queixas, principalmente dos agentes portugueses em Lisboa<sup>57</sup>) foi

<sup>57</sup> Numa carta de 13 de Abril de 1577, Manuel Gomes queixa-se a Simón Ruiz de Julián Ruiz, pelos seus atrasos nos envios de encomendas, considerando-o um homem muito descuidado. In Arquivo de Simón Ruiz, *Correspondência comercial, Portugal*, caixa 39, nº 76.

Andres Ruiz, o menor, que assumiu a gestão em Nantes.

O mapa mostra-nos ainda as deslocações de Pero Ruiz, o filho mais velho de Vitores, por Medina, Madrid e Nantes. Apesar de participar da vida da firma, rapidamente tornou-se claro para Simón a falta de vocação do sobrinho para os negócios. A morte de Pero, em 1581, deu ao seu irmão Cosme a gestão dos negócios. Após uma estadia em Nantes, Cosme Ruiz sediou-se em Valladolid constituindo com o seu tio a companhia de “Simón e Cosme Ruiz Embito”. Nos últimos anos, estando já Simón Ruiz em Valladolid, um outro seu sobrinho, Lope de Arziniega, assegurou ao lado de Cosme a gestão dos negócios em Medina del Campo<sup>58</sup>.

Se cruzarmos este mapa com o da figura 2, que representa os espaços mais significativos para a companhia, percebemos rapidamente que estes ultrapassam em grande medida o enquadramento espacial da rede familiar de Simón Ruiz. Ou seja, apesar de a família dominar os dois grandes centros de gestão da rede – Medina del Campo e Nantes, os agentes encarregues dos negócios em locais chave para as actividades mercantis e financeiras, como Antuérpia, Lisboa ou Lyon, são elementos externos à família.

Ao analisar os nomes dos agentes verificamos que muitos mais possuíam o sobrenome em comum, pelo que muitos deles estão registados na base de dados como possuindo uma relação familiar. Desta forma, com o objectivo de aprofundar a análise, tentamos identificar outras famílias. Como resultado verificamos que dos 517 agentes identificados, 135 apresentam grau de parentesco entre si. Entre nomes como os Bonvisi, os Castro Gago, os Balbani, os Capponi, os Affaitadi, etc, identificamos um total de 46 famílias. Dado o objectivo da análise não pudemos deixar de verificar qual a localização de cada um dos elementos para perceber tendências de dispersão / concentração. Verificamos que cerca de 70% destas famílias têm elementos em pelo menos dois locais diferentes. Dada a impraticabilidade de mapear, neste exercício, toda esta informação, optámos por seleccionar as famílias de origem portuguesa, atendendo até ao facto de serem esses os autores da correspondência que temos vindo a analisar. Obtivemos assim o mapa apresentado na Figura 4.

**Figura 4.** Localização dos elementos das famílias Gomes d’Elvas, Ximenes e Morales entre 1553 e 1588.



<sup>58</sup> Henri Lapeyre, *Une famille de Marchands: les Ruiz. Contribution à l'étude du commerce entre la France et l'Espagne au temps de Philippe II.*

A correspondência dos Gomes d'Elvas, nomeadamente de António, Luís e Manuel Gomes, representa a maioria das cartas emitidas de Portugal. Sediados em Elvas e Lisboa, ocupam-se da exportação de especiarias, em especial a pimenta, pedras preciosas, açúcar, sal e anil; e da importação de trigo e panos. Vão também participar nos *asientos* a Filipe II. Apesar de sediados em território nacional, na documentação encontrámo-los também em Medina del Campo e Nantes.

Os Morales, estrategicamente localizados na Estremadura espanhola (Tristão de Morales sedia-se em Mérida), ocupam-se da troca de moedas de ouro portuguesas por reais sevilhanos. São dos agentes que mais mobilidade apresentam: encontramos Tristão de Morales em Lisboa, Elvas, Madrid e Sevilha. O irmão Hernando de Morales é dos que mais viaja frequentemente, indo a Medina del Campo para as feiras ou a Lisboa para se encontrar com os seus correspondentes, mas também o encontramos em Elvas, Burgos e Madrid.

Os Ximenes optam por uma localização, igualmente estratégica, em Antuérpia. Aqui sediam-se os irmãos Fernando Ximenes e Rui Nunes, enquanto Tomás Ximenes e Gerónimo Duarte permanecem na capital portuguesa. Actuam essencialmente como agentes financeiros, realizando em Antuérpia o pagamento das letras de câmbio de Simón Ruiz e dos mercadores portugueses.

Mas estes homens não se limitam a actuar dentro das suas associações familiares, pelo que os encontramos muitas vezes em parcerias, procurando aumentar assim a sua capacidade de capital para, por exemplo, participarem nos *asientos*<sup>59</sup>.

De relevância para esta análise é o facto de estas relações comerciais comprovarem os comportamentos que acima descrevemos: companhias assentes em ligações familiares; deslocação de alguns dos seus elementos para outros espaços; e necessidade de parcerias com elementos externos (mesmo que temporárias) para actividades mercantis e financeiras de maior envergadura.

## 5. Conclusão

Os espaços que identificamos como os mais relevantes para a rede de Simón Ruiz revelam-nos as actividades a que a rede se entrega: os câmbios, presentes nas feiras de Medina del Campo, Lyon, e Besançon, e a especulação financeira que Sevilha e Antuérpia permitiam. A actividade financeira da rede atinge o seu máximo com o financiamento da corte espanhola e por isso Madrid está tão presente. Lisboa e Elvas acusam as ligações aos produtos ultramarinos, assim como Burgos, um importante centro de seguros, permite tratar dos fretes de navios. Para estas actividades mercantis, nomeadamente para os circuitos do sal, do trigo e dos panos, eram fundamentais os agentes localizados em Nantes e Rouen.

Esta diversidade de actividades e a sua dimensão espacial obriga naturalmente a uma rede de correspondentes, intermediários e agentes financeiros que necessariamente ultrapassa a mera estrutura familiar. Era, pois, forçoso recorrer a elementos externos que representassem os interesses da companhia nas várias praças europeias. Ao mesmo tempo, vimos que a estrutura base da rede de Simón Ruiz é familiar, actuando os seus irmãos e sobrinhos como correspondentes e parceiros de negócio. O risco de uma actividade como a concessão de créditos ou até mesmo a actividade especulativa é diminuído pelo elevado grau de confiança presente num laço familiar. Parece-nos pois mais correcto assumir que à volta de um núcleo familiar, responsável pela gestão

<sup>59</sup> Damos como o exemplo um *asiento* de 40 mil escudos em sociedade por quotas de quintos, feito por Luís Gomes d'Elvas, Tomás Ximenes, Fernando Ximenes, Rodrigo Lopes d'Évora e Simón Ruiz em 1576. Carta de António Fernandes d'Elvas a Simón Ruiz de 30 de Março de 1576. In Arquivo de Simón Ruiz, *Correspondência comercial, Portugal*, caixa 34, nº 14.

da companhia, gravitavam indivíduos (muitas vezes eles próprios inseridos em parcerias) que garantiam a diversificação e continuidade das actividades da rede. Com efeito, os mercadores portugueses parecem integrar o segundo grupo que Daniel Strum identificou como sendo de menores recursos, integrando a rede consoante as actividades financeiras e mercantis do momento e compensando a sua pouca capacidade financeira com uma grande mobilidade. Ao fazê-lo vão naturalmente integrar outras redes (mercantis, financeiras, familiares) assumindo novas funções e ocupando novos espaços. No que respeita à sua acção dentro da rede em análise, eles comprovam que os elementos externos são essenciais para aquisição de novas competências por parte da rede. Um exemplo muito claro disto, é o acesso que a companhia de Simón Ruiz passará a ter aos produtos ultramarinos, e que lhe é apenas possível pela integração dos mercadores portugueses.

E este acesso a novos produtos traduz-se no acesso a novos mercados, ou seja traduz-se num novo enquadramento espacial da rede de Simón Ruiz. É este tipo de transformações que nos importa analisar, verificando o comportamento da rede perante momentos de mudança, quer positiva, quer negativa (reestruturação em momentos de crise).

Como metodologia de análise, as projecções espaciais, revelam-se uma importante ferramenta para a investigação histórica, como esperamos termos demonstrado com o presente trabalho.

## Bibliografia

- Albane Forestier, “Trust and long-distance trade in the French Atlantic: the Chaurand and their business network, 1775-1793”, in *XVth World Economic History Congress*, Utrecht, 3 a 7 de Agosto de 2009.
- Amélia Polónia; Amândio Barros; Miguel Nogueira, “Now and Then, Here and There... on business: mapping social/trade networks on First Global Age” in *Mapping Different Geographies*, ed. Karel Kriz; William Cartwright; Lorenz Hurni (Springer, 2010).
- Andrew Torget e James Wilson, *Visualising the past: tools and techniques for understanding historical processes. A White Paper for the National Endowment for the Humanities* (Virginia: University of Richmond, 2009).
- Anne Kelly Knowles, *Past time, past place: GIS for History* (California: ERSI, 2002).
- Anne Kelly Knowles, *Placing History: How maps, spatial data, and GIS are changing Historical scholarship* (California: ESRI, 2008).
- Carlos Álvarez; Luca Lo Basso; Claudio Marsilio, “La red financiera de la familia Spinola: España, Génova y las ferias de cambio (1627-1656)” in *X Simposio de Historia Económica: Análisis de redes en la Historia Económica, Bellaterra, 27 a 29 de Janeiro de 2005*.
- Christiane Reves, “Italian merchants of the eighteenth century in Frankfurt and Mainz: circumstances contributing to their socio-economic ascent” in *Spinning the commercial web. International trade, merchants and commercial cities, c. 1640-1939*, ed. Margrit Schulte Beerbühl e Jörg Vögele (Peter Lang, 2004).
- Claudio Marsilio, ““Four times a year for so many years”. The Italian Exchange Fairs during the XVth-XVIIth Centuries” in *XVth World Economic History Congress*, Utrecht, 3 a 7 de Agosto de 2009.
- Daniel Strum, “Revisiting the Role of Kinship and Ethnicity in Early Modern Trade: the Portuguese Jews and New Christians in the sugar trade” in *XVth World Economic History Congress*, Utrecht, 3 a 7 de Agosto de 2009.
- Federigo Melis, *Documenti per la storia economica dei secoli XIII-XVI* (Firenze: Leo S. Olschki, 1972).
- Felipe Ruiz Martin, *Pequeño capitalismo, gran capitalismo. Simón Ruiz y sus negocios en Florencia* (Barcelona: Editorial Crítica, 1990).
- Fernand Braudel, *Civilização material, Economia e Capitalismo - séculos XV-XVIII: Os jogos das trocas, vol. 2* (Paris: Teorema, 1979), 125-127.
- Francesca Trivellato, “«Juifs de Livourne, Italiens de Lisbonne, hindous de Goa» Réseaux marchands et échanges interculturels à l'époque moderne”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales* (no. 3, 58e année, 2003), 581-603.
- Henri Lapeyre, *Une famille de Marchands: les Ruiz. Contribution à l'étude du commerce entre la France et l'Espagne au temps de Philippe II* (Paris: Librairie Armand Colin, 1955).
- Hilario Casado Alonso, “Crecimiento económico y redes de comercio interior en la Castilla septentrional (siglos XV y XVI)” in *Imágenes de la diversidad: el mundo urbano en la Corona de Castilla (s. XVI-XVIII)*, ed. José Ignacio Fortea Pérez (Santander: Universidad de Cantabria, 1997).
- Hilario Casado Alonso, “Los flujos de información en las redes comerciales castellanas de los siglos XV y XVI”, *Investigaciones de Historia Económica* (no. 10, 2008), 35-68.
- Ian Gregory, *A place in history: a guide to using GIS in historical research* (Oxbow, 2003).

- Ian Gregory e Paul Ell, *Historical GIS: Technologies, Methodologies and Scholarship* (Cambridge: University Press, 2007).
- Immanuel Wallerstein, *O Sistema Mundial Moderno, Vol. 1: Agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI e Vol. 2: O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750* (Porto: Edições Afrontamento, 1990).
- Jean-Pierre Dedieu; Zacarías Moutoukias, “L’approche de la théorie des réseaux sociaux” in *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l’Ancien Régime*, ed. Juan Luise Castellano e Jean-Pierre Dedieu (Paris: CNRS Editions, 1998).
- Jessica Vance Roitman, “Us and Them: Inter-cultural Trade and the Sephardim, 1595-1640” (Diss. Doutoramento, Universidade de Leiden, 2009).
- José-Gentil da Silva, *Stratégie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607: Lettres marchandes des Rodrigues d’Évora et veiga* (Paris: Librairie Armand Colin, 1956).
- José-Gentil da Silva, *Marchandises et Finances II: lettres de Lisbonne 1563-1578* (Paris: S.E.V.P.E.N., 1959).
- José María Imízcoz, *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen, siglos XV-XIX* (Universidad del País Vasco, Servicio Editorial, 2001).
- Juan José de Madariaga, *Bernal Díaz y Simón Ruiz de Medina del Campo* (Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1966).
- Léon Schick, *Jacob Fugger: un grand homme d’affaires au début du XVIe siècle* (Paris: S. E. V. P. E. N., 1957).
- M. E. Bratchel, “Italian merchant organization and business relationships in Early Tudor London” in *Merchant networks in the early modern world*, ed. Sanjay Subrahmanyam (Ashgate Variorum, 1996).
- Margrit Schulte Beerbühl, “Spatial construction and social norms in eighteenth-century trade networks” in *Historisches Seminar II* (Düsseldorf: Heinrich Heine Universität, 2008).
- Margrit Schulte Beerbühl; Jörg Vögele, *Spinning the commercial web. International trade, merchants and commercial cities, c. 1640-1939* (Peter Lang, 2004).
- Maria Fusaro, “«Les Anglais et les Grecs» Un réseau de coopération commerciale en Méditerranée vénitienne”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales* (no. 3, 58e année, 2003), 605-625.
- May Yuan, “Dynamics GIS: Recognizing the Dynamic Nature of Reality” in *Essays on Geography and GIS* (ESRI, 2008), 17-24.
- Pierre Goubert, *Familles marchandes sous l’Ancien Régime: les Danse et les Motte, de Beauvais* (Paris: S. E. V. P. E. N., 1959).
- Ricardo Court, “Januensis Ergo Mercator: Trust and Enforcement in the Business Correspondence of the Brignole Family”, *The Sixteenth Century Journal* (no. 35, 4, Winter 2004), 987-1003.
- Richard White, *What is Spatial History?* (Stanford University Spatial History Lab, 2010) (disponível in [www.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=29&project\\_id=997](http://www.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=29&project_id=997) – consultada em 15/01/2012).
- Sanjay Subrahmanyam, *Merchant networks in the early modern world* (Ashgate Variorum, 1996).
- Zacarías Moutoukias, “Narración y análisis en la observacion de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia economica y social” in *Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna*, ed. María Bjerg e Hernán Otero (Tandil: CEMLA/IEHS, 1995), 221-241.

Zacarias Moutoukias, “Negocios y redes sociales: modelo interpretativo a partir de un caso rioplatense (siglo XVIII)”, *Caravelle* (no. 67, 1997), 37-55.

Zacarias Moutoukias, “La notion de réseau en histoire sociale: un instrument d’analyse de l’action collective” in *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l’Ancien Régime*, ed. Juan Luise Castellano e Jean-Pierre Dedieu (Paris: CNRS Editions, 1998).

Virgínia Rau, “cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato”, *Separata de Estudos Italianos em Portugal* (no. 21-22, 1962-1963).



David Plouviez\*

## L'État, la marine de guerre et les réseaux économiques en France au XVIII<sup>e</sup> siècle

**R É S U M É** | *Dans le contexte des marines en bois et à voile de l'époque moderne, il était nécessaire de rassembler des matières premières nombreuses et variées dans les arsenaux d'Etat (bois, chanvre, voiles, fer, canons...). Au XVIII<sup>e</sup> siècle, la marine de guerre française décide de déléguer à des partenaires économiques privés l'achat du matériel naval. Or, ceux-ci s'organisèrent en réseaux de nature et de taille très variables. Pour parvenir à assumer ses programmes de construction, la France s'est appuyée sur de petits réseaux marchands locaux mais également sur de plus vastes organisations incluant les grands financiers du pays. Cet article a pour ambition de donner un premier aperçu des dynamiques globales de ces réseaux ainsi que de présenter des éléments précisant leur composition. Il s'agit de montrer que l'approche des réseaux marchands et financiers au service de la marine française permettra de comprendre quelle a été la politique navale de la France à l'époque moderne et de pouvoir la comparer à ses principales rivales.*

**A B S T R A C T** | *In the context of marine wood and sail to the modern era, it was necessary to collect many different materials in the dockyards (wood, hemp, sails, iron, guns ...). In the eighteenth century, the French navy decided to delegate the purchase of naval equipment to private economic partners. However, they organized themselves into networks of all kinds and of all sizes. To complete its construction programs, France has relied on small networks composed of local merchants but also on larger organizations with the great financiers of the country. This article aims to give a first overview of the global dynamics of these networks and to present evidence indicating their composition. The study of commercial and financial networks of the Navy will permit understand the French naval policy and compare it to other naval powers of the time.*

De la volonté, en 1661, du jeune Louis XIV et de son secrétaire d'Etat à la marine, Jean-Baptiste Colbert, de concevoir une marine d'Etat permanente jusqu'à la proclamation de la première République en 1792, la France d'Ancien Régime est parvenue à construire près de 600 vaisseaux de ligne et autant de frégates auxquels s'ajoutent les nombreuses unités secondaires et de service composant une flotte complète<sup>1</sup>. Dans ce contexte, les arsenaux ont représenté des pôles industriels à la terminaison de flux matériels et financiers colossaux. Aujourd'hui, la déconstruction du processus économique qui a conduit à l'édification des marines de guerre européennes est au cœur d'un renouvellement historiographique à la croisée de paradigmes de recherche bien établis tels que l'histoire des appareils d'Etat, l'histoire financière et fiscale ainsi

\* Maître de conférences en histoire moderne. Université de Nantes - Centre de Recherche en Histoire Internationale et Atlantique (CRHIA EA 1163).

<sup>1</sup> Martine Acerra, *Rochefort et la construction navale française, 1661-1815* (Paris : Librairie de l'Inde, 1993)

que celle consacrée aux mondes marchands<sup>2</sup>. Si l'intérêt pour « l'Etat navalo-fiscal » n'est pas encore très perceptible en France<sup>3</sup>, les historiographies étrangères se sont emparées du sujet comme en témoigne l'activité du groupe de recherche « Contractor State Group » qui a placé les Etats espagnol et anglais de l'époque moderne au cœur de sa réflexion<sup>4</sup>.

Dans ce contexte, il apparaît que l'analyse réticulaire offre un puissant outil pour appréhender le fonctionnement des arsenaux et de toutes autres entreprises militaires qui, par nature, étaient des entités fonctionnelles reliées à des pôles de production et de préemption de matières premières pilotés par des acteurs économiques eux-mêmes organisés en réseaux<sup>5</sup>. La collecte des marchés d'approvisionnement et des actes de société des différentes manufactures et fonderies au service de l'Etat permet de faire émerger la qualité des partenaires de la marine et les liens qu'ils entretenaient entre eux. Ici, si les archives d'Etat sont les plus nombreuses, et souvent les plus accessibles, elles ne renferment pas nécessairement les clés de ces réseaux complexes et opaques, a fortiori quand ils dissimulent la participation de personnages proches du pouvoir tels que des administrateurs, des financiers ou des banquiers. Comme pour toutes les reconstitutions de réseaux, l'utilisation des archives notariales se révèle indispensable même au prix d'un dépouillement laborieux<sup>6</sup>.

Cet article, se basant sur une étude en cours, a pour ambition de présenter les premiers éléments caractérisant les réseaux marchands et financiers au service de la marine française au XVIII<sup>e</sup> siècle. Débuté au cours des années 1720, le redressement de la flotte a eu lieu en confiant la totalité des besoins à des acteurs économiques extérieurs liés à la marine par un marché d'approvisionnement. Il s'agit de mesurer la dynamique des rapports entretenus entre l'Etat et ses partenaires au travers d'une approche globale avant de pénétrer plus avant dans les réseaux en tâchant de poser les bases d'une identification des individus qui les composent. Enfin, en s'attachant à l'analyse des réseaux de deux grands fournisseurs, Pierre Babaud de la Chaussade et Jean-Charles Dujardin de Ruzé, nous mettrons en évidence les différentes caractéristiques qui les ont menés à remporter des marchés militaires importants sur la longue durée et de mesurer succinctement leur efficacité.

<sup>2</sup> Voir par exemple Anne Dubet, Jean-Philippe Luis, *Les financiers et la construction de l'Etat* (Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2011)

<sup>3</sup> Pour saisir les implications de ce que représentent ce concept : Rafael Torres Sánchez, « The Triumph of the Fiscal Military State in the Eighteenth Century. War and Mercantilism », in Rafael Torres Sánchez (dir.), *War, State and Development. Fiscal-Military States in the Eighteenth Century* (Pamplona : EUNSA, 2007), 14-22. Ces problématiques n'ont pas encore été saisies par les historiens français comme en témoigne encore le débat consacré à la « Révolution militaire navale » dans la *Revue d'Histoire Maritime* (n°14, 2011), 218-281. Toutefois, il faut signaler les travaux de Christian Buchet qui, depuis les années 1990, appelle à une plus juste considération de ces pistes : Christian Buchet, *Marine, économie et société : un exemple d'interaction : l'avitaillement de la Royal Navy durant la guerre de Sept Ans* (Paris : Honoré Champion, 1999) ; « La marine, moteur du développement économique ? », in *La puissance maritime*, ed. Christian Buchet, Jean Meyer, Jean-Pierre Poussou (Paris : Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2004), 509-514

<sup>4</sup> Huw V. Bowen, Augustín González Enciso, *Mobilising Resources For War : Britain and Spain at work during the early modern period* (Pamplona : EUNSA, 2006) ; Rafael Torres Sánchez, op. cit. ; Stephan Conway, Rafael Torres Sánchez, *The Spending of States : Military Expenditure during the long eighteenth century : patterns, organisation and consequences, 1650-1815* (VDM, 2011)

<sup>5</sup> David Plouviez, *De la terre à la mer. La construction navale militaire française et ses réseaux économiques* (PhD. diss., Université de Nantes, 2009)

<sup>6</sup> Jean-Pierre Dedieu, « Les groupes financiers et industriels au service du Roi d'Espagne, fin XVII<sup>e</sup>-début XVIII<sup>e</sup> siècle », in *Les financiers et la construction de l'Etat*, ed. Anne Dubet, Jean-Philippe Luis (Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2011), 87-104 ; Claire Lemerrier, « Analyse de réseaux en histoire », *Revue d'histoire moderne et contemporaine* (n°2, avril-juin 2005), 87-112

## Approche globale des réseaux économiques militaires français

L'administration de la marine française ne découvre pas l'économie de marché au XVIII<sup>e</sup> siècle et le recours à des partenaires extérieurs pour assurer une partie de son approvisionnement en matières premières navales et en vivres caractérisa également la construction de la flotte sous Louis XIV<sup>7</sup>. Toutefois, la multiplication et la densification des réseaux marchands et financiers au service de la marine française sont bien une originalité du XVIII<sup>e</sup> siècle. Jusque dans les années 1720, l'approvisionnement de la flotte repose sur une structure économique mixte avec l'exploitation à l'économie et l'exploitation à l'entreprise, autrement caractérisées par les expressions régie directe et régie indirecte. Dans le premier cas, la logistique d'exploitation incombe à la marine qui se charge de l'intégralité des opérations d'approvisionnement, de la préemption ou de la production des matières premières jusqu'à leur acheminement dans les arsenaux. Ici, le recours à des acteurs économiques est très limité voire nul. En revanche, dans le contexte de l'exploitation à l'entreprise la charge de l'approvisionnement revient à un fournisseur avec lequel un contrat était signé au préalable. Très rapidement après sa prise de fonction, le secrétaire d'Etat Maurepas est clair sur les choix économiques de la marine et enjoint les intendants et commissaires à opter pour ce type de délégation de services à un partenaire privé<sup>8</sup>. L'Etat n'a plus guère les moyens de déployer une logistique lourde et coûteuse aux confins d'hinterlands qui s'étendent de façon irréversible. Au XVIII<sup>e</sup> siècle, l'exploitation à l'économie disparaît progressivement en connaissant toutefois des réminiscences ponctuelles au moment de la coupe, par l'arsenal de Toulon, de la forêt de Lérans en Languedoc au cours des années 1720, de la régie des Pyrénées au cours des années 1760 ou encore celle de la fonderie de Ruelle de 1754 à 1776<sup>9</sup>.

Malgré une reprise très lente de la construction navale avant la guerre de Succession d'Autriche (1740-1748), la dispersion géographique des arsenaux et l'inventaire presque infini des matières premières nécessaires à l'élaboration des vaisseaux et frégates induisent immédiatement un accroissement important des différents fournisseurs en contrat avec la marine quelle que soit leur envergure économique. A différentes échelles, ceux-ci s'organisent très vite pour peser plus efficacement dans les négociations commerciales avec les commissaires et les intendants portuaires. Dès lors, sous l'apparence de la signature d'un contrat entre l'Etat et un partenaire économique, c'est en réalité un réseau plus ou moins dense qui se cache et s'insinue dans toutes les relations commerciales ayant trait aux besoins militaires, perçus comme très rémunérateurs. Cette mise en réseau des intérêts économiques se perçoit plus nettement au moment des adjudications régies par une procédure complexe depuis l'ordonnance de marine de 1689<sup>10</sup>. Les intendants étaient chargés de faire la publicité des besoins de leurs arsenaux et d'organiser une mise en concurrence des potentiels fournisseurs afin d'adjuger le contrat au « mieux disant ». Le suivi de tout ce décorum montre en réalité que des ententes préalables avaient lieu avant les adjudications, dévoilant l'important réseau de sociabilité et d'entraide tissé par les fournisseurs de la marine. Face à de telles collusions, mais pour ne pas entraver la bonne marche

<sup>7</sup> Caroline Le Mao, « Financer la marine en temps de conflit : l'exemple de la guerre de la Ligue d'Augsbourg (1688-1697) », in *Revue d'Histoire Maritime* (n°14, 2011), 285-319

<sup>8</sup> Le tournant est perceptible dès 1728 à travers les différents courriers que l'administration versaillaise envoie aux intendants et commissaires. Toutefois, il s'agit semble-t-il d'un changement difficile à faire passer compte tenu des nombreux rappels à l'ordre à l'image de celui de 1735 que Maurepas fait parvenir au commissaire Doyard pour l'exploitation de bois pour le compte de l'arsenal de Brest : « (...) Je vous ay déjà expliqué que je ne veux plus permettre d'exploitations par économie ainsy il faut essayer de s'arranger autrement avec M. de Noyan pour l'acquisition des 2023 pieds d'arbres que vous avez marqués... », Archives nationales (désormais AN) Mar. B/2/292 f° 184 (1735)

<sup>9</sup> David Plouviez, *op. cit.*, 154-158

<sup>10</sup> *Ordonnance de Louis XIV pour les armées navales et arsenaux de marine, 15 avril 1689* (Paris : E. Michalet, 1689)

du service, les autorités maritimes sont contraintes d'accepter les offres des différents marchands et négociants tout en restant lucides sur leurs agissements comme en témoigne l'intendant de Rochefort : « *Il arrive tous les jours, Monseigneur, que les adjudicataires sont cautionnés par ceux même qui ont concouru avec eux et le conseil ne pouvait refuser, sans s'exposer à ne pas trouver de cautionnement, ce qui arrêterait les ventes. Peut-être, comme le conseil de marine l'observe, cette réunion pourroit faire naître des soupçons fondés de collusion. On ne s'en est pas aperçu jusqu'à ce moment et si cela était on ne vois pas de moyens pour l'en empêcher à moins d'exiger des cautions étrangères qui n'auraient pas paru à la vente ce qui est impossible ici.* »<sup>11</sup>. Tous les concurrents à un marché d'approvisionnement se connaissent, se concurrencent et au besoin se cautionnent, moyennant un intéressement sonnante et rébuchant difficile à évaluer, rendant la lisibilité de la transaction économique difficile. Face à une marine de plus en plus exigeante sur la qualité des matériaux employés à la construction navale, les acteurs économiques savent afficher – au moins temporairement – une unité pour peser plus efficacement. Dans ce contexte, les contrats d'approvisionnement se complexifient autant par les différentes clauses contractuelles qui les composent que par les différents acteurs impliqués. Manque de transparence et superposition des partenaires économiques sont dénoncées avec véhémence par le secrétaire d'État à la marine La Luzerne en 1788 : « *Quiconque n'a pas été initié dans l'administration de ce département ne peut se faire une idée des prétentions pécuniaires, des réclamations exorbitantes et iniques qui élèvent journellement contre ces contrats mille individus et la difficulté de vérifier si leurs demandes sont fondées ou de déterminer jusqu'à quel point elles le sont. Une foule d'hommes avides se permettent de tout dire, de tout assurer, de tout falsifier ou de dénaturer lorsque ce n'est même pas aux extrémités du royaume, mais seulement aux extrémités du monde qu'ils courent le risque d'être démentis.* »<sup>12</sup>.

Ce manque de lisibilité est renforcé par la porosité de l'administration de la marine avec les intérêts économiques. Si l'arsenal est le lieu de mise en œuvre de la politique navale de l'État, espace public par excellence, rien n'est plus faux que de l'envisager étanche aux transactions extérieures. Nombreux furent les fonctionnaires de la marine à s'inscrire dans des réseaux marchands ou financiers allant à l'encontre, de fait, de l'ordonnance de la marine de 1689 qui indiquait l'incompatibilité totale à être à la fois un officier ou un technicien de la marine et un fournisseur et que « *les collusions d'intérêts entre administrateurs et certains entrepreneurs devaient être évitées.* »<sup>13</sup>. A Toulon, Joseph Danillon, maître charpentier de l'arsenal, était également partie prenante de l'entreprise d'approvisionnement en bois de construction dirigée par le très influent Antoine Turc, marchand dans cette ville. Entre 1755 et 1769, Joseph Danillon perçut 10 % du montant des bois payés par l'arsenal à Antoine Turc<sup>14</sup>. A Rochefort, la famille Hèbre de Saint Clément illustre également cette porosité entre le monde marchand et les fonctionnaires de la marine mais avec une dimension inédite. Antoine Hèbre de Saint Clément était premier commis au bureau du contrôle de l'arsenal de Rochefort au moment où François Hèbre, son frère, et Pierre André Hèbre, son oncle, avaient tissé un réseau relationnel français et européen en servant de commissionnaires à la plupart des marchands et négociants désirant commercer avec la marine. En outre, la maison de commerce Hèbre de Saint Clément et Compagnie signait en propre d'importants marchés pour des travaux dans l'arsenal autant que pour la livraison de matières premières. Bien que l'activité de négoce de cette famille soit bien antérieure à leur pénétration

<sup>11</sup> Jean-François Claverie, *Les marchés de fourniture et de travaux dans la marine royale au XVIII<sup>e</sup> siècle* (PhD. diss., Université d'Angers, 1996), 276

<sup>12</sup> *idem*, 277

<sup>13</sup> Une ordonnance royale du 13 mars 1717 renouvela l'incompatibilité entre les deux fonctions

<sup>14</sup> Gilbert Buti, « Un arsenal méditerranéen et ses aspects forestiers : Toulon au XVIII<sup>e</sup> siècle », in *Forêt et Marine*, ed. Andrée Corvol (Paris : L'Harmattan, 1999), 497

dans l'administration comptable et financière de la marine, on ne peut s'empêcher d'imputer l'envergure atteinte par leurs affaires dès lors qu'elle fut intimement mêlée à la gestion de la marine<sup>15</sup>. Le pouvoir détenu par cette famille, mais de nombreux autres acteurs économiques grandissent à l'ombre des arsenaux, découle aussi de la nécessité, pour des marchands loin des ports militaires, de s'appuyer sur des relais locaux. Ici, comme dans toutes les villes commerçantes, portuaires ou non, le rôle du commissionnaire, recruté parmi les acteurs économiques les plus fiables, tend à revêtir une importance cruciale. Ainsi, la famille Hèbre de Saint Clément représente près d'une trentaine de fournisseurs parmi les plus importants du siècle dont Pierre Babaud de la Chaussade et Jean-Charles Dujardin de Ruzé qui correspondent avec elle depuis leurs bureaux parisiens. Beaucoup plus proche mais à un moment stratégique, le négociant bordelais David Gradis négocie la vente de vivres et de matériels baltes pendant la guerre de Sept Ans par l'intermédiaire de ces commissionnaires incontournables sur la place de Rochefort<sup>16</sup>. En 1747, c'est le baron de Segonzac, propriétaire des forges de Plazac en Périgord et fournisseur de canons pour la marine, qui octroie une commission à Hèbre<sup>17</sup>.

La multiplication des acteurs économiques représentés par la famille Hèbre est révélatrice à la fois de l'augmentation des besoins de la marine mais également de l'europanisation des flux de matériel militaire. Au XVIII<sup>e</sup> siècle, il y a une dissociation de plus en plus nette entre l'espace vécu par l'opérateur en charge de l'approvisionnement et l'origine géographique de ce dernier. L'entrepreneur n'est plus nécessairement familier de la zone qu'il exploite ou de la manufacture qu'il dirige et est contraint de densifier son réseau relationnel pour conserver son efficience économique et industrielle. Depuis Toulon, Pierre Sage commande de vastes exploitations forestières dans un grand Sud-Ouest – en Languedoc, Cévennes et Vivarais – dans lequel il se fait représenter. Pour ses marchés de bois de construction du Haut Languedoc, Sage pouvait compter sur Antoine Fontanilha, un marchand détailliste pour le pastel d'Albi, installé à Toulouse. Etranger aux mécanismes d'une exploitation forestière, il n'en demeure pas moins qu'il pouvait assurer le recrutement de scieurs de long, superviser la logistique définie par d'autres et tenir informer Sage par l'envoi régulier de courriers, une intermédiation commerciale commune sous l'Ancien Régime pour un homme qui était par ailleurs intégré aux réseaux plus lointains de la draperie picarde et du Nord de la France, avec les Poupard de Neufelize à Sedan notamment<sup>18</sup>.

La dilatation des hinterlands portuaires contraint donc tous les fournisseurs de la marine à projeter sur les territoires pourvoyeurs des armatures d'intermédiaires de plus en plus complexes. Mais ce qui frappe est le caractère mouvant de celles-ci tout au long du XVIII<sup>e</sup> siècle : elles s'étendent, en incluant de nouveaux acteurs économiques, ou au contraire se rétractent et meurent en fonction de la conjoncture ou de la fin naturelle d'un marché avec la marine. Tous ces éléments conduisent à prendre la mesure de la « démographie » des réseaux militaires. En première analyse, l'appréciation globale des marchés avec la marine montre l'extraordinaire volatilité du monde marchand à son égard. Le taux de renouvellement annuel des fournisseurs est un premier indicateur. Chaque année les intendants portuaires renouvèlent de 50 % à 80 % des fournisseurs et il apparaît que les trois quarts ne s'engagent que pour un seul contrat d'une durée de un à deux ans, guère davantage. Beaucoup d'entre eux écoulent ponctuellement

<sup>15</sup> Michel Caussin, *L'histoire de la famille Hèbre de Saint-Clément, contribution à l'histoire du commerce rochefortais au XVIII<sup>e</sup> siècle* (Rochefort, 1972)

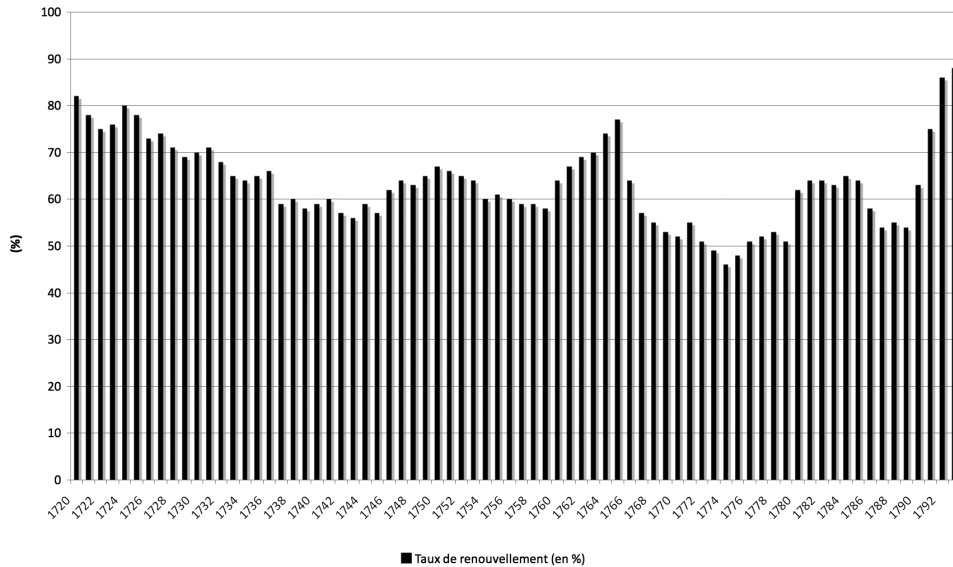
<sup>16</sup> AN 181 AQ/77-78, volumes 5 et 6 (1756-1761) ; on se reportera également à la synthèse récente de Sylvia Marzagalli, « Opportunités et contraintes du commerce colonial dans l'Atlantique français au XVIII<sup>e</sup> siècle : le cas de la maison Gradis de Bordeaux », in *Ouvre-Mers* (n°362-363, 2009), 87-110

<sup>17</sup> AD Charente maritime, notaire Jeudy XXXIII (10 mars 1747)

<sup>18</sup> Gérard Gayot, « Dispersion et concentration de la draperie sedanaise au XVIII<sup>e</sup> siècle, l'entreprise des Poupard de Neufelize », *Revue du Nord* (n°240, 1979), 127-148 ; Paul Butel, *Les négociants bordelais, l'Europe et les Îles au XVIII<sup>e</sup> siècle* (Paris : Aubier, 1974), 98-101

un approvisionnement, à l'exemple des nombreux marchands de bois locaux pour lesquels la marine de guerre ne constitue pas leur partenaire économique principal.

**Figure 1.** Renouvellement des fournisseurs de la marine, 1720-1792 (en %) <sup>19</sup>



Mais si de prime abord une importante partie des fournisseurs ont été de passage au service de la marine, générant un très fort *turn over*, cela ne doit pas dissimuler l'existence d'un groupe très impliqué, de l'ordre de 6 % à 7 % des 740 fournisseurs identifiés pour le XVIII<sup>e</sup> siècle, qui se sont engagés au delà de quatre marchés pour des durées allant de quatre à huit années à chaque fois.

Par ailleurs, au delà de son ambivalence, si cet indicateur donne un premier aperçu de la très grande mobilité des réseaux militaires, il ne rend pas compte de leur recomposition. Ainsi, 75 % des fournisseurs signant un unique contrat ne sont pas nécessairement perdus pour l'approvisionnement de la marine. En effet, il n'est pas rare de retrouver ces hommes à l'intérieur de réseaux plus ramifiés, poursuivant une activité au service de l'Etat sans pour autant figurer dans la raison sociale de l'entreprise. La volonté de mutualiser infrastructures et investissements pour échapper à une conjoncture économique aléatoire ou tout simplement de disposer d'un outil permettant de se distinguer auprès de la marine explique l'augmentation du nombre « d'associations » commerciales. Un tel processus peut se lire à travers la constitution de la Compagnie Péan de Saint Gilles en activité de 1763 à 1769 qui livra du bois de construction pour les arsenaux de la façade atlantique. Au lendemain de la guerre de Sept Ans, la marine est dans un état matériel difficile et ne possède plus suffisamment de matières premières pour relancer les constructions. Or, le secrétaire d'Etat Choiseul parie sur une paix temporaire et souhaite reconstituer les stocks de bois au plus vite en confiant la charge à une société reconnue. Dans ce contexte, la compagnie Péan de Saint Gilles monopolisa 2/3 de l'approvisionnement en bois entre 1765 et 1769. Mais cette puissance logistique est essentiellement le résultat du rassemblement de fournisseurs ayant déjà

<sup>19</sup> Graphique construit à partir du dépouillement des états de prévoyances annuels et des marchés établis par la marine composant la base de données « *De la terre à la mer* » ; cf. David Plouviez, « Sources et méthodologie. Des archives au traitement informatique », in *De la terre à la mer...*, op. cit., 24-52

traité avec la marine au cours des années 1740 et 1750 et qui ont uni leur force dans une société dont la raison sociale fut successivement « Petel et Cie » et « Péan de Saint Gilles et Cie », ce dernier héritant d'une longue tradition familiale de gestion des marchés d'Etat<sup>20</sup>. L'acte de société permet de tracer la vie économique de nombreux fournisseurs perdus en tant qu'individualité au service de la marine<sup>21</sup>. En disposant d'une trame d'associés répartis dans des provinces forestières clés pour la marine, Péan était parvenu à globaliser l'approvisionnement en bois par une emprise spatiale incontournable. Plus prosaïquement, les difficultés économiques peuvent contraindre certains acteurs économiques à s'associer comme ce fut le cas de Jacques-Antoine Cantin et Jacques-Robert Capelin de la Rochelle. C'est la guerre de Sept Ans qui précipita leur rapprochement sous peine de mort économique. Le 7 août 1760, Cantin avait déjà dû déposer le bilan de son entreprise qui fut effectif à la fin de l'année 1767<sup>22</sup>. Dans le contexte d'une micro-société à la trésorerie exsangue – Cantin était issu d'une famille de marchands tonneliers modestes – le salut économique passait parfois par une union avec un autre marchand. Les contrats qu'il signe conjointement avec Capelin dès 1770 montrent la pertinence de cette démarche<sup>23</sup>.

Dès lors, il convient de lire avec prudence les données relatives au taux de renouvellement des fournisseurs. Les réseaux entrepreneuriaux ont été mouvants tout au long du siècle et il faut se garder d'en avoir une appréciation figée. Reste qu'il est possible de dégager une typologie de ces différents réseaux et de mesurer leurs poids respectifs dans l'approvisionnement de la marine de guerre française.

### **Anatomie des réseaux militaires: Quelle stratégie économique pour l'approvisionnement de la flotte française?**

L'appréhension de la puissance navale des Etats de l'époque moderne s'est longtemps cantonnée à l'analyse de l'outil guerrier proprement dit et de ses tactiques de déploiement en laissant au second plan le volet économique-social, un tropisme historiographique abandonné aujourd'hui. Dès lors, sur quels types de réseaux économiques s'est appuyée la France pour concevoir sa flotte militaire ? L'enjeu est de taille et la nature de ses partenaires économiques est en soit une première indication à l'efficacité ou non de l'élaboration d'un outil aussi complexe. Chaque posture est originale mais l'analyse du cas français ne cesse de surprendre dans la mesure où elle permet de faire apparaître une structure économique relativement déséquilibrée. Ainsi, une part importante, souvent stratégique mais jamais majoritaire de l'approvisionnement, a été tenue par une cohorte de marchands locaux ou régionaux. A côté de ces hommes, intégrés à des réseaux souvent réduits à leur plus simple expression et très lisibles pour l'historien, on trouve de très grands fournisseurs – à l'image de la compagnie Péan de Saint Gilles. Dans ce dernier cas, il faut dépasser la raison sociale de l'entreprise ou la figure entrepreneuriale qui la représente pour découvrir l'existence d'un vaste réseau impliquant une noblesse d'affaire, pratiquement exclusivement parisienne<sup>24</sup>. Entre les micro-réseaux et ces complexes organisations entrepreneuriales et financières, il existe peu de place pour des structures réticulaires intermédi-

<sup>20</sup> Pierre-Henry Péan de Saint Gilles (?-1786) est le fils d'Alexandre-Pierre Péan de Saint Gilles (1691-1769) qui fut entrepreneur de la manufacture des cierges d'Orléans (devenue royale le 17 juillet 1750). Pierre-Henry fut associé aux affaires de son père au cours des années 1740 (AN Min. cent. XLI-545 (11 décembre 1758)).

<sup>21</sup> AN Mar. B/1/69 f° 246 (1769)

<sup>22</sup> AD 17, Titre de famille, état civil, notaires, E/334 : *Actes de Constitution et de liquidation d'une société commerciale fondée par Jacques Antoine Cantin, 1767*

<sup>23</sup> Les marchés sont signés au nom de Capelin pour des livraisons conséquentes allant de 20.000 à 30.000 pieds cubes ; AN Mar. B/3/614 f° 259 (1774)

<sup>24</sup> Guy Richard, *La noblesse d'affaires au XVIII<sup>e</sup> siècle* (Paris : Armand Colin, 1974, 1997) ; Guy Chaussinand-Nogaret, *Gens de finances au XVIII<sup>e</sup> siècle* (Paris : Bordas, 1972, 1993) ; Thierry Claeys, *Dictionnaire biographique des financiers en France au XVIII<sup>e</sup> siècle* (Paris : Editions SPM, 2011)

aires, à l'échelle d'une province ou d'un ensemble de provinces.

La seconde marine de guerre européenne reposait donc sur une proportion non négligeable de micro-entreprises. Celles-ci se consacraient à un approvisionnement de détail de pièces très spécifiques telles que les clous ou les chevilles mais c'est dans le domaine du bois de construction que l'on en dénombre le plus. Qu'il s'agisse de fournisseurs éphémères ou exerçant sur une plus longue durée, la structure de ces réseaux et les quantités de bois concernés par ces marchés sont communes. On retrouve pléthore d'hommes désignés par des qualificatifs aléatoires tels que « particuliers », « marchands » ou plus exceptionnellement « négociants » sans que l'ensemble de ces termes ne désignent une réalité ou une terminologie socio-économique bien établie pour ceux qu'ils désignaient. Se chargeant de 2000 à 10000 pieds cubes, ces hommes ne disposent pas des infrastructures pour assurer une exploitation complète des bois dont ils avaient la responsabilité et recourent à la marine pour assurer les tâches de manutention et de transport. De fait, il ne s'agit pas d'organisations économiques très élaborées et le plus souvent un seul homme pilotait le marché, plus exceptionnellement deux. Les exemples sont nombreux de ces fournisseurs mais si tous les arsenaux peuvent se prévaloir d'en disposer de cohortes importantes, c'est sans conteste à Rochefort qu'ils sont les plus nombreux. Antoine Garnier, marchand domicilié à Saintes, livra 10000 pieds cubes à l'arsenal de Rochefort en 1748<sup>25</sup>; Jean Seguineau et Jean Nesson, tous deux de Rochefort, s'engagèrent sur 7000 pieds cubes en 1759<sup>26</sup>. Les archives portuaires rassemblent de nombreuses transactions de cette nature qui prises isolément représentent peu de choses – un vaisseau de 74 canons engloutissait 80500 pieds cubes de bois d'œuvre<sup>27</sup> – mais cumulées finissent par constituer un apport annuel conséquent et qui a été stratégique pour la continuité de l'effort de construction navale militaire. L'importance de ces micro-entreprises a varié au XVIII<sup>e</sup> siècle mais à aucun moment les arsenaux n'ont pu s'en passer. Avant la guerre de Sept Ans, de 40 % à 60 % des apports en bois sont drainés par ce type de réseaux. Compte tenu de l'état des ressources disponibles dans les arrière-pays de chacun des arsenaux, c'est traditionnellement Rochefort qui se reposait le plus sur ces entrepreneurs alors qu'à Brest et à Toulon, pour lesquels les réserves ligneuses étaient plus lointaines, la proportion de micro-entreprises était plus réduite. Pour autant, ces ports y recourent aussi et même au plus fort de la période dite des « marchés généraux », qui consistent à confier une large partie de l'approvisionnement à de grandes compagnies, de 15 % à 20 % de l'approvisionnement restait de la responsabilité de petits fournisseurs.

Entre ces petits réseaux et les plus grands composés d'une kyrielle de financiers, on peine à identifier des figures constituant un échelon intermédiaire dans cette hiérarchie commerciale. Quand ils existent, ces hommes ont une envergure régionale et possèdent les outils et les infrastructures à la réalisation de leur approvisionnement. Des années 1760 à la Révolution, l'arsenal de Rochefort est en contrat avec Cazenove de Bayonne qui exploite les bois de construction situés sur les bords de l'Adour<sup>28</sup>. Homme aisé et intégré au commerce bayonnais, Cazenove est capable de mobiliser toute la logistique nécessaire pour la prospection, la coupe et l'acheminement des bois jusqu'au port de Bayonne. Il se distingue même par sa capacité à entamer la construction de lourdes gabares de transport destinées à accélérer l'évacuation des bois entreposés dans le port basque pour Bordeaux ou Rochefort<sup>29</sup>. Son profil est similaire à celui d'Arnoux à Nantes

<sup>25</sup> SHD Marine Rochefort 1/E/376 f° 57 (13 février 1748)

<sup>26</sup> SHD Marine Rochefort 1/E/385 f° 343 (1er septembre 1759)

<sup>27</sup> Jean Boudriot, *Le vaisseau de 74 canons* (Paris : Collection Archéologie navale française, 1977), 266

<sup>28</sup> AN Mar. B/3/587 f° 359-394, *Projet arrêté par le Roi des dépenses à faire dans les ports pendant l'année 1769 (1769)* ; SHD Marine Rochefort 1/E/439 f° 19 (1er novembre 1774)

<sup>29</sup> AN Mar. B/3/708 f° 38 (6 février 1777)



qui diversifia, à la même époque, son activité au service de la marine en livrant des bois ligériens et en lançant non seulement la construction de bâtiments de service mais également des frégates pour la marine et pour la Compagnie des Indes<sup>30</sup>. De la même manière, les fournisseurs évoqués précédemment pour Toulon, comme Antoine Turc ou Pierre Sage, peuvent intégrer ce groupe. Tous ont en commun d'être peu nombreux, enracinés dans leur région d'origine, de se livrer au commerce d'un produit unique et d'avoir tissé un réseau d'intermédiaires et de sociabilité marchande performant mais limité dans son emprise spatiale. Enfin, il était rare qu'ils cumulent leurs affaires avec des responsabilités politiques, économiques ou fiscales à l'échelle du royaume.

Au delà de certaines quantités de bois et pour des approvisionnements spécifiques et réclamant une haute technicité – fer, artillerie, voiles – les fournisseurs qui en ont la charge cachent des réseaux complexes présentant une certaine homogénéité sociale. Les grands marchés de l'Etat sont monopolisés par des hommes que l'on qualifie génériquement de « financiers » avec toutes les nuances que ce terme autorise. Ce sont des personnages entre deux mondes, doublement au service de l'Etat par les fonctions qu'ils exercent pour lui – officiers comptables, fermiers, receveurs, trésoriers – et par leur rôle de pourvoyeurs des armées en tant que banquiers et munitionnaires. Sphère publique et sphère privée sont intimement liées. Pour ces acteurs économiques il s'agit de conforter leur position au plus près de l'Etat pour capter de nouveaux marchés tandis que pour les différents marchands, négociants et manieurs d'argent, l'enjeu est d'accéder au second ordre pour intégrer ces puissants réseaux. Si Pierre Babaud de la Chaussade signe le premier marché général en 1728 pour la coupe des bois de Lorraine, son importance et son rôle clé pour l'approvisionnement des arsenaux, notamment avec sa forge aux ancrs acquise à Cosne-sur-Loire en 1734, n'interviennent qu'après l'achat de la charge de secrétaire du Roi en 1743<sup>31</sup>. Cette charge anoblissante, la « savonnette à vilain »<sup>32</sup>, est d'ailleurs récurrente pour les hommes désireux pénétrer le monde très restreint des grands fournisseurs de la marine. Ainsi, Leblanc de Marnaval, un important fournisseur de fer pour l'arsenal de Rochefort et des colonies des années 1750 à la guerre de Sept Ans, avait acheté lui aussi une charge de secrétaire du Roi vers 1710 qui lui permit de prendre à ferme les forges de Clavières en Berry appartenant au Comte d'Artois. La vieille noblesse, propriétaire des bois, des forges et des ressources minières, est très prompte à confier l'exploitation de ces matières premières à une jeune noblesse dynamique. Le cas de Jacques Bergeron est à cet égard très éclairant. Négociant rouennais jusqu'en 1772, son mariage avec Marie Scolastique Le Comte à Paris lui permet d'être associé aux affaires de son beau-père intéressé aux affaires du roi et gérer plusieurs domaines princiers qu'il prend à ferme (forges du comte d'Artois à Vierzon, domaine du marquisat de Vilette...) <sup>33</sup>. Dès lors, son activité prend une toute nouvelle envergure et, en 1778, Bergeron exploite les forêts des comtes d'Artois et de Charost au profit des arsenaux atlantiques<sup>34</sup>. Les exemples sont nombreux et tous témoignent d'une barrière sociale à l'obtention des grands marchés de la marine. A partir d'un certain seuil, fournir les arsenaux du roi ne relève plus d'une activité commerciale traditionnelle et l'intégration à des réseaux spécifiques est requise pour avoir de l'avenir. Franchir cette barrière

<sup>30</sup> Gérard Le Bouëdec, « Les négociants lorientais et les compagnies des Indes. Les Arnoux, du négoce de bois à la construction navale et à l'armement », in *Les flottes des compagnies des Indes (1600-1857)*, ed. Philippe Haudrère (Vincennes : Service Historique de la Marine, 1997), 57-78

<sup>31</sup> Paul-Walden Bamford, *Privilege and Profit. A Business Family in Eighteenth-Century France* (Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1988), 24-26

<sup>32</sup> Jean-François Solnon, « Secrétaire du Roi », in *Dictionnaire de l'Ancien Régime*, ed. Lucien Bely (Paris : Presses Universitaires de France, 2002), 1146

<sup>33</sup> AN Min. cent. Etude LXIV-413 (20 février 1772)

<sup>34</sup> AN Min. cent. Etude LIII-536 (2 décembre 1777)

sociale procure au fournisseur des appuis politiques, le crédit de l'Etat et des partenaires financiers. Prospérer à l'écart de ces réseaux politico-financiers est inenvisageable.

Cela ne signifie pas pour autant que l'initiative de la fondation d'une fonderie ou d'une manufacture qui se destinait à fournir la marine n'a pas été prise par des entrepreneurs issus de la bourgeoisie urbaine loin – initialement – de ce type de réseau. Ainsi, l'initiative de l'ouverture des manufactures de toiles à voiles d'Angers et de Beaufort revient respectivement à François Bonnaire, René Loisillon et Pierre Deshayes, des marchands basés à Angers et à Saumur. Les acteurs économiques locaux sont suivis et encouragés par l'Etat qui intervient directement pour expertiser l'opportunité de telles créations industrielles. L'octroi d'un privilège, véritable outil économique et blanc-seing de l'Etat, permet à ces manufactures d'accéder à des réseaux de financement qui permettent la concrétisation et la montée en puissance du projet<sup>35</sup>. Le 30 juillet 1751, la manufacture de Beaufort est créée et si Pierre Deshayes prend sa direction, les vrais commanditaires sont Louis-André Lépine et Jean-Etienne Cancel<sup>36</sup>. Pour la manufacture d'Angers, François Bonnaire et René Loisillon s'associent en définitive avec Georges Baudard de Vaudésir, alors trésorier général de la marine et allié de puissants financiers. Dans la pratique ce sont eux qui assurent la bonne marche financière de la manufacture dont la direction technique et logistique est confiée la plupart du temps à ses fondateurs. Après des péripéties financières et industrielles, les deux manufactures fusionnent en 1778 et c'est le fils de Georges Baudard, Claude Baudard de Saint James, ayant hérité de la charge de son père, qui reprend cet important pôle de production de toiles à voiles pour la marine de guerre<sup>37</sup>. Les réseaux financiers parisiens ne restent jamais longtemps loin des usines militaires mais leurs investissements sont conditionnés par l'intérêt et la confiance de l'Etat. Sans ces éléments, le décollage d'une entreprise est plus poussif quand bien même la finance parisienne se montre finalement intéressée comme c'est le cas avec la fonderie de Romilly-sur-Andelle. Dans cette aventure industrielle, l'Etat ne fournit aucun soutien, sous la forme d'un privilège, d'exemption fiscale ou de la levée des droits de douane sur les produits importés, à Michel Le Camus de Limare qui se proposait alors de fournir des plaques de cuivre pour le doublage des coques à partir d'une usine inédite en France et qui empruntait le savoir-faire anglais du laminage de cet alliage. Issu lui même de la noblesse d'affaires, Le Camus de Limare eut toutes les peines pour réunir les sommes nécessaires au lancement de son activité. Fondée en 1781, les premières plaques sont laminées en 1782 mais dès 1783 les premières difficultés apparaissent. L'investissement initial de 320.000 livres consenti par Le Camus de Limare et son associé ne suffit pas pour se doter de tous les outils et des infrastructures nécessaires. Le fait d'être la seule usine capable de laminier du cuivre et possédant, de fait, un monopole de production pour la marine, fini par attirer l'attention de la finance parisienne en 1784. C'est un ami de Le Camus, Ysquierdo de Revera, un noble espagnol et manieur d'argent, qui convint un petit groupe d'investir 800.000 livres<sup>38</sup> dans une société en commandite fondée le 16 avril 1785, un capital insuffisant puisque un deuxième acte de société est établi le 18 avril 1787 avec à nouveau 800.000 livres. En définitive et malgré un décollage hasardeux, c'est une nouvelle fois la finance qui prit l'initiative de soutenir une entreprise stratégique et ainsi « privatiser » les grands marchés de l'Etat.

<sup>35</sup> David Plouviez, « Privilèges et économie de la guerre : vers la construction du complexe militaro-industriel français, fin XVII<sup>e</sup>-début du XIX<sup>e</sup> siècle », in *L'économie du privilège, XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècle*, ed. Guillaume Garner, publication courant 2013

<sup>36</sup> Ce sont ces personnages qui apportent la quasi-totalité des fonds à la création de la manufacture, Pierre Deshayes ne pouvant participer qu'à hauteur de 1/7<sup>e</sup>; AN Min. cent. Etude LIV-10 (30 juillet 1751)

<sup>37</sup> David Plouviez, *De la terre à la mer...*, op. cit., 593-594

<sup>38</sup> AN Min. cent. Etude LXXXII-608 (16 avril 1785); AN Min. cent. Etude VI-888 (5 prairial an II)

D'un point de vue global, il faut d'ailleurs souligner que ces réseaux ont fait preuve d'une certaine modernité à la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle en préfigurant le capitalisme industriel de la première industrialisation. Ainsi, la fusion des fonderies de Ruelle, d'Indret et du Creusot en 1786 permet non seulement de rationaliser le fonctionnement du premier ensemble européen de production d'artillerie de marine sous la direction de groupes capitalistes unissant des financiers et des industriels mais ce fut également l'occasion, pour la première fois depuis la banqueroute de Law, d'émettre des titres au porteur et non plus seulement des actions nominatives, ce qui représente une volonté d'ouvrir et de diversifier le capital. Pourtant, quel qu'ait été cette tentative vers l'innovation économique, on peut s'interroger sur la capacité de ces réseaux à mobiliser du crédit pour répondre au défi d'une industrie réclamant des investissements colossaux à l'aune de la première industrialisation. Si une exploitation de bois n'était coûteuse que par l'éloignement et la dispersion de la matière première, en somme la logistique, la situation des immenses ensembles métallurgiques de la fin du siècle est bien différente<sup>39</sup>. L'examen de tous les actes de sociétés fondées à partir de 1742 montre une prédominance nette du capital nobiliaire<sup>40</sup>. S'il ne s'agit pas de remettre en cause l'extraordinaire dynamisme dont ont fait preuve certaines de ces sociétés en adoptant un système de gestion moderne et en effectuant la synthèse des progrès technologiques de l'époque, le mode de financement n'est pas extensible et repose en lui-même sur une très grande fragilité. La prépondérance « des manieurs des deniers du Roi » a pu, à terme, être un facteur handicapant. Cette forme de crédit, reposant sur les bénéfices et la spéculation liés à la gestion de l'impôt, rendait toute stratégie de développement industriel à long terme aléatoire, de surcroît dans une période de troubles financiers caractéristiques de la fin de l'Ancien Régime<sup>41</sup>. Or, dans ces réseaux financiers, l'homogénéité socio-économique est une constante et sans doute son point faible : le fondateur de la manufacture des cuivres est receveur particulier des caisses ; l'actionnariat de l'ensemble sidérurgique Ruelle-Indret-Le Creusot est composé de trésoriers des guerres ou de la marine avec Antoine-François de Sérilly et Claude Baudard de Saint-James ; la société fondée en 1769 par l'entrepreneur général de la marine Dujardin de Ruzé pour fournir du chanvre rassemble, entre autre, Charles Henocque et Gabriel Chapus, tous les deux contrôleurs des rentes de l'hôtel de ville... Fermiers, receveurs, trésoriers, contrôleurs des rentes constituent le cœur du financement des grandes entreprises d'approvisionnement de la marine de guerre française. Or, faute d'une manière moderne d'obtenir du crédit en s'appuyant sur de vrais circuits bancaires ou en diversifiant beaucoup plus l'actionnariat – l'émission de titres au porteurs pour Le Creusot ne permet d'injecter que 18,7 % de capital neuf – le démarrage et le maintien de l'activité des manufactures et des fonderies militaires ont toujours été très complexe. Le cas de la manufacture de Romilly a déjà été détaillé mais on peut arguer que le roi ne l'avait pas parée des privilèges qui auraient simplifié son développement. Mais même quand l'Etat remplit ses offices, le financement n'est jamais garanti d'avance. Les pourparlers qui présidèrent à l'édification du Creusot furent difficiles. Malgré les

<sup>39</sup> Jacques Payen, *Capital et machine à vapeur au XVIII<sup>e</sup> siècle, les frères Périer et l'introduction en France de la machine à vapeur de Watt* (Paris : Mouton & Co, 1969) ; Denis Woronoff, *L'industrie sidérurgique en France pendant la Révolution et l'Empire* (Paris : EHESS, 1984)

<sup>40</sup> En 1742, Pierre Babaud de la Chaussade s'associe avec de nombreux financiers parisiens pour soutenir l'activité des forges de Cosne-sur-Loire/Guéigny (AN Min. cent. Etude VI-694, 29 mars 1742). Cette structure capitaliste se retrouve pour toutes les sociétés : la manufacture de toiles à voiles d'Angers (AN Min. cent. Etude LIV-10, 30 juillet 1751), de Strasbourg (AN Min. cent. Etude LII-619, 24 septembre 1787), la manufacture d'Amboise, les fonderies d'Indret et du Creusot (AN Min. cent. Etude XXVI-753, 10 novembre 1786) ou encore la manufacture des cuivres de Romilly-sur-Andelle (AN Min. cent. Etude LXXXII-608, 16 avril 1785).

<sup>41</sup> Pris dans une banqueroute retentissante en 1787, le retrait de Claude Baudard de Saint-James, trésorier général de la marine, fragilise les entreprises dans lesquelles il avait investi, à commencer par la manufacture des toiles à voiles d'Angers. Denise Ozanam, *Claude Baudard de Saint-James, trésorier général de la marine et brasseur d'affaires (1738-1787)* (Genève : Droz, 1989)

pressions insistantes de Palteau de Veymeranges, conseiller au parlement de Metz et intendant royal des armées et des postes, sur le contrôleur général Calonne, le roi n'investit qu'à hauteur de 8 % dans le nouvel ensemble et refuse d'aller au delà après 1786<sup>42</sup>. Dans ce contexte, la nécessité d'injecter à nouveau des fonds pour maintenir le niveau technologique a toujours été un sujet délicat.

Or, on touche ici à ce qui fonde véritablement l'écart entre les deux grandes marines de l'époque. Si le XVII<sup>e</sup> siècle a accouché d'un Etat navalo-fiscal, celui-ci a été de nature différente d'une puissance navale à l'autre<sup>43</sup>. Dans le cas anglais, non seulement la pression fiscale était bien supérieure à ce qu'elle était en France au même moment, permettant à l'Etat des marges de manœuvre supérieures, mais surtout l'industrie militaire s'adossait à une structure capitaliste bien plus moderne reposant sur des circuits bancaires aptes à consentir des crédits à long terme et des formes d'actionnariat appelant une diversité d'hommes. Dans le développement des réseaux d'approvisionnement de la *Royal Navy*, la barrière sociale avait peu de sens à la différence du cas français qui bâtissait ses ensembles militaires « avec des personnes qui ne sont point négociants par l'état et quelquefois même avec des officiers et des personnes de distinction. »<sup>44</sup>. Avant la Révolution, seul l'actionnariat de la manufacture de Romilly est susceptible d'apporter un début de diversification sociale dans la mesure où sa composition laisse apparaître deux familles rouennaises ayant bâti leur fortune sur le négoce et cultivant encore cette facette de leurs activités tout en pratiquant l'armement de navires et la banque : les Elie-Lefebvre et les Le Couteux<sup>45</sup>. Malgré des difficultés industrielles et financières liées notamment à l'irrégularité des commandes de l'Etat et de son impossibilité chronique à payer ses fournisseurs dans les temps, c'est la seule manufacture à traverser la Révolution avec une structure héritée de l'Ancien Régime à la différence de toutes les autres manufactures et fonderies qui subissent des arrêts brutaux à la suite de la disparition de leurs investisseurs initiaux.

Remise dans un contexte européen, l'analyse de l'édification des marines de guerre doit reposer sur une comparaison des réseaux entrepreneuriaux et de financement qui les sous-tendent. Là est le véritable point d'achoppement et la source de bien des explications pour comprendre les différents rythmes et niveaux de développement respectifs.

### **Les caractéristiques des réseaux de Pierre Babaud de la Chaussade et Jean-Charles Dujardin de Ruze**

Parmi les très grands fournisseurs de la marine, Pierre Babaud de la Chaussade et Jean-Charles Dujardin de Ruzé se distinguent par l'importance et la diversité des marchés qu'ils traitent. La famille du premier est issue de Charente ou de Basse-Marche et les premières affaires de Jean, le père, ont lieu à Saumur avec un associé du nom de Boesnier du Portal au début des années 1720. Le premier grand marché de Pierre coïncide avec la mort de son père en 1727<sup>46</sup>. A l'époque, l'envergure de l'entreprise est encore limitée : si l'exploitation des bois de Lorraine a lieu sans encombre, Babaud a besoin de l'aide logistique de la marine pour évacuer les cargaisons vers les arsenaux. En réalité, c'est surtout Jacques Masson, son beau-père, banquier d'origine genevoise et intendant des finances du duché de Lorraine, qui soutient le crédit de Babaud de la Chaussade et lui permet de bénéficier de son entret pour

<sup>42</sup> Christian Devilliers, Bernard Huet, *Le Creusot : naissance et Développement d'une ville industrielle : 1782-1914* (Paris : Champ Vallon, 1981), 49-50.

<sup>43</sup> Nicholas Rodger, « De la « Révolution militaire » à l'Etat « Navalo-Fiscal » », *Revue d'Histoire Maritime* (n°14, 2011), 259-272

<sup>44</sup> Guy Richard, *La noblesse d'affaires au XVIIIe siècle* (Paris : Armand Colin, 1974, 1997), 52

<sup>45</sup> AN Min. cent. Etude LXXXII-608 (16 avril 1785)

<sup>46</sup> AN Min. cent. Etude XCVI-292 (22 août 1728)

l'exploitation des bois lorrains<sup>47</sup>. Avant la signature de ces premiers contrats au cours des années 1760, nos informations sont plus parcellaires concernant Dujardin de Ruzé né à Rennes en 1716 où il avait pour père Martin Dujardin, un avocat au parlement de cette ville. Dujardin est un contemporain de Babaud mais sa trace économique n'apparaît vraiment qu'à partir de 1762 lorsqu'il dirige une société destinée à fournir des vivres aux armées du roi en Espagne<sup>48</sup>. Toutefois, ce qui apparaît d'emblée évident à l'analyse de ses premiers pas c'est la collusion étroite avec d'éminents personnages de l'État. Dujardin fréquente au cours des années 1760 Bourgeois de Boynes qui fut secrétaire d'État à la marine de 1771 à 1774 sans compter les frères du futur roi Louis XVI, le comte d'Artois et le comte de Provence. Cette intimité avec le pouvoir se manifeste le plus clairement à l'occasion de son mariage avec Marie-Louise-Josèphe Pierrart le 26 janvier 1772<sup>49</sup>. Outre Bourgeois de Boynes, les témoins sont Joseph Pellerin, intendant des armées navales, Clotilde de France, la petite fille de Louis XV, la comtesse de Marsan et Mesnard de Chouzy alors secrétaire des commandements du Dauphin de France, Louis XVI à partir de 1774. Cet aréopage est loin d'être anecdotique mais surtout il est entretenu dans la mesure où Dujardin et sa femme occupent des fonctions qui les mettent au premier plan de la vie à la cour ; ainsi Dujardin est gentilhomme de la vénerie du comte d'Artois et intendant général honoraire de la maison de Madame alors que sa femme est successivement femme de chambre de Clotilde de France puis lectrice de Mme Elisabeth, autre sœur du Roi. Ces liens étroits avec la parentèle de Louis XVI permettent d'envisager que certaines affaires traitées par Dujardin l'étaient pour les comtes d'Artois et de Provence. Pierre Babaud de la Chaussade n'a pas exercé de telles fonctions, mais sa proximité, voire sa promiscuité, avec le pouvoir est totale puisqu'il devient un intime de Maurepas, le secrétaire d'État à la marine de 1723 à 1749, qui le reçoit souvent et qui est même témoin du mariage de ses filles. Pour l'édification du réseau de nos deux hommes, c'est incontestablement un aspect majeur. S'il y a une barrière sociale à l'obtention des grands marchés d'État ce n'est sans doute pas le seul facteur et l'existence de liens de confiance, amicaux dans certains cas, est à inclure dans la stratégie individuelle des acteurs économiques<sup>50</sup>.

Cette intimité débouche sur la captation des grands contrats d'approvisionnement et la possibilité d'étoffer ses réseaux relationnels. Ici, les parcours de Dujardin et de Babaud sont un peu différents. Pour Dujardin, la confiance de l'État se traduit par la possibilité, à la fin des années 1760, de monopoliser les plus grands marchés de fournitures baltes. Le réseau sur lequel il s'appuie est un préalable à son engagement et reste assez stable du premier grand traité signé le 5 mai 1762 avec Choiseul pour l'approvisionnement des armées en viande à la société fondée en 1769 pour le commerce des chanvres et des bois du nord jusqu'à sa mort en 1783<sup>51</sup>. Le noyau dur de la société *Dujardin et Cie* est familial : les frères Henocque, Charles Manceau ainsi que Guillaume Chapus sont tous conseillers du Roi et contrôleurs des rentes de l'Hôtel de Ville mais surtout beaux-frères ; Michel Georges Ollivier, contrôleur de la société Dujardin, était beau-père de Charles Henocque ; enfin les frères Bouhébert étaient les neveux de Dujardin.

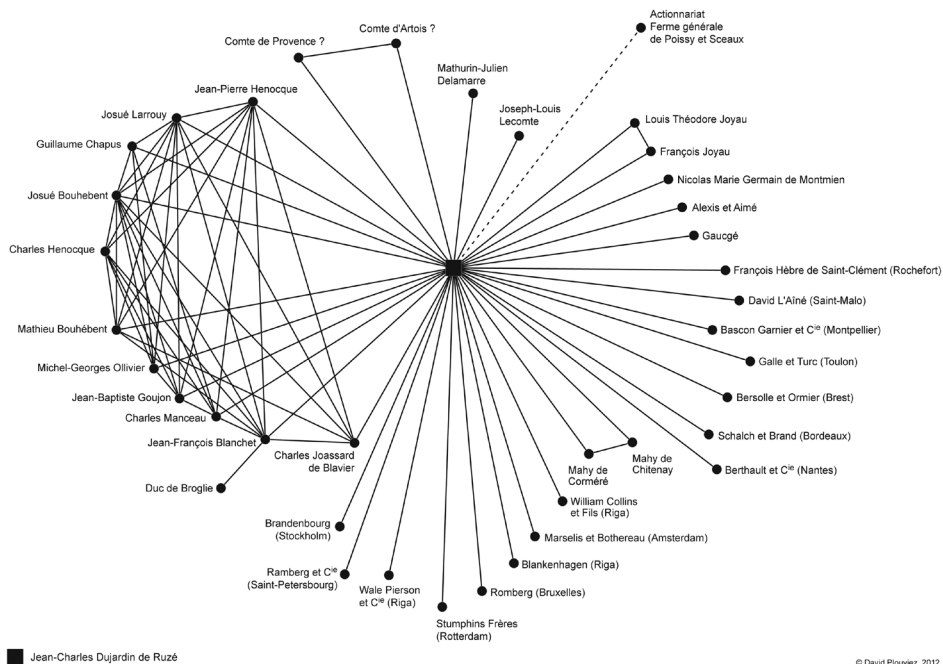
<sup>47</sup> Au cours des années 1720, Jacques Masson est très proche des milieux d'affaire parisiens, en particulier les frères Pâris. Paul-Walden Bamford, *op. cit.*, 4-6

<sup>48</sup> Traité signé le 5 mai 1762, AN Min. cent. Etude XVI-845 (29 mars 1783)

<sup>49</sup> AN Min. cent. Etude CXIII-465 (26 janvier 1772)

<sup>50</sup> Anne Dubet, Jean-Philippe Luis, *op. cit.*, 13

<sup>51</sup> AN Min. cent. Etude XVI-845 (29 mars 1783)

**Figure 2.** Le réseau d'affaires de Jean-Charles Dujardin de Ruzé entre 1762 et 1783<sup>52</sup>

A ce petit groupe se greffent au gré des affaires et des actes de société successifs d'autres intervenants intéressés à la fourniture de la marine : Mathurin Julien Delamarre et Joseph Louis Lecompte, des proches de Dujardin, Louis Théodore Joyau l'ainé, fournisseurs de vivres de la marine, Josué Larrouy désigné comme négociant à Paris ainsi que Chrétien Blanchet, le maître de forge de la fonderie de Ruffec en Charente et l'homme de paille du duc de Broglie. Tous ces hommes constituent le capital d'une entreprise qui tisse un extraordinaire réseau d'intermédiaires en France et en Europe permettant à Dujardin de drainer les matières premières réclamées par ses contrats (cf. figure 2). Deux phases sont repérables dans son activité pour la marine. De 1762 à 1769, Dujardin multiplie les contrats de fournitures mais ne dispose pas encore d'un ascendant sur celles-ci<sup>53</sup>. Il est en concurrence avec d'autres acteurs économiques pour des matières premières identiques. On devine que les années 1760 ont été celles de la consolidation de son association avec ses partenaires et la démonstration de sa capacité à honorer des marchés importants mais aussi celles de son rapprochement avec de grands personnages de la cour, et notamment la famille du roi de France. Un travail de longue haleine qui se révèle payant puisque en 1769, la compagnie Hope et Cie, soutenue par un financier amstellodamois Goossens et le banquier parisien d'origine bordelaise Nicolas Beaujon, est évincé au profit de *Dujardin et Cie* sans que l'on puisse en établir les raisons précises. Ce changement ouvre la seconde période dans laquelle Dujardin obtient un quasi monopole sur l'ensemble des fournitures prélevées dans l'espace balte. A partir de cette date, il est désigné *entrepreneur général de la marine* jusqu'à sa

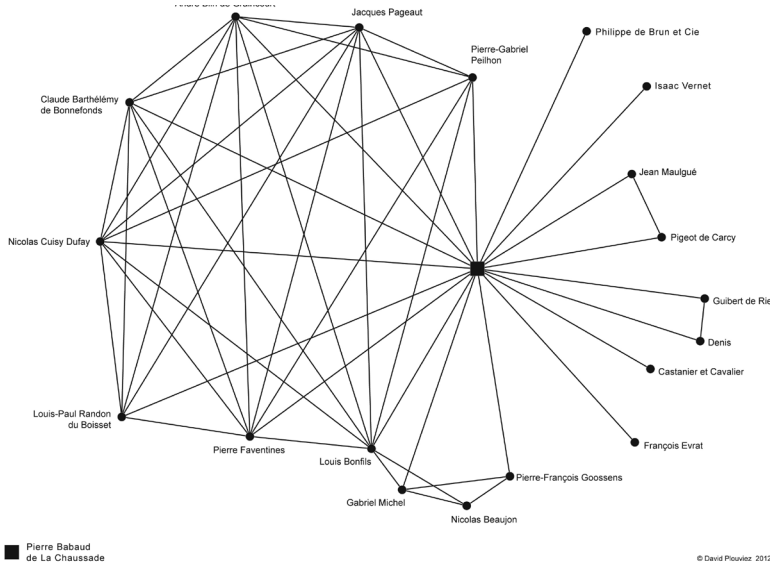
<sup>52</sup> La représentation graphique du réseau de Dujardin s'appuie sur la collecte de l'ensemble des actes de sociétés contractés entre 1762 et 1783 et cités en note

<sup>53</sup> AN Marine B/1/74, marchés pour l'année 1769

mort en 1783.

Dans le cas de Babaud de la Chaussade, le parcours est plus laborieux. Si son amitié avec Maurepas est cruciale, elle l'est à double titre, autant pour obtenir de très importants marchés avec l'État que pour avoir accès à toute une clientèle de financiers parisiens. A la différence de Dujardin, Babaud se lance dans le commerce des fournitures navales en étant roturier et son intégration personnelle aux réseaux financiers est tardive. En 1741, il perd son principal soutien avec la mort de Jacques Masson et doit en même temps mettre à niveau technologique les forges de Cosne-sur-Loire et de Guérisny destinées à fournir des ancres et des fers à la marine. Les besoins sont alors colossaux et le seul crédit de Babaud et de ses quelques associés est bien faible pour redémarrer un pôle métallurgique de cette ampleur. Sa fréquentation assidue et la confiance de l'État qui reconnut le caractère stratégique de ses installations permirent de lancer son complexe nivernais sur des bases financières seines. L'acte de société signé à cette occasion le 29 mars 1742 est caractéristique de toutes les grandes sociétés d'approvisionnement militaire (cf. figure 3)<sup>54</sup>.

**Figure 3.** Le réseau d'affaires de Pierre Babaud de la Chaussade entre 1742 et 1770<sup>55</sup>



On retrouve de grands financiers parisiens qui avaient tous en commun d'être receveurs de différentes caisses et de plusieurs domaines, fermiers de nombreux impôts sur tout le territoire et, pour certains, avocats au parlement de Paris. Il s'agit toutefois d'une association circonstancielle dans laquelle, à la différence de Dujardin, l'entrepreneur Nivernais ne retrouve pas d'intimes. Par ailleurs, Babaud diversifia son activité en devenant entrepreneur général des fournitures baltes entre 1749 et 1755. Son réseau comprenait Gabriel Michel, un négociant d'origine nantaise et directeur de la Compagnie des Indes jusqu'en 1763, Pierre-François Goossens et de nouveau Louis Bonfils, un grand fermier de l'époque<sup>56</sup>. A l'examen des affaires de Babaud,

<sup>54</sup> AN Min. cent. Etude VI-694 (29 mars 1742)

<sup>55</sup> La représentation graphique du réseau de Babaud de la Chaussade s'appuie sur la collecte de l'ensemble des actes de sociétés contractés entre 1742 et 1770 et cités en note

<sup>56</sup> AN Min. cent. Etude CXV-585 (5 juin 1750)

d'autres associations apparaissent jusqu'en 1781 où il vend finalement ses forges à l'Etat.

Si les parcours de Babaud et de Dujardin présentent des différences au moment de leur démarrage, ils ont en commun de s'adosser à un réseau socialement et économiquement homogène, illustrant les éléments détaillés dans la partie précédente. Toutefois, si l'analyse de leurs relations d'affaires respectives permet de comprendre le fonctionnement d'une entreprise d'approvisionnement militaire, quid de l'efficacité commerciale et industrielle ? Sur ces aspects précis, le parcours de nos deux entrepreneurs divergent à nouveau. L'âge d'or de Babaud de la Chaussade se situe incontestablement pendant les années 1740 et 1750 : ses associés investissent dans les forges et Babaud peut compter sur des liens bancaires tissés avec Philippe de Brun et Cie et Isaac Vernet. Avec la guerre de Sept Ans et les premiers problèmes de paiement de la marine à partir de 1756, la situation change brusquement et dès 1760 Babaud évoque ouvertement la défiance de ses principaux partenaires et la possibilité d'une banqueroute. Le retour à la paix et la confirmation de l'ensemble industriel comme principal fournisseur de fer et seul responsable de la fabrication des ancres semble en apparence repousser le spectre de la faillite. En réalité, les dettes accumulées par Babaud subsistent alors même qu'il remporte de nombreux contrats avec la marine. Au moment de la vente de ses forges à l'Etat, le prix établi à 2.500.000 livres ne sert qu'à payer les lourdes dettes accumulées depuis 1756 et s'élevant en 1781 à 1.820.000 livres<sup>57</sup>. Si l'on omet quelques difficultés techniques à honorer certaines commandes des arsenaux, l'analyse des archives de la marine ne laisse pas entrevoir la détresse de cet entrepreneur. Rien de tel pour Dujardin de Ruzé qui, dès 1769, remplit l'ensemble de ses contrats et se permet même de réaliser de nombreuses autres affaires, preuve de la rentabilité de sa relation avec la marine<sup>58</sup>. Ce dernier point est d'ailleurs l'objet de questions sans réponse en l'état actuel de nos recherches. Pour Dujardin, comme pour tous les autres fournisseurs de la marine, quelle que soit l'ampleur de leur réseau, l'évaluation des profits – parfois des pertes – réalisés est d'une grande complexité et réclamerait une recherche de longue haleine. Par l'intérêt que suscitent les sociétés d'approvisionnement, nul doute que ces affaires devaient générer des retours sur investissement élevés sans que l'on puisse pour autant en déterminer le niveau.

Mais s'il ne suffit pas d'être entouré de financiers et de capter les grands marchés de l'Etat pour s'enrichir, les résultats industriels peuvent aussi être contrastés pour la marine. Ses difficultés ne proviennent pas du prix des marchandises, qui correspondent généralement au cours du marché, mais de la qualité du matériel livré. Ici, Babaud de la Chaussade est sans doute celui qui a eu le plus à cœur de fournir un matériel de qualité à la marine en répondant positivement aux différents cahiers des charges techniques imposés par les ingénieurs autant qu'en tentant de diversifier au maximum sa production pour couvrir l'ensemble des besoins de la construction navale militaire. Mais Babaud est surtout un entrepreneur, au sens contemporain du terme, plus qu'un financier et il aborde l'approvisionnement de la marine non pas seulement au travers du prisme du profit potentiel mais aussi à travers une volonté d'excellence technique. Toutefois, après la guerre de Sept Ans, ces forges ne semblent plus remplir toutes les exigences de la marine qui se plaint, à travers les intendants portuaires, du manque de réactivité de l'entrepreneur à trouver des solutions pour la conception de pièces particulières<sup>59</sup>. Dans une position monopolistique, le complexe niver nais n'est tout simplement plus adapté pour répondre aux commandes de la marine et nécessite de l'argent frais pour poursuivre son agrandissement et sa modernisation.

<sup>57</sup> AN Min. cent. Etude XCVI-514 (8 mars 1781)

<sup>58</sup> Si les fournitures à la marine représentent le pivot de l'activité de Dujardin au cours des années 1760 et 1770, ce financier étend son activité au commerce de la viande et participe également à des programmes immobiliers à Paris (AN Min. cent. Etude XXVI-676 (5 juin 1779))

<sup>59</sup> David Plouviez, *op. cit.*, 703-706



Le manque de stratégie à long terme semble également caractériser la compagnie de Dujardin. Depuis Paris, la satisfaction est pourtant complète dès lors que les magasins et les fosses aux mâts des arsenaux sont garnis. L'approvisionnement dans l'espace balte a toujours posé d'innombrables difficultés à la France qui a passé l'ensemble du XVIII<sup>e</sup> siècle à chercher des solutions pour capter au mieux le matériel de l'empire russe<sup>60</sup>. Incontestablement, le dense réseau de la compagnie permet de livrer mâts et chanvre en quantité et de disposer de nombreuses informations sur l'état des marchés. Mais ce maillage européen n'a pas nécessairement fait de Dujardin un bon entrepreneur. Cet homme et ses soutiens sont avant tout des financiers, motivés par la recherche d'un « coup commercial » et peu prompts à avoir un regard d'industriel sur des matières premières pourtant stratégiques. Ingénieurs et commissaires de la marine en France, à Amsterdam ou à Riga produisent des rapports sans ambiguïtés sur les fournitures sélectionnées par Dujardin et son réseau. Dans l'immense majorité des cas, les praticiens estimaient que les fournitures ne correspondaient pas aux standards techniques de la marine comme l'a montré à plusieurs reprises le commissaire Lironcourt en poste à Amsterdam<sup>61</sup>. Pourtant, ces mises en garde n'entamèrent pas la confiance de l'Etat qui ne trouva comme expédient que d'associer le maître mateur Barbé à l'achat des mâts à Riga, une mesure qui limita les rebuts sans toutefois modifier substantiellement la qualité des livraisons. La conjoncture et la position prise par Dujardin dans l'approvisionnement de la marine expliquent aisément cette inertie et ces difficultés. La société remplissait ses objectifs quantitatifs et à moindre coût ce qui représentait une nouveauté importante pour les arsenaux qui avaient des difficultés à gérer leurs stocks. Par ailleurs, quelle aurait été l'alternative possible ? La confiance donnée à Dujardin et la qualité des personnes qui l'entouraient ont interdit la moindre remise en question. On touche là à une limite de ces réseaux militaires qui n'ont pas été toujours capables, au delà de leur montage initial, de dépasser une stratégie de rentabilité à court terme pour élaborer un projet industriel visionnaire. Chacune de ces expériences a sa singularité et l'objet n'est pas de comparer deux types d'approvisionnement qui ont été prélevés ou élaborés sur des espaces différents et qui ont imposé des savoir-faire également peu comparables. Pourtant, pour Dujardin comme pour Babaud, il est remarquable de constater les difficultés d'adaptation des deux réseaux économiques pour répondre à des besoins stratégiques lourds de conséquence dans le contexte de l'affrontement des marines européennes.

L'étude des réseaux marchands et financiers qui sous-tendent toute politique navale se révèle donc très féconde, particulièrement si l'on étend cette analyse dans un cadre comparatif. L'activité induite par un arsenal de l'époque conduit à une multiplication des marchés avec des acteurs économiques très différents et c'est la prise en compte de ces différences qui peut conduire à une compréhension globale des réussites et des échecs d'une politique économique militaire. Il faut aller au-delà d'un tropisme récurrent qui conduit à la seule appréhension des grands financiers pour établir les échelles et les hiérarchies commerciales. Si l'entreprise générale détenue par un groupe d'affairistes écrase, par le chiffre d'affaire et la quantité de matériel drainée, les petites associations commerciales, celles-ci sont demeurées stratégiques pour l'aboutissement de maints programmes de construction.

Par ailleurs, comme dans le contexte d'une activité commerciale classique, on assiste à une recomposition permanente des réseaux qui rend difficile, voire obsolète, toute tentative

<sup>60</sup> Pierrick Pourchasse, *Le commerce du Nord. Les échanges commerciaux entre la France et l'Europe septentrionale au XVIII<sup>e</sup> siècle* (Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2006), 113-138 ; Eric Schnakenbourg, *Entre curiosité et espionnage. Le voyage du marquis de Poterat vers la mer Noire* (1781) (Paris : Classiques Garnier, 2011), 34-40

<sup>61</sup> AN Mar. B/7/1443, *Procès verbaux de M. Lironcourt* (1780)

de typologie fine. Ainsi, il faut veiller à prendre en compte la porosité qui existe entre toutes les échelles de réseaux ; il n'est jamais dit d'avance que l'association de quelques entrepreneurs modestes à l'échelle locale n'intègre pas une entreprise générale d'approvisionnement pas plus qu'une compagnie composée de financiers parisiens ne s'appuie pas ponctuellement ou en permanence sur un réseau de maisons de commerce. Dès lors, sans céder à l'abandon de catégorisations générales, telles qu'elles ont été construites précédemment, il convient d'envisager le réseau comme une structure vivante et prendre la mesure de la singularité de chacun.

## Bibliographie sélective

- Paul-Walden Bamford, *Privilege and Profit. A Business Family in Eighteenth-Century France* (Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1988)
- Louis Bergeron, Patrice Bourdelais, *La France n'est-elle pas douée pour l'industrie ?* (Paris : Belin, 1998)
- Huw V. Bowen, Augustín González Enciso, *Mobilising Resources For War : Britain and Spain at work during the early modern period* (Pamplona : EUNSA, 2006)
- Christian Buchet, *Marine, économie et société : un exemple d'interaction : l'avitaillement de la Royal Navy durant la guerre de Sept Ans* (Paris : Honoré Champion, 1999)
- Jean-François Claverie, *Les marchés de fourniture et de travaux dans la marine royale au XVIII<sup>e</sup> siècle* (PhD. diss., Université d'Angers, 1996)
- Stephan Conway, Rafael Torres Sánchez, *The Spending of States : Military Expenditure during the long eighteenth century : patterns, organisation and consequences, 1650-1815* (VDM, 2011)
- Guillaume Daudin, *Commerce et prospérité. La France au XVIII<sup>e</sup> siècle* (Paris : Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, 2005)
- Anne Dubet, Jean-Philippe Luis, *Les financiers et la construction de l'Etat* (Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2011)
- Roger Knight, Martin Wilcox, *Sustaining the fleet, 1793-1815. War, the British Navy and the Contractor State* (Woodbridge : Boydell Press, 2010)
- Denise Ozanam, *Claude Baudard de Saint-James, trésorier général de la marine et brasseur d'affaires (1738-1787)* (Genève : Droz, 1989)
- Jacques Payen, *Capitalisme et machine à vapeur au XVIII<sup>e</sup> siècle. Les frères Périer et l'introduction en France de la machine à vapeur de Watt* (Paris : Mouton, 1969)
- David Plouviez, *De la terre à la mer. La construction navale militaire française et ses réseaux économiques* (PhD. diss., Université de Nantes, 2009)
- Pierrick Pourchasse, *Le commerce du Nord. Les échanges commerciaux entre la France et l'Europe septentrionale au XVIII<sup>e</sup> siècle* (Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2006)
- Rafael Torres Sánchez (dir.), *War, State and Development. Fiscal-Military States in the Eighteenth Century* (Pamplona : EUNSA, 2007)



Maria Helena Queirós\*\*

**Jacobeia e redes clientelares. Fr. Luís de Santa Teresa e Fr. João da Cruz (O.C.D.): (Auto) retrato de dois irmãos em Braga (1730-1735)\***

**R E S U M O** | *Com esta comunicação evidenciaremos o perfil jacobeu de Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.), tendo por base a Vida que escreveu de uma sua dirigida espiritual, aquando da sua estadia em Braga, entre 1730-1735. A análise biográfica estabelecerá o seu círculo de relações clientelares, com elos em Fr. João da Cruz (O.C.D.), em Fr. Gaspar da Encarnação, em D. Lourenço de Mendonça e Moura e D. Rodrigo de Moura Teles.*  
*Aflorar-se-ão pontos desse período passado em Braga e da vivência monacal no Convento de monjas beneditinas de S. Salvador, pesando a matriz jacobea do biógrafo num contexto de Sé Vaga e de resistência aos caminhos afetivos da união com Deus, por assimilação molinosista.*  
*Palavras-chave:* D. Fr. Luís de Santa Teresa; D. Fr. João da Cruz; Jacobeia; Redes clientelares

**A B S T R A C T** | *With the present paper we will highlight the Jacobean profile of Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.), based on the biography he wrote about a Benedictine, during the period he lived in Braga, from 1730 to 1735. The biographical analysis will establish his circle of clientelistic relations with ties in Fr. João da Cruz (O.C.D.), Fr. Gaspar da Encarnação, D. Lourenço de Mendonça e Moura and D. Rodrigo de Moura Teles.*  
*Aspects of that period spent in Braga and of monastic experience of Benedictine nuns in the Convent of S. Salvador will be raised, weighing the Jacobean profile of the biographer in a context of vacant See and resistance to the affectionate paths of union with God, inspired in Molino's doctrine.*  
*Keywords:* D. Fr. Luís de Santa Teresa; D. Fr. João da Cruz; Jacobeia; Clientelistic networks

---

\* O artigo que agora publicamos, cuja versão resumida apresentámos no âmbito das Oficinas de Investigação do CITCEM/2011 «Redes, Problemas e Métodos», é fruto do trabalho de investigação levado a cabo no âmbito da Dissertação de Mestrado em Culturas Ibéricas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2008. Tem por núcleo a *Vida de huma illustre virgem*, manuscrito 710 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, da autoria de Fr. Luís de Santa Teresa. Ver Maria Helena Cunha de Freitas Queirós, "D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.), director espiritual e biógrafo. A inacabada *Vida de Josefa Maria da Trindade (O.S.B.)*" (Diss. Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, 2 tomos: tomo I – Estudo; tomo II – Edição crítico-interpretativa). Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18054>; [http://aleph.letras.up.pt/exlibris/aleph/a18\\_1/apache\\_media/RAVD3CEG3QLUEXFDMCHPHMPSCC31ER.pdf](http://aleph.letras.up.pt/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/RAVD3CEG3QLUEXFDMCHPHMPSCC31ER.pdf) e [http://aleph.letras.up.pt/exlibris/aleph/a18\\_1/apache\\_media/3QCVJPM51FUQGKS4PNLV6YBVTJN1Q.pdf](http://aleph.letras.up.pt/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/3QCVJPM51FUQGKS4PNLV6YBVTJN1Q.pdf).

\*\* Investigadora do CITCEM – U. Porto. Email: [helena.queiros.mail@gmail.com](mailto:helena.queiros.mail@gmail.com)

## I - Fr. Luís de Santa Teresa e Fr. João da Cruz: dois nomes para o estudo da Jacobeia

Fr. Luís de Santa Teresa é autor e personagem de uma biografia devota passada entre os anos 1730-1735 em Braga<sup>1</sup>. Nela figura também Fr. João da Cruz, seu irmão e alguém com quem tinha tanto em comum, como veremos.

Mas, quem são estas figuras da historiografia moderna? Foram filhos de D. António Salgado, Fidalgo Cavaleiro por alvará de 17 de fevereiro de 1698 e do Conselho de Sua Majestade, notabilizando-se ao longo da sua vida por “vários e distintíssimos cargos no campo militar [...] Sargento-mor de Cascais em 1695 e da Fortaleza de Sao Juliao, Governador de Chaves, onde viveu, Governador das Armas de Tras-os-Montes (1709), Governador de Cabo Verde, etc.” Tradição familiar, já seu pai, Feliciano Salgado, cumprira cargos militares de grande relevância e prestígio durante as guerras da Restauração<sup>2</sup>. No século Luís Salgado, o primogénito de D. António Salgado foi agraciado, a 23 de outubro de 1715, com um padrão de 48 mil reis de tença por ano, sendo que na carta régia vem a menção a seu pai como “fidalgo da minha casa e do meu Conselho” e que tal privilégio lhe era devido pelos serviços prestados pelo pai. Em 1718, novo padrão no valor de 40 mil reis. O reconhecimento régio mantinha-se<sup>3</sup>.

A mãe foi D. Ângela Pastor (ou Pascoal) de Castilho, “senhora de grande virtude, que veio a falecer no Mosteiro de Santana, em Coimbra, com opinião de santidade<sup>4</sup>”.

O autor nasceu na freguesia da Sé, em Lisboa, onde foi batizado a 11 de abril de 1693, afilhado de D. Lourenço de Mendonça, 3º Conde de Vale de Reis e conselheiro de Estado de D. Pedro II e início do reinado de D. João V, e de D. Maria Leonor de Moscoso<sup>5</sup>. Ora, D. Maria Leonor de Moscoso era irmã de frei Gaspar de Moscoso (mais tarde da Encarnação), que viria a ser figura de proa da Jacobeia<sup>6</sup>, e ambos filhos do 5º conde de Santa Cruz e irmãos do 3º marquês de Gouveia, que, por sua vez, foi conselheiro de Estado e mordomo-mor de D. João V<sup>7</sup>.

Foi enviado pelo pai a estudar em Coimbra, certamente visando a preparação de uma carreira de letrado, estratégica para uma ascensão social baseada no serviço à monarquia, tão frequente em famílias do seu estatuto. Em 1710, matriculou-se no Colégio das Artes, em Coimbra; em 1711, em Instituta e, em 1712, em Cânones, curso que alterou, em 1715, por Leis. Obteve os graus de licenciado e de doutor em julho 1717<sup>8</sup>. A 14 de outubro de 1717, Luís Salgado foi

<sup>1</sup> Estabelecemos como datas absolutamente seguras da permanência de Luís de Santa Teresa em Braga os anos entre 1730 e 1735. Cremos que a escrita da *Vida* terá começado em data posterior a 16 de março de 1734. Para seguir o nosso raciocínio, *ibidem*, tomo I, 18-21 e 24-27.

<sup>2</sup> José Bênard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, *Armas e Troféus – Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte* (IX Série, janeiro/dezembro 2004), 28

<sup>3</sup> José Pedro Paiva, “Reforma Religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)”, *Revista de História da Sociedade e Cultura*, 8 (Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2008), 164.

<sup>4</sup> José Bênard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 29.

<sup>5</sup> José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), 476 e 500. Segundo José Bênard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 33 o cura que o batizou foi Francisco Rodrigues. Innocência dedica-lhe um pequeno verbete, mas onde afloram incertezas. Ver Innocência Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, tomo V), 331.

<sup>6</sup> Entendemos Jacobeia enquanto conjunto de “movimentos reformistas afins que, a partir de 1723, sob o patrocínio e direção do franciscano de Varatojo Fr. Gaspar da Encarnação, visavam instaurar a disciplina, morigerar os costumes, afervorar a piedade, refazer, enfim, a vida religiosa e moral do reino”. António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I* (Braga: Tipografia Editorial Franciscana, 1964), 122-123.

<sup>7</sup> “Para o parentesco de Leonor de Moscoso e Gaspar de Moscoso ver [http://genealogia.netopia.pt/pessoas/pes\\_show.php?id=4225](http://genealogia.netopia.pt/pessoas/pes_show.php?id=4225), consulta em 20/3/2006.” José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, 512.

<sup>8</sup> *Idem*, “Reforma Religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)”, 165. Esta formação ser-lhe-ia muito útil, enquanto bispo de Olinda, para esgrimir a sua defesa, face aos inúmeros litígios que teve.

opositor na Universidade de Coimbra da cadeira dos três livros de Código<sup>9</sup>. Nesta instituição, a sua erudição lhe proporcionou grande fama em “engenho e literatura”<sup>10</sup>. Por outro lado, é importante salientar que tal coincidiu com o período em que a Universidade tinha por reitor precisamente D. Gaspar de Moscoso e Silva, tendo tido a ocasião de testemunhar de perto a “súbita e radical mudança de vida que o reitor decidiu empreender quando, inspirado pelo movimento da jacobea, que desde o início do século fervilhava em muitos claustros da cidade do Mondego, ingressou na humilde ordem dos franciscanos do Varatojo, causando estrondoso espanto, tanto na academia, como na corte régia em Lisboa”<sup>11</sup>.

Foi nomeado Corregedor de Coimbra em 1722, por mérito próprio, mas também por ser filho do “sargento mor de batalha D. Antonio Salgado”. Terá, no entanto, exercido por pouco tempo essas funções, para tomar o hábito de carmelita descalço para que “podesse segurar melhor a sua salvação eterna”<sup>12</sup>, num percurso em tudo semelhante ao de D. Gaspar da Encarnação<sup>13</sup>. Entrou para os Carmelitas Descalços do Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa, onde, anos antes, havia entrado seu irmão Fr. João da Cruz<sup>14</sup>. É curioso notar que tal inflexão ocorre em 1723, ano em que Fr. Gaspar da Encarnação regressou a Coimbra para, por ordem de D. João V, reformar o mosteiro de Santa Cruz.

Em Lisboa e das mãos de Valério da Costa, vigário da Patriarcal, recebeu, a 10 de março de 1724, a prima tonsura e ordens menores; no dia seguinte, ordens de Epístola; a 19 de março, ordem de Evangelho, e, aos 25 do mesmo mês, ordem de Missa<sup>15</sup>.

Dotado de grande sabedoria e capacidade de ensinar, foi enviado para o Colégio de S. José de Coimbra “onde alcançou grande projecção como mestre pelo seu saber e pela forma como cativava a simpatia das pessoas.” Ali lecionou durante quatro anos, impondo a prática das virtudes e das mortificações que nele viam. Segundo o seu memorialista, graças a Fr. Luís de Santa Teresa o colégio de Coimbra “parecia hum noviciado reformado”<sup>16</sup>.

Uma vez mais renunciou ao cargo para ficar como eremita no Convento do Buçaco, onde era prior seu irmão Fr. João da Cruz, “e para lá teria ido a pé, sem dinheiro, pedindo que comer pelo caminho, como fazia normalmente nas suas caminhadas pelo país”<sup>17</sup>. Mas, como fosse o “deserto” do Buçaco demasiado inóspito para a sua saúde, o mesmo Fr. João o levou consigo para Braga<sup>18</sup>, para onde havia sido eleito prior em 7 de maio de 1730<sup>19</sup>.

De Braga voltou a Coimbra para fundar um convento de carmelitas descalças. Lançou-se a primeira pedra em 1740 e finalizou-se quatro anos mais tarde<sup>20</sup>.

Nomeado Bispo de Olinda (Pernambuco), só terá aceiteado a proposta após muita insistên-

<sup>9</sup> *Idem*, 166.

<sup>10</sup> José Bénard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 33.

<sup>11</sup> José Pedro Paiva, “Reforma Religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)”, 166.

<sup>12</sup> *Ibidem*, 167.

<sup>13</sup> *Idem*, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, 512.

<sup>14</sup> *Idem*, “Reforma Religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)”, 167.

<sup>15</sup> *Idem*, 168.

<sup>16</sup> *Idem*, 169.

<sup>17</sup> José Bénard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 34.

<sup>18</sup> Sobre as vicissitudes desta estadia em Braga e a relação de dirigismo espiritual com a beneditina do Convento do Salvador Josefa Maria da Trindade, ver Maria Helena Cunha de Freitas Queirós, “D. Fr. Luís de Santa Teresa (O. C. D.), director espiritual e biógrafo. A inacabada Vida de Josefa Maria da Trindade (O. S. B.)”.

<sup>19</sup> José Pedro Paiva, “Reforma Religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)”, 169.

<sup>20</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal* (Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1968, volume II), 185-186.

cia de D. João V e do cardeal da Mota<sup>21</sup>. Aquando da carta régia, datada de 21 de julho de 1738, é apresentado como carmelita descalço e Doutor em Leis e Mestre em Teologia. Aos 28 do mesmo mês, fez, em Lisboa, juramento e profissão de fé como Bispo de Olinda. Foi preconizado em Consistório de 3 de setembro de 1738 – data em que são passadas as Bulas –, com direito a uma pensão no valor de 2000 cruzados por ano<sup>22</sup>. A 14 de dezembro de 1738, deu-se a sua sagração, em Lisboa, na Patriarcal, pelo Cardeal Patriarca<sup>23</sup>. Chega a Olinda em 24 de junho de 1739<sup>24</sup> e toma posse a 29 de julho de 1739<sup>25</sup>.

Do seu múnus episcopal em Olinda, percebe-se a pauta jacobea, no rigorismo, na preocupação com a doutrinação e no disciplinamento, o que foi precisamente criando descontentamento<sup>26</sup>. Em 1743 vemos os primeiros sinais de dissensão, originados com o 25º governador da capitania, Henrique Luís Freire de Andrade por causa do pagamento das cõngruas. Em finais do mesmo ano, o procurador da província franciscana de S. António do Brasil queixou-se da perseguição que o prelado fazia aos frades. Em 1744, D. Fr. Luís de Santa Teresa é acusado de venalidade, compadrio e abuso de poder por parte de Félix Ribeiro da Cruz<sup>27</sup>. Em 1746, é a vez de os irmãos da Misericórdia de Goiana se queixarem de abusos da justiça eclesiástica. No ano seguinte são as discórdias com o juiz de fora, o Dr. José Monteiro, e com o carcereiro da justiça secular; em 1750, os atritos com o mestre-escola<sup>28</sup>.

Se até aqui D. Fr. Luís de Santa Teresa foi contando com o respaldo da corte e, certamente, do seu círculo de influência, onde se contavam Fr. Gaspar da Encarnação e o cardeal Mota e Silva, o que caucionava a sua atuação, já o mesmo se não poderá afirmar a partir de 1749. Trava-se de razões com o Dr. António Teixeira da Mata, novo juiz de fora e dos resíduos e capelas<sup>29</sup>, a propósito dos limites das respetivas jurisdições. Este confronto agudizou-se em função dos partidos já formados na terra aquando dos anteriores dissídios. Fr. Luís terá sido vítima de uma “guerra surda” com o objetivo de coartar a “reforma de costumes” que decidira empreender.

A 31 de julho de 1750 morre D. João V e a nova conjuntura leva ao afastamento de Fr. Gaspar da Encarnação<sup>30</sup>. Desenha-se um novo equilíbrio de forças entre o temporal e o espiritual. O desembargador Manuel da Fonseca Brandão, chegado ao Recife a 21 de janeiro de 1751, reconhece que a “praxe de julgar” estaria a favor do bispo, mas que “enquanto este bispo estiver naquelle bispado não houvera paz nem sossego<sup>31</sup>”. Foi tal a “campanha das falsas notícias [desfavoráveis ao Bispo] para o Reino” que chega, em 18 de junho de 1754, a ordem de regresso à metrópole, ficando a cargo

<sup>21</sup> José Bênard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 33-34.

<sup>22</sup> José Pedro Paiva, “Reforma Religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)”, 170.

<sup>23</sup> *Ibidem*, 170. Outros apontam que a sagração foi feita “pelo Patriarca D. Tomás de Almeida, segundo o Padre Montez Mattozo no seu *Ano Noticioso e Histórico*, ou pelo Nuncio Apostólico segundo Francisco d’Assis de Oliveira Martins”. Cf. José Bênard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 34.

<sup>24</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 713 e José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, 8º volume, tomo I), 122-123.

<sup>25</sup> Innocência Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, 331.

<sup>26</sup> Sobre os pormenores deste difícil e infeliz bispado, ver o resumo feito em José Pedro Paiva, “Reforma Religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)”, 161-210.

<sup>27</sup> *Ibidem*, 183-186.

<sup>28</sup> *Idem*, 186-192.

<sup>29</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 713. Cândido Mendes de Almeida, *Direito Civil Ecclesiastico Brasileiro* (Rio de Janeiro: Garnier, 1866, tomo primeiro, segunda parte), 579. José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 8º volume, tomo I, 122 e 123. Por lapso, é referido “Mota” e não “Mata”. Cf. José Pedro Paiva, “Reforma Religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)”, 192.

<sup>30</sup> Sobre a questão, ver Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José. Na sombra de Pombal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), 51-56.

<sup>31</sup> José Pedro Paiva, “Reforma Religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)”, 204.



do Deão o governo do bispado<sup>32</sup>. Não lhe foi sequer permitido ser ouvido e, chegada à metrópole, nunca foi recebido pelo rei.

Retirou-se para a Quinta da Granja, junto à Póvoa de Santo Adrião<sup>33</sup>, falecendo a 17 de novembro de 1757<sup>34</sup>.

D. João Salgado de Castilho nasceu em Lisboa no dia 28 de dezembro de 1694<sup>35</sup>. Foi batizado na Sé de Lisboa, no dia 4 de janeiro de 1695 pelo cura Estêvão Franco<sup>36</sup>, tendo por padrinho nada mais, nada menos do que Fr. Gaspar da Encarnação<sup>37</sup>. Seus pais “quiseram que aprendesse as ciências em Coimbra. Aplicado ao estudo, aprazeu-se de seguir com satisfação maior o que ensina a desprezar o mundo [...] contra os projectos e boas esperanças de seus pais”<sup>38</sup>. Também aqui um percurso com afinidades com Fr. Gaspar da Encarnação. Tomou o hábito de carmelita descalço a 22 de junho de 1713, na Igreja de S. José. Noviciando no Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa, veio a professar a 24 de junho de 1714 com o nome de Fr. João da Cruz.

Após presbítero<sup>39</sup>, “em 1719, foi nomeado Lente de Filosofia e de Teologia”<sup>40</sup>. A 29 de abril de 1723, foi eleito Prior de Santa Cruz do Buçaco<sup>41</sup>; a 7 de maio de 1730, Prior do Colégio do Carmo de Braga – cargos que, de resto, são mencionados na *Vida*<sup>42</sup> – e, em 1736, o de Definidor Geral da Província de Portugal, em Castela<sup>43</sup>.

Das circunstâncias da sua escolha para a Diocese do Rio de Janeiro, leia-se o que diz Pizarro e Araújo:

“Por motivo de beijar a mão d’El-Rei D. João V pela mercê de nomear a seu irmão Fr. Luís de Santa Teresa para o Bispado de Pernambuco, voltou dali a Lisboa; e longe de pensar, que dêsse agradecimento se motivaria a eleição do soberano para substituir a Mitra do Rio de Janeiro, nela foi provido a 11 de fevereiro de 1739.”<sup>44</sup>

Foi confirmado pelo Papa Clemente XII<sup>45</sup>, sendo sagrado na Patriarcal pelo Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, aos 5 de fevereiro de 1741 e, note-se, ao mesmo tempo que D. José

<sup>32</sup> Innocência Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, 331. José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 122 e 123.

<sup>33</sup> José Bènard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 34. A mesma informação faculta David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal* (Lisboa, 1962), 194.

<sup>34</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 713. Cândido Mendes de Almeida, *Direito Civil Ecclesiastico Brasileiro*, 579. José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 122-123.

<sup>35</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 161.

<sup>36</sup> José Bènard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 29.

<sup>37</sup> José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, 512.

<sup>38</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 161-162.

<sup>39</sup> Foi ordenado presbítero “a 4 de Maio de 1719 na Capela de Santa Marta do Paço Episcopal de Tondela, pelo Bispo de Viseu D. Jerónimo Soares”. José Bènard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 29.

<sup>40</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 162.

<sup>41</sup> Informação fornecida por José Pedro Paiva. Ver *Arquivo Segreto Vaticano*, Arquivo Concistoriale, Processus Consistoriales, vol. 126, ff. 543v.

<sup>42</sup> VPJMT, 149. Citamos o texto tendo por base a nossa edição, a partir de agora designada por VPJMT (*Virtudes e prodígios que o Senhor obrou na serva de Deus Josefa Maria da Trindade, religiosa no Salvador de Braga*). Sobre os critérios que lhe presidiram, ver Maria Helena Cunha de Freitas Queirós, “D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.), director espiritual e biógrafo. A inacabada Vida de Josefa Maria da Trindade (O.S.B.)”, tomo II.

<sup>43</sup> Confirma-o José Bènard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 29.

<sup>44</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 162.

<sup>45</sup> Assim o indicam José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 162; Cândido Mendes de Almeida, *Direito Civil Ecclesiastico Brasileiro*, 559 e Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 715. Segundo David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 194 e José Bènard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 29 a confirmação terá ocorrido aos 19 de dezembro de 1740, com Bento XIV.

de Bragança, Arcebispo de Braga, e D. José Botelho de Matos, Arcebispo da Baía, com assistência de D. José Fialho, Bispo da Guarda, e de D. Fr. José Valério do Sacramento, Bispo de Angra.

Chegou ao Rio de Janeiro a 3 de maio de 1741. Ainda no mesmo ano, visitou as Igrejas Paroquiais da cidade e, no seguinte, a Catedral. A sua exigência pastoral “impôs ao Cônego magistral a obrigação de exercitar os deveres da sua prebenda, ensinando Moral, e Teologia Prática em um dia de cada semana; e para que os Clérigos do Bispado se aplicassem àquele estudo, estabeleceu Conferências nas Igrejas da Sé, da Candelária, e noutras da Cidade<sup>46</sup>”.

Em 1742, fez a visita das paróquias de Minas Gerais, deixando ao Deão Gaspar Gonçalves de Araújo o governo do Bispado. Os “Carmelitas Descalços chegaram até às margens do Jacuhy, Cahy, Sinos, Guahyba, e passaram depois ao Rio Grande do Sul, onde alcançaram justa fama<sup>47</sup>”.

Mas ou “porque no zelo apostólico dêste Prelado pela Casa do Senhor houvesse algum excesso contra os sectários da barbaridade primitiva, ou porque a sua demora excessiva no país obrigasse os Párocos a despesas assaz consideráveis e muito além dos seus rendimentos eclesiásticos e patrimoniais<sup>48</sup>”, o certo é que ficou malquisto<sup>49</sup> dos habitantes mineiros e mormente do ouvidor de Vila Rica, Caetano Furtado de Mendonça. O mesmo ouvidor passou “ao excesso de tirar os badalos aos Sinos, para não repicarem ao Bispo, e a praticar outras acções menos decorosas, com que incitaram a brevidade de sua residência. O mesmo Ministro, empenhado, sem reboço, em desacreditar o Bispo, e injuriar o Cargo Episcopal, concorreu exuberantemente para estes factos, incitando recursos desarresoados, e injustos, por que satisfêz a sua má vontade”, impondo-lhe e executando as temporalidades<sup>50</sup>.

Regressado ao Rio de Janeiro em 1745, resignou ao Bispado. O General Gomes Freire de Andrada suplicou a

“ElRei a graça de lhe aceitar a abdicação do Cargo Episcopal. Andrada, a quem era constante o justo dissabor do Povo mineiro, pelos indiscretos procedimentos do Bispo, e dezejeoso de cooperar secretamente para o effeito da renuncia, em beneficio publico, que motivos não só particulares, mas politicos incitavam, além de condescender com a proposição do mesmo Bispo, fomentou o deizignio, persuadindo ao Soberano a necessidade de attender ao socego publico com o consentimento d’aquella Supplica. Conhecido pela reflexão o Machiavelismo do General, procurou o Bispo retractar a desistencia mal considerada, mas sem remedio: porque, accepta a renuncia, foi dado successor ao Bispado<sup>51</sup>.”

Parece, pois, ter sido D. Fr. João da Cruz também vítima, senão do seu rigorismo jacobeo<sup>52</sup>, pelo menos de conflitos com outras instâncias de poder de nomeação régia e de ingerências do poder temporal no episcopal, em tudo semelhantes às vividas pelo irmão.

Quanto à reputação que o Bispo granjeou no Brasil, não resistimos a transcrever o que Pizarro e Araújo divulga:

“esquecido porém dos deveres eclesiásticos e episcopais, e pouco prático na Caridade, nunca constou que o Bispo D. Fr. João da Cruz, imitando os exemplos de seus predece-

<sup>46</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 163.

<sup>47</sup> David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 102.

<sup>48</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 164.

<sup>49</sup> Para mais pormenores sobre este conflituoso governo, ver *ibidem*, 165-166 e 244-245.

<sup>50</sup> Caetano Furtado de Mendonça, ao contrário dos detratores de D. Fr. Luís de Santa Teresa, foi punido pelas suas “imprudencias, e desatenções contra o respeito devido ao caracter do Bispo”, tendo a população podido testemunhar “as injurias feitas ao Bispo, como foi constante a Sua Magestade por Conta do mesmo Bispo, e do Governador, por cujos factos mereceu ser preso”. *Ibidem*, tomo III, 194.

<sup>51</sup> *Idem*, 195-196.

<sup>52</sup> Talvez confirme as afinidades de Fr. João da Cruz com o universo jacobeo a presença da sua assinatura, juntamente com a de outras figuras que “parecem ser todos membros ou simpatizantes da jacobea”, no final do tratado *Daemon violentus sive quaestio singularis de daemonis violentis*, do oratoriano D. Júlio Francisco, elemento ativo na questão do sigilismo. António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*, 140.

ssores em tal virtude, soubesse, como êles conservá-la em seu coração e mostrá-la em suas mãos. Não satisfeito com a fartura de pedras preciosas, e de ouro, tanto bruto como amoadado, se constituiu herdeiro universal dos bens da Igreja Catedral, a quem devendo socorrer [...] empobreceu-a mais, despindo-a de um frontal de prata, de uma banqueta de metal semelhante, de um crucifixo de ouro, de tôdas as peças de prata do uso dos Pontificais, e de outros trastes de igual natureza. Fazendo-se proprietário de tôda quantia procedida do espólio de seu antecessor, que por ordem régia lhe entregara a Casa da Moeda, consumiu-a em si, sem dispende de tão notável soma um só real a benefício da herdeira, cuja mesa clamava inutilmente por vestidos decentes e dignos de aparecer na celebração dos Ofícios Divinos.<sup>53</sup>

Estes os ditos os “indiscretos procedimentos” anteriormente referidos. Deixou o Rio no dia 14 de outubro e chegou a Lisboa a 22 de janeiro de 1746<sup>54</sup>. A 9 de maio do mesmo ano foi agraciado por Bento XIV com uma pensão anual e vitalícia nos bispados de S. Paulo e Mariana e nas prelações de Goiás e Cuiabá<sup>55</sup> e, em 1748, requeria ao Conselho Ultramarino que lhe fosse paga a côngrua para não ser obrigado “a mendigar com indecoro do seu caracter”.

Foi mais afortunado do que o irmão – graças às influências de seu padrinho<sup>56</sup> – pois “vagando a Mitra de Miranda, por falecimento de D. Diogo Marques Morato em 29 de dezembro de 1749, foi nomeado a substituí-la em janeiro de 1750<sup>57</sup>. Tomou posse a 16 de março de 1750<sup>58</sup> e nela fez entrada pública no dia 16 de julho, 15 dias volvidos sobre a sua chegada à nova diocese. Entre 1750 e 1756, terá escrito um conjunto de Pastorais, que se conservam em Bragança<sup>59</sup>, tendo-se distinguido na moralização de costumes e catequização<sup>60</sup>.”

Da sua ação em Miranda, destaca-se a conclusão das obras de reconstrução da capela-mor da Sé, começadas pelo seu antecessor. Deixou “fama de muito zelo e piedade, qualidades que lhe custaram alguns desgostos.<sup>61</sup>” Estarão aqui implícitos “Os vexames, com que tratou as Religiosas do Real Convento de Miranda, motivando-lhes a desesperada resolução de romperem a Clausura, e sob Cruz alçada até Chaves procurarem a protecção do General da Província na presença de El-Rei, além de outros fatos muito singulares, que se conservam em diferentes manuscritos, [e que] fizeram odioso o seu govêrno<sup>62</sup>”? Outros o reputam por “Prelado de tanta virtude e piedade que mereceu o epíteto de Santo<sup>63</sup>”.

Morreu a 20 de outubro de 1756<sup>64</sup> e o povo festejou o dia do falecimento do seu Diocesano como fausto, e de liberdade<sup>65</sup>. Jaz na capela-mor cuja reconstrução viu terminar.

<sup>53</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 246. Sobre os desenvolvimentos desta situação, ver *ibidem*, 246-249.

<sup>54</sup> Alguma discrepância existe em relação a Coração de Jesus: “voltou para Lisboa na primeira quinzena de Fevereiro de 1746”. Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 194.

<sup>55</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 715.

<sup>56</sup> José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, 513.

<sup>57</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 166.

<sup>58</sup> Coração de Jesus aponta o dia 14 de março de 1750. Cf. David do Coração de Jesus, *A Reforma Teresiana em Portugal*, 194.

<sup>59</sup> *Ibidem*, 221. Não constam de Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana: historica, critica e cronologica* (Lisboa: Antonio Isidoro da Fonseca, 4 tomos, 1741-1759) nem de Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez* (Lisboa: Imprensa Nacional, 23 volumes, 1858-1972).

<sup>60</sup> José Bènard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 30.

<sup>61</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, volume III, 563.

<sup>62</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 249.

<sup>63</sup> José Bènard Guedes Salgado, “D. Frei Luís de Santa Teresa – D. Frei João da Cruz. Irmãos no sangue, na Ordem e no múnus episcopal, diferenciados na heráldica”, 30.

<sup>64</sup> *Ibidem*, 30 aponta a data de 20 de outubro de 1759.

<sup>65</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 8º volume, tomo I, 249.

Na *Vida* pressentimos a estreiteza de pensamento entre os dois irmãos<sup>66</sup>. Da proximidade intuída na *Vida* chegámos a dados factuais. Aquando da profissão de fé de Fr. Luís, foi Fr. João o pregador escolhido para o sermão<sup>67</sup> – aliás, no mesmo convento onde o irmão o havia feito também – e Fr. Luís acompanha o irmão, recém-nomeado prior dos carmelitas, até Braga. Por outro lado, vemos ligações à mais alta fidalguia, à corte e, portanto, ao centro de decisão. Os nomes dos padrinhos de batismo filiam estas figuras nos centros de gravitação jacobea. Qual o peso desta relação de mundividência espiritual, a nível de afinidades afetivas, mas também em termos de relação clientelar?

Desde os trabalhos de Wolfgang Reinhard e Wolfgang Weber, é bem conhecido o peso deste tipo de ligações<sup>68</sup>. Os autores “propuseram que nas sociedades modernas existiriam quatro modos/formas de relação que tinham um peso decisivo para o seu funcionamento: as relações de parentesco (incluindo o compadrio espiritual), solidariedades de grupo (por exemplo, ser conterrâneo, ter estudado na mesma universidade, ter guerreado junto, etc.), relações de amizade (não no sentido sentimental, mas como aliança instrumental) e, finalmente, relações do tipo protector/criatura<sup>69</sup>.”

Parece ter havido dois ciclos de atuação quanto ao processo de provimentos episcopais no reinado d’O Magnânimo<sup>70</sup>. Até inícios dos anos 20, ter-se-ão mantido “linhas de rumo semelhantes às que vinham do tempo de D. Pedro II<sup>71</sup>”, destacando-se a “preferência por bispos secundogénitos da primeira nobreza com vinculações ao Conselho de Estado ou ao círculo mais próximo do monarca, maioritariamente seculares e com formação em cânones<sup>72</sup>”. A partir desses anos 20 de setecentos, abre-se um novo ciclo, sendo que se tenta “compaginar o perfil dos bispos escolhidos com os ideais do movimento que, em Portugal, ficou conhecido pelo nome de jacobea.<sup>73</sup>” Neste contexto de reforma religiosa, a escolha do monarca recai preferencialmente sobre regulares, teólogos, bons letrados, homens de grande piedade e virtude<sup>74</sup>, numa lógica de preponderância das “motivações religiosas” sobre “imperativos de natureza política<sup>75</sup>”. É a redescoberta do modelo de bispo pastor – e pastor exigente e rigoroso –, o que melhor se quadraria num ambiente de renovação da piedade e da religião<sup>76</sup>. Escusado será realçar que os irmãos carmelitas encaixavam na perfeição neste perfil.

<sup>66</sup> Ver VPJMT: “descorrendo quem chamaria para lhe asestir em aquele tão trabalhoso lance, lembrou-me o padre Fr. Luis de S. Tereza, religioso carmelita, que avia pouco tempo viera com o padre Fr. João da Cruz, seo irmão [...]”; “emtrou huma tarde este religiozo com seo companheyro a vizitala”, 66; “Comunicou com o perlado as merces de Deos e trabalhos que aquela alma padecia [...]. E assim o mesmo perlado determinou hir com o dito padre vella ao dia seguinte e tomarem ambos munto por sua conta o aproveitamento e consolacão daquela alma.”; 71; “Acabouse o trienio do padre Prior do convento de Carmelitas Descalcos e, como fosse promovido o dito padre ao Priorado do dezerto de Busaco, quis o confessor da serva de Deos acompanhar o dito padre Prior porque erão irmaos”, 149.

<sup>67</sup> José Pedro Paiva, “Reforma Religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)”, 168.

<sup>68</sup> Referimo-nos especialmente a Wolfgang Reinhard (editor), *Power elites and state building* (Oxford: Clarendon Press, 1996) e Wolfgang Reinhard e Wolfgang Weber, “Power elites of Augsburg and Rome 1500-1600. Experiences with prosopographical research”, in *L’État Moderne et les élites XIII-XV<sup>e</sup> siècles. Apports et limites de la méthode prosopographique*, Jean-Philippe Genet e Gunther Lottes (Paris: Publications de la Sorbonne, 1996). Ver também Jose A. Maravall, *Estado Moderno y mentalidad social siglos XV a XVII* (Madrid: Alianza Editorial, 1986).

<sup>69</sup> Sintetizados em José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, 213-214.

<sup>70</sup> Para uma abordagem de conjunto aos “rumos da selecção dos antístites” durante o reinado de D. João V, ver *ibidem*, 487-526.

<sup>71</sup> *Idem*, 492.

<sup>72</sup> *Idem*, 496.

<sup>73</sup> *Idem*, 507.

<sup>74</sup> Perfis enumerados por *idem*, 508.

<sup>75</sup> *Idem*, 509.

<sup>76</sup> *Idem*, 491.

## II - Direção espiritual em Braga entre 1730-1735. (Auto)Retrato de um Jacobeu

Conhecidas as personagens, passemos ao texto. O cenário é a Primaz das Espanhas, mais concretamente, o Convento de Beneditinas do Salvador. Por esses anos, vivia-se num contexto de Sé Vaga (1728-1741), por morte de D. Rodrigo de Moura Teles. Como veriam os dois irmãos Braga nesses anos 30? O excerto mais eloquente a respeito da opinião de Fr. Luís acerca da época de Moura Teles e do governo capitular é:

“aquele convento tinha grande necessidade de doutrina porque, ainda que nelle avia algumas religiozas que vivião santamente, muntas erão raparigas, não tinham perlado porque a occazião era de Se vacante e avião mudado de trajes, deichando os toucados antigos por huns novos que emventarão (que mais parecião emfeites de seculares que toucados de relegiozas); traziam ouro, rendas, polvilhos e tudo isto se avia emtrudozido depois da morte do Arcebispo e – o que pior he – avia muntas [diverções?] e trato com pesosos de fora, o que tudo munto choravam as religiozas de mais zelo e virtude.”<sup>77</sup>

Moura Teles, “zeloso reformador do clero e da vida dos fiéis”<sup>78</sup>, movia-se por uma pauta de exigência em tudo afim à Jacobeia. Note-se, aliás, que é a D. Rodrigo de Moura Teles que, em 1717, Fr. Francisco da Anunciação dedica a sua *Consulta mystico-moral*<sup>79</sup>.

Mas outros dados importa trazer à colação. D. Rodrigo de Moura Teles era filho dos 2<sup>os</sup> Condes de Vale de Reis, D. Nuno de Mendonça e D. Luísa de Castro e Moura. Ora, D. Lourenço de Mendonça e Moura, irmão mais velho do Arcebispo, foi, como vimos, o padrinho de batismo de Fr. Luís de Santa Teresa. Talvez possamos por aqui lançar alguma luz sobre as razões da vinda dos dois irmãos carmelitas para Braga. Entre D. Rodrigo de Moura Teles e Fr. Luís de Santa Teresa, à identificação tipicamente jacobea pelo rigorismo, vem somar-se a conexão entre as duas famílias. Quiçá Moura Teles se quisesse rodear de figuras do seu círculo de confiança – entre as quais Fr. Luís –, com o intuito de criar em Braga um núcleo de morigeração de costumes e acrisolamento da devoção... Sabemos, todavia, que Fr. Luís e Fr. João chegaram a Braga já depois de falecido o Arcebispo, seguindo-se a Sé Vaga por morte daquele Prelado<sup>80</sup>.

Será interessante cruzar os dados da historiografia com o retrato que nos apresenta a Vida, quanto a este período. Serão legítimas as acusações lançadas por Fr. Luís? Tudo aponta nesse sentido, de facto, tendo a vacatura começado logo sob o signo da discórdia<sup>81</sup>.

“Depois de os Conegos haverem sepultado ao Arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles no dia 5 de Septembro de 1728, na hora de Prima se tocou a Sé Vaga, e o mesmo fizeram as Religiozas do Convento dos Remedios, e por este motivo houve hum letigio dos Conegos com as freiras por ellas se eximirem da Jurisdiçam Ordinaria no tempo da Se Vacante, e governarem sem dependencia do Cabido, e as Religiozas tiveram provimento [...]”<sup>82</sup>

Os desmandos do Cabido continuaram com a eleição do cónego Manuel Pereira de

<sup>77</sup> VPJMT, 80.

<sup>78</sup> L. Cabral de Moncada, *Mística e Racionalismo em Portugal no século XVIII. Uma página de história religiosa e política* (Coimbra: Casa do Castelo Editora, 1952), 42.

<sup>79</sup> Fr. Francisco da Anunciação, *Consulta mystico-moral sobre o habito de certas religiozas da Ordem de S. Clara Urbanas [...], oferecida a D. Rodrigo de Moura Tellez Arcebispo Primaz* (Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1717).

<sup>80</sup> Sobre os incidentes que motivaram a interrupção no provimento das dioceses, ver José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga século III-século XX* (Braga: Mitra Bracarense, 1932, tomo III), 269-271.

<sup>81</sup> Sobre os conturbados tempos da Sé Vaga, ver Manuel José da Silva Thadim, *Diario Bracarense*, tomo I, 99-101; Bernardino de Senna Freitas, *Memorias de Braga* (Braga: Imprensa Catholica, 1890, tomo I), 310 e 311 e José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga século III-século XX*, tomo III, 273.

<sup>82</sup> Manuel José da Silva Thadim, *Diario Bracarense*, tomo I, 99.

Araújo, que não era formado, para Provisor do Arcebispado, ignorando a Bula de 10 de dezembro de 1716, confirmada por Bento XIII pelo Breve de 3 de julho de 1727, em que se dava provimento ao desejo de D. Rodrigo de que “por sua morte os ministros, que elle deixasse na Relação, ficassem governando em quanto vivos este Arcebispado; e o Cabido sede vacante os não podesse amover”; com o cônego Rafael Álvares, “que não era formado, nem tinha exercicio algum de tal occupação; sendo que este logar sempre andou em ministro formado”, a ser promovido a Juiz Superintendente da Casa do Despacho e com a eleição do coadjutor do tesoureiro-mor da Sé Primaz, “que era somente Clerigo de prima tonsura”, para Reitor do Seminário de S. Pedro de Braga, violando assim os Estatutos da Instituição<sup>83</sup>.

Grande celeuma provocaram estas nomeações, mas piores consequências teve o Edital suspendendo todos os Párocos encomendados nas Igrejas vagas, fruto da nomeação de Moura Teles. Ora, como informa um cronista da época,

“sendo-lhe conferida a sua jurisdiçam pelas Cartas de S. João a S. João, nam podiam ser suspensos sem culpa formada, e nem conforme o Direito tirados das Igrejas emquanto nam fossem providas de verdadeiro Paroco, e acudindo alguns delles a requerer perante o Provizor este respondia tudo está repartido por quem lhe dera aquelle lugar, e que nada podia fazer, e que se fosse compor com Fulano de cuja repartição era, e o mesmo fizeram pelos lugares do Seminario donde lançaram fora alguns Colegiaes, que o Arcebispo havia aceito, e admittido.”<sup>84</sup>

Comenta Monsenhor Ferreira que “Parecia haver o proposito damnado de destruir toda a obra do Arcebispo!”. Este e outros episódios marcaram as “irregularidades da administração capitular” que foram por fim resolvidas por intervenção régia em janeiro de 1737<sup>85</sup>.

São várias as passagens em que o período da Sede Vacante (1728 -1741) é visto como relaxado<sup>86</sup>:

“Era a pessoa [huma dignidade do Cabido] a quem se deo esta denuncia pessoa destrahida que folgava mais de ver as religiosas bem toucadas que mais honestas; era pouco afeicoado ao relegiozo porque dezião que, em os sermoes, falava munto ‘claro’ couza bem aborrecida em o mundo, principalmente de quem governa e governa como Deos não quer. Estimou a noticia, aplaudiu, zombou e protestou por a emmenda.”<sup>87</sup>

Estas apreciações compaginam-se com a matriz jacobea de Fr. Luís e são em tudo semelhantes às Visitas e Devassas de D. Rodrigo de Moura Teles<sup>88</sup>. Já Moura Teles considerava, no seu tempo, o Convento do Salvador pouco observante; quanto o não seria num período em que não foi objeto de visitas: “A falta de vizitas nos conventos sempre foi a cauza total da relaxação da disciplina regular delles [...]”<sup>89</sup> Literatura e História confluem nas suas conclusões. Arcebispo e confessor alinham na mesma pauta de exigência.

Que perceção, que representação de Fr. Luís é possível obter através da Vida? Ao lermos a Vida, deparamo-nos com todo um programa de Salvação jacobea. O varatojano Fr. Afonso

<sup>83</sup> Bernardino de Senna Freitas, *Memorias de Braga*, tomo I, 310-311.

<sup>84</sup> Manuel José da Silva Thadim, *Diario Bracarense*, tomo I, 101.

<sup>85</sup> José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga século III-século XX* tomo III, 273.

<sup>86</sup> Numa outra ocasião se diz que o Convento do Salvador “nao era pouco” relaxado (VPJMT, 124) e bem assim se referem as “profanidades” introduzidas depois da morte do Arcebispo Moura teles (VPJMT,80)

<sup>87</sup> VPJMT, 82-83.

<sup>88</sup> Arquivo Distrital de Braga (ADB), *Visitas e Devassas*, nº 30.

<sup>89</sup> ADB, *Visitas e Devassas*, nº 38, [Visita ao Mosteiro do Salvador pelo Arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Teles], 1704, fólio não numerado.

<sup>90</sup> Sobre esta figura, ver António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e politica nos reinados de D. João V e D. José I*, 104-105.

dos Prazeres, conhecido jacobeu<sup>90</sup>, “Como remédios contra as vexações indica os exorcismos, a imposição de ‘preceitos’ ao demónio, o sinal da cruz, a oração, a comunhão frequente, as contas de consciência e submissão ao padre espiritual, a constância de ânimo nas vexações prolongadas.”<sup>91</sup> Estas práticas espirituais, prescritas por Fr. Luís ou, pelo menos, levadas a cabo por D. Josefa, enquanto se encontra sob a sua direção de consciência, estão muito presentes na Vida. Senão vejamos: entre exorcismos e imposição de preceitos ao Demónio ou esconjuros, contamos onze páginas com essas referências<sup>92</sup>; relativo à comunhão, o número de páginas ainda é mais numeroso<sup>93</sup>, de entre as quais por cinco vezes se menciona inequivocamente a comunhão diária<sup>94</sup>. Muito significativamente, na p. 97, se considera o “perceito de comungar que [o padre espiritual] lhe avia posto tão apertado”. Ainda quanto à comunhão, sai realçada a fortaleza de D. Josefa, que recebe o Santíssimo Sacramento muitas vezes com grande sacrifício, em virtude quer de doenças, quer de tribulações infligidas pelo Inimigo<sup>95</sup>, o que vem reforçar o valor salvífico do sacramento<sup>96</sup>, enfatizado na *Vida* em passagens como “este suave e sustancialíssimo mana que era todo o sustento da sua alma”, “so o sacramento a sustentava porque quasi não provava outro alimento” ou, note-se, numa revelação havida num recolhimento interior em que Deus lhe disse “Eu sou todo o teu sustento!”<sup>97</sup>.

A prestação de contas de consciência está ainda melhor documentada<sup>98</sup>. O ministério de Fr. Luís afinaria, quicá, pelo de um Fr. Manuel Velho<sup>99</sup>, autor de tratados ascéticos que espelham a espiritualidade jacobea. Defende o dominicano que se dê

“inteira conta de toda a vossa consciência com uma confissão geral, se assim lhe parecer, e de toda a vossa alma [...]; só o tereis de obedecer pontualíssima ao que vos mandar e de lhe dar verdadeira conta de tudo o que vos suceder”<sup>100</sup>.

Nas primícias da direção de consciência, Fr. Luís pede a D. Josefa “que lhe quizesse dar conta com alguma largueza da sua vida”, tendo ficado assente entre ambos fazer-se uma confissão geral, em que deu “conta de todo o sossedido em toda a sua vida”<sup>101</sup>. Parece ser a mesma linha de exigência e mais penetrante talvez que a de Fr. Afonso dos Prazeres, que exortava a que se dissesse somente “o preciso”<sup>102</sup>.

Em estreita correlação com o anterior, o dever de obediência, por vezes apresentado sob a forma de pedidos de licença ao confessor, assume a maior relevância na obra<sup>103</sup>. A presença ‘asfiante’ do dever de obediência na Vida é o reflexo natural do ministério vigilante de um autor que, enquanto jacobeu, teria como segunda máxima: “Ter uma total sujeição e obediência

<sup>91</sup> *Ibidem*, 142.

<sup>92</sup> *VPJMT*, 66-67, 70-74, 99, 101, 110 e 126.

<sup>93</sup> *VPJMT*, 85-86, 89, 97, 100, 120, 125, 128, 146-147 e 152.

<sup>94</sup> *VPJMT*, 86, 100, 120, 125 e 128.

<sup>95</sup> *VPJMT*, 85, 89, 100 e 146-147.

<sup>96</sup> *VPJMT*, 125, 128 e 152.

<sup>97</sup> *VPJMT*, 125, 128 e 152

<sup>98</sup> *VPJMT*, 68, 70, 77, 99, 107, 110-111, 116, 119, 127, 137, 146 e 147.

<sup>99</sup> António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*, 122.

<sup>100</sup> Pe. Manuel Velho (pseudónimo de Fr. Manuel Guilherme), *Praticas espirituas e doutrinas tratadas entre uma religioza capucha e reformada com outra freira desejoza de reformar-se e aperfeçoar-se* (Lisboa: 1732), 74.

<sup>101</sup> *VPJMT*, 68 e 70.

<sup>102</sup> Fr. Afonso dos Prazeres, *Maximas espirituas e directivas para instrução mystica dos virtuosos e defesa apostolica da virtude* (Lisboa Occidental: Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, tomo I), 510.

<sup>103</sup> *VPJMT*, 86-88, 90, 101-102, 105, 107, 121-122, 136 e 140.

<sup>104</sup> António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*, 81.

cega ao director”<sup>104</sup>.

A constância – ou suas variantes valentia e paciência – nos reveses de uma existência pejada de tentações demoníacas, doenças e “contradições de criaturas” é também bastante explorada, como, de resto, é tópico no género, atingindo por vezes o cume de virtude cardeal: a Fortaleza<sup>105</sup>. Em menor monta, aparecem a oração<sup>106</sup> e por uma única vez o sinal da cruz<sup>107</sup>.

Neste receituário anti-Demónio, parecem estar enunciados os preceitos essenciais que substanciam um ministério espiritual de matriz jacobea. Teria Fr. Luís tomado conhecimento das faces proteicas destes diabolismos através de Fr. Afonso dos Prazeres, “dentre os jacobeus, o autor que mais deu nas vistas na explanação da teoria das violências diabólicas ou, como ele prefere dizer em vulgar para fugir à terminologia de Miguel de Molinos, das ‘vexações do demónio’”<sup>108</sup>? Não será temerário supor que sim. Fr. Afonso dos Prazeres “repudia enérgicamente, horrorizado mesmo, a sentença de Miguel de Molinos sobre as violências diabólicas”<sup>109</sup>. Antes de mais, o autor considera-as “vexações do demónio”, para evitar ‘confusões’ com a expressão “violências diabólicas”, utilizada por Molinos. Esclarece ainda que “Deus não quer tais acções mas só as permite”<sup>110</sup>. Este é, precisamente, o tipo de formulação e terminologia que encontramos em *VPJMT*, no que Fr. Luís não duvida ser para lhe lavar mais “illustre coroa”<sup>111</sup>, bem próximo da explicação de Prazeres: “purgação, em que Deos quer purificar mais a sua virtude”<sup>112</sup>. Pura ortodoxia mística<sup>113</sup> de Fr. Luís, portanto, e de linha jacobea.

Se nos reportarmos a dois arautos jacobeus, Fr. Francisco da Anunciação e Fr. Manuel de Deus, são decisivos na vida espiritual a oração mental quotidiana, o exame de consciência e a frequência dos sacramentos<sup>114</sup>. Do sacramento da penitência, é a confissão que recebe o maior número de alusões. A assiduidade da confissão poderá inferir-se das inúmeras vezes em que D. Josefa conta os particulares da sua alma a Fr. Luís<sup>115</sup>. Se mais não pudéramos avocar, bastaria lembrar que, numa ótica de austeridade espiritual caracteristicamente jacobea, o sacramento da Eucaristia exige uma maior disposição, reverência e pureza interior para ser dignamente recebido do que o da confissão<sup>116</sup>. Se D. Josefa comungava frequentemente, é de admitir que também se confessasse amiúde pois, como defende Fr. Manuel de Deus, não há objeção nenhuma à prática da comunhão frequente, desde que os fiéis estejam bem, miúda e recentemente confessados<sup>117</sup>.

Quanto à oração mental, não esqueçamos que a sua prática era o patamar básico indispensável na senda da união da alma com Deus e que Fr. Luís, jacobeu e, portanto, místico,

<sup>105</sup> *VPJMT*, 68, 71, 85, 92-93, 102-103, 108, 125, 132, 139 etc.

<sup>106</sup> *VPJMT*, 75, 84, 96, 110 e 119.

<sup>107</sup> *VPJMT*, 139.

<sup>108</sup> António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*, 139.

<sup>109</sup> *Ibidem*, 141.

<sup>110</sup> *Idem*, 142.

<sup>111</sup> *VPJMT*, 87.

<sup>112</sup> Fr. Afonso dos Prazeres, *Maximas espirituales e directivas para instrução mystica dos virtuosos e defesa apostolica da virtude*, tomo II, 439.

<sup>113</sup> Nunca em *VPJMT* aparece a expressão “violencias diabolicas”; aparece, sim, “vexacoes diabolicas”, nas pp. 33 e 111 e “vexacoes” nas pp. 67, 73, 93, 111-112 etc. A permissão de Deus, de que fala Prazeres, encontramos-la plasmada em inúmeras passagens, por exemplo: “Asim hia Deos suavizando os trabalhos de Sua serva e dando licenca ao Demonio para que lhe lavrasse a mais illustre coroa.” (*VPJMT*, 87). Ver igualmente pp. 20, 22, 40, 64, 71, 86-88 etc.

<sup>114</sup> António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*, 125.

<sup>115</sup> *VPJMT*, verbi gratia p. 77.

<sup>116</sup> Evergton Sales Souza, *Jansenisme et Réforme de l'Église dans l'Empire Portugais: 1640 à 1790* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004), 194.

<sup>117</sup> *Ibidem*, 194.



dominava toda a fenomenologia dos degraus superiores da contemplação.

Terá sido a partir de 1680, com Fr. António das Chagas, que a prática da oração mental pública, coletiva, se começou claramente a difundir em Portugal. O entusiasmo jacobeco por esta prática ficou possivelmente a dever-se, de início, a varatojanos (de quem os jacobeus foram sempre muito próximos) e, inclusivamente, algumas das principais figuras da Jacobeia saíram deste seminário de missionários apostólicos<sup>118</sup>. Um deles foi Fr. Gaspar da Encarnação, figura decisiva a partir dos anos 20 de Setecentos, cuja ligação a Fr. Luís e Fr. João já foi por nós estabelecida.

Como se sabe, não foi só em ambiente claustral que a oração mental se disseminou. Apesar de “todos os receios, suspeitas, reações e ajustamentos, simbolizados, em espaço ibérico, na publicação do sempre lembrado índice de Fernando de Valdés de 1559, a verdade é que o movimento de renovação e reforma da Igreja passara também pelo alargamento da oração mental metódica aos leigos e pela possibilidade de estes se familiarizarem na via do *recojimiento* e de acederem a uma experiência mística.”<sup>119</sup> Ora, a espiritualidade jacobeca tem a oração mental por imprescindível à vida devota, pelo que muito se empenharam os representantes do movimento na sua divulgação e alargamento à população em geral. E, se de outro argumento não dispuséssemos, é sabido que os jacobeus aconselhavam a oração mental a todos os fiéis e aproveitavam as pregações e o confessionário para fomentar a sua prática<sup>120</sup>.

Do apreço em ambiente jacobeco pela oração mental ou “conversação amorosa com Deus”<sup>121</sup>, poderão servir de exemplo as afirmações seguintes, de Fr. Francisco da Anunciação e Fr. Manuel de Deus, respetivamente: “se alguém afirmar, e disser, que o caminho da Oração mental he mais arriscado, ou que por elle he mais arriscada a salvação, a observância dos Mandamentos, a inteireza de Fè, e dos costumes, certamente deve ser denunciado ao Santo Officio [...] por injurioso ao Evangelho, a Igreja, as vidas, e doutrinas dos Santos que a aconselhão, e ensinão este caminho da Oração ao menos como mais santo, mais louvável, mais fácil, mais útil para a observância dos Mandamentos e alcance da salvação”<sup>122</sup> ou “a oração mental é o meio mais importante para observar os mandamentos da Lei de Deus”<sup>123</sup>.

Os jacobeus, contudo, se eram entusiastas em relação à oração mental, não deixavam de cultivar uma prudente casuística no que tocava a potenciais ilusões demoníacas, confundidas com favores do Senhor. O temor e o terror de serem as mercês afinal “iluzoes” do Demónio<sup>124</sup> andam frequentemente a par das repercussões da ‘praga’ do quietismo alumbrado no meio católico. Vive-se o medo dos falsos estados contemplativos e é a oração mental nas suas formas mais elevadas que origina os lances místicos tão temidos por alguns padres. Daí o caráter decisivo da figura do confessor.

Quando, nos anos 30 do século XVIII, Fr. Luís de Santa Teresa redige esta Vida está ao rubro a secreção de um ‘magma’ anti-contemplação, já incandescente de longa data. É líquido que a condenação, em 1687, de Miguel de Molinos teve um impacto decisivo na ‘atmosfera’ monástica. Contudo, antecedentes mais remotos avolumavam estes receios. Referimo-nos às velhas polémicas sobre o quietismo<sup>125</sup>, indissociáveis elas mesmas do próprio entendimento que o mundo católico teve da condenação do mestre aragonês. “Os casos de alumbradismo mani-

<sup>118</sup> *Idem*, 195.

<sup>119</sup> Pedro Vilas Boas Tavares, *Beatas, Inquisidores e Teólogos. Reação Portuguesa a Miguel de Molinos* (Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2005), 153.

<sup>120</sup> Evergton Sales Souza, *Jansenismo et Réforme de l'Église dans l'Empire Portugais: 1640 à 1790*, 196.

<sup>121</sup> Diz Fr. Manuel de Deus: “Oração mental he conversar amorosamente com Deos” (Fr. Manuel de Deus, *O pecador convertido ao caminho da verdade* (Lisboa: Officina Luisiana, 1781), 38. Note-se a semelhança entre esta expressão e os “amorozos coloqui[o]s” de que fala Fr. Luís de Santa Teresa na p. 159.

<sup>122</sup> Fr. Francisco da Anunciação, *Vindicias da virtude, e escarmento de virtuosos, nos publicos castigos dos hypocritas, dados pelo Tribunal do Santo Officio* (Lisboa Oriental: Officina Ferreyriana, 1725, tomo I), 298-299.

<sup>123</sup> Fr. Manuel de Deus, *O pecador convertido ao caminho da verdade* (Lisboa, 1744), 41.

<sup>124</sup> *VPJMT*, por exemplo, pp. 34-35, 56, 69, 87, 109.

<sup>125</sup> Sobre Literatura quietista e antiquietista, ver Eulogio de la Virgen del Carmen, “Literatura Espiritual del Barroco y de la Ilustración”, in *tomo II, Historia de la Espiritualidad* (Barcelona: Juan Flors ed., 1969), 353-381.

festados na Península desde a segunda década do século XVI haviam provocado, como se sabe, em nome da ortodoxia, acentuada desconfiança e reação anti-mística por parte dos eclesiásticos de formação mais acentuadamente intelectualista e ‘escolástica’.<sup>126</sup> A prática da contemplação, mormente na ‘modalidade’ oração de quietude, passa a ser olhada de soslaio. Isto acontece tanto mais quanto, como vemos, a título ilustrativo, em 1673, nos três autos de fé havidos em Lisboa, Coimbra e Évora saem condenadas monjas e pessoas “socialmente consideradas”<sup>127</sup>. O alumbradismo – e agora, mais genericamente, o quietismo molinosiano – tinha-se vindo a transformar, assim, em “‘espectro’ ameaçador, sempre rondando, a nível ibérico, os ambientes devotos”<sup>128</sup>.

Quando, em 1687, se publica em Portugal o edital com as 68 proposições condenadas de Molinos “um novo ‘espectro’, mais palpável, substituída o do sempre difuso e temido alumbradismo.”<sup>129</sup> A condenação de Inocêncio XI colocava uma vez mais a tónica na questão dos falsos místicos, em nome de uma ortodoxia posicionando-se contra a “concepção e praxe da vida espiritual norteada pelo objectivo de alcançar a união com Deus, postulando um estado adquirido de passividade, susceptível de anular ou mitigar a responsabilidade moral individual”<sup>130</sup>. Seguem-se condenações em 1711, 1720<sup>131</sup> e nos anos 30<sup>132</sup>. Não ignoremos, por outro lado, que a vacatura da Sé e o laxismo que a historiografia atribui ao Cabido de Braga deveriam estimular ainda mais as desconfianças místicas.

Outro traço tão característico da literatura jacobeca presente na Vida é a dicotomia tradicional entre espirituais e mundanos. Segundo uma ‘certa’ concepção jacobeca do Mundo, os homens dividem-se em dois grandes grupos: tibios, imperfeitos, carnis, mundanos e relaxados vs. virtuosos, pios, devotos, espirituais, perfeitos e beatos<sup>133</sup>. De resto, são termos que aparecem na Vida. Já demos a conhecer as acusações de ser o convento relaxado. “Carnais” e “mundanos” eram, por exemplo, os sujeitos de correspondências ilícitas, freiráticos, os que confundiam os “asaltos do Demónio por accidentes uterinos”<sup>134</sup> ou ainda criadas que alimentavam correspondências<sup>135</sup>. Referindo-se às religiosas do Convento, Fr. Luís divide-as claramente em duas fações, dois “ranchos”<sup>136</sup>.

Ressente-se igualmente desta cosmovisão jacobeca um desabafo como “Creyo que a de ser confuzão em o Dia do Juizo de muntos tibios que, apenas sentimos qualquer molestia, negarnos aos santos e piedozos exercicios e as obrigacões do nosso estado he logo a primeyra diligencia...”. Neste estado de coisas, não são de admirar, portanto, os desenganos lançados por Fr. Luís ao longo de *VPJMT*, como “em os bracos da serva de Deos espirou esta relegioza que, verdadeiramente, pode servir de dezemgano para fugir de mas compa[nhias]” ou «Bem pode[m] escarmentar em esta miseravel as que de novo emtram em os conventos e verem a que companhias

<sup>126</sup> Pedro Vilas Boas Tavares, *Beatas, Inquisidores e Teólogos. Reacção Portuguesa a Miguel de Molinos*, 24.

<sup>127</sup> *Ibidem*, 47.

<sup>128</sup> *Idem*, 36.

<sup>129</sup> *Idem*, 38.

<sup>130</sup> *Idem*, 43.

<sup>131</sup> *Idem*, 296-304.

<sup>132</sup> *Idem*, 307-313.

<sup>133</sup> António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*, 123.

<sup>134</sup> *VPJMT*, 14.

<sup>135</sup> *VPJMT*, 22.

<sup>136</sup> *VPJMT*, 22 e 80-81. “ainda que nelle avia algumas religiozas que vivião santamente, muntas erão raparigas, não tinham perlado porque a occazião era de Se vacante e avião mudado de trajes”; “avia em elle huma grande parte de relegiozas boas e observantes que não mudarão o habito com que professarão porem, [...] em professando alguma novica, logo a fazião por em aquela forma que, aumentando-se o numero das que andavão assim, extinguia-se totalmente a modestia do modo de trajar das demais”.

se chegam e com quem tratão, que daqui se lhes pode ocasionar o mayor bem ou originarselhe[s] a mayor ruína pois estamos em tão calamitozos tempos que he nesecario, para viver em a Caza de Deos, mayor cautela que para habitar em o mesmo mundo!”<sup>137</sup>, bem à guisa de um Fr. Francisco da Anunciação: “He não só conselho saudável, mas importantissimo avizo para a salvação, que o Religiozo, e Religioza se afaste na sua Commuidade, quanto puder em consciencia, e sem encontrar os Institutos monásticos, das Amizades, Companhias, Conversações, e trato das pessoas não só maas, mas túbias.”<sup>138</sup>

Jacobeicas são as diatribes de Fr. Luís contra os maus diretores de almas<sup>139</sup>, os “espantadissos”<sup>140</sup> de que fala o padre Manuel Bernardes ou um António Arbiol...

Os ‘beatos’ deveriam dedicar-se a um sem-número de práticas espirituais. Para além dos já tratados oração mental diária, exame de consciência e frequência dos sacramentos, apontavam “a presença de Deus, as jaculatórias, a mortificação dos vícios e das paixões, a abnegação da própria vontade, os jejuns, as disciplinas, a humildade, as obras de misericórdia, principalmente a correção fraterna, o zelo da salvação das almas, o conhecimento próprio, o desprezo do mundo, a modéstia no olhar, a pobreza e austeridade no vestir.”<sup>141</sup> Não deveriam ser menosprezadas a leitura de livros espirituais e as obras de superrogação<sup>142</sup>.

A caridade é, como facilmente se compreende, um pináculo cristão muito enfatizado pelos jacobeus. Assim o verificamos nas palavras de Fr. Francisco da Anunciação e de Fr. Afonso dos Prazeres: “O principal da vida espiritual consiste na caridade, na abnegação de si, na mortificação dos vícios e paixões desordenadas” e “a caridade é o vínculo da perfeição”<sup>144</sup>. São exercícios e virtudes que vemos praticados por D. Josefa e que, se por um lado, concorrem para a apreensão do perfil de santidade da biografada, por outro, confirmam o teor jacobeu do ministério espiritual de Fr. Luís<sup>145</sup>.

Para quem professa tanta austeridade e disciplina espiritual, poderia inferir-se que, segundo os jacobeus, bem poucos teriam acesso aos exercícios da vida beata. Assim não era. Apesar de “Pessimistas quanto ao número dos eleitos, trabalhavam na prática por assegurar a salvação de todos por meio dos exercícios da vida espiritual ou beata.”<sup>146</sup> Parece ecoar no jacobeu um apelo ao “velho e fundamental princípio da vocação de todos os crentes à santidade”<sup>147</sup>. Isso mesmo se deduz das palavras de Fr. Francisco da Anunciação:

“Todos os cristãos de qualquer estado que sejam estão obrigados debaixo de preceito a ser santos, perfeitos, imaculados, espirituais, inocentes, puros, inimigos do mundo, de tal sorte que, se em seus corações admitem afecto algum contra este preceito, pecam grave

<sup>137</sup> VPJMT, 147-148.

<sup>138</sup> Fr. Francisco da Anunciação, *Consulta mystico-moral sobre o habito de certas religiozas da Ordem de S. Clara Urbanas*, 128.

<sup>139</sup> VPJMT, 34.

<sup>140</sup> VPJMT, 117 e 120.

<sup>141</sup> António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*, 125.

<sup>142</sup> *Ibidem*, 125 e 126 respetivamente.

<sup>143</sup> Fr. Francisco da Anunciação, *Consulta mystico-moral sobre o habito de certas religiozas da Ordem de S. Clara Urbanas*, 50.

<sup>144</sup> Fr. Afonso dos Prazeres, *Consultas espirituas* (Lisboa: Miguel Manescal da Costa, 1745), 378.

<sup>145</sup> A abnegação da própria vontade, aliada ao dever de obediência e ao desprezo de si mesma, foram já abordadas. A pobreza e austeridade da serva de Deus estão documentadas na p. 92; a caridade, nas pp. 26, 51, 75 e 94; a leitura de livros espirituais, nomeadamente “hum livro de Santa Thereza”, na p. 97; o zelo na salvação das almas, por exemplo, na p. 139 de VPJMT. Quanto à presença de Deus, mortificações, jejuns, disciplinas, obras de superrogação, humildade, entre outros, todos corporizam uma arte de ser santa, cuja explanação não cabe neste artigo. Ver Maria Helena Cunha de Freitas Queirós, “D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.), director espiritual e biógrafo. A inacabada *Vida* de Josefa Maria da Trindade (O.S.B.)”, tomo I, Capítulo III. <sup>146</sup> António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e D. José I*, 124.

<sup>147</sup> Pedro Vilas Boas Tavares, *Beatas, Inquisidores e Teólogos. Reação Portuguesa a Miguel de Molinos*, 136.

<sup>148</sup> Fr. Francisco da Anunciação, *Vindicias da virtude, e escarmento de virtuosos, nos publicos castigos dos hypocritas, dados pelo Tribunal do Santo Officio*, 1726, tomo II, 137. De resto, estas afirmações não seriam inéditas, à época, devendo fazê-las remontar a uma linha de reivindicação de santidade em cada estado, indissociável de uma dignificação da condição de leigo na vida espiritual, (...)

ou levemente segundo a qualidade da matéria [...].<sup>148</sup>

A este respeito, há dois momentos em *VPJMT* que se conectam com a posição do jacobeu. Um, a possibilidade de entrada no Convento de “huma molher munto macanica e filha de huma mossa que avia sido de huma destas freyras – pouco importava isto, se tivesse vocação verdadeira –”<sup>149</sup>. Embora a questão se não coloque quanto ao estado, põe-se, sim, quanto à extração social. Ao defender a íntima vocação<sup>150</sup>, Fr. Luís posiciona-se em defesa de uma pureza nuclear da vida religiosa, mas simultaneamente sai em defesa de um alargamento da vida religiosa a outras camadas da sociedade que não tradicionalmente a nobreza.

Noutro momento, Fr. Luís faz um excuro sobre uma “molher de huma aldeia, orfa de pay e may” que, “em huma pobre cazinha, fazia huma santa vida”<sup>151</sup>. São apontadas virtudes como a caridade, o amor ao próximo, a humildade, o desprezo de si mesma e a abnegação da própria vontade; exercícios espirituais, oração, mortificações; assiduidade aos sacramentos (incluindo comunhão frequente), observância da obediência ao seu confessor. Tudo tópicos presentes nos maiores baluartes de santidade monástica. Alcançou uma boa-morte, demonstrando paz e alegria nesses derradeiros momentos e até “ficou fermosa e com sinaes da gloria que foy gozar diante de Deos.”<sup>152</sup> O episódio é, desta forma, orientado para o enaltecimento da biografada, mas pode concomitantemente, ilustrar a defesa da possibilidade de se ser ‘santo’ em qualquer estado e a valorização por parte dos jacobeus da generalização dos meios da Salvação a todas as camadas da sociedade, numa época em que “a espiritualidade daqueles que viviam no século continuaria marcada pela sombra do claustro e pelo ascendente do modelo religioso, ainda que se proclamasse que cada um se podia salvar no seu estado.”<sup>153</sup>

Sabemos por Fr. Francisco da Anunciação que “beatice”<sup>154</sup> e “públicas beatarias”<sup>155</sup> eram dois nomes em voga para exercícios da vida devota (oração mental, frequência dos sacramentos, particularmente comunhão e penitência, superrogações etc). Mundanos aqueles de cujas bocas saíam estas “contumélias”. É destes remoquees que se ressentia o agostinho quando vociferava:

“Temão pois os Prégadores não exercitem contra as hypocrisias, a hypocrisia das hypocrisias, porque então se os outros forem hypocritas, elles poderão ser chamados os hypocritas dos hypocritas. E temamos todos (como podemos temer) que no dia do juízo sejamos pertencentes á parcialidade dos hypocritas [...]. Por mais, que cá pelos pulpitos pregoemos as nossas antypathias com o vicio da hypocrisia.”<sup>156</sup>

Mesmo os ‘epítetos’ de que D. Josefa é alvo (“hipocrita e embusteira”, “hipocrita e santarona”, “Santa do Demonio”, “hipocrita e beata do Inferno”<sup>157</sup>) são exatamente alguns daqueles

(...) que, segundo Philippe Ariès, foi germinando nos finais do século XVI, com a *Philotee* de São Francisco de Sales, ou, no século XVII, com os senhores de Port-Royal. Ver Pedro Vilas Boas Tavares, *Beatas, Inquisidores e Teólogos. Reacção Portuguesa a Miguel de Molinos*, 137.

<sup>149</sup> *VPJMT*, 144.

<sup>150</sup> Motivo que percorre toda a obra. Comparece, como seria de esperar, na argumentação a favor do caráter de eleição de Josefa Maria da Trindade. Ver *VPJMT*, 26 para um contraexemplo de falta de vocação para a vida religiosa.

<sup>151</sup> *VPJMT*, 93.

<sup>152</sup> *VPJMT*, 94.

<sup>153</sup> Pedro Vilas Boas Tavares, *Beatas, Inquisidores e Teólogos. Reacção Portuguesa a Miguel de Molinos*, 137.

<sup>154</sup> Fr. Francisco da Anunciação, *Vindicias da virtude, e escarmento de virtuosos, nos publicos castigos dos hypocritas, dados pelo Tribunal do Santo Officio*, tomo II, 459.

<sup>155</sup> No Sexto Dictame de uma outra obra, diz o mesmo autor “Hum bom meio para mortificar a vaãgloria he fazer obras publicas de virtude, que o mundo chama publicas Beatarias.” De resto, todo o Título Decimo é dedicado a esta questão. *Ibidem*, 68.

<sup>156</sup> Fr. Francisco da Anunciação, *Vindicias da virtude, e escarmento de virtuosos, nos publicos castigos dos hypocritas, dados pelo Tribunal do Santo Officio*, 456-457.

<sup>157</sup> *VPJMT*, 52, 102, 25 e 103 respetivamente. Para outras acusações de hipocrisia, ver pp. 23, 103 e 145.

com que, na época, se apodava os jacobeus ou seguidores da sua espiritualidade austera, acusações que evidenciam a clássica divisão dicotómica entre “beatos” e “mundanos”, tornando-se, igualmente, espelho de uma época impregnada de receios de falsos estados místicos.

Não quisemos dar por encerrada a questão da ligação de Fr. Luís de Santa Teresa ao movimento da *Jacobeia*, simplesmente na assunção das relações clientelares existentes com Fr. Gaspar de Moscoso. Pretendemos, assim, mostrar como esta Vida apresenta todo um modelo de santidade ‘à jacobeu’.

### III – Conclusão

Quem lê *VPJMT*, não observa Fr. João da Cruz no proscénio dos acontecimentos. No entanto, a exploração das biografias dos irmãos carmelitas permite adivinhá-lo nos bastidores, na retaguarda de Fr. Luís, com quem mantinha tão estreitos vínculos. Entrevemos os porquês da nomeação para o priorado dos carmelitas descalços de Braga. Vem ao de cima a sensibilidade jacobea de Luís de Santa Teresa, transparecendo um plano de coerência com o disciplinador Moura Teles, o que se integraria certamente numa estratégia régia de acrisolamento da piedade e depuração da religião.

Por outro lado, ambos poderiam servir os desígnios de D. João V num novo ciclo do episcopado, numa prática que exemplifica a entrega de bispados ultramarinos a quem se encontrava no círculo de influência de Fr. Gaspar da Encarnação e da Jacobeia. E, findo o período de influência do jacobeu na corte, também se poderá explicar assim a ‘desgraça’ de Fr. Luís, a que seu irmão terá escapado por escassos anos de diferença.

Ao tomarmos o caminho da exploração da espiritualidade de um bispo através do texto bio-hagiográfico que escreveu sobre uma religiosa, concluímos que, se é um retrato da subida do Monte da Perfeição por uma beneditina, é-o igualmente do próprio biógrafo e confessor, na sua proposta de santidade e nas especificidades da relação de dirigismo espiritual. E é-o, por assimilação, também do seu irmão. Um autor se revela naquela que é uma *Vida* de uma monja e, simultaneamente, um (auto)retrato dos irmãos carmelitas em Braga.



Paula Almeida Mendes\*

## **A partilha do espírito em Portugal nos séculos XVI e XVII: entre práticas devotas e redes familiares**

**R E S U M O** | *Tendo como pano de fundo a questão da leitura de obras de espiritualidade, entre os séculos XVI e XVII, em Portugal, especialmente de “vidas devotas”, e pretendendo chamar a atenção para as suas dedicatórias, este estudo vem levantar, com base na análise de três “vidas devotas”, editadas entre 1570 e 1625 e dedicadas a duas importantes figuras femininas da época – D. Juliana de Lara e Meneses, duquesa de Aveiro, e D. Ana de Lencastre, comendadeira do mosteiro de Santos –, algumas questões que se prendem não só com as leituras e as práticas espirituais ou devotas, mas também com as relações dos autores e/ou das várias ordens religiosas com influentes famílias, sobretudo com as figuras femininas dessas famílias.*  
*Palavras-chave: Leituras; Biografias devotas; Redes familiares.*

**A B S T R A C T** | *The background of this study is the problem of the reading of works on spirituality, in XVI-XVII centuries, in Portugal, especially “devote lives”, and intending to draw attention to their dedication, and exposes, based on the analysis of three “devote lives”, published between 1570 and 1625 and dedicated to two important female figures of the time – D. Juliana de Lara e Meneses, duchess of Aveiro, and D. Ana de Lencastre, comendadeira of the monastery of Santos – some questions concerning both the readings and spiritual or devotional practices, and the relations of authors and/or religious orders to influential families, especially with the female figures of these families.*  
*Keywords: Readings; Devote biographies; Familiar networks.*

1. Atualmente, os estudos de história da espiritualidade em Portugal deparam-se ainda, apesar dos diversos contributos das últimas décadas, com certas limitações. Embora “enfermando” de alguns males, a história da espiritualidade tem vindo a ser, paulatinamente, (re)valorizada em alguns estudos, não só históricos, como também literários, que têm questionado muitas incertezas e lacunas nesta área, o que tem permitido, deste modo, levantar questões importantíssimas para a perceção do que podem ter sido as “correntes do sentimento religioso” ou as práticas espirituais e devotas em Portugal na Época Moderna. Uma dessas questões relaciona-se estreitamente com as leituras e, de forma mais geral, com a circulação de obras e de correntes de espiritualidade, não só europeias, como também de “feição” mais nacional, resultantes de uma contextualização social e religiosa específica. O extremamente complexo estudo das leituras dos variadíssimos

---

\* Bolseira de Doutoramento da FCT

tipos de obras ou textos de espiritualidade na Época Moderna (que passa, obviamente, pela tentativa de saber não só quem lia ou poderia ler, mas também o como, o quando e o porque se lia) apresenta-se, assim, como um fecundíssimo campo de investigação, sobretudo se for articulado com outras vertentes da *partilha do espírito* ou diferentes modos de vivência religiosa.

Neste estudo, tomámos como ponto de partida a questão do interesse e da “partilha” feminina das leituras e das práticas espirituais e devotas nas últimas décadas do século XVI e nas primeiras décadas do século XVII português, elegendo como objeto de estudo “vidas devotas”<sup>1</sup>, tentando chamar a atenção, sobretudo, para alguns aspectos relacionados com a produção e a circulação de obras de espiritualidade (nomeadamente hagiográficas) e para algumas questões como as práticas espirituais e devotas desta época.

Deste modo, a questão concreta que começámos por tratar prende-se com a existência, no período compreendido entre as últimas décadas do século XVI e as primeiras décadas do século XVII, de destinatários femininos, nomeadamente da alta nobreza, de algumas obras de espiritualidade, especialmente de “vidas” de religiosos “ilustres em virtude” e que faleceram com *fama sanctitatis*. Esta abordagem passou pela leitura e pela análise das dedicatórias dessas obras a ilustres figuras da época, hoje em dia praticamente desconhecidas. Embora as dedicatórias, assim como os outros paratextos<sup>2</sup>, das obras desta época devam ser lidas com o resguardo que exige, muitas vezes, a necessidade de proteção (política e religiosa) ou de apoio material que determinava a escolha de muitas figuras para protectores das obras, só o facto de, muitas vezes, revelarem relações pessoais fortes com as mesmas – que motivaram, por exemplo, a dedicatória como acto de gratidão – constitui, por si, um indicador importante das complexas redes que uniam não só elementos do clero, como também leigos, a importantes figuras da nobreza da época, nomeadamente, como dissemos, a relevantes figuras femininas nobres<sup>3</sup>.

Assim, seleccionámos três obras, que podemos inscrever no filão da literatura de espiritualidade, editadas entre 1570 e 1625, e que foram dedicadas a duas grandes senhoras:

- A D. Juliana de Lara e Meneses, duquesa de Aveiro, dedicou André de Resende *Ha Sancta Vida, e religiosa conversão de Fr. Pedro Porteiro do Mosteiro de Sancto Domingos de Evora* (1570)<sup>4</sup>;

- A D. Ana de Lencastre foi dedicada, por Fr. Jerónimo Correia (O.P.), a *Vida da serenissima princesa D. Joana, filha del-rei D. Afonso V de Portugal do dominicano* Fr. Nicolau Dias (1585)<sup>5</sup>, e pelo Padre Manuel da Veiga (S.J.) o *Tratado da vida, virtudes e doutrina admiravel de*

<sup>1</sup> A caracterização das obras que seleccionámos como “vidas devotas” resulta não só das suas características internas, mas também da comunhão dessas características com as de outras “vidas” de finais do século XVI e do século XVII que, não sendo obras hagiográficas no sentido estrito do termo, partilham com estas idênticos propósitos edificantes e exemplares (quando não os mesmos paradigmas de virtude e santidade), pelo que a “vida” ou “biografia devota” se pode incluir entre as “formas” da hagiografia, ainda que, muitas vezes, não se possa com ela confundir. Cf. Maria de Lurdes Correia FERNANDES, “Entre a família e a religião: a «Vida» de João Cardim (1585-1615)”, *Lusitania Sacra* (2ª série, 5, 1993), 94.

<sup>2</sup> Por paratexto entende-se todos os elementos que acompanham o texto principal, tais como prólogos, prefácios, dedicatórias, privilégios, licenças, protestações, poemas laudatórios ou gravuras. O termo foi introduzido por Gérard Genette, que o definiu como “le lieu privilégié de la relation pragmatique entre l'oeuvre et son lecteur” (Gérard GENETTE, *Palimpsestes. La littérature au second degré* (Paris: Éditions du Seuil, 1982), 9. A importância e a pertinência dos estudos paratextuais tem vindo a ser reconhecida, tendo estes adquirido uma certa legitimidade no campo da investigação literária. Veja-se, a propósito, *Paratextos en la Literatura Española (siglos XV-XVIII)*, estudios reunidos por María Soledad ARREDONDO, Pierre CIVIL y Michel MONER (Madrid: Casa de Velásquez, 2009).

<sup>3</sup> Maria de Lurdes Correia FERNANDES, “Recordar os «Santos vivos»: leituras e práticas devotas em Portugal nas primeiras décadas do século XVII”, *Via Spiritus* (I, Porto, 1994), 136. Até ao século XVIII, antes da existência de um significativo mercado do livro, que permitiu ao autor alcançar uma certa independência económica, o mecenatismo e o clientelismo eram práticas muito comuns e, apesar das diferenças que as separam (aquele mais pautado pela lógica do reconhecimento, este pela lógica do serviço), asseguravam sempre ao escritor a possibilidade de se “abrigar à sombra” de uma figura importante, a qual garantia uma certa protecção económica e, em muitos casos, até mesmo religiosa e política. Veja-se, a propósito, Alain VIALA, *Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature à l'âge classique* (Paris: Les Éditions de Minuit, 2003), 52-70.

<sup>4</sup> Editada em Évora, por André de Burgos. Esta “Vida” foi traduzida na língua latina por Fr. Estêvão de SAMPAIO (O.P.), com alguns aditamentos, e saiu na obra intitulada *Thezaurus arcanus Lusitanis gemmis refulgens* (Parisii: apud Thomam Perier, 1586).



*Simão Gomes, português vulgarmente chamado o Çapateiro Santo (1625)*<sup>6</sup>.

## 2. Começemos por situar social e cronologicamente a dedicatória de *Ha Sancta Vida, e religiosa conversão de Fr. Pedro Porteiro do Mosteiro de Sancto Domingos de Evora*.

D. Juliana de Lara e Meneses era filha de D. Pedro de Meneses, III marquês de Vila Real, e de D. Brites de Lara (filha esta de D. Afonso, VIII Condestável de Portugal, e de D. Joana de Noronha) e foi casada com D. João de Lencastre, I duque de Aveiro, filho de D. Jorge, II duque de Coimbra, e de D. Beatriz de Vilhena<sup>7</sup>. A razão da dedicatória desta obra de André de Resende a D. Juliana parece-nos prender-se com o fato de este ter sido mestre desta senhora e do seu irmão, D. Miguel de Meneses, conde de Alcoutim, durante a puerícia, para os quais compôs uma “arte de gramática”, intitulada *De uerborum coniugatione commentarius*<sup>8</sup>, mas também com o cuidado e a preocupação que aquela e o seu marido votavam “às cousas tocantes à piedade e religião”<sup>9</sup>. O próprio André de Resende, que, ainda na adolescência, professou na Ordem dos Pregadores, foi, talvez por influência de sua mãe, devoto de Frei Pedro<sup>10</sup>, “santo religioso natural e filho”<sup>11</sup> de Aveiro, e o fato de dedicar a obra a D. Juliana é bastante significativo pelo que pode revelar do gosto desta senhora por estas leituras e do crédito que ela daria à própria devoção dos santos, pedindo-lhe que receba “este serviço com aquele zelo cristão e religiosa piedade que de seus avós e padres em herança lhe coube e pertence haver em casa, de sangue católico e real tão ornamentada”<sup>12</sup>. De fato, na família paterna de D. Juliana não faltavam exemplos de figuras que se pautavam por modelos de comportamento virtuoso ou devoto. Conta-nos o cronista Fr. Martinho do Amor de Deus que o seu avô paterno, D. Fernando de Meneses, II marquês de Vila Real, ia ao convento de Nossa Senhora da Ínsua, de religiosos franciscanos, “o que repetidas vezes fazia com tal extremo de devoção, que já a Hospedaria pela sua assistência lhe chamavão a casa do Senhor Marquez, empregando-se com Deos tão fervoroso, que em tudo concorria com os Religiosos, ainda fóra do Coro nos exercícios do trabalho temporal, passando a servir os Frades pondolhe na mesa os pratos, passando depois do Refeitório à cosinha para lavar a louça, pondo de parte a compostura, desprezando o adorno, se enfeitava tomando por habito os officios mais humildes, pois em todos se empregava na companhia dos Noviços.”<sup>13</sup>. Por sua vez, informa-nos Fr. Luís dos Anjos, no seu *Jardim de Portugal* (1626), que D. Leonor de Noronha, irmã do pai de D. Juliana de Lara e Meneses, “amou muito o recolhimento que nas mulheres é princípio de todo bem”, imitando, assim, a Virgem Maria, além de se ter dado muito “às boas letras, pelo que veio a escrever e imprimir alguns tratados ao modo de homilias, exprimindo

<sup>5</sup> Impressa em Lisboa, por António Ribeiro, e reeditada, pelo mesmo Impressor, em 1594. Existe uma edição fac-similada da 1ª edição, com introdução do P. João Gonçalves GASPAR (Aveiro, 1987).

<sup>6</sup> Impressa em Lisboa, por Mateus Pinheiro. Esta obra foi reeditada em Lisboa, por Francisco Villela, 1673; Lisboa, por Pedro Ferreira, 1723; Lisboa, por José Filipe, 1759.

<sup>7</sup> D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II (Coimbra: Atlântida, 1946), 291-292, e tomo XI (Coimbra: Atlântida, 1953), 30-31; Afonso Eduardo Martins ZUQUETE, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II (Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1989), 342-343, e vol. III, 527.

<sup>8</sup> Olisipone: apud Lodouic Rhotorigium, 1540.

<sup>9</sup> André de RESENDE, *Ha Sancta Vida, e religiosa conversão de Fr. Pedro Porteiro do Mosteiro de Sancto Domingos de Evora*, *op.cit.*, 155.

<sup>10</sup> *Ibidem*, 201.

<sup>11</sup> *Idem*, 156.

<sup>12</sup> *Idem*, 156.

<sup>13</sup> Fr. Martinho do AMOR DE DEUS (O.F.M.), *Escola de Penitencia, caminho de perfeição, estrada segura para a vida eterna. Chronica da Santa Provincia de S. Antonio da Regular e Estreita Observancia da Ordem do Serafico Patriarca S. Francisco, no Instituto Capucho neste Reyno de Portugal*, tomo I (Lisboa Occidental: na Oficina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1740), 73-74.

principalmente a grande devoção que tinha ao Santíssimo Sacramento do altar, ao qual recebia depois de muita preparação de sua alma, pelo que foi mui ilustre em virtudes, (...) que deu maravilhoso exemplo com seus contínuos estudos às donzelas ilustres deste reino acerca de quão bem hão-de empregar o tempo e a quem hão-de dirigir os suspiros do peito, as palavras que falam e os avisos que escrevem com sua pena”<sup>14</sup>. Viveu em “perpetua castidade” e faleceu com opinião de “santidade”, em 1563, e está sepultada no mosteiro de São Domingos de Santarém, na capela de Jesus<sup>15</sup>.

A relação de D. Juliana de Lara e Meneses com os religiosos dominicanos é recordada por Fr. António da Piedade, no primeiro tomo do seu *Espelho de Penitentes, e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida, da regular e mais estreita observância da Ordem do Serafico Patriarcha S. Francisco, no Instituto Capucho*<sup>16</sup>: “Desta estimação deu hum abonado testemunho em certa occasião, quando dizendo-lhe hum Religioso da esclarecida Ordem de meu Padre S. Domingos, então Prior do seu Convento de S. Sebastião na villa de Setuval, que sua Excellencia senão lembrava mais que dos seus Arrabidos, lhe respondeu: «Padre Prior, não tem a Ordem de S. Domingos mayor devota sua do que eu sou»”<sup>17</sup>. Este Autor evoca também as “heróicas virtudes” praticadas por esta ilustre senhora, nas quais perseverou no estado de viúva, entre as quais se contavam a “consolação dos pobres” e as “grandiosas, e continuas esmolos com que os socorria”: efetivamente, “treze mil cruzados se costumavão dispender todos os annos nestra illustre Casa [de Aveiro] com os pobres, e além delles, não se podiaõ averiguar quantos seriaõ os que esta Senhora distribuia; como também se não soube nunca a conta das Missas, que mandava dizer cada anno pelas Almas do fogo do Purgatorio, e só se sabe com certeza, que eraõ muitas mil, e que affirmava lhe pareciaõ sempre poucas, pela ancia com que desejava aliviallas daquellas tão acerbos, e crueis penas, com que temporalmente satisfazem à Justiça Divina pelos defeitos, que commetterão nesta vida”<sup>18</sup>.

A figura de D. Juliana de Lara e Meneses surge-nos também relacionada com o trânsito nacional de relíquias. Com efeito, em 1569, o Padre Geral do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra informou o capítulo que a duquesa D. Juliana e a sua cunhada D. Helena de Lencastre, comendadeira do mosteiro de Santos, “lhe tinham pedido com muita instancia lhe fizesse caridade de algumas relíquias” dos Mártires de Marrocos; o capítulo, “sabendo quanta era avalia destas senhoras”, acedeu a que a duquesa de Aveiro e a comendadeira de Santos recebessem as cobiçadas relíquias dos Mártires de Marrocos<sup>19</sup>, cujo destino provável deverão ter sido os oratórios destas grandes senhoras.

Por outro lado, na família do marido de D. Juliana não faltavam exemplos de proximidade com os dominicanos. Com efeito, é importante relembrar que D. João de Lencastre, I duque de Aveiro, era sobrinho-neto da princesa D. Joana, filha do seu bisavô, o rei D. Afonso V, irmã do seu avô paterno, o rei D. João II e educadora de seu pai, D. Jorge de Lencastre, religiosa que floresceu em “insignes virtudes” e “santidade” no mosteiro de Jesus, em Aveiro, de religiosas dominicanas. Da ligação piedosa aos religiosos dominicanos deixaram também memória o seu pai D. Jorge de Lencastre, II duque de Coimbra, e a sua mãe, a duquesa D. Brites de Vilhena, através

<sup>14</sup> Fr. Luís dos ANJOS (O.E.S.A.), *Jardim de Portugal*, edição de Maria de Lurdes Correia FERNANDES (Porto: Campo das Letras, 1999), 243-244. D. Leonor de Noronha traduziu também, de latim para português, a *Corónica geral de Marco António Cocio Sabélico des o começo do mundo até nosso tempo*, impressa em Coimbra, em 1550.

<sup>15</sup> D. António Caetano de SOUSA, op. cit., tomo V (Coimbra: Atlântida, 1948), 121.

<sup>16</sup> Editado em Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1728.

<sup>17</sup> António da PIEDADE (O.F.M.), op. cit., 87.

<sup>18</sup> *Ibidem*, 87.

<sup>19</sup> *Atas dos capitulos do mosteiro de Santa Cruz*, publicadas por Mário Brandão, (Coimbra, 1946), 85-86.

da fundação do mosteiro de São João de Setúbal, o qual “se povoou a 24 de Julho do anno de 1529, entrando nelle tres filhas suas”, a saber: D. Maria de Lencastre, D. Filipa de Lencastre e D. Isabel de Lencastre<sup>20</sup>.

D. João de Lencastre deu também mostras da sua devota ligação aos dominicanos, ao oferecer, generosamente, muitas e importantes somas para a conclusão da construção do novo convento de São Domingos, em Coimbra, em cuja capela-mor foi sepultado, em 1571<sup>21</sup>.

A figura do duque D. João de Lencastre está também ligada à fundação da Província da Arrábida de religiosos capuchos. De acordo com José Sebastião da Silva Dias, o duque encontrava-se em Guadalupe, onde fora em romagem, com Fr. Martinho de Santa Maria, professo de um convento italiano de capuchos barbados. Edificado com a sua conversa e o seu exemplo, convidou-o para logo para se estabelecer em Portugal. Em 1539, obtidas as licenças necessárias, instalou-se Fr. Martinho no convento de Arrábida com o seu companheiro. Aí se lhe juntaram alguns observantes portugueses de vida mais austera, destacados pelo Provincial a pedido de D. João. Porém, os companheiros partiram pouco depois – ou por inadaptação ao extremo rigorismo ali seguido, ou por influência dos Padres da Observância, como parece mais provável. O duque não desanimou com o revés. Efetivamente, depressa chegou a Portugal Fr. Francisco de Pedrahitá, um dos grandes penitentes daquela época: e lembrando-se da impressão que S. Pedro de Alcântara lhe deixara no espírito quando estivera em Lisboa a convite de D. João III, procurou a sua transferência para a Arrábida, o que veio a acontecer em 1541 ou 1542, acompanhado do insigne Fr. Juan de Águila<sup>22</sup>. O duque de Aveiro fundou também o convento que estes religiosos tiveram em Liteiros, junto a Torres Novas. A influência capucha foi enorme em toda a segunda metade do século XVI. Alcançou não só as massas populares, sempre sensíveis às expressões sinceras da penitência e da humildade, mas a própria classe dirigente, através das Casas de Bragança e de Aveiro e de personagens destacados do meio político ou intelectual, como Lourenço Pires de Távora, Francisco de Sousa Tavares, D. Álvaro de Castro, Diogo de Paiva de Andrade, etc. O seu contributo não foi alheio, antes pelo contrário, à formação da piedade austera e voluntarista da época triunfante da Contra-Reforma<sup>23</sup>.

O cronista Fr. António da Piedade realça também algumas virtudes do duque, tais como a sua prudência e caridade, sem deixar de fazer referência que este confessou mesmo aos primeiros religiosos arrábidos o amor extremado que nutria por esta religião, “significando-lhes muitas vezes o desejo, que tinha de os acompanhar naquelle modo de vida”<sup>24</sup>.

D. João de Lencastre relacionou-se também com os religiosos jesuítas, especialmente com o Padre Mestre Simão Rodrigues, de quem foi devoto e acérrimo protetor na corte portuguesa. Contamos o cronista jesuíta Padre Baltasar Teles que o duque “lhe cobrou tam particular afeição, que aonde o encontrava lhe fazia notavel honra, & no meyo da rua se apeava, com mostras de grande respeito, & sinaes de grande benevolencia”<sup>25</sup>.

<sup>20</sup> D. António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, tomo XI, 12; 20.

<sup>21</sup> *Ibidem*, 34-35.

<sup>22</sup> José Sebastião da Silva DIAS, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, tomo I (Universidade de Coimbra, 1960), 148-149. Veja-se também: Fr. António da PIEDADE (O.F.M.), *op. cit.*, 14-15; 29-30; 34-35.

<sup>23</sup> *Ibidem*, 155. “Os capuchos estavam completamente imbuídos do misticismo estático, visionário, diabólico, dos fins da Idade Média. Devido à sua prática ascético-mística, os capuchos foram algumas vezes olhados de soslaio, suspeitos de afinidades com os iluminados, como os seus antecessores o tinham sido de conexos com as beguinias e os begardos. Para essa fama, além de particulares circunstâncias, concorreram os vínculos mentais de muitos deles com o velho espiritualismo franciscano” (*Ibidem*, 152-153).

<sup>24</sup> Fr. António da PIEDADE (O.F.M.), *op. cit.*, 55-56.

<sup>25</sup> Pe. Baltasar TELES (S.J.), *Chronica da Companhia de Iesu nos Reynos de Portugal; e do que fizeram, nas conquistas d’este Reyno, os Religiosos, que na mesma Provincia entraram, nos annos em que viveo S. Ignacio de Loyola, nosso Fundador. Primeira Parte* (Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1645), 135-136; Francisco RODRIGUES (S.J.), *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo I, volume II (Porto: Apostolado da Imprensa, 1931), 13; 134; 161-162; 167-168; 174; 183-184.

Valerá também a pena lembrar que D. João de Lencastre e duas irmãs suas, D. Helena e D. Isabel de Lencastre, estiveram no centro da proteção não apenas aos arrábidos e à Companhia de Jesus, mas também a círculos de “iluminados” e de outra “gente espiritual” nem sempre tidos por de ortodoxia segura<sup>26</sup>. Segundo José Sebastião da Silva Dias, o iluminismo divulgou-se em Lisboa e seus arredores através dos círculos de beatas existentes em vários pontos. Esses círculos eram constituídos, geralmente, por mulheres do povo, mas também incluíam, por vezes, homens de condição modesta, como Simão Lopes, antigo esmoler do duque de Aveiro, e Simão Gomes<sup>27</sup>, sapateiro do Cardeal D. Henrique, e, em alguns casos, eram presididos por senhoras de alta hierarquia e dirigidos espiritualmente por frades capuchos ou agostinhos. O círculo de Santos, por exemplo, gozava da proteção dedicadíssima da já referida comendadeira D. Helena de Lencastre e de sua irmã D. Isabel de Lencastre<sup>28</sup>. O beatério que gravitava à roda da comendadeira de Santos era também marcado pela presença assídua do arrábido Fr. Francisco da Porciúncula<sup>29</sup> e de Isabel Fernandes, que se tornou numa espécie de oráculo daquele círculo<sup>30</sup>.

### 3. Contextualizemos, agora, social e cronologicamente, D. Ana de Lencastre.

D. Ana de Lencastre, Comendadeira do mosteiro de Santos, o Novo, era filha de D. Luís de Lencastre, comendador da Ordem de Avis, irmão de D. João de Lencastre, I duque de Aveiro, e de D. Madalena de Granada; era, portanto, neta de D. Jorge de Lencastre, II duque de Coimbra, e bisneta de D. João II<sup>31</sup>. Dela se conta que foi uma senhora de “muyta autoridade, & de muyta reputação (...) & virtude”<sup>32</sup> e, como tal, muito respeitada pelo Cardeal-Infante D. Henrique e por Filipe II. De acordo com o agostiniano Fr. Agostinho de Santa Maria, D. Ana

“entrou a tomar o habito, devia ser pouco antes do anno de 1578. (...) esta senhora era rica,

<sup>26</sup> Acentuando o desconhecimento – que ainda hoje persiste quanto ao «saber» aprofundado da natureza e consequências – José Sebastião da Silva Dias definiu o «iluminismo» como «uma corrente de sentimento religioso tipicamente popular. Nasceu da ânsia perfectista que perpassou em alguns sectores da vida portuguesa nos três primeiros quartéis do século XVI. Representa entre a gente simples do povo uma tendência análoga à dos reformadores congreganistas, dos intelectuais erasmianos e dos espirituais pietistas entre as outras camadas da população. O seu movimento no nosso país é, contudo, praticamente desconhecido.» (José Sebastião da Silva DIAS, *op. cit.*, 363). Contudo, é importante relembrar que a influência do alumbradismo espanhol foi, sem dúvida, um dos fatores determinantes para a formação e a definição da corrente iluminista em Portugal. No *alumbradismo* espanhol, largamente estudado por Álvaro HUERGA (O.P.), em *Historia de los Alumbrados*, 5 volumes (Madrid: Fundación Universitaria Española, 1978), poder-se-ão distinguir três importantes momentos: o primeiro, que surge no primeiro quartel do século XVI, sobretudo em Toledo, combatido e condenado pela Inquisição, através do famoso Édito de 1525; o segundo, que ocorre por volta de 1570, na Estremadura; e o terceiro, cujo foco se regista em Sevilha, em 1623. Como sublinha Pedro Vilas Boas Tavares, em *Beatas, Inquisidores e Teólogos. Reacção Portuguesa a Miguel de Molinos* (Porto: CIUHE, 2005), 24, “os casos de *alumbrados* manifestados na Península desde a segunda década do século XVI haviam provocado, como se sabe, em nome da ortodoxia, acentuada desconfiança e reacção anti-mística por parte dos eclesiásticos de formação mais acentuadamente intelectualista e «escolástica», como o teólogo Melchor Cano (O.P.). Ainda segundo este Autor, apesar da inexistência, em Portugal, de casos efetivamente catalogados como de *alumbradismo*, “não pode, por outro lado, deixar de impressionar que a acusação de *alumbrado* continuasse por então, deste lado da Península, a ser algo confusamente temido e esgrimido, como fantasma apontado à gente devota, sobretudo se confiante e entusiasta da oração mental praticada” (*op. cit.*, 20).

<sup>27</sup> Sobre a figura de Simão Gomes, conhecido como o “Sapateiro Santo, debruçar-nos-emos adiante.

<sup>28</sup> José Sebastião da Silva DIAS, *op. cit.*, 377.

<sup>29</sup> Segundo José Sebastião da Silva DIAS, foi Fr. Francisco da Porciúncula quem serviu de assistente eclesiástico, durante vários anos, ao movimento iluminista em Portugal, “no desempenho de uma missão gratuita, imposta só pela vontade de promover a vida devota e os exercícios de sobrerrogação na roda mais vasta possível de fiéis cristãos” (*Ibidem*, 397).

<sup>30</sup> *Idem*, 381-382.

<sup>31</sup> D. António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, tomo XI, 121-123.

<sup>32</sup> Fr. Agostinho de SANTA MARIA (O.S.A.), *Historia tripartita comprehendida em três tratados. No primeiro de descrevem as vidas, & os gloriosos triumphos dos Santos Martyres, Verissimo, Maxima, & Julia, suas Irmãs Padroeyros de Lisboa, & do Real Mosteyro de Santos. No segundo se dá noticia da vinda, & Prêgação do Apostolo Santiago às Hespanhas, & do principio, & origem da sua esclarecida Ordem, & de seus nobilissimos Mestres até a sua separação, & eleyção dos Mestres Portuguezes. No terçeyro se descrevem os principios do Real Convento de Santos, & a noticia de suas Illustres Comendadeyras, desde o ano de 1212 até os nossos tempos* (Lisboa Occidental: na Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1724), 446.

porque além da razão que a casa costuma dar ás Comendadeyras, tinha alguns quatro mil cruzados de renda annual, que naquelle tempo não era pouca fazenda: porque lhe fizerão os Reys de Hespanha Felipe o II & seu filho Felipe o III quando erão senhores de Portugal, muytas mercês pelo muyto que a veneravão, & tudo gastava em utilidade daquelle seu Mosteyro, de que era Prelada. Era muyto devota do culto Divino, & desejava muyto que tudo se obrasse com grande perfeição, & aceyo. Ajuntou muytas reliquias, & muyto notaveis (...). Estas colocou em h a muyto preciosa, & grande cruz de prata dourada de muyto pezo, & de singular feytio, a qual se costuma pôr na Igreja nos dias da Exaltação, & Invenção da Santa Cruz, & no dia do seu Patrão Santiago, & além desta fez outra Cruz mais pequena, aonde se vem também outras Reliquias, & hum dente do mesmo Santo Apostolo Patrão das Hespanhas com três ossos dos Santos Martyres, Verissimo, Maxima, & Julia. Tudo quanto podia, despendia no augmento, & adorno da sua Igreja; porque tinha particular gosto, de que nosso Senhor fosse servido com grandeza, & perfeição. Os seus desejos todos erão de augmentar aquella casa não só na riqueza de preciosas peças, ricos ornamentos, & alfayas, mas nas virtudes, & observância em que foy muyto zelosa, & solícita<sup>33</sup>.

Faleceu, ao que parece, em 1623 ou 1624.

Fr. Jerónimo Correia dirigiu a “Epístola Dedicatória” da *Vida da serenissima princesa D. Joana, filha del-rei D. Afonso V de Portugal* a D. Ana de Lencastre, pois esta senhora era sobrinha-bisneta da princesa, da qual traça um breve retrato exemplar, pautado por aspetos ascéticos e espirituais, o que torná-la-ia, de acordo com uma convicção difusa, numa espécie de “herdeira espiritual” da “santa” dominica, mantendo-se, simultaneamente, fiel a uma longa tradição, segundo a qual santidade e nobreza de nascimento estariam estreitamente ligadas<sup>34</sup>. Mas Fr. Jerónimo Correia salienta também outras facetas da vida devota e espiritual desta grande senhora, nomeadamente o seu gosto em imitar as virtudes dos santos e a sua devoção à “religião dominicana”:

“Considerando eu a rezam do sangue Real que V. S. com ella tem (foy irmã inteira de vosso Bisauo elRey dom João o segundo, de gloriosa memoria) & como no desprezo do mundo, & de seus deleites, & no caminhar pelas virtudes a imita: lembrandome tamb a particular deuação (herdada de seus Bisauós) que tem á nossa Religião<sup>35</sup>”.

Por isso, este breve retrato dificilmente podia ser mais exemplar, não só pelo que nos elucida sobre as “virtudes” praticadas pela Comendadeira, como por esse paralelo que estabelece com a religiosa dominicana, para quem, já por esses anos, se pedia a beatificação ou canonização<sup>36</sup>, e que perpetuaria a “linhagem santa” da dinastia de Avis, inaugurada com o martírio do infante D. Fernando<sup>37</sup>, filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre.

<sup>33</sup> *Ibidem*, 446; 453-454. Um seu irmão, D. Luís de Lencastre, comendador-mor da Ordem de Avis, esteve, devido ao seu cargo, muito próximo das senhoras do mosteiro da Encarnação das Comendadeiras de Avis da Ordem de São Bento, em Lisboa, fundado pela Infanta D. Maria. Conta-nos o cronista beneditino Fr. Leão de Santo Tomás que D. Luís era devotíssimo de São Bento, sendo que “o Medico que entroua em sua casa no tempo que nella auia doentes era só o glorioso Patriarcha S. Bento, por meyo de sua sagrada reliquia, & todos alcançavão saúde” (Fr. Leão de SANTO TOMÁS (O.S.B.), *Benedictina Lusitana*, tomo II, notas críticas de José Mattoso (Lisboa: IN-CM, 1974), 426).

<sup>34</sup> André VAUCHEZ, “Beata stirps: sainteté et lignage en Occident aux XIIIe et XIVe siècles” in *Famille et parenté dans l’Occident médiéval. Actes du Colloque de Paris, 1974*, communications et débats présentés par George Duby et Jacques Le Goff (Rome: École Française de Rome, 1977), 397-407; *Idem*, *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge. D’après les procès de canonisation et les documents hagiographiques* (École Française de Rome, 1988), 185-287.

<sup>35</sup> Fr. Nicolau DIAS (O.P.), *op. cit.*, “Epístola dedicatória”.

<sup>36</sup> João Gonçalves GASPAS, *A Princesa Santa Joana e a sua Época* (2ª edição, Câmara Municipal de Aveiro, 1988), 250-252. A princesa D. Joana viria a ser beatificada apenas em 1693.

<sup>37</sup> Tendo participado na desastrosa expedição a Tânger, a 22 de Agosto de 1437, o infante D. Fernando ofereceu-se como refém e penhor da entrega de Ceuta. Contudo, como as Cortes de Torres Novas de 1438 recusaram a devolução da praça, este manteve-se preso. Foi transferido de Tânger para Fez, suportando grandes humilhações e sofrimentos pacientemente; acabaria por falecer neste cativo, em 1443. As figuras mais interessadas na promoção da santidade do mártir de Fez seriam os seus

A ascendência real de D. Ana de Lencastre e o seu interesse pelas “coisas do espírito” e devoção aos santos justificarão, anos mais tarde, a dedicatória do *Tratado da vida, virtudes e doutrina admirável de Simão Gomes, português vulgarmente chamado o Çapateiro Santo*<sup>38</sup>, do Padre Manuel da Veiga, a esta senhora. Efetivamente, o padre jesuíta alude aos antepassados de D. Ana, em especial o seu bisavô D. João II<sup>39</sup>, assim ao facto de esta ser uma “pessoa affecta a Piedade, zelosa da Santidade, & inclinada às cousas do espírito”<sup>40</sup> Mas a razão desta dedicatória prende-se também com a estima pessoal que o Padre Manuel da Veiga nutria por esta senhora:

“O Autor que compôs este tratado he religioso da Companhia de Iesu, & por boa rezão deuia buscar pessoa a que a Companhia por especial deuação, & merces recebidas, estiuesses muy particularmente obrigada, & nisso fundasse a cõfiança de a tomar por protectora; & quem negará a singular deuação de V. S. pera com a nossa religião, da qual sempre teue confessor. E as merces que esta casa de S. Roque continuamente recebe de V. S. clamão, que se quer com este fraco seruiço represente por elles a obrigação que todos conhecemos ter a V. S.”<sup>41</sup>.

A ligação de D. Ana de Lencastre à Companhia de Jesus é também evocada pelo Padre Diogo Marques Salgueiro, freire militar da Ordem de Santiago, prior da Igreja Matriz de Mértola e capelão do mosteiro de Santos<sup>42</sup>, na sua obra intitulada *Relaçam das festas que a religiam da Companhia de Iesu fez em a Cidade de Lisboa, na Beatificaçam do Beato P. Francisco de Xavier, Segundo Padroeiro da mesma Companhia, & Primeiro Apostolo dos Reynos de Iapão, em Dezembro de 1620 (1621)*<sup>43</sup>. Na dedicatória desta obra, dirigida a D. Ana de Lencastre, o Autor, para além de salientar que aquela senhora “he flor da nobreza Portuguesa, & hu viuo retrato de toda a Religião”, realça a “particular afeição cõ que fauorece todas as cousas da sagrada Religião da Companhia” e grande devoção que tinha a S. Francisco Xavier<sup>44</sup>.

Entre as muitas relíquias reunidas por D. Ana de Lencastre, foram várias as que foram oferecidas por religiosos jesuítas, o que parece comprovar, efectivamente, a sua estreita relação com estes: entre aquelas, contam-se “muytas de Martyres, Confessores, & Santos”, oferecidas pelos P<sup>es</sup>. António Mascarenhas e Luís Pereira, e uma de Santa Francisca Romana, dada pelo colector Octavio Accoramboni, todos eles da Companhia de Jesus<sup>45</sup>.

Porém, deixa a dedicatória da obra do P<sup>c</sup>. Manuel da Veiga uma outra referência ao

---

parentes mais próximos e mais bem colocados para o poderem fazer: D. Henrique, que não só encomendou a biografia portuguesa a Fr. João Álvares, como também elegeu o irmão mártir como orago do altar correspondente ao túmulo que lhe estava destinado na Batalha, D. Afonso V e D. Isabel, duquesa da Borgonha, que era uma pessoa inconformada com o triste destino do irmão; foi ela quem tomou a iniciativa de promover o culto ao irmão, impetrando do Papa a instituição de celebrações litúrgicas na Igreja de Santo António, em Lisboa, em honra do irmão e acompanhadas de indulgências. Além disso, o infante D. Fernando era igualmente um “santo” português e cavaleiro, o qual contribuiria não apenas para o prestígio do povo português e do cavaleiro lusitano, mas também permitiria que o espírito de cruzada da política expansionista portuguesa fosse reconhecido e exaltado pela Cristandade.

O agostiniano Jerónimo Roman compôs uma obra sobre as vidas do infante D. Fernando e da princesa D. Joana, intitulada *Historia de los Dos Religiosos Infantes de Portugal*, editada em Medina del Campo, em 1595, dedicada a D. Inês Freire de Andrade.

<sup>38</sup> Sobre esta interessante “Vida”, veja-se: José Adriano de Freitas CARVALHO, “Um profeta de corte na Corte: o caso (1562-1576) de Simão Gomes, o «Sapateiro Santo» (1516-1576)”, *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas (Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI e XVIII)* (Porto, 1993), 233-260.

<sup>39</sup> P<sup>c</sup>. Manuel da VEIGA (S.J.), *op. cit.*, “Dedicatória”: “elRey Dom Ioão o II honra dos Reys de Portugal, que no esforço militar, no governo politico, na piedade Christã, & no zelo do culto diuino podera ser exemplar de todos os Reys do mundo; que não sem muyto fundamento quádo faleceo, disse delle a Rainha Catholica Dona Isabel, que morrera o homem, & todo o pouo deste Reyno, que falecera o santo, & por tal he nomeado, & venerado no real mosteyro da Batalha da ord<sup>e</sup> de S. Domingos”.

<sup>40</sup> *Ibidem*, “Dedicatória”.

<sup>41</sup> *Idem*, “Dedicatória”.

<sup>42</sup> Diogo Barbosa MACHADO, *op. cit.*, tomo I (Coimbra: Atlântida, 1965), 671.

<sup>43</sup> Editada em Lisboa, por João Rodriguez.

<sup>44</sup> P<sup>c</sup>. Diogo Marques SALGUEIRO, *Relaçam das festas que a religiam da Companhia de Iesu fez em a Cidade de Lisboa, na Beatificaçam do Beato P. Francisco de Xavier, Segundo Padroeiro da mesma Companhia, & Primeiro Apostolo dos Reynos de Iapão, em Dez bro de 1620* (Lisboa: por João Rodriguez, 1621), “Dedicatória”.

<sup>45</sup> Fr. Agostinho de SANTA MARIA (O.S.A.), *op. cit.*, 488.

conhecimento e ao relacionamento de D. Ana de Lencastre com o “Sapateiro Santo”, o qual esta “conheceo, & tratou como cousa de casa, pois se criou na do Mestre de Santiago [D. Jorge de Lencastre, avô de D. Ana] applicado em foro de reposteiro ao seruiço da senhora dona Britiz [avô de D. Ana] que em vida o estimou muyto, & falecendo o deixou muy particularmente encommendado ao Duque dom Ioão seu filho (...)”<sup>46</sup>. Mas este contato de D. Ana de Lencastre com Simão Gomes deverá ter sido também favorecido pelo facto deste ser presença assídua em alguns círculos iluminados que existiam na capital, tal como o que gravitava em torno da sua tia e antecessora, D. Helena de Lencastre.

4. As dedicatórias destas “vidas devotas” a estas importantes senhoras parecem-nos autorizar (sobretudo pelo modo e pelo tom com que os autores as dedicam) que se questionem com maior insistência os variadíssimos problemas que se prendem não só com as redes familiares, que, na época, eram bastante complexas e, em muitos casos, determinavam muitas devoções “familiares”, mas também com a formação cultural e com as leituras, não só de clérigos e religiosos, como também de leigos, sobretudo da nobreza, cujo saber, virtude ou poder pode ser fundamental para se perceber se certas correntes de espiritualidade lograram ou não num determinado período histórico ou em determinado espaço geográfico.

Os casos concretos de D. Juliana de Lara e Meneses e de D. Ana de Lencastre servem, sobretudo, para ilustrar o quanto a história da espiritualidade, no seu sentido mais amplo, passa não só pelo estudo das ordens e das congregações religiosas, dos seus autores e das suas obras, como também pelo estudo concreto de pessoas, de obras atualmente esquecidas, de redes familiares, das variadíssimas devoções que foram, nesta época, os agentes que melhor potenciaram a partilha das “coisas do espírito”.

---

<sup>46</sup> P. Manuel da VEIGA (S.J.), *op. cit.*, “Dedicatória”.





# Outros Estudos



Marco Oliveira Borges\*

## **A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ândalus. I – Em torno do porto de Colares**

**R E S U M O** | Neste estudo pretende-se focar a actividade de defesa costeira desenvolvida a partir de Sintra durante o período de ocupação islâmica da Península Ibérica, intensificada certamente após o ataque viquingue de 844. Contudo, será dada especial atenção ao rio de Colares a fim de tentarmos perceber se ainda terá funcionado como porto para a povoação muçulmana de Sintra antes do seu efectivo assoreamento.  
*Palavras-chave:* Sintra – Viquingues – Defesa costeira – Porto de Colares

**A B S T R A C T** | In this study we will mostly focus on the coastal defence developed from Sintra during the Islamic occupation of the Iberian Peninsula, certainly intensified after the Viking attack of 844. However, special attention will be given to the Colares River to try to understand if it has ever operated as a port to the Muslim population of Sintra before its siltation.  
*Keywords:* Sintra – Vikings – Coastal defence – Port of Colares

### **Introdução**

Antes de mais importa salientar que embora este período histórico não seja aquele em que estamos mais à vontade, esta é a área geográfica em que se têm vindo a enraizar as nossas investigações. Na verdade, ao mesmo tempo que reuníamos dados sobre a vila e porto de Cascais para séculos posteriores, paralelamente fomos recolhendo as informações que nos iam surgindo sobre a actividade marítima de Sintra e que levantavam algumas questões relacionadas com a importância de Cascais durante o período de ocupação islâmica.

Inicialmente pretendíamos fazer um estudo mais curto e dividi-lo em dois capítulos, versando sobre o litoral de Sintra e o porto de Colares no primeiro e sobre o porto de Cascais no segundo, mas, face à extensão que o mesmo foi adquirindo com o desenrolar das actividades, tivemos que deixar os dados recolhidos sobre o porto cascalense para uma outra oportunidade, se bem que durante o texto possam surgir paralelos inevitáveis.

É verdade que a existência de fontes para este período é escassa quando comparada com os séculos XVI-XVII, isto se quisermos compreender como se processava a defesa costeira

---

\* Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestrando em História Marítima pela mesma instituição. E-mail: marcoliveiraborges@gmail.com

desta mesma área geográfica, mas com base na toponímia de origem árabe conhecida<sup>1</sup>, nos dados históricos disponíveis, nas evidências arqueológicas que vão sendo dadas a conhecer, bem como no reconhecimento da geografia costeira, tentaremos problematizar sobre o modo como se estruturaria um suposto sistema de defesa costeira que ganharia forma a partir de Sintra. Este teria por fim evitar os ataques viquingues e cristãos tal como acontecia, por exemplo, na Península de Setúbal<sup>2</sup> e no Algarve<sup>3</sup>, embora também estivesse relacionado com a *fitna* do século IX.

Porém, especial relevo será dado ao rio de Colares – curso de água praticamente desconhecido enquanto realidade portuária – tentando perceber a sua utilidade para a povoação muçulmana de Sintra e se durante o Garb al-Ándalus ainda teria funcionado como porto<sup>4</sup>.

## 1. Organização defensiva do espaço costeiro

Situada a Noroeste de Lisboa, Sintra é mencionada no século X por al-Razi como uma das vilas pertencentes àquele senhorio. Por esta altura seria já um importante centro populacional embora não confinado ao castelo dos Mouros, quer pelas suas reduzidas dimensões e dificuldades de acesso, quer por estar afastado das zonas agrícolas<sup>5</sup>. No século seguinte al-Bakri coloca-a entre as oito cidades mais importantes do Garb al-Ándalus<sup>6</sup>. Dotada de dois castelos de “extrema solidez”, um deles construído de forma estratégica num dos cumes sobranceiros da serra, o supra citado castelo dos Mouros, Sintra é mencionada posteriormente por al-Himyari como “Uma das vilas que dependem de Lisboa no Andalus, nas proximidades do mar”, estando “permanentemente mergulhada numa bruma que não se dissipa”<sup>7</sup>.

Face à sua posição privilegiada junto ao mar, na verdadeira *Finisterra*, extremo ocidental do Garb al-Ándalus, Sintra tinha a particularidade de funcionar como um importante posto de observação oceânica que servia de alerta a Lisboa pelos menos desde o século IX. É neste século que os piratas viquingues começam a assolar as costas do al-Ándalus. Em 844 levam a cabo um ataque a Lisboa que se estende por outros pontos da costa atlântica sem encontrar qualquer tipo de resistência naval pelo menos até à cidade de Sevilha. No regresso os Viquingues atacariam Niebla,

<sup>1</sup> Se bem que, como alertou André de Oliveira-Leitão, “A análise toponímica, *stricto sensu*, acarreta alguns perigos, visto que a simples identificação de um topónimo como tendo origem árabe (ou uma origem híbrida arabo-romance), sob o ponto de vista linguístico, não significa por si só que aí tenha existido alguma forma de povoamento arabo-muçulmano”. André de Oliveira-Leitão, “O Povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a Territorialização e a Militarização (Meados do século IX – Inícios do século XIV)” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2011), 32.

<sup>2</sup> Cf. Christophe Picard; Isabel Cristina Ferreira Fernandes, “La Défense côtière à l’époque musulmane: l’exemple de la presqu’île de Setúbal”, *Archéologie Islamique* (n.º 8, 1999), 67-94.

<sup>3</sup> Ana Sérvulo Miranda, “O Sudoeste do Gharb al-Andalus nos séculos VIII e IX: relações sociais e território” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2010), 64-69.

<sup>4</sup> Em 2004 figuravam 250 [actualmente 398] portos islâmicos medievais na base de dados informática APIM, repartidos por uma área geográfica desde Portugal ao Oeste marroquino, daí às Comores passando pelo Sudeste de Zanzibar até à Indonésia e ao Este tailandês. Claire Hardy-Guilbert et. al., “Ports et commerce maritime islamiques. Présentation du Programme APIM (Atlas des ports et itinéraires maritimes du monde musulman)”, in *Ports Maritimes et Ports Fluviaux au Moyen Age* (Paris: Publications de la Sorbonne, 2005), 81.

<sup>5</sup> Catarina Coelho, “O Castelo dos Mouros (Sintra)”, in *Mil Anos de Fortificações na Península e no Magreb (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes (Lisboa: Edições Colibri, 2002), 394.

<sup>6</sup> A. H. de Oliveira Marques, “Sintra e Cascais na Idade Média”, in *Novos Ensaios de História Medieval*, (Lisboa: Editorial Presença, 1988), 145; Catarina Coelho, “O Castelo dos Mouros”, 394. O Garb al-Ándalus correspondia à região ocidental do al-Ándalus e, à excepção dos primeiros tempos de ocupação islâmica em que a Galiza estava inserida nele, correspondia ao actual território português se bem que alguns autores árabes ainda incluísem algumas cidades da actual Espanha como, por exemplo, Sevilha e Badajoz. José D. Garcia Domingues, “Conceito e Limites do Ocidente Extremo do Andalus nos Geógrafos, Historiadores e Antologistas árabes”, sep. *Arti del III Congresso di Studi Arabi e Islamici (Ravello 1966)* (1967), 331-347.

<sup>7</sup> António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe* (Lisboa: Seara Nova, vol. I, 1972), 63.

o Algarve e novamente Lisboa<sup>8</sup>. Este acontecimento revelou bem a fragilidade do sistema de defesa costeira islâmico, facto que levou ao reforço das medidas de segurança ainda no tempo do emir Abd al-Rahman II (m. 852), as quais seriam continuadas por Muhammad I: alargamento do recrutamento de marinheiros (inclusive mercenários especializados no lançamento de fogo grego) para a formação de uma marinha de guerra mais ampla e dotada de maior poder de fogo, reforço das torres de vigia e pontos fortificados ao longo do litoral atlântico e mediterrânico, edificação de estaleiros de construção naval como aconteceu em Sevilha quatro anos após o primeiro ataque.

Com efeito, a organização do sistema de defesa costeira omíada dos séculos IX-X vem a dividir-se em duas vertentes fundamentais: numa defesa passiva, feita a partir de terra e que visava a vigilância do oceano de modo a impedir o desembarque dos Viquingues ou, pelo menos, que saqueassem as cidades costeiras; numa defesa activa, que consistia na patrulha das águas oceânicas em busca de navios inimigos<sup>9</sup>. A primeira vertente de defesa costeira, a que nos interessa de momento, era baseada na edificação de torres de vigia e de iluminação (atalaias e fachos), de *husun* (fortalezas) e de *ribat*s. Estas últimas estruturas eram conventos fortificados onde se preparava a *jihad* contra os cristãos do Norte – que durante a segunda metade do século VIII já levavam a cabo ataques até à zona do Tejo<sup>10</sup> – e os Viquingues, também conhecidos por Normandos (“homens do Norte”), no mundo islâmico por *Majus*.

Incorporado no sistema de defesa costeira que funcionava a partir do litoral de Sintra, o castelo dos Mouros<sup>11</sup> tinha a particularidade de servir como posto de vigilância dos acessos por mar e terra. Porém, se é verdade que desse castelo é possível observar Lisboa e o seu castelo, o Tejo, Almada, Sesimbra e até Palmela, o que permitia estabelecer comunicações a longa distância com os diversos postos de vigia, isso apenas seria possível em dias de excepcional visibilidade o que nem sempre é realidade em Sintra, bastante sujeita aos nevoeiros que por ali se prolongam<sup>12</sup>. De facto, integrado neste sistema defensivo, o castelo dos Mouros teria como principal função alertar Lisboa e as áreas citadas a Sul sobre a aproximação de navios e inimigos por terra, mas nestas ocasiões de intenso nevoeiro, em que pouco ou nada se via quanto à linha de costa, não seria possível vislumbrar a aproximação de navios nem de produzir informação. Do mesmo modo acresce a pouca visibilidade que por vezes se tem do Tejo e de toda a margem Sul, por vezes nula, em períodos de nevoeiro e neblina – factores muito característicos das zonas de estuário –, ficando impossibilitada a comunicação directa com aquelas terras e inviabilizada

<sup>8</sup> Sobre os ataques viquingues vide *Ibidem* (vol. II), 107-124; Jorge Lirola Delgado, “El poder naval de al-Andalus en lá época del califato omeya (siglo IV hégira/X era cristiana)” (Diss. Doutoramento, Universidad de Granada, vol. I, 1991), 119-122; Christophe Picard, *Le Portugal musulman (VIII – XIII siècle). L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique* (Paris: Maisonneuve et Larose, 2000), 141-142.

<sup>9</sup> Christophe Picard, “Les Défenses Côtières de la Façade Atlantique d’Al-Andalus”, in *Zones Côtières Littorales dans le Monde Méditerranéen au Moyen Age: défense, peuplement, mise en valeur. Actes du colloque international organisé par l’École française de Rome et la Casa de Velázquez. Rome. 23-26 Octobre 1996* (Madrid: Casa de Velázquez, 2001), 165.

<sup>10</sup> Em 798, liderados por Afonso II das Astúrias, os cristãos do Norte saquearam mesmo Lisboa no que se pensa ter sido uma expedição vinda por mar. A. H. de Oliveira Marques, “O «Portugal» islâmico”, in *Nova História de Portugal. II Vol., Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*, dir. de Joel Serrão; [...] (Lisboa: Editorial Presença, 1993), 125.

<sup>11</sup> Teriam ocorrido duas fases distintas de construção deste castelo sendo que a mais antiga remontaria aos séculos IX-X, à semelhança de outros casos peninsulares, correspondente à época de fortificação da costa atlântica levada a cabo pelas autoridades muçulmanas face aos ataques viquingues. Basilio Pavon Maldonado, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas. Crónicas de viajes por el sur de Portugal* (Madrid: Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe, 1993), 20-25; Catarina Coelho, “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* (vol. 3, n.º 1, 2000), 210-211, 214, 218; Christophe Picard, *Le Portugal musulman*, 209-210, 215.

<sup>12</sup> Sobre o quadro climático regional Sintra-Colares vide Ana Lavrador da Silva, “Avaliação das Paisagens da Bacia Hidrográfica da Ribeira de Colares. Estudo Geográfico e de Percepção Ambiental” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2002), 28-34. Mais especificamente sobre a circulação dos ventos vide Maria João Alcoforado, “Representação cartográfica das árvores deformadas. Ventos dominantes em torno da Serra de Sintra”, *Finisterra* (XIX, 38, 1984), 137-169.

a entrada de navios na barra. Neste sentido, o sistema de alerta que teria funcionado através do castelo dos Mouros estaria bastante condicionado podendo mesmo ficar inactivo por determinados períodos.

Todavia, ao longo da linha de costa ganharia forma um dispositivo com estruturas situadas em pontos estratégicos de modo a dar o sinal de alerta – embora a sua funcionalidade estivesse igualmente condicionada pelo estado do tempo e sujeita aos nevoeiros da serra consoante a sua proximidade<sup>13</sup> – e evitar o desembarque inimigo nos vários locais possíveis, especialmente nos portos, nas praias e enseadas que permitiam uma progressão no terreno e/ou que estavam próximas de pequenos povoados.

Para além do *ribat* recentemente identificado na margem esquerda da desembocadura do antigo rio de Colares, existe uma localidade na serra de Sintra chamada Azóia, a qual precede o cabo da Roca e cujo étimo deriva do árabe *al-zawiya*, devendo ter surgido do desígnio de um edifício religioso existente naquela área mas que acumularia igualmente a função de posto de vigilância<sup>14</sup>. A Azóia da serra de Sintra parece vir referida numa descrição que é feita sobre a viagem de uma embaixada muçulmana enviada ao rei dos Viquingues após o ataque de 844. Essa embaixada era formada por dois navios que partiram de Silves e, ao chegarem ao “grande promontório que penetra no mar, limite de Espanha no extremo ocidental, e que é a montanha conhecida com o nome de Aluíá [Azóia?], foram surpreendidos por uma tempestade”<sup>15</sup>.

Teria o étimo Azóia provindo de uma estrutura islâmica outrora existente perto desta localidade. Mas um pouco por toda esta área serrana se propiciava a edificação de estruturas. Ainda hoje, ligeiramente a Norte da Azóia, a 1,5 km do cabo da Roca, existe uma localidade denominada Atalaia e que na toponímia se subdivide em Atalaia de B.º e Atalaia de C.<sup>16</sup>. A posição elevada e estratégica destes locais indicia a existência antiga de postos de vigilância costeira que poderão remontar aos séculos IX-X<sup>17</sup>. Nesta mesma área mas um pouco mais próximo do mar, no sítio conhecido por Alto das Entradas, após a Restauração terá sido edificado o Forte de Nossa Senhora da Roca (Forte do Espinhaço). O local situa-se ligeiramente a Sul do cabo da Roca e da Enseada de Assentiz<sup>18</sup>, numa área de penhascos com altura considerável em relação ao mar.

Em 1991, no local conhecido por Espigão das Ruivas, situado sobre um promontório estreito de difícil acesso ladeado da pequena “praia” de Porto do Touro, foi identificada uma estrutura pétreia de pequenas dimensões e de planta rectangular cujo interior continha abundantes vestígios de fogo, sendo que os materiais arqueológicos recolhidos revelaram a sua utilização durante a época pré-romana e romana<sup>19</sup>. Pensa-se que a estrutura em causa seria um farol de sinalização e apoio à

<sup>13</sup> Nos séculos XVI-XVII existiam balizas sinalizadoras que “se governavam por montes e picos da serra de Sintra e outros sinais remotos”. Porém, com nevoeiro ou tempo chuvoso estas balizas não se viam, daí que em alternativa fosse referido que se podiam colocar marcos altos nas praias “pelos quais em todo o tempo se pudesse guiar” os navios. Lívio da Costa Guedes, “Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A «Descrição» de Alexandre Massaii (1621) – II Tratado”, sep. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar* (vol. 58, Dez. 1989), 188.

<sup>14</sup> Christophe Picard, *Le Portugal musulman*, 62, nota 47.

<sup>15</sup> A questão é colocada por António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe* (vol. II), 118, nota 12.

<sup>16</sup> Para a área do cabo Espichel, próximo da Azóia local, Christophe Picard menciona a existência dos topónimos Atalaia de Cima e Atalaia de Baixo, enquanto que para a freguesia de Tremês uma Azóia de Cima e uma Azóia de Baixo. Christophe Picard, “Les Ribats au Portugal à l’époque musulmane: sources et définitions”, in *Mil Anos de Fortificações na Península e no Magreb*, 205-206.

<sup>17</sup> *Idem*, *L’océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l’époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Magreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)* (Paris: Maisonneuve et Larose, 1997), 92.

<sup>18</sup> O recorte geográfico desta enseada e a sua posição um pouco mais abrigada da nortada pelo cabo da Roca, leva-nos a crer que poderá ter funcionado como pequeno ancoradouro de abrigo no passado.

<sup>19</sup> Guilherme Cardoso; José d’Encarnação, “Sondagem no Espigão das Ruivas (Alcabideche, Cascais)”, *Al-Madan* (II série, n.º 2, Jul. 1993), 150; Carlos Fabião, “A Dimensão Atlântica da Lusitânia: Periferia ou Charneira no Império Romano?”, in *Lusitânia Romana. Entre o Mito e a Realidade. Actas da VI Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana* (Cascais: Câmara Municipal, 2009), 66.

navegação nesta zona costeira particularmente recortada e escarpada<sup>20</sup> das proximidades do cabo da Roca. Contudo, como salienta Carlos Fabião, a possível estrutura de sinalização não teria as características das torres da foz do Guadalquivir e da Corunha ou até mesmo da que terá existido no estuário do Sado. De acordo com Guilherme Cardoso e José d'Encarnação é possível que a ocupação deste local se tenha mantido durante a época medieval<sup>21</sup>.

Para além disso, em 2007 deu-se a descoberta de uma âncora de pedra datável da segunda metade do primeiro milénio a. C., a 16 metros de profundidade ao largo da Costa da Guia, possível fundeadouro e local de abrigo na Antiguidade. No mesmo local foram identificados quatro cepos de chumbo. Estas descobertas põem em evidência a ideia da utilização de pequenos pontos de abrigo na costa de Cascais de apoio à navegação de índole comercial entre o Atlântico Norte e o Mediterrâneo Ocidental<sup>22</sup>.

Durante o Garb al-Ándalus estes e outros locais teriam mantido a importância de épocas recuadas, acrescida certamente após o ataque viquingue de 844. No caso do litoral de Sintra, e para que o sistema de defesa costeira funcionasse até Lisboa, teria de se estender sucessivamente pela costa de Cascais, cujas fontes islâmicas esqueceram, mas que naturalmente já estaria dotada de estruturas de vigilância e, muito possivelmente, de *ribats*, tal como acontecia na Península de Setúbal<sup>23</sup>. Como temos visto estas e outras eventuais estruturas seriam edificadas em montes, arribas e outros locais elevados, em cabos, enseadas e pequenos portos de abrigo, transmitindo sinais de fogo durante a noite e de fumo durante o dia. Alguns dos pontos-chave, para além da desembocadura do rio de Colares, do cabo da Roca, da Azóia e de Porto do Touro, seriam as posições elevadas junto aos areais do Guincho, o cabo Raso, os Oitavos (onde terá existido um facho), a Costa da Guia, a Boca do Inferno (onde ainda hoje existe a Vigia do Facho), seguidos do porto de Cascais de onde se comunicaria – ou até mesmo antes – com a margem Sul e outros postos de vigia a nascente deste porto numa retransmissão de sinais que se ia difundindo até Lisboa.

Com uma nova ocupação militar do território e a necessidade de se consolidar a presença na linha do Tejo, isto após as forças cristãs terem tomado Santarém, Lisboa e a consequente rendição ou abandono de Sintra, Almada e Palmela (1147), ter-se-á mantido a necessidade de defesa costeira – talvez até tenha aumentado face ao perigo constante dos ataques marítimos muçulmanos<sup>24</sup> – sendo possível que as estruturas islâmicas tenham sido reaproveitadas e/ou

<sup>20</sup> Ana Margarida Arruda, *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal* (siglos VIII-VI a.C.) (Barcelona: Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, 2002), 29; *Idem*; Raquel Vilaça, “O Mar Grego-Romano antes de Gregos e Romanos: perspectivas a partir do Ocidente Peninsular”, sep. do *Mar Greco-Latino* (2006), 44.

<sup>21</sup> Guilherme Cardoso; José d'Encarnação, “Sondagem no Espigão das Ruivas”, 150.

<sup>22</sup> António Carvalho; Jorge Freire, “Âncora de pedra recolhida ao largo da Guia (Cascais)”, *Al-Madan* (II série, 15, Dez. 2007), (disponível em <http://www.almadan.publ.pt/15ADENDAXV.pdf> - consultada em 03/12/2011). A costa da Guia continuaria a ser muitos séculos depois um local de referência no apoio à navegação. Damião de Góis (c. 1554), reportando-se à ermida Quinhentista de Nossa Senhora da Guia, onde ainda hoje se encontra o farol com o mesmo nome, refere que esse era um local onde se acendiam “à noite uns fachos para indicar o trajecto aos navegantes nocturnos, evitando assim que estes, não conhecendo bem aqueles sítios, se vejam arrastados a arremessar as naus contra os baixios e rochedos vizinhos”. Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa* (2ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 2001), 41.

<sup>23</sup> Christophe Picard; Isabel Cristina Ferreira Fernandes, “La Défense côtière à l'époque musulmane”, 77, 90.

<sup>24</sup> Face à proximidade do inimigo e aos ataques marítimos levados a cabo às costas cristãs, sobretudo após a tomada de Alcácer do Sal pelas tropas califais almóadas (1191), altura em que Alcácer se torna uma base naval militarizada sob governação dos Banu Waziri, é de supor até que tenha sido uma prioridade crescente para a Coroa portuguesa o reforço do sistema de defesa costeira deste litoral. Apesar de uma trégua de guerra registada por cinco anos, o inimigo estava próximo e os posteriores ataques atingiam Lisboa e as suas imediações – com Sintra e Cascais na rota destas investidas –, prolongando-se inclusive mais para Norte numa actividade de *jihad* marítima contra o reino de Portugal. Sobre a importância de Alcácer do Sal vide António Rafael Carvalho, “A actividade marítima de Qasr al-Fath/Alcácer do Sal, no Alentejo litoral (1191-1217): pirataria ou yhiad marítima contra o reino de Portugal?”, in *Actas do 2º Encontro de História do Alentejo Litoral. 28 e 29 de Novembro de 2009*, coord. de Isabel Silva, João Madeira, Sofia Ferreira (Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes, 2010), 80-94.

até readaptadas. Apesar do planeamento de fortificações – e, possivelmente, de postos de vigia de menores dimensões – para a costa de Cascais ter começado a ganhar forma sobretudo durante a Monarquia Dual, é após a Restauração, num período entre 1642-1648, que se verifica a construção de vários fortes entre Belém e o Cabo da Roca para impedimento do desembarque inimigo nas praias e enseadas desta costa<sup>25</sup>. Contudo, há muito que existiam pontos estratégicos identificados e é provável que algumas destas estruturas tivessem sido erguidas sobre outras mais antigas, ou nas suas proximidades, algumas vindas mesmo do período muçulmano – à semelhança do Alto da Vigia, onde se verificou a presença das estruturas de um facho da época Moderna junto ao *ribat*, ao que parece construído com as pedras desse mesmo *ribat*<sup>26</sup> –, uma das possíveis razões para não terem perdurado os seus vestígios<sup>27</sup>.

À semelhança de outras zonas costeiras mais expostas ao perigo, como as que estavam situadas nas proximidades de cabos ou promontórios (*taraf*, pl. *atraf*), é possível que a defesa do litoral de Sintra-Cascais fosse administrada autonomamente em relação à *kura* de Lisboa com um governador próprio nomeado por Córdoba. Este era o caso da Península de Setúbal que, segundo Ibn Hayyan, representava um território autónomo e distinto da jurisdição dos *kuwar* (distritos) de Lisboa e Alcácer do Sal, pelo menos durante o califado omíada<sup>28</sup>, “com um governador encarregado de coordenar a defesa e garantir a vigilância marítima e terrestre”<sup>29</sup>.

Mas neste sistema de alerta e defesa costeira certamente que entrariam em acção cavaleiros encarregados de fazer chegar informações a Lisboa (tradição que se manterá após a Reconquista de Lisboa conforme revela o foral de Sintra de 1154<sup>30</sup>) e ao porto de Cascais, sobretudo quando as condições atmosféricas ou qualquer outra eventualidade não permitisse estabelecer contacto directo ou quando se queriam enviar mensagens detalhadas. De acordo com Ibn Hawkal, geógrafo oriental que visitou o Ocidente do al-Ándalus em 948 (embora só tenha escrito a sua obra posteriormente a 970 e tenha seguido fielmente muitas das indicações de al-Istakhri, que também havia visitado o al-Ándalus e cuja obra foi publicada c. 950), existia um caminho que ligava Lisboa a Sintra em dois dias e dali partia para Santarém com mais dois dias de viagem pela frente<sup>31</sup>. Esse caminho seria muito mais antigo até porque durante a época romana já existiria uma via que ligava Lisboa a Oeiras, a Cascais e a Sintra<sup>32</sup>.

<sup>25</sup> Sobre as fortificações vide Joaquim Boiça; Maria Rombouts de Barros; Margarida de Magalhães Ramalho, *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais* (Cascais: Quetzal, 2001).

<sup>26</sup> Vide infra, nota 66.

<sup>27</sup> O desaparecimento das estruturas islâmicas, não esquecendo as que eventualmente possam ter sido relegadas ao abandono e sujeitas à degradação do tempo até que as suas ruínas possam ter sido encobertas pela vegetação e pelas areias, terá a ver igualmente com o aparecimento de casas e de restaurantes ao longo do litoral cascaense num período mais recente. Da Costa da Guia (para lá do farol) e até às imediações do restaurante Furnas do Guincho, por exemplo, encontra-se uma zona encoberta boa parte por vegetação pelo que não sabemos o que essa mesma poderá esconder.

<sup>28</sup> Christophe Picard, *Le Portugal musulman*, 62, 142; *Idem*, “Les Ribats au Portugal”, 204-205.

<sup>29</sup> Manuel Sílvio Alves Conde, “Sesimbra, sobre a Costa do Mar”, *Arquipélago. História. Revista da Universidade dos Açores* (2ª série, VII, 2003), 248 (disponível em [http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/390/1/Manuel\\_Conde\\_p243-268.pdf](http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/390/1/Manuel_Conde_p243-268.pdf) - consultada em 10/11/2011). Em 870, os *Banu Danis* ter-se-ão fixado em dois *ribats*, um em Alcácer e outro na Arrábida, “com a finalidade de travar o acesso viking aos estuários do Tejo e do Sado”. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, “A Península de Setúbal em Época Islâmica”, *Arqueologia Medieval* (n.º 7, 2001), 188.

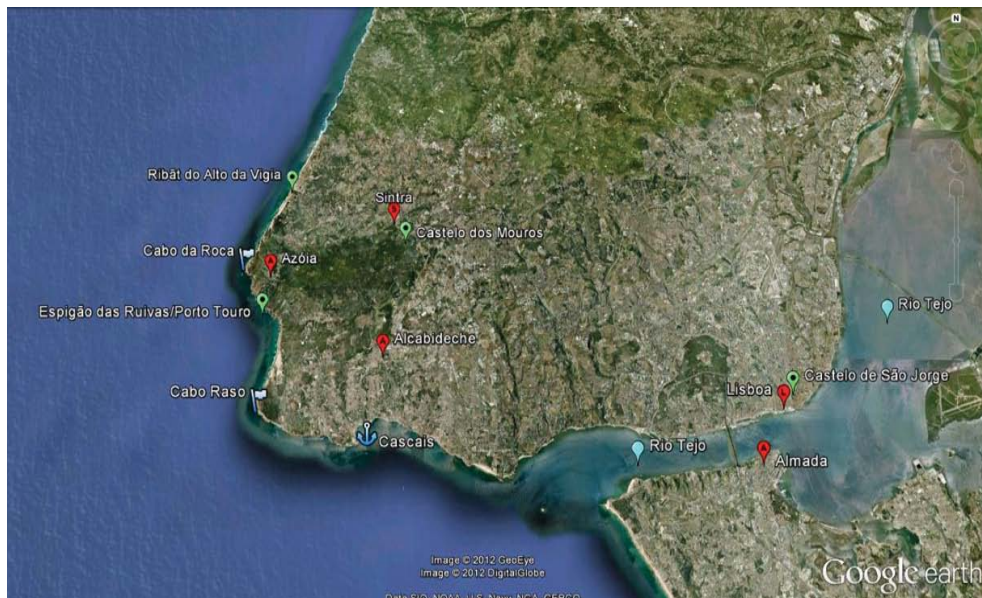
<sup>30</sup> Francisco Costa, *O Foral de Sintra* (1154), *sua originalidade e sua expressão comunitária* (Sintra: Câmara Municipal, 1976), 89.

<sup>31</sup> Ibn Hawkal, *Configuración del Mundo (Fragmentos alusivos al Magreb y España)* (Valência: Anubar, 1971), 68; José D. García Domínguez, “O Garb Extremo do Andaluz e «Bortuqa» nos Historiadores e Geógrafos Árabes”, sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Jul-Dez 1960), 352-353.

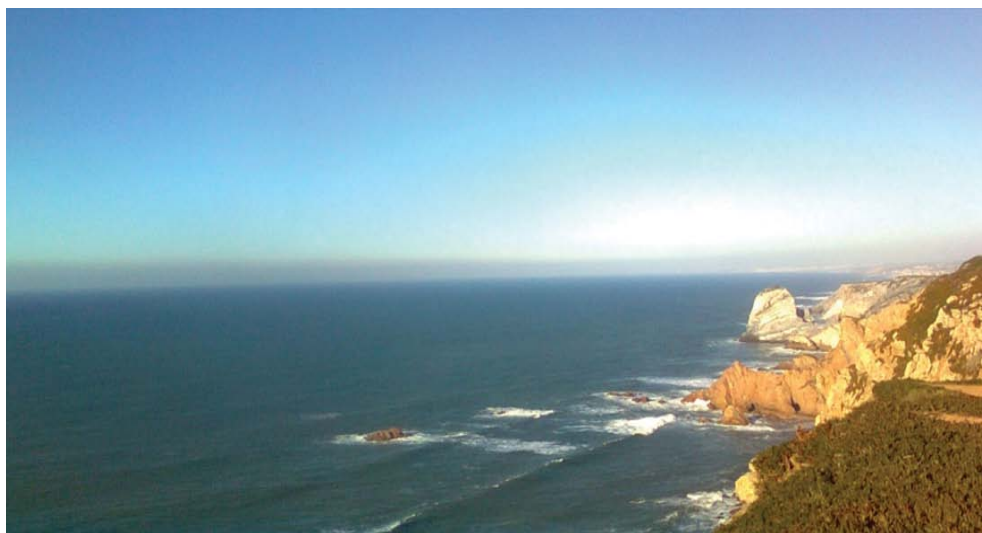
<sup>32</sup> De acordo com Jorge de Alarcão “A densidade de estações nos concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra pressupõe a existência de uma via que, partindo de Olisipo, as servisse”. Mas a inexistência de miliários ou de vestígios de calçadas não permite estabelecer uma hipótese de traçado. Jorge de Alarcão, *O Dominio Romano em Portugal* (4.ª ed., Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002), 97. No entanto, sabe-se que na vila de Sintra foi “identificado um troço da via de ligação à estrada de *Olisipo*”. Maria Teresa Caetano, *Colares* (Sintra: Câmara Municipal, 2000), 32, nota 79. Ainda sobre o possível traçado da via cf. Rodrigo Banha da Silva, “As “Marcas de Oleiro” em *Terra Sigillata* da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d. C.)” (Diss. Mestrado, Universidade do Minho, 2005), 286, fig. 73; André de Oliveira-Leitão, “O Povoamento no Baixo Vale do Tejo”, 80.



**Figura 1.** O complexo geográfico Sintra-Cascais-Lisboa (simplificado).



**Figura 2.** Cabo da Roca com vista para Norte (foto do autor).



## 2. O porto de Colares: dados e interpretações

Se temos alguma informação e ideia de como se exercia a defesa costeira a partir de terra, importa tentar perceber como esta funcionaria a partir do mar, ou seja, através da vertente activa, já que nas fontes muçulmanas não temos nenhuma referência a um porto localizado na

costa de Sintra que pudesse servir de abrigo aos navios de patrulha embora tal não fosse impossível<sup>33</sup>.

Ibn Hawkal alude a um rio com desembocadura em Sintra<sup>34</sup>. Por sua vez, al-Himyari menciona “um rio, cujas águas se lançam no mar, e donde são regados os seus vergéis”<sup>35</sup>. O mesmo autor refere a abundância das maçãs de Sintra as quais chegavam “a ter quatro palmos de circunferência”. Partindo destas descrições de al-Himyari presentes na obra *Portugal na Espanha Árabe*, Maria Teresa Caetano identifica esse curso de água como sendo o rio de Colares<sup>37</sup> (também conhecido por rio das Maças, de Galamares e do Lourel, consoante os povoados que atravessa), cuja foz é na actual Praia das Maças, o qual terá funcionado como porto de Sintra.

Este rio, com cerca de 13,5 km e actualmente relegado à categoria de ribeira, nasce no Castanheiro, a cerca de 200 metros de altitude, e no seu percurso até ao mar é alimentado por várias ribeiras<sup>38</sup>. Durante a Idade Média “desembocaria no Banzão ou nas suas proximidades, onde então se misturava com a água salgada do braço de mar que, ao entrar pela Praia das Maças, cobria parte do fértil vale de Colares”<sup>39</sup>. Dada a proximidade geográfica é natural que Colares fizesse parte do território sintrense e que este rio integrasse esse termo. Só no reinado de D. Dinis é que Colares viria a ter o seu foral embora este não tenha chegado até aos nossos dias. De acordo com o Visconde de Juromenha o foral teria sido outorgado a 16 de Maio 1255, data que não se pode aceitar porquanto nos remete para o reinado de D. Afonso III<sup>40</sup>, sendo a mesma em que é concedida uma carta de doação do reguengo de Colares a Pedro Miguel e a sua mulher<sup>41</sup>.

João de Barros (1522) parece ser o autor mais antigo a abordar a subida do rio de Colares e a mencionar o seu porto, remontando os acontecimentos ao período de domínio islâmico, ainda que numa obra de “história fingida”<sup>42</sup>. Segundo João de Barros, depois da subida do rio, naquele porto “se fazia huma grande Bahia [onde] estava hum Castello de maravilhosa fortaleza, e nelle huma torre mui alta, que descobria o mar d’ahi a dez legoas”<sup>43</sup>. No século XVIII o frei carmelita Joseph de Santanna revelava que antigamente a maré chegava até Galamares sendo “o rio caudaloso e navegável. Entrava no Oceano por hum canal fundo, e limpo, pelo qual as embarcações mayores daquelle tempo se encaminhavão até a villa de Colares, onde havia sufficiente porto, em que surgião”<sup>44</sup>.

Outros testemunhos importantes do antigo braço de mar que se estendia terra adentro permitindo a navegabilidade do rio residem nas características da natureza do próprio local, que, em alguns casos, ficaram registados nos nomes das povoações que acompanham aquele curso de água. Com efeito, os terrenos areentos e férteis verificados sobretudo nas margens do rio para baixo de Galamares,

<sup>33</sup> Nem mesmo o porto de Cascais mereceu qualquer atenção por parte dos autores muçulmanos embora saibamos que já era usado na época romana. Cf. Guilherme Cardoso, “As cetárias da área urbana de Cascais”, *Setúbal Arqueológica* (vol. 13, 2006), 145-150; António Carvalhal; Jorge Freire, “Cascais y la Ruta del Atlántico. El establecimiento de un puerto de abrigo en la costa de Cascais. Una primera propuesta”, in *Roma y las Provincias: modelo y difusión. XI Coloquio Internacional de Arte Romano Provincial* (Badajoz: Consejería de Cultura y Turismo, vol. II, 2011), 727-735.

<sup>34</sup> Ibn Hawkal, *Configuración del Mundo*, 69.

<sup>35</sup> Neste caso servimo-nos da tradução de Adel Sidarus; António Rei, “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval* (n.º 7), 60.

<sup>36</sup> António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe* (vol. I), 63.

<sup>37</sup> Maria Teresa Caetano, *Colares*, 27. Deve-se a Maria Teresa Caetano a recolha dos dados disponíveis relativos ao rio e porto de Colares.

<sup>38</sup> Cf. José de Oliveira Boléo, *Sintra e seu termo (Estudo Geográfico)* (Lisboa: Minerva, 1940), 85-87.

<sup>39</sup> Maria Teresa Caetano, *Colares*, 19.

<sup>40</sup> Sobre os dados existentes que aludem a este diploma cf. *Ibidem*, 52-54, nota 142.

<sup>41</sup> Vide *infra*, nota 92.

<sup>42</sup> A expressão é de Jorge A. Osório, “Algumas Considerações sobre a «Crónica do Imperador Clarimundo»”, *Revista da Faculdade de Letras* (5ª sér., n.º 13-14, 1990), 153.

<sup>43</sup> João de Barros, *Chronica do Emperador Clarimundo, Donde os Reis de Portugal Descendem* (Quinta Impressão, Lisboa: Na Officina de João António da Silva, t. III, 1791), 19-20.

<sup>44</sup> Frei Joseph Pereira de Santanna, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios* (Lisboa: Na Officina dos Herdeiros de António Pedrozo Galram, t. II, 1751), 84 [sic], i. é, 86. Doravante 86.

certamente derivados de alagamentos cíclicos<sup>45</sup>, bem como a toponímia e a micro-toponímia local – como é o próprio caso de Galamares, Rio do Porto, Porto Recôncavo, Ilha, Marinha, Auguaria, Terra Firme, entre outros<sup>46</sup>, alguns de suposta origem muçulmana<sup>47</sup> – revelam essa relação com aquele curso de água que no passado teria uma foz ampla por onde entrava o mar.

Um documento de 1255 menciona “portus de Basam” enquanto que outro, de 1362, menciona apenas o “porto de Colares”, se bem que esta referência reportar-se-ia ao primeiro sítio (fig. 5) como salientou Maria Teresa Caetano. Em 1940, José de Oliveira Boléo dizia que ainda subsistiam “restos dum antigo ancoradouro” na várzea de Colares<sup>48</sup>. Ademais, a tradição oral manteve a ideia de ter existido um paredão na Quinta da Prezinha (situada na parte baixa da vila) dotado inclusive de argolas para amarrar as embarcações<sup>49</sup>.

**Figura 3.** Placa alusiva à Calçada do Rio do Porto em Sintra (foto do autor).



Que este rio terá funcionado como porto parece não haver dúvida, no entanto, resta tentar perceber desde e até quando terá sido navegável antes de ter assoreado. José de Oliveira Boléo remonta a sua importância ao tempo dos Fenícios dizendo que caso estes não viessem ao porto de Colares, dado Sintra ser a região mais rica da Estremadura a nível de produtos minerais, era natural que os seus habitantes tivessem que se deslocar a Lisboa a fim de trocar produtos<sup>50</sup>. De facto, terão sido estes e outros recursos que atraíram os Fenícios à actual costa portuguesa, onde se começaram a fixar desde meados do século VIII a. C.<sup>51</sup>.

Recentemente veio a confirmar-se a importância do litoral de Colares pelo menos desde a época

<sup>45</sup> José Alfredo da Costa Azevedo, *Velharias de Sintra* (Sintra: Câmara Municipal, VI, 1988), 103.

<sup>46</sup> Sobre estes e os restantes topónimos cf. Visconde de Juromenha, *Sintra Pinturesca, ou Memória Descritiva da Vila de Sintra, Colares e seus arredores* (Sintra: Câmara Municipal, 1989-1990), 150; José de Oliveira Boléo, *Sintra e seu termo*, 81; Maria de Lourdes de Freitas Ferraz, “A Região de Colares”, *Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa* (ano VI, n.º 24, Out. 1970), 87; Maria Teresa Caetano, *Colares*, 15, 21-23, nota 50.

<sup>47</sup> Vide José Pedro Machado, “Sintra Muçulmana. Vista de olhos sobre a sua toponímia arábica”, sep. do *Jornal de Sintra* (1940), 5-14; Sérgio Luís de Carvalho, “A Presença árabe em Sintra durante a Idade Média”, *História* (ano IX, n.º 101, Mar. 1987), 89-90; Catarina Coelho, “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros”, 209; André de Oliveira-Leitão, “O Povoamento no Baixo Vale do Tejo”, 135-140.

<sup>48</sup> José de Oliveira Boléo, *Sintra e seu termo*, 80-81.

<sup>49</sup> Maria Teresa Caetano, *Colares*, 14, 21, nota 35.

<sup>50</sup> José de Oliveira Boléo, *Sintra e seu termo*, 40.

<sup>51</sup> Ana Margarida Arruda; Raquel Vilaça, “O Mar Grego-Romano antes de Gregos e Romanos”, 46.

romana. Após intervenções arqueológicas de carácter preventivo iniciadas em 2008 pela equipa do Museu Arqueológico de São Miguel Odrinhas (MASMO) numa plataforma sobranceira à praia das Maças, situada na margem esquerda da actual ribeira de Colares e que ainda comporta os micro-topónimos Alto da Vigia (ou Vigia de Colares) e Alconchel, vieram a identificar-se estruturas romanas. Estas confirmaram a existência do santuário romano consagrado ao Sol e à Lua que se sabia ter existido no litoral de Sintra, dando assim sentido às afirmações de Ptolomeu quando se reportava à Serra de Sintra e ao Cabo da Roca por Serra da Lua e Promontório da Lua<sup>52</sup>. O santuário está datado do século II d. C. tendo sido referido no século XVI por Valentim Fernandes, Francisco de Holanda<sup>53</sup> e André de Resende<sup>54</sup>, bem como pelo viajante inglês James Murphy “que visitou Portugal em 1789 e 1790”<sup>55</sup>.

Não se sabe o uso exacto que os Romanos teriam feito do rio de Colares mas pelo facto de em Santo André de Almoçageme (freguesia de Colares), junto à estrada que segue para a Praia Grande, ter sido identificada a *villa* mais ocidental do mundo romano, naturalmente deve-se associá-la ao próprio santuário de Colares e à utilização do rio não só para as necessidades quotidianas mas também para a entrada de produtos<sup>56</sup>. Durante as escavações iniciadas na década 80 do século passado foi detectada *Terra Sigillata Hispânica Tardia*, cerâmica fina de importação produzida na região central do Norte da Península Ibérica, a qual pode “ter tido um circuito comercial essencialmente interior e fluvial”<sup>57</sup>. Foi ainda identificada *Sigillata Africana* de tipo A, A/C, C e D, sendo que, os achados da denominada Clara A/C, encontram-se, “maioritariamente, nas orlas atlântica e mediterrânica – à excepção de alguns portos interiores servidos por importantes vias fluviais –, comprovando, desse modo, a difusão quase exclusiva marítima destes fabricos”<sup>58</sup>. As cerâmicas provenientes do Norte de África ali exumadas perfazem o total de 95% dos fragmentos encontrados, revelando assim a intensa relação comercial com *Olisipo* durante a segunda metade do século III d.C. e durante o século IV. Isto atesta bem a importância do seu porto na recepção dos mesmos produtos e a posterior difusão pelo Ocidente da *Lusitânia*<sup>59</sup>, sendo que a própria existência do rio de Colares – certamente um dos grandes factores para o estabelecimento da *villa* romana naquela área – poderia ter facilitado a entrada desses produtos até ao interior sintrense após descarga em Lisboa.

A estes dados devem ser acrescentados os exemplares e fragmentos de ânforas romanas (fabricadas nos fornos do Vale do Sado e datáveis dos séculos I-II d. C.) que começaram a ser descobertos fortuitamente na década de 50 do século passado num areal do Mucifal (Colares), fazendo parte daquilo que se pensa ter sido um depósito de ânforas à semelhança de outros descobertos em território lusitano<sup>60</sup>. Isto indicia ainda mais a utilização do rio de Colares pelos navios romanos, actividade essa que não seria estranha a outros locais das proximidades como

<sup>52</sup> Patrícia Jordão; Pedro Mendes; Alexandre Gonçalves, “Alto da Vigia (Colares, Sintra). Relatório dos Trabalhos Arqueológicos [de 2008]” (2009), 3. Depositado no Arquivo de Arqueologia do IGESPAR sob o código 2008/1 (584).

<sup>53</sup> Francisco de Holanda, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa* ([Lisboa]: Livros Horizonte, 1984), 31.

<sup>54</sup> André de Resende, *As Antiguidades da Lusitânia* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009), 144-147.

<sup>55</sup> M. Justino Maciel, “Sintra: da Antiguidade à Idade Média”, in *Contributos para a História Medieval de Sintra. Actas do I Curso de Sintra (28 de Março – 2 de Junho de 2007)* (Sintra: Câmara Municipal, 2008), 30.

<sup>56</sup> Refira-se ainda que o Visconde de Juromenha relacionou o Banzão com o topónimo Bassa, reportando-se a uma “antiga e hipotética povoação romana”, embora sem apresentar “qualquer fundamento filológico, histórico ou arqueológico” como refere Maria Teresa Caetano. Visconde de Juromenha, *Sintra Pinturesca*, 151; Maria Teresa Caetano, *Colares*, 19, nota 31.

<sup>57</sup> Cf. Élvio Melim de Sousa, “Terra Sigillata Hispânica Tardia da *Villa* de Santo André de Almoçageme (Colares, Sintra)”, sep. de *Artefactos* (vol. I, 1992), 16.

<sup>58</sup> *Idem*, “Presença de “Terra Sigillata” Clara com decoração de relevos aplicados na *Villa* de Santo André de Almoçageme (Freg. de Colares, conc. de Sintra)”, sep. de *Setúbal Arqueológica* (vol. IX-X, 1992), 386.

<sup>59</sup> Saliente-se ainda a detecção de cerâmicas finas importadas do Sul da Gália e do Mediterrâneo Oriental. *Idem*, “Ruínas Romanas de St.º André de Almoçageme”, in *Actas do Seminário O Espaço Rural na Lusitânia. Tomar e o seu Território, 17 a 19 de Março 1989* (Tomar: Centro de Estudos de Arte e Arqueologia da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, 1992), 85-91.

<sup>60</sup> Frederico Coelho Pimenta, “Subsídios para o estudo do material ânforico conservado no Museu Regional de Sintra”, *Sintria. Revista de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia* (vols. 1-2, t. I, 1982-83), 117-150. Agradecemos a informação fornecida por Alexandre Gonçalves.

se tem vindo a perceber por vários dados arqueológicos<sup>61</sup>.

Voltando ao Alto da Vigia, no decorrer das intervenções foram identificados igualmente vestígios da torre de um facho de tipologia semelhante ao da Boca do Inferno (Cascais) que talvez correspondam ao que resta do facho que outrora existiu a Norte do Cabo da Roca<sup>62</sup>, bem como importantes vestígios do período muçulmano possivelmente relacionados com o topónimo Alconchel (*al-concilium*). Destaque para um *ribat* – cuja edificação se ergueu com múltiplos elementos arquitectónicos romanos – composto por várias salas, sendo que numa delas existe “um mirhab orientado para Sudeste, virtualmente no sentido de Meca”, tal como vestígios de fogueiras e restos de cerâmica datados do século XII que devem corresponder ao período final de ocupação islâmica. Saliente-se ainda a identificação de uma área de necrópole com várias sepulturas associadas a esse mesmo período final de ocupação do local<sup>63</sup>.

Contrariamente ao *ribat* de Aljezur (construído c. 1130 e que se sabe inclusive o nome do seu fundador: o mestre sufi Ibn Qasi), o primeiro a ser identificado em solo português e o segundo na Península Ibérica, posteriormente ao de Guardamar<sup>64</sup> (edificado na segunda metade do século IX no antigo delta do rio Segura, no Sul de Alicante)<sup>65</sup>, nenhuma fonte islâmica parece ter registado a existência do *ribat* de Colares. Nem os humanistas portugueses que visitaram as ruínas do santuário romano no século XVI deram importância aos vestígios islâmicos, se bem que isso deva ser entendido na medida em que, uma vez inseridos na corrente humanista, o importante era divulgar o legado do passado clássico ou talvez porque os mesmos vestígios já estivessem bastante degradados e não fossem tão perceptíveis face à sua possível reutilização para a construção do facho. Os trabalhos arqueológicos ainda não permitiram datar o *ribat* mas novos dados surgirão certamente com o retomar das escavações, apesar de boa parte das construções islâmicas se encontrarem bastante destruídas presumivelmente devido a remoção e utilização das suas pedras para a edificação da torre do facho<sup>66</sup>.

No entanto, não foge à vista que o *ribat* estava situado numa zona de fronteira<sup>67</sup>, de forma estratégica edificado à entrada do rio, servindo como local defensivo do principal acesso marítimo ao interior de Sintra. De facto, sabe-se que estas estruturas eram construídas em zonas marítimas importantes, algumas mesmo na desembocadura de rios para protegerem o acesso a

<sup>61</sup> No entanto, está ainda por perceber o papel das “baías e enseadas da área do estuário de comprovada utilização na Antiguidade, que podem ter detido uma relevância um pouco além da sua suposta complementaridade, casos de Colares, Cascais ou Cacilhas”. Rodrigo Banha da Silva, “As “Marcas de Oleiro” em *Terra Sigillata da Praça da Figueira*”, 258.

<sup>62</sup> Patrícia Jordão; Pedro Mendes; Alexandre Gonçalves, “Alto da Vigia (Colares, Sintra). Relatório dos Trabalhos Arqueológicos”, 3-4, 17.

<sup>63</sup> <http://www.museuarqueologicocodrinhas.pt/escavacoes/1/alto-da-vigia.html> (consultada em 25/10/2011). É de referir ainda a descoberta de silos muçulmanos escavados na rocha sob a necrópole da Igreja Matriz de Colares, à semelhança dos que foram descobertos no castelo dos Mouros e na vila velha de Sintra, e cujo espólio se resumia a grandes quantidades de búzios, conchas e fragmentos cerâmicos. O abandono e preenchimento dessas estruturas terá ocorrido no século XI. Maria Teresa Caetano, *Colares*, 38, 43, 62.

<sup>64</sup> De acordo com R. Azuar as escavações arqueológicas efectuadas em Guardamar permitiram detectar um processo de transformação que estas estruturas sofreram no al-Ándalus “durante el califato, por el cual los antiguos ribât-s, acabaron transformandose en rábitas, germen de las zâwiyas posteriores”. Cf. R. Azuar, “El ribât en al-Andalus: espacio y función”, *Ilu. Revista de Ciencias de las Religiones. Anejos* (X, 2004), 24.

<sup>65</sup> Rosa Varela Gomes; Mário Varela Gomes, “O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve): resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* (vol. 7, n.º 1, 2004), 483, 560.

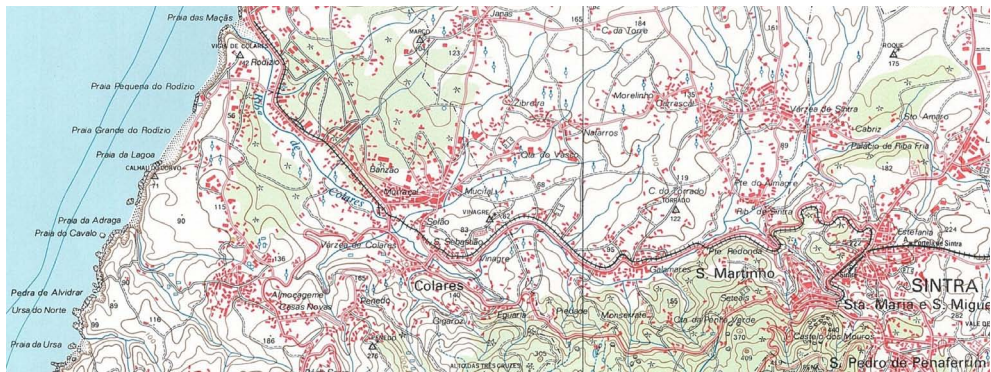
<sup>66</sup> <http://www.museuarqueologicocodrinhas.pt/escavacoes/1/alto-da-vigia.html> (consultada em 25/10/2011).

<sup>67</sup> De referir que a localização dos *ribat/s* nas zonas de fronteira, entre as rotas marítimas e fluviais, é característica dos primitivos *ribat/s*. Manuela Marín, “La práctica del ribat en al-Andalus (ss. III-V/IX-XI)”, in *Fouilles de la Râbita de Guardamar I – El Ribat Califal. Excavaciones e investigaciones* (1984-1992), coord. de Rafael Azuar Ruiz (Madrid: Casa de Velasquez, 2004), 191; R. Azuar, “El ribât en al-Andalus”, 24.

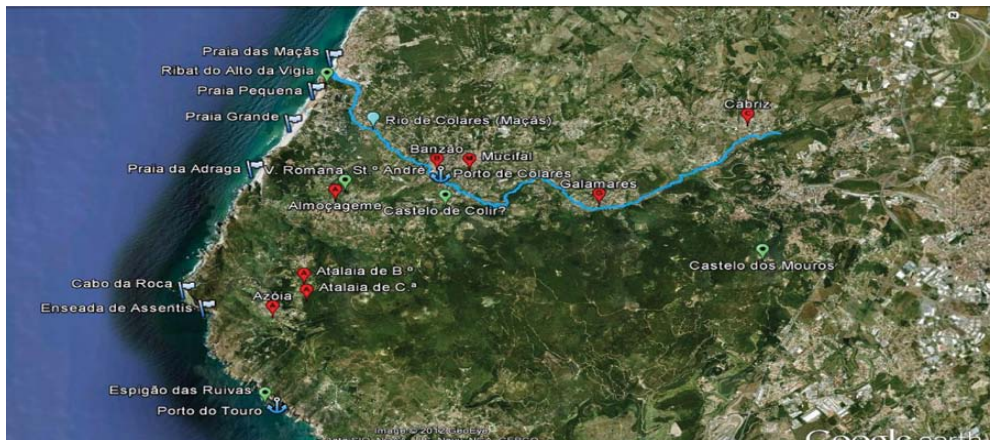


portos interiores, embora para o Magreb e o Mediterrâneo Oriental se lhe aponte uma finalidade mais ligada ao desenvolvimento do movimento comercial marítimo do que propriamente ao seu carácter militar<sup>68</sup>. Naturalmente, este *ribat* seria habitado (ou frequentado) por um grupo de *muridun* (guerreiros) preparados para ao mínimo sinal de alarme se posicionarem na extremidade do Alto da Vigia, virada para a Praia das Maças, a fim de impedir a aproximação de navios. Mas a defesa deste ponto, em particular, e a tentativa de evitar um desembarque inimigo, não seria tarefa fácil porque do lado esquerdo, na actual Praia Pequena e, sobretudo, na Praia Grande, existiriam outras possibilidades de desembarque muito embora o perfil topográfico local não devesse ser exactamente como hoje (cf. fig. 8).

**Figura 4.** Pormenor da área de Colares com base na Carta Corográfica de Portugal na Escala 1:50 000, 34-A (Sintra), M 7810, edição 3 – IGCP, 1991.



**Figura 5.** Panorâmica de Sintra com destaque para os principais locais e estruturas referidas neste estudo<sup>69</sup>.



<sup>68</sup> Sabe-se que algumas rotas comerciais da costa oriental mediterrânica eram apoiadas em *ribats* com navios a chegarem das costas cristãs carregados de produtos, sendo que o aviso da sua chegada era dado através das torres de vigia com as gentes da região a acorrerem aos *ribats* para comerciarem. Cf. R. Azuar, “El ribát en al-Andalus”, 28-29.

<sup>69</sup> Embora durante a Idade Média o mar avançasse para o interior do território sintense tendo influência na direcção do curso do rio de Colares e na localização da sua foz, o possível traçado do antigo rio – actualmente relegado à categoria de ribeira – foi delineado até às imediações de Cabriz através do percurso da ribeira (também com o auxílio da *Carta Corográfica de Portugal* acima apresentada, de onde retirámos alguns topónimos que ilustram a imagem). Depois de Cabriz, e mesmo com base na imagem por satélite, torna-se confuso tentar captar o trecho da ribeira.

**Figura 6.**  
Praia das Maças vista do Alto da Vigia (foto do autor).



**Figura 7.**  
Vestígios arqueológicos do Alto da Vigia (foto do autor).



**Figura 8.** Pormenor da área onde se fazia a defesa da entrada do rio de Colares.



Quanto à navegabilidade do rio de Sintra parece que os autores islâmicos nada registaram. Já vimos que Ibn Hawkal menciona um rio a desembocar em Sintra durante o século X, e este pode ser identificado como sendo o rio de Colares por ser o curso de água mais significativo na região, mas a verdade é que a descrição surge de forma pouco clara, parecendo mesmo deslocada, não

revelando nada quanto à sua utilidade<sup>70</sup>.

Christophe Picard e Isabel Cristina Ferreira Fernandes aludem, porém, a uma passagem de al-Idrisi que considera a deslocação marítima de Lisboa a Sintra uma etapa ligeira deixando no ar a ideia de apontagem algures<sup>71</sup>, certamente no rio de Colares.

Mais tardiamente surge uma descrição de al-Himyari que associa o rio<sup>72</sup> sintrense que corria para o mar apenas à rega dos “vergeís”<sup>73</sup>. A simplicidade dessa descrição, à primeira vista, podia ser entendida na medida em que na altura da sua recolha o processo de assoreamento pudesse já estar bastante avançado e o rio já só servisse para as tarefas horto-frutícolas, mas a questão é que não se sabe ao certo quando foi recolhida e a quem pertence originalmente. É que para além de terem existido duas pessoas presumivelmente da mesma família e com nome semelhante (al-Himyari) a publicar a mesma obra, embora com uma distância cronológica bastante considerável<sup>74</sup>, as notícias de carácter histórico-geográfico usadas teriam sido recolhidas a partir de obras de autores mais antigos, sendo que a originalidade das notícias geográficas referentes ao Garb al-Ándalus, pelo menos as de Lisboa, costumam ser atribuídas a al-Bakri (século XI) e a al-Idrisi (século XII)<sup>75</sup>, os quais recolheram informações muitas vezes por experiência própria no terreno.

Outra possibilidade é que durante a época islâmica já só se navegasse pelo rio de Colares em períodos de preia-mar devido a esse avanço do processo de assoreamento, à semelhança do que acontecia um pouco por toda a costa, em que o transporte de grandes volumes de sedimentos derivados de fenómenos erosivos dos solos interiores (sobretudo das vertentes montanhosas) marcou uma acumulação crescente e o impedimento das zonas fluviais navegáveis<sup>76</sup>. A própria descrição de João de Barros ao ter em conta as condicionantes causadas pela vazante aponta nesse sentido: “porque a maré a este tempo vazava, ficarão algumas Nãos tão baixas na mão do Rio, e a terra tão alcantilada, que toda ficou igual com o bordo da Náo”<sup>77</sup>. Assim, presume-se que em períodos de baixa-mar só seria possível aportar na enseada das Maças tendo de se esperar pela enchente para chegar ao porto interior.

Não obstante, o rio de Colares continuava a ser um local estratégico para um ataque ao interior de Sintra – a qual foi sendo constantemente atacada ao longo da ocupação islâmica, ora andando sob domínio muçulmano, ora sob domínio cristão, isto quando não era abalada por revoltas internas –, tendo apenas que se esperar pela enchente para subir aquele curso de água.

<sup>70</sup> “Una etapa de Yébenes a Toledo, gran ciudad famosa y célebre, más importante que Pechina, rodeada de una sólida muralla, regada por el Tajo, sobre el cual se encuentra un gran puente de piedra con una longitud de cincuenta brazas; este riachuelo se proyecta en el rio que tiene su desembocadura en Cintra”. Ibn Hawkal, *Configuración del Mundo*, 69; Clara Delgado Valero, “Noticias sobre Toledo suministradas por los geógrafos musulmanes”, *En la España Medieval* (t. V, 1986), 301-302. Parece claro o desfazamento entre a descrição do Tejo e a passagem para o tal riacho que se lança no rio de Sintra.

<sup>71</sup> Christophe Picard; Isabel Cristina Ferreira Fernandes, “La Défense côtière à l’époque musulmane”, 67.

<sup>72</sup> Na edição publicada por Borges Coelho a referência surge como “um curso de água que se lança no mar e serve para a rega das hortas”. Cfr. António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe* (vol. I), 63.

<sup>73</sup> Adel Sidarus; António Rei, “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”, 60.

<sup>74</sup> Durante o século XVII existiam duas versões desta obra a circular atribuídas a diferentes indivíduos, embora presumivelmente da mesma família, sendo que só a mais recente chegou até aos nossos dias tendo direito a publicação por parte de Lévi-Provençal. A versão mais antiga, sem data de edição, mas que provavelmente teria vindo a lume em finais do século XIII cristão ou inícios do seguinte, a partir de diversas notícias de carácter histórico-geográfico assimiladas de outros autores árabes, já era citada em 814 (1411-1412) por alguns autores e copistas. Por sua vez, a obra mais recente teria sido retocada e publicada em 1461 por um familiar que também tinha al-Himyari no nome, o qual viria a falecer em 900 (1494-1495), mas que não indicou a prioridade de autoria do anterior familiar ficando assim como único autor. Al-Himyari, *Kitab ar-Rawd al-Mi'tar*, trad. por M.ª Pilar Maestro González (Valência: Anubar, 1963), 5-9.

<sup>75</sup> Cf. José García Domingues, “Aspectos geográficos da Lisboa muçulmana”, *Revista Municipal* (vol. XXVIII, n.º 112-113, 1967), 11, 13.

<sup>76</sup> Maria Luísa Blot, *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal* (Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2003), 38-42.

<sup>77</sup> João de Barros, *Chronica do Emperador Clarimundo*, 25.



Ao descrever a subida das naus de Clarimundo pelo rio de Colares, João de Barros não refere nenhum posto defensivo à sua entrada, somente junto ao porto interior, sendo que só aí foi dado o sinal de alerta da chegada de navios estranhos através de um sino colocado na parte mais alta da torre do castelo. Desde logo equipou-se uma fusta com perto de vinte homens armados e com quem os homens de Clarimundo travaram combate. Seguiu-se uma luta com Morbanfo onde Clarimundo, depois da invasão do castelo de Colir, veio a vencer o gigante e a apoderar-se do mesmo<sup>78</sup>.

Embora João de Barros tenha fantasiado a sua história teria de haver algum fundamento real para abordar a navegabilidade deste rio – que na sua época já não seria navegável – e a existência de um porto que parece ficaria situado precisamente nas proximidades da actual Quinta da Prezinha (local que permaneceu na memória popular por ter um paredão de aportagem e que está situado próximo da Rua dos Marinheiros), se tivermos em conta as informações que o carmelita Joseph de Santanna nos deixa sobre o castelo de Colares. Porém, este castelo estaria numa posição mais elevada e afastada do porto do que inicialmente João de Barros revela. É que se Barros na primeira referência que faz ao castelo dá a entender que este ficaria precisamente no porto mencionado, mais adiante infere-se que estaria nas suas proximidades e num local elevado de onde se avistaria o porto, sendo assim compatível com o local sobranceiro à vila moderna onde se pensa ter existido o castelo de Colares.

Sabe-se que este suposto castelo erguido na época islâmica – de fundação anterior ao castelo de Cintra (Mouros) segundo Barros<sup>79</sup> – funcionava em inícios do século XVII como Câmara e cadeia colarense, tendo sido adquirido por D. Dinis de Melo e Castro, antigo bispo de Leiria, Viseu e Guarda, que o transformou num palácio para sua habitação<sup>80</sup>. Isto teria ocorrido c. 1620 sendo que o palácio teria muito provavelmente sido construído a partir de uma estrutura manuelina preexistente – nas imediações detectaram-se elementos pétreos de um portal manuelino –, a chamada Casa da Câmara, que, por sua vez, teria sido construída a partir da estrutura do antigo castelo muçulmano com vista para o oceano. O palácio terá ardido em meados do século XIX tendo sido demolidas, já no início do século XX, as ruínas do Paço para a construção de uma escola primária. Assim, restou “apenas o grande terraço sobranceiro à vila moderna”<sup>81</sup>.

Pese embora a hipótese comumente aceite de que um dos castelos de Sintra referido por al-Himyari estivesse edificado no sítio onde se encontra o Paço sintrense, Maria Teresa Caetano não deixou de mencionar que o geógrafo poderia querer reportar-se ao castelo de Colares<sup>82</sup>. Contudo, na impossibilidade de se confirmar a veracidade da tradição vinda de João de Barros e seguida por Joseph de Santanna, somente a arqueologia poderá vir a confirmar ou a desmentir uma possível origem islâmica da estrutura primitiva daquele edifício.

<sup>78</sup> Durante a narração da luta João de Barros vai dando informações sobre a corrente do rio, sobre as condições a que os navios estavam sujeitos com a vazante, as armas usadas por Morbanfo outrora tomadas a mercadores que ali tinham aportado, revelando ainda a tática de guerra baseada no uso de balsas de lenha incendiadas que se lançavam rio abaixo a fim de incendiar os navios que ali chegavam, tal como Morbanfo já tinha feito a umas fustas de Lisboa. *Ibidem*, 19-31.

<sup>79</sup> *Idem*, 33, 37-38.

<sup>80</sup> Frei Joseph de Santanna, *Chronica dos Carmelitas*, 88-89.

<sup>81</sup> Maria Teresa Caetano, *Colares*, 104-107, notas 243, 245.

<sup>82</sup> Cfr. *Ibidem*, 35-36, nota 91.

**Figura 9.** Arcada subsistente do terraço do palácio de D. Dinis de Melo e Castro (foto do autor).



Terá sido também pelo rio de Colares que, em 1109, Sigurd, jovem rei norueguês, avançou com os seus navios para levar a cabo um assalto a Sintra<sup>83</sup>, vindo a desembarcar possivelmente no porto referido por João de Barros durante a preia-mar. Como se sabe a expedição cruzada que havia de levar Sigurd à Terra Santa e colocá-lo na rota de Sintra teve início no Outono de 1107. Nesse ano, Sigurd partiu da Noruega com uma frota de 60 navios rumo a Inglaterra onde foi acolhido por Henrique I e acabou por invernar. Voltou ao mar na Primavera de 1108 rumo à Galiza e ali permaneceu até ao Outono. Após o governador local deixar de abastecer Sigurd e os seus homens com a comida e os suprimentos adequados, os Viquingues vieram a saquear o castelo levando os objectos de valor, os alimentos e os navios que conseguiram. Depois desta rapina a frota de Sigurd fez-se ao mar vindo, já em 1109, a atacar o castelo de Sintra [Mouros ou Colir?] o qual era habitado por “pagãos que loitaban contra cristiãos”. Sigurd conquistou o castelo e matou todos os seus habitantes porquanto não se quiserem converter ao Cristianismo, obtendo uma grande presa<sup>84</sup>. Assim reza a saga nórdica.

Curiosamente, reportando-se a 1109, a *Chronica Gothorum* refere que Sintra fora conquistada nesse ano pelas forças de D. Henrique. Afonso do Paço e Fausto J. A. de Figueiredo falam mesmo na possibilidade de D. Henrique ter sido coadjuvado por Sigurd e suas forças<sup>85</sup> embora as crónicas cristãs nada revelem quanto a isso. Para Mário Jorge Barroca é possível que D. Henrique apenas

<sup>83</sup> *Idem*, 41. Numa obra de 1997, citando R. Dozy, *Recherches sur L'Histoire et la Littérature de L'Espagne pendant le Moyen Age* (Trois. éd., Paris: Maisonneuve & Co., t. II, 1881), 324, Christophe Picard diz que Sigurd atacou o porto de Sintra “d’où les païens faisaient des incursions contre les chrétiens” (*La mer et les Musulmans d’occident au Moyen Age (VIII-XIII siècle)*) (Paris: Presses Universitaires de France, 1997), 63). Se bem que R. Dozy refira Sintra como um local onde se faziam incursões contra os cristãos, o mesmo autor não menciona nenhum porto naquela área. Contudo, em 2000, fazendo a mesma referência a R. Dozy, Picard parece corrigir a anterior versão referindo Sintra somente como “une escale” onde os pagãos faziam incursões contra os cristãos. O historiador acrescenta que “Faire de Sintra un port n’est pas absurde, étant donnée la proximité de la mer, mais les sources arabes n’en font pas mention”. Christophe Picard, *Le Portugal musulman*, 215.

<sup>84</sup> Vicente Almazán, *Gallaecia Scandinavica. Introducción ó estudio das relacións galaico-escandinavas durante a Idade Media* (Vigo: Galáxia, 1986), 131.

<sup>85</sup> Afonso do Paço; Fausto J. A. de Figueiredo, “Os Antecedentes da Conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques”, sep. da *Revista Brotéria* (vol. XXXVIII, fasc. 4, Abr. 1944), 8-10, nota 17.

tenha recebido o senhorio da vila depois da sua conquista e que possa nem ter participado nesse assalto. Seja como for, pouco depois da tomada de Sintra chega a notícia da morte de Afonso VI, ocorrida a 29 de Julho, pelo que a comunidade muçulmana local aproveitou para se revoltar e, em finais desse ano, já teria de novo o controlo de Sintra<sup>86</sup>. Diferente posição tem José Mattoso que, não mencionando o ataque e conquista do castelo de Sintra por Sigurd, considera “um facto pouco verosímil” que D. Henrique tenha recuperado o castelo em 1109 “dada a proximidade de um apoio tão forte como a cidade de Lisboa e as condições da sua defesa quase inexpugnáveis”<sup>87</sup>.

Mas não era apenas o rio de Colares que poderia ter permitido o desembarque dos Viquingues nas proximidades de Sintra. Para além das praias mais próximas (Praia Pequena, Praia Grande, Praia da Adraga ou até mesmo o Guincho), embora sempre sujeitas a forte ondulação, existiam outros possíveis locais de desembarque ao longo da costa como é o caso de Porto do Touro ou até mesmo do porto de Cascais. Todavia, se Cascais ficava já um pouco distante do castelo de Sintra – e mesmo que o seu porto tivesse sido tomado pelas forças de Sigurd não seria sábio deixar ali os navios e optar por uma longa caminhada até Sintra, virando costas a possíveis reforços inimigos que poderiam chegar de Lisboa ou de outro porto mais a Sul –, um desembarque em Porto do Touro oferecia grandes dificuldades de progressão no terreno devido ao seu difícil percurso montanhoso para além de que as suas reduzidas dimensões não permitiriam acolher tantos navios.

Neste plano, aliando a proximidade do alvo a atacar às possibilidades de progressão no terreno, nenhum outro local oferecia melhores condições de desembarque que a costa de Colares cuja subida do rio condizia bem com o estilo dos guerreiros Viquingues, habituados a expedições por quilómetros acima da linha de costa em navios adaptados a cursos de água rasos. A lógica viquingue consistia em tentar levar os navios o mais próximo possível dos alvos a atacar, daí que se presume que, caso não tivessem desembarcado logo na Praia das Maças ou um pouco acima, tenham tentado navegar o mais possível para montante já a pensar em carregar os navios com os objectos saqueados e os prisioneiros que habitualmente eram feitos escravos<sup>88</sup>. Porém, antes da subida do rio, Sigurd teria de travar combate com as forças que guardariam o *ribat* do Alto da Vigia – apenas o terceiro até ao momento identificado em toda a Península Ibérica –, por essa altura possivelmente já edificado<sup>89</sup>.

<sup>86</sup> Mário Jorge Barroca, “Da Reconquista a D. Dinis”, in *Nova História Militar de Portugal*. I Vol., dir. de Manuel Themudo Barata; Nuno Severiano Teixeira, coord. de José Mattoso (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003), 34-37. Porém, segundo Luís Saavedra Machado, a *Brevís Historia Gothorum* inverte a ordem dos acontecimentos da *Chronica Gothorum* “relegando, parece que logicamente, a conquista [cristã] de Sintra para depois do falecimento de Afonso VI, perto do ano seguinte”. Cfr. Luís Saavedra Machado “Circunstâncias do ataque a Lisboa por Sigurd da Noruega (1109)”, *O Instituto. Revista Científica e Literária* (n.º 111, 1948), 216, nota 3.

<sup>87</sup> Afonso do Paço; Fausto J. A. de Figueiredo, “Os Antecedentes da Conquista de Lisboa”, 8-9. Recorde-se que Sintra havia voltado ao poder cristão em 1093. Neste ano, em troca de protecção face aos exércitos almorávidas, al-Mutawakkil, rei da taifa de Badajoz, havia firmado uma aliança com D. Afonso VI ficando as cidades de Lisboa, Santarém e o castelo de Sintra sob poder cristão, sendo a defesa das mesmas confiada a D. Raimundo. Em Novembro do ano seguinte Lisboa e Sintra já estavam de volta à posse islâmica, enquanto Santarém cairia para o Islão apenas em 1111. Mário Jorge Barroca, “Da Reconquista a D. Dinis”, 34.

<sup>88</sup> José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Temas e Debates, 2007), 32, nota 1, supõe que o texto que alude à conquista de D. Henrique tenha sido mal transcrito ou possa estar mal datado.

<sup>89</sup> Ainda em Sintra, Sigurd terá organizado o plano de ataque a Lisboa (José de Oliveira Boléo, “Assaltos a Lixbona e Chintrá em 1107-1108”, *Revista Municipal. Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa* (ano III, n.º 13-14, 1942), 39) onde as suas forças vieram a deparar-se com uma cidade habitada por metade de cristãos e a outra de pagãos. Seguiu-se um ataque mais demorado a Alcácer do Sal e que veio a deixar a cidade vazia. Para uma visão mais actualizada da expedição vide Richard W. Unger, “The Northern Crusaders: the logistics of English and other Northern Crusaders fleets”, in *Logistics of Warfare in the Age of the Crusades*, ed. John H. Pryor (Aldershot: Ashgate Publishing, 2006), 251-254.

<sup>89</sup> Embora ainda não se tenha atribuído uma datação a este *ribat*, é preciso ver que fora edificado numa zona de fronteira, à entrada do rio, local estratégico de defesa do principal acesso por mar ao interior sintrense, pelo que a lógica da sua construção, face a toda a problemática dos ataques viquingues e constante tentativa de tomada de Sintra pelas forças cristãs, teria de ser muito anterior ao século XII.

Se no plano militar o rio de Colares teria tido a sua importância o mesmo se pode dizer no plano económico. Tendo em conta a proximidade de Lisboa, Maria Teresa Caetano refere que naquelas circunstâncias teria sido proveitoso transportar por mar as frutas e legumes frescos que diariamente partiam de Sintra para Lisboa<sup>90</sup>. Supõe-se que ainda fosse assim durante o Garb al-Ándalus e que por ali se fizesse a saída e entrada de produtos para abastecimento sintrense, embora com cada vez menos frequência devido ao avançar do assoreamento, estando essas comunicações com o exterior possivelmente relegadas aos períodos de preia-mar como já mencionámos.

Alguns documentos da época cristã que possivelmente nos poderiam elucidar sobre a actividade do ancoradouro colarense, ou remeter para algum paralelo passado, nada revelam. O foral de Sintra de 1154 não refere nenhum ancoradouro, apenas um rio a passar em Galamares. Por sua vez, o suposto foral dionisino de Colares parece ter-se perdido no tempo enquanto que o foral manuelino de 1516 nada refere. Contudo, como já se referiu, um documento de 1255 faz referência a “portus de Basam” enquanto que outro, de 1362, menciona o “porto de Colares”, embora esta última referência dissesse respeito ao primeiro sítio<sup>91</sup>.

Mas a existência destes dois documentos, porém, não quer dizer que nesse espaço de tempo o rio ainda fosse navegável até porque os ditos nada referem quanto à sua utilidade portuária<sup>92</sup>. É possível que por essa altura o braço de mar apenas só se estendesse até à zona do Banzão durante a preia-mar, ou já nem isso, e que o “antigo ancoradouro colarense estivesse já completamente desactivado”<sup>93</sup>. Note-se que, apesar de em 1362 ainda se aludir ao porto de Colares, a verdade é que Cascais funcionava como porto comercial e exportador dos produtos de Sintra anteriormente a 1377<sup>94</sup>, muito embora em 1364 tenha conseguido libertar-se da sujeição a Sintra – sendo elevada a vila – e em 1370 tenha conseguido a criação do seu termo e senhorio. Assim, admite-se que por essa altura o rio já estivesse bastante limitado pelo assoreamento não permitindo a sua navegabilidade, podendo apenas ter mantido a tradição de um nome e ideia de porto que vinha de um passado recente, porquanto as suas estruturas de aportagem ainda seriam visíveis.

Damião de Góis, que na *Descrição da Cidade de Lisboa* (c. 1554) faz algumas referências ao litoral de Colares embora envolvidas na mitologia antiga, nada refere quanto a este ser um local de aportagem de navios. Nem mesmo Francisco de Holanda – embora tenha desenhado a foz do rio – e André de Resende, que escreveram sobre o santuário romano, remeteram alguma indicação para a utilidade do rio. No tempo de Joseph de Santanna o rio corria já “com diminuição tão perceptível nas águas [...] pelo impedimento das arêas, que na barra se amontoaram [...] que apenas pode chegar à boca do rio (quando o tempo he favorável) algum pequeno batel, mas sempre com perigo”<sup>95</sup>. Em 1758, aquando do inquérito pombalino levado a cabo em todas as paróquias portuguesas (*Memórias Paroquiais*), confirmava-se que o rio de Colares já não era navegável nem tinha capacidade para embarcações<sup>96</sup>. Não obstante, sabe-se que em 1815 seis ingleses desembarcaram

<sup>90</sup> Maria Teresa Caetano, *Colares*, 33-34.

<sup>91</sup> *Ibidem*, 19-20, notas 33-34.

<sup>92</sup> O primeiro alude apenas ao porto de Banzão como um local onde existiam dois rebanhos: um sobre o dito porto e o outro mais abaixo. Este documento era, aliás, a carta supra citada de doação do reguengo de Colares a Pedro Miguel e a sua mulher com a condição que estes plantassem vinhas no terreno. O dito reguengo dividia-se entre a água da ribeira de Mucifal, entre o almarge dos Mouros e outro reguengo sob poder dos trabalhadores. *Idem*, 20, nota 33. Por sua vez, o documento de 1362 é uma carta de quitação que referia a doação de ¼ de uma vinha a Afonso Domingues. Esta alude ao porto de Colares apenas como delimitação geográfica do reguengo de Colares e, como já referimos, este porto seria o anteriormente referido como Banzão. *Chancelaria de D. Pedro (1357-1367)* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984), 348; Maria Teresa Caetano, *Colares*, 20, nota 34.

<sup>93</sup> Maria Teresa Caetano, *Colares*, 20-21.

<sup>94</sup> João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, sup. vol. I, 1988), 59.

<sup>95</sup> Frei Joseph de Santanna, *Chronica dos Carmelitas*, 86.

<sup>96</sup> José Alfredo da Costa Azevedo, *Velharias de Sintra* (IV), 179; Maria Teresa Caetano, *Colares*, 21.

em Colares e que, em 1835, no seu Roteiro *Geral dos Mares, Costas, Ilhas, e Baixos* [...], António de Almeida menciona a Praia das Maças como local de abrigo e desembarque<sup>97</sup>, pelo que a acostagem junto à praia continuava a ser possível apenas não seria praticável a subida do rio<sup>98</sup>.

## Conclusão

É sempre arriscado avançar para um estudo destes quando as fontes pouco revelam e a época focada não está na nossa rotina. No entanto, seguindo uma lógica de funcionalidade defensiva apoiada na realidade geográfica deste litoral e no recurso a analogias com dados existentes para séculos anteriores e posteriores, tentámos mostrar como se estruturaria o sistema de defesa costeira islâmico que ganhava forma a partir de Sintra e que tinha natural continuação pela costa de Cascais visando o alerta de Lisboa e das cidades marítimas a Sul.

Conforme vimos, sendo uma zona bastante exposta ao perigo e na rota das navegações para Lisboa, ao longo deste litoral teriam de existir outros postos de vigia em locais privilegiados pelas condições topográficas e, possivelmente, outros *ribat/s*, para além do que foi identificado no Alto da Vigia. A edificação destas estruturas seria essencial para se continuar a propagar a *jihad* e agrupar guerreiros prontos a impedir o desembarque inimigo nos portos, praias e enseadas que se mostravam convidativas, especialmente nas que estavam perto de povoados ou que facilitavam o acesso ao interior do território. Estas possíveis estruturas teriam sido reaproveitadas e/ou até readaptadas após a Reconquista e, posteriormente, absorvidas e/ou destruídas para a edificação de novas construções surgidas entre o Cabo da Roca e Belém ao longo dos séculos. O desaparecimento das estruturas islâmicas (ou das suas ruínas), não esquecendo as que eventualmente possam ter sido tapadas pela vegetação e pelas areias, poderá ter a ver igualmente com o aparecimento de casas e restaurantes ao longo do litoral cascaense a partir de finais do século XIX.

Faltou tentar compreender se a segunda vertente de defesa costeira, a vertente activa, a qual seria exercida por navios de patrulha, poderia igualmente estar em funcionamento nesta costa, ou se os portos citados poderiam prestar qualquer tipo de auxílio à passagem de uma armada, mas essas questões, face à extensão que este estudo foi adquirindo, serão abordadas na II parte onde focamos pormenorizadamente a situação do porto de Cascais e as navegações para Lisboa.

Quanto ao rio de Colares, porto de Sintra, existem indícios de que os Romanos tenham feito uso do mesmo para entrada dos seus produtos, o que é natural tendo em conta a proximidade da *villa* de Santo André de Almoçageme, a *villa* mais ocidental do mundo romano. Apesar do progressivo processo de assoreamento verificado ao longo da Idade Média, e que levou ao desaparecimento de vários portos no litoral português, durante o período de ocupação islâmica ainda teria sido possível navegar em Colares embora as condições de navegação já estivessem limitadas, gradualmente mais dependentes do período de preia-mar.

Por fim, esperamos que este nosso primeiro contributo tenha permitido uma melhor compreensão da organização defensiva deste litoral, ou, pelo menos, que os dados sistematizados e

---

<sup>97</sup> Maria Teresa Caetano, *Colares*, 14, 23. Se alguns levantamentos cartográficos da barra do Tejo e arredores efectuados entre os séculos XVII e XIX identificam o rio de Colares com uma profundidade entre 10 a 25 braças de profundidade junto à foz, é preciso ter em conta certos exageros que apresentam e alguns erros de representação dos recortes litorais não apenas no caso de Colares. "Este facto, aparentemente propositado, destinava-se a evidenciar a importância dessas reentrâncias para a navegação, pelo que a leitura e interpretação das cartas se deverá revestir das necessárias cautelas". *Ibidem*, 16-18, nota 18.

<sup>98</sup> Deve ser salientado que apesar de ainda hoje, por vezes, se verem pequenos barcos na várzea de Colares, isso só é possível com a água acumulada pelo encerramento de um dique nas proximidades (o qual é aberto com a chegada das primeiras chuvas) e que permite passeios de pequenas embarcações. Informação partilhada por Maria Teresa Caetano.

as hipóteses avançadas ajudem a isso, para que de futuro se superem os nossos eventuais erros e se continue a trazer um melhor conhecimento da sua administração militar, relacionando com maior ênfase as conjunturas político-administrativas que marcaram o período de ocupação islâmica desta região.

Ricardo Fernando Pinto\*

## **Intimidade, transgressão e privança na dinâmica dos «afetos» do Antigo Regime: o caso de António Conti, o príncipe dos favoritos de D. Afonso VI (1656-1662)**

**R E S U M O** | *Em torno de António Maria Conti Vintimiglia - estranho e obscuro mercador italiano que conquistou a «amizade» e o «amor» de D. Afonso VI - existem numerosas especulações, concretamente, o tipo de relação que terá mantido com o rei juntamente com o seu irmão, João Conti. Quebrando as normas de relacionamento social que então pautavam as rígidas barreiras hierárquicas do Antigo Regime esse relacionamento foi sendo consolidado ao longo da juventude do rei e, segundo as fontes coevas da desdita afonsina, de forma ilícita, o que terá provocado o descontentamento dos grandes aristocratas da Restauração. De anónimo mercador da capela do paço da Ribeira, rapidamente alcançou os favores e as graças régias. Deste modo, recebeu o foro de fidalgo e tornou-se no principal «favorito» do rei, conquistando o seu coração, a sua amizade e «amor».*  
*Palavras-chave:* amizade; favorito; amor; António Conti; D. Afonso VI.

**A B S T R A C T** | *Around Antonio Maria Conti Vintimiglia – a strange and obscure Italian merchant who achieved to win the friendship and love of Afonso the 6th – the speculations are many, particularly, on the nature of the relation he has maintained with the king, along with his brother Joao Conti. By breaking the rules of the social relationship, that then moderate the hard social barriers on the Ancient Regime, such a connection gained strength throughout the king's youth years. According to the coeval sources of the Afonsine misfortune, this connection was seen as illicit, which have provoked the great aristocracy of Restoration to be discontent. From an anonymous merchant of the chapel on Ribeira's Palace, he quickly achieves the royal favours and graces. He receives this way the court of gentleman and becomes the king's main favourite, by winning his heart and growing to be one of his most beloved and longed companions of leisure.*  
*Keywords:* friendship; favoritism; love; Antonio Conti; Afonso the 6th.

*“Vivia um moço, meio italiano e meio Portuguez que tinha tenda na Capella Real, e se chamava Antonio de Conti, homem sagaz e de vivo engenho, o qual na infancia do Rei lhe levava algumas curiosidades, de que o Rei gostava”<sup>1</sup>*

\* Mestre em História, especialidade em História Moderna e Contemporânea e investigador do CLEPUL (Centro de Literatura e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

<sup>1</sup> Camilo Aureliano da Silva e Sousa (ed.), *A Anti-Catastrophe, Historia d'El Rei D. Affonso 6º de Portugal*, (Porto, Typographia da rua Formosa nº 243, 1845), 9.

Numa lógica de solidariedades, a existência de vínculos familiares, fidelidades, redes de patrocínio ou clientelares, pautavam os relacionamentos e as convivências existentes entre os diversos corpos sociais nas sociedades do Antigo Regime, pelo que essas ligações assentariam, não só, nos deveres e direitos recíprocos, tão característicos das práticas de vassalagem medieval, como também, num sentimento comum que uniria os indivíduos e os grupos entre si: o «amor» e a «amizade». A dinâmica resultante desses «afetos» conotaria, segundo Pedro Cardim, uma forte coesão à comunidade naquilo a que o autor designou como a modalidade de «menos visível» da organização e da manutenção da ordem social e hierárquica no período de Quinhentos e Seiscentos<sup>2</sup>.

O seu estudo sobre o «*Poder dos Afetos*» - título bastante sugestivo, como poético e simbólico -, marcou assim, um importante passo na historiografia nacional para se compreender, no mundo ibérico dos séculos XVI e XVII, o significado desse sentimento, tão comum e banal na atualidade, mas que foi vivenciado de outras formas e com outros valores pelas comunidades do passado e pelas relações estabelecidas<sup>3</sup>. Já antes de Pedro Cardim, António Hespanha, num estudo sobre a cultura política de Seiscentos, demonstrara a importância do conceito de “amizade” no completo sistema de concessão de mercês aos vassalos pelo Príncipe<sup>4</sup>.

A nível internacional, o tema não deixou de suscitar enorme pertinência, como salientou o autor do «*Poder dos Afectos*», em trabalhos de investigadores como Bartolome Clavero<sup>5</sup> ou Aureli Musi<sup>6</sup>, onde o significado político do “amor” e da “amizade” refletia a importância da formação de laços e de relacionamentos sociais com comportamentos devidamente padronizados.

Porém, esse mundo dos «afetos», emergente no estudo das práticas de sociabilidade de Época Moderna, remetem-nos para os domínios da antropologia histórica. Destaquem-se, pois, nesse sentido, os trabalhos de E. E. Evans-Pritchard<sup>7</sup>, Raymond Firth<sup>8</sup> ou S. N. Eisenstadt<sup>9</sup>, que chamaram a atenção para a importância dos gestos externos e dos aspetos visíveis da conduta como formas de se ter acesso a esse universo e, igualmente compreender a ordem que regia o espírito dessas sociedades.

Não é menos errado, contudo, que esta temática se relaciona com o clima que atualmente se vive na generalidade do campo historiográfico estrangeiro e nacional face à importância acrescida de trabalhos que têm saído a lume sobre a forma como, a nível político, a amizade e o amor, desempenharam um papel determinante na esfera da governação com a ascensão de «privados», «favoritos» e «validos» que disfrutaram da centralidade, da intimidade e da confiança dos seus príncipes<sup>10</sup>.

No entanto, esses sentimentos foram, muitas vezes, explorados e aproveitados, conforme as épocas, como um apanágio de poder e de privança junto do soberano, por parte daqueles que

<sup>2</sup> Pedro Cardim, “O Poder dos Afectos» – Ordem Amorosa e Dinâmica Política no Portugal do Antigo Regime” (Diss. Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2000), 4-9.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> António M. Hespanha, “La Economía de la Gracia”, in *La Gracia del Derecho. Economía de la Cultura en la Edad Moderna* (Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993), 160 e ss.

<sup>5</sup> Bartolomé Clavero, Antidora. *Antropología Católica de la Economía Moderna*, (Milão, Giuffrè Editore, 1991)

<sup>6</sup> Aureli Musi, “La fedeltà al re nella prima età moderna (a proposito di un libro di Rosario Villari)”, *Scienza & Política* (12, 1995), 3-17.

<sup>7</sup> E. E. Evans-Pritchard, *Ensayos de Antropología Social* (Madrid, Siglo XXI, 1990).

<sup>8</sup> Raymond Firth, *Symbols: Public and Private* (Cornell University Press, Ithaca, New York, 1973).

<sup>9</sup> S. N. Eisenstadt e Luis Roniger, *Patrons, Clients and Friends: Interpersonal Relations and the Structure of Trust in Society* (Cambridge, Cambridge University Press, 1984).

<sup>10</sup> Pedro Cardim, “Amor e amizade na cultura política séculos XVI e XVII”, *Lusitânia Sacra* (2ª série, Tomo XI, 1999), 21-57; idem, «O Poder dos Afectos»; Ricardo Oliveira, “Valimento, privança e favoritismo: aspetos da teoria e cultura política do Antigo Regime”, *Revista Brasileira de História* (vol. 25, nº 50, São Paulo, 2005) 217-238; idem, “Amor, Amizade e Valimento na linguagem cortesã do Antigo Regime”, *Tempo. Revista do Departamento de História da U.F.F* (Rio de Janeiro, Sete Letras, vol.11, nº 21, jun. 2007), 13-57; Vinícius Dantas, “O Conde de Castelo Melhor: Valimento e razões de Estado no Portugal Seiscentista (1640-1667)” (Diss. Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009).



pretendiam alcançar uma maior participação e influência nas decisões do Estado. A partir daqui o «valido» seria representado de forma emblemática que, para além dominar os «afetos» régios, influenciava decisivamente o cenário político, fundindo a sua alma com a do príncipe<sup>11</sup>.

Neste ponto, foram traçados por A. A. Thompson alguns perfis específicos desses indivíduos que beneficiaram da esfera da graça régia e que se enquadram perfeitamente nos fenómenos em apreço<sup>12</sup>. Caracterizá-los foi fulcral para discutir a questão em torno dos laços que os uniam aos seus senhores e como eram configuradas essas relações sob o ponto de vista quer *público* quer *privado*. Espaços, aliás, indissociáveis, no mundo do Antigo Regime<sup>13</sup>.

Com efeito, é no valimento e no favoritismo régio que reside uma das principais problemáticas do governo efetivo de D. Afonso VI, o Vitorioso (1662-1667). Um monarca desprovido de *temperança*<sup>14</sup>, cujos comportamentos e condutas instáveis e pouco ortodoxas, suscitaram a aproximação de indivíduos que pretendiam alcançar a sua intimidade com presentes, agrados ou satisfazendo os seus desejos e vontades.

Luís de Vasconcelos e Sousa foi o primeiro - e diga-se, o único - a institucionalizar esse lugar junto do jovem rei através da recuperação do antigo cargo de escrivão da puridade e cujo *modus operandi*, como bem diz Vinícius Dantas no seu estudo sobre o valimento de Castelo Melhor, esteve na base de uma “opinião pública” desfavorável ao soberano, veiculada por grande parte dos senhores afastados da esfera política do novo governo que foi criado depois do golpe de 1662<sup>15</sup>.

Mas antes da ascensão de Castelo Melhor como valido de D. Afonso VI, a astúcia e ambição de outros pautaram os primeiros anos de reinado do *Vitorioso*, ainda sob tutela da sua mãe, a rainha regente D. Luísa de Gusmão (1656-1662).

Nesse papel, destacou-se um mercador italiano de origens obscuras, mas cujo génio foi suficiente para que, gradativamente se fosse insinuando nas graças de D. Afonso, conquistando a sua confiança, afeto, amor e amizade.

António Conti era o seu nome. E, que, juntamente com o seu irmão, João Conti, detiveram forte influência sobre a personalidade do rei, com tal intensidade, que certamente, o primeiro, teria sido consagrado como o principal ministro da monarquia brigantina caso não tivesse sido preso e destarrado.

Relativamente a António Conti, as informações disponíveis são parcas, limitando-se as mesmas a breves referências existentes nas fontes coevas, maioritariamente, revestidas de partidarismos e de opiniões controversas. Também a nível de arquivo, os dados documentais não nos permitem elaborar um esboço concreto da ação do italiano junto do rei, apesar das importantes concessões régias contempladas na Chancelaria Régia de D. Afonso VI denotarem o grande destaque que, tanto António como João Conti, tiveram no mundo cortesão português tardo-Seiscentista.

No que concerne a estudos sobre esta personagem, há que mencionar o artigo que Michèle

<sup>11</sup> Antonio Feros, “Twin souls: monarchs and favourites in early seventeenth-century Spain” in *Spain, Europe, and the Atlantic World. Essays in honour of John H. Elliott*, G. Parker & R. Kagan (orgs.), (Cambridge, Cambridge University Press, 1995), 27-47.

<sup>12</sup> A. A. Thompson, “El contexto institucional de la aparición del Ministro-Favorito”, in *El Mundo de los Validos*, Laurence Brockliss & John. H. Elliott (org.) (Madrid, Taurus, 1999), 25-42.

<sup>13</sup> Pedro Cardim, “A Corte Régia e o Alargamento da Esfera Privada”, in *História da Vida Privada em Portugal*, vol. II, *A Idade Moderna*, coord. de Nuno Gonçalo Monteiro e dir. de José Mattoso (Lisboa, Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2010), 160-201.

<sup>14</sup> Uma das principais virtudes dos príncipes. Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e representação* (1525-1549), (Lisboa, Cosmos, 1996) e Ilda Soares de Abreu, *Simbolismo e Ideário Político. A educação ideal para o príncipe ideal seiscentista* (Coleção Thesis, Lisboa, Estar, 2000).

<sup>15</sup> Jorge Borges de Macedo, “O conde de Castel-Melhor. Ensaio biográfico”, in *Separata da publicação, Os Grandes Portugueses*, dir. Hernâni Cidade (vol. 2, Lisboa, Arcádia, [s.d.]), 39-55; Vinícius Dantas, “O Conde de Castelo Melhor: Valimento e razões de Estado no Portugal Seiscentista (1640-1667)”.

<sup>16</sup> Michèle Guiraud, “António Conti, Favori de D. Afonso VI” in *Revista de História da Sociedade e da Cultura* (Coimbra, Centro de *História da Sociedade e Cultura*, nº 5, 2005), 101-131.

Guiraud<sup>16</sup> dedicou ao «favorito», frise-se, o único até ao momento, mas que prima, essencialmente, mais pela quantificação e confrontação das informações existentes nas fontes sobre este mercador, do que, propriamente, pelo enquadramento e relevo quer da sua ação junto do rei quer do papel que desempenhou no seio das dissidências cortesãs, aliás, tópicos importantes para compreendermos os vários «retratos» que foram sendo plasmados em várias obras sobre o *Vitorioso*, nomeadamente, as suas imagens mais transgressoras<sup>17</sup>.

Excetuando as referências superficiais sobre a figura em apreço em Dicionários e Histórias de Portugal, a biografia de *Afonso VI*, da autoria do já citado Pedro Cardim e de Ângela Xavier<sup>18</sup>, como a de Paula Lourenço<sup>19</sup>, constituem-se como pontos de partida para abordarmos e para perscrutarmos outros aspetos, tanto políticos como antropológicos, do envolvimento entre António Conti e o rei, e a partir do qual é possível elaborar um perfil desse «favorito», enquadrando-o no fenómeno do valimento e na dinâmica dos afetos presentes no universo das relações estabelecidas entre o *pater familias* – o rei – e os demais súbditos do reino.

Também no contexto do presente estudo é necessário analisar, de forma atenta e crítica, as fontes disponíveis para a construção das memórias em torno de D. Afonso VI, sem quais, como está claro, não podemos compreender, de forma hermenéutica, as várias representações depreciativas e transgressoras que rodeiam, quase de forma lendária, a sua atuação, vida e comportamento. Imagens, pois, indissociáveis de protagonistas como os Conti que contribuíram para arrear os epítetos de «imbecil», «incapaz» e de «impotente» - em duas valências, a sexual e a política -<sup>20</sup> à historiografia portuguesa e estrangeira sobre este monarca quase durante três séculos.

Grande parte dos textos coevos das vivências deste rei, exploradas sob diversas perspetivas antropológicas e culturalmente específicas pelos autores Oitocentistas, através de ensaios e novelas, ensombram o governo de D. Afonso VI com validos e favoritos<sup>21</sup>, que só se destacam, note-se, pela característica peculiar de o rei ser doente, mentalmente «incapaz», e de não querer nem saber governar a *respublica*.

Contudo, o historiador e investigador que se debruçar sobre os tempos conturbados da *Restauração* (1640-1668) enfrenta, inevitavelmente, um grande mosaico de escritos, pelo que, a confrontação exaustiva de cada uma das narrativas sobre este período impõem-se no ofício de quem escreve sobre o *Vitorioso*. Saliente-se que, obras como o *Portugal Restaurado*, do conde da Ericeira<sup>22</sup>, a *Catastrophe de Portugal*, de Leandro Dorea Caceres e Faria (pseud. de Fernando Correia de Lacerda)<sup>23</sup> ou ainda a *Anti-Catastrophe*<sup>24</sup>, de autor anónimo, e as *Monstruosidades do Tempo* e da *Fortuna*, cuja autoria é atribuída a frei Alexandre da Paixão<sup>25</sup> – para dar o exemplo dos principais textos portugueses que consultámos e que descrevem a desdita afonsina - reves-

<sup>17</sup> Ricardo Fernando Pinto, *entre a «Impotência Política» e a «Impotência Sexual». As imagens da doença e transgressão no estudo no processo de dissolução matrimonial de Afonso VI, o Vitorioso (1643-1669)* (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 3 vols., 2012).

<sup>18</sup> Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI* (Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Lisboa, 2006).

<sup>19</sup> Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Afonso VI, o Vitorioso*, (Lisboa, Coleção dos Reis de Portugal, Academia Portuguesa da História, QuidNovi, 2009).

<sup>20</sup> Ricardo Fernando Pinto, “Entre a «Impotência Política» e a «Impotência Sexual».

<sup>21</sup> Manuel Bernardes Branco, *Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Affonso VI e Sua Serenissima Esposa* (Lisboa. Typographia de Adolpho Modesto e C<sup>a</sup>, 1885); Camilo Castelo Branco, *Lucta de Gigantes* (Lisboa, Parceiros António Maria Pereira, 1906); Oliveira Martins (org.) *Afonso VI: Drama Português em 4 Actos*, pref., fixação do texto e notas de Guilherme d’Oliveira Martins (Lisboa, Guimarães Editores, 1989).

<sup>22</sup> D. Luís de Meneses (Conde da Ericeira), *Historia de Portugal Restaurado* [...], anotado e prefaciado por António Álvaro Dória (4 vols., Porto, livraria Civilização Editora, 1945-1946)

<sup>23</sup> Leandro Dorea Caceres Faria (pseud. de Fernando Correia de Lacerda), *Catastrophe de Portugal* [...] (Lisboa, Off. Miguel Manescal, 1669).

<sup>24</sup> Camilo Aureliano da Silva e Sousa (ed.), *A Anti-Catastrophe, Historia d’El Rei D. Affonso 6º de Portugal*, (Porto, Typographia da rua Formosa nº 243, 1845).

<sup>25</sup> Damião Peres (ed.), *As Monstruosidades do Tempo e da Fortuna* (4 vols., Porto, Companhia Editora do Minho Barcelos, 1938-1939).

tem-se de forte tendenciosidade e de grande feição política e ideológica: umas favorecendo o legítimo monarca, D. Afonso VI; outras, em contrapartida, justificando ação de D. Pedro, face ao afastamento e prisão do irmão e dos seus apaniguados.

Da mesma forma, os relatos estrangeiros que observaram de perto a intensidade dos conflitos cortesãos que conduziram à queda do rei e à demonstração «pública» da sua incapacidade física, sexual e mental<sup>26</sup>, estavam também eles eivados de grande tendenciosidade, daí que, a reprodução dos acontecimentos, na sua ótica, deva também ser alvo de alguma análise e ponderação crítica, sobretudo, pela contradição em que incorrem a nível de factos, nomes, datas e versões sobre vários eventos que envolveram os principais atores do reinado afonsino, entre os quais o próprio António Conti<sup>27</sup>.

Após este excursão introdutório, tentemos pois, com base nos instrumentos de análise disponíveis e nas suas devidas limitações metodológicas, deslindar alguns aspetos que nos parecem cruciais para a reconstituição de alguns momentos-chave da relação que uniu D. Afonso VI ao mercador italiano.

Menosprezando ou ignorando as repreensões de mãe e mestres, Afonso mostrava-se mais propenso a divertimentos e a desacatos, na sua maioria, realizados pela calada da noite e acompanhado por gente “perniciosa”, “violenta” e “criminosa” que influenciavam negativamente o rei, do que ao interesse pelos assuntos de Estado e pelas regras da sociabilidade cortesã.

Foi precisamente na companhia de homens de “baixa extração” que teve o seu primeiro trato com os irmãos Conti – António e João -, aqueles que maior ascendente alcançaram sobre a personalidade instável e “exótica” do monarca.

Como é que D. Afonso VI se aproximou desses mercadores, sobretudo de António? Quem eram estes dois homens que desempenharam grande protagonismo nos conflitos cortesãos do Portugal Restaurado? E que projetos ou ambições tinham esses “tendeiros” do paço ao ponto de criarem uma amizade ilícita com o rei, relativamente duvidosa, e suspeita “sexualmente”?

Não obstante as interrogações que possam surgir em torno do grau de influência desses indivíduos sobre o rei, basicamente, o cerne da questão, reside, em particular, no interesse que essa relação despertou, e ainda desperta, talvez pela transgressão dos valores sociais e hierárquicos que a pautou.

Por agora, interessa-nos identificar, apenas, as origens obscuras desta família cuja importância política foi inequívoca durante os anos da regência de D. Luísa de Gusmão.

No que respeita à onomástica, muitos dos textos e fontes consultadas, referem o sobrenome “Conti” como sendo de origem portuguesa, aparecendo citado, frequentemente, como “Contes”, por exemplo, nas cartas do padre António Vieira e nas próprias missivas da rainha-mãe<sup>28</sup>.

Outras referências existentes sobre este clã são, para além de incipientes, bastante contraditórias. Mas, e de acordo com o manuscrito editado por Eduardo Brazão, que decidimos seguir, era junto à capela real do palácio da Ribeira que um certo António Maria Conti possuía uma boutique de fitas e de adornos femininos, onde ganhava o suficiente para sustentar o pai, do mesmo nome, a mãe, que se chamava Antonieta Maria e outros irmãos, todos moradores numa loja que existia dentro do pátio da capela<sup>29</sup>.

<sup>26</sup> António Baião, *Causa da nulidade de matrimónio entre a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya e o Rei D. Afonso VI* [...], (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925).

<sup>27</sup> Destaque para Michel de la Piquetierre Blouin, *Relation des troubles arrivés dans la cour de Portugal, en l'année 1667 et en l'année 1668* [...] (Paris, F. Clousier, 1674); [Frémont d'Ablancourt], *Mémoires de Monsieur d'Ablancourt*, [...] (Paris, Veuve de Marlie Cramoisi, 1701); Robert Southwell, *Histoire du dérèglement d'Alfonse VI roi de Portugal* [...], (2 vols., Paris, Durand, 1743); René Aubert de Vertot, *Historia de las Revoluciones de Portugal* [...] (en Leon de Francia, a costa de los Hermanos de Ville, 1747).

<sup>28</sup> Biblioteca da Ajuda (BA), cód. 51-V-20, fls. 23-24.

<sup>29</sup> Eduardo Brazão (ed.), *D. Afonso VI Segundo um Manuscrito da Biblioteca da Ajuda* [...], (Porto, Livraria Civilização, 1940), 27; José Seabra da Silva, *Dedução Chronologica e Analytica* [...] (vol.1, Lisboa, Off. de Miguel Manescal da Costa, 1767), 246.

Assim, e estando próximo da Corte e da Família Real, a influência do mercador ter-se-ia feito sentir ainda “nos primeiros anos do príncipe”, ou seja, numa idade em que o D. Afonso seria muito jovem e cujas convivências, certamente, se limitariam aos oficiais, damas e criados da Casa da rainha D. Luísa. Aliás, a *Catastrophe de Portugal* refere, especificamente que os contactos entre o rei e o italiano teriam ocorrido, com alguma imprecisão, pouco antes de o príncipe aprender a manejar as armas, neste caso, antes de perfazer os catorze anos<sup>30</sup>. É, pois, provável, que a sua entrada no paço não tenha sido estranha à regente, como, eventualmente, deve ter sido consentida, em vida do falecido D. João IV.

Porém, o início desta relação é relatada em duas versões distintas mas que não se excluem. Vejamos.

Uma diz-nos que, durante as horas da sesta, depois de jantar - tempo que era aproveitado pelo rei para os seus momentos de lazer -, D. Afonso tinha por hábito brincar nos corredores do paço<sup>31</sup>, cujas janelas ficavam próximas do pátio da capela, onde se agrupavam grupos de rapazes a jogar às “pedradas”. Este antigo costume português, proibido por alvará de Filipe III de Castela (II de Portugal), mas que em tempo de guerra exercitava os ânimos dos jovens soldados<sup>32</sup>, era muito apreciado pelo príncipe que, sempre que lhe era permitido, assistia com atenção aos combates que então se realizavam no pátio. Ao que parece, o rei era, inclusive, adepto de um dos bandos<sup>33</sup>.

Entre os mercadores que vendiam nas tendas que estavam no claustro e que cercavam o seu pátio, havia um chamado António Conti Vintimiglia que “por fazer lisonja a el rei, ajudava e applaudia”<sup>34</sup> o grupo de rapazes que, no duelo de apedrejamento, era apoiado pelo príncipe. Tal demonstração de solidariedade suscitou o interesse que Afonso despertara pelo convívio com o mercador, ao ponto de o jovem fazer “logo com elle alguas demonstrações de benevolência” quando Conti com ele vinha falar a um lugar do paço chamado «Portaria das Damas». Ao fim de algum tempo o italiano já privava com o monarca, conquistando a sua confiança através da “oferta de fundas de seda, facas douradas e outras biguterias desta sorte”, que muito serviam para desenvolver no soberano “afectos [...] que costumam tomar os apetites desordenados”<sup>35</sup>.

A segunda, conta-nos que, António Conti foi introduzido no paço pelo desejo de D. Afonso fazer um presépio, muito ao gosto da época, pois “procurandose pessoa que lhe satisfizesse este appetite, um reposteiro, suggerido por um tendeiro da cappella, inculcou um filho d’este chamado Antonio de Conti, o qual com effeito se introduziu pela manufactura do presépio, e por trazer a el-rei bonecos, e outras cousas que agradam n’aquella idade: e como el-rei gostava de homens de baixa esphera, se agradou de modo de António de Conti, que não podia passar sem a sua conversação, e o ia buscar pelas portarias<sup>36</sup>”.

É verosímil pensar que algum oficial do paço que se relacionava com a família desses mercadores pudesse ter fomentado essa aproximação. Imagem viva do funcionamento dos sistemas de clientela e de patrocínio, através dos quais se alcançavam as mercês e graças régias. Não esqueçamos que o poder do rei emancipava, legitimava e enobrecia todos aqueles que estavam próximos da sua esfera taumaturga e é neste sentido que a relação dos membros da família Conti à Corte Brigantina deve ser entendida.

De acordo com grande parte das fontes, António Conti nasceu em Lisboa, oriundo de

<sup>30</sup> *Catastrophe de Portugal*, 19-20

<sup>31</sup> *Ibidem*, 18-19; Michel de la Piquetierre Blouin, *Relation des troubles*, 6-7.

<sup>32</sup> José Seabra da Silva, *Dedução Chronológica*, vol. I, 245; Camilo Aureliano da Silva e Sousa (ed.), *A Anti-Catastrophe*, 41-47.

<sup>33</sup> *Catastrophe de Portugal*, 18-19; *Relation des troubles*, 6-7; D. Luís de Meneses (Conde da Ericéira), *Historia de Portugal Restaurado*, tomo III, 80-81.

<sup>34</sup> *Catastrophe de Portugal*, 18-19.

<sup>35</sup> *Ibidem*; Robert Southwell, *Histoire du détronement d’Alfonse VI*, tomo I, 221-222.

<sup>36</sup> *Vida d’ElRei D. Affonso VI*, 16-17.

uma família nobre italiana de Vintimiglia, cidade da República de Génova, não obstante essa ascendência ser contestada por alguns autores. O conde de Ericeira, por exemplo, refere que, querendo esconder a humildade do seu nascimento para desta forma “representar no teatro do mundo o papel de valido de hum poderoso Rey”, António indicou ter descoberto a nobreza do seu sangue, provando-o com testemunhos, sob o pretexto de ser descendente da Casa de Vintimiglia, “família nobilíssima do Reyno de Sicilia”<sup>37</sup>. Esta pretensão permitiu-lhe granjear mais as atenções do monarca que lhe concedeu o foro de fidalgo em 1659<sup>38</sup>.

Para além de António, outros membros da sua família beneficiaram com a «amizade» daquele à Casa Real, nomeadamente, João Conti, seu irmão, que foi introduzido no paço da Ribeira sobre vários pretextos como observam alguns autores coevos.

Diz-nos a *Catastrophe de Portugal* que “hu irmão de Antonio Conti, chamado João Conti, que andava em traje de estudante, e fazia mais progressos nas armas que jugava, que nas letras que aprendia: como tinha algua notícia da espada, fes por ella a sua fortuna”<sup>39</sup>. Por sua vez, Ericeira, sendo mais específico, descreve-nos que João era um homem “menos artificioso; porém de mais arrojados impulsos, que os de António de Conte, e desta sorte se forão tecendo tantos exercicios indignos [...] e que servem para justificação das graves materias”<sup>40</sup>. Estava à vista que o seu ingresso no espaço cortesão da Ribeira foi facilitado, mais do que pela indústria do seu irmão, pelas demonstrações de destreza guerreira que conquistaram a atenção do monarca. O ambiente de guerra que pairava sobre Lisboa e sobre o reino fomentava a distinção dos jovens através do manejo das armas, e sendo o rei um aluno exímio de esgrima, apesar de nem sempre praticar com doutrina os exercicios dos seus mestres, o comportamento do irmão de António facilmente o teria seduzido. Por isso mesmo, João Conti convidado a frequentar com mais assiduidade o paço e, doravante, passou a acompanhar D. Afonso VI em muitas das suas digressões noturnas<sup>41</sup>.

Pouco a pouco, os laços de «amizade» e de «familiaridade» foram-se estreitando entre o mercador e o rei que se agradava das “dadivas e affectos” demonstrados pelo seu mais recente «amigo»<sup>42</sup>. É possível que a solidão e a melancolia sentidas por um jovem doente e enfermo, limitado, a nível moral e jurisdicional, pela normas da Casa Real, fossem propícias para a transparência das suas fragilidades, quer físicas quer psicológicas, e que sabiamente foram aproveitadas pela astúcia e ambição de António Conti. A sua presença em momentos de maior debilidade do rei foram, com toda a certeza, cruciais para atingir o afeto e a confiança régia.

O companheirismo de ambos foi crescendo de tal forma que o rei o procurava constantemente junto às portas do palácio, nomeadamente no «Pateo do Leão», onde tinha lições de equitação, esperando que António Conti, juntamente com o seu irmão e outros moços, entre mouros e negros da estrebaria, entrassem através de “hum corredor baixo, que vem a sair ao terreiro do Paço, e ao pateo da Capella [...] nas horas mais solitarias”<sup>43</sup>. Horas solitárias para praticar, segundo Correia de Lacerda, os mais atos vis.

Ao tomar conhecimento deste “publico escandalo”, a regente e o aio de D. Afonso, o conde

<sup>37</sup> *História de Portugal Restaurado*, tomo III, 257.

<sup>38</sup> *Catastrophe de Portugal*, 27.

<sup>39</sup> *Ibidem*, 24-25. O mesmo é referido na *Relation des troubles*, 12: “Pour donner de l’émulation au Roi, on avoit permis l’entrée du Palais à quelques jeunes gens qui, sous pretexte de faire du fleuret en sa présence, y portaient toute sorte d’armes [...] Jean de Conti se trouvoit à tous ces exercices”. Tradução: Para dar emulação ao rei, havia sido permitida a entrada no Palácio a alguns jovens que, sob o pretexto de fazer furor em sua presença, possuíam todo o tipo de armas [...] João Conti estava em todos esses exercicios”.

<sup>40</sup> *História de Portugal Restaurado*, tomo III, 192.

<sup>41</sup> *Catastrophe de Portugal*, 22-23.

<sup>42</sup> *História de Portugal Restaurado*, tomo III, 81.

<sup>43</sup> *Anti-Catastrophe*, 14; *Catastrophe de Portugal*, 21-22; [Frémont d’Ablancourt], *Mémoires de Monsieur d’Ablancourt*, 66-67; *História de Portugal Restaurado*, tomo III, 192.

de Odemira, ordenaram que Conti se afastasse do paço, proibindo a sua entrada. O envolvimento do rei com um homem cuja origem social era desconhecida e duvidosa, pela primeira vez, despertou grande receio na rainha-mãe e em D. Francisco de Faro.

Porém, e apesar das tentativas da soberana, de Odemira e até de Nicolau Monteiro, confessor e mestre do príncipe, para terminar com esta amizade, ela não só não acabava como incitava o mercador a aumentar as incursões junto ao paço, o que provocava ainda mais os ânimos em D. Afonso VI. É possível que o infante D. Pedro, na altura com menos de dez anos, fosse influenciado por idênticos vícios e «perigosos exemplos» do irmão, já que ambos partilhavam os mesmos aposentos e das mesmas brincadeiras, razões que levaram D. Luísa de Gusmão, meses antes de abandonar a regência, a conceder casa própria ao secundogénito dos Bragança<sup>44</sup>.

Os esforços e repreensões públicas de D. Francisco de Faro, 7º conde de Odemira, para expulsar António Conti da esfera régia – que sabia que “a calúnia, ou a ignorância imputa ordinariamente a seus Aios os erros dos Príncipes” - não tiveram efeito. Em contrapartida, desagrudaram o rei e afastaram-no do aio.

Por isso, e sem outra solução, D. Luísa viu-se obrigada a autorizar a entrada do mercador no palácio porque “El Rei estava desgostoso do Aio, e afeiçoado ao Conti, logo a lisonja, e a malícia em favor deste, e em ódio daquelle, se fiserão parciaes do ódio, e da afeição de El Rei [...]”<sup>45</sup>. A cólera não tardou em manifestar-se na personalidade instável do soberano que se “propôs que não havia de comer, nem tomar lição, se Conti não fosse restituído livremente à sua presença”. Para evitar os «achques» da «febre maligna» que, desde os quatro anos, afetavam o jovem Afonso, a benevolência e o carinho maternos consentiram que o mercador assistisse ao rei “fundando-se”, contudo, “na esperança, de que a demasiada introducção viesse (como muitas vezes succede) a causarem em El Rey aborrecimento”<sup>46</sup>.

A profunda amizade e intimidade de ambos foram, da mesma forma, reveladas em outros episódios, como aquele em que o rei se deslocou, propositadamente, a casa do pai de Conti para visitá-lo depois de este ter padecido de uma moléstia, que o obrigou a que fosse sangrado<sup>47</sup>. Também quando António foi exilado em 1662 para o Brasil, D. Afonso ficou bastante inquieto pelo “amigo”. Consternado e desesperado, pediu, encarecidamente, aos oficiais que o trouxessem à sua presença<sup>48</sup>.

É no período entre 1659 e 1662 e, sobretudo, após a morte do conde de Odemira, em 1661, que assistimos ao desenrolar dos principais périplos que mais marcaram as memórias do *Vitorioso*<sup>49</sup>.

“Libertinagem” e “excesso”, eram expressões vivas de um quotidiano régio repleto de conflitos, acidentes e travessuras praticadas por aqueles que faziam já parte das convivências diárias do monarca: António e João Conti. Para agravar o sintoma de transgressão sentido sobre as paredes do paço, os italianos foram também responsáveis pela introdução junto de D. Afonso VI de grupos de negros, mulatos, mouros e outros jovens do povo que, formando uma pequena corte apelidada de “Bravos” – também designados de “Valentes”, a que o rei chamava uns de «Fixos» e outros de “Porradas”, “indo todos armados da mesma forma”<sup>50</sup>-, escoltavam-no pela cidade, aterrorizando e escandalizando todos aqueles que passassem pelo seu caminho durante

<sup>44</sup> *História de Portugal Restaurado*, tomo III, 193.

<sup>45</sup> *Catastrophe de Portugal*, 21.

<sup>46</sup> *Vida d’ElRei D. Affonso VI*, 17; *História de Portugal Restaurado*, tomo III, 192.

<sup>47</sup> Eduardo Brazão (ed.), *D. Afonso VI*, 32.

<sup>48</sup> René Aubert de Vertot, *Historia de las Revoluciones de Portugal*, 331; *Vida d’ElRei D. Affonso VI*, 32.

<sup>49</sup> *A Histoire du détronement d’Alfonse VI*, tomo I, 222, refere que após a morte do aio “Alfonse moins gêné se livre tout entier à ses viles inclinations”. Tradução: “D. Afonso, menos envergonhado, entregou-se às mais vil inclinações”.

<sup>50</sup> *Catastrophe de Portugal*, 37.

a noite, nas ruas da capital<sup>51</sup>. A companhia dos «Bravos» era já tão íntima do príncipe, que esteve também presente numa ida que o soberano fez às Caldas. Chefiados pelos irmãos mercadores, esses homens divertiam e entretinham o rei, afastando-o dos fidalgos e de outros oficiais que fizeram com ele a jornada, logrando, inclusive, qualquer tratamento terapêutico nessas águas termais<sup>52</sup>.

A leitura de várias memórias sobre este e outros acontecimentos permite deduzir que foi, sobretudo, João Conti aquele que mais incitou as «violências» que marcaram a conduta régia. Como refere Correia de Lacerda, João era um homem de “menos arte, e menos modéstia” que organizava e provocava a “turba dos sequases d’el-Rei que perturbava a Corte” com insolências praticamente isentas de castigo e que eram vistas com manifesto desagrado pelo oficiais da Casa Real<sup>53</sup>. A justificar ainda a nossa opinião, constatamos que João Conti é o único dos companheiros do rei citado em quase todos os acidentes perigosos em que o monarca se envolveu. Por exemplo, no incidente ocorrido na Cotovia, em que Afonso decidiu investir em três homens por valentia, era João que o acompanhava. Neste episódio o rei acabou magoado no chão enquanto o companheiro fugiu<sup>54</sup>. E outro, também sucedido nas ruas de Lisboa, onde o irmão de António de Conti, teria instigado o rei a matar o visconde de Asseca, indignando toda a Corte .

As “paixões da idade” e os prazeres sexuais foram igualmente ministrados sobre alçada de ambos os irmãos, tornados, na expressão de Vertot, nos “ministros dos prazeres reais”<sup>56</sup>. Talvez, e numa atitude iniciática das demonstrações de virilidade juvenil, o rei fosse induzido por estes homens a praticar venalidades que não ficaram isentas de críticas cortesãs e dos ministros da rainha-mãe.

Trazendo as “mulheres publicas” para o paço ou buscando-as nas suas próprias casas, o rei e os Conti, andavam em constantes “correrias escandalosas” pela cidade, quer de noite quer de dia<sup>57</sup>. O paço da Ribeira e, preferencialmente, o de Alcântara, eram os palcos principais para os deleites e práticas venéreas que satisfiziam o rei e os seus “favoritos”.

Se já desde finais de 1659 o italiano deixara a ocupação da tenda da Capela, habitando praticamente o paço, após atribuição de Casa própria ao monarca, em 1660, Conti, passara a privar diariamente com D. Afonso VI, desde o seu acordar ao seu deitar. Sendo investido com o ofício de moço de guarda-roupa, passou a granjear todas as suas atenções régias, sobrepondo-se, em importância e proximidade, a D. Francisco de Faro. Foi-lhe concedido, inclusive, um aposento imediato ao do rei e por ali saía todas as noites com ele e com o seu irmão<sup>58</sup>. Este privilégio era, de igual modo, sinal do seu valimento político, do seu “caracter de Grande”, que muito afetou os restantes cortesãos, sobretudo, o aio<sup>59</sup>. Odemira, sentindo-se já secundarizado no seu papel de tutor, mesmo antes do mercador estabelecer residência oficial no paço, tentou, por diversas vezes, expulsá-lo não tanto por questões morais, mas certamente, mais por razões de ordem política<sup>60</sup>.

Ao consentirem que António se tornasse num dos oficiais da Casa do rei, tanto a rainha como o perceptor, não ignoravam as vantagens que daí podiam resultar, nomeadamente a possibilidade

<sup>51</sup> *Historia de las Revoluciones de Portugal*, 327; *Vida d’ElRei D. Affonso VI*, 17

<sup>52</sup> *Vida d’ElRei D. Affonso VI*, 16 e 18.

<sup>53</sup> *Catastrophe de Portugal*, 24-25.

<sup>54</sup> *Vida d’ElRei D. Affonso VI*, 24.

<sup>55</sup> *Catastrophe de Portugal*, 37. Porém, a *Vida d’ElRei*, 46, situa este episódio durante o governo pessoal do monarca, ou seja, depois de 1662, o que na prática implicaria que João Conti já não se encontrava na companhia do rei pois fora exilado para o Brasil. Isto só demonstra a variabilidade e a falta de credibilidade de alguns dos relatos que sobre um mesmo acontecimento – muitas vezes até omitido – dão-nos versões distintas, tornando difícil definir a veracidade histórica dos mesmos.

<sup>56</sup> *Historia de las Revoluciones de Portugal*, 329.

<sup>57</sup> *Histoire du déronnement d’Alfonse VI*, tomo I, 222-223.

<sup>58</sup> *Vida d’ElRei D. Affonso VI*, 24.

<sup>59</sup> *Anti-Catastrophe*, 12.

<sup>60</sup> *História de Portugal Restaurado*, tomo III, 191-192.

de poderem influenciar ou doutrinar o infante “rebelde”, não conseguindo, contudo, qualquer resultado<sup>61</sup>.

Se, por um lado, o ascendente do italiano crescia junto de D. Afonso VI, por outro, formavam-se parcialidades em torno quer do rei quer da rainha com vista a alterarem a ordem política instituída. Parece que, a partir de 1657, uma forte pressão política liderada por Conti tentou, efetivamente, derrubar o partido da regente e terminar com o seu governo.

Conscientes da instabilidade política criada pela influência do mercador, alguns oficiais da Casa Real, entre os quais, o duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, opuseram-se vivamente à ascensão meteórica do favorito. Enquanto gentil-homem do rei e guarda-chaves da câmara régia, Cadaval era obrigado a conviver com António, presenciando as constantes « vaidades » e presunções do italiano face ao predomínio que este exercia sobre os restantes criados régios, denotando que já era senhor da sua própria rede clientelar<sup>62</sup>.

Não podemos olvidar, desta forma, a força que conquistou e que chegou a ter uma tal dimensão que a rainha-mãe se servia dele para convencer o filho a aceitar as escolhas que ela fazia para o governo mesmo quando não eram do agrado do rei, concedendo-lhe algumas regalias e privilégios. Vemo-lo assim, a partir de 1661, apesar da oposição latente entre ele e D. Francisco de Faro, a partilhar com o aio alguns dos assuntos mais importantes da monarquia e, logo após a morte de Odemira, a manter essa preponderância quando não havia mais nenhum rival direto em torno do príncipe<sup>63</sup>. Diga-se ainda que, grande parte dos cortesãos acorria ao guarda-roupa de D. Afonso para comunicar e debater com o « favorito » questões diplomáticas, como as negociações em torno do casamento da infanta D. Catarina com Carlos II Stuart<sup>64</sup>. Nessa ocasião, Conti, fora tratado como um verdadeiro ministro pelo conde de Sandwich, embaixador britânico que conduziria a nova rainha a Inglaterra<sup>65</sup>. Pedro Vieira da Silva, secretário de Estado, chegou a dirigir cartas ao italiano quando pretendia dar a conhecer algo ao rei. É o que se constata na missiva que lhe escreve em 5 de maio de 1662 quando pede ao mercador que informe o príncipe sobre as “novas do Alentejo”<sup>66</sup>.

Os benefícios do seu valimento não terminaram na influência política que exerceu. Lembrem-nos que a graça do rei equivalia, igualmente, a uma remuneração em mercês àqueles que prestavam serviços ao soberano. Nesta lógica distributiva, em 23 de março de 1660, António Conti obteve de D. Afonso VI os “rendimentos da passagem de barca de Escaroupim”, no total de 250.000 reais<sup>67</sup>. No mesmo ano, recebe também do rei a comenda de São Salvador de Unhão, uma quinta em Oeiras e os rendimentos da capela de S. Luís de Pinhel, sendo concomitantemente investido com o hábito da Ordem de Cristo, distinção atribuída, em norma, a grandes fidalgos<sup>68</sup>. Em 1662, no rol de pensões e gratificações pagas pelo tesouro da Casa de Bragança, encontramos o nome de António Conti com uma soma anual de 100.000 reais<sup>69</sup>. Além disso, foi-lhe confiada a administração de um fundo financeiro importante, o “bolsinho particular del Rei que é uma consignação sem limite do dinheiro da Casa de Bragança que El Rei tomava para seus gastos secretos e despendia por mão do Conti sem mais conta que a sua palavra e a memória de El Rei para a confirmar”<sup>70</sup>.

O seu irmão também não foi esquecido. João Conti, designado como clérigo *in minoribus*,

<sup>61</sup> Vida d’ElRei D. Afonso VI, 17.

<sup>62</sup> Eduardo Brazão (ed.), *D. Afonso VI*, 29.

<sup>63</sup> *Ibidem*.

<sup>64</sup> *História de Portugal Restaurado*, tomo III, 302.

<sup>65</sup> *Catastrophe de Portugal*, 56-57.

<sup>66</sup> Instituto de Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (IANTT), *Manuscritos da Livraria*, lv. 167, fl. 202.

<sup>67</sup> *Catastrophe de Portugal*, 41.

<sup>68</sup> *Ibidem*; IANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, lv. 25, fols. 22v, 24v e 194v.

<sup>69</sup> Hipólito Raposo, *Dona Luísa de Gusmão. Duquesa e rainha (1613-1666)* (Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1947), 300.

<sup>70</sup> Eduardo Brazão (ed.), *D. Afonso VI*, 28 e passim.



foi tesoureiro da igreja de S. Miguel de Freixo de Espada-à-Cinta<sup>71</sup>, e a 28 de maio de 1661, recebeu o Arcediago de Sobradelo na Colegiada de Guimarães, que ficou vagando por Francisco Tavares, tesoureiro da Junta dos Três Estados<sup>72</sup>.

A grande fidelidade de António ao rei - ou a sua ambição - terá estado na origem de algumas alterações ocorridas entre o italiano e a regente logo após a partida de D. Catarina para Inglaterra.

D. Luísa, em abril de 1662, concedeu casa ao secundogénito, D. Pedro, constituindo-a com homens da sua inteira confiança, todos eles descontentes com a figura que mais crédito tinha junto do jovem Afonso. Passando essa resolução pelo conhecimento de Conti, não tardou que o mesmo protestasse porque, entre eles, encontrava-se o padre António Vieira, nomeado confessor do infante. Não sabemos ao certo qual o motivo da grande animosidade entre o italiano e o jesuíta, mas segundo nos relata a *Vida d’ElRei D. Affonso VI*, António, encontrou-se com o marquês de Gouveia, mordomo-mor, para lhe indicar que não aprovava Vieira para o lugar de diretor da consciência de D. Pedro. Tentou o marquês persuadi-lo que era uma escolha acertada, o que provocou a retaliação do favorito com as seguintes palavras: “que se Antonio Vieira fosse confessor do infante, elle o havia de mandar em uma caravela para Angola”<sup>73</sup>.

Perante a eminência do poder crescente do valido, o mordomo, fiel partidário da regente, juntamente com outros ministros, queixaram-se a D. Luísa da necessidade urgente de “separar dailharga d’el-rei” não só António, como também João Conti, João de Matos, Manuel Antunes e frei Bernardo Taveira.

Se, anteriormente, já existia um grupo de descontentes com a regência encabeçado por António, este acontecimento fomentaria o plano destinado a terminar com o governo da rainha-mãe, industriando o monarca que esta conspirava contra si para lhe retirar o trono e entregá-lo ao seu irmão.

A oposição de D. Afonso VI constituiu um grande perigo para D. Luísa e a tensão entre as duas fações era já bem patente em meados de 1662, não obstante os esforços da rainha para “apartalo desta gente indecente e dos maus vícios” fazendo com que ele assistisse às reuniões do Conselho de Estado e ao despacho das mercês<sup>74</sup>.

Em abril desse ano, os homens que apoiavam D. Luísa - o duque de Cadaval, o marquês de Gouveia, o marquês de Marialva, o bispo de Targa, o conde de S. Lourenço, o conde de Soure, D. Rodrigo de Meneses, Garcia de Melo, Nicolau Monteiro e Pedro Vieira da Silva - decidiram prender e exilar Conti juntamente com os outros homens que acompanhavam quotidianamente o príncipe<sup>75</sup>.

Esse projeto seria já anterior, segundo Correia de Lacerda, e resultou em a regente autorizar o António Conti a ocupar-se dos preparativos para a partida de D. Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra, apenas para que ele não desconfiasse de qualquer conspiração que visasse afastá-lo<sup>76</sup>.

Os receios, porém, não tardaram e o mercador raramente saía à rua a não ser em companhia do rei ou de qualquer um que lhe assegurasse proteção<sup>77</sup>.

No seio dos conspiradores, as opiniões, contudo, divergiam quanto às ações a tomar. A rainha designara o conde de S. Lourenço e o conde de Pombeiro como os fidalgos que acompa-

<sup>71</sup> IANTT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, lv. 24, fl. 156; lv. 36, fl. 84v.

<sup>72</sup> *Ibidem*. Dado também atestado pela *Catastrophe de Portugal*, 41.

<sup>73</sup> *Vida d’ElRei D. Affonso VI*, 30.

<sup>74</sup> *Catastrophe de Portugal*, 40.

<sup>75</sup> *Ibidem*, 30-31.

<sup>76</sup> *Ibidem*, 56.

<sup>77</sup> *Ibidem*, 57.

nhariam o corregedor do crime da Corte, Duarte Vaz Porta<sup>78</sup>, no mandato de ordem de prisão sobre António, que na altura se encontrava nos seus aposentos junto aos de D. Afonso VI. Parece, porém, que na véspera, os dois fidalgos recusaram-se a executar o pedido, ou porque teriam certa proximidade com os irmãos italianos ou por medo da cólera do rei<sup>79</sup>, ou em então, em último caso, por respeito às prerrogativas reais. Sentida a rainha, entregou a diligência ao duque de Cadaval, a Luís de Melo, e a seu filho, Manuel de Melo<sup>80</sup>.

Na manhã de sábado do dia 16 de junho de 1662, D. Luísa de Gusmão convocou o rei, que se encontrava nos aposentos maternos, para que se apresentasse na sala dos despachos, onde já estavam reunidos todos os tribunais e conselheiros de Estado.

António Conti, sentido o perigo, começa por se encerrar dentro do seu quarto, passando depois, de câmara em câmara, tentando chegar aos aposentos da rainha e dali à sala dos despachos<sup>81</sup>.

Atempadamente, Cadaval consegue interceptá-lo, com a ajuda de Luís de Melo. Depois de algumas discussões e ameaças do duque, Conti, com a promessa de não ser morto, entregou-se à guarda, e rendido, foi preso juntamente com o seu irmão, João de Matos, Bernardo Taveira e Baltasar Rodrigues de Matos. Manuel Antunes, um dos facinoras régios, entretanto, ausentara-se do paço com o rumor das prisões<sup>82</sup>.

Conduzidos até à ribeira das naus, à exceção de Baltasar, que fora perdoado do exílio e do frade Bernardo, que fugira, entraram no navio que os levou para o Estado do Brasil<sup>83</sup>.

Ao tomar conhecimento, perante a severa admoestação do discurso proferido por Pedro Vieira da Silva, secretário de Estado, da notícia que António Conti tinha sido desterrado para o bem dos vassalos e do reino, D. Afonso VI, em pânico, ordenou aos presentes “que lhe fossem buscar o seu amigo”<sup>84</sup>.

Importa agora avaliar, depois de analisadas as circunstâncias da relação que uniu o rei ao seu favorito, sob um ponto de vista político e antropológico, o âmbito dessa “amizade”, a partir da qual se formaram discursos variados que reforçaram as propostas historiográficas em torno dos hábitos transgressores e “exóticos” de D. Afonso VI<sup>85</sup>.

Antes de mais, recorde-se, que foram os irmãos Conti responsáveis por satisfazer e incentivar os gostos mais excêntricos do rei, nomeadamente os sexuais, trazendo mulheres públicas ao seu leito que, segundo alguns relatos, sofriam as violências régias quando recusavam os convites e não cediam aos seus desejos. Ato que rapidamente se tornaram do conhecimento público para grande escândalo da Corte<sup>86</sup>.

Foi, pois, precisamente, na sequência desses desmandos juvenis, que surgiu, pela primeira vez, a propaganda de que D. Afonso era «impotente», o que colocava publicamente em causa não só a sua virilidade e a sua capacidade genésica, como a figura de *pater familias* que o rei representava, enquanto cabeça da comunidade política. Fenómeno que viria a constituir-se como

<sup>78</sup> *Vida d'ElRei D. Affonso VI, 30*, ou Duarte Vaz D'Orta Osorio, segundo *Catastrophe de Portugal, 57*.

<sup>79</sup> Eduardo Brazão (ed.), *D. Afonso VI, 33*.

<sup>80</sup> *Catastrophe de Portugal, 57*.

<sup>81</sup> *Ibidem, 57-59*; Eduardo Brazão (ed.), *D. Afonso VI, 33*; *Relation des troubles, 748-749*.

<sup>82</sup> *Vida d'ElRei D. Affonso VI, 32*. No entanto, vemo-lo ser chamado pelo rei à sua câmara, logo que se noticia a prisão dos italianos, o qual comparece prontamente com Luís de Vasconcelos e Sousa. Certamente, não se terá afastado muito dos aposentos do rei nos quais prestava serviço enquanto reposteiro, *Catastrophe de Portugal, 65*.

<sup>83</sup> *Catastrophe de Portugal, 59-60*.

<sup>84</sup> *Vida d'ElRei D. Affonso VI, 32*; BNP, cód. 8611, fls. 156v-157. BNP, cód. 8611, fls. 156v-157. Veja-se este documento em anexo.

<sup>85</sup> Veja-se, em especial, sobre este assunto um trabalho recentemente por nós defendido, Entre a «impotência política» e a «impotência sexual». *As imagens da doença e transgressão no estudo do processo de dissolução matrimonial de D. Afonso VI, o Vitorioso (1643-1669)* (Diss. Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 3 vols., 2012).

<sup>86</sup> *Catastrophe de Portugal, 37*; *Historia de las Revoluciones de Portugal, 328-329*.

um foco de oposição contra a sua realeza<sup>87</sup>.

Outras interpretações quiseram ver nessa disfunção, e mesmo na participação de outros homens nas suas demandas sexuais, uma transgressão da norma, ou seja, a sua pressuposta homossexualidade.

A ideia, no entanto, não é nova. Arlindo Camillo Monteiro, autor de *Amor Sáfico e Socrático: estudo médico-forense* foi, provavelmente, o primeiro a defender essa hipótese, baseando-se em alguns apontamentos presentes nas memórias do rei que, à luz dos seus estudos sobre a homossexualidade feminina e masculina na década de 20, podiam evidenciar relações desse cariz entre D. Afonso VI, António Conti, João Conti, João de Matos, frei Bernardo Taveira, Manuel Antunes e Baltasar Rodrigues de Matos, todos homens da sua Casa e por quem o rei nutria particular afeto, proporcionando-lhe os prazeres que ele tanto desejava<sup>88</sup>. Argumentava ainda o autor que citamos que essas suspeitas eram do conhecimento de muitos dos vassalos, pois “os vícios d’El Rei davão muitos nos olhos”. Contudo, não refere fontes, o que nos faz pensar que essa ideia surgiu de interpretações e leituras meramente sugestivas ao investigador.

Este tópico foi sucintamente retomado por outros historiadores portugueses, entre os quais Oliveira Marques, no sétimo volume da *Nova História de Portugal*, no qual D. Afonso VI é retratado para além de incapaz, semiparalítico, inculto e impotente, como homossexual<sup>89</sup>. Mas tal como Arlindo Monteiro, não são referidas bases documentais sólidas para esta afirmação.

Recentemente, Fernando Bruquetas de Castro em *Reis que amaram como Rainhas*, também refere, sem apresentar argumentos consistentes, que o *Vitorioso* foi propenso a relacionamentos promíscuos com homens, reiterando as compreensões que outros haviam feito sobre o mesmo assunto, acrescentando, em tom algo poético e bastante erótico, que o rei “inclinava-se para os arruajes, criados e moços da pior espécie e fama, além de escravos negros e mouros que iam passando individualmente em grupo pelas suas mãos, deixando no leito real aroma e máculas de exotismo e que devido à sua impotência, preferia o rei o contato dos rapazotes que se entregavam violentamente ao sexo”<sup>90</sup>.

Uma equação parece ser semelhante a todos aqueles que defenderam a homossexualidade – ou bissexualidade – do rei: que a sua alegada impotência sexual, que o impossibilitava de ter cópula com mulheres, justificou, a longo prazo, o elevado apreço que o monarca começara a sentir pelo contacto com homens do povo e com quem teria relações sexuais.

Parece-nos ser um juízo de valor, para além de infundamentado, sem qualquer atestação documental e baseado em alguns anacronismos resultantes da imagem, atualmente concebida, dos comportamentos-padrão sexuais masculinos.

Porém, não raras vezes, diversos autores tenderam a transportar para épocas passadas valores, comportamentos e estratégias que pertencem aos nossos dias, esquecendo-se que, no século XVII, a vida em sociedade assentava em crenças e em padrões morais bem distintos dos atuais e, esquecendo também, que as pessoas do passado pensavam e sentiam de forma radicalmente diversa da nossa.

Uma parte deste estudo foi, pois motivado, por essa constatação e percepção, fundamental para nos aproximarmos do sistema cultural que vigorava em Época Moderna, e no qual, a dinâmica dos «afetos», constituía-se como noção base de um sentimento de coesão que os homens comungavam entre si e que não se restringia, somente, às relações entre os dois sexos opostos. Partindo desta premissa teórica, tentemos compreender quais os significados que os conceitos de amor e amizade - intrinseca-

<sup>87</sup> *Historia de las Revoluciones de Portugal*, 328-329; Ricardo Pinto, Entre a «impotência política» e a «impotência sexual», no prelo.

<sup>88</sup> Arlindo Camillo Monteiro, *Amor Sáfico e Socrático: estudo médico-forense* (Lisboa, Instituto de Medicina Legal, 1922), 159-160.

<sup>89</sup> *Nova História de Portugal*. Vol. VII. Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil. Dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques Coord. de Avelino de Freitas de Meneses (Lisboa, Editorial Presença, 2001), 199.

<sup>90</sup> Fernando Bruquetas de Castro, *Reis que amaram como Rainhas* (Lisboa, Esfera dos Livros, 2010), 157-168.

mente ligados ao de valimento -, possuíam na linguagem política do Antigo Regime<sup>91</sup>.

As problemáticas dos afetos e das relações de amizade, como elementos inerentes aos códigos culturais das sociedades do Antigo Regime, possuíam sentidos e dimensões específicas. Pode-se dizer que, o amor e a amizade eram vistos como elementos essenciais para a construção de laços sociais e de formas de normatização da vida comunitária, possuindo uma dimensão social real e profundamente enraizada na vida quotidiana, algo que ultrapassava o nível do discurso racionalmente conduzido, estando no cerne da constituição da própria sociedade<sup>92</sup>.

Neste sentido, a possibilidade ou não de se ter acesso direto ao centro de poder e decisão e, a partir daqui, ascender-se socialmente, derivava, em larga medida, da qualidade das relações que cada aspirante mantinha com os Grandes, ou na melhor das instâncias, com o próprio soberano, pois ser íntimo do rei, numa sociedade em que o mérito por si só de nada valia, era, indiscutivelmente, um elemento decisivo para qualquer trajetória social de sucesso. Ser «favorito» ou «valido» seria, portanto, alguém que, através de lutas e disputas inerentes ao universo da Corte, conseguia atingir posições de destaque e ocupar a centralidade do afeto régio, monopolizando o seu amor, a sua amizade e a sua graça.

Ao contrário do que ocorre com a moderna oposição entre razão e emoção, o amor e os afetos, enquanto elementos determinantes da vida social do Antigo Regime, não se limitavam apenas à sexualidade ou à intimidade dos casais. Esse sentimento, para além de funcionar como um elemento de forte coesão social, tinha enormes responsabilidades na ordenação daquilo a que poderíamos denominar de «espaço público»<sup>93</sup>. Assim, as relações sociais eram constituídas por laços, por assim dizer, «amorosos».

Com efeito, o carácter público dos gestos afetivos tinha sérias implicações políticas, dado que era condição *sine qua non* para se demonstrar socialmente que se habitava o coração do seu senhor, e nas experiências de valimento conhecidas durante o Antigo Regime, os favoritos tinham que conquistar primeiramente, antes da confiança, o afeto do rei.

No entanto, importa chamar a atenção que o termo «favorito» que, tal como demonstramos, foi utilizado para António Conti e para os restantes homens que acompanharam o rei nos seus divertimentos, expressava a ideia, segundo o *Dictionnaire de l'Academie Française*, que se tratava de uma pessoa que “tient le premier rang dans la faveur, dans les bonnes graces d'un Roy [...]”<sup>94</sup>. Todavia, em sentido muitas vezes explicitamente negativo, na língua francesa, existia também a palavra *mignon*, utilizada para definir uma maneira específica de valimento, no caso, quase sempre, associada a conotações sexuais<sup>95</sup>. É pertinente observar, por exemplo que, na França de Richelieu, tal como na monarquia hispânica de Olivares, evitava-se usar, na tratadística política oficial, expressões como *favorite ou mignon*, vistas como formas depreciativas de obtenção da graça régia.

Nesta perspetiva, e para o que aqui nos interessa, os irmãos Conti, inscrevem-se perfeitamente nestes fenómenos que descrevemos, enquanto processos complexos de disputa pelo monopólio da amizade e do amor régio, ápice da cadeia de sucessos necessários para a ascensão social e política.

O facto de os italianos terem sido, durante os tempos de juventude do monarca, pessoas próximas

<sup>91</sup> Pedro Cardim, “«O Poder dos Afectos» – Ordem Amorosa e Dinâmica Política no Portugal do Antigo Regime” (Diss. Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2000).

<sup>92</sup> Anthony Guiddens, *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas Sociedades Modernas*, Magda Lopes (trad.) (São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993) 3 e passim.

<sup>93</sup> Pedro Cardim, «O Poder dos Afectos», 6-7.

<sup>94</sup> Jean Baptiste Coignard, *Dictionnaire de l'Academie Française*, tomo I (Paris, 1694), 724. Tradução: “detém o primeiro lugar no favor, nas boas graças do Rei”.

<sup>95</sup> *Ibidem*. Neste sentido é importante mencionar o estudo de Ricardo Oliveira, já citado anteriormente, que atesta a importância desta discussão.

e influentes, abriram caminho para o seu valimento, o que, sob um ponto de vista sociológico dos afetos, conforme já apontamos, permitiu a génese de uma relação íntima entre o jovem D. Afonso, inseguro, aberto e débil a amizades, e alguém mais velho que, quando não era o próprio tutor responsável pela educação do príncipe, se configurava na pessoa com maior ascendente sobre a figura régia, tal como defende Vinícius Dantas no seu trabalho sobre Luís de Vasconcelos e Sousa. O caso do mercador é bastante paradigmático neste sentido e, frequentemente, parece corresponder ao rol de favoritos ou validos acusados de serem favorecidos mediante o fomentar dos prazeres sexuais e outros vícios dos seus senhores, o que os tornaria nos mais próximos. Aliás, vários também são os casos europeus demonstrativos do grande poder sexual que muitos homens exerceram sobre os seus reis<sup>96</sup>.

Não pretendemos afirmar, com base no que fica escrito, que D. Afonso tivesse algum contacto ou relacionamento sexual com António Conti ou com outros dos seus companheiros, apesar de considerarmos que, a juventude, enquanto etapa da vida de certa ambiguidade sexual e híbrida, tivesse proporcionado um espaço para «outras experiências» e que nas sociedades modernas seriam altamente transgressoras<sup>97</sup>. Pormenor aliciante e sugestivo para imaginar a possibilidade de uma amizade homoerótica entre o rei e os Conti reside ainda na constante desconfiança sobre as preferências sexuais daqueles que eram oriundos de Itália ou que por lá teriam passado de regresso a Portugal. Pelo menos, é a informação que se corrobora nos processos por pecado nefando de sodomia da Inquisição de Évora<sup>98</sup>.

De acordo com os relatos coevos, subentende-se que o rei apenas partilhava com o seu «grupo» de homens as aventuras amorosas, não o seu leito. Além disso, diga-se, que são por demais conhecidas as suas paixões heterossexuais, como a sua esposa observaria no seu libelo em 1667<sup>99</sup>. Mas isso não invalidava a possibilidade de um envolvimento mais íntimo com os oficiais e homens da sua Casa.

Saliente-se que tanto rapazes como mulheres – fossem eles de estratos mais baixos da população ou não – enquanto criados das grandes casas senhoriais e da própria Casa Real, achavam-se inscritos naquilo que se chama de “economia doméstica”, e nessa estrutura não seriam diferenciados sexualmente<sup>100</sup>. Assim, e tendo em conta que era o *pater familias* o chefe dessa orgânica funcional, a sua *virtus* masculina ditava serem possíveis as relações que se desenrolavam entre um homem, enquanto adulto, amo ou mestre com mulheres e jovens rapazes, sejam eles criados, pupilos, ou escravos tal como a tradição pederástica em que os cidadãos podiam abertamente envolver-se em relações com os adolescentes livres de estatuto social e político inferior e que um dia seriam cidadãos da *pólis*. Alan Bray considera o fenómeno como o “dom do corpo do amigo”<sup>101</sup>. Aquele que fazia parte de uma casa dava o corpo, os bens e a própria vida se necessário, de acordo com o princípio da fidelidade incondicional<sup>102</sup>. Em contrapartida, poderiam eventualmente escapar à condição de origem e beneficiar de um estatuto de favor.

Para a maioria dos homens, as relações entre eles representavam uma forma corrente de sociabilidade. Integravam profundamente as estruturas sociais e formas de agregação que ajudavam a constituir a cultura masculina. Neste sentido, a sodomia, no conceito moderno do termo, não era um comportamento “desviante” de uma distinta minoria sexual, mas uma componente

<sup>96</sup> São significativos os casos europeus onde essas relações eram constantes: Piers Gaveston e Hugues Despenser foram amantes e favoritos de Eduardo II de Inglaterra (1284-1327). Henrique IV de Castela foi acusado de manter relações com mouros e outros senhores da sua Corte. Henrique III de França (1551-1589) foi caracterizado pelos seus contemporâneos por ser muito «efeminado», fazendo-se acompanhar pelos seus *mignons*, ou seja, os seus homens favoritos. Também Jaime I de Inglaterra (1566-1625) foi homem de paixões avassaladoras pelos seus preferidos, entre os quais de destaca, Georges de Villiers, o duque de Buckingham.

<sup>97</sup> Anthony Fletcher, *Gender, Sex and Subordination in England 1500-1800* (New Haven, London, Yale University Press, 1995), 133.

<sup>98</sup> Mário Paulo Martins Viana, *O Santo Ofício e Sexualidade na Inquisição de Évora de 1546 a 1699*, [s.l.], [s.e.], 1989), 21.

<sup>99</sup> “não sendo El-Rey desafeiçoado ao trato com mulheres antes constando que as tratava”, IANTT, *Armário Jesuítico*, lv. 22, fl. 1.

<sup>100</sup> Lisa Jardine, *Reading Shakespeare Historically* (London, New York, Routledge, 1996), 66.

<sup>101</sup> Alan Bray, *The Friend* (Chicago, University of Chicago press, 2003), 40-41.

<sup>102</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)* (Lisboa, I.N.-C.M., 1998); Bartolomé Yun Casalilla, “La aristocracia castellana en el seiscientos. Crisis, refeudalización u ofensiva política?”, in *Revista Internacional de Sociología* (45, fasc. 1 (Enero-Marzo 1987)), 77-104.

da experiência masculina com ramificações sociais alargadas, permeando a sociedade inteira. Além de afirmar uma identidade social viril, tinha um forte caráter coletivo e ajudava a criar e reforçar as hierarquias e surgia como um fator dinâmico na interação social e na coesão. Este comportamento parece ter sido um complemento dos intensos laços de afeto e obrigações entre os homens e tão característicos da sociabilidade masculina<sup>103</sup>. Assim se entende não só a relação que D. Afonso VI manteve com os italianos e os restantes oficiais do seu serviço doméstico, como também com o próprio Luís de Vasconcelos e Sousa, 3º conde de Castelo Melhor e Henrique Henriques de Miranda, substituto de Conti como ministro dos seus prazeres.

Porém, esses laços eram muito vulneráveis a todo um conjunto de acusações. Na sua missão judicial de perseguição e de condenação de heresias, surge, frequentemente, no formulário burocrático do Santo Ofício, expressões como “tomou amizade com” ou “continuando na dita amizade”, relativamente a relações ou envoltimentos que eram condenáveis e prejudiciais à moral e à ética católicas. Diga-se que muitas dessas expressões foram utilizadas na referência ao trato que D. Afonso VI manteve não só com os irmãos Conti e outros homens, mas também com várias «mulheres públicas» quase que, para transmitir o caráter ilícito e proibido dessas relações, mais “para fomentar o vício do que para ajudar à virtude [...] fundada em conveniência, ou em sensualidade”<sup>104</sup>.

Mas na verdade, quem se entregava em demasia às «amizades» incorria no risco de se tornar num servidor dos seus servidores e, talvez por isso, D. Afonso VI tenha sido acusado frequentemente de «incapaz» para o governo do reino, não só durante a influência do mercador italiano e de outros favoritos, como também, pouco depois, sobre a égide do conde de Castelo Melhor. O rei surgia assim desacreditado na sua vontade e, sobretudo, na sua masculinidade, fatores que, só por si, transgrediam a norma e as rígidas barreiras sociais<sup>105</sup>.

Em suma, as várias perspetivas cruzadas e expostas, resultantes de vários estudos referidos e que têm privilegiado diretamente o caráter e âmbito das relações informais, não-institucionais durante a Modernidade revelam, portanto, que a relação entre o rei e António Conti inscreve-se no *modus operandi* das estruturas políticas e sociais do Antigo Regime, em que vários indivíduos de setores não nobilitados da sociedade, tentavam obter a graça régia, não só pelo mérito ou outros serviços, mas, igualmente, através do poder dos «afetos», do poder de agir, de influenciar, de controlar os desejos e vontades do seu senhor, elementos que também eram componentes importantes para o processo de coesão social.

Contudo, como bem observou Nobert Elias, o clima de disputas e de conflitos pela privança e o favor do rei, tornavam o equilíbrio destas sociedades bastante instável e em permanente dissidência<sup>106</sup>. Talvez por isso o exílio dos italianos tenha, efetivamente, alguns pontos de vista que devem ser mencionados.

A intimidade régia com criados que não pertenciam à fidalguia causou algum desagrado nos Grandes, pois os príncipes ilustres jamais podiam privar com homens de baixa condição social, relações que eram desprestigiadas tanto para monarquia brigantina como para aqueles que fizeram a Restauração de 1640. Por último, a existência de favoritos era perigosa para o Estado pois semeava a divisão entre nobres e influenciava o monarca de tal ordem que este não ouvia os conselhos dos seus vassallos.

<sup>103</sup> Jean-Pierre Gutton, *Domestiques et Serviteurs dans la France de l'Ancien Régime* (Paris, Aubier Montaigne, 1981), 17.

<sup>104</sup> Cf. *Vocabulário Português e Latino*, tomo I, p. 340.

<sup>105</sup> Cynthia B. Herrup, *A House in Gross Disorder, Sex, Law and the 2nd Earl of Castlehaven* (New York, Oxford University Press, 1999), 70.

<sup>106</sup> Nobert Elias, *A Sociedade de Corte* (Lisboa, Editorial Estampa, 1986), 108.

Como se pode verificar, Conti comportara-se como se fosse um valido no preciso momento em que, em França e na Monarquia Hispânica, o valimento estava a desaparecer da cena política, sobretudo desde a morte de Mazarino e de D. Luís de Haro, no ano de 1661. De facto podemos considerá-lo como o primeiro que, desde 1640, conseguiu aquilo que mais nenhum nobre haveria conseguido: a privança e o favor exclusivo do rei. Lugar que, de imediato, seria conquistado por Luís de Vasconcelos e Sousa. Mas isso já é outra história...

## Anexos

### BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP)

**COD. 8611**

Fls. 156v-157

Glosa do desterro de D. António de Conti valido do Rey D. Affonso 6º

/Fol. 156v/Flores para que vos queixais

Deo vuestra tocania

Es ephimera del día

Por que a VM no solo durais

/Fol. 157/ bien se que no reporais sobi

En quan poco há que

De cuya altura cahi

Veo deis quexas lastimadas

Se quereis ser desdichadas

À prended flores de mi

Vao com humildes das

Ni Portuguez, ni espanhol

Vó me dos rayos del Sol

Adornado de sus Galas:

Ayer en regias salas

Qui deidad y tal tal Estói

Q en la tábua donde voi

Mi tumba quieren que sea

Por que en mi exemplo se vea

Lo que va de ayer a oy

Voto en la paz que en la Guerra

Tuve ayer bien singular

A ora soy en la mar

Un aborto de la tierra:

La justiça me destierra

Com razón, porque yo di cousa a su e nosso

Ya ansi fui otário de su poder con que vengo

A conocer que ayer [...] fuy

/Fol. 157v/ vime de mi Rey amado

Porque de mi fortuna morte ayer [...]

De corte y oy me perdi de contado:

Ayer del mundo embidiado

Ufano me vi mas oy

Tan outro del que fui voy

Por los vientos gemidores

Q ayer tuve resplendores

Oy sombra mia aun no sey.



Hugo Silveira Pereira\*

## O Banco Popular Português do Porto

**R E S U M O** | *Em plena Primeira Guerra Mundial surgiu no Porto um empreendedor que pretendia formar um novo banco, um banco diferente, que deveria colmatar uma lacuna no sistema financeiro português, um banco popular. Imitando o que se fazia na Europa Central, este banco popular tinha como grande objectivo conceder crédito àqueles que normalmente não o tinham. Infelizmente, as boas intenções dos investidores esfumaram-se quando estes perceberam que aquelas não davam lucro nem podiam manter a instituição, que se tornou apenas mais uma no universo bancário português. Depois de um início prometededor, o banco entrou em dificuldades em virtude da crise por que passava o país e de maus investimentos, acabando por encerrar as suas portas ao fim de onze anos de existência.*  
*Palavras-chave: banca, finança, banco popular, Porto*

**A B S T R A C T** | *In the midst of the First World War, an entrepreneur in Porto decided to create a new bank, a different bank that should fill in a void in the Portuguese financing system, a popular bank. Emulating what was being done in Central Europe this popular bank had one great objective: to lend money to those who normally couldn't afford to borrow money. Unfortunately, the good intentions of those investors went up in smoke when they realized that such good intention weren't profitable nor could they be able to keep the bank running. Quickly did this popular bank became a commercial bank like so many others that were operating in the Portuguese market at the time. After a promising start, the bank suddenly went through some hardships, due to the crisis of the 1920's and to bad investments, and eventually was shut down, after eleven years of activity.*  
*Keywords: banking, finance, popular bank, Porto*

### Introdução – Problemática e objectivo de pesquisa

O Banco Popular Português é um ilustre desconhecido no panorama da história da banca portuguesa, apesar de ter tentado ser um pioneiro em Portugal de uma espécie de instituição com forte implementação na Alemanha, Itália e um pouco por toda a Europa Central: o banco popular.

As fontes e a informação bibliográfica sobre o Banco Popular Português não são abundantes. O facto de ter sido uma instituição com pouco peso no sistema bancário nacional e com uma curta existência (subsistiu por apenas onze anos) justifica, decerto, esta situação.

Em termos bibliográficos, as obras de referência apenas contêm alusões esporádicas.

---

\* Investigador no CITCEM – FLUP. Financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/201

Não se conhecem também investigações específicas. Quanto a fontes, temos os Relatórios e Contas (para quase todos os anos da sua actividade, à guarda da Biblioteca do Banco de Portugal), cujos valores são reproduzidos na estatística oficial, os actos públicos lavrados em escritura (conservados em arquivos ou publicados nas páginas do Diário do Governo) e alusões em anuários e almanaques. Existe ainda uma caixa de correspondência entre o Banco e a casa Pinto & Companhia, sua agente em Famalicão, contudo, trata-se na sua maioria de documentação meramente contabilística e um tanto dispersa, relativa à actividade bancária normal entre sede e agentes. É possível que exista mais documentação desta natureza disseminado pelos arquivos nacionais, uma vez que, como veremos, o Banco Popular Português estabeleceu uma rede de agentes por todo o país. De resto, actas das Assembleias-Gerais ou das reuniões dos Conselhos Fiscais, livros de balanço e razão, copiadores, correspondência expedida, listagem de sócios e clientes não existem ou pelo menos desconhece-se o seu paradeiro.

Perante tal cenário, os Relatórios da Gerência publicados entre 1918 e 1928 são o melhor instrumento para se conhecer a história e evolução desta instituição, muito embora tais fontes devam ser encaradas com cuidado, dado o carácter específico desses documentos. Como instituição financeira, um banco assenta na confiança que transmite aos seus depositantes e investidores. Admitir uma situação de crise na apresentação de um Relatório e Contas é convidar os clientes a retirar o seu dinheiro dos depósitos e os investidores a procurarem outros investimentos. Além disto, nem sempre as categorias inseridas nos balanços e demonstrações de resultados que acompanham os relatórios se mantêm ao longo do tempo. Algumas desaparecem, outras mudam de designação e umas terceiras são suficientemente vagas para lançarem dúvidas sobre aquilo que verdadeiramente representam.

Com isto não se pretende dizer, todavia, que os Relatórios não sejam de todo úteis. Embora os números possam não corresponder exactamente à verdade, exprimem, pelo menos, realidades concretas, que podem ser tomadas em conta e analisadas pelos investigadores. Simplesmente há que ter em atenção todas aquelas particularidades que ficaram descritas nas linhas anteriores. Demais, além da realidade dos números, os Relatórios são também úteis a outros níveis: permitem conhecer a evolução dos órgãos sociais (identificação dos directores do banco – que como autores dos Relatórios, constavam necessariamente do documento –, dos vogais do Conselho Fiscal – que assinavam o parecer deste órgão – e dos elementos da Mesa da Assembleia-Geral), o modo como se processou cada um dos anos (principais acontecimentos na vida do banco) e também a forma como a Direcção se dirigia aos seus accionistas (relação entre uma e outros, expectativas em relação ao futuro, etc.).

## **Banco Popular Português – a fundação**

As primeiras tentativas de fundação do Banco Popular Português datam de 1916, quando em 15 de Abril (data do decreto) Crispim Nunes da Costa consegue autorização do governo para tal empreendimento<sup>1</sup>. Por esta altura, e já desde 1896 (lei de 3 de Abril, confirmando a lei de 12 de Julho de 1894) se impunha aos bancos que não se dedicassem a quaisquer tipos de negócios para além dos que o Código Comercial definia como próprios (câmbios, arbritrios, empréstimos, descontos, cobranças, abertura de créditos, emissão e circulação de notas ou títulos fiduciários pagáveis à vista e ao portador) a necessidade de autorização governamental para a sua fundação<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> *Diário do Governo* (II Série, n.º 92, Abril-Junho, 1916), 1423-1424.

<sup>2</sup> Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário Português* (Lisboa: Banco de Portugal, 2006), 203-204.

Contudo, dificuldades enfrentadas por aquele empreendedor, em face da guerra que assolava a Europa, para realizar os 500 contos previstos naquele diploma procrastinaram a constituição do Banco Popular Português para 1917, com um capital mínimo exigido de 250 contos. A 13 de Janeiro deste ano, o governo renovava a autorização concedida anteriormente<sup>3</sup>, mas só a 9 de Abril era lavrada escritura pública de constituição de sociedade anónima no 14.º Cartório Notarial do Porto, nas notas de Artur Cardoso Pinto Osório (publicada em Diário do Governo, de 24 de Abril seguinte)<sup>4</sup>.

O Banco Popular Português surgiu assim em 1917 (e não em 1918 como referem Nuno Valério<sup>5</sup>, Oliveira Marques e Fernanda Rollo<sup>6</sup>) por iniciativa de Crispim Nunes da Costa em seu nome e em nome de vários homens e empresas de Bragança, Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Porto – a maioria –, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Covilhã, Lisboa, Santarém, Portalegre, Beja e Faro. Logo após a sua fundação tornaram-se agentes do banco os instaladores de Braga, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Covilhã, Santarém, Lisboa e Faro. O Popular Português antecedeu assim a vaga de criação de novos bancos ocorrida no período de prosperidade económica que o mundo conheceu no pós-guerra<sup>7</sup>. A acreditar no primeiro Relatório e Contas do banco, todo este processo para a sua constituição foi tudo menos fácil por ter sido conduzido fora de quaisquer influências de grupos financeiros (além dos obstáculos levantados pela própria conjuntura europeia). Isto determinou que só depois de dois anos de persistentes trabalhos e de uma extenuante campanha se conseguisse obter o decreto autorizando a sua constituição.

No seu logótipo constava o escudo de armas nacional colocado sobre a Cruz de Cristo, tendo em redor a expressão “BANCO POPULAR PORTUGUEZ”.



**Figura 1.**  
Acção do Banco Popular Português<sup>8</sup>

<sup>3</sup> *Diário do Governo* (II Série, n.º 17, Janeiro-Março, 1917), 240.

<sup>4</sup> Arquivo Distrital do Porto (ADP), *Cartório Notarial do Porto* (Po-14.º) (1/17/5-7), lv. 49, fl. 25v-34. *Diário do Governo* (III Série, n.º 96, Abril-Junho, 1917), 1063-1065.

<sup>5</sup> Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário...*, 222.

<sup>6</sup> A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, “A banca. Bancos comerciais” in A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, *Nova História de Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1991), vol. 11, 273-276.

<sup>7</sup> Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário...*, 222. A. H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa: para uma visão estrutural*. Viseu: Livros Horizonte, 1970.

<sup>8</sup> Site da Associação Portuguesa de Coleccionadores de Papéis de Valor. Também disponível no Museu do Papel-Moeda da Fundação Cupertino de Miranda.

Era uma sociedade anónima de responsabilidade limitada com um capital inicial de 500 contos (passível de ser elevado a 1200 contos) dividido em 20 mil acções de 25 escudos cada. Estava sediado no Porto, na freguesia da Sé, na Rua do Loureiro, n.ºs 46 a 50, à direita da Estação de São Bento<sup>9</sup>. Nas glosas d'O Tripeiro<sup>10</sup>, é referido que em 11 de Junho de 1918 o banco se mudou para o prédio da Praça da Liberdade onde se localizava o Café Suíço (na esquina da actual Rua de Sampaio Bruno com a Praça de D. Pedro). Contudo, a verdade é que só em 1923 se iniciaram negociações tendo em vista a instalação definitiva do banco naquela morada. É provável que o Popular Português tenha ali criado um escritório, mas é de todo impossível que tenha abandonado a sede na Rua do Loureiro, já que em 1928 ainda lá se encontrava<sup>11</sup>.

Em termos de gestão e funcionamento do banco, os accionistas constituíam-se em Assembleia-Geral, onde elegiam (uma a nove acções valiam um voto; dez a dezanove acções, dois votos; vinte, quatro votos; e assim sucessivamente) os três vogais do Conselho Fiscal (responsáveis pelo exame das contas) e os 12 membros (seis efectivos e seis suplentes) do Conselho de Administração (responsáveis por gerir e representar o banco e o seu quadro de pessoal, que chegou a ser composto por 29 elementos). Estes, depois, deveriam escolher entre si os administradores-delegados, que ficavam mais próximos do giro bancário. Ficava ainda prevista a constituição de um fundo de aposentação formado a partir de parte dos lucros anuais, antevendo-se desde logo o direito à reforma por velhice ou invalidez do fundador Crispim Nunes da Costa.

## Natureza do Banco Popular Português

Desde o seu início se assumiu como um banco popular. Deste modo, a sua firma reflectia efectivamente a sua natureza. Umas décadas antes (em 1876) surgira também no Porto um banco denominado Agrícola e Industrial da Estremadura que, todavia, nada tinha em comum com os bancos agrícolas e industriais (formados com capitais das Misericórdias) criados por decretos de 1866 e 1867 pelo então ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria Andrade Corvo<sup>12</sup>. Não era este o caso do Banco Popular Português, que intentava reproduzir em Portugal aquilo que se fazia sobretudo na Alemanha e em Itália, mas também na Áustria, na Bélgica, na Bulgária, em França, na Holanda, em Inglaterra, no Japão, na Roménia, na Rússia, na Sérvia e na Suíça. Em todos estes países os bancos populares eram instituições que se baseavam no princípio da utilidade dos seus co-associados e não do capital (que apenas servia de garantia) e que tinham como fito fornecer crédito aos pequenos produtores e aos operários que de outra forma se veriam na impossibilidade de o obter. Numa missão de âmbito mais geral, os bancos populares propunham-se intervir nas franjas da sociedade onde os bancos comerciais não tinham interesse em operar. Para tal, estes bancos recebiam e conduziam as economias populares (de pequenos comerciantes, industriais e operários, que de outro modo as aforravam em casa) para o crédito ao pequeno comércio, pequena indústria e pequena agricultura. Eram ainda caracterizados por deterem elevadas reservas (às quais destinavam importantes fatias dos lucros) e limitarem o dividendo, sendo o excesso das receitas destinado a baixar a taxa de desconto e a

<sup>9</sup> Banco Popular Português, *Estatutos do Banco Popular Português* ([S.l.]: [S.n.], 1916). *Aurora Teixeira de Castro, Monografia da cidade do Porto* (Lisboa: Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial, 1926).

<sup>10</sup> "Aconteceu há 50 anos... Diário Retrospectivo", *O Tripeiro* (VI série, ano VIII, n.º 6, Junho de 1968), 189-192.

<sup>11</sup> *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Colónias* (de 1918-1929). *Anuário do Comércio do Porto e seu distrito* (1917-1920, 1926-1928).

<sup>12</sup> Hugo Silveira Pereira, "Banco Agrícola e Industrial da Estremadura" in *Dicionário de História Empresarial* (no prelo). Hugo Silveira Pereira, "Um banco na Misericórdia de Viana do Castelo", *História - Revista da FLUP* (IV série, vol. 1, 2011), 171-181.

subvencionar instituições de carácter social. Davam mais valor aos depósitos a prazo, por serem mais duradouros e deste modo permitirem apoiar mais eficazmente a agricultura, cujo retorno só ocorre no longo prazo. Dedicavam-se também à gestão de depósitos económicos com juros e montantes mínimos atractivos (funcionando como caixas económicas) para evitar o desvio dos aforros para as caixas económicas do Estado e para a dívida pública. A operação activa mais importante destas instituições era o desconto de pequenas letras, simples facturas, avais, etc., sendo também frequente o redesconto e o empréstimo a descoberto. Finalmente, eram também caracterizados por operarem a nível nacional, lançando uma rede de agentes por todo o país, factor determinante no sucesso dos bancos populares. De facto, só agentes locais possuíam um conhecimento detalhado da realidade local, o que era indispensável para avaliar no momento a solvência e capacidade de repagamento de indivíduos que mais não podiam apresentar como penhor dos seus débitos do que a própria honra. Sem este instrumento fornecer crédito popular era proibitivo<sup>13</sup>.

Em Portugal, pela segunda década do século XX, o que mais se assemelhava aos bancos populares eram as Caixas de Crédito Agrícola e as Caixas Económicas. Crispim Nunes da Costa e seus associados pretendiam alterar essa situação. Pelos estatutos que redigiram, o banco propunha-se auxiliar os pequenos proprietários, comerciantes e agricultores e a realizar obras lucrativas mas de carácter social (bairros económicos, sindicatos, sanatórios, cooperativas e sociedades de crédito rural e urbano). Para isso, estava autorizado a realizar: empréstimos a pequenos comerciantes, industriais e agricultores, empregados públicos e comerciais, operários e artistas; empréstimos sobre penhores de mercadorias, colheitas, máquinas e instrumentos, rendimentos de propriedades e acções; e depósitos a ordem ou a prazo. Todavia, também lhe era permitido realizar todas as outras operações bancárias (à excepção de realizar contratos de risco ou de seguros, comprar ou vender por conta própria géneros comerciais e possuir imóveis além dos necessários para as suas funções, salvo no caso de liquidação de créditos), ou seja, também podia ser um banco comercial. E foi, de facto, o que acabou por acontecer<sup>14</sup>.

### **Transformação em banco comercial**

A própria Administração admitiria que, apesar de ser um banco popular, não gozava de nenhum privilégio em virtude desse estatuto, pelo que dificilmente podia iniciar a sua vida empresarial preocupando-se apenas com obras lucrativas de carácter social. Deste modo, sem descurar o pequeno comércio e indústria, cedo investiu nas operações que granjeavam “lucro avantajado”<sup>15</sup> e melhor remuneração aos accionistas, como compra e venda de títulos e valores, desconto de letras, transferências e empréstimos.

Não deixou, porém, de se aproximar dos seus congéneres europeus, ao estender rapidamente uma rede de agentes sobre Portugal. Importa aqui referir que por agentes se entende uma entidade que desempenhava as funções de representação do banco mas não de forma exclusiva, acumulando com outro tipo de actividades não-bancárias. Não se tratavam de filiais ou agências

---

<sup>13</sup> Para tudo isto, cf. Tomás Cabreira, *O problema bancário português* (Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1915) e João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), *Organização bancária portuguesa* (Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1927). Ver também, para o funcionamento ao nível do associado, Joaquim Pedro de Oliveira Martins, “Banco” in Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *Estudos de Economia e Finanças* (Lisboa: Guimarães Editores, 1956), 93-300.

<sup>14</sup> Banco Popular Português, *Estatutos do Banco Popular Português* ([S.l.]: [S.n.], 1916).

<sup>15</sup> Biblioteca do Banco de Portugal (BBP), *Relatórios e Contas, Banco Popular Português*, 1919.

bancárias como hoje as entendemos, representando exclusivamente um determinado banco. Segundo os seus directores, logo após a sua fundação, o banco foi inundado de ofertas, tendo aqueles procedido à recolha de informações sobre a seriedade de indivíduos e companhias que poderiam representar o banco ou não. A Administração pretendia fazer dos agentes, pequenos bancos como sucedia com bancos populares de outros países. Para tal necessitavam de capital abundante e de um *roulement* (giro bancário) constante entre esses agentes e a sede. Em 1918, o banco contava com 27 representantes. Em 1919, eram já 65 e em 1920, 66. No ano seguinte, esse número passa para 91, ufanando-se o banco de estar representado em todas as localidades nacionais. Em 1923 (para 1922 não encontramos exemplares do Anuário Comercial de Portugal), o número de agentes sobe para 95 (alguns deles respondendo já à filial de Lisboa) e em 1924 para 98. Em 1925, ano em que o Banco Popular Português suspendeu os pagamentos, estava representado em 107 localidades. A crise que atravessa, então, fez reduzir o número de agentes para 105 em 1926 e 93 em 1927. Em 1928, todas os agentes são suprimidos, ficando o banco apenas representado fora do Porto pela filial de Lisboa. Esta tinha sido inaugurada em Fevereiro de 1920, na esquina da Rua do Ouro, n.ºs 56 a 60 com a Rua da Conceição, n.ºs 135 e 137, na freguesia de São Nicolau, com um capital de 3 mil contos, em substituição da delegação a cargo de Lima & Fragoso. Em 1921 e 1922, compram uma página inteira no Anuário Comercial de Portugal. De 1920 a 1923 foram seus gerentes. Avelino J. Pires, Fernando Pinto Leite Homem e Jaime Henrique Ferreira de Sousa. A partir de 1924 gere a filial Mateus de Oliveira Monteiro. A partir desta data, a morada da sede deixa de figurar na Rua da Conceição. Em 1927, só aparece sedeada no número 56 da Rua Áurea. Em 1928, deixa de figurar em anúncio, mas ainda aparece na lista telefónica.

### Tempos de prosperidade – história em números

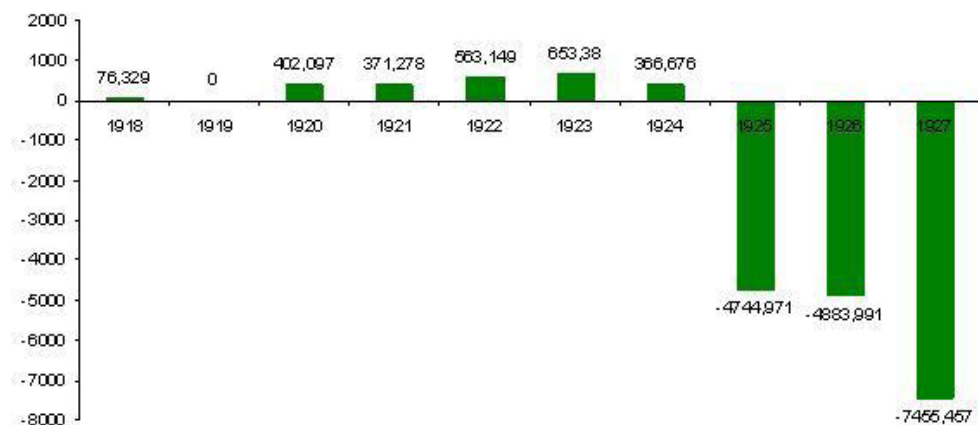
O primeiro Conselho de Administração do banco (1917) era composto por Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos (presidente), Rafael Pereira dos Santos (secretário), António Augusto da Silva, António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira, António Vasco Rebelo Valente e Manuel José Alves (vogais). Em 1918, Augusto da Silva e Rebelo Valente são substituídos por António Manuel da Cruz e António Maria de Carvalho. O novo elenco administrativo manter-se-ia no ano seguinte. Por esta altura, o optimismo imperava no seio do banco, em virtude dos excelentes resultados conseguidos no seu primeiro ano e meio de vida (apesar de marcado por convulsões políticas e sociais): a aceitação do público (mais de 2 mil contos de depósitos), um movimento geral perto dos 80 mil contos e um primeiro lucro de 76 contos (dividendo de 7% ou 1\$75 por acção) levaram os administradores a propor um aumento de capital. Assim, em Assembleia-Geral Extraordinária de 5 de Agosto de 1918, o Conselho de Administração foi autorizado a elevar o capital para 3 mil contos (embora os estatutos primitivos limitassem o aumento de capital a 1 200 contos).

A Direcção pretendia dar o máximo desenvolvimento aos movimentos bancários, principalmente com a província e com Lisboa, mas já com o Brasil e as colónias em mira, algo que não seria possível com o capital existente. Em 1919, este ascendia já a mil contos e no ano seguinte (desde Fevereiro) a 3 mil contos, divididos em 30 mil acções de 100 escudos cada. Em Assembleia-Geral de 7 de Outubro de 1922, aprovou-se uma alteração estatutária que permitia

<sup>16</sup> *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Colónias* (de 1918-1929). ADP. *Casa Bancária Pinto & Companhia Lda. Correspondência do Banco Popular Português* (1918-1925) (PT/ADPRT/EMP/CBPCL/0136 e 0137).

à Direcção aumentar o capital do banco até 10 mil contos, algo que nunca viria a concretizar-se. Em Assembleia-Geral Extraordinária de Novembro de 1923, os estatutos são novamente alterados (reduzidos a escritura pública em 8 de Março de 1924) tendo em vista o alargamento do campo de acção do banco ao Brasil, ilhas e colónias. O optimismo da Administração saiu reforçado nos anos seguintes até 1925: o aumento da confiança do público (consubstanciado na quadruplicação dos valores dos depósitos e do activo se bem que estes valores estejam adulterados pela forte inflação que se fazia sentir<sup>17</sup>), o movimento em crescendo do banco (sobretudo o desconto de letras, a gestão de fundos flutuantes e a conta de devedores diversos) e os seus investimentos só auguravam excelentes perspectivas de futuro.

**Figura 2.** Evolução do lucro do Banco Popular Português (contos)<sup>18</sup>



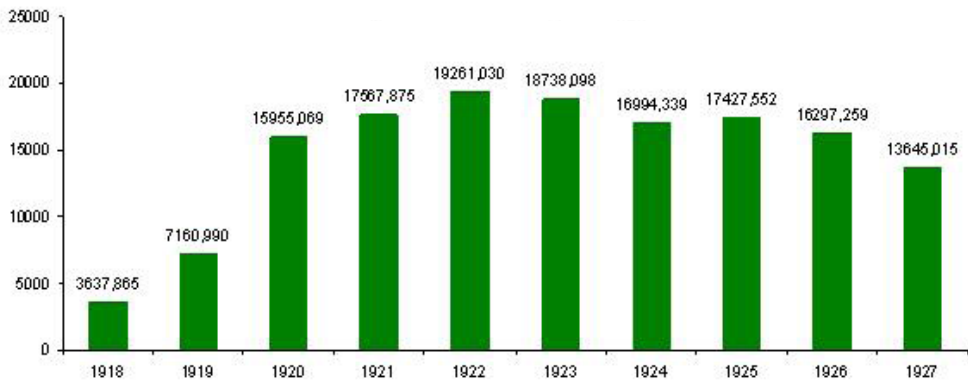
**Figura 3.** Depósitos no Banco Popular Português<sup>19</sup>

	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927
<b>Depósitos à ordem</b>	1.208.094	2.024.749	2.217.447	3.046.927	3.893.795	2.528.144	3.621.981	0	2.342.595	2.335.568
<b>Depósitos a prazo</b>	885.547	240.482	154.613	0	0	5.966.609	6.102.315	6.144.410	5.920.525	6.160.536
<b>Outros depósitos</b>	0	1.818.286	4.774.352	5.402.636	6.014.018	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	2.093.641	4.083.517	7.146.412	8.449.563	9.907.813	8.494.753	9.724.296	6.144.410	8.263.120	8.496.104

<sup>17</sup> Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário...*, 223.

<sup>18</sup> BBP, *Relatórios e Contas*, Banco Popular Português, 1919; 1921-1928. *Situação Bancária nos anos de 1919 a 1927. Bancos, Caixas e Companhias de Crédito* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1922-1928). *Anuário Estatístico de Portugal* (1920-1929) (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925-1929).

<sup>19</sup> BBP, *Relatórios e Contas*, Banco Popular Português, 1919; 1921-1928. *Situação Bancária nos anos de 1919 a 1927. Bancos, Caixas e Companhias de Crédito* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1922-1928). *Anuário Estatístico de Portugal* (1920-1929) (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925-1929).

**Figura 4.** Evolução do activo do Banco Popular Português (contos)<sup>20</sup>**Figura 5.** Descrição dos principais activos do Banco Popular Português<sup>21</sup>

	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927
<b>Fundos flutuantes</b>	228.721	654.632	2.770.192	2.806.158	2.935.180	3.313.783	2.496.733	483.173	346.772	2.163.969
<b>Total letras</b>	630.587	677.121	2.198.514	2.463.167	4.124.734	2.929.865	1.983.622	1.062.514	618.668	505.893
<b>Devedores</b>	1.011.846	2.930.112	4.816.827	5.009.764	5.656.821	5.838.007	6.241.946	1.814.712	1.197.392	599.866

Nestes investimentos incluíam-se dois grandes empreendimentos. Em primeiro lugar a Sociedade de Turismo do Porto (fundada em 28 de Outubro de 1919 pelo Banco Popular Português, Banco do Minho e José Augusto Dias F.º & C.ª, com um capital de 1 260 contos e sede na Rua do Loureiro) que se propunha a explorar a indústria turística em Vila do Conde e Póvoa de Varzim, construindo casinos, casas de espectáculo, hotéis, sanatórios e balneários e financiando a construção de jardins, parques e campos de jogos<sup>22</sup>. Em segundo lugar, a casa bancária Cupertino de Miranda & Irmão, fundada em 14 de Maio de 1919, com um capital de 100 contos e sede na Rua de Sá da Bandeira, n.º 9, pelo Banco Popular Português, juntamente com o seu empregado Artur Cupertino de Miranda e o irmão deste Augusto Cupertino de Miranda (até 15 de Fevereiro de 1921, quando Artur Cupertino de Miranda se torna único sócio da instituição, antepassada do Banco Português do Atlântico)<sup>23</sup>. Por fim, o Banco Popular Português

<sup>20</sup> BBP, *Relatórios e Contas, Banco Popular Português*, 1919; 1921-1928. *Situação Bancária nos anos de 1919 a 1927. Bancos, Caixas e Companhias de Crédito* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1922-1928). Idem, *Anuário Estatístico de Portugal (1920-1929)* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925-1929).

<sup>21</sup> BBP, *Relatórios e Contas, Banco Popular Português*, 1919; 1921-1928. *Situação Bancária nos anos de 1919 a 1927. Bancos, Caixas e Companhias de Crédito* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1922-1928). Idem, *Anuário Estatístico de Portugal (1920-1929)* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925-1929).

<sup>22</sup> "Aconteceu há 50 anos... Diário Retrospectivo", *O Tripeiro* (VI série, ano IX, n.º 10 Outubro de 1969) 317-320.

<sup>23</sup> Agustina Bessa-Lúis, dir., *Banco Português do Atlântico 1919-1969* (Porto: Banco Português do Atlântico, 1969). Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário...*, 223.



detinha ainda a maioria das acções da Companhia Metalúrgica do Norte (empresa que auxiliou financeiramente), sociedade na casa Justino Pinto de Oliveira & C.<sup>a</sup> Lda., investimentos na Moagem Harmonia, Sociedade de Vidago e Pedras Salgadas e Fábrica de Tecidos Avenida, Lda. Quanto ao portefólio de acções, nele se incluíam alguns títulos de dívida dos estados português, francês, brasileiro, inglês, argentino, italiano e alemão, de companhias ferroviárias e da CUF e muitas acções de bancos, fábricas diversas, moagens, agrícolas, energéticas, transportadoras e metalúrgicas. Era o rendimento desta carteira de títulos, que, a par do desconto de letras, constituía a principal fonte de receita do banco. Em 1923 a Administração previa um rápido desenvolvimento do banco, graças à sua organização “quase modelar” recusando a necessidade de quaisquer sacrifícios ou restrições, não obstante o insucesso de alguns dos seus empreendimentos e o pouco desafogo das condições da praça. Na realidade, “êste Banco não carece de fazer sacrifícios ou restrições de qualquer espécie, pois tem elementos e recursos que lhe garantem, sob todos os pontos de vista, um rápido desenvolvimento e um êxito completo”<sup>24</sup>. Longe se estava de imaginar o que aconteceria em 1925. Até este ano o banco apresentou uma taxa média de multiplicação de capitais de 611% (média da razão entre o activo total e o capital total de cada ano; indica o grau de multiplicação dos capitais investidos), um coeficiente de encaixe de 11% (média da razão entre disponibilidades e obrigações de curto prazo; indica a capacidade do banco em cobrir no imediato os depósitos dos seus clientes), uma taxa de rentabilidade de 18% (média da razão entre os lucros líquidos e o capital; indica o grau de rentabilidade do capital investido) e uma taxa de custo social de 3% (média da razão entre lucros brutos e activos totais; quanto maior o valor, maior será o custo que a comunidade terá de suportar para obter o crédito de que se serviu para a actividade económico e vice-versa)<sup>25</sup>. Sem termos comparativos com outros bancos é difícil, porém, aferir se estes valores absolutos são altos ou baixos. Fica a investigação em aberto.

A Direcção do banco continuaria a sofrer alterações até 1925, desde logo pela redução do número de administradores. Do elenco de 1919, só se mantêm em 1920, Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos e Rafael Pereira dos Santos a quem se junta António Maria Leite, em substituição de Manuel José Alves. Em 1921, Alberto Pinheiro Torres substitui Rafael Pereira dos Santos. Em 1922, a Direcção é remodelada por completo, saindo eleitos em 7 de Outubro Manuel Vaz de Sousa Bacelar Teles (visconde de Montalegre), Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona e António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior. No ano seguinte, a estes dois últimos juntam-se Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (conde de Azevedo), José Maria Soares Vieira e Basílio Ferreira de Macedo, elenco que se mantêm em 1924 e no ano seguinte, quando o Banco Popular Português suspendeu os pagamentos (17 de Agosto)<sup>26</sup>.

## Dificuldades e encerramento

A suspensão de pagamentos ocorrida em Agosto de 1925 verificou-se em virtude do agravamento da situação económico-financeira da praça do Porto e do pânico que se apoderou dos depositantes do banco após igual medida ser tomada pelo Banco Comercial do Porto. Por outro lado, por esta altura, uma grande parte das acções e obrigações possuídas pelo banco não valiam

<sup>24</sup> BBP, *Relatórios e Contas, Banco Popular Português*, 1923.

<sup>25</sup> Conceitos de Jaime Reis – “Os Bancos Portugueses 1850-1913” in *Anais da Conferência Internacional de História de Empresa* (Niterói, [s.n.], 1991), 42-91.

<sup>26</sup> Além dos relatórios e contas, consultar Agustina Bessa-Luís, dir., *Banco Português do Atlântico 1919-1969* (Porto: Banco Português do Atlântico, 1969). João da Sousa Câmara, dir., Banco Totta-Alliança, 125.º Aniversário (1843-1968) ([S.l.]: [s.n.], 1968), 125. Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário...*, 223.

mais que um escudo enquanto que alguns dos seus créditos não valiam o papel que os atestava.

A Administração asseverava tratar-se de uma decisão provisória (os investimentos do banco em breve retornariam), que duraria até à reorganização da instituição, a qual se afigurava breve. Em 26 de Setembro, a Assembleia-Geral aclama a Administração, mas nomeia uma comissão de inquérito (que nunca tomaria posse) à vida do banco desde a sua fundação. Entretanto, o projecto de reestruturação continuava em elaboração. Nunca veria a luz do dia.

Em Dezembro, é anunciada a liquidação do estabelecimento (supervisionada por Belchior de Figueiredo, por parte do governo). Aos credores é proposto o pagamento repartido dos seus créditos: 60% em acções de uma futura emissão e 40% em dinheiro. Em 1927, a situação do banco mantinha-se, mantendo-se a Direcção esperançada no processo de refundação do banco (o qual nada avançara), no corte nas despesas e no retorno do resultado das empresas em que investira (embora o estado destas empresas fosse desconhecido da Direcção, como esta aliás confessava). Finalmente, a 3 de Janeiro de 1928, é homologada em tribunal a concordata entre o banco e os credores, que reduziu em 55% o passivo.

Durante a liquidação do banco registaram-se novas alterações ao nível da Direcção: em 1926, da equipa anterior só se mantinha António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior, coadjuvado por Eduardo da Mota Ribeiro (até 1927), António de Jesus Godinho e Adelino Artur Lopes Cardoso. Em 1928, o Conselho de Administração que encerrou as portas do banco era composto por: Francisco Augusto Pinto Félix, Jaime Rodolfo Novais e Silva, José Mariano de Azevedo de Figueiredo e António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior<sup>27</sup>.

## Notas finais

Em 1928, onze anos depois da sua fundação, o Banco Popular Português encerraria as suas portas, soçobrando perante a vaga de turbulência especulativa na população de bancos iniciada em 1918 e a crise começada em 1920-1922 e que se prolongou até 1925, incapaz de se adaptar às novas condições do mercado financeiro e à selecção natural feita por este<sup>28</sup>.

Apesar da sua vontade e objectivos iniciais lavrados nos estatutos, foi uma instituição que de banco popular apenas tinha o nome, já que nunca ostentou as características daquelas instituições: não possuía reservas elevadas nem lhes destinava uma grossa fatia do seu lucro (a partir de 1919 deixou de o fazer de todo, mantendo-se o fundo de reserva em 790 contos); não limitava o dividendo (manteve-se sempre nos 10%) em benefício da moderação do juro que praticava; não servia de caixa económica; e nunca subvencionou instituições de carácter social. Só se aproximava dos bancos populares por estender uma apertada rede de agentes sobre o país e por dar uma maior importância aos depósitos a prazo (os juros de depósitos constituíram a principal despesa do banco, a par de impostos e ordenados) e ao desconto de letras, embora neste caso se enquadre melhor no conceito adiantado por Lumbrals de banco de depósito e desconto<sup>29</sup>.

De facto este autor, que escreve em 1927, nem sequer considera o Banco Popular Português como um verdadeiro banco popular, colocando as Caixas Económicas como as instituições que, em Portugal, deles mais se aproximavam.

Assim, incapaz de se assumir como banco popular e incapaz de competir como banco

<sup>27</sup> BBP, Relatórios e Contas, *Banco Popular Português*. ADP. *Casa Bancária Pinto & Companhia Lda. Correspondência do Banco Popular Português (1918-1925)* (PT/ADPRT/EMP/CBPCL/0136 e 0137).

<sup>28</sup> Nuno Valério, coord., *História do Sistema Bancário...*, 223.

<sup>29</sup> João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), *Organização bancária portuguesa*.

comercial no mercado financeiro nacional (talvez por falta de vocação dos seus gestores, embora para se saber isto se torne necessário uma análise prosopográfica, que não cabe nos limites deste artigo), o Popular Português acabou por sucumbir às adversas circunstâncias financeiras de meados da década de 1920.

## Anexos

Anexo I – Lista de Direcções<sup>30</sup>

ANO	Nome
1917	<i>Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos</i>
	Rafael Pereira dos Santos
	António Augusto da Silva
	António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira
	António Vasco Rebelo Valente
	Manuel José Alves
1918	<i>Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos</i>
	Rafael Pereira dos Santos
	António Manuel da Cruz
	António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira
	António Maria de Carvalho
	Manuel José Alves
1919	<i>Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos</i>
	Rafael Pereira dos Santos
	António Manuel da Cruz
	António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira
	António Maria de Carvalho
	Manuel José Alves
1920	<i>Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos</i>
	Rafael Pereira dos Santos
	António Maria Leite
1921	<i>Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos</i>
	Alberto Pinheiro Torres
	António Maria Leite
1922	<b>Manuel Vaz de Sousa Bacelar Teles (Visconde de Montalegre)</b>
	Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
1923	Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona

<sup>30</sup> *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Colónias de 1918-1929. Anuário do Comércio do Porto e seu distrito (1917-1920, 1926-1928).*

	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
	Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (Conde de Azevedo)
	Basílio Ferreira de Macedo
	José Maria Soares Vieira
1924	Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
	Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (Conde de Azevedo)
	Basílio Ferreira de Macedo
	José Maria Soares Vieira
1925	Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
	Basílio Ferreira de Macedo
	Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (Conde de Azevedo)
	José Maria Soares Vieira
1926-1927	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
	Eduardo da Mota Ribeiro
	António de Jesus Godinho
	Adelino Artur Lopes Cardoso
1927-1928	Francisco Augusto Pinto Félix
	Jaime Rodolfo Novais e Silva
	José Mariano de Azevedo de Figueiredo
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior

## Anexo II – Lista de Conselhos Fiscais<sup>31</sup>

Ano	Nome
1917	<b><i>António Joaquim Ferreira da Silva</i></b>
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães

<sup>31</sup> BBP, *Relatórios e Contas*, Banco Popular Português.

1918	<b><i>António Joaquim Ferreira da Silva</i></b>
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães
1919 <sup>32</sup>	<b><i>António Joaquim Ferreira da Silva</i></b>
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães
1920	<b><i>António Joaquim Ferreira da Silva</i></b>
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães
1921	<b><i>António Joaquim Ferreira da Silva</i></b>
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães
1922	Conselheiro António Joaquim Ferreira da Silva
	José Barbosa Ribeiro
	Joaquim do Vale Coelho Cabral
1923	José Barbosa Ribeiro
	Joaquim do Vale Coelho Cabral
	Alberto Júlio Pinto Vilela
1924	José Barbosa Ribeiro
	Joaquim do Vale Coelho Cabral
	Alberto Júlio Pinto Vilela
1925	José Barbosa Ribeiro
	Joaquim do Vale Coelho Cabral
	Alberto Júlio Pinto Vilela
1926-1927	António Manuel da Cruz
	Agostinho Ferreira de Almeida
	Júlio Genelioux
1927-1928	Alexandre Luís de Castro Ferreira Braga

<sup>32</sup> Não encontramos o Relatório e Contas deste ano. Provavelmente mantiveram-se os mesmos vogais, já que no ano seguinte a composição do Conselho Fiscal se manteve inalterável.

Cláudio Amaral\*

## **Uma década de Congressos Nacionais de Electricidade (1923-1930): Ambiente, percepções e representações.**

### R E S U M O

*As circunstâncias económicas, financeiras e comerciais provocadas pela 1.ª Guerra Mundial (1914-1918) potenciaram a reflexão e o debate, tanto nos países industrializados como nos países em vias de industrialização, sobre as opções e estratégias energéticas.*

*No cerne dessa discussão, figurou a electricidade e as suas problemáticas que surgiram miscigenadas com concepções mais globais sobre desenvolvimento e modernização.*

*Em Portugal, na década de 1920, os quatro Congressos Nacionais de Electricidade, realizados nas principais cidades do país – Lisboa (1923), Porto (1924), Coimbra (1926) e Braga (1930) – constituindo eventos de natureza técnica, económica e social, revelaram grande dinamismo enquanto manifestações desse contraditório.*

*Assim sendo, este estudo procura dar resposta a três objectivos de análise, a saber:*

- Caracterizar e explicar o ambiente, as percepções e as representações produzidas nos congressos;*
- Interpretar as eventuais continuidades e descontinuidades de determinadas influências do pensamento económico português;*
- Avaliar o grau de realismo, utilidade e alcance dos problemas diagnosticados e das respectivas soluções apresentadas.*

*Palavras-chave: Electricidade; Congressos; História; Economia.*

### A B S T R A C T

*The economical, financial and commercial circumstances generated by World War I (1914-1918) boosted, in industrialized countries and also in growing economies on the brink of industrialization, debate and consideration on energetic strategies and available options.*

*This discussion gave primal role and attention towards electricity and its problematic, which surfaced admixed with more global conceptions about development and modernization.*

*In Portugal, by the 1920's, the four National Congress of electricity, that took place in the most important cities of the nation – Lisbon (1923), O'Porto (1924), Coimbra (1926) and Braga (1930) – where events of technical, economical and social nature that revealed grand dynamism as manifestations of that contradictory.*

*Thus, this study seeks to give answer to three goals of analysis, specifically:*

- Characterize and explain the environment, the perceptions and representations produced in those Congress;*
- Interpret possible continuities and discontinuities of some portuguese economical theories and their influence;*
- Assess the degree of realism, utility and range of the indentified problems and their respective presented solutions*

*Keywords: Electricity; Congress; History; Economy;*

---

\* Investigador do CITCEM – U. Porto. Bolseiro de Doutoramento da FCT entre 2008-2011.

## 1. Introdução

Até meados de finais do século XIX, a sociedade portuguesa foi modelada por uma economia vegetal, onde as fontes de energia tradicionais representavam 80% do consumo nacional. No limiar do século XX, iniciou-se a lenta reconversão e transição para uma economia e sociedade utilizadora de formas de energia comercial, onde figuraram bens energéticos de mercado como o carvão, a electricidade e o petróleo.<sup>1</sup> Desse modo, no 1.º quartel do século XX, com atraso, lentidão e desfasamento em relação aos países industrializados, a electricidade difundiu-se nas vertentes de produção, distribuição e consumo<sup>2</sup> implementando-se de uma forma assimétrica e por iniciativa de empresários industriais, capitais estrangeiros, Companhias de Caminhos-de-Ferro e Câmaras Municipais.<sup>3</sup> Essa primeira fase, balizada entre 1890 e 1913, da difusão da electricidade em Portugal caracterizou-se – numa análise simplista e geral – no plano técnico, económico e financeiro por um modelo assente largamente no abastecimento e fornecimento externos. Nessa perspectiva, a conjuntura da 1.ª Guerra Mundial (1914-1918) constituiu um choque externo que abalou esse ritmo de disseminação ao colocar em causa a regularidade necessária aos aprovisionamentos de energia. Contudo, essa conjuntura negativa criou os estímulos que acabaram por transformá-la numa oportunidade de reestruturação sectorial, tanto no plano teórico como no prático.<sup>4</sup>

Assim sendo, a transição de uma economia vegetal para uma economia assente em formas de energia comercial, conjuntamente com as contingências económicas, comerciais e financeiras produzidas pela 1.ª Grande Guerra, constituíram duas condições essenciais para que, nas primeiras décadas do século XX, a questão energética, com destaque evidente para a electricidade, concentrasse a atenção de distintos intervenientes – políticos, juristas, economistas, engenheiros – manifestando a «(...) a percepção de que [esse tema era] crucial para o desenvolvimento português, para a modernização da economia, das instituições e das formas de pensar.»<sup>5</sup>

A esse respeito, em Portugal, na década de 1920, os quatro Congressos Nacionais de Electricidade – realizados nas cidades de Lisboa (1923); Porto (1924); Coimbra (1926); e Braga (1930) – constituindo eventos de natureza técnica, económica e social, revelaram grande dinamismo enquanto manifestações dessa reflexão e debate.

Assim sendo, o presente estudo, focalizando-se em primeiro plano na perspectiva económica e social dos congressos, adoptou, na sua base metodológica, os objectivos que em seguida se descrevem, a saber:

- A análise caracterizadora e explicativa do ambiente, percepções e representações produzidas nos congressos;
- A análise interpretativa das eventuais continuidades e discontinuidades de determinadas

<sup>1</sup> Nuno Luís Madureira; Sofia Teives, “Os Ciclos de Desenvolvimento” in *A História da Energia. Portugal 1890-1980*. Coord. de Nuno Luís Madureira (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 17-18.

<sup>2</sup> Sofia Teives, “Fuel Switching: a history of Portuguese energy transition” in *XIV International Economic History Congress (IEHC)*, 21-25 de Agosto de 2006 (Finlândia-Helsinki: IEHC, 2006) Session 49, 43 pp. (disponível in. <http://www.helsinki.fi/iehc2006/papers2/Teives.pdf> – consultada em 08/06/2012), 2; 10.

<sup>3</sup> Ana Cardoso Matos; Fernando Faria, “Ezequiel de Campos e o aproveitamento dos recursos hidroeléctricos na Península Ibérica”. *XXIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES)*, 7-8 de Novembro de 2003 (Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC); APHES, 2003). (disponível in. <http://pt.scribd.com/doc/48114139/Ezequiel-de-Campos> – consultada em 04/06/2012), 3; Nuno Luís Madureira, “Asymetry and Discrimination in the Electricity Network: Portugal, 1920-1947” in *Business History Conference Annual Meeting*, Junho de 2004 (Le Creusot: Business and Economic History (BEH), 2004); Nuno Luís Madureira, “Enterprises, Incentives and Networks: The Formative Years of the Electrical Network in Portugal, 1920-1947”, *Business History* (n.º 5, vol. 49, Setembro de 2007), 625-645; Nuno Luís Madureira; Sofia Teives, *Idem*, 20-21.

<sup>4</sup> Nuno Luís Madureira; Sofia Teives, *Idem*, 26-27.

<sup>5</sup> Nuno Luís Madureira; Diego Bussola, “As políticas públicas” in *A História da Energia. Portugal 1890-1980*. Coord. de Nuno Luís Madureira (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 47.



influências do pensamento económico português;

– A análise avaliativa do grau de realismo, utilidade e alcance dos problemas diagnosticados e das respectivas estratégias e soluções apresentadas.

De acordo com esta linha metodológica, a maior dificuldade encontrada relaciona-se com a escassez e parcialidade das fontes directas<sup>6</sup>, facto que obriga ao recurso a fontes indirectas. Desse modo, tomando como referência a imprensa periódica, procedeu-se a uma sondagem exaustiva da cobertura concedida aos congressos. Em concreto foram consultados jornais de grande tiragem regional e local, a saber: O Comércio do Porto e o Século de Lisboa.

Por último, e do ponto de vista da utilidade deste estudo, resta definir que o mesmo partiu do pressuposto de que os Congressos de Electricidade dos “anos 20” constituem ainda um tema inexplorado no panorama historiográfico nacional<sup>7</sup> dado que, por si só, justifica a investigação e análise das suas atribuições e características.

## 2. Os pressupostos dos Congressos Nacionais de Electricidade

As circunstâncias da 1.ª Guerra Mundial – como ficou anteriormente referido – potenciaram a reflexão e o debate, tanto no plano nacional como no internacional, sobre as opções e estratégias energéticas. Desta feita, os preços elevados que o carvão e o gás alcançaram, durante o conflito, levantaram a questão sobre a necessidade de diversificação das fontes de energia e o melhor aproveitamento dos recursos nacionais.<sup>8</sup> Nesse contexto, a electricidade ganhou posições a nível económico-social, tecnológico e no plano dos mercados e consumos.

Deduzida dessa primeira questão, surgiu uma segunda, mais específica do sector electro-técnico, mas com influência e impacto económico e social, a saber: Qual a forma mais eficiente e barata de produzir energia eléctrica? As respostas surgiram miscigenadas com considerações – em maior ou menor grau – de base nacionalista. Nessas, diversos quadrantes da sociedade, economia, política, governação, iniciativa e investimento público e privado reconheceram o valor da integração dos aproveitamentos hidroeléctricos nos programas de desenvolvimento e modernização, assentes num modelo energético pautado pela directriz de recursos energéticos diversificados, baratos e em quantidades abundantes.<sup>9</sup>

A sua concretização prática nos países industrializados do pós 1.ª Guerra Mundial, conduziu à criação de grandes centrais – tanto hidroeléctricas como termoeléctricas – e à sua interconexão, formando-se grandes agrupamentos regionais tendentes a expandirem-se para agrupamentos nacionais. Procurava-se dessa forma, dar resposta à necessidade de uma maior eficiência

<sup>6</sup> As tipologias de fontes de informação habitualmente produzidas nos congressos, tais como, regulamentos, votos, actas ou separatas, representam um n.º escasso para os da Electricidade dos anos 20, em especial no que se refere aos trabalhos impressos em separatas. Não obstante, importa desde já informar que do ponto de vista da organização e propostas votadas nesses Congressos, estão disponíveis no *Centro de Documentação do Museu da Electricidade*, em Lisboa, os seguintes documentos, a saber:

- “Votos e Conclusões do 3.º Congresso de Electricidade” (Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1926);

- “Regulamento do Quarto Congresso de Electricidade” (Braga: Comissão Organizadora do Congresso, 1929).

<sup>7</sup> Além das referências pontuais aos Congressos, o único estudo conhecido – dentro de uma perspectiva sumária e tópica – consiste: “3.5. Os congressos de electricidade como espaço de afirmação da indústria eléctrica em Portugal” in. “II. Capítulo. Da 1.ª Guerra Mundial à década de 1930” in. Ana Cardoso Matos et. al., *A Electricidade em Portugal. Dos primórdios à 2.ª Guerra Mundial* (Lisboa: EDP; Museu da Electricidade, 2004), 251-260.

<sup>8</sup> Nuno Luís Madureira; Sofia Teives, *Idem*, 26-27.

<sup>9</sup> Isabel Bartolomé Rodríguez, “Los límites de la hulla blanca en vísperas de la Guerra Civil: un ensayo de interpretación”, *Revista de História Industrial* (n.º 7, 1995). (disponível in. <http://www.raco.cat/index.php/HistoriaIndustrial/article/viewFile/62962/84846> – consultada em 08/06/2012), 111.

e utilização mais completa dos equipamentos disponíveis na produção de energia eléctrica, bem como, ao aumento do consumo e à directriz de um emprego mais racional dos recursos em geral e dos combustíveis em particular.<sup>10</sup>

Em Portugal, no limiar da 1.ª Guerra Mundial, observa-se uma mudança de paradigma, pelo incremento do processo de reflexão e debate da questão da electricidade, que começou a transformar pontos de vista e abordagens, surgindo os primeiros artigos e escritos que problematizavam a electricidade dentro das suas componentes técnicas, económicas e sociais, preconizando estratégias e acções para a sua concretização. Essa característica enquadra-se na perspectiva de que a partir da «(...)Primeira Guerra Mundial, face à falta de combustível para as máquinas a vapor ou a produção de gás, o problema da electricidade, sobretudo da hidroelectricidade, ganha uma importância crescente (...)».<sup>11</sup>

Efectivamente, entre 1913 e 1923, o ano de realização do 1.º Congresso Nacional de Electricidade, consubstanciavam-se as primeiras reflexões estruturadas sobre a questão da electricidade, pensada sobretudo a partir da perspectiva da produção e recomendando a aposta nos aproveitamentos hidroeléctricos a serem instalados e explorados dentro de lógicas de mercado e rentabilidade, sendo avançadas, para efeito, hipóteses sobre os rios nacionais que, à partida, se adequariam melhor a essas estratégias.

Contudo, esses mesmos contributos diagnosticavam desde logo debilidades estruturais inerentes às características das bacias hidrográficas nacionais, causadoras de dificuldades desse aproveitamento hidroeléctrico. Assim sendo, sustentavam que a irregularidade do curso e regime dos rios nacionais associados aos índices pluviométricos, ambos com influência no volume dos caudais e na sua sazonalidade, obrigariam a grandes obras de regularização e à construção de grandes albufeiras artificiais que viabilizassem e maximizassem esses aproveitamentos. Desse modo, realisticamente aduziam que às dificuldades técnicas, somavam-se os grandes custos de investimento.<sup>12</sup>

Em 1913, A.R. Nogueira<sup>13</sup> foi dos primeiros autores a defender essa perspectiva, que teve continuação, em 1915 e 1916, com os engenheiros Ezequiel de Campos<sup>14</sup> e Paulo Brandt,<sup>15</sup> ao abordarem respectivamente o problema da produção de energia eléctrica e abastecimento à agricultura e indústrias do Norte do País. Pela originalidade de pensamento dentro de uma perspectiva de “iberismo” e de “integralismo lusitano”, novamente Ezequiel de Campos na sua obra «Pela Espanha», advogava a importância hidroeléctrica futura que o Douro nacional e fronteiro teria na electrificação.<sup>16</sup>

Em 1917, Maximiano Gabriel Apolinário<sup>17</sup> publicava o primeiro estudo estatístico de cariz

<sup>10</sup> Ana Cardoso Matos; Fernando Faria, *Idem*, 9; Manuel Vaz Guedes, “Ezequiel de Campos e o Conceito de Rede Eléctrica Nacional”, *Electricidade* (n.º 350, Dezembro de 1997). Comunicação apresentada ao 3.º Encontro Nacional de Engenharia Electrotécnica. (disponível in. [http://paginas.fe.up.pt/histell/EzC\\_ren.pdf](http://paginas.fe.up.pt/histell/EzC_ren.pdf) – consultada em 22/08/2011), 355-356; Nuno Luís Madureira; Diego Bussola, *Idem*, 47;

<sup>11</sup> Ana Cardoso Matos et. al. *Idem*, 51.

<sup>12</sup> Isabel Bartolomé Rodríguez, “La lenta electrificación del taller: algunas notas sobre los recursos hidráulicos ya la electrificación de la península ibérica hasta 1944” in VIII Congreso de La Asociación de Historia Económica. 13-16 de Setembro de 2005 (Galiza-Santiago de Compostela: *Asociación Española de Historia Económica*, 2005), Sesión 5, 33 pp. (disponível in. [http://www.usc.es/estaticos/congresos/hiStec05/b5\\_bartolome.pdf](http://www.usc.es/estaticos/congresos/hiStec05/b5_bartolome.pdf) – consultada em 24/06/2012), 3-4.

<sup>13</sup> António Rodrigues Nogueira, “A hulha branca – Instalação hidro-eléctrica da «Lagóia Comprida»”, *Revista de Obras Públicas e Minas* (n.ºs 521-522, vol. 44, Maio-Junho de 1913), 163-197.

<sup>14</sup> Ezequiel de Campos, “A Possibilidade Económica do Porto”, *O Trabalho Nacional*. (n.º 3-5, vol. 1, Março-Maio de 1915), 69-75; 100-114; 131-137.

<sup>15</sup> Paulo Brandt, “Fornecimento de Energia Eléctrica” *O Trabalho Nacional*. (n.º 17, vol. 2, Maio de 1916), 132-141.

<sup>16</sup> Ana Cardoso Matos; Fernando Faria, *Idem*, 5-9;

Ezequiel de Campos, *Pela Espanha*. (Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1916).

<sup>17</sup> Maximiano Gabriel Apolinário, “A Indústria da Energia Eléctrica em Portugal”, *Revista de Obras Públicas e Minas* (n.ºs 583-588, vols. 49-50, Julho-Dezembro de 1918), 103-113.

sistemático sobre a produção da energia eléctrica em Portugal, no quadro do serviço público, revelando a predominância das centrais térmicas – que consumiam grandes quantidades de carvão importado – e a heterogeneidade geográfica do abastecimento, com o norte do país provido em maior grau e detendo quase o exclusivo dos aproveitamentos hidroeléctricos, quando comparado com o sul.

De uma forma geral, estes escritos afloravam já a perspectiva do nacionalismo económico, concluindo que embora a hidroelectricidade fosse o melhor recurso para realizar o desenvolvimento e modernização pelo acompanhamento da tendência europeia da agricultura e da indústria se abastecerem de energia abundante e barata e diminuição da dependência da hulha estrangeira<sup>18</sup>, não existiria no futuro imediata capacidade para realizar esses valores<sup>19</sup>.

Em 1923, na véspera do início da realização dos Congressos de Electricidade, Ezequiel de Campos<sup>20</sup> – situando-se na mesma linha de pensamento do nacionalismo económico<sup>21</sup> – defendia a energia eléctrica como meio de valorização da economia e indústria nacional, preconizando que «Para todas, sem dúvida, é hoje necessária electricidade abundante e barata. E a electricidade nestas condições provocará a introdução de outras indústrias fundamentais (...)»<sup>22</sup> Abordando o problema da electricidade por diferentes domínios e perspectivas, resumia-o na seguinte fórmula: a urgência da aposta e realização dos valores hidroeléctricos nacionais previamente estudados e hierarquizados; a sua complementaridade com o sistema termoeléctrico assente, na medida do possível, no consumo dos carvões pobres nacionais; e a constituição de uma rede eléctrica nacional dependente, coordenada e dirigida pelo Estado.

No lançamento dos Congressos Nacionais de Electricidade, em 1923, eram estes os pressupostos das décadas anteriores, resumíveis na afirmação de Maximiano Gabriel Apolinário: «Enfim, estamos no início de uma indústria de amplo futuro, com cujo desenvolvimento há-de lucrar a economia do país, que irá diminuindo a sua exportação de ouro, pelo aproveitamento das quedas de água, e aperfeiçoando sucessivamente, pelas aplicações da energia eléctrica, os seus processos de trabalho.»<sup>23</sup>

Ao longo deste artigo, compreender-se-á a continuidade deste processo de reflexão através da análise dos debates, agendas e trabalhos plasmados nos Congressos Nacionais de Electricidade.

### 3. O ambiente dos Congressos Nacionais de Electricidade

Desde a 2.<sup>a</sup> metade do século XIX, no contexto de Revolução Industrial e mundialização da economia, realizaram-se congressos de âmbito nacional e internacional das mais distintas naturezas, com o intuito de proporcionar a partilha e transferência de experiências e saberes, bem como de promover e dinamizar determinado domínio, actividade ou o desenvolvimento e

<sup>18</sup> Ezequiel de Campos, “A Possibilidade Económica do Porto”, 102; 134; Paulo Brandt, *Idem*, 136.

<sup>19</sup> Ezequiel de Campos, “Quedas de Agua – um grande valor que nos foge”, *O Trabalho Nacional*. (n.º 42, vol. 4, Junho de 1918), 81-82.

<sup>20</sup> Ezequiel de Campos; Quirino de Jesus, *A Crise Portuguesa. Subsídios para a política de reorganização nacional* (Porto: Empresa Indústria Gráfica do Porto Lda, 20 de Fevereiro de 1923);

<sup>21</sup> Fernando Rosas, “As Ideias sobre o Desenvolvimento Económico nos Anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos” in *Contribuições Para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Org. José Luís Cardoso. (Lisboa: Dom Quixote, 1988). Comunicações apresentadas no *Seminário sobre História do Pensamento Económico em Portugal*, Outubro de 1987 (Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia), 194-203.

<sup>22</sup> Ezequiel de Campos; Quirino de Jesus, *Idem*, 123.

<sup>23</sup> Maximiano Gabriel Apolinário, *Idem*, 113.

modernização em geral.

Os Congressos Nacionais de Electricidade difundiram, no Portugal dos anos 20, o debate sobre os problemas e estratégias de promoção e implementação da electricidade. A sua inovação não residiu na fórmula “congressos”, mas sim no tema.

A sua organização remete-nos para o primeiro de todos os Congressos de Electricidade<sup>24</sup>, realizado no decurso da Exposição de Electricidade de Paris, em 1881, e que marcou a afirmação da electricidade nos seus domínios industriais e comerciais.

Perscrutando as motivações da realização destes congressos em Portugal, não pode deixar de se fazer o paralelismo com eventos internacionais análogos, realizados na mesma década, a saber:

- 2.<sup>a</sup> Conferência Internacional das Grandes Linhas Eléctricas a Altíssimas Tensões (Paris, 1923);<sup>25</sup>
- Quinzena da Electrificação Rural (Lyon, 1925);<sup>26</sup>
- Congresso da Hulha Branca (4-9 de Junho de 1925),<sup>27</sup> da Exposição da Hulha Branca e do Turismo (Grenoble, desde 21 de Maio de 1925);<sup>28</sup>
- Conferência Radiotelegráfica de Washington (Washington, Outubro de 1927);<sup>29</sup>
- Congresso Mundial da Força Motriz (Londres, 26 de Setembro a 6 de Outubro de 1928);<sup>30</sup>
- Exposição do Carro Eléctrico (Essen, 1928);<sup>31</sup>
- 1.<sup>a</sup> Exposição Internacional de Rádio (Bucareste, 1 a 20 de Setembro de 1929);<sup>32</sup>
- Comemoração do Cinquentenário da Lâmpada Eléctrica (Feira Internacional de Atlantic City, EUA, Outubro de 1929);<sup>33</sup>
- Congresso da Comissão Internacional Electrotécnica (Estocolmo, 27 de Maio de 1930);<sup>34</sup>
- 2.<sup>a</sup> Conferência Mundial da Energia (Berlim, 16 a 25 de Junho de 1930);<sup>35</sup>
- 2.<sup>o</sup> Congresso Internacional da Luz (Copenhaga, 15 a 18 de Agosto de 1931);<sup>36</sup>
- Congresso Electrotécnico Sul-Americano (Novembro e Dezembro de 1931).<sup>37</sup>

<sup>24</sup> Ana Cardoso Matos et. al., *Idem*, 41-44.

<sup>25</sup> “II Conferencia Internacional das Grandes Linhas Eléctricas a Altíssimas Tensões”, *Revista de Obras Públicas e Minas* (n.º 628, vol. 55, Fevereiro de 1924), 35-36.

<sup>26</sup> “La quinzaine d’électrification rurale à Lyon” *Revista de Obras Públicas e Minas* (n.º 632, vol. 56, Maio de 1925), 38.

<sup>27</sup> “Congresso da Hulha Branca” *Revista de Obras Públicas e Minas* (n.º 634, vol. 56, Dezembro de 1925), 132-133.

<sup>28</sup> “Exposição Internacional da Hulha Branca e do Turismo” *Revista de Obras Públicas e Minas* (n.º 633, vol. 56, Julho de 1924), 84-85.

<sup>29</sup> Arnaldo de Carvalho, “Conferencia radiotelegráfica de Washington”, *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses* (n.º 645, vol. 59, Março-Abril de 1928), 44-45; “Conferencia Radiotelegráfica de Washington”, *Idem* (n.º 643, vol. 58, Novembro-Dezembro de 1927), 194.

<sup>30</sup> “O Congresso Mundial da Força Motriz”, *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses* (n.º 649, vol. 59, Novembro-Dezembro de 1928), 258-262.

<sup>31</sup> “Exposições: Do carro eléctrico”, *A Indústria Portuguesa* (n.º 9, vol. 1, Novembro de 1928), 44.

<sup>32</sup> “Exposições: Internacional de Rádio”, *A Indústria Portuguesa* (n.º 17, vol. 2, Julho de 1929), 29.

<sup>33</sup> “A glorificação de Edison”, *A Indústria Portuguesa* (n.º 21, vol. 2, Novembro de 1929), 64-65. – Refere a criação por parte do governo dos EUA no fecho da semana da efeméride, do selo comemorativo: *Edison First Lamp, Electric Lights, Golden Jubilee*; “O 50.<sup>o</sup> aniversário da lâmpada eléctrica. O “Jubileu” da “Luz”, *Idem*, (n.º 19, vol. 2, Setembro de 1929), 27; E. Rodrigues Silva, “O cinquentenário da lâmpada eléctrica”, *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses* (n.º 654, vol. 60, Setembro-Outubro de 1929), 174-176.

<sup>34</sup> “Congressos: O da Comissão Internacional Electrotécnica”, *A Indústria Portuguesa* (n.º 27, vol. 3, Maio de 1930), 62.

<sup>35</sup> “2.<sup>a</sup> Conferência Mundial da Energia”, *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses* (n.º 654, vol. 60, Setembro-Outubro de 1929), 197-198; “2.<sup>a</sup> Conferência Mundial da Energia”, *Idem* (n.º 655, vol. 60, Novembro-Dezembro de 1929), 243; “Congressos: Da Energia em Berlim”, *A Indústria Portuguesa* (n.º 26, vol. 3, Abril de 1930), 56; “Congressos: Da Energia”, *Idem*, (n.º 28, vol. 3, Junho de 1930), 57. “Congressos: Mundial da Energia”, *Idem* (n.º 25, vol. 3, Março de 1930), 39.

<sup>36</sup> “Notas e Factos: As Aplicações da Luz”, *A Indústria Portuguesa* (n.º 42, vol. 4, Agosto de 1931), 33.

<sup>37</sup> “Congresso Electro-Tecnico Sul Americano”, *A Indústria Portuguesa* (n.º 45-46, vol. 4, Novembro-Dezembro de 1931), 20.

### 3.1. Natureza e objectivos

Os Congressos Nacionais de Electricidade definiram-se como reuniões de trabalho científico-técnicas sobre os problemas, desafios, estratégias e soluções inerentes à electrificação portuguesa; todavia as suas conclusões procuravam alcançar efectividade económica e social.<sup>38</sup>

Essa natureza característica revela, desde logo, influências estruturantes e conjunturais de determinadas linhas do pensamento económico português. Com efeito, os Congressos da Electricidade dos “anos 20” foram um espaço de encontro entre o *memorialismo oitocentista e a nova configuração embrionária do engenheirismo*.<sup>39</sup> As expectativas no lançamento do 1.º Congresso (1923) corroboram essa análise, sendo expressas da seguinte forma: «D’este congresso, necessariamente resultará, um incremento sensível das várias aplicações electro-técnicas, tão atrasadas ainda no nosso paiz, e que, uma vez postas em prática, muito contribuirão para a solução do problema económico em Portugal, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento das quedas e correntes de água, e sua aplicação aos vários fins industriaes, viação etc.»<sup>40</sup>

Ambas as perspectivas – memorialismo oitocentista e engenheirismo – partiam do denominador comum da abordagem e actualização técnica como forma de resposta aos problemas nacionais.<sup>41</sup> O memorialismo procurava fornecer bases sólidas de apoio às decisões da política económica portuguesa, fundando-as no conhecimento detalhado das efectivas potencialidades dos recursos nacionais. Por seu lado o engenheirismo visava esse mesmo desiderato formando um misto de pensamento económico e de ideologia, modelados pelo optimismo no progresso científico-técnico, produtivismo, procura de eficiência e voluntarismo.<sup>42</sup> Estes dois ramos ideológicos da economia nacional eram pautados pelo seu apanágio de pragmatismo e busca de soluções concretas.

Os Congressos Nacionais de Electricidade reproduziram esse ambiente técnico e intelectual. A entrevista do engenheiro Luís Eduardo de Almeida ao jornal *O Século*, na antevisão ao 2.º Congresso (1924), referindo-se ao regulamento do mesmo, consubstancia essa natureza multifacetada, expressa na sua organização e funcionamento: «O objectivo do 2.º Congresso é segundo o respetivo regulamento, o estudo e solução dos problemas nacionais sobre a produção, transporte, distribuição e utilização de energia eléctrica, da indústria e comércio de máquinas e aparelhos eléctricos e as demais aplicações da electricidade, consideradas sob o aspeto social, económico ou técnico.»<sup>43</sup>

Numa análise mais superficial aos Congressos, dir-se-á que essas duas influências aparecem de forma monista. Essa leitura só é possível porque os propósitos de cada uma dessas linhas de pensamento se fundem em conclusões gerais atinentes a formas intermédias de intervençãoismo e nacionalismo económico. De acordo com essa ordem de ideias, estão as alocações do engenheiro Ezequiel de Campos – que se enquadra na linha *memorialista* – no encerramento do

<sup>38</sup> Consultar Anexo I: Quadros Reconstituitivos dos Congressos Nacionais de Electricidade (1923-1930).

<sup>39</sup> José Maria Brandão de Brito, “Os Engenheiros e o Pensamento Económico do Estado Novo” in *Contribuições Para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Org. José Luís Cardoso. (Lisboa: Dom Quixote, 1988). Comunicações apresentadas no *Seminário sobre História do Pensamento Económico em Portugal*, Outubro de 1987 (Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia), 209-234.

<sup>40</sup> *O Século* (n.º 14:758, Ano 43.º, 16.3.1923), 4.

<sup>41</sup> “Ezequiel de Campos” in *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*. Coord. José Luís Cardoso. (Lisboa: Temas & Debates, 2001), 69-72.

<sup>42</sup> José Maria Brandão de Brito, “Os Engenheiros e o Pensamento Económico do Estado Novo”, 218; 222-223; 233; “José Nascimento Ferreira Dias Jr.” in *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*. Coord. José Luís Cardoso. (Lisboa: Temas & Debates, 2001), 122-125.

<sup>43</sup> *O Século* (n.º 15:266, Ano 45.º, 14.8.1924), 8.

4.º Congresso (1930), fazendo uma espécie de remate sobre o produto dos trabalhos dos diferentes congressos, defendia o seu papel dinamizador enquanto promotores do desenvolvimento económico e modernização social, afirmando que resultaram da «(...) coordenação do pensamento e do desejo das pessoas que se interessam por assuntos de electricidade (...)» e exprimiram «(...) o objectivo nacional de se fomentar a riqueza e o bem-estar colectivo.»<sup>44</sup>

A adopção do designio Nacional na nomenclatura dos Congressos de Electricidade é por si só relevante no plano simbólico, reflectindo as aspirações dos seus objectivos económicos e sociais.

A terminar este ponto de análise, resta referir um último objectivo dos congressos: intervir junto da opinião pública revelando nesse ponto reminiscências das ideias do *regeneradorismo*.<sup>45</sup> Desta feita, as aspirações manifestadas encontraram um grande aliado na cobertura detalhada da imprensa periódica. Assim se compreende os sucessivos agradecimentos dirigidos à imprensa pelas comissões organizadoras. A título exemplificativo, refere-se a endereçada no 3.º Congresso (1926), por Carlos de Oliveira, nos seguintes termos: «(...) agradece à imprensa muito sinceramente, a sua presença, pois que faz uma obra altamente patriótica e utilitária, levando a todos os recantos do paiz os relatos dos trabalhos do congresso.»

### 3.2. Participantes e Intervenientes

Entre participantes e intervenientes,<sup>47</sup> os Congressos de Electricidade conseguiram alcançar um modelo eficaz de difusão das suas percepções e representações.

A quase totalidade dos intervenientes ficou constituída por engenheiros que, desse modo, asseveravam, à partida, a validade científica e técnica das conclusões económicas e sociais reproduzidas nas diferentes teses e comunicações. Por seu lado, no grupo dos participantes, os jornalistas – no seu anonimato – cumpriram o seu papel de divulgador. Por fim, e novamente no grupo dos participantes, a presença de associações profissionais, industriais e comerciais, bem como de representantes de empresas e companhias de electricidade nacionais e internacionais, asseguraram, em larga medida, o alcance e utilidade dos debates, realçando a natureza formativa e sensibilizadora dos congressos.

A actuação conjunta dos participantes e intervenientes formou o grupo de pressão necessária para a tentativa de legitimação e aspirações de vinculação política das conclusões dos congressos, modeladas por considerações moderadas de intervencionismo e nacionalismo económico, bem expressas na entrevista do jornal *O Século*, ao engenheiro Xavier Esteves, enquanto interveniente do 2.º Congresso (1924), que, em balanço, referiu o seguinte: «Os congressos por si só não podem resolver tudo. Limitam-se a estudar os assuntos, a emitir opiniões, a apreciar os problemas indicando as soluções. O poder central é que se deve interessar pelo assunto, e só ele poderá solucionar os pontos de vista ali expostos.»<sup>48</sup>

<sup>44</sup> *O Século* (14.4.1930), 8.

<sup>45</sup> Fernando Rosas, "As Ideias sobre o Desenvolvimento Económico nos Anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos" in *Contribuições Para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Org. José Luís Cardoso. (Lisboa: Dom Quixote, 1988). Comunicações apresentadas no *Seminário sobre História do Pensamento Económico em Portugal*, Outubro de 1987 (Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia), 207.

<sup>46</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 277, Ano LXXII, 24.11.1926), 2.

<sup>47</sup> Consultar Anexo I.

<sup>48</sup> *O Século* (n.º 15:301, Ano 45.º, 18.9.1924) 6.

### 3.3. As actividades

A análise global às actividades dos Congressos de Electricidade revela reminiscências das Exposições de Electricidade de finais do século XIX, e a participação das características das Exposições e Feiras Internacionais decorrentes à época.<sup>49</sup> No retrato dessas actividades veiculado na imprensa periódica surgem, precisamente, esses termos de comparação. A título exemplificativo, no jornal *O Século*, em notícia sobre a apresentação cinematográfica de filmes técnicos ao 1.º Congresso de Electricidade (1923), foi expresso o seguinte juízo comparativo: «As demonstrações pelo «film» constituem sempre nos congressos mais importantes, promovidos pelos grandes centros da Europa, a melhor prova técnica das theses e hipóteses apresentadas pelos congressistas.»<sup>50</sup>

Com efeito, os Congressos de Electricidade fizeram transparecer uma imagem de modernidade, resultante em grande medida da natureza de algumas das suas actividades<sup>51</sup>, a saber:

- Visitas de estudo a centrais termoeléctricas; hidroeléctricas; serviços municipalizados; indústrias mineiras;
- Uso da rádio-telegrafia para expedição de telegramas ou audição lúdica de concertos musicais internacionais;
- Exibição cinematográfica de filmes técnicos.

O facto de os congressos se terem realizado nas cidades mais bem dotadas de redes de iluminação e viação eléctricas – Lisboa, Porto, Coimbra e Braga – contribuiu para fazer transparecer essa imagem<sup>52</sup> mesmo que o restante do país não pudesse contrastar mais pela negativa.

#### 3.3.1. A exposição de máquinas e aparelhos eléctricos do 2.º Congresso de Electricidade (1924).

O 2.º Congresso de Electricidade (Porto, 1924) foi o que mais mimetizou as Feiras e Exposições internacionais, ficando essa impressão a dever-se, em grande medida, à realização anexa ao congresso de uma Exposição de Máquinas e Aparelhos Eléctricos, que decorreu na Nave Central do Palácio de Cristal, entre 31 de Agosto e 14 de Setembro de 1924.<sup>53</sup>

O termo de comparação utilizado pelo jornalista de *O Comércio do Porto*, na antevisão do congresso e da sua exposição, evidencia essa análise: «Não terá, evidentemente nem a grandeza nem as novidades da actual exposição inglesa de Wembley. Mas para o nosso meio industrial será uma prova brilhante de actividade nova, e uma afirmação de progresso.»<sup>54</sup>

A título caricatural, registe-se que, com o fito de anunciar a exposição, foi instalada uma sirene eléctrica no torreão da Praça da Liberdade. Com o mesmo intuito, lembrando a Torre Eiffel nas Exposições Internacionais de Paris,<sup>55</sup> importa descrever que: «Também durante a noite, no alto da torre

<sup>49</sup> As principais Exposições de Electricidade de finais do séc. XIX foram: a de Paris (1881); Viena de Áustria (1883); Turim (1884). Noutras exposições a electricidade e as suas indústrias e aplicações assumiram um lugar de destaque, a saber: Exposição de Munique (1882); Exposições Universais de Paris (1889; 1900). Ana Cardoso Matos et. al., *Idem*, 41-50.

<sup>50</sup> *O Século* (n.º 14:759, Ano 43.º, 18.3.1923), 2.

<sup>51</sup> Consultar Anexo I.

<sup>52</sup> Os congressistas – nas deslocações às visitas de estudo e durante os dias de duração dos respectivos congressos – beneficiaram da utilização de carros eléctricos e do desconto ou gratuidade dos mesmos, assegurado pelas Companhias de viação eléctrica ou pelas Câmaras Municipais das respectivas cidades.

<sup>53</sup> No final do séc. XIX, havia-se realizado já no Porto – desde 7 de Junho de 1888 – a Exposição Industrial Portuguesa, que contou com a participação e expositores de algumas empresas eléctricas e fabricantes de instrumentos de precisão eléctricos. Essa exposição contou com uma iluminação eléctrica nocturna, que prevaleceu durante cerca de um ano. Ana Cardoso Matos et. al., *A Electricidade em Portugal. Dos primórdios à 2.ª Guerra Mundial*, 58-61.

<sup>54</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 185, Ano LXX, 8.8.1924), 1.

<sup>55</sup> “Exposição Internacional de Paris”, *Revista de Obras Públicas e Minas* (n.º 201-202, vol. 17, Setembro-Outubro de 1886), 219.

dos Clérigos (...)» esteve «(...) montado um potentíssimo holofote, que fazia repetidas projecções sobre a cidade, constituindo (...)» um «(...) reclame, uma surpresa que interessou, vivamente a população citadina.»<sup>56</sup>

Esta exposição assumiu um carácter de novidade e utilidade, junto dos seus visitantes, decorrente da sua amostra de máquinas, aplicações industriais e utilizações domésticas da electricidade, equipamentos produzidos e comercializados pelas grandes empresas europeias de electricidade da época<sup>57</sup> e que participaram nesta exposição.<sup>58</sup>

As grandes empresas internacionais<sup>59</sup> representadas nos stands da exposição foram:

- Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft (AEG), representada em Portugal pela Sociedade Lusitana de Electricidade;
- A empresa sueca Allmana Svenska Elektriska Aktiebolaget (ASEA), representada em Portugal por Jaime da Costa Ld.<sup>a</sup>;
- A empresa suíça Brown, Boveri & C.ie;<sup>60</sup>

Por seu lado, as empresas nacionais<sup>61</sup> que participaram com stands na exposição foram

- A Electro Material de Coura, Ld.<sup>a</sup>;
- Empresa Técnica Industrial, Ld.<sup>a</sup>;
- União Eléctrica Portuguesa (UEP) – Electral del Lima;<sup>62</sup>

A magnitude desta exposição transpôs as fronteiras da cidade do Porto, cumprindo as expectativas formuladas no seu lançamento – e servindo também os interesses *memorialistas e engenheiristas* dos congressos – expressas da seguinte forma: «(...) a exposição da primeira quinzena de Setembro deverá ser uma grande lição de coisas úteis, para os industriais, para os electricistas, para os estudantes e toda a geração nova, e para as donas de casa - para toda a gente. Vae ser a primeira propaganda em ponto grande da reforma da força e dos processos industriaes.»<sup>63</sup>

#### 4. As percepções e representações dos Congressos Nacionais de Electricidade.

Os Congressos de Electricidade dos “anos 20” identificaram problemas e preconizaram estratégias de solução sobre o desafio de electrificar Portugal. A análise global às suas percepções e representações enquadra-os no movimento de reacção contra as insuficiências do liberalismo e a ideia de que o incentivo à iniciativa privada era a base exclusiva do desenvolvimento do sector

<sup>56</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 206, Ano LXX, 2.9.1924), 3.

<sup>57</sup> Isabel Bartolomé Rodríguez, “Un *holding* a escala ibérica. Electral del Lima y el Grupo Hidroeléctrico (1908-1944)”, *Revista de História Industrial* (n.º 39, 2009). (disponível in. <http://www.raco.cat/index.php/HistoriaIndustrial/article/view/142800/194369> – consultada em 28/02/2012), 122-125.

<sup>58</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 185, Ano LXX, 8.8.1924), 1.

<sup>59</sup> Para uma descrição detalhada e técnica dos artigos expostos nos diferentes *stands*, tanto das empresas portuguesas como das empresas internacionais, consultar:

- *O Comércio do Porto* (n.º 208, Ano LXX, 4.9.1924), 2;

- *O Século* (n.º 15:301, Ano 45.º, 18.9.1924), 6.

<sup>60</sup> A delegação portuguesa dessa empresa estava a cargo do engenheiro Edouard Dalphin, interveniente no 2.º Congresso (1924). *O Século* (n.º 15:301, Ano 45.º, 18.9.1924), 6.

<sup>61</sup> Além das empresas nacionais, a exposição contou com um *stand* do jornal *O Século*, onde se distribuía o n.º comemorativo do 2.º Congresso de Electricidade e da sua exposição. Na actualidade não é conhecida qualquer exemplar desse prospecto.

<sup>62</sup> Esta empresa sediada no norte de Portugal é descrita, à época, como a maior hidroeléctrica a operar, sendo dotada de valia regional. No seu *stand* apresentou fotos técnicas da sua central no Lindoso; sub-estações da Ponte e Maximinos (Braga) e do Freixo (Porto); e por fim fotos de equipamentos e instalações feitas a clientes particulares.

<sup>63</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 185, Ano LXX, 8.8.1924), 1.



eléctrico, por parte das políticas republicanas. Efectivamente, os congressos foram uma demonstração da necessidade de uma abordagem renovada ao problema da electricidade, criticando abertamente a doutrina do “laissez-faire”, que vigorava como directriz na organização produtiva da electricidade. Reclamam formas de intervenção mais activas das autoridades públicas, sustentadas em formas de intervencionismo moderadas, a desempenhar pelos poderes locais e poder central.<sup>64</sup>

Esse enquadramento relaciona-se, em grande medida, com o carácter instrumental atribuído à electricidade no aproveitamento e realização das condições agrícolas, industriais e naturais do país, onde é possível observar a modelação e influência de linhas do pensamento económico português.<sup>65</sup> No plano das continuidades estruturais ou conjunturais, registam-se:

– A linha neofisiocrática<sup>66</sup> defendendo o desenvolvimento económico assente na modernização e reforma agrícola designada sector estruturante da economia e alicerce para etapas futuras do progresso económico nomeadamente o industrial, tendo como matriz inspiradora os princípios e medidas de Oliveira Martins<sup>67</sup> (1845-1894). Relaciona-se com os anteriormente referidos *memorialismo oitocentista* e *regeneradorismo*. Ezequiel de Campos, interveniente nos Congressos de Electricidade, é um dos seus principais cultores;

– A configuração embrionária da corrente industrialista<sup>68</sup> que tinha a sua matriz longínqua em José Acúrsio das Neves<sup>69</sup> (1766-1834) e que rejeitava a visão exclusivamente agrarista, preconizando a hegemonia da indústria na vida económica, conseguida através da realização de medidas assentes na prática do nacionalismo económico, entre as quais figurava a electrificação nacional apoiada na hidroelectricidade. Relaciona-se com o anteriormente referido *engenheirismo*.

– No plano das descontinuidades, não tiveram representatividade as ideias ruralistas do tradicionalismo agrário, cujo principal teorizador foi Anselmo de Andrade<sup>70</sup> (1842-1928), pois revelar-se-iam contraproducentes com a visão instrumental da electricidade, sobretudo no que concerne às desconfianças e afirmação da impossibilidade absoluta da industrialização portuguesa.

Em seguida, observa-se com maior pormenor e especificidade, algumas das percepções e representações reproduzidas nos congressos.<sup>71</sup>

#### 4.1. O problema da produção de energia eléctrica: hidroelectricidade versus termo-electricidade

Na sequência do processo de reflexão e debate iniciado no limiar da 1.ª Guerra Mundial, o problema da produção de energia eléctrica ocupou um lugar central e transversal nos Congressos Nacionais de Electricidade, incidindo a discussão – aliás expectável – entre a hidroelectricidade

<sup>64</sup> Nuno Luís Madureira; Diego Bussola, *Idem*, 49.

<sup>65</sup> Fernando Rosas, *Idem*, 191-194; 207-208.

<sup>66</sup> Luciano do Amaral, “Agrarismo/Ruralismo” in *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. 1. Dir. Fernando Rosas; José Maria Brandão de Brito (Venda Nova: Bertrand Editora, 1996), 24-25; Luciano do Amaral, “Reformismo Agrário” in *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. 2. Dir. Fernando Rosas; José Maria Brandão de Brito (Venda Nova: Bertrand Editora, 1996), 821-823.

<sup>67</sup> “Joaquim Pedro Oliveira Martins” in *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*. Coord. José Luís Cardoso. (Lisboa: Temas & Debates, 2001), 195-198.

<sup>68</sup> Maria Fernanda Rollo, “Indústria/Industrialização” in *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. 1. Dir. Fernando Rosas; José Maria Brandão de Brito (Venda Nova: Bertrand Editora, 1996), 460-480.

<sup>69</sup> “José Acúrsio das Neves” in *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*. Coord. José Luís Cardoso. (Lisboa: Temas & Debates, 2001), 221-225.

<sup>70</sup> “Anselmo José Francisco de Assis Andrade” in *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*. Coord. José Luís Cardoso. (Lisboa: Temas & Debates, 2001), 30-33.

<sup>71</sup> Para um acompanhamento mais pormenorizado da leitura recomenda-se a consulta dos dados apresentados no Anexo I.

dade e a termoelectricidade.

No plano internacional e na longa duração, esse debate remonta a finais do século XIX e ao contexto de aperfeiçoamento e desenvolvimento dos sistemas industriais de produção e transporte de energia eléctrica. Colocava-se então, a questão técnica sobre qual o melhor método de fabricar e produzir corrente eléctrica, sendo as hipóteses constituídas pela produção hidroeléctrica de corrente alterna ou termoeléctrica de corrente contínua.<sup>72</sup>

Já no limiar do século XX, esse debate renova-se, assumindo um cariz mais económico e reportando-se ao facto de a hidroelectricidade surgir como alternativa energética para regiões e países com fracos recursos carboníferos. A esse respeito, a região dos Alpes<sup>73</sup>, o norte de Itália e a Suíça formaram, à época, os melhores exemplos de aproveitamento eléctrico de recursos hídricos.

Nos Congressos de Electricidade portugueses dos “anos 20”, o debate entre a hidroelectricidade e termoelectricidade revela-se estruturante. No cômputo geral, as respostas ao problema da produção de electricidade configuram-se dentro das teorias económicas e programas de modernização da agenda do nacionalismo económico. Pretendiam a concretização de um modelo energético assente na disponibilidade de energia barata que permitisse uma política de substituição de importações através da electricidade, de modo a assegurar a independência energética nacional e o apoio integrado ao desenvolvimento da indústria e agricultura.<sup>74</sup>

Logo no 1.º Congresso (Lisboa, 1923), essas duas perspectivas estiveram em confronto. Da parte hidroeléctrica, o engenheiro Ezequiel de Campos, defendendo a tese<sup>75</sup> que apresentou ao congresso, sustentava a «(...) valorização dos valores hydro-electricos potenciais estimulando a realização oportuna e suficiente dos aproveitamentos, segundo a ordem de prioridade.»<sup>76</sup> A essa perspectiva foi contraposta de imediato a da termoeléctrica, através de Mendes Costa, que defendeu a «(...) opinião de se efectuar a prioridade ás empresas carboníferas em virtude das irregularidades das nossas quedas de água, abundantes no inverno e escassas durante o verão.»<sup>77</sup>

Ambas as concepções apresentavam um fundo de autarcia ao valorizarem os recursos nacionais, situando o cerne da disputa futura nos maiores benefícios para a economia nacional de cada um dos sistemas. A perspectiva termoeléctrica revela influências da questão carbonífera e “febre mineira” que caracterizou o debate económico e industrial do país desde o século XIX, numa polémica centrada nas jazidas de combustível nacionais e no seu melhor aproveitamento, mesmo sendo reconhecida a inferioridade e pobreza dos carvões nacionais.<sup>78</sup>

Assim sendo, o 2.º Congresso (Porto, 1924) manteve a natureza da disputa que o 3.º Congresso (Coimbra, 1926) procurou clarificar. Assim, as teses<sup>79</sup> apresentadas por Ezequiel de Campos, Roldan y Pego e Augusto Lopo, defendiam a complementaridade entre os valores

<sup>72</sup> Donald Cardwell, *Historia de la Tecnología* (Madrid: Alianza Editorial, 1996), 343-352; Charles Singer (ed.) et al., *A History of Technology. The Late Nineteenth Century 1850-1900* (vol. 5, Oxford: Clarendon Press, 1.ª imp. 1958), 177-207.

<sup>73</sup> M. Henri Morsel, “Les industries électrotechniques des Alpes Françaises du Nord, de 1869 à 1921” in *L’Industrialisation en Europe au XIX.e siècle. Cartographie et Typologie. Colóquio Internacional*, Paris, 7-10 de Outubro de 1970 (Paris: Centre

National de la Recherche Scientifique, 1972), 557-558; Paul Guichonnet, “Vers des nouvelles forms d’industrialisation: le type Alpin, l’expérience Italienne” in *L’Industrialisation en Europe au XIX.e siècle. Cartographie et Typologie. Colóquio Internacional*, Paris, 7-10 de Outubro de 1970 (Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1972), 557-558;

<sup>74</sup> Nuno Luís Madureira, “When The South emulates the North: Energy Policies and Nationalism in the twentieth century”, *Contemporary European History* (n.º 1, vol. 17, Fevereiro de 2008), 1-21.

<sup>75</sup> Consultar Anexo I.

<sup>76</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 63, Ano LXVIII, 17.3.1923), 3.

<sup>77</sup> *Ibidem*.

Este tipo de argumento traduz o retomar da perspectiva – já abordada – desenvolvida desde a 1.ª Guerra Mundial sobre as dificuldades de aproveitamento dos recursos hidroeléctricos nacionais.

<sup>78</sup> Idorindo Vasconcelos da Rocha “O Carvão na Industrialização Portuguesa” in *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*. Coord. Jorge Fernandes Alves (Porto: Universidade do Porto, 1997). (disponível in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5284.pdf> – consultada em 27/02/2012), 118-122; 128-129.

<sup>79</sup> *O Comércio do Porto*. (n.º 276, Ano LXXII, 23.11.1926), 3.

termoeléctricos e hidroeléctricos nacionais na dinamização da economia, de modo a satisfazer os objectivos de promoção dos recursos naturais do país e a emancipação das importações de carvão estrangeiro que, à época, diziam alimentar o sistema predominante de pequenas centrais termoeléctricas, fornecendo pequenas e primitivas redes Concelhias e as estações de auto-produção da indústria, formando mercados de consumo dispersos.

Sem uma fundamentação expressa em dados quantitativos objectivos – com a excepção das estimativas apresentadas por Ezequiel de Campos – o diagnóstico traçado era no essencial correcto. Efectivamente o momento das redes e da electricidade em Portugal, aquando da realização dos congressos caracterizava-se no plano da produção pela dispersão, atomização e predominância das soluções termoeléctricas dependentes da hulha importada, com equivalências nos planos da distribuição e consumo na desconexão e isolamento das redes e fragmentação dos mercados.<sup>80</sup>

Acertado o diagnóstico, restava saber se as propostas de solução eram realísticas, em especial a estratégia da complementaridade.<sup>81</sup>

Para melhor definir as bases dessa complementaridade, os congressos identificaram em primeiro lugar obstáculos e debilidades estruturais. Do ponto de vista termoeléctrico, reconheciam as limitações nacionais em recursos carboníferos e a sua inferioridade. Desse modo, salientavam a necessidade da adopção de políticas governamentais proteccionistas e de auxílio, e da parte das indústrias e dos seus técnicos, medidas de reconversão, para os métodos mais eficazes de exploração e fabrico de carvão. A proposta do engenheiro Carlos Michaëlis de Vasconcelos – aprovada pelo 3.º Congresso – resume as considerações essenciais nos seguintes termos: «Compete ao Estado: Uniformisar e baratear os transportes (...) promover a construcção da via de transportes terrestre e fluvial indispensáveis e apetrechar as existentes. Que se peça ao governo decrete a obrigatoriedade do consumo de carvões nacionais, nas zonas onde se demonstre que ele pode ser aproveitado com eficiência igual, de preço e força, ao estrangeiro. Aos organismos technicos e económicos: Estudar os processos de aproveitamento dos combustíveis, grelhas, tipos de caldeiras e divulgar os resultados.»<sup>82</sup> De facto, a resolução da questão do transporte era essencial, desde logo para que os carvões nacionais pudessem competir em preço com o carvão estrangeiro. Do ponto de vista técnico existia o conhecimento necessário para aproveitar os carvões pobres de combustão lenta e fraco poder calorífico. O irrealismo desta linha argumentativa residia no exagero sobre a capacidade de resposta e dimensão do sector extractivo e carbonífero nacional, que mesmo com uma política de estímulo e protecção estatal, não teria capacidade produtiva, de iniciativa ou de investimento intensivos.<sup>83</sup> A solução dos carvões nacionais era algo utópica, mesmo que fosse em plano secundário da complementaridade com a hidroeléctrica. O engenheiro Ezequiel de Campos foi o único a reconhecê-lo<sup>84</sup>.

Da parte hidroeléctrica, as dificuldades advinham em grande parte do seu financiamento. Eram reconhecidas as características hidrográficas nacionais, que obrigariam a grandes custos

<sup>80</sup> Ana Cardoso Matos; Fernando Faria, *Idem*, 3-4.

Sofia Teives, *Idem*, 2; 9-11.

<sup>81</sup> Isabel Bartolomé Rodriguez, “La lenta electrificación del taller: algunas notas sobre los recursos hidráulicos ya la electrificación de la península ibérica hasta 1944”

<sup>82</sup> *O Comércio do Porto*. (n.º 276, Ano LXXII, 23.11. 1926), 3-4.

<sup>83</sup> Idorindo Vasconcelos da Rocha “O Carvão na Industrialização Portuguesa”, 123-124; 130-133;

Idorindo Vasconcelos da Rocha “O Carvão numa economia nacional. O caso das minas do Pejão” (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997). (disponível in. [http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20\\_1/apache\\_media/FQ7EQTPQV4JH5YFQ7EQTPQV4JH5Y33VM3BXI1XAD133H.pdf](http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/FQ7EQTPQV4JH5YFQ7EQTPQV4JH5Y33VM3BXI1XAD133H.pdf) – consultada em 08/06/2012), 145-181; 208-235; 245-253; 254-306.

<sup>84</sup> Ezequiel de Campos, “O Problema da Electricidade para a região Atlântica de Portugal” in *Separata do 3.º Congresso de Electricidade*, Coimbra, 20-23 de Novembro de 1926. (Porto: “Oficinas de O Comércio do Porto”, 1926), 10.

de instalação, manutenção e a exploração só poderia ser feita por parte de entidades dotadas de capitais elevados. Desse modo, Ezequiel de Campos sustentava a necessidade prévia da elaboração de estudos sobre esses valores nacionais, de modo a hierarquizá-los e a definir a sua ordem de concretização, de acordo com o princípio da rentabilidade e reproduzibilidade do investimento: «É indispensável e urgente o estudo dos valores termo e hidro eléctricos, e a definição de um plano do seu aproveitamento com as máximas vantagens para a nação, bem como a organização dos factores da sua realização metódica.»<sup>85</sup> Contudo os congressos não conseguiram definir um modelo de investimento, ficando largamente sem resposta essa questão essencial. Aliás os esboços tentados identificavam o investimento com a designação generalista de fomento nacional. Associada a essa ideia, esteve a tese de Augusto Lopo. Defendia, que cabia ao Estado dirigir uma economia de interesse assente no crédito industrial, por forma a auxiliar o nascimento e desenvolvimento das indústrias eléctricas que, por seu lado, originaria o desenvolvimento de novas indústrias, amortizando-se assim o capital investido pelo Estado em face do aumento da capacidade colectável.<sup>86</sup> A abordagem mais realística foi a de Ezequiel de Campos que inferia da incapacidade financeira a impossibilidade da adopção no imediato das soluções apresentadas, aferindo essa conclusão da «(...) carência das empresas de Portugal para as grandes obras hidroeléctricas; da falta de iniciativas dos governos; de mesquinhez do mercado regional de energia; do atraso das minas de carvão e, sobretudo, do vagar de todo o progresso económico português.»<sup>87</sup>

Não obstante serem reconhecidos esses condicionalismos, o 3.º Congresso (Coimbra, 1926) fixou a estratégia que deveria fundamentar a complementaridade hidro-termo-eléctrica. O princípio geral era o da primazia da energia eléctrica produzida por via hídrica sobre a térmica, relegando-se a segunda para funções de apoio, laborando nesses momentos de preferência com recurso aos carvões nacionais. Ezequiel de Campos, baseando as suas conclusões em dados recolhidos de revistas internacionais sobre a organização da electricidade em países como os EUA, Suíça, Itália, Espanha e França, reconhecia a necessidade de adoptar, além desse princípio, duas medidas complementares essenciais: «Na Europa há a mesma tendência para a interconexão e para a concentração e transporte de energia (...)»<sup>88</sup>. Só a observância desses dois princípios asseguraria a criação de centrais de valia regional tendentes a expandirem-se e a adquirirem valia nacional, fornecendo energia barata, estimulando-se por essa via e em simultâneo, a produção, o consumo e a economia.<sup>89</sup> Nessa perspectiva, Carlos de Oliveira «(...) disse não haver conflito entre as indústrias hidro e termo eléctricas, pois cada uma tem a mesma função no desenvolvimento das fontes económicas do país»<sup>90</sup> e, dando mérito à tese de Eze-

<sup>85</sup> *Ibidem*, 46-47.

<sup>86</sup> *O Comércio do Porto*. (n.º 276, Ano LXXII, 23.11. 1926), 3.

Ezequiel de Campos, "O Problema da Electricidade para a Região Atlântica de Portugal", 29.

<sup>87</sup> O futuro demonstrou que de facto a realização da hidroelectricidade em Portugal requereu avultadas somas de capital de proveniências diversas como se poderá verificar na análise sintética produzida nos seguintes artigos: Maria Fernanda Rollo, "Hulha Branca: uma história de triunfos, impasses e renovados desafios", *Revista Ingenium* (n.º 88, Julho-Agosto de 2005). (disponível in: <http://www.ordemengenhheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/hulha-branca-uma-historia-de-triunfos-impasses-e-de-renovados-desafios/> - consultada em 11/06/2012); Maria Fernanda Rollo, "Em prol da electrificação do País - I", *Revista Ingenium* (n.º 122, Março-Abril de 2011). (disponível in: <http://www.ordemengenhheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/em-prol-da-electrificacao-do-pais-i/> - consultada em 11/06/2012); Maria Fernanda Rollo, "Em prol da electrificação do País - II", *Revista Ingenium* (n.º 123, Maio-Junho de 2011). (disponível in: <http://www.ordemengenhheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/em-prol-da-electrificacao-do-pais-ii/> - consultada em 11/06/2012).

<sup>88</sup> Ezequiel de Campos, *O Problema da Electricidade para a Região Atlântica de Portugal*, 4-5.

<sup>89</sup> O engenheiro Vasco de Carvalho, em comentário à tese Ezequiel de Campos, alertava para esse facto. *O Comércio do Porto*. (n.º 276, Ano LXXII, 23.11. 1926), 3; Os princípios de concentração, interconexão e do fornecimento de energia barata eram adoptados desde finais do século XIX, nos países desenvolvidos. Charles Singer (ed.) et al., *A History of Technology. The Late Nineteenth Century 1850-1900, 177-207*.

<sup>90</sup> *O Século* (21.11.1926), 2.

quiel de Campos, identificava essa complementaridade como estratégica na futura solução do problema eléctrico nacional, afirmando que «Há um aproveitamento nacional a resolver, e não um aproveitamento local. Esse trabalho a fazer sobre o aproveitamento nacional, é que deve ser apresentado e votado.»<sup>91</sup>

Assim se solucionaria o seguinte problema: «(...) Em Portugal, falta, de Norte a Sul, (...), a electricidade abundante e barata como factor essencial e imprescindível da nossa reforma mental, moral e bem-estar.»<sup>92</sup> Identificava-se para efeito esse modelo energético com a hidroelectricidade e a futura constituição de uma rede eléctrica nacional.

Contudo o balanço final do 3.º Congresso reflectiu a preferência pela visão imediatista, local e que recusava as teses de complementaridade, como se comprova na seguinte descrição: «O sr. dr. Manuel Veiga defendeu a montagem de instalações hidro-electricas, provocando a reprovação de grande parte da assembléa, favorável ás centrais termo-eléctricas, dada a necessidade do aproveitamento dos carvões nacionais.»<sup>93</sup> A construção de uma visão económica e social mitificada, patriótica e propagandística sobre os carvões nacionais, efectuada já desde o século XIX, revelava-se inultrapassável.

No 4.º Congresso (Braga, 1930), manteve-se essa posição irrealista da preferência pelas soluções termoeléctricas, assente no consumo de carvões pobres nacionais, como reflectem as teses que foram apresentadas por Augusto Farinha de Almeida, Carlos Michaélis de Vasconcelos e Martins da Rocha.<sup>94</sup> O congresso modificou apenas a concepção do auxílio e protecção que deveria ser praticado pelo Estado, substituindo a obrigatoriedade do consumo de carvões nacionais pelo princípio da sua preferência.

No 2.º Congresso (Porto, 1924), surgiu ainda uma proposta que partia do paradoxo em que o debate ameaçava recair. Com efeito, no contexto histórico dos congressos, a única empresa e central hidroeléctrica de valia regional com capacidade de iniciativa estava situada a norte do país, no Lindoso, e tinha a participação de capital espanhol pertencente à Electra del Lima – União Eléctrica Portuguesa.<sup>95</sup> A equivalente termoeléctrica<sup>96</sup> que, à época, poderia rivalizar em dimensão era a Central Tejo da Companhias Reunidas Gás e Electricidade, consumidora – à semelhança do panorama produtivo nacional – de carvão inglês. Ambas as situações representavam dependência energética. De acordo com este raciocínio, no 2.º Congresso Costa Pereira constatava que: «(...) tanto faz pagar o carvão em libras como pagar a energia em pesetas.»<sup>97</sup>

Esta representação favorecia a adopção da solução termoeléctrica como a mais eficaz e económica, considerando ser mais realista e mais fácil a longo prazo, e logo que o sector carbonífero nacional atingisse dimensão, substituir o consumo de carvão estrangeiro por carvão português<sup>98</sup> do que construir de raiz centrais hidroeléctricas, com todos os custos inerentes. Contudo, continuava a ser uma solução que mitificava as potencialidades dos carvões nacionais. De diferente tinha o facto de ser a menos nacionalista, uma vez que implicava a desconsideração do ideal de independência energética focalizando-se apenas no princípio da energia barata.

<sup>91</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 276, Ano LXXII, 23.11.1926), 3.

<sup>92</sup> Ezequiel de Campos, *O Problema da Electricidade para a Região Atlântica de Portugal*, 53.

<sup>93</sup> *O Século* (21.11.1926), 2.

<sup>94</sup> Consultar Anexo I.

<sup>95</sup> Isabel Bartolomé Rodríguez, "Un *holding* a escala ibérica. Electral del Lima y el Grupo Hidroeléctrico (1908-1944)". O jornal *O Comércio do Porto* (n.º 208, Ano LXX, 4.9.1924), 2; a propósito da participação da Electra del Lima – União Eléctrica Portuguesa na Exposição de Máquinas e Aparelhos Eléctricos anexa ao 2.º Congresso (1924), faz uma descrição pormenorizada da sua valia regional.

<sup>96</sup> Ana Cardoso Matos; Fernando Faria, *Idem*, 16.

<sup>97</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 206, Ano LXX, 2.9.1924), 1.

<sup>98</sup> Destacavam os da bacia carbonífera do Douro, em especial de S. Pedro da Cova e do Pejão.

Em suma, nos Congressos Nacionais de Electricidade faltaram os consensos quanto à melhor forma de produzir electricidade. O grande contributo esteve na fixação da ideia – referida anteriormente – de urgência e necessidade de adoptar um modelo de desenvolvimento económico e programa de modernização assente na electricidade. No encerramento do 4.º Congresso (Braga, 1930), Ezequiel de Campos, fazendo um balanço dos trabalhos de todos os congressos, preconizava que não era possível resolver o problema da electricidade com pequenas centrais e que era indispensável electrificar Portugal, comparando essa tarefa ao recomeço da “Reconquista” e descoberta do nosso próprio território, que só poderia conseguir-se pelo factor revolucionário da electricidade.<sup>99</sup>

#### 4.2. As municipalizações da electricidade

Reflectindo o momento histórico, o tema das municipalizações da electricidade<sup>100</sup> esteve na agenda do 3.º e 4.º Congressos (Coimbra, 1926; Braga, 1930). Com efeito a Câmara Municipal de Coimbra foi a primeira a enveredar por esse modelo de gestão dos serviços básicos e da electricidade logo em 1902. A ideia global que fica dos congressos em relação às municipalizações é a de que era um modelo de gestão da produção e distribuição da electricidade apreciado, em face de consagrar uma primeira resposta à necessidade de um intervencionismo mais activo, mas também moderado, por parte das autoridades públicas, numa fase em que, em Portugal, existia uma grande descoordenação na produção e nas redes eléctricas.<sup>101</sup> Mais uma vez estamos perante uma forma de reacção contra a iniciativa privada e contra o liberalismo que marcaram as políticas republicanas no sector eléctrico e de crítica pela ausência de uma linha orientadora e directiva. Pela gestão da produção e distribuição ou apenas a segunda, pensava-se que os Serviços Municipalizados de Electricidade, em conjunto com as Câmaras Municipais, poderiam ter um papel importante na correcção de assimetrias e implementação do processo de electrificação nacional, além da aquisição de mais-valias e receitas orçamentais.

Não obstante o encómio que sobressai, o debate e as teses sobre o assunto foram diminutos. Apenas duas teses<sup>102</sup> elaboradas pelos engenheiros Carlos Michaëlis de Vasconcelos e Ezequiel de Campos, apresentadas aos respectivos congressos, defendiam a adopção de medidas legislativas resumíveis nas seguintes recomendações:

- A concessão de autonomia aos serviços municipalizados adoptando as disposições necessárias no Código Administrativo;<sup>103</sup>
- A observância pelos municípios da obrigatoriedade dos pagamentos devidos aos serviços municipalizados pela iluminação pública ou qualquer outro serviço confiado.<sup>104</sup>

<sup>99</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 87, Ano LXXV, 15.4.1930), 3.

<sup>100</sup> Na abertura do 3.º Congresso destacava-se que a Câmara Municipal de Coimbra tinha sido a primeira a adoptar as municipalizações. *O Comércio do Porto* (n.º 274, Ano LXXII, 20.11.1926), 1.

<sup>101</sup> Nuno Luís Madureira; Diego Bussola, *Idem*, 48-52.

<sup>102</sup> Consultar Anexo I.

<sup>103</sup> *O Século* (23.11.1926), 6.

<sup>104</sup> *O Século* (13.4.1930), 4.

### 4.3. Intervenção estatal

A maioria dos problemas diagnosticados nos Congressos Nacionais de Electricidade e as respectivas estratégias de solução recomendadas atribuíam à acção governamental um papel fundamental na sua execução, em especial nas directrizes apontadas para se alcançar o ideal da independência energética e a premissa da electricidade barata. Contudo, a concepção de um maior intervencionismo estatal na electrificação nacional esteve longe de ser consensual. Reclamava-se sobretudo uma maior coordenação, regulação e direcção, de modo a vencer os problemas decorrentes da prática liberalista instalada no sector.

O engenheiro Ezequiel de Campos protagoniza uma posição diferenciada em relação a esse contexto, revelando ser o mais fervoroso defensor de um intervencionismo mais completo, como se pode corroborar na sua tese<sup>105</sup> apresentada ao 2.º Congresso, que pugnava por uma política global de intervenção do Estado na organização e criação de uma rede de produção e transporte de electricidade nacional.<sup>106</sup>

No plano defendido de um intervencionismo moderado e da prática do apoio estatal, reportam-se em seguida – além do que já ficou enunciado ao longo deste artigo – as restantes medidas que os congressos procuraram obter da acção governativa, a saber:

– No 2.º Congresso, a tese do engenheiro Xavier Esteves apontava a necessidade de tarificar a energia eléctrica de acordo com os diferentes tipos de consumo, por forma a estimular tanto a produção como o consumo;<sup>107</sup>

– No 3.º Congresso (Coimbra, 1926) aprovou-se a moção de Diniz Henriques que renovava o pedido de uniformização das tarifas da corrente eléctrica consoante os seus diferentes usos;<sup>108</sup>

– No 2.º e 3.º Congressos, as teses de Mendes Correia<sup>109</sup> e Leon Fesch<sup>110</sup> abordavam respectivamente a necessidade de regulamentar e fiscalizar as indústrias eléctricas, em especial no que dizia respeito às regras de segurança. Os congressos denunciaram, com realismo, o aspecto obsoleto da regulamentação em vigor<sup>111</sup> e, conseqüentemente, defenderam a elaboração de um novo regulamento, resumido na seguinte formulação de Carlos de Oliveira: «Em resumo: um regulamento portuguez, feito por portuguezes e para Portugal».<sup>112</sup>

– Por fim, no 3.º Congresso, José Vasco de Carvalho, numa perspectiva de fomento das centrais de produção e das indústrias eléctricas, recomendava a redução dos direitos alfandegários sobre a importação de maquinismos e aparelhagem eléctrica;<sup>113</sup>

<sup>105</sup> Ezequiel de Campos, *A intervenção do Estado na produção e transporte da electricidade para a região industrial do Porto*;

<sup>106</sup> José Maria Brandão de Brito, “A “electrificação nacional” como base do desenvolvimento: Ezequiel de Campos e Ferreira Dias” in *Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*. Actas. Ed. José Luís Cardoso; António Almodovar. (Lisboa: CISEP, 1992), 395-408.

<sup>107</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 206, Ano LXX, 2.9.1924), 3. Consultar Anexo I.

<sup>108</sup> *O Século* (23.11.1926), 1.

<sup>109</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 207, Ano LXX, 3.9.1924), 2. Consultar Anexo I.

<sup>110</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 277, Ano LXXII, 24.11.1926), 2. Consultar Anexo I.

<sup>111</sup> Referiam-se ao Regulamento de Segurança e das Instalações Eléctricas datado de 23 de Junho de 1913 que prescrevia para Portugal as normas da VDE, Verbans Deutscher Elektrotechniker.

<sup>112</sup> *Ibidem*.

<sup>113</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 276, Ano LXXII, 23.11.1926), 3-4.

### 4.3.1. A lei dos aproveitamentos hidráulicos e o princípio da rede eléctrica nacional

Em 1926, nas vésperas da realização do 3.º Congresso, é publicada a Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos,<sup>114</sup> constituindo a primeira tentativa de fundo de organização do sector da electricidade em Portugal ao regular a produção, o transporte e a distribuição.<sup>115</sup> Era pautada por princípios de intervenção proteccionista do Estado nesse sector e postulava assim o princípio da rede eléctrica nacional: «O conjunto das linhas de transporte de energia no País que seja objecto de comércio em espécie constituirá uma rede como o nome de Rede Eléctrica Nacional e abrangerá não só as linhas destinadas a efectuar o transporte de energia eléctrica das regiões produtoras para as consumidoras, qualquer que seja o modo de produção e qualquer que seja o destino, consumo ou uso da energia e as linhas de equilíbrio ou de compensação, mais ainda as linhas colectoras de energia produzida pelas centrais e as linhas ou redes de distribuição regional.»<sup>116</sup>

O 3.º Congresso de Electricidade (Coimbra, 1926) discutiu as diferentes bases dessa lei em sessão extraordinária.<sup>117</sup> A opinião geral dos congressistas foi a do reconhecimento dos seus méritos e valores. Contudo, o debate desenvolveu-se no sentido da sua aceitação mediante a observância de certos limites, nos princípios proteccionistas e de auxílio a praticar junto da indústria e do sector eléctrico. Repudiado ficou o princípio da rede eléctrica nacional.

Em contraponto, defendeu-se o princípio de uma rede eléctrica geral, pois o desígnio nacional associava-se à apropriação e dependência do Estado. Mais uma vez, este debate ilustra o facto de não ter havido consenso quanto ao grau de intervencionismo estatal recomendável. Embora globalmente se considerasse uma necessidade para a realização da electrificação nacional, permaneciam alguns raciocínios mais liberais. A intervenção do engenheiro Ferreira do Amaral resume o estado da questão: «Essa rede deve fazer-se, sim, mas sem que o Estado tenha nela a mais pequena interferência, visto ser lesiva para o Estado a sua administração própria, que também molesta todos os interesses particulares, não os deixando desenvolver-se naturalmente.»<sup>118</sup>

Vasco de Carvalho e Carlos de Oliveira completavam o raciocínio, da seguinte forma: «A rede eléctrica não é nem deve ser do Estado (...); «É bom que se saiba que todos nós, os que estamos nesta sala, não aceitamos, nem por sombras, a nacionalização das indústrias eléctricas.»<sup>119</sup>

Esta sessão extraordinária foi presidida pelo engenheiro Ezequiel de Campos – que numa linha de pensamento mais assente no nacionalismo económico foi nos Congressos de Electricidade, talvez o único preconizador do princípio e conceito de rede eléctrica nacional<sup>120</sup> – que tentou demover os ânimos, ao esclarecer a natureza do debate, da seguinte forma: «(...) o termo «nacional» não significa ser do Estado, mas sim ser «português», podendo admitir-se esta classificação na lei (...) uma vez que está no espirito de todos o repudio pela administração do Estado.»<sup>121</sup> Tentava, desse modo, levar à aceitação do princípio nacional, mascarando-o com a bandeira patriótica.

Desse modo, o voto final do 3.º Congresso sobre a Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos fez-se no sentido de, na rede eléctrica embrionária, ser respeitado o «(...) critério de poder o Estado

<sup>114</sup> Decreto n.º 12 559, de 20 de Outubro de 1926, Ministério do Comércio e Comunicações.

<sup>115</sup> Maria Fernanda Rollo; José Maria Brandão de Brito, “Ferreira Dias e a constituição da Companhia Nacional de Electricidade”, *Análise Social* (n.º 136-137, vol. 2-3, 1996), 343-354. (disponível in: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223394207B2vIB7hv3Hv03QU8.pdf> – consultada em 08/06/2012), 344-346.

<sup>116</sup> Base I, Decreto n.º 12 559, de 20 de Outubro de 1926.

<sup>117</sup> Para a descrição detalhada do debate, conduzida pela ordem de grupos de bases da mesma lei, consultar: *O Comércio do Porto* (n.º 276, Ano LXXII, 23.11.1926), 3-4; *O Século* (22.11.1926), 6.

<sup>118</sup> *O Século* (22.11.1926), 6.

<sup>119</sup> *Ibidem*.

<sup>120</sup> Manuel Vaz Guedes, *Idem*.

<sup>121</sup> *O Século* (22.11.1926), 6.



estabelecer, mas não explorar, qualquer linha eléctrica.»<sup>122</sup>

Retomando a discussão dos limites ao grau do intervencionismo das práticas proteccionistas suscitadas pela Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos, o ponto de discussão foi o recém-criado fundo especial de electrificação,<sup>123</sup> destinado ao fomento da produção, transporte e criação de indústrias consumidoras de electricidade. O objectivo do fundo não foi contestado. Recusavam-se as disposições que, no seu método de financiamento, eram obtidas «(...) pelo produto dos empréstimos emitidos pelo Estado, (...) pelas rendas que ao Estado paguem as empresas exploradoras de concessões de aproveitamentos hidroeléctricos, (...) pelas rendas ou impostos que o Estado receba [das linhas] que forem exploradas por particulares, pelos impostos pagos ao Estado pelas empresas que exploram oficinas de produção de energia e redes de distribuição».<sup>124</sup> Assim sendo, conclui-se que, à semelhança do que sucedera com a recusa do princípio da rede eléctrica nacional, imperava a vontade de manter certos interesses particulares. Assim, o 3.º Congresso aprovou a proposta de Raul Mendonça «(...) no sentido de tornar reembolsáveis os auxílios financeiros do Governo de se obter a isenção de contribuições pelo espaço mínimo de cinco anos»,<sup>125</sup> por parte das empresas e indústrias eléctricas florescentes.

Em suma, dir-se-á que os Congressos de Electricidade demonstraram em debate o conflito real de uma época que viveu entre as práticas liberais instaladas, a instabilidade política da I.ª República e o progressivo aumento do intervencionismo estatal miscigenado com germinantes considerações de nacionalismo económico.

## 5. A utilidade e alcance dos Congressos Nacionais de Electricidade

O engenheiro Carlos Michaëlis de Vasconcelos, no lançamento do 4.º Congresso de Electricidade (1930), em jeito de balanço sobre os trabalhos desenvolvidos por todos os congressos anteriores, colocava a questão da sua utilidade.<sup>126</sup> Era uma questão pertinente, visto que a organização dos diferentes congressos tivera sempre um carácter instrumental, no sentido dos seus votos e conclusões alcançarem resultados concretos, sobretudo junto das instâncias governativas.

Esse carácter instrumental alcançou resultados visíveis no 2.º Congresso (Porto, 1924). Efectivamente, na sessão de encerramento, o Ministro do Comércio deixou a promessa que posteriormente concretizou de constituir uma portaria para nomeação de uma comissão representada por elementos do governo, indústrias eléctricas, serviços electrotécnicos e secção de minas encarregada da execução dos votos do congresso que seriam estudados e apreciados pelas instâncias governativas.<sup>127</sup>

À luz de episódios semelhantes, a metacognição dos congressistas era meritória para com os resultados práticos alcançados pelos congressos, ficando bem expressa na conclusão do engenheiro Carlos Michaëlis de Vasconcelos – em resposta à sua própria questão – que classificava os congressos como sendo de alta utilidade nacional,<sup>128</sup> apresentando como prova duas deduções, a saber:

<sup>122</sup> *Ibidem*, 2.

<sup>123</sup> Base X, Decreto n.º 12 559, de 20 de Outubro de 1926.

<sup>124</sup> *Ibidem*.

<sup>125</sup> *O Século* (22.11.1926), 2.

<sup>126</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 85, Ano LXXV, 12.4.1930), 4.

<sup>127</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 208, Ano LXX, 4.9.1924), 2; A confirmação da concretização dessa portaria, datada de [17.9.1924], surge na entrevista de rescaldo ao 2.º Congresso concedida pelo eng. Xavier Esteves – membro da comissão instaladora da Associação dos Electricistas Portugueses – ao *Jornal O Século* (n.º 15:301, Ano 45.º, 18.9.1924), 6.

<sup>128</sup> *O Século* (12.4.1930), 4.

- «No 3.º Congresso lamentou-se a falta de elementos estatísticos, hoje, porém, há uma repartição próprio cujos trabalhos se vem fazendo com grande vantagem para a indústria eléctrica.»<sup>129</sup>
- «Alguns dos estudos feitos nos congressos já são hoje lei do país.»<sup>130</sup>

A análise histórica tende a corroborar a validade desses juízos.

A primeira dedução aludia ao início da publicação dos estudos das *Estatísticas das Instalações Eléctricas*<sup>131</sup> em 1928, sob a direcção da Repartição dos Serviços Eléctricos, que dava resposta a esse ensejo do engenheiro Ezequiel de Campos, no 3.º Congresso (Coimbra, 1926), que alertava para a necessidade da formulação de estatísticas do Estado sobre a produção, distribuição e consumo de energia,<sup>132</sup> de forma a orientar as decisões e estratégias futuras sobre o sector. Do mesmo modo, em 1929, a definição, por parte da Comissão Electrotécnica Portuguesa, dos símbolos e notações<sup>133</sup> que deveriam ser adoptados em Portugal constituía uma resposta positiva aos repto lançados nos congressos nesse propósito.

Na segunda dedução, reclamava-se a participação dos congressos no mérito da actualização legislativa da Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos – entre outros diplomas – verificável pela aparente sintonia com os pontos de vista defendidos ao longo das sessões. A título exemplificativo, refira-se a atribuição de isenção de direitos alfandegários, concedida aos materiais de construção de centrais eléctricas, na perspectiva do seu desenvolvimento.

Na perspectiva da análise histórica, importa referir as impressões que ficam sobre a eventual influência que os Congressos de Electricidade exerceram na motivação de acções, eventos e actividades de promoção da electricidade nas décadas subsequentes, de acordo com as seguintes questões:

- Em que medida a apologia da electricidade e da campanha propagandística dos carvões nacionais,<sup>134</sup> vivida no ambiente dos congressos, influenciou os representantes da indústria presentes para a realização da campanha publicitária da energia eléctrica, na década de 1930?
- De que modo os Congressos de Electricidade influenciaram os engenheiros e industriais presentes, no sentido de continuarem o debate do problema da electricidade, durante a década de 1930, em eventos nacionais como o 1.º Congresso de Engenharia (1931) e o Congresso da Indústria Portuguesa (1933)?

Por último, numa linha interpretativa que será sempre mais discutível, afirma-se que o alcance e influência do ambiente, percepções e representações dos Congressos Nacionais de Electricidade fizeram dos “anos 20” um repositório de capitais constituído por ideias e linhas de pensamento que justificam a consideração das seguintes problemáticas, a saber:

- Até que ponto os contributos produzidos pelos congressos influenciaram a mudança de paradigma operada pela Lei n.º 2002 (1944), da Electrificação do País<sup>135</sup> que marca o verdadeiro arranque da electricidade em Portugal, pautado pelo ciclo das grandes barragens vivido entre 1944 e 1961?<sup>136</sup>

<sup>129</sup> *Ibidem*.

<sup>130</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 85, Ano LXXV, 12.4.1930), 4.

<sup>131</sup> A primeira versão foi publicada com um estudo introdutório de Vasco José Taborda Ferreira, “A energia eléctrica em Portugal. Dados Estatísticos”, *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses* (n.º 646, vol. 59, 1927-1928), 119-128.

<sup>132</sup> *O Comércio do Porto* (n.º 276, Ano LXXII, 23.11.1926), 3.

<sup>133</sup> Ana Cardoso de Matos et. al., *Idem*, 244.

<sup>134</sup> *O Século* (23.11.1926), 1.

<sup>135</sup> Lei n.º 2002 (electrificação do país), *Diário do Governo*, 1.ª série, de 26 de Dezembro de 1944.

<sup>136</sup> João Figueira, “A electrificação Portuguesa (1944-1976)” in *XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social* (APHES), 13-14 de Novembro de 2009 (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP); APHES, 2009) (disponível in: <http://web.letras.up.pt/aphes29/programa.html> – consultada em 28/02/2012);

- Até que ponto esse modelo energético, esgotado na década de 60, não será o fim de um ciclo que começou por ser capitalizado no esforço reflexivo dos anos 20?<sup>137</sup>
- Qual é o verdadeiro papel dos Congressos Nacionais de Electricidade nos anos formativos da electrificação nacional?<sup>138</sup>

## Conclusão

No Portugal da década de 1920, os quatro Congressos Nacionais de Electricidade constituíram manifestações de grande dinamismo no processo de reflexão e debate sobre a electrificação nacional, iniciado no limiar da 1.ª Guerra Mundial. No seu ambiente, percepções e representações revelaram a influência de determinadas linhas do pensamento económico português que demonstram, em última análise, que a questão da electricidade se enquadrava na concepção mais global do desenvolvimento e modernização. Assim sendo, no plano da sua natureza e objectivos, observam-se, desde logo, continuidades com o *memorialismo oitocentista*, o *regeneradorismo* e a configuração emergente do *engenheirismo*.

No âmbito das percepções e representações, as linhas de pensamento que se revelaram influentes foram, do ponto de vista mais estrutural, a dos *neofisiocratas* – com aportações ao *memorialismo e regeneradorismo* – e na perspectiva mais conjuntural, a dos *industrialistas* – com ligação ao *engenheirismo*. Em contraponto, verifica-se a descontinuidade com o ruralismo do *tradicionalismo agrarista*.

Os Congressos Nacionais de Electricidade caracterizaram-se por serem eventos de natureza técnica, económica e social que pretenderam alcançar uma feição instrumental e eminentemente pragmática sobre a questão eléctrica nacional. O problema da electricidade em Portugal foi colocado do ponto de vista da sua produção, promovendo-se um diagnóstico de identificação dos principais problemas e debilidades que no essencial era correcto. Com efeito, no momento de realização dos congressos, a electricidade, no nosso país, ficou marcada pela dispersão e atomização produtiva, desconexão das redes e fragmentação de mercados. Nestes congressos a solução desse problema nacional equivalia à proposta do método mais eficaz para a produção de energia eléctrica. As propostas enquadraram-se nas opções hidroeléctricas e termoeléctricas. Nas percepções e representações produzidas, esse foi o ponto da reflexão e do contraditório que revelou as maiores influências do germinante nacionalismo económico, bem expressa na defesa da necessidade de valorizar e desenvolver os recursos nacionais e diminuir a dependência externa. As hipóteses termoeléctricas exacerbaram a questão da utilização dos carvões pobres nacionais, revelando influências da “febre mineira” e mitificações reproduzidas desde o século XIX, recaindo na utopia por exagerarem na atribuição de capacidade de resposta, iniciativa e dimensão ao sector carbonífero. Por seu lado, as representações sobre as soluções hidroeléctricas esbarraram no financiamento e investimento a que obrigavam, decorrentes das condições que as bacias hidrográficas nacionais impunham. Essa questão do capital ficou em grande medida sem resposta, assumindo feições generalistas que a identificavam com o fomento nacional.

<sup>137</sup> Maria Fernanda Rollo, “Hulha Branca: uma história de triunfos, impasses e renovados desafios”;

Sofia Teives “A electrificação nacional: o ciclo das grandes barragens (1944-1961)” (s.l., s.n.,s.d.), 8 pp. (disponível in. [http://independent.academia.edu/SofiaTeivesHenriques/Papers/347594/A\\_electrificacao\\_nacional](http://independent.academia.edu/SofiaTeivesHenriques/Papers/347594/A_electrificacao_nacional) – consultada em 22/08/2011); Maria Fernanda Rollo; José Maria Brandão de Brito, Idem. Nuno Luís Madureira; Diego Bussola, *Idem*, 71-77; Nuno Luís Madureira; Sofia Teives, *Idem*, 26-33.

<sup>138</sup> Nuno Luís Madureira, “Enterprises, Incentives and Networks: The Formative Years of the Electrical Network in Portugal, 1920-1947”; Nuno Luís Madureira, “When The South emulates the North: Energy Policies and Nationalism in the twentieth century”.

O 3.<sup>a</sup> Congresso (Coimbra, 1926) foi dos mais concorridos e participados, merecendo consequentemente destaque, por ter dado a conhecer a tese da complementaridade que colocava a hidroelectricidade na primeira linha e a termoelectricidade consumindo preferencialmente carvões nacionais no plano de retaguarda. Faltaram os consensos quanto à melhor forma de produzir electricidade. Desse modo, o grande contributo esteve na fixação da ideia de urgência e necessidade de adoptar um modelo de desenvolvimento económico e programa de modernização assente em premissas que variaram entre o ideal da independência energética e o princípio da energia abundante e barata, condutor de uma política de substituição de importações assente na electricidade que valorizasse os recursos nacionais e apoiasse o crescimento da agricultura e indústria. Os Congressos de Electricidade reconheceram que a concretização de qualquer uma dessas directrizes requeriam em larga medida uma intervenção mais activa por parte das autoridades públicas e governamentais, enquadrando-se, desse modo, na tendência reactiva contra as práticas liberalistas do Republicanismo no sector eléctrico. Assim sendo, primeiramente reconheceram a valia das municipalizações, como forma de resposta a parte do problema, que só teria uma solução cabal através da prática de um maior intervencionismo estatal. Nesse ponto, faltaram novamente os consensos. No cômputo geral, vingaram as representações que subscreviam formas moderadas e intermédias de intervencionismo. Esta questão ficou bem retratada no debate – suscitado pela promulgação da Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos (1926) – sobre a prática proteccionista e auxiliadora do Estado e no repúdio geral do princípio da rede eléctrica nacional.

Pela unidade e pensamento diferenciado merece relevo, a actuação de Ezequiel de Campos, o único a ter uma visão mais completa e actualizada sobre a questão eléctrica em todas as suas vertentes de produção, transporte, distribuição e consumo. Essa singularidade reflectiu-se também na dimensão nacional que conferiu ao problema, posição bem vincada no 3.<sup>o</sup> Congresso ao ser o único convicto defensor do princípio da rede eléctrica nacional.

Todo este ambiente, percepções e representações reproduzidos nos Congressos Nacionais de Electricidade, entre 1923 e 1930, fazem dos “anos 20” uma fonte de inspiração e repositório constituído por capital de ideias cuja influência ainda não é totalmente conhecida pela historiografia.

Concluindo, fica a referência metodológica de que embora as fontes directas sejam diminutas, a problematização histórica está longe de esgotar a análise aos Congressos Nacionais de Electricidade.

**ANEXO I. Quadros Reconstituintes dos Congressos Nacionais de Electricidade (1923-1930)**

Quadro 1. Reconstituição do 1.º Congresso Nacional de Electricidade

Organização	Participantes	Intervenientes	Conteúdos	Actividades
<b>Data:</b> - 16-18, de Março de 1923;	<b>Referências:</b> - Associação Comercial de Braga;	1. (eng.) Ezequiel de Campos;	1. (tese) «O governo deve intervir eficazmente no aproveitamento das quedas de água»;	<b>Dia 16. - 6.ª Feira</b>
<b>Local:</b> - Lisboa;	- Associação Comercial do Porto;	2. (eng.) Amorim Ferreira;	2. (tese) sobre a "criação de um Instituto Físico-Técnico";	- 13:00: Sessão Inaugural; - 13:30: 1.ª Sessão Ordinária;
- Palácio do Congresso;	- Associação dos Comerciantes do Porto;	3. (comandante) Nunes Ribeiro – director do posto rádio telegráfico de Monsanto;	3. (tese) sobre a "montagem do serviço rádio telegráfico na Armada e trabalhos preparatórios para o serviço rádio-gonométrico e sua montagem.	<b>Teses 1-2;</b> - 15:00: <b>Visita de estudo</b> à Central da Companhia Carris de Ferro em Santo Amaro;
<b>Promotor:</b> - Secção de Electricidade da Associação Comercial de Lisboa;	- Associações Industriais e Comerciais de Lisboa;	4. (eng. Tenente-coronel) Schiapa Monteiro;	(demonstração): sessão de telefonia sem fios, emissão de Monsanto;	- 18:00: <b>Visita de estudo</b> à central Tejo;
<b>Comissão organizadora:</b> - Carlos de Oliveira	- Centro Comercial do Porto;	5. (capitão) Celestino Soares;	4. (tese) sobre a "necessidade de expansão da T.S.F. (demonstração) prática de criação científica do autor;	- 21:00: 2.ª Sessão Ordinária; <b>Exibição de 2 filmes</b> técnicos das fábricas de contadores e máquinas de soldar da AEG (Salão da Associação de

<p>(Presidente);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Guilherme Duarte Rodrigues;</li> <li>- Ivo Estrela;</li> <li>- Barros Virgolino;</li> <li>- Daniel Marques;</li> <li>- Pedro Tovar.</li> </ul>	<p>5. (tese) sobre "T.S.F."</p>	<p>Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e Indústria);</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escolas Industriais;</li> <li>- Exploração do Porto de Lisboa;</li> <li>- Reitores das Universidades do Porto e Lisboa;</li> <li>- Sociedade Lusitania de Electricidade AEG (rep. Carlos de Oliveira);</li> </ul>	<p><b>Dia 17. – Sábado</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 13:00: <b>Visita de estudo</b> à Escola de Torpedos e Electricidade de Vale de Zebro;</li> <li>- 21:00: 3.ª Sessão Ordinária:</li> <li style="padding-left: 20px;"><b>Teses 3-5;</b></li> </ul>
<p><b>Dia 18. – Domingo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 10:00: <b>Visita de estudo</b> à</li> </ul>	<p>estação norte dos telefones;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 11:00: <b>Visita de estudo</b> ao posto rádio telegráfico de Monsanto: audição do concerto emitido a partir da Torre Eiffel, em Paris;</li> </ul>

- 18:00: Sessão de Encerramento;
- 21:00: Banquete de confraternização no café-restaurant Tavares.

---

Fonte: *O Comércio do Porto* (1922 e 1923); *O Século* (1923).

Organização	Participantes	Intervinentes	Conteúdos	Actividades
<p>Quadro 2. Reconstituição do 2.º Congresso Nacional de Electricidade</p> <p>- 31.8 – 4.9.1924;</p> <p><b>Data:</b></p> <p><b>Local:</b></p> <p>- Porto;</p> <p>- Palácio de Cristal;</p>	<p><b>Referências:</b></p> <p>- Associação Comercial de Lisboa (rep. Carlos de Oliveira);</p> <p>- Associação dos Engenheiros Industriais Portugueses;</p> <p>- Brown, Boveri C.<sup>138</sup> (rep. por 9. eng. Edouard Dalphin)</p>	<p>1. (eng.) Ezequiel de Campos;</p> <p>2. (eng.) Xavier Esteves;</p> <p>3. (eng.) Mendes Correia;</p> <p>4. (eng.) Albano Sarmento;</p> <p>5. (eng.) Calado;</p> <p>Amaral;</p>	<p>1. (tese) «A intervenção do Estado na produção e transporte da electricidade para a região industrial do Porto.»<sup>139</sup>;</p> <p>2. (tese) sobre a "tarificação da energia eléctrica";</p> <p>3. (tese) «Representação e Fiscalização das Indústrias Eléctricas»;</p> <p>4. (tese) sobre a "necessidade de organizar as indústrias eléctricas";</p> <p>centrais eléctricas;</p>	<p><b>Dia 31.</b></p> <p>-14:00: Sessão Inaugural;</p> <p>- 15:30: <b>Abertura oficial da Exposição de Máquinas e Aparelhos Eléctricos;</b></p> <p>- 21:00: <b>Exibição de filmes</b> técnicos;</p> <p>«A electrificação dos Caminhos de Ferro na Suíça»;</p> <p>«A construção de automóveis na fábrica FIAT»;</p> <p>agrícolas em Braga»;</p>

<sup>138</sup> Ezequiel de Campos, *A intervenção do Estado na produção e transporte da electricidade para a região industrial do Porto* (s.l., s.n., 1924). (Disponível no Centro de Documentação do Museu de Electricidade, Lisboa.



- Faculdades Técnicas;			
- Serviços de Fiscalização das Indústrias Eléctricas (rep. chefe Paula de Ataíde);	7. Electricistas profissionais;	6. (tese) «Reforma do ensino técnico superior e a preparação técnica do engenheiro electricista»;	<b>Dia 1.</b>
	8. Amadeu Maia;	7. «Memória dos Electricistas Profissionais»;	- 10:30: 1.ª Sessão Ordinária: <b>Tese 1;</b>
(*) Todas as empresas participantes dos stands da Exposição, anexa ao congresso (ver ponto 3.3.1.)	9. (eng.) Edouard Dalphin;	8. (comunicação) «Competência Técnica Profissional»	- 15:00: <b>Visita de estudo</b> à electro cerâmica de V.N. de Gaia;
		9. (comunicação) «A Electrificação dos Caminhos de ferro na Suíça»	- 21:00: 2.ª Sessão Ordinária: <b>Tese 2;</b>
			<b>Dia 2.</b>
			- 10:30: 3.ª Sessão Ordinária: <b>Teses 3-4;</b>
			<b>Conferência 5;</b>
			- 14:30: <b>Visita de estudo</b> à sub-estação do Frelxo (Electra del Lima – UEP);
			21:00: 4.ª Sessão Ordinária:

**Teses 3-4;****Conferência 5;**

- 14:30: **Visita de estudo** à sub-estação do Freixo (Electra del Lima – UEP);

21:00: 4.ª Sessão Ordinária;

**Tese 6:**

- 11:00: Sessão Extraordinária;

**Comunicação 9;**

- 16:00: Sessão de encerramento e **visita oficial** do Ministro do Comércio à **Exposição;**

- 21:00: Banquete de confraternização no salão do chá;

**Dia 4.**

- **Visita de estudo** à Central Hidroeléctrica do Lindoso (Electra del Lima – UEP).

Quadro 3. Reconstituição do 3.º Congresso Nacional de Electricidade

Organização	Participantes	Intervinentes	Conteúdos	Actividades
<b>Data:</b> - 20-23 de Novembro de 1926;	<b>Referências:</b> (* Todos os referidos na comissão organizadora;	<b>1.</b> (eng.) Ezequiel de Campos;	<b>1.</b> (tese) «O problema da electricidade para a região atlântica de Portugal»;	<b>Dia 20. – Sábado</b>
<b>Local:</b> - Coimbra;	- Administração Geral de Minas (rep. 3. Roldán y Pego)	<b>2.</b> Roldán y Pego;	<b>2.</b> (tese) «Aproveitamento de energias»;	- 16:00: Recepção aos Congressistas;
- Recepção (salão Nobre da Câmara Municipal);	- Associação Comercial de Coimbra (rep. Vilaça da Fonseca);	<b>3.</b> Augusto Silva Lopo;	<b>3.</b> (tese) «Algumas considerações de ordem económico-financeira em relação com o aproveitamento hidro-termo-eléctrico»;	- 17:00: Sessão Inaugural;
- Sessões (salão da Associação Industrial e Comercial de Coimbra - promotora);	- Associação Comercial de Lisboa (rep. Carlos de Oliveira);	<b>4.</b> (eng.) Augusto Farinha de Almeida;	<b>4.</b> (tese) «A combustão de carvões pobres sobre grelhas com insuflação de vapor»	- 21:00: 1.ª Sessão Ordinária "Problemas Hidráulicos e de Transporte e Distribuição de Energia Eléctrica".
<b>Comissão Organizadora:</b> - Torres Garcia;	- Associação Comercial do Porto;	<b>5.</b> Tomas Croft de Moura;		<b>Teses 1-3;</b>
- Delegados da Univ. de Coimbra e Escola Brotero;	- Associação dos Engenheiros Cívicos do Norte de Portugal (rep. eng. Ferreira do Amaral);	<b>6.</b> Gustavo Vilela Peres;	<b>5.</b> (tese) «A grelha mecânica especial, sistema Babcock & Wilcox, para o aproveitamento dos carvões nacionais e os resultados obtidos em marcha industrial»;	<b>Dia 21. – Domingo</b>
		<b>9.</b> (eng.) Carlos Michaëlis de Vasconcelos;	<b>6.</b> Apreciação e discussão de <i>Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos</i> (LAH);	- 9:00: <b>Exibição de filmes</b> técnicos no Teatro Avenida:
				"Formação de cabos eléctricos e de micro-telefonía da empresa CAB, Alemanha";

Ezequiel de Campos, *O problema da electricidade para a região atlântica de Portugal* (Porto: Oficinas de «O Comércio do Porto», 1926) (Disponível no Centro de Documentação do Museu de Electricidade, Lisboa).

Brotero;	Amaral);	CAB, Alemanha”;
- Comissão de Turismo de Coimbra;	- Associação Industrial Portuense (rep. Manuel Martins da Rocha);	“Exploração de carvões das Minas do Pejão”;
- Associação Industrial e Comercial de Coimbra;	- Companhias Reunidas de Gás e Electricidade (rep. Teles de Abreu Nunes);	- 10:30: 2.ª Sessão Ordinária “Carvões Nacionais, Tarifas e Pautas”;
- Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra;	- Carlos de Oliveira;	<b>Teses 4-5;</b>
<b>Comissão Organizadora:</b>	<b>Referências:</b>	<b>Dia 21. – Domingo</b>
- (eng.) Carlos Michaëlis	- Direcção da Divisão de Estradas de Coimbra (rep. Rangel de Lima);	14:00: <b>Visita de estudo</b> aos Serviços Municipalizados de Coimbra;
- Santos Silva;	11. (corone) João Rodrigues Ascensão;	- 17:00: Sessão Extraordinária para <b>6. apreciação e discussão da (LAH).</b>
- Secretário Geral do Congresso: (eng.) Armando Gonçalves, Serviços municipalizados de Coimbra;	12. (comandante) Álvaro Nunes Ribeiro;	<b>Dia 22. – 2.ª Feira</b>
- Existência de uma <b>Comissão Técnica</b> para preparar e organizar os trabalhos das sessões.	13. Fernando Moreira de Sá;	- 9:00: 3.ª Sessão Ordinária: <b>6 cont. da discussão da LAH;</b>
	14. António Belo;	
	15. (tese) «A electricidade ao serviço das indústrias químicas modernas»	
	16. (tese) «Autonomia dos Serviços Municipalizados das Câmaras Municipais»	
	17. (tese) «Abaco para o cálculo rápido das tensões de corona das linhas trifásicas» <sup>141</sup>	
	18. (tese) «Estudos de climatologia e electricidade»;	
	19. (tese) «Propagação electromagnética. Observações e Conclusões – Período de 1923-1926»;	
	20. (tese) «Evolução do Serviço Rádio Telegráfico na Marinha Militar no período de 1924-1926 (...)»	
	21. (tese) «O cimento armado nas suas aplicações à electricidade»;	

<sup>141</sup> Leon Fesch, *Abaques pour le calcul rapide des tensions de couronne des lignes triphasés* (Porto: Tipografia Porto Médico Lda, 1926) (Disponível no Centro de Documentação do Museu de Electricidade, Lisboa).

## 15. Guilherme Teles de

Meneses;

- Escola Naval (rep. prof. T.S.F. capitão-tenente Soares);

- Faculdade de Ciências do Porto (rep. Teixeira de Oliveira)

- Instituto Industrial do Porto (rep. Ferreira do Amaral);

**Referências:**

- Instituto Superior Técnico de Lisboa (rep. 10. Leon Fesch)

- Minas de S. Pedro da Cova (rep. 4. eng. Augusto Farinha de Almeida)

- Minas do Pejão (rep. Santos Consciência)

- Serviços municipalizados de Braga (rep. Gabriel Cardoso);

- Serviços municipalizados de V.N. de Gaia;

14. (memória) «A electrificação do caminho de ferro – Cais do Sodrê a Cascais»;

7. org. da AEP;

15. (tese) «O que é a electricidade? Quantas electricidades há?».

Teses 8-15;

Memória 14;

- 18:00: Sessão de Encerramento;

**Dia 23. – 3.ª Feira**

**- Visita de estudo às**

Minas de carvão e Indústrias de cimento e cal hidráulica de Cabo Mondego (Figueira da Foz), da Empresa Industrial e Mineira de Portugal.

- Sociedade Lusitania de Electricidade AEG (rep. Carlos de Oliveira);
- União Eléctrica Portuguesa (rep. Corte Real);

Fonte: *O Comércio do Porto* (1926); *O Século* (1926).

Organização	Participantes	Intervenientes	Conteúdos	Actividades
<p><b>Data:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 11-13 de Abril de 1930;</li> </ul> <p><b>Local:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Braga;</li> <li>- Câmara Municipal (sessão inaugural);</li> <li>- Sede da Associação Comercial de Braga (restantes sessões);</li> </ul>	<p><b>Referências:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(*) Todos os referidos na comissão organizadora;</li> </ul>	<p><b>1.</b> Comissão organizadora da Associação Electrotécnica Portuguesa (AEP);</p> <p><b>2.</b> (eng.) Farinha de Almeida;</p> <p><b>3.</b> (eng.) Carlos Michaelis de Vasconcelos;</p>	<p><b>1.</b> Regulamento e Estatutos da AEP;</p> <p><b>2.</b> (tese) «As antracites do Norte e o problema eléctrico português»;</p> <p><b>3.</b> (tese) «Carvões Nacionais»;</p> <p><b>4.</b> (tese) «Lenhites e Antracites»;</p>	<p><b>Dia 11. – 6.ª Feira</b></p> <p>- 16:30: Sessão Inaugural;</p> <p>- 21:00: 1.ª Sessão Ordinária;</p> <p><b>1. “Regulamento e Estatutos da AEP”</b></p>

	<b>Dia 12. – Sábado</b>	
<p><b>Comissão Organizadora:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Administração Geral dos Correios e Telégrafos de Braga (rep. Carlos Augusto);</li> <li>- Liceu de Braga (rep. reitor Francisco Gonçalves Prieto);</li> <li>- Serviços Municipalizados de Braga (rep. director eng. Ferreira do Amaral);</li> <li>- Serviços Municipalizados de Coimbra (rep. eng. Carlos Leitão);</li> <li>- União Eléctrica Portuguesa (rep. Ruela Ramos);</li> <li>Minho);</li> <li>- (eng.) Eduardo Cunha (Serviços municipalizados de Braga);</li> </ul>	<p>5. (memória) «Subsídios para a história da electrotécnica»,<sup>872</sup></p> <p>4. (eng.) M. Martins da Rocha;</p> <p>5. (eng.) Gustavo Avila Peres;</p> <p>6. (eng.) Ezequiel de Campos;</p>	<p>- 9:30: 2.ª Sessão Ordinária "Carvões Nacionais";</p> <p><b>Teses 2-4;</b></p> <p>- 15:00: <b>Visita de estudo</b> à sub-estação transformadora da Ponte e da Ria e à Central eléctrica dos Serviços Municipalizados;</p> <p>- 21:00: 3.ª Sessão Ordinária "Serviços Municipalizados";</p> <p><b>Memória 5;</b></p> <p><b>Tese 6;</b></p>
	<b>Dia 13. – Domingo</b>	
		<p>- 9:15: 4.ª Sessão Ordinária "Assuntos Diversos";</p> <p>- 17:00: Sessão de encerramento;</p>

<b>Comissão Organizadora:</b> - Secretário Geral do Congresso: Gabriel Cardoso;	<b>Dia 13. – Domingo</b>  - 20:00: Banquete de confraternização no Bom Jesus do Monte;
--	--

---

**Fontes:**

- "Congressos: O 4.º da Electricidade", *Indústria Portuguesa* (n.º 14, vol. 2, Abril de 1929), 49;  
"Congressos: O 4.º da Electricidade", *Indústria Portuguesa* (n.º 26, vol. 3, Abril de 1930), 53;  
*O Comércio do Porto* (1930); *O Século* (1930).



Luís Grosso Correia\*  
Bruno Pinheiro\*

### **E-learning: perspectiva histórica de um processo em curso.**

**R E S U M O** | O presente artigo visa traçar uma análise diacrónica de um processo já centenário e indevidamente reduzido à sua expressão computorizada: a aprendizagem electrónica ou, em alternativa, do processo de ensino-aprendizagem apoiado por equipamentos, recursos e conteúdos de base electrónica. Iniciado com as emissões educativas apoiadas por tecnologias de radiodifusão, reforçado durante a II Guerra Mundial com a massificação do cinema educativo aplicado à formação do Exército e afirmando-se após a informatização da sociedade e a sua ligação através de redes telemáticas no final do século XX, o e-learning comporta uma dimensão histórica que urge analisar, nos seus pressupostos teóricos, tecnológicos e pedagógicos. Esta abordagem é tanto mais significativa porquanto nela se cruza a análise com o ensino à distância e a tecnologia educativa, outras soluções técnicas e organizacionais do trabalho escolar alinhadas com a história do e-learning.  
*Palavras-chave:* História do e-learning, ensino a distância, tecnologia educativa.

**A B S T R A C T** | This article aims to sketch a diachronic analysis of a centenary process that must not be reduced to its micro-computerized version: the e-learning. If its historical process was started by the emissions supported by radio-broadcasters, was reinforced during World War II due to the use of educational films applied to the Army training and was affirmed by the mass use of multimedia micro-computers connected to telematic networks in the late twentieth century, then it is relevant to know the evolution of the theoretical, technological and pedagogical means used in the e-learning process. This historical approach intends also to understand the role played by the the nature, mission and methods of the distance education and educational technology in the shaping process of the e-learning's educational rationale.  
*Keywords:* History of e-learning, distance education, educational technology.

*A “globalização” realmente revirou a vida das pessoas de tal forma que seus pais ou avós teriam grande dificuldade em imaginar. Muito do que, por décadas e mesmo por séculos, nos parecia familiar e permanente vem caindo cada vez mais rápido no esquecimento. O passado, ao quietudo indica, é realmente um outro país: nele, as coisas eram feitas de outra maneira.*

*A expansão das comunicações é um caso exemplar. Até às últimas décadas do século XX, as pessoas tinham um acesso limitado à informação. Graças à educação nacional, à rádio e televisão controladas pelo Estado e a uma cultura impressa comum, todos passaram a ter a mesma probabilidade de saber praticamente as mesmas coisas*

\* Professor Auxiliar do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da FLUP e investigador do CITCEM. Bolseiro de pós-doutoramento da FCT entre 2006 e 2012.

\* Investigador do CITCEM – U. Porto. Bolseiro de Doutoramento em da FCT entre 2009 e 2013.

*dentro de um Estado, nação ou comunidade. Hoje, ocorre o contrário. A maioria das pessoas fora da África subsaariana tem acesso a uma quantidade quase infinita de dados. Na falta, porém, de uma cultura comum, as informações e ideias fragmentadas que as pessoas escolhem ou encontram são determinadas por uma multiplicidade de preferências, afinidades e interesses. Com o passar dos anos, cada um de nós tem menos pontos em comum com os mundos em rápida multiplicação dos nossos próprios contemporâneos, sem falar do mundo dos que vieram antes de nós<sup>1</sup>.*

*E-learning* é um termo inglês resultante da contracção de electronic learning (aprendizagem electrónica) e refere-se a experiências de aprendizagem baseadas em tecnologias electrónicas ou, mais actualmente, em computadores. No *Glossário da Sociedade de Informação*, publicado em 2005 pela Associação Portuguesa para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI), a aprendizagem electrónica tem por sinónimos aprendizagem em linha ou *e-learning* e é definida como “acesso a uma formação em linha, interactiva e por vezes personalizada, difundida através da *Internet*, de uma *intranet* ou de outro meio de comunicação electrónico, tornando o processo independente da hora e do local”<sup>2</sup>. Esta definição de *e-learning* é a mais utilizada para descrever interacções de ensino e aprendizagem baseadas em computadores (estações terminais) e/ou em abordagens em linha (computadores ligados em rede).

No entanto, a investigação desenvolvida em tecnologia educativa releva o facto de a educação desenvolvida em contextos electrónicos ou com recurso a equipamentos electrónicos, no qual se integra o *e-learning*, requerer metodologias específicas de ensino e de aprendizagem. Paul Catherall afirma que o *e-learning* pode também ser “considerado como uma abordagem pedagógica, como um método de ensino que exige metodologias de trabalho adequadas a contextos em linha e digitais”<sup>3</sup>. Neste sentido, o mesmo autor agrupa a pluralidade de definições de *e-learning* em três linhas operatórias: 1. conceito básico de interacção educativa através de tecnologias; 2. método de ensino específico baseado em computadores e *Internet*; 3. técnica educacional ou pedagogia específica.

O *e-learning* tende a alinhar-se historicamente com outras formas de acesso à educação ou formação profissional que podemos fazer remontar ao advento do ensino a distância no século XIX, da tecnologia educativa (década de 1940), do ensino assistido por computador (década de 1960) e das potencialidades abertas pela *Internet* e a *World Wide Web (Web)*, a partir de meados da década de 1990.

A história do *e-learning* não é linear e não tem um significado unívoco. A aprendizagem electrónica terá começado quando um professor integrou, pela primeira vez, a utilização de, por exemplo, um receptor de rádio, com tubos de amplificação electrónica, num contexto de aprendizagem, algures no início do século XX. Nesse acto, poder-se-á sintetizar as linhas de força que orientam este trabalho, a saber: ensino a distância apoiado por equipamento de tecnologia electrónica (*e-learning*) em contexto de sala de aula (tecnologia educativa). Importará, assim, conhecer a história do ensino a distância, da tecnologia educativa utilizada em contextos de trabalho presencial e do *e-learning*, aqui entendido no seu sentido mais restrito (de equipamento

<sup>1</sup> Tony Judt, *O que aprendemos, se é que aprendemos alguma coisa?*, in “Revista Piauí” (nº 22, Julho), 59.

<sup>2</sup> Como nota da definição apresentada, é referido ainda que “como é um método menos dispendioso e não está constringido por considerações geográficas, é extremamente útil em situações em que o ensino tradicional não é possível, como é o caso de trabalhadores e estudantes com dificuldades de horário ou a viver em locais remotos”. Cf. APDSI – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação (2005), *Glossário da Sociedade de Informação*. (s/l.: APDSI, 2005), 7.

<sup>3</sup> Paul Catherall, *Delivering e-learning information services in higher education*, (Oxford: Chandos Publishing, 2005), 2.

de arquitectura computadorizada).

O presente trabalho foi, assim, concebido como um transcurso histórico-educativo e nele procuraremos integrar a polissemia e complexidade que os conceitos operatórios (ensino a distância, *e-learning* e tecnologia educativa) encerram. A abordagem não se cingirá a uma análise particular da história do *e-learning*, como, por exemplo, a história dos computadores em educação<sup>4</sup>. Deixaremos igualmente de fora o papel desempenhado pelo *e-learning* no domínio da formação profissional (*e-training*), já pela ténue fronteira entre educação e formação que o foco de alguns trabalhos consultados, mais orientado para o estudo de contextos empresariais, põe em relevo<sup>5</sup>, já pelo *ruído* que esta temática iria introduzir no itinerário do presente estudo.

Procurar-se-á, neste capítulo, identificar o quadro histórico e conceptual que os conceitos de ensino a distância, tecnologia educativa e *e-learning* encerram, de forma a tornar inteligível a nossa análise. As etapas mais significativas da evolução registada entre a interacção educacional desenvolvida no espaço geográfico (próximo/presencial ou distante) e no ciberespaço (espaço de natureza electromagnética, gerador de experiências de interacção virtual, estruturado por sensores, sinais, conexões, transmissões, processadores, controladores, redes de informação interdependente e acessível a partir de qualquer computador) serão igualmente analisadas à luz de uma problematização tecida em torno dos equipamentos e soluções tecnológicas (*hardware*) e dos elementos organizacionais, curriculares e pedagógicos (*software*) dessa relação.

## 1. Ensino a distância

A expressão ensino a distância presta-se a interpretações ambíguas devido à pluralidade de modalidades de ensino (formal, não formal, escolar, profissional) e aos variados contextos de aprendizagem (experimental, laboratorial, treino manual) que recorrem a este tipo de método. Podemos considerar o ensino a distância como toda a modalidade educativa que assenta numa componente estrutural e significativa de auto-aprendizagem, decorrente do trabalho individual do estudante realizado fora da sala de aula convencional e da presença do professor. Assim, a expressão tenderá a ser redutora quando concebemos a panóplia de suportes de comunicação, a arquitectura e a concepção da interacção pedagógica. Daí que, em contexto europeu, a expressão de ensino a distância aberto e a distância tenda a ser mais utilizada entre a comunidade académica especializada, por ser a mais inclusiva das designações equivalentes (ensino aberto, aprendizagem baseada em recursos, aprendizagem flexível, aprendizagem em rede, aprendizagem em linha/*on-line*) e recobre as subtis diferenças entre as possíveis modalidades de aprender por si próprio, as quais “decorrem mais de pormenores de organização e da instrumentação utilizada do que reais diferenças metodológicas”<sup>6</sup>.

A metodologia de ensino aberto e a distância pode ser caracterizada pela verificação das

---

<sup>4</sup> Cf. Andrew Molnar, *Computers in Education: A Brief History*, *T.H.E. Journal – Transforming Education through Technology* (1997), (disponível em: <http://thejournal.com/Articles/1997/06/01/Computers-in-Education-A-Brief-History.aspx?Page=2&p=1> - consultado em 05/11/2009); Paul Nicholson (2007), *History of e-learning: echoes of the pioneers*. *Computers and education: e-learning, from theory to practice*, (s/l.: Springer, 2007), 1–11.

<sup>5</sup> Cf. Karen Mantyla, *The 2000/2001 ASTD distance learning yearbook*. (New York: McGraw-Hill, 2001); José Machado, *E-learning em Portugal*. (Lisboa: LIDEL, 2001); Spiros Borotis et alii (2008), *Critical success factors for e-learning adoption*, *Handbook of research on instructional systems and technology*. (Vol. II, Hershey : Information Science, 2008), 498-513.

<sup>6</sup> Armando Rocha Trindade, *Educação e formação a distância, Desafios 2001/Challenges 2001*. *Actas da II Conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação*. (Braga: Centro de Competência Nónio Século XXI da Universidade do Minho, 2001), 55-63.

seguintes quatro condições: 1. a disponibilidade e acessibilidade de materiais de aprendizagem de alta qualidade científica e pedagógica, projectados para viabilizar e facilitar a auto-aprendizagem; 2. uma parte substancial da aprendizagem é realizada fora da sala de aula e sem a presença de um professor, permitindo-se, assim, uma gestão flexível do tempo e espaço do trabalho do estudante; 3. manutenção de uma relação institucional permanente entre a escola e os estudantes nela matriculados e por ela reconhecidos e integrados; 4. existência de mecanismos de apoio individualizado aos estudantes de modo a obviar problemas de aprendizagem e a garantir a eficiência e eficácia do processo de ensino-aprendizagem<sup>7</sup>.

A condição da acessibilidade dos materiais é crucial para a eficácia do método de ensino aberto e a distância. A distribuição por via postal de documentos em suporte de papel ou electrónico (como o CD-Rom, por exemplo) comporta sempre o risco de extravio; daí que, para se obviar estas dificuldades, muitas vezes se recorra aos canais de distribuição comercial (através de tabacarias, livrarias, etc.). A difusão de materiais em suporte áudio e vídeo através de antena terrestre, cabo ou satélite, em sinal codificado ou aberto, permite a gravação e confere maior eficácia ao processo de comunicação entre professores e estudantes. As redes informáticas (inter ou intra-redes) vieram abrir soluções mais fiáveis para este processo, “possibilitando a distribuição generalizada de todo o tipo de materiais de aprendizagem; e ainda o poder acrescentado de poderem viabilizar a interactividade e a comunicação bilateral”<sup>8</sup> entre os actores educativos.

O ensino a distância baseia-se fortemente nos canais ou *média* permitidos pelas tecnologias de comunicação. Cursos de formação (académica ou profissional) baseados em materiais impressos, difusão por tecnologias auditivas (como a rádio, o telefone, os registos fonográficos, os altifalantes e áudio-conferência<sup>9</sup>, transmissão por televisão<sup>10</sup>, vídeo interactivo, telecomunicações por satélite, correio electrónico, micro-computadores multimédia ou conferência por computador, entre outros, representam várias soluções tecnológicas que possibilitam a relação pedagógica a distância<sup>11</sup>. Importará, assim, considerar que o conhecimento e competência que os professores detêm para deslocalizar, transferir, integrar e operar com as soluções tecnológicas, de forma controlada do ponto de vista pedagógico, curricular e organizacional, é fundamental para a cabal compreensão da evolução do ensino a distância e do ensino presencial.

Se considerarmos a definição operatória acima apresentada, poderemos situar o início do ensino a distância em meados do século XIX. Em 1843, Isaac Pitman lança a rede dos *Correspondence Colleges*, a partir de Bath, Reino Unido, criando os primeiros cursos por correspondência do mundo (destinados a homens e orientados para o ensino de técnicas e conteúdos de trabalho em escritórios, como, por exemplo, a estenografia ou taquigrafia). Este modelo de ensino por correspondência será replicado um pouco por todo mundo ocidental e para várias modalidades e níveis de ensino: em 1856, é criada, em Berlim, por Charles Toussaint e Gustav Langenscheidt, a primeira escola de línguas por correspondência; em 1891, Thomas Foster implementa o *International Correspondence Institute* em Scranton, Pensilvânia, Estados Unidos da América (EUA); em 1892, a Universidade de Chicago cria um departamento de ensino por correspondência a nível do ensino superior; em 1894/95, são iniciados os cursos de ensino a dis-

<sup>7</sup> cf. *ibidem*, 56-57.

<sup>8</sup> *Idem*, 59.

<sup>9</sup> Ann E. Barron, *Auditory instruction, Handbook of research on educational communications and technology* (2ª ed., Mahwah/ New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2004), 949-955.

<sup>10</sup> Cf. Barbara Seels et alii, *Research on learning from television*, “Handbook of research on educational communications and technology” (2ª ed., Mahwah/New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2004), 249-334.

<sup>11</sup> Cf. Charlotte N. Gunawardena; Marina S. McIsaac, *Distance education*, “Handbook of research on educational communications and technology” (2ª ed., Mahwah/New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2004), 355-395.

tância da escola Wosley Hall, em Oxford, Reino Unido; e em 1899, é criado o *Instituto Hermod*, em Malmö, Suécia, orientado para a educação escolar regular<sup>12</sup>.

Estes projectos pioneiros de ensino a distância visaram, como ainda hoje, vencer problemas de isolamento, mobilidade e/ou empregabilidade dos estudantes e de acessibilidade ao conhecimento, com recurso a um dos mais desenvolvidos meios de comunicação de massa à época: a via postal.

O sucesso dos cursos por correspondência, apoiados em materiais impressos, levará à criação de uma organização internacional em 1938, a ICCE – *International Council for Correspondence Education*. Esta organização mudará a sua designação em 1982 para ICDE - *International Council for Distance Education*<sup>13</sup>, reflectindo os desenvolvimentos verificados no domínio do ensino a distância, especialmente com o advento das tecnologias de comunicação de base electrónica (alguns dos quais bidireccionais), como a rádio, a televisão (por antena terrestre, satélite ou por cabo), a televisão educativa interactiva, as gravações áudio e/ou vídeo e a teleconferência - desde o sistema da conferência audiovisual, desenvolvida na segunda metade dos anos de 1980, até ao sistema de conferência mediado por um computador pessoal multimédia<sup>14</sup>.

Em Portugal, os primeiros cursos por correspondência datam de meados do século XX. Estes cursos versaram sobre matérias técnicas, orientando-se, por isso, para as qualificações de nível elementar ou intermédia, e foram organizados por instituições como o Instituto Português de Contabilidade, em 1947, a Eurorádio – Ensino e Comércio de Electrónica, em 1960, o CETOP – Centro de Ensino Técnico e Profissional a Distância, em 1965<sup>15</sup>, e ainda, sem identificação de data, o *Centro de Estudos por Correspondência*, a *Escola Comercial Portuguesa por Correspondência*, a *Escola Lusitana de Ensino por Correspondência* e o *Instituto de Estudos por Correspondência*<sup>16</sup>.

O desenvolvimento da rádio, durante a I Grande Guerra, e da televisão a partir da década de 1950 permitiram que o ensino a distância, realizado fora das salas de aula tradicionais, encontrasse novas formas de difusão. O processo de massificação das modalidades de tele-educação, apoiada no desenvolvimento nos meios de comunicação de massas (rádio, a televisão e os leitores de registo áudio, entre outros) registado a partir da década de 1960, levou alguns autores a significar este movimento através do conceito de “escola paralela”<sup>17</sup>. Nesta década foi implementado, em Portugal, o curso preparatório da Telescola, orientado para os dois primeiros graus curriculares do ensino secundário, com o objectivo de tentar reduzir alguns dos atrasos educacionais de que o país sofria, através da abertura de postos de recepção em áreas rurais e periféricas das grandes cidades, no quadro do aumento da escolaridade obrigatória de 4 para 6 anos para a geração de alunos entrados para a então 1ª classe do ensino primário a partir de 1964/65<sup>18</sup>.

A década de 1960 marcará ainda, no plano internacional, o início sustentado da implementação da metodologia de ensino a distância a nível do ensino superior. Esta nova conjuntura da formação superior a distância é iniciada pela Universidade da África do Sul (UNISA), no ano de 1946, com cursos de formação de professores. Seguiu-se-lhe a primeira escola estatal de ensi-

<sup>12</sup> Cf. Arnaldo Santos, *Ensino a distância & tecnologias de informação. E-learning*. (Lisboa: LIDEL, 2000), 7-8.

<sup>13</sup> Cf. Armando Rocha Trindade, *Distance education for Europe; terms of reference for a European distance education structure*. (Lisboa: Universidade Aberta, 1992), 17-19.

<sup>14</sup> Cf. Charlotte N. Gunawardena; Marina S. Mcisaac, *Distance education*, 365-369.

<sup>15</sup> Cf. Hermano D. A. Carmo, *Ensino superior a distância* (2 vols., Lisboa: Universidade Aberta, 1997), 641.

<sup>16</sup> Cf. Arnaldo Santos, *Ensino a distância & tecnologias de informação*, 43.

<sup>17</sup> Cf. Louis Porcher, *A escola paralela*. (Lisboa: Livros Horizonte, 1977).

<sup>18</sup> Cf. Luís Grosso Correia, *Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação. O sistema educativo no Estado Novo*, “Ler História”, (nº 35, Lisboa: ISCTE, 1998), 81-82.

no por correspondência, fundada na Noruega em 1948, orientada para a formação em Direito. No entanto, o marco mais significativo do processo de institucionalização do ensino superior a distância foi a criação da *Open University*, no Reino Unido, em 1969, por plasmar um modelo de escola autónoma, concebida de raiz para prestar serviços educativos abertos e a distância em várias valências científicas<sup>19</sup>, por utilizar tecnologias suplementares aos tradicionais materiais impressos e por desenvolver investigação sobre o ensino a distância<sup>20</sup>. Seguiu-se-lhe a criação da *UNED – Universidad Nacional de Educación a Distancia*, em Espanha (1972), a *FernUniversitat*, na então República Federal da Alemanha (1974)<sup>21</sup>.

A análise internacional sobre o estado de desenvolvimento das instituições de ensino a distância na segunda metade da década de 1980<sup>22</sup>, demonstra que o modelo está bastante difundido por diversos países, especialmente nas regiões europeia e norte-americana (Quadro 1).

**Quadro 1.** Distribuição, por continente, das instituições de ensino e formação a distância(1984-1989)<sup>23</sup>

Continente	Países		Instituições IEFD		IEFDES %
	n	%	n	%	
África	24	24	43	5	5,1
América do Norte	2	2	203	26	27,0
América Latina	22	22	77	9	16,9
Ásia	22	22	106	13	10,7
Europa	25	25	336	41	28,1
Oceânia	4	5	50	6	11,2
Org. Transnacionais	-	-	2	-	1,1
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>100</b>	<b>817</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Legenda:**

IEFD - Instituições de ensino e formação a distância.

IEFDES - Instituições de ensino e formação a distância com valência de ensino superior.

Importa ainda relevar, entre os resultados apresentados, o facto de, a nível mundial, a organização do ensino superior a distância assentar em dois modelos dominantes: o modelo departamental (que representava 59%) e o modelo autónomo (41%). Curiosamente, segundo uma análise da distribuição geográfico-política diferenciada, o significado do modelo autónomo (instituição criada de raiz com a missão específica de ensino a distância) levaria a uma revisão dos valores apresentados na última coluna, a saber: África (63%), Europa (56%), América Latina

<sup>19</sup> Cf. Hermano D. A. Carmo, *Ensino superior a distância*, 201.

<sup>20</sup> Cf. Charlotte N. Gunawardena; Marina S. McIsaac, *Distance education*, 358-359.

<sup>21</sup> Cf. Armando Rocha Trindade, *Distance education for Europe; terms of reference for a European distance education structure*, 17-19.

<sup>22</sup> Cf. Hermano D. A. Carmo, *Ensino superior a distância*, 195-200.

<sup>23</sup> Fonte: *Ibidem*, 196-200.

(37%), América do Norte (29%), Ásia (24%) e Oceânia (23%) – cf. *idem*, 201-202.

O ensino a distância tem observado um crescimento acelerado desde a década de 1980. Evoluiu de um ensino por correspondência, apoiado em materiais impressos, até a um movimento à escala mundial, utilizando várias tecnologias de informação e comunicação. As finalidades do ensino a distância, enquanto alternativa ao ensino presencial, têm-se orientado para cursos de graduação (básica, secundária ou superior), para programas de alfabetização nos países em vias de desenvolvimento, para a formação profissional com vista a apoiar o crescimento económico e para enriquecimento curricular fora de contextos formais de aprendizagem.

Em estudo organizado pela UNESCO em 2002, o grupo dos países mais populosos do planeta (China, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Bangladesh, Brasil e Egípto), enfrentava ainda sérias dificuldades financeiras para desenvolver as suas estruturas de educação superior a distância. Estes países só conseguiriam desenvolver estruturas de ensino a distância (apoiadas por tecnologias de comunicação mais tradicionais ou, quando possível, por *e-learning*) com os apoios facultados por instituições internacionais, como a UNESCO, o Banco Mundial, a Comissão Europeia, organizações não-governamentais (como o *International Council for Open and Distance Education*, por exemplo), bancos para o desenvolvimento regional, apoios públicos e privados e colaboração de instituições ligadas ao ensino a distância (como o CIFFAD – *International Francophone Consortium of Distance and Open Learning Institutions*, para os países francófonos, ou o DEC – *Distance Education Council*, ligado à *Open University* do Reino Unido, entre outros). A particular atenção dada a este grupo de países (também designado por E-9) resulta do facto de eles funcionarem como um laboratório para a implementação de medidas e modelos de ensino a distância que, em função dos resultados positivos alcançados a nível social e económico, podem ser otimizados no interior desses mesmos países e replicados entre os países vizinhos<sup>24</sup>.

O relatório da Unesco de 2002 tem ainda o condão de chamar a atenção para o facto de nem sempre existir uma equação universal para a relação custo-eficiência do ensino a distância na modalidade de *e-learning* baseado na *Internet*. De uma forma global, esta modalidade de ensino é mais barata que a do ensino presencial. Mas, nos países ditos em vias de desenvolvimento, quando são ponderados os custos com infra-estruturas de telecomunicações, *hardware*, *software*, consumíveis, formação de professores, cursos e programas curriculares adequados, entre outros, necessários para uma aprendizagem electrónica a distância, o investimento por estudante (calculado à hora) é superior ao preço do ensino presencial, sobretudo quando os salários dos docentes são relativamente baixos, a dispersão dos recursos discentes por diferentes áreas do conhecimento é assinalável e o número de estudantes relativamente reduzido. O ensino a distância em linha é, assim, nestes países, muito mais caro do que as outras formas de difusão de ensino a distância e/ou aberto<sup>25</sup>.

Na década de 1980, é lançada em Portugal uma instituição autónoma com a finalidade específica de ensino superior a distância: a Universidade Aberta (1988). Esta Universidade detinha, em 1999, 31 cursos, com 375 disciplinas e 12 mil alunos oriundos de 25 países diferentes<sup>26</sup>. A

---

<sup>24</sup> Este estudo da UNESCO é bastante elucidativo sobre a evolução, resultados obtidos e as condições tecnológico-financeiras do ensino a distância nas diferentes regiões do mundo (América Latina, África sub-saariana, Ásia, entre outras) e em alguns países. O estudo consegue desagregar a sua análise até uma escala mais reduzida, como é o caso especial de Hong-Kong, antigo protectorado britânico, com o seu ensino a distância dominado por programas *off-shore*, adquiridos a instituições britânicas (288 cursos ou 57%), da Austrália (157 ou 31%), EUA (7%) e China (4%). Cf. UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), *Open and distance learning: trends, policy and strategy considerations* (Paris: UNESCO/Division of Higher Education, 2002), 40-42 e 49.

<sup>25</sup> Cf. *Ibidem*, 70-78.

<sup>26</sup> Cf. Arnaldo Santos, *Ensino a distância & tecnologias de informação*, 43; Bento Duarte da Silva, *O peso da tecnologia educativa na organização escolar e curricular: um estudo da escola liceal/secundária em Portugal (1836-2000)*, Tecnologia em educação: estudos e investigações. (Lisboa: Secção Portuguesa da AFIRSE, 2001), 244.

Universidade Aberta (UAb) reunia, em 2000, três regimes de ensino: o ensino presencial, o *e-learning* (totalmente em linha) e o ensino combinado entre os dois regimes anteriores (também designado por *blended-learning* ou *b-learning*). A UAb afirma ser a pioneira do *e-learning* a nível do ensino superior em Portugal, e de, no lectivo de 2008-2009, ser a primeira universidade pública portuguesa a funcionar com todos os seus cursos de licenciatura e mestrado em regime de *e-learning*. Trata-se, assim, de uma instituição de referência quando se fala de ensino a distância e, mais concretamente, de e-learning em Portugal devido à especificidade da sua missão<sup>27</sup>, à metodologia de trabalho curricular e aos resultados que já produziu ao longo da sua actividade, a saber: cerca de 3.500 horas de produções audiovisuais; 6.000 horas de emissões televisivas; graduação de cerca de 9.000 licenciados; 1.000 graus de mestre atribuídos; e 100 graus de doutor distribuídos entre os estudantes espalhados por 33 países.

A irrupção das tecnologias de informação e comunicação (TIC), apoiadas por redes (*inter ou intranet*) de comunicação, representa, no quadro da evolução histórica do ensino a distância, um salto qualitativo e uma oportunidade para as instituições tradicionais do ensino superior português desenvolverem projectos deste tipo de ensino. O relatório construído pelo painel de avaliação do ensino a distância em Portugal, a partir de um estudo prévio realizado pela UAb, e dado a conhecer em Junho de 2009, refere que o novo regime jurídico das instituições de ensino superior, aprovado pela Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro, implicaria a posterior regulamentação do ensino a distância (situação que ainda estava por definir em finais de 2009). Um dos aspectos relevantes do relatório é a referência ao facto de várias instituições de ensino superior, entre elas as universidades de Aveiro, Beira Interior, Coimbra, Lisboa, Minho, Porto, e os institutos Politécnico de Leiria e Superior de Gestão Bancária, estarem, desde há alguns anos, a desenvolver projectos de ensino a distância em regime de *b-learning*, particularmente nas áreas de conhecimento de Engenharia e Tecnologias e de Medicina<sup>28</sup>. Assim, afigura-se plausível que, no quadro de uma conjuntura de maior procura do ensino superior, de estagnação do investimento público e da tentativa de manutenção de elevados padrões de qualidade pedagógica e científica, que o crescimento da modalidade de ensino superior a distância venha a ser animado pelas instituições criadas de raiz para esse efeito e por escolas ou departamentos das instituições tradicionais.

O ensino superior, especialmente nas suas finalidades investigativas e de criação de conhecimento, configura um contexto educativo orientado para a inovação e desenvolvimento de modelos cibernéticos, adaptativos e auto-regulados. O múnus profissional do académico enquanto investigador é caracterizado por: 1. formação completa, competente e comprometida com um programa de estudos; 2. elevado reconhecimento na sua área de especialização; 3. licença para exercer, investigar e orientar outras pessoas nessa área; 4. acrescentar conhecimento, num processo cumulativo e contínuo, em cima do conhecimento já construído por outros e integrar novos trabalhos; 5. orientar trabalhos de acordo com os protocolos e padrões de evidência definidos pela comunidade científica; 6. trabalho colaborativo em equipas de pares; 7. pesquisa constante de conteúdos e metodologias para a reconceptualização do seu campo de conhecimento; 8. divulgação de resultados pelos pares/avaliadores e para utilização de outros<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> Os cursos da UAb, ao contrário das restantes universidades públicas portuguesas, não entram no concurso nacional, não têm *numerus clausus*, e são orientados para um público-alvo de faixa etária mais avançada que, por várias razões, não pôde concluir estudos secundários (no caso dos maiores de 23 anos de idade) ou que deseje reconverter ou actualizar a sua formação (cf. sítio oficial da Universidade Aberta, disponível em <http://www.univ-ab.pt/>, consultado em 02.11.2009).

<sup>28</sup> Carlos Bielschowsky, et alii, *Reforming distance learning higher education in Portugal - Panel report prepared for Ministry of Science, Technology and Higher Education* (Portugal, 2009), 5-6, (disponível em: [http://www.univ-ab.pt/pdf/news/panel\\_report.pdf](http://www.univ-ab.pt/pdf/news/panel_report.pdf) - consultado em 08.11.2009).

<sup>29</sup> Cf. Diana Laurillard, *E-Learning in higher education*, "Changing higher education: the development of learning and teaching" (Oxon: Routledge, 2005), 75.



Confirmando-se, assim, os princípios de uma aprendizagem activa e ao longo da vida.

O ensino a distância, orientando-se tradicionalmente para estudantes de franjas etárias mais elevadas, obrigará a recolocar, conceber e combinar no processo de ensino-aprendizagem princípios do modelo pedagógico (no qual a relação é mais hetero-estruturada e controlada externamente ao estudante) e do modelo andragógico (mais autónomo, centrado e orientado pelos interesses do estudante). Assim, somos levados ao conceito de aprendizagem centrada sobre o estudante, o qual, na versão andragógica, poderá ser interpretado a partir dos princípios definidos por Malcolm Knowles a partir da década de 1930: os adultos necessitam de conhecer a razão para aprender algo; a experiência e a aquisição de competências com relevância imediata para a sua formação, profissão ou vida pessoal, fornecem a base das actividades de aprendizagem; o envolvimento dos adultos no planeamento e avaliação das actividades pedagógicas e curriculares é crucial para a auto-responsabilização e consciencialização sobre a formação a desenvolver; a aprendizagem dos adultos é mais centrada em problemas do que orientada por conteúdos<sup>30</sup>.

Desde o ensino por correspondência, olhado com alguma reserva pelas elites sociais e académicas devido ao seu marcado cariz profissionalizante, até ao *e-learning*, encarado como uma tecnologia comunicacional e/ou metodologia pedagógica que, hoje em dia, envolve professores e estudantes de todos os níveis de educação escolar (primário, secundário e terciário) e modalidades de educação extra-escolar (de carácter profissionalizante, por exemplo), o ensino a distância tenta encurtar a fronteira que o separa dos contextos e metodologias de trabalho pedagógico e escolar característicos do modelo escolar tradicional ou presencial. Um assinalável salto qualitativo no processo de expansão do ensino a distância será registado nas últimas décadas do século XX com o desenvolvimento e generalização progressiva da *Internet*. As redes informáticas interactivas vão permitir que o ensino a distância ultrapasse uma das limitações que lhe é regularmente apontada: a impossibilidade de os estudantes comunicarem entre si e com o professor em tempo real. A partir da introdução da *Internet* no ensino a distância, as condições de comunicação entre os actores educativos passaram a ser possíveis tanto de uma forma assíncrona (através de correio electrónico, fóruns, entre outros) como síncrona (em linha, através de fóruns de conversação directa por mensagens escritas, de videoconferência, entre outros). Deste modo, torna-se tecnologicamente viável que os estudantes possam ser mais facilmente acompanhados e orientados em regime tutorial, trabalhar em conjunto com os outros colegas na resolução de problemas e partilhar experiências. As tecnologias de informação e comunicação de finais do século XX colocaram estudantes em contacto directo e eliminaram as fronteiras de tempo e de espaço para as metodologias de trabalho escolar presencial ou a distância<sup>31</sup>.

## 2. Tecnologia educativa

Armando da Rocha Trindade contava<sup>32</sup>, com um certo humor, que a educação a distância é a filha legítima do casamento feliz entre a metodologia de ensino programado e o sistema de comunicação de massas. Se em relação à segunda das partes não existem dúvidas, já em relação ao ensino programado importa esclarecer a sua metodologia específica. O ensino programado é baseado na psicologia condutista/behaviorista desenvolvida por Burrhus F. Skinner (baseada na

<sup>30</sup> Cf. Armando Rocha Trindade, *Distance education for Europe; terms of reference for a European distance education structure*, 23-25.

<sup>31</sup> Cf. Charlotte N. Gunawardena; Marina S. McIsaac, *Distance education*, 355-358.

<sup>32</sup> Cf. Armando Rocha Trindade, *Distance education for Europe; terms of reference for a European distance education structure*, 28.

associação estímulo/resposta e no controlo e regulação do reforço do estímulo) e tenta replicar, em contexto educacional, algumas técnicas oriundas da indústria: definição de objectivos, análise de tarefas, avaliação de desempenho e processamento de informação<sup>33</sup>.

No final da década de 1960, o ensino programado começa a estender-se a diferentes *média*, situações e contextos educacionais, numa tentativa de transcender a sua especificidade de metodologia de aprendizagem. A intenção não era somente a generalização do ensino programado em si mesmo, mas também a generalização dos princípios que a sustentam e o seu espírito. Quando esses princípios foram difundidos, os programadores iniciaram a designada tecnologia educativa<sup>34</sup>.

Tecnologia educativa é um conceito polissémico devido, por um lado, à especificidade da sua identidade epistemológica e metodológica no quadro das ciências da educação e, por outro, à sua juventude como área de conhecimento e aos conceitos que concorrem para a sua definição, como por exemplo: globalidade, complexidade, pluralidade, diversidade, multidimensionalidade, amplitude e ambiguidade<sup>35</sup>. O conceito de tecnologia educativa foi fixado, em 1977, nos Estados Unidos da América (EUA), pela *Association for Educational Communications Technology* (AECT) e definido nos seguintes termos: “processo complexo e integrado envolvendo pessoas, processos, ideais, divisas e uma organização, destinada a analisar problemas e formas de conceber, implementar, avaliar e gerir soluções para as questões relacionados com a aprendizagem humana”<sup>36</sup>. Não obstante o facto de a sua definição ter sido fixada na década de 1970, a tecnologia sempre esteve presente no terreno educativo: seja na sua versão instrumental (*hardware*), como o livro/manual escolar ou o micro-computador, seja ela na versão conceptual e simbólica (*software*), como a estruturação, planificação, execução, avaliação e regulação de uma intervenção educativa (curso, unidade curricular, aula, por exemplo), seja ela na versão organizacional, logística e gestonária da própria instituição escolar (*underware*).

No quadro do presente trabalho, adoptaremos a definição de tecnologia educativa proposta por Bento Silva: “forma sistémica de conceber, realizar e avaliar os processos de ensino-aprendizagem em função do recurso a sistemas tecnológicos de informação e comunicação”<sup>37</sup>. Esta definição é-nos mais operatória, mercê de estar próxima da *praxis* educativa, comportar a dimensão mais instrumental do conceito de tecnologia educativa e colocar em evidência o papel dos elementos que intervêm no trabalho escolar: professores, alunos, conhecimento, recursos, métodos e técnicas. Neste nível de concepção da tecnologia educativa, a tónica é colocada nas funções de emissão-recepção de conhecimentos e competências junto dos destinatários ou grupo-alvo (os estudantes), podendo associar-se a diversos conceitos como aprendizagem áudio-visual, recursos didácticos, multimédia interactiva, sistemas integrados de aprendizagem, educação assistida por computador, entre outros<sup>38</sup>.

<sup>33</sup> A génese do ensino programado é atribuída a B. F. Skinner que, tomando como ponto de partida os fracos resultados obtidos nos EUA à disciplina de Matemática no nível de ensino básico, empreende, a partir de 1954, uma série de conferências e reflexões sobre como obviar as incompetências curriculares, a ansiedade, incertezas e apreensões dos estudantes em meio escolar. Skinner estava, assim, interessado em dotar o sistema educativo de tecnologias educativas que permitissem passar de finalidades vagas (educação para a democracia, desenvolvimento integral do aluno, educação para a vida, etc.) para a consecução de capacidades necessárias ao desempenho escolar eficiente e eficaz, tendo chegado a conceber máquinas de ensino (*teaching machines*). Ao considerar que a “educação é talvez o mais importante ramo da tecnologia científica”, Skinner originaria uma pequena revolução no campo educacional ao colocar em evidência a necessidade dos processos de programação e de tecnologia em meio educativo à luz de uma abordagem integradora.

<sup>34</sup> Cf. *Ibidem*, 29.

<sup>35</sup> Clara M. G. F. Pereira Coutinho, *Percursos da investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. Uma abordagem temática e metodológica a publicações científicas* (1985-2000). (Braga: Universidade do Minho/Centro de Investigação em Educação, 2005), 242.

<sup>36</sup> Cf. *Ibidem*, 240.

<sup>37</sup> Bento Duarte da Silva, *O peso da tecnologia educativa na organização escolar e curricular: um estudo da escola liceal/secundária em Portugal* (1836-2000), 237.

<sup>38</sup> Tecnologia educativa poderá ainda referir-se a quatro outros níveis ou escalas de investigação e intervenção, a saber: 1. Problematização teórica (especialmente em torno das três correntes mais marcantes do fenómeno da aprendizagem – condutismo/

Neste quadro, poder-se-á fazer remontar a origem da utilização sistemática da tecnologia educativa, apoiada em meios electrónicos (*e-learning*), ao exército dos EUA durante a II Guerra Mundial. A necessidade de os EUA formarem os seus milhares de efectivos mobilizados para a guerra em curto tempo e o facto de os homens mobilizados estarem espalhados por todo o mundo, obrigou as autoridades militares a considerarem outras soluções para a preparação das tropas para além do treino de campo. Desta forma, a solução encontrada reuniu contributos das instituições escolares e da indústria cinematográfica de Hollywood: o filme de formação militar. Os filmes produzidos, com a sua ampla distribuição, constituíram um enorme sucesso em virtude de recobrir todos os conteúdos da formação, inicial e avançada, das tropas desde a higiene pessoal até à manutenção do armamento<sup>39</sup>.

A II Guerra Mundial, período de grande expansão na investigação militar e industrial, como confirmaremos mais adiante, marcará a confluência das tecnologias audiovisual e educativa. Desde então, os sistemas educativos tomaram de empréstimo os avanços verificados nas áreas de rádio, filme e televisão, no quadro do incremento tecnológico verificado no período após a guerra. A disciplina de tecnologia educativa, tal como acima foi definida, desponta, assim, nos EUA após a II Guerra Mundial, sob a designação de instrução tecnológica (*instructional technology*) e a sua evolução é marcada, ao longo da década de 1950, pelo conhecimento académico disponível para a gestão do processo de ensino-aprendizagem: as teorias comportamentalistas ou behavioristas<sup>40</sup>, as teorias cognitivas, o ensino programado, entre outros.

A II Guerra Mundial acelerou o processo de investigação e intervenção em meio educativo com recurso às tecnologias electrónicas de comunicação que vinham a ser ensaiadas desde a segunda década do século XX. Se considerarmos, com Ann Barron, a evolução das tecnologias auditivas estudadas e aplicadas no contexto escolar dos EUA a partir do primeiro equipamento a utilizar tecnologia electrónica (o receptor de rádio com a invenção do tubo de amplificação electrónica inventado em 1906), poderemos identificar o alinhamento cronológico a seguir apresentado. As primeiras emissões da rádio educacional ou das “*escolas do ar*” sucedem nas universidades de Iowa (1911) e de Wisconsin (1919) e na *Ohio School of the Air* (1929). As primeiras aplicações de ensino através do telefone foram realizadas nas décadas de 1930 e 1940, verificando-se o ponto mais alto da sua utilização durante a década de 1970. As gravações fonográficas começaram a ser experimentadas em meio educacional, a partir de 1934, com o objectivo de avaliar a sua eficiência, em termos de resultados de aprendizagem, face aos materiais impressos. Assim, os altifalantes foram testados em contexto escolar, a partir de

behaviorismo, cognitivismo e construtivismo), inclusão em sistemas mais complexos e resolução de problemas educativos. 2. Num nível superior, as funções de gestão, avaliação e regulação dos *curricula*, aqui considerados numa perspectiva integradora da teoria e da *praxis* educativas (sem colocar de parte, para além dos aspectos técnico-pedagógicos, os factores políticos, sociais, culturais, entre outros). 3. A integração dos três níveis anteriores (intervenção didáctica; reflexão e problematização teórica e resolução de problemas educativos; gestão, avaliação e regulação de *curricula*) consolida o campo de conhecimento da tecnologia educativa: mescla de conhecimentos oriundos de diferentes áreas do saber e de competências que visam a optimização do processo educativo, seja a nível dos seus equipamentos, métodos e estruturas organizativas. 4. A tecnologia educativa como área de conhecimento e de intervenção conta com mais de 50 anos e com um conjunto de investigadores profissionais que se distribuem por ramos de actividade terciária ligada à educação e à formação em contextos institucionais, militares, industriais e comerciais. Cf. Clara M. G. F. Pereira Coutinho, *Percursos da investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. Uma abordagem temática e metodológica a publicações científicas* (1985-2000), 249-253.

<sup>39</sup> Cf. Marc J. Rosenberg, *E-learning strategies for delivering knowledge in digital age*. (New York: McGraw-Hill, 2001), 20-21.

<sup>40</sup> As teorias behavioristas baseiam-se no princípio axial de que existe uma ligação predizível e segura entre um estímulo e a resposta que ele produz no estudante. Limitar-se-iam, assim, a estabelecer um caderno prescritivo dos estímulos a utilizar para se alcançar a resposta desejada. Este facto histórico, da ligação apertada entre TE e as teorias behavioristas, é, segundo William Winn, fortuito. A tecnologia educativa poderia ser enquadrada pelas teorias sob influência da *Gestalt* ou das teorias cognitivas (cf. William Winn, *Cognitive perspectives in Psychology*, “Handbook of research on educational communications and technology” (2ª ed., Mahwah/New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates 2004), 79-112.), dado que, se o seu propósito é de desenvolver ou otimizar a prática educativa, através da sua configuração ou *design*, então pode ser entendida no seu perfil mais baixo: metodologia de intervenção sistemática, disciplinada e racional que não dispõe de conteúdo teórico ou filosófico próprio.

1937, através de estudos comparativos entre a qualidade das aprendizagens realizadas face a um orador/professor presencial ou face a um conjunto de colunas de som. O recurso a filmes falados (após 1927) e à televisão (invenção das câmaras em 1923 e início de emissões televisivas, nos EUA, a partir de 1930, e ampla utilização doméstica a partir da década de 1950), representam ainda alguns estudos de comparação da qualidade das aprendizagens face ao ensino presencial, especialmente ao longo da década de 1960. A tecnologia das gravações áudio, desenvolvida a partir de finais da década de 1950, evoluiu desde as bobines ao disco compacto, passando pelos cartuchos e pelas cassetes, e registou um impacto significativo no campo educativo devido à versatilidade demonstrada a nível de rebobinagem da fita e reutilização dos conteúdos, à sua portabilidade (na sala de aula, em casa, no trabalho, no automóvel) e ainda às taxas de sucesso escolar alcançadas. A audioconferência, a solo ou combinada com imagem ou dados, tornou-se possível através de equipamentos, como o telefax, por exemplo, conectados à tradicional rede telefónica. A partir de meados da década de 1960, a evolução das tecnologias de *streaming* (fluxo de dados multimédia) e da compressão de algoritmos tornou a informação áudio mais sofisticada, comum e interactiva nos computadores pessoais, permitindo, mais tarde, a sua distribuição e manipulação através da *Web*<sup>41</sup>.

A expansão do conhecimento e utilização da tecnologia educativa é, assim, enquadrada, a nível de equipamentos, pelo avanço da electrónica, desde início do século XX (aparecimento da rádio, televisão, leitores e gravadores áudio-visuais, projectores vários, e, mais tarde, o computador, as redes informáticas), e, a nível dos princípios orientadores, pela aplicação ao campo da educação de um paradigma tecnológico-productivo, que se manifesta a nível da arquitectura e finalidades dos sistemas educativos, dos curricula, dos programas de estudo, das metodologias de ensino e aprendizagem, acabando por materializar-se nos *sempre novos e renovados objectos técnicos* utilizados em sala de aula ou no ensino a distância.

Um outro período-chave para se compreender o contexto da afirmação da tecnologia educativa, como disciplina do conhecimento educacional, é aberto, em Dezembro de 1957, pelo sucesso do lançamento do *Sputnik*, o primeiro satélite artificial, pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no contexto da *Guerra Fria*. Um dos impactos deste facto foi a mudança de orientação das políticas educativas dos EUA e seus aliados nos anos subsequentes, passando a actividade educativa a ser considerada como uma *indústria*. Conceitos como capital humano, método de previsão de mão-de-obra, planificação educativa, modelos matemáticos para a planificação educativa, migração internacional das competências humanas, produtividade e eficiência da educação, o financiamento da educação, são lançados ou refinados pelos estudos educacionais desenvolvidos ao longo da década de 1960<sup>42</sup>. Como mais adiante documentaremos, um outro efeito gerado pelo *Sputnik* foi o lançamento da agência de investigação militar nos EUA que estará na origem da construção da rede das redes de informação automática: a *Internet*.

### 3. Computadores, Internet e Web em educação

A competição pela supremacia tecnológica denotada pelos estados beligerantes durante a II Guerra Mundial levará à criação de equipas multidisciplinares e proporcionará as condições

---

<sup>41</sup> Ann E. BARRON, *Auditory instruction*, "Handbook of research on educational communications and technology" (2ª ed., Mahwah/New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2004), 950-954.

<sup>42</sup> Cf. Luís Grosso Correia, *Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação*.

necessárias para que, do ponto de vista técnico-científico, “uma multidão de ideais, de teorias e de objectos técnicos fosse muito rapidamente desviada, reinterpretada, capturada para fins diversos e por uma multiplicidade de autores”<sup>43</sup>. As soluções electro-mecânicas e electrónicas que então foram ensaiadas e construídas com vista a acelerar o cálculo automático – capaz de apoiar, por exemplo, a programação fiável e rigorosa das trajectórias das armas de balística pesada produzidas pelos EUA<sup>44</sup>, a construção de bombas voadoras (na Alemanha, com base nos trabalhos de Konrad Zuzze) e a decifração de mensagens alemãs para prevenir ataques aéreos e submarinos ao Reino Unido<sup>45</sup> - irão, no “termo de uma cascata de desvios e de reinterpretações de materiais heterogéneos e de dispositivos diversos, de uma sucessão aleatória de ocasiões e de circunstâncias locais, exploradas bem ou mal por uma multiplicidade de actores”, desembocar numa máquina universal concreta, quase nunca visionada como tal, e finalizada em 1946: o computador<sup>46</sup>.

O *Electronic Numerical Integrator and Computer* (ENIAC) foi um projecto desenvolvido pelo Ballistic Research Laboratory (BRL) do Exército dos EUA, em conjunto com a Moore School da Universidade da Pensilvânia, a partir de 1942, com a missão inicial de apenas realizar cálculos balísticos. Porém, no decurso da sua construção, como um tipo de calculadora universal, os planos originais do ENIAC foram reorientados e otimizados para o desenvolvimento de um outro projecto de máquina de cálculo electrónico universal e fácil de programar: o *Electronic Discrete Variable Automatic Computer* (EDVAC). A equipa da BRL e da Moore School (John Eckert, John Presper Mauchly e Hermann Godstine) avançaram paralelamente para este segundo projecto após a entrada de Joseph von Neumann como consultor do projecto ENIAC, em 1944. O ENIAC foi finalizado em 1946, após o final da II Guerra Mundial, não tendo, por isso, cumprido a missão para a qual foi concebido. Com 19.000 tubos de vácuo interconectados segundo um plano labiríntico, a codificação dos números em decimal unário e uma programação complicada e morosa à base de fichas de cabos operadas manualmente, o ENIAC é considerado por vários autores o primeiro computador da história da inventiva humana<sup>47</sup>. O EDVAC, finalizado em 1951 no *Institute of Advanced Studies* da Universidade de Princeton, EUA, por von Neumann e Goldstine, poderá ser considerado o primeiro computador moderno mercê da arquitectura que lhe foi aplicada pelo matemático de origem húngara a partir de dois princípios fundamentais: sequencialidade e programa gravado. Os planos de von Neumann para a construção e programação do EDVAC foram apresentados em conferências académicas e cursos ministrados em universidades norte-americanas após o final da II Guerra Mundial. Composto por uma unidade aritmética (encarregada de efectuar os cálculos, utilizando uma codificação binária decimal e com um mínimo de elementos de comutação – a fim de multiplicar a velocidade do relógio interno), memória (dotada de programas e dados), órgãos de entrada e de saída (que geravam as comunicações com o seu meio ambiente) e unidade de controlo (garante da execução dos programas e comunicações entre os diferentes órgãos da máquina), o EDVAC marcará a arquitectura dos computadores que lhe sucederam, na qual a componente *software* é preponderante. Os avanços verificados no interior da própria electrónica, desde os tubos de

<sup>43</sup> Pierre Lévy, *A invenção do computador*, “Elementos para uma História das Ciências”, (Lisboa: Terramar, 1996), 159.

<sup>44</sup> No caso dos EUA o laboratório de investigação balística do Exército desenvolveu soluções programáticas em colaboração com a *Moore School of Electrical Engineering* da Universidade da Pensilvânia, sob a liderança de John von Neumann, matemático de origem húngara, a partir de 1944.

<sup>45</sup> Com uma equipa liderada pelo matemático Alan Turing e constituída por cerca de 10.000 pessoas, entre elas numerosos linguistas, matemáticos, físicos e engenheiros, foi construída a série das super-calculadoras *Colossus*, arma secreta electrónica utilizada a partir de 1943 e mantida em segredo durante 30 anos. Esta máquina foi a primeira calculadora electrónica do mundo.

<sup>46</sup> *Ibidem*, 181.

<sup>47</sup> *Idem*; Andrew Molnar, *Computers in Education: A Brief History*, *T.H.E. Journal – Transforming Education through Technology* (1997), (consultado em 05/11/2009).

vácuo, passando pelo transistor, até ao circuito impresso, poderão pautar cronologicamente, entre outros factores (*software*, dispositivos de comunicação homem-máquina, micro-processadores, linguagem de programação, investimento privado na indústria informática, por exemplo), o ritmo da progressão linear dos computadores para uma assinalável redução do seu tamanho físico<sup>48</sup>, ligeireza, velocidade e fiabilidade cada vez maiores até aos nossos dias<sup>49</sup>. No final da primeira década do século XXI assiste-se ao alargamento do conceito de computador devido à sua crescente miniaturização e fusão com outros equipamentos electrónicos entretanto inventados, como o telefone móvel, agendas digitais (ou assistente pessoal digital, vulgo PDA), câmaras fotográficas digitais, entre outros.

Importa, neste quadro, referir que a transferência da tecnologia do computador para o ensino não-superior das disciplinas físicas e matemáticas foi muito rápida. Patrick Suppes e Donald Blitzer, desde inícios da década de 1960, lançam estudos, projectos e sistemas de ensino assistido por computador através de soluções tecnológicas inovadoras. O conceito de transmissão unidireccional de informação gráfica apoiada por um aparelho de televisão, a partir de um centro até estações/computadores terminais, estava presente no sistema PLATO (Programmed Logic for Automatic Teaching Operations) inventado por Blitzer (da Universidade do Illinois). Este projecto, porém, não foi desenvolvido na sua plenitude por exigir memórias de armazenamento que, à época, eram incompatíveis com o elevado esforço económico exigido e as limitações da tecnologia disponível para as estações terminais. Patrick Suppes, professor da Universidade de Stanford, Los Angeles, publicou e divulgou estudos sobre a teoria e metodologia para o ensino e aprendizagem eficazes da Matemática no ensino secundário, a partir de 1959, e sobre a centralidade do ensino assistido por computador nesse processo, a partir do seu artigo pioneiro, intitulado «Computer-based mathematics instruction», publicado em 1965 (no *Bulletin of the International Study Group for Mathematics Learning*) e da Computer Curriculum Corporation, por ele fundada na sua universidade<sup>50</sup>.

Aproveitando o presente quadro, iremos agora derivar a nossa análise para uma outra história sobre a inventiva norte-americana em matéria de computadores e informática: a *Internet*.

Os EUA lançaram o *Advanced Research Projects Agency* (ARPA) em 1958 para mobilizar recursos provenientes, fundamentalmente, do meio universitário com o objectivo de superar o avanço tecnológico demonstrado pela URSS com o lançamento do Sputnik, em 1957. O departamento responsável pelo processamento da informação da ARPA, o *Information Processing Techniques Office* (IPTO), estabeleceu, em 1969, um programa designado de ARPANET, com a finalidade de conectar em rede os computadores do projecto sediados nos vários centros de informática interactiva e nos grupos de investigação da agência. Os primeiros nós da rede informática encontravam-se na Universidade da Califórnia (nos seus campus de Los Angeles e Santa Bárbara), no Stanford Research Institute (SRI) e na Universidade do Utah e elevam-se a 15 nós em 1971, a maioria dos quais instalados em centros de investigação universitários. A apresentação formal da ARPANET teve lugar em Washington, D.C., em 1972, durante um

<sup>48</sup> Tecnicamente, os computadores pessoais são rotulados de micro-computadores se tivermos por referência a volumetria do ENIAC ou do EDVAC.

<sup>49</sup> Pierre Lévy, *A invenção do computador*, 165-183.

<sup>50</sup> Cf. Paul Nicholson, *History of e-learning: echoes of the pioneers*, "Computers and education: e-learning, from theory to practice" (s.l.: Springer, 2007), 1-11; Andrew Molnar, *Computers in Education: A Brief History*, T.H.E. Journal - *Transforming Education through Technology* (1997), (consultado em 05/11/2009).

congresso internacional. No ano seguinte, a ARPANET é conectada a outras redes de comunicação criadas no âmbito da ARPA, a PRNET e SATNET (introduzindo-se então o conceito de a rede das redes) e procurou-se criar protocolos de comunicação standardizados. Estes protocolos são alcançados em 1978 com o padrão Transmission Control Protocol (TCP) associado, entre outros, ao Inter-net-work Protocol (IP), criando-se, assim, o protocolo sobre o qual ainda hoje a Internet opera. Entretanto, em 1975, a ARPANET foi transferida para a Defense Communication Agency, com o objectivo de ligar as diferentes redes de comunicação do Exército norte-americano. Porém, o risco de insegurança da informação, decorrente da partilha dos mesmos protocolos de comunicação, levará o Departamento de Defesa a criar, em 1983, uma rede informática exclusivamente dedicada a fins militares (a MIL-NET), a alterar a designação da ARPANET para ARPA-INTERNET e a convertê-la numa rede exclusivamente dedicada à investigação. Em 1984, a *National Science Foundation* (NSF) estabeleceu a sua própria rede informática de comunicação (a NSFNET) e, a partir de 1988, adopta a ARPA-INTERNET como a espinha dorsal (back-bone) da sua rede. Em Fevereiro de 1990, a ARPANET foi desmontada por obsolescência tecnológica e a gestão da Internet, livre da sua filiação militar, é atribuída pelo Pentágono à NSF. Esta fundação científica viu-se obrigada, num contexto de criação de redes informáticas abertas ao público e de desregulação do sector das telecomunicações, a privatizar a *Internet*. Em inícios da década de 1990, a maioria dos computadores nos EUA estavam apetrechados para funcionar em rede e emergem os primeiros fornecedores de acesso e de serviços de Internet, com fins comerciais. A extinção da NSFNET, em 1995, fará aumentar exponencialmente a utilização privada da Internet, que continuará a desenvolver-se com uma rede global de redes informáticas, a partir da arquitectura descentralizada de várias camadas e protocolos de comunicação abertos da ARPANET original<sup>51</sup>.

O sucesso mundial da *Internet* só foi possível graças à *World Wide Web* (*Web*). Esta aplicação informática para a partilha de informação foi desenvolvida, em 1990, no CERN (Organização Europeia para a Investigação Nuclear, Genebra, Suíça), por Tim Berners-Lee (a partir de um projecto pessoal intitulado Enquire, datado de 1980) e Robert Cailliau. Procurou dar resposta, num contexto tecnológico mais desenvolvido (com capacidade informática descentralizada por estações terminais de computadores, ligações em rede, Internet, entre outros), às utopias informáticas de ligação de diversas fontes de informação através de um sistema interactivo de computação datadas do após II Guerra Mundial. A *Web* é, assim, um programa de navegação/edição (em inglês, *browser/editor*) de hipertexto de informação inter-relacionada, que permite tirar e introduzir informação de e em qualquer computador ligado através da Internet que utilize o sistema codificado HTML (*hypertext markup language*), espécie de língua franca da *Web*. O CERN divulgou o software para o navegador *Web* na Internet em Agosto de 1991, o qual foi rapidamente replicado e complexificado por hackers de todo o mundo, com vista à construção de navegadores/browsers de *Internet* de fácil utilização. O sucesso comercial do sistema operativo *Windows 95*, desenvolvido pela empresa *Microsoft*, que incluía o seu próprio navegador, o *Internet Explorer*, representa o ponto socialmente mais visível da história do acesso à *Internet*. “Apesar de a Internet estar já na mente dos informáticos desde princípios dos anos 60, de em 1969 se ter estabelecido uma rede de comunicações entre computadores e de, desde final dos anos 70, se terem formado várias comunidades interactivas de cientistas e *hackers*, para as pessoas, as empresas e para a sociedade em geral, a Internet nasceu em 1995”<sup>52</sup>. A história da

<sup>51</sup> Cf. Manuel Castells, *A galáxia Internet. Reflexões sobre Internet, negócios e sociedade*, (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004), 25-33.

<sup>52</sup> *Ibidem*, 33.

Internet resulta, assim, de uma fórmula insólita, cujas principais características são as seguintes: ciência, investigação militar (com o apoio financeiro que o governo dos EUA e a opinião pública lhe devotou no contexto da Guerra Fria) e cultura de liberdade académica (baseada na autonomia dos investigadores, na sua maioria doutorandos, e no incentivo de transformarem as suas investigações em tecnologias aplicáveis); a emergência de culturas alternativas, através da comunicação livre e/ou libertária, em rede, entre estudantes universitários mais politizados, por exemplo; a arquitectura técnica aberta, transparente, descentralizada, distribuída e multidireccional, tal com a organização social e institucional que esteve na base da sua construção, é factor de rápida divulgação e globalização; a auto-evolução da própria rede e a sua configuração pela sua utilização – o elemento extremamente plástico da *Internet* que permite que os utilizadores se convertam em produtores de tecnologia e de configuradores de rede, criando-se, assim, um círculo virtuoso entre a difusão da tecnologia e o seu aperfeiçoamento, reforçando os laços entre de transparência e cooperação na gestão da rede<sup>53</sup>.

A história da utilização de tecnologia electrónica para a aprendizagem em meio escolar está repleta de promessas e desaires. Se após a II Guerra Mundial as *teaching machines* e os algoritmos do ensino programado de B. F. Skinner pavimentaram o caminho para uma formação informática embrionária dos estudantes, se os filmes educativos passaram a ser um recurso curricular recorrente no processo de ensino-aprendizagem das ciências sociais e físicas, se a televisão empolou a esperança dos professores em renovar as metodologias e modelos de ensino a partir da década de 1960, se a videocassete trazia consigo a possibilidade de reutilização dos conteúdos, porém estes recursos tecnológicos não lograram gerar os efeitos de aprendizagem projectados, por diversas razões. Em primeiro lugar, devido aos elevados custos da tecnologia utilizada; em segundo lugar, devido à impreparação pedagógica dos programadores para adequar de forma significativa e eficiente estas tecnologias às situações concretas de ensino-aprendizagem em sala de aula (processo que as instituições de ensino a distância lograram alcançar ao longo das décadas de 1970 e 1980, com o recurso ao seu complemento por regimes tutorais, por exemplo); e, por último, porque essas tecnologias eram iminentemente informativas e não educativas, ou seja, eram fornecedoras de vasta informação transmitida em sentido único e, por isso, não eram adequadas para a essência do acto educativo: a comunicação bidireccional e interactiva<sup>54</sup>.

A interactividade do acto educativo, necessária para gerar os efeitos básicos de motivação e manutenção da concentração do estudante, foi uma das principais preocupações dos *designers* de programas de ensino assistido por computador a partir das décadas de 1970 e 1980.

Não obstante a crescente informatização da sociedade e incremento da interacção entre programa e estudante, alguns problemas se colocaram ao crescimento do processo educativo com base em tecnologias de informação e comunicação de base informática<sup>55</sup>. Um primeiro problema dizia respeito a uma constelação barreiras técnicas que gradualmente foram despontando, como as diferenças de *hardware*, *de software*, de linguagens de programação, de formatos, para além da rápida mutação verificada nas plataformas tecnológicas e dos encargos financeiros que a gestão dessas diferenças gerava junto das instituições escolares. A conversão das disquetes de 5<sup>1/4</sup> em 3<sup>1/2</sup> polegadas, a incompatibilidade entre os sistemas dos computadores do tipo Apple-Macintosh, UNIX e IBM e a incapacidade de construir e desenvolver padrões tecnológicos

<sup>53</sup> Cf. *Idem*, 34-47

<sup>54</sup> Cf. Marc J Rosenberg, *E-learning strategies for delivering knowledge in digital age*. (New York: McGraw-Hill, 2001), 21-22; John E. Burton; David M. Moore; Susan G Magliaro, *Behaviorism and instructional technology*, "Handbook of research on educational communications and technology" (2ª ed., Mahwah/New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2004), 25-26.

<sup>55</sup> Cf. Marc J Rosenberg, *E-learning strategies for delivering knowledge in digital age*. (New York: McGraw-Hill, 2001), 22-24.



comuns, levaram a que a indústria de ensino assistido por computador, após um período inicial de maior vigor, estivesse, em finais da década de 1980 e inícios da década subsequente, quase estagnada, não obstante as transformações tecnológicas que, entretanto, se iam verificando à época: ecrãs tácteis, vídeo-discos, discos digitais versáteis e a tecnologia de hardware baseada em *janelas/windows* de informação paralela, entre outros.

Um segundo problema prendia-se com as limitações dos próprios equipamentos informáticos: discos rígidos de reduzida memória, lentas velocidades de relógio interno, linguagem gráfica pouco apelativa e o facto de os estudantes dominarem os computadores através de uma estratégia assente na execução de procedimentos repetitivos (em inglês, *drill and practice*). Estas características tornavam a aprendizagem electrónica num processo formal, irrealista, mecânico e aborrecido.

Uma terceira categoria de problemas era causada pela mutação rápida dos próprios conteúdos curriculares. Neste quadro, a estabilidade do conteúdo e da competência do conhecimento a adquirir<sup>56</sup>, isto é, a longevidade e perenidade da sua estrutura epistemológica e metodológica, passou a ser o critério fundamental que determinava se o programa de ensino assistido por computador devia ou não ser construído. Daí que empresas e programadores orientados para este tipo de ensino, receando a rápida obsolescência e os elevados custos da actualização dos conteúdos formais de aprendizagem, optassem por formações de curta duração ou apostassem em cursos em áreas do conhecimento com maior *estabilidade* dos seus conteúdos, como a Matemática, a Física e a Química, por exemplo.

Os três problemas acima retratados eram ainda complementados por um quarto: a perda de contacto do ensino assistido por computador com as abordagens metodológicas mais desenvolvidas e complexas desenhadas para o processo de ensino-aprendizagem.

Paul Nicholson descreve-nos, de forma sintética, a evolução pedagógica que o *e-learning*, baseado na utilização de computadores, tem registado desde o último quartel do século XX (Quadro 2), concluindo que a mesma denota um crescendo na aplicação de paradigmas de aprendizagem de base construtivista e sócio-construtivista, apoiada em redes de trabalho colaborativo – mais visíveis após a emergência do recurso à *Internet* e à *Web*<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Base fundamental para o sucesso do processo educativo dominado por teorias behavioristas e cognitivas, como era o ensino assistido por computador

<sup>57</sup> Paul Nicholson, *History of e-learning: echoes of the pioneers*, 6.

**Quadro 2.** A mudança do foco da tecnologia educacional a partir do último quartel do século XX motivada pela introdução de equipamentos informáticos.<sup>58</sup>

Período	Foco	Características educacionais
1975-1985	Programação Formação procedimental, repetitiva e prática Ensino assistido por computador (EAC)	Abordagens behavioristas da aprendizagem e da instrução. Programação para construir ferramentas e solucionar problemas. Interação local entre utilizador e computador.
1985-1990	Formação sobre computadores Multimédia	Utilização de modelos antigos de EAC com software educativo multimédia interactivo para computador de sala de aula. Predomínio de modelos de aprendizagem passiva. Despontar de influências construtivistas na concepção e utilização de software.
1990-1995	Formação baseada na World Wide Web	Distribuição de conteúdos via Internet. Desenvolvimento de modelos de aprendizagens activas e de abordagens construtivistas. Interações limitadas com o utilizador final.
1995-2005	E-learning	Distribuição flexível de software educativo pela Internet. Crescimento da interactividade. Software multimédia em linha. Coabitación de modelos cognitivistas e construtivistas de aprendizagem. Interação utilizador-utilizador.

Manuel Castells identifica a convergência de três processos independentes, que derivaram numa estrutura social baseada predominantemente em redes ao longo do último quartel do século XX, a saber: 1. as necessidades da economia em flexibilizar a gestão e globalizar o capital, a produção e o comércio; 2. a procura de uma sociedade em que os valores da liberdade individual e da comunicação aberta fossem fundamentais; 3. os extraordinários avanços da informática e das telecomunicações permitidos pela revolução da micro-electrónica. O ponto de partida da análise de Castells é o facto de as pessoas, as instituições, as empresas e a sociedade em geral, transformavam qualquer tecnologia, apropriando-a, modificando-a e experimentando-a – especialmente no caso da Internet, por ser uma tecnologia de comunicação. O autor reconhece que, a priori, poder-se-á conceber que a Internet tem modificado a forma como comunicamos e que se enquadra num novo modelo sócio-técnico. Mas, por escrupulo metodológico, dever-se-á estudar o seu real impacto a partir da observação empírica. Neste quadro de referência intelectual, Castells vai lembrando que a Internet foi desenhada como uma tecnologia de comunicação livre, pelas razões históricas e culturais anteriormente analisadas, mas que não se deve deduzir que todos sejamos livres graças à Internet, dado que “tudo depende bastante mais do contexto do que do processo” em que a mesma é utilizada<sup>59</sup>.

O e-learning, concebido no quadro do desafio lançado pelas tecnologias à evolução das práticas pedagógicas e escolares, vem reanimar o debate em torno da missão da educação e da reforma das práticas pedagógicas e escolares. A conservadora organização escolar é, assim, desafiada, como sempre foi ao longo da época contemporânea, pelas solicitações e mudanças reclamadas pelo tempo curto, imerso em “novidades”, por vezes, de pendor tecnológico. Apesar das inúmeras solicitações, a organização escolar denota uma forte identidade institucional, trabalhada ao longo do seu devir histórico e marcada por uma forte estabilidade, coerência de programas, métodos e práticas, e, também, pelo princípio da liberdade pedagógica que cada professor goza no exercício do seu múnus profissional<sup>60</sup>.

<sup>58</sup> Fonte: *Ibidem*, 7.

<sup>59</sup> Manuel Castells, *A galáxia Internet. Reflexões sobre Internet, negócios e sociedade*, 16-19.

<sup>60</sup> Serge Pouts-Lajus; Marielle Riché-Magnier, *A escola na era da Internet: os desafios do multimédia na educação*. (Lisboa: Instituto Piaget, 1999), 16.

Neste quadro, importa lembrar a afirmação de Marc Rosenberg acima reproduzida: “A história da utilização de tecnologia electrónica para a aprendizagem em meio escolar está repleta de promessas e desaires”. O mesmo autor interroga-se: “Irá a *Internet* mudar tudo isto? Irá quebrar o ciclo de falhanços?”<sup>61</sup>. Ainda será cedo para responder a esta pergunta. O e-learning baseado na *Internet* e na *Web* tem a seu favor algumas características que não foram reunidas pelas tecnologias de ensino a distância ou informáticas anteriores, a saber: está organizado em rede, facto que o torna ágil na actualização, agrupamento e partilha da informação e do ensino; é apresentado ao utilizador final através do computador e utiliza a tecnologia padronizada da *Internet* (os protocolos TCP/IP e os navegadores da *Web*), criando uma plataforma de distribuição universal; o foco da aprendizagem e das soluções metodológicas de ensino começam a integrar outros paradigmas pedagógicos, para além dos de base comportamental ou cognitiva, mercê da circularidade permitida, em tempo real, à comunicação entre os actores<sup>62</sup>.

O valor da *Internet* como fonte de informação é poderoso, permitindo-nos aceder, de forma livre e aberta, a quantidades incalculáveis de informação avulsa. Este facto interpela-nos, na qualidade de professores, educadores, cientistas ou cidadãos, para a necessidade de se controlar a qualidade, actualidade e relevância dos conteúdos que circulam nas *auto-estradas* da informação. A *Internet*, como veículo de comunicação educacional, permitiu alcançar ganhos muito relevantes para o ensino a distância *e-learning* tecnologia educativa face aos recursos e tecnologias tradicionalmente utilizados em meio escolar (Quadro 3).

**Quadro 3.** *Novos média* e tecnologias para o processamento de informação e comunicação comparados com as tecnologias tradicionais de leitura e escrita equivalentes.<sup>63</sup>

Décadas	Tecnologias novas	Tecnologias tradicionais	Suportes funcionais da aprendizagem
1970	Computadores interactivos	Escrita	<i>Novo meio/recurso para fixar e articular com ideias.</i>
	Discos duros e disquetes	Papel	<i>Armazenamento local do utilizador</i>
1980	Interfaces WIMP*	Conteúdos, índices, páginas numeradas	<i>Equipamentos facilitadores do acesso aos conteúdos</i>
	Internet	Impressão	<i>Produção massiva e distribuição de conteúdos</i>
	Multimédia	Fotografia, som e filme	<i>Formas elaboradas de apresentação de conteúdos</i>
1990	World Wide Web	Bibliotecas	<i>Acesso alargado a conteúdos múltiplos</i>
	Computadores portáteis	Livros publicados	<i>Acesso portátil e pessoal aos canais de difusão</i>
	Correio electrónico	Serviços postais	<i>Difusão massiva de mensagens de comunicação</i>
	Motores de pesquisa	Serviços bibliográficos	<i>Acesso fácil a conteúdos múltiplos</i>
	Banda larga	Redes de comunicação, telefones	<i>Seleção de conteúdos elaborados e comunicação imediata</i>
2000	Telemóveis de 3ª geração	Livro brochado	<i>Acesso a conteúdos elaborados a baixo custo</i>
	Bloazes	Panfletos	<i>Publicação pessoal e massiva</i>

A circulação rápida, económica e eficaz de mensagens escritas, com recurso a tabelas numéricas, gráficos, imagens ou sons através do correio electrónico, por exemplo; a teleconferência por computador, síncrona ou assíncrona, optimizou o trabalho tutorial e de apoio aos estudan-

<sup>61</sup> Marc J Rosenberg, *E-learning strategies for delivering knowledge in digital age*, 26;

<sup>62</sup> *Ibidem*, 25-29.

<sup>63</sup> Fonte: Diana Laurillard, *E-Learning in higher education*, 79.

tes, condição essencial para a promoção da auto-aprendizagem; e, acto contínuo, as interacções professor-estudante foram complementadas por interacções horizontais inter-estudantes, através de grupos de discussão ou grupos de interesses focalizados, contribuindo para obviar o isolamento dos estudantes, um dos problemas centrais do ensino aberto e a distância<sup>64</sup>, recentrando as pedagogias no estudante.<sup>65</sup>

A irrupção das tecnologias de informação e comunicação (TIC), apoiadas por redes informáticas (inter ou intra-activas) de telecomunicação, ao longo da última década de Novecentos, representam, no quadro da evolução histórica do *e-learning*, uma mudança qualitativa e um crescimento quantitativo, chegando a implicar instituições de ensino superior. Conceitos como aprendizagem em rede, espaços de aprendizagem conectados, cursos baseados na *Web*, aprendizagem flexível e sistemas combinados ou híbridos de aprendizagem alargaram a missão e a natureza dos modelos tradicionais de ensino a distância.

A evolução do *e-learning* dependerá, hoje como ontem, das infra-estruturas tecnológicas, pedagogia e finalidades educativas de cada país. O desenvolvimento de novas média e tecnologias computadorizadas, diferentes métodos de aprendizagem grupal e de pesquisa e gestão de informação, e o desenvolvimento de políticas governamentais para a área das telecomunicações promoveram a utilização de novas TIC, em particular as baseadas em computadores pessoais. A aprendizagem apoiada em computadores constitui a componente de ensino a distância que mais acelerado crescimento tem registado nas duas últimas décadas. O desenvolvimento de computadores pessoais mais baratos, mais rápidos e com mais funcionalidades e a proliferação de aplicações informáticas para a educação têm encorajado o crescente interesse pela exploração de soluções pedagógicas, de ensino/aprendizagem flexível e de construção de conhecimento integrado em redes.

Neste quadro, torna-se importante que, ao seleccionar ou ao conceber um programa de ensino a distância baseado em tecnologias informáticas se tome em consideração a interacção dinâmica e integrada entre os seguintes factores: 1. disponibilização e acesso tecnológico aos recursos materiais, informacionais e curriculares; 2. controlo do estudante sobre o *médium* de comunicação, facilitando-lhe a tarefa da sua utilização subjectiva no tempo e no espaço; 3. interacção bidireccional, horizontal (estudantes-estudantes) e vertical (estudante-professor), entre os actores educativos; 4. características simbólicas ou áudio-visuais permitidas pela tecnologia do canal ou *médium*, tomando em consideração a distinção entre sistemas icónicos (representação gráfica), digitais (apoiados em sistemas tradicionais, formais e abstractos como a escrita, notação musical ou a matemática) e analógicos (sistemas que consolidam o sentido e forma dos conteúdos, como a voz, a música e a dança, por exemplo); 5. a presença social permitida pelo *médium*, possibilitará a utilização de formas de comunicação não-verbal (expressões faciais ou gestos, por exemplo) e o aprofundamento da interacção social entre os actores educativos, aqui entendidos como comunidade de aprendizagem; 6. a *interface* homem-máquina, a forma como

<sup>64</sup> Armando Rocha Trindade, *Educação e formação a distância, Desafios 2001/Challenges 2001*, 60-61.

<sup>65</sup> Esta mudança de paradigma educativo – pela qual vários educadores, pedagogos e psicólogos têm clamado ao longo da última centúria – torna-se mais evidente no quadro do *e-learning*. Os princípios da aprendizagem activa, seja ela baseada nas teorias da educação pela investigação (John Dewey), do construtivismo (Jean Piaget), do sócio-construtivismo (Lev Vygotsky), da aprendizagem pela descoberta (Jerome Bruner), da análise da conversação (Gordon Pask), da aprendizagem realizada a partir de problemas (Roger Schank), da aprendizagem profunda (Ferenc Marton) ou da aprendizagem sócio-cultural (Jean Lave), entre outros, são a essência do reconhecimento de que a aprendizagem respeita mais ao que o estudante está a fazer do que ao que o professor faz e que a principal preocupação deverá colocar-se a nível da concepção de interacções educativas que polarizem a aprendizagem activa num contexto social (cf. Diana Laurillard, *E-Learning in higher education*, 73). A gestão dos modelos de aprendizagem hierárquicos (de cima para baixo) deve dar lugar a modelos cibernéticos de aprendizagem que repousem em estruturas de redes que permitam a oportunidade para relações mais indutivas (de baixo para cima).

as características técnicas e ergonómicas dos equipamentos centrais (computador pessoal) ou periféricos (teclado, rato, digitalizador, impressora, *Web* câmara ou outros) interagem com o utilizador final são factores a considerar na eficiência e competência das tecnologias de informação e comunicação<sup>66</sup>.

## Notas finais

O presente estudo visa operar uma síntese sobre o lugar que o *e-learning* ocupa no quadro histórico da instituição escolar.

A tomada de consciência da importância da aprendizagem electrónica em meio escolar desenvolve-se de forma gradual a partir da II Guerra Mundial, através de três movimentos, espaçados entre si cerca de 10 a 20 anos, a saber: 1. invenção de recursos electrónicos, em contexto de investigação e experimentação, apoiados por políticas públicas; 2. difusão, adequação e inovação promovida pela instituição escolar; 3. vulgarização da aprendizagem electrónica até ao aparecimento de uma nóvel vaga de “novas TIC” ou média. Estes três movimentos, articulados em devir perpétuo, que tomam por referência os novos equipamentos e recursos disponibilizados pela inventiva humana, quer a nível de criação científico-tecnológica, quer a nível de reinterpretação tecnológica, observam-se em Portugal desde a integração do cinema educativo, na década de 1930, até ao actual processo de informatização da vida escolar de professores e estudantes, tendo por pólos os procedimentos administrativos mais básicos e a intervenção docente e educativa em sala de aula, passando pela utilização da rádio, televisão, entre outros.

Quando o foco da utilização das sempre renovadas TIC permanece no interior de um tempo escolar uniforme e do espaço físico e geográfico da sala de aula, então falaremos de tecnologia educativa. Quando o seu foco de utilização é remetido para o tempo individual e o espaço cibernético, teremos então de nos referir a ensino a distância e à sua modalidade dominante na actualidade: o *e-learning*.

Poderemos estar a assistir, nesta primeira década do século XXI, a um período de transição no processo histórico que, começando no ensino a distância tradicional, suportado, a partir da primeira década do século XX, em dispositivos de base electrónica (rádio, televisão, leitor e gravador áudio, leitor e gravador vídeo, micro-computador...), desponta agora para o novo ensino a distância: o *e-learning*.

O *e-learning* configura-se, desta forma, como a modalidade de ensino a distância e de aprendizagem ao longo da vida que abre o século XXI numa posição de grande vigor devido ao efeito conjugado do sucesso da informatização da sociedade empreendida por políticas públicas nacionais a partir da década de 1980, da vulgarização da utilização de computadores pessoais ligados em rede através dos protocolos padronizados da *Internet* e da *Web*, da evolução da compatibilidade intuitiva da interface homem-máquina (computador), da velocidade e globalização de comunicação permitidas, da diminuição de custos e racionalização de recursos materiais, humanos e financeiros que pode gerar junto das instituições educativas e da comunicação bidireccional, vertical e horizontal, que introduz no processo de ensino-aprendizagem a distância.

No entanto, a breve história do *e-learning* obriga-nos a considerar não apenas a evolução dos equipamentos e os eventuais ganhos do ponto de vista financeiro e gestor, mas também outras linhas de reflexão e questionamento, que por razões de economia foram levemente

<sup>66</sup> Cf. Charlotte N. Gunawardena; Marina S. Mcisaac, *Distance education*, 373-374.

abordadas pelo presente estudo, como, por exemplo: a finalidade sócio-educativa da formação de crianças, jovens e adultos em meio escolar (presencial ou mediatizado), a produção e regulação da qualidade dos conteúdos formais de aprendizagem disponibilizados, os recursos e estratégias para a interação pedagógica, as modalidades e técnicas de avaliação, a solidez e significação da concepção da interação pedagógica independentemente da maior ou menor utilização de recursos tecnológicos, e, em pano de fundo a todas estas considerações, a responsabilidade dos professores, das instituições e dos sistemas educativos à escala nacional e inter-nacional. No fundo, o vem colocar de novo na agenda educacional as reflexões e posicionamentos que professores, educadores e pedagogos vêm adoptando em torno da questão fundamental: o que é aprender?

# Recensões Bibliográficas





**José Maria Brandão de Brito, Maria Fernanda Rollo e João Ferreira do Amaral (coord.), *Portugal e a Europa: Testemunhos de Protagonistas*. (Lisboa: Tinta da China, 2011) (352 páginas, €14,90)**

Publicar sobre a Europa em Portugal ainda é teimosia de alguns. Teimosia essa que, de vez em quando, reitera a sua existência.

Desde a criação, em 1951, da primeira das comunidades europeias, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que Portugal tem acompanhado os desenvolvimentos do projecto de união política e económica do continente europeu, sucessivamente identificado com a CECA, primeiro, com a Comunidade Económica Europeia (CEE) de seguida, e por fim com a União Europeia (UE). Esse acompanhamento não foi traduzido, todavia, e até 1977, numa efectiva participação nesse projecto, embora a partir de 1972 já existam laços formais estabelecidos, sob a forma de acordos comerciais, entre a CEE e Portugal.

Desde a adesão de Portugal à CEE, em 1986, que o interesse pelos assuntos europeus tem aumentado na academia portuguesa, em diversas áreas científicas, o que se traduziu num número crescente de publicações, de realização de conferências e de investigações. Mesmo assim, permanece um vasto leque de assuntos a serem abordados e outros complementados.

O livro *Portugal e a Europa: Testemunhos de Protagonistas*, publicado em Setembro de 2011, insere-se num conjunto de três volumes publicados no âmbito do projecto “65 anos de história, 25 anos de adesão”, do qual fazem parte além deste, *Portugal e a Europa: Dicionário e Portugal e a Europa: Cronologia*.

Embora não seja o primeiro do género, uma vez que já estão publicadas três<sup>1</sup> obras que contêm testemunhos de políticos, técnicos e diplomatas, que estiveram envolvidos em diferentes negociações com a CEE/UE desde o Plano Marshall até à adesão à CEE, é a primeira obra em que esses mesmos testemunhos resultam de uma entrevista e não de um depoimento escrito, embora neste livro também haja uma ou outra excepção. Este aspecto parece-nos relevante por si mesmo, na medida em que a espontaneidade nas respostas numa entrevista não é de todo comparável à possibilidade de se escrever e reescrever, quantas vezes for necessário, um texto, o que introduz, no primeiro caso, um factor de maior transparência e proximidade com os factos passados. Além disso, é o livro que, até agora, reúne o maior número de testemunhos, 17<sup>2</sup>. Outro aspecto positivo do livro é a preservação das memórias desses intervenientes e a criação de fontes primárias de história oral, fomentando igualmente uma tradição memorialista.

O objectivo desta recolha de testemunhos visou sobretudo aferir o papel que esses protagonistas desempenharam, as dificuldades com que tiveram de lidar, as estratégias adoptadas, assim como a sua própria avaliação dos acontecimentos.

O livro está dividido por entrevistas, antecedendo cada uma breve nota curricular do entrevistado, o que ajuda o leitor a contextualizar a participação dessa pessoa no processo de integração europeu de Portugal.

---

<sup>1</sup> Assembleia da República, *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. História e Documentos* (Lisboa: Assembleia da República, 2001); Nicolau Andresen Leitão (ed.), *20 Anos de Integração Europeia (1986-2006) – O Testemunho Português* (Lisboa: Cosmos, 2007); Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (eds.), *Portugal e a Integração Europeia 1945-1986: A Perspectiva dos Actores* (Lisboa: Temas e Debates, 2007).

<sup>2</sup> Amílcar Theias, Aníbal Cavaco Silva, António Marta, Diogo Freitas do Amaral, Emílio Rui Vilar, Ernâni Lopes, Francisco Pinto Balsemão, Jaime Gama, João Salgueiro, José da Silva Lopes, José Medeiros Ferreira, Manuel Jacinto Nunes, Mário Soares, Raquel de Bethencourt Ferreira, Rui Machete, Vítor Constâncio, Vítor Martins.

As entrevistas foram semi-estruturadas, mediante a utilização de um questionário matriz, contendo várias delas, porém, questões personalizadas de acordo com o respectivo entrevistado. Dado o número de testemunhos, foi possível abranger um vasto leque de assuntos, no qual foram contempladas questões como: quem se opôs ao pedido de adesão e com que argumentos; a receptividade a esse pedido pelos Estados-membros; memórias das negociações; paralelismo das negociações com a candidatura espanhola; balanço da adesão. E também sobre temas mais recentes, como a adesão ao Euro, o alargamento de 2004, assim como o papel desempenhado e/ou a desempenhar por Portugal no processo de construção europeu.

Depois de lidas todas as entrevistas, fica-se com a sensação dividida se a adesão terá valido ou não a pena. De uma forma global, o livro transmite uma versão pessoal de como o processo de construção europeia evoluiu desde o seu início e como foi acompanhado em Portugal. E ficamos a conhecer como funcionava a estrutura que negociou a adesão, a incapacidade de Portugal acelerar o ritmo das negociações, os dossiers mais melindrosos, assim como alguns episódios um tanto ou quanto burlescos, daquela que foi para Diogo Freitas do Amaral “uma das experiências mais interessantes, e intelectualmente mais estimulantes, de toda a [sua] vida política”<sup>3</sup>, pelo que consideramos este livro uma ferramenta de trabalho tanto útil como necessária para estudantes, investigadores e público em geral interessado em questões europeias.

Alice Cunha\*

---

<sup>3</sup> José Maria Brandão de Brito, Maria Fernanda Rollo e João Ferreira do Amaral (coord.), *Portugal e a Europa: Testemunhos de Protagonistas* (Lisboa: Tinta da China, 2011), p. 78

\* Doutoranda em História Contemporânea. Investigadora do Instituto de História Contemporânea – Universidade Nova de Lisboa

**José Antonio Maradona Hidalgo, *Tuberculosis. Historia de su conocimiento*. Oviedo: Ediciones de la Universidad de Oviedo, 2009. ISBN 978-84-8317-76-8. (185 páginas, 20€)**

O livro em análise trata-se duma obra de natureza académica da autoria de José Antonio Maradona Hidalgo, médico de formação, professor da Faculdade de Medicina da Faculdade de Oviedo e membro da Real Academia de Medicina del Principado de Astúrias. Nele o autor trata da história da tuberculose, mas contornando a historiografia tradicional das doenças, designadamente a linha em que se inserem Mirko Grmek ou Jacques Le Goff. O que o autor se propôs a fazer não é uma história da tuberculose ligada aos problemas socioeconómicos da população ou à assistência, mas sim uma história de cariz científico, abordando os conhecimentos científicos e tecnológicos ligados a esta doença.

A estrutura interna do livro está, de forma geral, ajustada à natureza da obra. Tratando-se duma história do conhecimento, dos saberes, dos progressos e das conquistas pode à primeira vista parecer uma “manta de retalhos”, ou seja apresentar uma estrutura e sequência algo desorganizada. Porém, se tivermos em conta que a produção de conhecimento se expande e acumula duma forma não regular e descontinuada facilmente percebemos a estrutura interna da obra. Esta é composta duma introdução, seguida de vinte e sete capítulos e suas subdivisões, uma lista de publicações/periódicos médicos e suas abreviaturas e um índice onomástico.

Na introdução o autor define o objectivo principal da obra, a escolha duma cronologia tão lata, que vai da pré-história até aos nossos dias, e a sua justificação. Afirmo que o seguimento histórico duma doença é uma tarefa complicada porque abarca investigações em diversos domínios, desde a observação sintomatológica, ao estudo das interpretações clínicas que os médicos fizeram em cada época ou ao modo como os avanços das ciências contribuíram para o conhecimento do fenómeno patológico. A isto soma-se o posicionamento da doença nos contextos sociais e históricos de cada época. A justificação para uma cronologia tão alargada resulta do facto de os períodos mais recuados como a pré-história, as civilizações pré-clássicas, clássicas e pré-colombianas terem sido recentemente alvo de investigações no campo da paleopatologia e de estudo de textos médicos antigos que revelam a existência da tuberculose no seio das sociedades antigas e o nível de conhecimentos acerca desta doença nos tempos pretéritos mais recuados. À medida que o autor avança no tempo vai sublinhando, em jeito introdutório, os acontecimentos de maior destaque até ao século XX, por sinal o mais profícuo em termos de avanço e progressos no conhecimento da tuberculose e formas de a dominar.

Ao mesmo tempo deixa uma marca que percorrer todo o livro e de grande valia para o historiador sem formação médica: as definições conceptuais, a explicação de termos, conceitos, doutrinas e linguagem médica/clínica. Apesar de não haver uma divisão formal em partes nesta obra, é possível vislumbrar vários agrupamentos temáticos.

O primeiro grupo temático (pp. 13-47) refere-se ao estudo da tuberculose nos períodos da pré-história, civilizações antigas, mundo greco-romano, Idade Média e civilizações pré-colombianas. O estudo da tuberculose em épocas tão antigas socorre-se de dois tipos de suporte: vestígios de tuberculose em esqueletos e múmias e documentos escritos e iconográficos. Para os períodos mais recuados é a paleopatologia, através do estudo de cáries ósseas indicativas de tuberculose vertebral ou óssea, e a paleomicrobiologia, pelo estudo de ADN microbiano, que fornecem os principais dados. Através destas técnicas é possível ficar a saber que foi sobretudo desde o neolítico que a doença afectou a espécie humana, por intermédio do bacilo da tuberculose humana e do bacilo da tuberculose bovina. Por outro lado, nas civilizações com escrita

a tuberculose é relatada por várias obras e escritos originários da Índia, China, Mesopotâmia, Egípto, Palestina, etc.

No entanto o autor destaca sobretudo os conhecimentos dos gregos/romanos e o período medieval. Foi na Grécia e Roma que pela primeira vez se definiu um quadro sintomatológico da tuberculose pulmonar (conhecida na altura como tísica) e uma teoria explicativa desta doença consumptiva por meio da doutrina humoral. Também se escreveu acerca da tuberculose óssea e linfática apesar de não se suspeitar que fossem da mesma natureza da pulmonar. Em relação à Idade Média destacam-se sobretudo os trabalhos dos médicos árabes como Rhazes ou Avicena que postulavam precocemente a contagiosidade da tísica e também a questão da escrófulas (adenites tuberculosas) que possibilitou a afirmação do poder taumatúrgico dos reis franceses e ingleses pelo célebre “toque das escrófulas”, tema já tratado por Marc Bloch.

O segundo grupo temático considerado (pp. 49-76) aborda o estudo da doença no período moderno e transição para o contemporâneo. Para o século XVI destaca-se essencialmente a teoria de Girolamo Fracastoro acerca da contagiosidade da tísica, que seguindo os ensinamentos dos árabes, introduziu a noção de contágio através de seres microscópicos, os animáculos, o que só três séculos mais tarde se confirmou. Nos séculos XVII e XVIII, o conhecimento sobre a tísica foi impulsionado por vários médicos filiados às teorias médico-filosóficas como Sylvius, Morton, Marten, Sydenham e Cullen.

Franz Sylvius associou pela primeira vez a presença de neoplasias, a que deu o nome de tubérculos, aos sintomas clínicos, afirmando que a tísica se devia à sua presença. Na mesma altura médicos como Richard Morton e Benjamin Marten elaboram uma nosologia desta doença e insistiram na natureza microscópica, o que na visão iatroquímica estaria associada à acrimónia. O autor apresenta ainda um capítulo acerca de algumas estatísticas que se elaboravam precocemente na Inglaterra e França.

O terceiro tema (pp. 77-136) aborda o estudo da tuberculose no século XIX e a emergência da tisiologia enquanto especialidade médica. Correlaciona a revolução anatomoclínica da medicina e a prática sistemática da necropsia com os progressos no conhecimento da tuberculose devidos aos contributos fundamentais de Laennec, Pierre Louis, Percival Pott ou Virchow. Porém, foi com o nascimento da bacteriologia pela mão de Pasteur e Koch que se aclarou a natureza bacteriana da tuberculose e se iniciam as grandes pesquisas científicas que levaram à criação da tuberculina enquanto meio de imunização e depois de diagnóstico.

O último bloco temático (pp. 137-179) corresponde ao desenvolvimento da tisiologia no século XX no campo da diagnose, profilaxia e terapêutica, fazendo conjuntamente alguns apontamentos acerca da luta contra a tuberculose em Espanha no século XX.

No campo da tisiologia, o século XX foi decisivo pelo desenvolvimento análogo das ciências e tecnologias biomédicas, da física, da química e de outras ciências, o que acarretou avanços assinaláveis nesta área da medicina. A evolução da estatística no século XX fez ressaltar o grave problema da tuberculose nas sociedades ocidentais, levando ao estabelecimento de programas de prevenção e mecanismos de luta contra a tuberculose, usando para tal os conhecimentos mais recentes. Se no campo do diagnóstico, os raios X, a broncoscopia e a bacterioscopia já eram conhecidos, e a profilaxia era aplicada, só mais tarde dois grandes meios vieram permitir um controlo mais eficaz da moléstia. A vacinação pelo BCG nos anos 30 e a descoberta da estreptomomicina, ácido para-amino-salicílico (1944) e isoniazida (1951) tornaram-se descobertas muito importantes na prevenção e tratamento a tuberculose, não obstante o binómio HIV/SIDA e TB continuarem a ameaçar a população global.

Em suma, apesar desta obra focar essencialmente aspectos da história da tuberculose, do

seu conhecimento e acontecimentos marcantes, não deixa de ser um contributo significativo para a história das doenças. Através duma súpula de capítulos organizados tematicamente, o autor foca uma pluralidade de temas que vão das doutrinas médicas aos logros científicos e tecnológicos. Ainda que tematicamente muito direccionada para um público académico, narra duma forma simples mas completa os principais momentos, realizações e dificuldades para vencer a temível peste branca.

Ismael Cerqueira Vieira\*

---

\* Doutorando em História na Faculdade de Letras da U. Porto. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. U.Porto

**André Desvallés; François Mairesse, dir. - *Concepts clés de muséologie* (Paris. ICOM/Armand Colin [Avec le soutien du Musée Royal de Mariemont et de l'ICOFOM], 2010). ISBN 978-2-200 - 25398-1**

A obra que aqui se traz é a versão abreviada da mais completa editada pelos autores André Desvallés e François Mairesse, em 2011: *Dictionnaire Encyclopédique de muséologie*<sup>1</sup>.

Resultou este trabalho de um projeto realizado pelo ICOFOM (*International Committee of ICOM for Museology / Comité International pour la Muséologie*), com o objectivo, segundo os coordenadores, de criar uma plataforma de entendimento comum, ferramenta importante, tanto para estudantes, como para profissionais. Deste ambicioso objectivo resultou um trabalho hercúleo, manifesto na grande abrangência do dicionário (com 21 artigos enciclopédicos, 500 entradas, e ilustrado). Por outro, sob a direcção de André Desvallés e de François Mairesse, a obra foi realizada por um comité de redacção abrangente, constituído pelos próprios e por mais sete autores. Esta obra contou posteriormente com a colaboração de dezoito outros autores de diferentes nacionalidades (provenientes da Europa – Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, da América do Sul, da Ásia, etc.), participantes no Symposium do ICOFOM, dedicado a este tema, em 2009, os quais discutiram e / ou que leram este documento, e contribuíram para a sua divulgação internacional.<sup>2</sup>

Acresce referir que este trabalho monumental é o resultado de vários anos de trabalho de pesquisa, de reflexão, de análise e de debates no seio do ICOFOM, com início em 1995, com a supervisão de André Desvallés, discípulo de Georges-Henri Rivière, tendo desde 2005 contado com a colaboração estreita de François Mairesse.<sup>3</sup>

Uma edição de bolso deste projecto foi distribuída, em *avant-première*, na 22ª Conferência Geral do ICOM, que decorreu em Shangai, em 2010, tratando vinte e um (21) conceitos fundamentais da Museologia, em quatro línguas, o inglês, o francês, o espanhol e o chinês, ora editadas em formato digital<sup>4</sup>. É esta versão abreviada, em francês, que aqui se aborda, que teve como intenção, “a de [...] se poder dirigir a um público mais alargado que o dos especialistas, teóricos, investigadores no domínio/na área da museologia”<sup>5</sup>.

Contudo, a primeira consideração que se oferece fazer sobre esta versão é precisamente a de a sua forma condensada é ela própria um instrumento essencial de trabalho para os investigadores em museologia, de que a literatura científica da área carecia.

Entende-se também aqui tratar-se de um dicionário básico de termos-chave da museologia, que, traduzido em paralelo em quatro línguas, permite aos utilizadores a escolha da versão idiomática que lhe for mais próxima – seja a da sua língua de origem, seja a da sua língua de formação e trabalho, permitindo ainda aos investigadores estabelecer, na tradução, o paralelo

<sup>1</sup> *Dictionnaire Encyclopédique de muséologie* (Paris, Armand Colin, 2011). Pode ser consultada *online* no seguinte endereço electrónico: <http://www.network.icom.museum/> (consultado em 14.09.2011).

<sup>2</sup> In André Desvallés; François Mairesse, dir. - *Concepts clés de muséologie* (Paris. ICOM/Armand Colin. 2010), 5.

André Desvallés é conservador geral honorário do património (Musées de France). Foi o assistente de Georges Henri-Rivière para a concepção do Museu das Artes e Tradições populares (musée des Arts et Traditions populaires) e das suas exposições. Ensinou museologia na *École du Louvre*.

<sup>3</sup> François Mairesse é professor na *Université de Paris 3* (nova Sorbonne). Ensina igualmente a museologia na *École du Louvre* e dirigiu até 2010 o *Musée royal de Mariemont* (Bélgica).

<sup>4</sup> Nas três primeiras línguas referidas: *Key concepts of Museology / Concepts clés de Muséologie, / Conceptos claves de museología*. Esta versão em formato digital encontra-se *online* no link: <http://icom.museum/what-we-do/professional-standards/key-concepts-of-museology.html> (consultado em 14.09.2011: 12:03).

<sup>5</sup> DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François - *Concepts clés de muséologie* (Paris. ICOM/ Armand Colin, 2010), 6.

linguístico do significado de diversos conceitos cuja essência urgia definir – designadamente entre o universo da franconfonia e o anglo-saxónico.

Na descrição desta publicação compete referir ainda que ela é introduzida por uma palavra prévia (*avant-propos*), da Presidente do ICOM, *Alessandra Cummins*, a qual sublinha o trabalho de comunicação e a partilha, entre os profissionais dos museus, que esta obra envolveu. Esta componente é seguida do prefácio da autoria da Presidente do ICOFOM, Nelly Decarollis, explicativo do trabalho desta Comissão do ICOM, desenvolvido desde 1977. Segue-se a introdução da obra pelos coordenadores da direcção da obra já indicados, André Desvallés e François Mairesse. Nesta introdução, os autores, nesta versão resumida do Dicionário mais vasto de início referido, salientam dois aspectos fundamentais do trabalho realizado, resumidos nos tópicos: “A franconfonia museal no consenso do ICOM” e “Uma estrutura em constante evolução”.

A escolha do francês apresentou-se como a língua consensual na produção da obra, não apenas por ser a língua dos seus directores, e dos seis colaboradores iniciais, mas também pelo facto de a escolha deste “pequeno denominador comum”<sup>6</sup>, em detrimento da *língua franca*, o inglês, que normalmente se privilegia, ser a matriz para inúmeros autores e profissionais dos Museus, entre outras razões.

Os autores sublinham ainda que não tiveram como objectivo formular um sistema teórico ideal fora da realidade, ou um qualquer tratado “definitivo”, mas antes o de apresentar a “fórmula relativamente modesta de uma lista de vinte e um termos [...] escolhida para tentar balizar esses vocábulos numa reflexão continua no campo museal”<sup>7</sup>.

Deste modo, esta versão de dicionário de bolso aborda vinte e uma (21) entradas de termos no âmbito da museologia, por ordem alfabética, que remetem, na sua maioria, no final de cada uma, para outros conceitos “derivados” ou “correlacionados” com o termo em análise.

Por fim, a obra apresenta uma bibliografia geral fundamentalmente da área da museologia e do património (num total de 123 publicações), constituída por obras de referência, tanto francesas como anglo-saxónicas, espanholas, de língua italiana e de língua alemã, por ordem alfabética de autor, num total de 7 páginas. Nesta merece destacar-se as obras da autoria de, ou coordenadas por André Desvallés e Georges Henri-Rivière, seu mestre, e as de André Malraux, que criou o Ministério da Cultura em França, bem como as publicações do ICOM e da Unesco.<sup>8</sup>

Feita esta descrição, enumeram-se os vinte e um (21) conceitos em francês, a respectiva correspondência para o inglês e a tradução para o português:

Architecture – Architecture - Arquitectura  
Collection – Collection – Coleção  
Communication – Communication – Comunicação  
Éducation – Education – Educação  
Éthique – Ethics – Ética

<sup>6</sup> André Desvallés; François Mairesse, dir. - *Concepts clés de muséologie* (Paris. ICOM/Armand Colin. 2010), 17. (Tradução nossa).

<sup>7</sup> André Desvallés; François Mairesse, dir. - *Concepts clés de muséologie* (Paris. ICOM/Armand Colin. 2010), 19. (Tradução nossa).

<sup>8</sup> André Desvallés - “Émergence et cheminement du mot «patrimoine», *Musées et collections publiques de France, n° 208* (septembre 1995), 6-29; DESVALLÉES, A. - «Cent quarante termes muséologiques ou petit glossaire de l' Exposition», in De BARY, M.-O. TOBELEM J.-M., *Manuel de muséographie* (Paris : Séguiet, 1998), 205-251; DESVALLÉES, A. - Vagues. *Une anthologie de la nouvelle muséologie*, 2 vol.; (Mâcon. Éd. W. et M.N.E.S., 1992 et 1994) RIVIÈRE, G.H. - «Définition de l' écomusée», cité dans “L' écomusée, un modele évolutif», in DESVALLÉES, A., 1992, DESVALLÉES, A. - Vagues. *Une anthologie de la nouvelle muséologie* (Mâcon. Éd. W. et M.N.E.S., 1992). vol. 1, 440-445; RIVIÈRE, G.H. - «Muséologie», repris dans RIVIÈRE, G.H et alii - *La muséologie selon Georges Henri Rivière*, (Paris : Dunod, 1989); WAIDACHER, F., - *Handbuch der Allgemeinen Museologie*, (Wien : Böhlau Verlag, 1996).

Gestion (management) – Management – Gestão  
Institution (heritage) – Heritage – Instituição/Património  
Médiation – Mediation – Mediação/Interpretação  
Muséal – Museal – Museal  
Muséalisation – Musealisation – Musealização  
Musée – Museum – Museu  
Muséographie – Museum Practice – Museografia  
Muséologie – Museum Studies – Museologia  
Object (de Musée) ou Muséale - Museum Object – Objecto (de Museu) ou Museal  
Patrimoine – Heritage – Património  
Préservation – Preservation – Preservação  
Profession – Profession – Profissão  
Public – Public – Público  
Recherche – Research – Investigação  
Société - Society – Sociedade

Dos conceitos apresentados, oferece-se ainda destacar um dos termos mais pertinentes nesta área de estudo, para além do de “Musée/Museum/Museu”, que é o próprio termo *Muséologie*, com a respectiva tradução para o inglês como “museum studies”. Adoptado consensualmente desde os anos 50 como significando o “estudo do museu”, ainda hoje oferece diferentes significados, pois a própria ciência está em evolução. A obra dá disso conta.

Maria Madalena G. F. Cardoso da Costa\*

---

\* Técnica Superior do Museu de Aveiro *Equiparada a bolsa para doutoramento, em História- Museologia e Património Cultural na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo IMC, I.P., com o apoio da FCT, 2011- 12*



# Notícias de Eventos



## **Congresso Internacional Comemorativo dos 50 anos do Curso de História «50 anos de Historiografia: Balanço e Prospectiva»**

(FLUP, 3-4 Maio de 2012)

Nos dias 3 e 4 de maio de 2012 decorreu o Congresso Internacional Comemorativo dos 50 anos do Curso de História «50 anos de Historiografia: Balanço e Prospectiva», uma iniciativa do DHEPI aberta à comunidade, tendo-se apresentado como acção certificada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, para professores dos grupos 200 e 400 – História.

A Comissão Organizadora, presidida por Armando Luís de Carvalho Homem, contou com a participação de Helena Osswald, Manuel Loff, Inês Amorim, Amélia Polónia, Gaspar Martins Pereira, Luís Alberto Marques Alves, Luís Grosso Correia e Paula Pinto, tendo a Comissão Científica, identicamente presidida por Armando Luís de Carvalho Homem, contado com a participação de Isabel Ferreira da Mota (FLUC), João Paulo Avelãs Nunes (FLUC), Sérgio Campos Matos (FLUL) e Francisco Azevedo Mendes (UM), investigadores que igualmente se constituíram em coordenadores das várias sessões.

O congresso estruturou-se em torno de cinco temas: «História, Historicismo e Nacionalismos»; «Da História local à História global»; «Inter-, multi- e transdisciplinaridade – novos horizontes para a História»; « Os usos sociais da História» e «Repensar a História – os caminhos da historiografia atual».

Investigadores convidados, nacionais e estrangeiros, apresentaram comunicações que deram corpo a um debate alargado em torno de cada uma das temáticas propostas. Entre os conferencistas contou-se a presença de Patrick J. Geary, Frank Ankersmit, Diogo Ramada Curto, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Sérgio Campos Matos, Joaquim Ramos de Carvalho, Maria Helena Cruz Coelho, Robert Rowland, João Paulo Avelãs Nunes, Fátima Nunes, Nuno Madureira, Rui Santos, Joaquim Romero de Magalhães e Francisco Azevedo Mendes. Christophe Charle, não podendo estar presente, enviou a sua comunicação, lida no decurso do evento, tendo sido Fernando Rosas uma ausência notada, por imprevistos imponderáveis.

A estas participações juntaram-se cinco outras, de docentes e investigadores do DHEPI, distribuídas pelas temáticas enunciadas.

O programa do evento dá conta do decorrer dos trabalhos.

### **Programa**

#### **Abertura**

- José Carlos Marques dos Santos (Reitor da UP)
- Maria de Fátima Marinho (Directora da FLUP)
- Armando Luís de Carvalho Homem (Presidente do DHEPI)

#### **Sessão 1**

- História, Historicismo e Nacionalismos
- Patrick J. Geary - Escrever a Nação: historiadores e identidades nacionais, séculos XIX e XX.
- Diogo Ramada Curto – A historiografia do império português no século XX. Balanço e perspectivas
- Fernando Rosas – O debate historiográfico sobre a natureza política do Estado Novo. Uma reavistação [ Conferencista ausente]
- Maria Manuela Tavares Ribeiro – Pensar e construir a Europa – 1919-1992

**Sessão 2**

- Da História Local, Microhistória à História Global
- António de Oliveira – O local na História do tempo presente
- Amélia Polónia – História Local – uma via para a História Global?
- Joaquim Ramos de Carvalho – Estudar o local para compreender o global
- Maria Helena Cruz Coelho – O Poder Local Concelhio – Percursos Historiográficos
- Robert Rowland – Microhistória? Escala e contexto nos estudos históricos locais.

**Sessão 3**

- Inter, multi e transdisciplinaridade – novos horizontes para a História
- Christophe Charle – História e histórias : para lá das nações, comparações e fronteiras
- Fátima Nunes – História da Cultura e História da Ciências: cruzamentos de História & Ciência
- Inês Amorim – A História está cega? Sensibilidade ambiental e História
- Nuno Madureira – O sentido do tempo
- Rui Santos – Agrossistemas e sociedades rurais em Portugal: Balanço historiográfico, 1968-2011

**Sessão 4**

- Usos sociais da História
- Joaquim Romero Magalhães – Vitorino Magalhães Godinho e a historiografia portuguesa do seu tempo (1942-2011)
- Luís Grosso Correia – Formar a consciência histórica no ensino secundário português (1962-2012)
- Maciel Moraes – A historiografia sobre África – oportunidade científica ou política?
- Manuel Loff – Reconstruções sociais da memória das ditaduras em contextos pós-autoritários. O caso português

**Sessão 5**

- Repensar a História – os caminhos da historiografia actual
- Frank Ankersmit – Passado, presente e futuro

Amélia Polónia, U. Porto /CITCEM

## WORKSHOP, «A Junta de Educação Nacional e a investigação científica em Portugal no período entre guerras»

(Universidade de Évora, 26.05.2012)

Realizou-se na Universidade de Évora (Colégio do Espírito Santo) nos dias 25 e 26 do passado mês de Maio de 2012 o 2.º WORKSHOP, «A Junta de Educação Nacional e a investigação científica em Portugal no período entre guerras», integrada nas atividades do projeto de investigação: POCTI/HC/0077/2009, sob coordenação do Professor Doutor Augusto José dos Santos Fitas (UE, CEHFCi) - Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência - www.cehfc.org

Do programa faziam parte as seguintes comunicações:

- Geert Vanpaemel (U.Cat. Lovaina): *To be or not to be: Belgian science policy in the interwar period*
- Fernanda Rollo (UNL-FCSH, IHC): *O paradoxo da convergência. Do confronto de paradigmas à coexistência sob a ordem da Educação Nacional (1929-1936)*
- José P. Sousa Dias (UL-FF, CEHFCi): *A vida para além do Estado: financiamento privado da investigação biomédica em Portugal (1926-1936)*
- Leoncio Lopez-Ocon Cabrera (CSIC-Madrid): *La proyección internacional de científicos y educadores españoles en la época de la JAE (1907-1939)*
- João Príncipe (UE, CEHFCi): *O pensamento de António Sérgio em contexto Internacional*
- Marta Cecília Bustamante (U. Paris D. Diderot): *Sur la fondation et les premières décennies d'existence de la Société Française de physique? (fondée à la fin du XIXe siècle et j'irai jusque la période de la première guerre mondiale, avec des allées et retours sur les années 20)*
- Fátima Nunes (UE, CEHFCi): *Entre a JEN e o ISA: um eixo colonial na política científica do Estado Novo?*
- Maria Margarida Heliodoro (ESP-MQ):- *A atividade no Laboratório Curie da Bolseira da JEN, Branca Edmée Marques*
- Augusto J. Santos Fitas (UE, CEHFCi): *A JEN e o apoio à Investigação na primeira metade da década de trinta*

## I Congresso Anual de História Contemporânea

(Universidade Nova de Lisboa, 18-19 Maio 2012)

Realizou-se, na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, nos dias 18 e 19 em Maio de 2012, o **I Congresso Anual de História Contemporânea**. Concretizou-se, assim, o primeiro objectivo delineado conjuntamente pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa (CEHCP), Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi), da Universidade de Évora, Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), da Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), da Universidade de Coimbra, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Gabinete de História Económica e Social (GHES), do Instituto Superior de Economia Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e Instituto de História Contemporânea (IHC), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Estas unidades de investigação acordaram associar-se para a constituição de uma Rede de *História Contemporânea* cujo objectivo fundamental é a realização e divulgação de atividades concernentes ao arco investigativo da História Contemporânea, nos contextos nacional e internacional.

Este primeiro encontro foi organizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20), e pelo Instituto de História Contemporânea (IHC) da FCSH – UNL, sendo a Comissão Organizadora constituída pelos professores Maria Fernanda Rollo (IHC), Maria Manuela Tavares Ribeiro (CEIS20), Ana Paula Pires (IHC) e João Paulo Avelãs Nunes (CEIS20.)

Neste espaço, que se propõe dar a conhecer os estudos no domínio da História Contemporânea, estiveram presentes reputados conferencistas convidados a que se juntaram conceituados investigadores, numerosos jovens doutorados e muitos doutorandos.

À sessão inaugural, presidida pelo Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Professor Doutor António Rendas, seguiu-se a *Conferência Inaugural*, proferida pelo Professor Eduardo Lourenço.

Os trabalhos do congresso prosseguiram com a *Mesa Redonda - Portugal Contemporâneo, História e Historiografia*, moderada pelo Professor Joaquim Romero de Magalhães e com a participação dos Professores Fernando Catroga, Fernando Rosas, Luís Reis Torgal e Miriam Halpern Pereira. O comentário esteve a cargo do Professor Hipólito de la Torre Gómez.

As comunicações apresentadas foram agrupadas nas seguintes temáticas:

- *Fazer História*
- *Sociedade e Trabalho*
- *Economia: Agentes e Actividades*
- *História das Relações Internacionais*
- *Ciência e História da Medicina*
- *Ensino, Ciência e Investigação*
- *História e Território*
- *Liberalismo*
- *República e Republicanismo*
- *Guerra*
- *Diplomacia e Relações Internacionais*
- *Religião*

- *Regimes, Poder e Propaganda*
- *Resistência e Oposição*
- *Revolução e Democracia*
- *Violência Política*
- *Cultura*
- *Arte, Cultura e Política Cultural*
- *Colónias e Colonialismo*
- *Descolonização e Pós-Colonialismo*

As unidades de investigação associadas na *Rede de História Contemporânea* decidiram que do conjunto de iniciativas que materializarão os propósitos definidos fará parte a realização de um Congresso Anual de História Contemporânea cuja preparação e concretização envolverá a colaboração de pelo menos duas das referidas unidades de investigação, devendo ser assegurada a rotatividade da sua preparação e localização.

No próximo ano, 2013, ocorrerá o **II Congresso Anual de História Contemporânea**, cabendo a sua organização, conjuntamente, ao Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi) da Universidade de Évora e ao Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Estas unidades de investigação divulgaram já o call for papers que transcrevemos.

Maria Antonieta Cruz, FLUP, DHEPI, CITCEM

## II Congresso Anual de História Contemporânea

(Universidade de Évora / Colégio do Espírito Santo, 16-18 de Maio 2013)

### ***Call for papers:***

A Rede de História Contemporânea, constituída por diversos centros de investigação, vai realizar o II Congresso Anual de História Contemporânea, nos dias 16 a 18 de Maio de 2013, na Universidade de Évora.

De acordo com os objectivos da Rede de História Contemporânea, o Congresso pretende proporcionar um espaço de debate científico aberto a todos os investigadores de História Contemporânea, promover a divulgação de novos estudos nesta área, em particular de jovens investigadores, e reforçar a cooperação entre os diversos centros de investigação.

Além da apresentação de comunicações submetidas através deste *call for papers*, o Congresso incluirá, também, intervenções proferidas por conferencistas convidados.

Apela-se à participação dos investigadores de História Contemporânea, através da submissão de propostas de comunicações ao Congresso, nos prazos e normas fixadas neste *call for papers*.

### **Línguas do Congresso:**

Português, Inglês, Francês e Espanhol.

### **Prazos e normas de submissão de propostas/comunicações:**

#### *Submissão de propostas:*

- Data-limite: 31 de Outubro de 2012 a 31 de Janeiro de 2013
- A proposta deverá conter título da comunicação, resumo (máx. 500 palavras), currículo breve (máx. 300 palavras)
- A comunicação dos resultados da aceitação de propostas será feita até 15 de Março de 2013

#### *Entrega dos textos integrais das comunicações:*

- Data-limite: 30 de Abril de 2013

Os textos integrais das comunicações não deverão ultrapassar as 3.000 palavras

### **Centros que integram a Rede de História Contemporânea:**

- Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa (CEHCP) / Instituto Universitário de Lisboa
- Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi) / Universidade de Évora
- Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) / Universidade Católica Portuguesa
- Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) / Universidade de Coimbra
- Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) / Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Universidade do Minho
- Gabinete de História Económica e Social (GHES) / Instituto Superior de Economia Gestão da Universidade Técnica de Lisboa



- Instituto de História Contemporânea (IHC) / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

**Centros responsáveis pela organização do II Congresso Anual de História Contemporânea:**

- Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi) / Universidade de Évora
- Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) / Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Universidade do Minho

**Comissão Organizadora**

Maria de Fátima Nunes (Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência)

Gaspar Martins Pereira (CITCEM)

José Pedro Sousa Dias (Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência)

Luís Alberto Alves (CITCEM)

**Contactos:**

Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi)

Universidade de Évora - Palácio Vimioso

Secretariado: Marco Cardoso

Email: [cehfc@uevora.pt](mailto:cehfc@uevora.pt)

Telefone: 266 706 581

**ESSHC 2012 (9th European Social Science History Conference)**

(Glasgow, Scotland, UK, 11 - 14 April 2012)

***Panel Beyond Empires: Self-Organizing Cross-Imperial Economic Networks Versus Institutional Empires, 1500-1800*****Organisers:**

Catia Antunes (Leiden University)

Amélia Polónia (FLUP, Porto University)

**Scientific Rationale**

When Douglass North brought to the attention of economic historians the importance and influence of institutions for economic development and growth, an analytical revolution ensued. The growing emphasis on the role formal and informal institutions played in Early Modern economics and the extent to which this influence actually determined the rise of the West after the first steps towards the Industrial Revolution became the corner stone of most economic historical works.

The theory by North was able to bring under its umbrella not only economic historians, but also other specialists in Early Modern studies. The idea that institutions were whole encompassing and paramount for social and economic development fit well with the explanatory divide in the literature between absolutist states and parliamentary states, as much as with the dichotomies recognized to the regions influenced by the traditional peasant- or specialization-models. In a time when monopolies of kings, states and chartered companies seem to have been in the forefront of capital accumulation and western expansion, the prominence of institutions became an undeniable fact.

Notwithstanding North's contribution to the understanding of social and economic processes during the Early Modern period, the last ten years have been characterized by a growing number of studies that have questioned the role played by institutions and the monopolies they sponsored. Specifically centered in the relationship between European empires overseas, there is a growing consensus that most of those empires were profitable and successful due to the intervention of individuals or groups of individuals engaged in the common good of the social and economic networks they served. More often than not, these self-organized, trans-imperial, cross-cultural networks imposed serious challenges to State, Church and Monopolistic institutions, since they were the source of most of the illegal and contraband transactions world-wide, but they were also the ones that within, or in collaboration with the institutions actually became agents of empire building.

The panel proposal wished to explore the mechanisms of self-organizing entrepreneurial networks performing against or within the functioning of imperial institutions in Europe, the Atlantic and the Indian Oceans. The participants emphasized the means, mechanisms and agency of self-organizing networks in these specific contexts. The organizers acted as discussants and underlined the importance of these complex relationships across empires, stressing the differences and similarities that could be found within these specific areas.

By putting together specialists focused in different political, religious and cultural backgrounds, the panel of multiple sessions (4 in total) aimed to call for a debate on the (in)existence of differences among the modus operandi of Portuguese, Spanish, Dutch, British or French representatives, when acting as agents of cross-imperial economic networks. Ultimately, the differences and similarities of colonial projects were acknowledged as the central conductive rationale behind the self-organizing networks functioned with - or against institutions in the Early Modern period.

## Programme

### Session 1: *Mechanisms and Processes*

- Amélia Polónia (U. Porto) & Cátia Antunes (U. Leiden) - *Beyond Empires: Self Organizing Cross-Imperial Economic Networks vs Institutional Empires, 1500-800 – an introduction.*
- Daniel Strum - *Revisiting the Role of Kinship and Ethnicity in Early Modern Trade: the Portuguese Jews and New Christians in the sugar trade*
- Jessica Roitman (Rubicon Post-Doctoral Fellow, Birkbeck College, University of London) - *Creating Confusion in the Colonies: Negotiating Nationality across Imperial Boundaries*

### Session 2: *The European Context*

- Ana Crespo Solana (Instituto de Historia, Centro de Ciência Humanas y Sociales Consejo Superior de Investigaciones Científicas) - *Networks between Transnational Systems: Theoretical Rapprochements in the case of the Hispanic Atlantic World XVII-XVIIIe)*
- Ana Sofia Ribeiro (U. Porto) - *The Evolution of Norms in trade and financial networks in the First Global Age. The case study of Simon Ruiz's network (second half of the 16th century)*
- Siobhan Talbott (University of Manchester) - *'Theris many English and severall Scots thatyou might deall with.' Self-organizing European entrepreneurial networks in the ong seventeenth century: the case study of Britain and France*
- Margrit Schulte Beerbuehl (University of Dusseldorf) - *Secret trading networks during the Napoleonic Wars*

### Session 3: *The Atlantic Context*

- Filipa Ribeiro da Silva (University of Leiden) - *Trans-imperial and cross-cultural networks for the slave trade, 1580s-1800s*
- Silvia Marzagalli (University of Nice – Sophia-Antipolis) - *The French colonies in the late 8th century, or the necessity of cross-imperial and foreign trade*
- Bram Hoonhout (University of Leiden) - *Subprime Mortgages in the Caribbean: the Finacial Opportunities Illegal Trade Created, 1740-1815*

### Session 4: *The Indian Ocean and Beyond*

- Leos Muller (University of Stockholm) - *Trading with Asia without a colonial empire. Swedish merchant networks and chartered company trade, 1750-1800*
- Chris Nierstrasz (University of Warwick) - *In the Shadow of the Companies, Empires of trade in the orient and informal entrepreneurship, 1600-1800*
- Guido van Meersbergen (University College London) – *“The Nature of the People and their Government”: The Role of Cultural Perceptions of Trustworthiness in Dutch and English East India Company Commercial and Diplomatic Strategies*
- More information still available at <http://www2.iisg.nl/esshc/programme.asp?selyear=12&find=Beyond+Empires> [30.06.2012]

Amélia Polónia, U. Porto /CITCEM  
Cátia Antunes, U. Leiden

**6th. International Congress of IMEHA  
(International Maritime Economic History Association)**

( Ghent, 1-6 July 2012)

**Panel *Port-cities in the First Global Age. The Portuguese network (15th.-18th. centuries).***

**Organisers:**

Amelia Polonia (University of Porto)

Catia Antunes (Leiden University)

**Scientific Rationale**

The take-off for the Overseas European Expansion and the beginning of the process that lead to global dynamics took place with the Portuguese. Regardless of the exact chronology, the fifteenth century opened the door to a new world. Rather than bidirectional contacts, the connections established by the Portuguese were multidirectional, and involved a diversity of worlds. These contacts, fostered between Europeans, Africans, Americans and Asians grew exponentially in the sixteenth century and created global networks between a significant range of port-cities.

Maritime circuits were the means to guarantee those connections, and port cities were gateways in which European intermingled with those other worlds.

Defining a global network, this historical process was responsible also for a long lasting impact in those gateways. The four-session proposal wished to underline the importance of the changes and exchanges most world ports went through after the beginning of the European Expansion overseas, using the port-cities under Portuguese influence in Europe, Africa, America and Asia as a case in point.

The session intended to present a multi-focal approach, based on morphological and environmental aspects; economic dynamics; social composition and cultural and religious practices, enquiring port-cities both as platforms of global exchanges and privileged key-points to examine impacts deriving from a globalization process.

**Session 1. *Harbour construction, morphological adaptation and environmental impact***

The Portuguese Expansion overseas was indeed a pioneering process that changed most of the Portuguese ports in the European continent for good. The use of new sailing techniques, the increasing tonnage of seagoing vessels, the growing number of ships in the different harbors and a growing shipbuilding industry forced most Portuguese ports into serious modifications of their layouts, dockyards, harbors and commercial facilities from the fifteenth into the nineteenth century. Heavily depending on the morphology and logistics of seaports, the overseas commercial enterprise imposed harbor technical interventions, morphological transformations and met environmental changes with significant implications for most ports, able to affect environmental sustainability.

On the other hand, the arrival of the Portuguese to new continents initiated an overall movement led by new strategies of the use of maritime spaces, which led to harbor construction and technical and environmental adaptations in order to accommodate the needs and requirements introduced by the newcomers. This session privileged contributions that stress the mechanisms of alteration and adaptation that ports had to endure between the fifteenth and the nineteenth centuries, due to the presence of the Portuguese, with a specific emphasis on the meeting of structural and environmental challenges.

**Papers:**

- Amélia Polónia, (University of Porto/CITCEM) - *Environmental impact of the historical uses of the sea. The case of port cities*
- Amândio Barros (CITCEM/ESE-IPP) - *The north-western Portuguese port's organization in the Early Modern Period*
- Ana Catarina Garcia (University of Azores/ CHAM) - *Angra, an Atlantic port city of the XVII century: space, structures and institutions in the context of the Maritime Empires*

**Session 2. Economic Structures, Networks and Profits**

Even if morphological and environmental change seems to have been a direct consequence of the Portuguese expansion, economic profit allied with political preeminence was possibly the most influencing mark left in Portuguese, African, American and Asian maritime hubs after the Portuguese arrival.

Economic structures, trade networks and trade strategies changed, in some spaces radically, to serve the purpose of capital accumulation and business profitability. Local ports became more than hierarchical outputs of local markets and most of them started to function as global gateways, both in Europe, Africa and America. Some Asian seaports changed their ranking in the Indian Ocean and worldwide hierarchies.

Based on the analysis of case studies, session 2 looked into the mechanisms and changes that ensued, both in Europe and other continents, as the basis of the transition of local ports into main global gateways, as a result of the Portuguese participation in the world economy.

**Papers:**

- Flávio Miranda, (University of Porto/ CITCEM) - *On the Medieval Origins of the Modern Economy. Portuguese Trade and Expansion in the Fifteenth Century*
- Leonor Freire Costa, (University of Lisbon, ISEG-UTL) - *Seaports, shipping productivity and trade regulations. The Portuguese case*
- Filipa Ribeiro da Silva (University of Leiden) - *The rise and fall of Portuguese Early Modern ports in Western Africa: networks, commercial strategies and rivalries*
- Ana Roque (IICT, Tropical Research Institute Lisboa) - *Mozambique Coastal Ports in the 16th Century: Trade Routes, Changes, Science and Knowledge in the Indian Ocean*

**Session 3. Social Composition, Cultural and Religious Exchanges**

The Portuguese heavily influenced, throughout the world, the social fabric of city-ports, forcing or being forced to accommodate cultural brokers, religious minorities and intermediaries in a permanent process of social change, acculturation, and integration of newcomers. Maritime hubs presented themselves in those times, as a melting pot of people, from different places, religions, social origins and races. City ports all over the world are, thus, advantaged observation points of the processes under scrutiny.

Session 3 focused on contributions that underlined the significance of social changes, inclusion/exclusion mechanisms and the broadening of the social basis of ports, both in Portugal and in Africa, America or Asia during the process of Portuguese overseas expansion.

Simultaneously, all the global gateways formed around the Portuguese expansion, either in Europe, Africa, America or Asia became brewing grounds for technological, philosophical, language and religious exchanges. Many of these exchanges brought the world closer together on technological and philosophical knowledge. Other changes forced millions into hybrid forms

of religiosity unknown to many and tolerated by few. For this reason, the specific knowledge of the different worlds in presence, and frequently in confrontation, expanded, and ports were, both, the privileged vehicle of this expansion and the privileged stage for those symbiotic processes.

Session 3 accommodated thus contributions on the process of cultural miscegenation; the dialog between religions; the assimilation process of cultural patterns. As a common focus, the analysis was centered in port cities in an attempt to bring to the fore the importance of these gateways as cultural environments.

**Papers:**

- Cátia Antunes (University of Leiden) - *Evolving Dynamics in the Portuguese Seaport system: The Influence of Cross-Cultural Relations, 1580-1776*
- Hugo Ribeiro da Silva (University of Coimbra/ New University of Lisboa) - *The Catholicism in the South Atlantic, 16th-18thcenturies: syncretism or transculturation?*
- Ana Sofia Ribeiro (University of Porto/ CIDEHUS/ CITCEM) - *Violence in Early Modern port cities – myths and realities. The case study of Porto in the second half of the 18th century*
- More information still available at <http://www.imeha2012.ugent.be/schedule>  
[30.06.2012]

Amélia Polónia, U. Porto /CITCEM  
Cátia Antunes, U. Leiden

## Redes Portuárias Atlânticas (séculos XVI a XX). Balanço e prospectiva historiográfica

(Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 26-27 Abril 2012)

**Coordenação :** Amélia Polónia (U. Porto - FLUP/ CITCEM)  
Amândio Barros (IPP/ESE; CITCEM)  
Stéphane Michoneau (EHEHI – Casa de Velásquez)

**Organização :** Universidade do Porto – Faculdade de letras  
CITCEM – U. Porto  
Casa de Velásquez

Portos e cidades portuárias emergiram desde há muito como categorias destacadas na análise histórica. O estudo de sistemas portuários e das dinâmicas internas de portos europeus e as suas articulações com o *hinterland* e os seus circuitos de navegação e comércio internacional têm sido objecto de uma vasta literatura produzida no âmbito da história portuária. Os portos ibéricos e europeus conheceram um número considerável de estudos e recentes publicações de síntese.

Para além de dinâmicas locais e regionais, importa, porém, desenvolver perspectivas globais, capazes de posicionar os portos em redes de articulação mais vastas. As relações estabelecidas entre portos europeus, nomeadamente ibéricos, e outros entrepostos portuários na África e na América são de fundamental compreensão para o entendimento de dinâmicas mais globais, que envolvem a economia, a população, a política e a cultura. Estudos comparativos, e investigações em rede, tornam-se fundamentais para dinamizar essas abordagens, imprescindíveis em estudos de história local, regional e global. O objectivo do encontro foi o de reunir um grupo de investigadores reconhecidos pelos seus estudos em torno destas matérias, debater os tópicos e os problemas emergentes de uma investigação com este enfoque, tentar estabelecer uma rede de investigação ou articular redes pré-existentes, em ordem a potenciar os resultados de trabalho individual ou de grupo em curso, em torno de portos Atlântico.

### Programa

#### Abertura

- Maria de Fátima Marinho - Directora da FLUP
- Stéphane Michoneau – (EHEHI – Casa de Velásquez)

#### Comunicações

- Amélia Polónia (Universidade do Porto – Faculdade de letras/ CITCEM) - *Estudos portuários, balanço e prospectiva*
- Ana Crespo Solana (CSIC- Madrid) - *El sistema portuario del Atlántico español: aproximaciones metodológicas para el estudio de redes mercantiles y puertos*
- Sylviane Llinares (Université de Bretagne Sud) - *Réseaux et politiques portuaires en France : bilan, historiographie et nouvelles perspectives*
- Francis Brumont (Université de Toulouse 2) - *Le complexe portuaire du Pays Basque au XVIIIe siècle*
- Ana Maria Rivera Medina (Universidad Nacional de Educación a Distancia) - *El puerto de*

*Bilbao en el concierto comercial de los siglos XIV-XVII. Un balance historiográfico y una propuesta de investigación.*

- Inês Amorim (Universidade do Porto – Faculdade de Letras / CITCEM) - *Os sentidos do património na construção de uma identidade portuária. Identificação do Património Cultural do Porto de Aveiro*
- Fernanda Rollo (FCSH-UNL/ Instituto de História Contemporânea) - *Inovação e engenharia portuárias no século XX – uma aproximação historiográfica*
- Ana Prata (Instituto de História Contemporânea) - *Melhoramentos portuários em Portugal no início do século XX. Um balanço historiográfico*
- Thierry Sauzeau (Universidade de Poitiers) - *Un réseau portuaire face à la Révolution française : les ports du sel du Centre-ouest atlantique (XVIIe-XIXe siècles)*
- Miguel Suárez Bosa (Universidad de Las Palmas) - *Puertos y ciudades de las Islas Macaronésicas, nodo de la red marítima atlántica (Primera Globalización, siglo XIX)*
- Jose Damiao Rodrigues (Universidade dos Açores) - *Les îles au carrefour des races et des cultures: migrations et métissages du XVe au XXIe siècle*
- Begona Alonso (Universidad de Santander) - *Vistas y visiones de las ciudades portuarias atlánticas, siglos XVI-XIX*
- Juan Gelabert (Universidad de Santander) - *Ciudades de la fachada atlántica: actividad económica, comportamientos sociales y universos mentales (siglos XVI-XVIII)*
- Antonio Almeida Mendes (Université de Nantes) - *Les ports dans la construction des mondes atlantiques (XVIe. XVIIIe. Siècles)*
- Amândio Barros (ESE- Escola Superior de Educação do Porto/ CITCEM) – *Os portos do Noroeste português e as articulações com os complexos portuários da Coroa de Castela. Novas interpretações.*

## **Conclusões**

Sessão plenária de apresentação e discussão dos principais resultados do Colóquio.

Amélia Polónia, U. Porto/ CITCEM



## Norma e desvio na sociedade europeia medieval, moderna e contemporânea

(Porto, FLUP, 18 de Maio de 2012)

Workshop promovida no âmbito do Curso de Doutoramento em História, do DHEPI, com a colaboração do CITCEM

“[...] as normas e as sanções fazem parte integrante da vida social de onde emergem, muitas vezes à margem de qualquer legislador. Os actores sociais cuja relação tenha uma base estável obrigam-se mutuamente e sancionam-se em caso de transgressão. [...] A pena prevista e, sobretudo, a pena efectivamente aplicada é um facto social e não apenas jurídico dotado de uma objectividade indiscutível.”

CUSSON, Maurice – *Criminologia*. Lisboa: Casa das Letras, 2006, p. 16.

Não tomando a norma e a sua codificação como monopólio do estado, mas como construção que pode estar também vinculada aos “comuns”, à comunidade social; entendendo que há normas formais e informais, codificadas ou simplesmente assimiladas pela implícita aceitação do seu carácter vinculativo; assumindo que a existência de normas implica, por inevitável, a existência de desvios e a implementação de punições externas, legais, criminais, sociais; ou internas, sob a forma de auto-punição; sublinhando que a norma presume formas diversas de controlo social, a workshop propôs para debate o tema da “Norma e desvio na sociedade europeia medieval, moderna e contemporânea”. A intenção era a de abrir essa discussão ao campo da política, da religião, da sociedade, da cultura e da fiscalidade; propor uma relação dinâmica entre norma, desvio e sanção; conferir espaço para a análise de normas formais e informais, que radicam na acção do Estado, ou na auto-organização das comunidades, a par da compreensão da relação entre desvio e sanção (legal, social, familiar, ...).

A acção de instituições, grupos e indivíduos na criação e afirmação da norma como forma de controlo social, e o despoletar de processos de regulação e de sanção, avaliando-se os custos e benefícios de ambos os processos – o da consubstanciação da norma e o da punição do desvio à mesma, constaram do foco de análise desta workshop, que procurou reunir investigadores seniores e juniores, e dar visibilidade a investigações em torno de formas de controlo no domínio político, jurídico, económico-financeiro, cultural, religioso; a formas de poder e de contrapoder; a formas de regulação e de auto-regulação, e a formas de desvio à norma como via para a criação de uma normatividade alternativa.

### Programa de trabalhos

- Amélia Polónia (U. Porto) – Nota introdutória
- Luís Miguel Duarte (U. Porto) – “Os homens a quem as mulheres fugiram”
- Patrícia Costa (U. Porto) – “Norma e prática nas finanças municipais do Porto (1706-1777)”
- Sarath Jakka (TEEME Phd Program) - “Norm and Deviation in Thomas More’s Utopia”
- Roberto López Vela (U. Cantabria) – “Sobre los orígenes del “fanatismo” español. Del antijudaísmo de la modernidad al nacimiento de la historiografía” (Presença cancelada)
- Tomás A. Mantecón (U. Cantabria) – “Disciplinamiento y control social from below en las sociedades hispánicas. Una perspectiva histórica”
- Ana Sofia Ribeiro – “A agressão física como transgressão à norma ou forma de integração

social no Portugal da segunda metade do século XVIII”

- Álvaro Cúria - “Herdeiros do Muro: análise comparada da reação pública de cinco partidos comunistas sul europeus aos acontecimentos históricos de 1989/1991.”

Amélia Polónia, U. Porto/ CITCEM

## **New research in maritime studies in Sweden and Portugal**

(FLUP, 23 de Março de 2012)

No âmbito de um protocolo de colaboração entre os programas de doutoramento em História, de Universidade de Estocolmo e a Universidade do Porto (FLUP – DHEPI), realizou-se, a 23 de Março de 2012 a workshop *New research in maritime studies in Sweden and Portugal*. A workshop foi organizada por Leos Müller, Centre for Maritime studies, Stockholm University e Amélia Polónia, DHEPI, FLUP.

As sessões integraram as apresentações de :

- Sara Pinto - *Trade networks in the First Global Age - a geographical approach*.
- Ana Sofia Ribeiro - *Mechanisms of cooperation in the trade network of Simon Ruiz (1557-1597)*.
- Lisa Hellman - *The Social relations of the Swedish East India Company in Canton and Macao 1730-1830*.
- Hanna Jansson - *'Sail south until the butter melts.'* Swedish sailing blogs from the Trade wind route.
- Ana Garcia - *The seaport of Angra do Heroísmo (Azores): seaports infrastructures and sub-aquatic archeology*.
- Helena Regina Lopes Teixeira - *Urbanism in coastal areas - the Porto case in the Early Modern Age*.
- Harry Svensson - *The naval base of Karlskrona as an example on the Port Jews-paradigm*.
- Ale Pålsson - *S:t Barthélemy: Premodern multiculturalism and Napoleonic Trading Conflicts*.

Um segundo encontro está previsto para 2013, em Estocolmo, envolvendo estes e outros estudantes de doutoramento entretanto integrados nos planos de estudo dos respectivos cursos de doutoramento, autores de projectos com incidência em investigação em história marítima.

Amélia Polónia, U. Porto/ CITCEM

## I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona International Round Table of Lusophone Environmental History

(Coimbra, 30 e 31 de março 2012)

Realizou-se em Coimbra, a 30 e 31 de Março de 2012, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), sob a tutela científica da sua investigadora Stefania Barca, o **Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona**. O encontro de Coimbra apresentou-se como uma dupla oportunidade: permitir criar ligações mais estáveis e profícuas entre os estudiosos portugueses e, ao mesmo tempo, contribuir para a internacionalização da história ambiental portuguesa, dando início a uma rede de história ambiental lusófona.

O encontro surgiu num quadro internacional e nacional que o legitima e justifica. Efetivamente, a história ambiental é uma área de investigação interdisciplinar que visa explorar a inter-relação dinâmica entre as sociedades e os seus ambientes. Parte do pressuposto de que as sociedades evoluem na relação com os ecossistemas aos quais pertencem, em diferentes escalas territoriais. Ela visa reintroduzir a natureza na narrativa histórica, investigando o papel dos recursos naturais, dos vírus, do clima e dos eventos catastróficos nas mudanças sociais de longo, médio e até breve período. Ao mesmo tempo, a história ambiental pretende esclarecer o papel dos seres humanos, nas suas diferentes formas de organização socio-política, em determinar as mudanças da natureza e dos ambientes terrestres. Enquanto ciência humana e social, com carácter interdisciplinar, a história ambiental visa interagir tanto com as ciências naturais (biologia, ciências florestais e agrárias, ciências do clima, etc.) quanto com as outras ciências sociais, no intento de contribuir para a superação da dicotomia cognitiva entre género humano e natureza.

A partir de estudos pioneiros publicados nos EUA e na Inglaterra entre os anos 70 e 80, nas últimas décadas esta abordagem tem interagido com tradições historiográficas nacionais em vários contextos. Existe hoje uma literatura histórico-ambiental internacional, que conta com contribuições desde a escala local à global, e existem sociedades internacionais de história ambiental como a European Society for Environmental History (ESEH), a American Society for Environmental History (ASEH), a Sociedad Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental (SOLCHA), ou a International Consortium of Environmental History Organizations (ICEHO). Além disso, existem duas revistas internacionais de área anglófona (*Environment and History* e *Environmental History*), e prémios literários atribuídos a monografias ou artigos. Embora Portugal tenha sido pouco envolvido, até este momento, nas atividades internacionais neste âmbito, existem agora condições para que o seu lançamento no contexto global da história ambiental resulte em sucesso: de facto, o próximo congresso mundial, organizado pela ICEHO, terá lugar na Universidade do Minho em Braga, que já organizou um workshop internacional em 2009. Um segundo workshop internacional, co-organizado pela mesma universidade, teve lugar em Brasil em novembro de 2011, e foi reforçando as ligações entre estudiosos de história ambiental de língua portuguesa.

Foi lançado um “call for papers” para a apresentação de trabalhos em redes internacionais de história ambiental, à qual responderam com entusiasmo estudiosos portugueses, brasileiros, africanos, de vários países europeus e dos EUA, entre os quais foram escolhidos os/as oradores/ as presentes no programa.

O encontro foi organizado em sessões, sendo cada uma delas objeto de comentário por um moderador (vd. [http://www.ces.uc.pt/eventos/?id=4739&id\\_lingua=1](http://www.ces.uc.pt/eventos/?id=4739&id_lingua=1)). A primeira sessão “Portugal: recursos da terra e do mar”, moderada por Jason W. Moore, teve como participantes:

Nicole F. Devy-Vareta, “Percurso na geo-história da floresta em Portugal, Inês Amorim, “A sustentabilidade dos recursos piscatórios portugueses na 2ª metade do século XIX: “the first five”; Cibele Dias da Silveira, “A pesca artesanal nos Açores/Portugal e na Ilha de Florianópolis/Brasil: o percurso das dinâmicas territoriais e sociais para uma gestão das zonas costeiras; Sofia Henriques, “Energia e recursos naturais na industrialização portuguesa”; Maria Cristina Joana de Melo, “A fácil questão sobre comuns e baldios: não lhes tocar”).

A segunda sessão, “África: descobrimento e destruição”, foi moderada por Yussuf Adams (participantes: Ana Cristina Roque, “Para uma outra leitura da história da expansão e dos descobrimentos portugueses: A costa sul oriental de África e o conhecimento da natureza no século XVI”; Cristina Brito, “Baleias”, golfinhos e outros peixes no Atlântico Sudeste: Fontes e dados para o estudo da biodiversidade histórica de cetáceos no Golfo da “Guiné”; Rozenn Diallo, “Conservation, international aid and state power. Case studies from Mozambique”; Phia Stein, “Exporting” environmental destruction: the environmental impact of South African Defence Force activities in Angola and Mozambique, 1975-1989”).

A terceira e quarta sessões, “Brasil: agricultura e florestas” e “Brasil: cidades e rios”, foram moderadas, respectivamente, por José Augusto Pádua e Stefania Barca (participantes: Marco Armiero, “For an environmental history of mass migration. A comparative perspective on Italian agriculture in Brasil and the US West”; Xenia Wilkinson, “Extracting Strategic Materials from the Amazon: Brazil’s “Rubber Soldiers” during World War II”; Ana Blaser, “O manejar Mebêngôkre: um panorama histórico dos usos e recursos territoriais da Terra Indígena Trinchira do Bacajá (PA)”; Jó Klanovicz, “O Brasil eternamente agrícola: uma leitura de História Ambiental”; Eunice Nodari, “Unidades de Conservação Permanente como solução para preservação? Floresta com Araucárias em Santa Catarina”; Samira Peruchi Moretto, “Plantar para manter”: a domesticação da goiabeira-serrana no Sul do Brasil”; e na quarta sessão: ; Janes Jorge, “O rio que a cidade perdeu. O Tietê e São Paulo, 1890-1940”, Gilmar Arruda, “Águas da discórdia: o rio Tibagi e o abastecimento de água potável na cidade de Londrina -1970-1991”, e Marcos Aurélio Espíndola, “Situação Pós-Desastre de 2008 no Complexo do Morro do Baú, Ilhota - Vale do Itajaí: A (Re)Produção Social do Risco” e Alexandra Martins Silva “Informação, Pesquisa e Assessoria: a importância do Observatório Sócio-Ambiental de Barragens no Brasil”).

O dia 31 de Março caracterizou-se por um formato ligeiramente diferente, por se incorporar nos Programas de Doutoramento do CES, sob o tema geral : *Democracia no Século 21 e Governança, Conhecimento e Inovação*. Como conferencistas convidados e respectivas apresentações estiveram Jason W. Moore (Umea University, SE), “Sugar and the Conquest of Nature in the Portuguese Atlantic, 1450-1750”, Yussuf Adam (Universidade Eduardo Mondlane, MZ), “As florestas de Cabo Delgado em perspectiva histórica”, José Augusto Pádua (UFRJ, BR), “Ambiente e política na Amazônia colonial e poscolonial”. O debate foi um dos elementos fundamentais neste primeiro encontro, envolvendo alunos de doutoramento, de áreas como a história, economia, sociologia, geografia e ambiente.

As apresentações serão publicadas até ao final do ano em edição electrónica pelo CES que vai lançar uma nova linha editorial para a publicação de Atas de encontros científicos em formato electrónico. A série será dotada de ISBN e disponível em acesso livre, o que permitirá divulgar os primeiros resultados científicos do Encontro de História Lusófona Ambiental que, espera-se, venha a ser o primeiro de muitos mais.

## II Encontro RuralRePort- Rede de História Rural em Português Modalidades de acesso à terra: instituições e relações sociais

(Penela, 29-30 Junho 2012)

A 29 e 30 de Junho de 2012 realizou-se, em Penela, no Centro de Estudos de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut (<http://sirius.bookmarc.pt/cehlr/sirius.exe/>), o II Encontro RuralRePort, organizado por Margarida Sobral Neto (da Universidade de Coimbra, Faculdade Letras), Emídio Domingues e Salvador Manuel Arnaut (respetivamente da Câmara Municipal de Penela e do Centro de Estudos de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut).

Dever-se-á, contudo, remontar ao I Encontro, realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, a 6 e 7 de Maio 2011, altura em que um grupo de investigadores (Benedita Câmara, Dulce Freire, José Vicente Serrão e Rui Santos) organizou um primeiro momento de debate. Constituiu uma oportunidade para conhecer a investigação realizada em diferentes instituições portuguesas e brasileiras e, também, contribuiu para dinamizar o projecto RuralRePort - Rede de História Rural em Português, cujo sítio se poderá consultar em <http://histruralpt.wordpress.com/>. Mais do que promover a discussão dos resultados, este primeiro encontro procurou fomentar o interconhecimento de investigadores que se reconhecem na História Rural e que consideram oportuna a proposta de constituição de uma rede, difundida em finais de 2010.

O II Encontro seguiu um outro formato. A comissão científica (Benedita Câmara, Dulce Freire, José Vicente Serrão, Margarida Sobral Neto, Maria Helena Cruz Coelho e Rui Santos) e a comissão organizadora propuseram um tema central, **Modalidades de acesso à terra: instituições e relações sociais**, em torno do qual foram organizadas sessões plenárias agregadas de comunicações individuais. “Terra” como o conjunto dos recursos inscritos num espaço fundiário apropriado pelo homem, seja a sua capacidade produtiva agrícola, sejam os recursos hídricos, minerais, botânicos, zoológicos, florestais e cinagéticos. Sem esquecer obviamente o recurso mais elementar, o próprio espaço, enquanto suporte de edificação, perímetro de permanência ou eixo de deslocação, assim como os recursos paisagísticos e ambientais, em função dos quais se definem novos tipos de acesso e de restrições, assim como novos contornos do rural. Já “modalidades de acesso à terra” pressupõem todas as formas pelas quais as pessoas, individuais ou coletivas, obtêm o poder de usar, desfrutar ou transacionar esses recursos. Desde o poder de cultivar a terra, apascentar o gado, caçar ou tirar lenha até ao poder de permanecer nessa terra ou de a atravessar, ou até simplesmente ao poder de usufruir de um espaço de lazer ou de um dado estado da paisagem.

Dividido em quatro sessões plenárias, o encontro teve como ponto central de reflexão uma conferência proferida por Richard Hoyle (Professor da University of Reading, Great Britain, <http://www.reading.ac.uk/history/about/staff/r-w-hoyle.aspx>) intitulada *Owner-occupation in the twentieth-century: an idea and its consequences*.

O encontro esteve aberto a todos os que manifestaram interesse em fazer parte desta rede científica e, ainda, a estudantes, bolsiros e outros investigadores que estiveram presentes e animaram o debate (vide programa e resumos em <http://histruralpt.files.wordpress.com/2012/05/ruralreport2012-programaresumos1.pdf>).

O próximo III encontro foi agendado para 28 e 29 Junho de 2013 e será organizado pelo Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, assim como pelo Centro de Investigação Transdisciplinar

Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) que congrega investigadores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Universidade do Minho. Em breve se poderá obter mais informação consultando a página já indicada (<http://histruralpt.wordpress.com>).

Inês Amorim, U. Porto/ CITCEM

**D. Dinis (1261-1325) – 750 anos do nascimento<sup>1</sup>**

*O presente texto, resenha do reinado de D. Dinis, foi originalmente pensado e escrito para ser lido e emitido pela RDP/Antena 2, em programa radiofónico comemorativo dos 750 anos do nascimento deste monarca, tendo, por isso, uma perspectiva de oralidade que justifica a forma, obviamente diferente do usual dos trabalhos científicos, em especial no que respeita à ausência do tradicional aparato crítico. Fruto visível de investigação da própria autora, que há anos se debruça sobre diferentes personagens do universo dionisino, o trabalho reflecte aspectos e pontos de vista por esta já aflorados ou discutidos em provas e pesquisa desenvolvidas durante a frequência do Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento da FLUP. A dificuldade de sintetizar um tão longo período, em breves páginas, e o tom quase teatral de algumas citações, por vezes para tanto adaptadas a linguagem actual, de nenhum modo prejudicaram a dimensão científica, numa condensação que dificilmente permitiria melhor resumo de uma época extremamente frutuosa em acontecimentos. O resultado final constitui, portanto, um excelente exemplo do que deve ser o rigoroso trabalho de divulgação do conhecimento histórico.*

*(Luís Carlos Amaral, Universidade do Porto, Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras. Investigador do CITCEM).*

Nove dias andados do mês de Outubro de 1261, como então se dizia, há setecentos e cinquenta anos, nascia em Lisboa um filho varão a D. Afonso III<sup>1</sup>: era Dinis, o infante, que com apenas quatro anos de idade se dirigia já a Castela, incumbido da representação diplomática do reino, e aos dezassete se tornaria um dos mais marcantes reis da História da monarquia portuguesa, governando o longo período de quarenta e seis anos, implementando medidas ainda hoje e para sempre com indelével impacto. A ele e à rainha sua mulher, Isabel de Aragão, cuja glória de santidade é por todos conhecida, se deve a definição das fronteiras continentais de Portugal, retângulo de rosto fitando o mundo, traçado de cinzel em proporção divina.

Quando Dinis nasceu não havia certeza no destino de governar. O pai casara, pela primeira vez, com Matilde, condessa de Bolonha. Por interesse político, abandonara a esposa legítima, mais velha, já sem capacidade de ser mãe, e, alheio à bigamia, contra a vontade da Santa Sé, unira-se a Beatriz de Gusmão, filha bastarda de Afonso X, o *Sábio*, rei de Castela. Assim, apesar da pureza de sanguinidade, o futuro monarca vinha ao mundo filho ilegítimo aos olhos da Igreja e aos da tradição nobiliárquica. Só a providencial morte de Matilde iria permitir, após um intrincado processo, ver reconhecidos, pela cúria pontifícia, o casamento de Afonso III com Beatriz e a licitude de Dinis, o qual com apenas dez anos veria a coroa ser-lhe prometida em testamento do poderoso pai. A 16 de Fevereiro de 1279, morto Afonso III, para a História o *Bolonhês*, em luto e festejo, com pompa e circunstância, anunciava-se o sexto rei de Portugal.

Estratega decidido e resolutivo, foram, acima de tudo, a coesão do território, por então acabado de alargar a terras do Algarve, ainda por conquistas do pai, e a centralização no governo da coroa do comando do reino, que o haveriam de para sempre nortear. Por leis, jogos diplomáticos e medidas de fundo, com pulso firme, enfrentou clero, nobreza e ordens religiosas e militares. Porém, quando tomou posse, as tarefas de pacificação não se encontravam facilitadas: fruto de uma longa conflitualidade, Portugal vivia ainda sob interdito da Santa Sé, assim permanecendo numa dificultosa longa década de início de reinado. As relações com eclesiásticos eram bem

<sup>1</sup> O teor do presente artigo serviu de base, originalmente, ao guião do programa, de música clássica antiga, de João Chambers, *Musica Aeterna*, transmitido, pela Antena 2, no dia 8 de Outubro de 2011 e retransmitido a 4 de Agosto de 2012, com vozes de João Pedro, Alexandra Corvela, Luís Caetano e Victor Correia Marques. Sendo impossível fazê-lo nesse contexto, não pode aqui deixar de se mencionar que, além de investigação da autora, foram também consultadas diversas obras, entre as quais se destacam as de Frei Francisco Brandão, de D. António Caetano de Sousa, de Frei Fernando Félix Lopes, de Armando Luís de Carvalho Homem, de José Mattoso, de José Augusto Sottomayor Pizarro, de Leontina Ventura e de Jaime Cortesão, bem como as que se encontram directamente referidas.



pouco pacíficas, com alguns bispos portugueses ainda exilados em Roma, nada ajudando a sucessão constante de Papas numa Igreja na época marcada por profundas dissensões internas. A população cristã, em tempos de temor a Deus, por necessidade de intercessão, sentia-se de não poder celebrar com normalidade as cerimónias religiosas, missas, batizados, casamentos, funerais ou mesmo festas de homenagem aos santos de devoção local. Num país de igrejas-fantasma, o povo dava-se ao atrevimento de chacota aos bispos, caricaturando-os em festas a raiar o profano. O interdito durou até Junho de 1290, perturbações arrastadas durante vinte e dois anos, uma longa década durante o reinado de D. Dinis. Será Nicolau IV, Papa franciscano, ordem religiosa muito protegida pelo monarca com o patrocínio de vários mosteiros de Frades Menores, quem deu por finda a contenda. Atingia-se, por então, a Concordata, plataforma difícil sobre privilégios eclesiásticos, choques de delimitação entre os foros da Igreja e o judicial civil, desentendimentos na cobrança do dízimo em concelhos espalhados por todo país.

Aos problemas de relacionamento com o clero juntaram-se dificuldades ainda advindas de pretensões de Castela sobre o Algarve. Apesar da Convenção de Badajoz, celebrada com Afonso X, *o Sábio*, e da delimitação de fronteiras, continuaram a chegar do país vizinho ecos de vontade de poder sobre aquele território a Sul, enquanto, para agudizar a instabilidade, Dinis se via na contingência de se haver em armas com o irmão mais novo, o infante Afonso, a quem o pai de ambos havia doado vastos senhorios, fazendo-o detentor poderoso de regiões estratégicas e ameaçadoras, junto à fronteira. Por três vezes se haveriam de digladiar, até aquele se persuadir da necessidade de se render à condição de vassalo do coroado monarca.

No início, a instabilidade grassava por todo um reino onde eram constantes as guerrilhas entre linhagens ou, inclusive, senhores de uma mesma família. O país debatia-se com o flagelo da insegurança, pululado por cercadores de caminhos, ladrões e malfeitores. Os focos de tensão eram muitos, o perigo espreitava a cada esquina. Pulso de ferro, por vezes a raiar a inclemência, mandou prender uns e justicar outros, garantindo, também por essa via, a paz e a tranquilidade fundamentais à deslocação de comerciantes e peregrinos. Contudo, a principal preocupação do monarca esteve sempre em delimitar os bens da coroa, saber o que esta possuía e garantir, através de uma malha judicial, fiscal e administrativa, cada vez mais centralizadora e eficiente, a reversão de bens doados por anteriores soberanos ou ilegítimamente apossados. Conseguiu-lo-á através de arrojadas inquirições e afoitas medidas de revogação de contratos ou por negociação directa, com a aquisição de possessões, trazendo ao controlo central zonas estratégicas, domínios fundiários apropriados por nobres ou eclesiásticos. O rei compra, permuta ou, numa complexa trama judicial, ordena a demanda de quem se arrogava dono do que ele entendesse crucial para consolidação, não raro fazendo julgar por tribunais, constituídos por juizes cultos, ilustrados e de total confiança, pleitos infalivelmente resultantes em sentenças favoráveis à sua férrea vontade. Enriquecia, assim, o reino, sob o duplo ponto de vista económico e estratégico, enquanto uma malha crescente de funcionalismo arrecadava réditos e impunha o enérgico poder real sobre velhas pretensões. Foi neste quadro que, entre 1286 e 1309, D. Dinis promulgou uma série de leis de desamortização no intuito de travar a posse de bens imóveis pelo sector eclesiástico. Proibiu a compra e obrigou à venda, no espaço de um ano, das propriedades adquiridas desde 1279, impediu as ordens religiosas de herdarem propriedades dos profanos e interditou os tabeliães de fazer escrituras de venda a religiosos.

Em paralelo, muralhas e castelos ergueram-se por todo o território, para assegurar a defesa contra ataques externos, de gentes vizinhas ou mouros mais afoitos.

Poderosa arma de controlo, também as leis de procedimento judicial mereceram a especial atenção do monarca, o qual garantiu, embora com resultado numa justiça muitas vezes só for-

mal, meios de contraditório dos interesses em conflito e protegeu a representação por advogados. Estipulou, contudo, por indefectível imposição, a pessoa do rei como último comando: ao contrário do que até então sucedia, quem fosse julgado deixava de ficar sob a arbitrariedade, mas também a mercê, daqueles de cuja malha hierárquica dependia e, por muito poderoso que fosse o seu senhor, a decisão final competia-lhe sempre que a ele se recorresse ou este assim entendesse. A última instância passava para a justiça régia com tudo o que tal implicava de fim de arbítrio mas, também, de definitiva imposição centralizadora. Estava dado, por forte capacidade de visão, um dos maiores golpes sobre os poderes instituídos, os quais, até então, não raro haviam crescido em atrevimento e arrogância. Nobreza e senhores perdiam força ao mesmo tempo que se desenvolvia, impunha e crescia a malha de funcionários especializados, corregedores, sobre-juizes, ouvidores, contadores e clérigos. Todos, ponto assente, de confiança régia.

Como chamariz de povoamento e de incentivo às trocas comerciais surgiram novos concessões, perto de oitenta, vinte e três logo nos primeiros anos de reinado, aos quais foram concedidas sucessivas cartas de foral. D. Dinis mandou criar feiras, meios de circulação de produtos e de boas cobranças fiscais, elementos indutores de novos aglomerados urbanísticos e de enraizamento da população. Vinho, cereais, leguminosas, fruta, linho, caça e criação de gado receberam políticas de incentivo, enquanto terrenos insalubres foram mandados cultivar, pântanos drenados e matas povoadas. Cedo compreendeu também o rei ter em mãos um especial país, dotado de costa marítima. Atentará o monarca nessa particular riqueza com medidas implementadoras da pesca, do comércio marítimo e da extracção de sal, então muito precioso para conservação de alimentos. A economia floresceu, a moeda portuguesa valorizou e estabilizou-se. Os rendimentos da coroa aumentavam a cada dia. Um poder centralizador instala-se para a História: D. Dinis impôs-se; os poderosos passaram a temer fazer frente a um rei pouco disposto a condescendências. Por visão rara, Portugal prosperou e tornou-se o mais estável país da Europa e um dos mais coesos de toda a Cristandade.

Nada ficava ao acaso ou por mãos alheias às do monarca. Desde cedo, apesar da grande dificuldade em circular pelos acidentados caminhos, muitos deles ainda ancestrais vias romanas, quase sempre utilizando rios como estrada de percurso, por barco ou a cavalo, o rei não parava, percorrendo constantemente todo o país. Acompanhava-o sempre um vasto séquito, fácil de imaginar em coloridas vestes medievais, cavaleiros, vassallos, serviçais, homens e mulheres destinados a tarefas várias, mores do reino, ilustres da corte, da nobreza e do clero, deslocavam-se por todo o território apenas por raras ocasiões permanecendo períodos alongados nos paços de Lisboa ou de Coimbra. Circulava por todo o lado, de Trás-os-Montes a Caminha, de Trancoso a Mortágua, de Lamego a Viseu, da Guarda à Covilhã ou a Castelo Branco. Não raro se demorava também por terras mais a sul, muitas vezes pelo Alentejo, aqui preocupado com a extracção de minérios, para armas ou para aumento da riqueza, atento aos antigos chapéus de ferro do Alvito ou ao que restava da extracção do ouro de Oriola, atribuindo novos forais ou recuperando para a coroa terras e coutadas, em contratos vários com senhores e conventos locais.

Por vezes, dedicava-se simplesmente a caçar os vários tipos de aves e de animais que povoavam em abundância o país, aves voadoras ou rasteiras, esvoaçantes rolas ou pesadas abetardas, esguias perdizes, anas, grou, patos, aves ricas ou animais selvagens, javalis, veados, raposas ou mesmo ursos ameaçadores como o animal feroz que um dia acometeu o rei, só por milagre, reza lenda, o não matando.

Foi a D. Dinis que se ficaram a dever para sempre as linhas continentais de fronteira. A 12 de Setembro de 1297, D. Dinis de Portugal e Fernando IV de Castela, na presença das rainhas – igualmente participantes do acordo, às quais se atribui um filigranático jogo diplomático

entre famílias –, também na dos infantes, de ricos homens e bispos de ambos os territórios, foi assinado, perto da fronteira leonesa, o Tratado de Alcanises onde se estabeleceram as bases da concórdia e as linhas delimitadoras dos dois reinos. Para dar maior certeza à paz, ofereceu-se na ocasião o que havia de mais precioso: a promessa de casamento entre os filhos dos monarcas. Afonso, o primogénito português, ficava prometido a Beatriz, com apenas quatro anos de idade, irmã do monarca castelhano, enquanto este, por sua vez, via confirmar o futuro matrimónio com Constança de Portugal, ainda com sete. Trocavam-se as meninas, tão crianças que alguém disse substituir-se uma filha por outra, assim tiradas que foram ao afecto das cortes de nascença para viver em berço alheio. Por acordo de vontades e selo de consanguinidade, num exemplo para a História que outros reinos procurariam imitar, sempre muito longe da capacidade negocial portuguesa, para exemplo de todos, nascia a fronteira mais antiga da Europa.

Estratega único, ainda hoje sempre citado quando se fala do orgulho de ser português, D. Dinis garantiu um lugar cimeiro na História. Luís de Camões, canta-o assim, n'Os Lusíadas, mais alto do que Alexandre Magno:

*«Eis depois vem Dinis que bem parece  
Do bravo Afonso estirpe nobre e dina;  
Com quem a fama Grande se escurece  
Da liberalidade Alexandrina,  
Com este o reino próspero florece,  
(Alcançada já a paz áurea divina)  
Em constituições leis e costumes,  
Na terra já tranquila claros lumes».*

LUÍS DE CAMÕES – *Os Lusíadas* – Canto III, estrofe 96<sup>2</sup>.

As ordens militares passaram a ser sucessivamente controladas num longo caminho que durou até ao final do reinado. D. Dinis tudo fez para influenciar a escolha e a eleição dos Mestres que as chefiavam e não se deu descanso enquanto não retirou a de Santiago da alçada de Castela. Mas foi, sobretudo, o marcante episódio da extinção da Ordem do Templo que o registou para a História: o comportamento do rei, sempre muito comentado, revelou-se inusitado por, ao contrário dos seus pares, não ter perseguido as pessoas dos monges, como por toda a Cristandade então se fazia, retirando-lhes, porém, todas as possessões de domínio fundiário.

Quando se iniciou, em França, pela mão de Filipe, *o Belo*, a perseguição aos templários – Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão –, que haveria de culminar com o fim da Ordem, pouco esperou o monarca português para, em antecipação à Santa Sé, abrir um processo judicial destinado a assegurar que os bens de natureza eclesiástica passassem para a posse do reino. Clemente V, o Papa de então, pretendia ver essa riqueza atribuída aos Hospitalários, enquanto Dinis recusava conceder-lhes um tal poder, desde logo por serem estes quem detinha o controlo de vários pontos na linha de fronteira. Assim, por sentença dada no Verão de 1307, por cinco juízes por ele escolhidos, entre os quais dois homens de grande confiança, Mestre João das Leis e o franciscano Frei Estêvão de Santarém, foi decretada a reversão para a coroa dos imóveis de doação régia. Neste marcante episódio, muita admiração tem causado o facto de, em Portugal, ao contrário da restante Cristandade, os templários não terem sido presos, nem tortu-

<sup>2</sup> Luís de Camões, in *Os Lusíadas* (7ª ed., Porto: Porto Editora), 135

rados. Almooraram-se, como explicou o soberano ao Sumo Pontífice, para se justificar de não ter obedecido à bula para detenção, por este emanada, bem intrigando ainda hoje onde aquelas despojadas gentes se acoitaram e quem terá sido que as soube tão bem esconder. Mais tarde, não tanto por vontade própria quanto por imposição da Santa Sé, Dinis acertou contas, atribuiu e devolveu a enorme riqueza à Ordem de Cristo, então criada, dizem uns por iniciativa sua, dizem outros por instâncias na cúria daquele que havia sido categorizado *confessor* e homem de mão, um dos cinco juízes do processo, Frei Estêvão de Santarém, bispo que foi do Porto, de Lisboa e de Cuenca. A História, muito por explorar, continua a fazer correr rios de tinta, interessando ainda investigadores de todo o mundo, os quais nas suas obras sempre relatam os peculiares episódios protagonizados pelo monarca. Mesmo em Castela e Aragão – onde, por lugar paralelo, também uma nova Ordem religiosa foi criada –, alguns pobres cavaleiros foram encarcerados e o património desviado para fins diversos. Apenas Portugal, de facto, devolveria a um outro organismo a totalidade dos bens do Templo sem nada excepcionar, mantendo incólumes os acoissados freires. Mesmo assim, Dante Alighieri, o poeta italiano da *Divina Comédia*, terá sabido do despojamento movido por D. Dinis aos místicos monges e, desgostando-se, canta-o no *Paraíso*, elogiando-o e, a um tempo, o censurando:

«E o barba e o irmão as obras sujas  
em desonra que egrégias nações cega  
e que duas coroas fez sabujas  
E o de Portugal e o de Noruega  
Lá se conhecerão, e o de Rascia  
Que o cunho de Veneza mal entrega».

DANTE ALIGHIERI – *Divina Comédia, Paraíso* – Canto XIX<sup>3</sup>  
Tradução de Vasco Graça Moura

A visão estratégica do rei poeta e trovador ficou ainda patente em três das mais relevantes decisões por ele tomadas, sem dúvida as de maior repercussão no futuro de Portugal e do mundo, ainda hoje de efeitos gigantescos: impôs a utilização do português como língua oficial da chancelaria, factor de coesão interna e de assimilação cultural, traço de proximidade entre gentes do norte e do sul, também meio de acesso à cultura até aí restringida aos poucos que acediam ao conhecimento do latim. A adopção de uma língua própria, diferente das usadas por outros povos, marca para sempre a nossa presença além-fronteiras. A par desta medida estruturante, o rei decidiu fomentar a aprendizagem das grandes ciências, mudou os Estudos Gerais de Lisboa para a cidade do Mondego e fundou, aquela que ainda hoje é uma referência internacional, a Universidade de Coimbra. Os incentivos régios à educação e cultura, através da concessão de privilégios e isenções a mestres e estudantes, multiplicam-se. Em paralelo, tomou a decisão que, com o surgimento da Ordem de Cristo e dos saberes em navegação nesta acumulados, tornou possível o avanço futuro para o mar e a saga dos descobrimentos: D. Dinis apostou na criação de uma força naval, de início comandada por Nuno Fernandes Cogominho, o primeiro almirante português, e, mandou, depois, vir a Portugal o genovês Manuel Pessanha, experimentado naquela arte. Foi, no entanto, o enigmático pinhal de Leiria, que a lenda canta por milagre

<sup>3</sup> Dante Alighieri – in Vasco Graça Moura, *A Divina Comédia de Dante Alighieri* (Venda Nova: Bertrand Editora, 1995), 765. Versão original, *ibidem*, 764: «E parranno a ciascun l'opere sozze/ Del barba e del fratel, che tanto egrégial/ Nazione e due corone han fatte bozze./E quel di Portogallo e di Norvegiàlli si conosceranno, e quel di Rascial/che male há visto il conio di Vinegia».

brotado da mão santa de Isabel, a rainha, punhado de sementes por ela espalhadas ao vento, o que sublinhou, aos olhos de todos, uma visão estratégica de longo prazo<sup>4</sup>. Disso fala o cronista Pedro de Mariz nos *Diálogos de Varia História*, onde, por palavras elogiosas, retrata o estratega:

*«Mandou plantar o grande pinhal de Leiria, sem o qual era impossível poder-se conservar a navegação da Índia, pelas grandes embarcações que para ela são necessárias, que se não podem fazer senão de muito grandes e antigas árvores, que neste Reino não havia. Pelo que, não parece sem mistério inspirar Deus no coração deste Rey, que tanto d'ante».*

PEDRO DE MARIZ – *Diálogos de Varia História*<sup>5</sup>

Outras palavras de elogio recebê-las-ia ainda D. Dinis, séculos mais tarde, ditadas pela alma igualmente visionária de um outro português de excelência, Fernando Pessoa. O poeta dele escreve, em letras sobre um desígnio:

*«Na noite escreve um seu Cantar de Amigo  
O plantador de naus a haver,  
E ouve um silêncio múrmuro consigo:  
É o rumor dos pinhais que, como um trigo  
De Império, ondulam sem se poder ver.*

*Arroio, esse cantar, jovem e puro,  
Busca o oceano por achar;  
E a fala dos pinhais, marulho obscuro,  
É o som presente desse mar futuro,  
É a voz da terra ansiando pelo mar».*

FERNANDO PESSOA – *Mensagem*<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Não se conhecem documentos de onde resulte inequívoca qualquer acção de D. Dinis no que respeita ao tão falado pinhal de Leiria. A tradição obrigava à referência, sobretudo por quanto aqui se diz, isto é, pelo impacto na fama de visionário com que para a História ficou este monarca, essa, de todo, indelével. Igualmente se não desconhece a polémica sobre se a *cantiga*, adiante referida, em que D. Dinis alude a uma senhora como sendo “boa para ser rei”, foi ou não dedicada a Isabel de Aragão, uma vez que o nome desta não aparece nos versos. Inserindo o poema no contexto da mentalidade de então, custa a acreditar que este admitisse escrever que outra mulher, que não ela, tivesse qualidades para governar, desde logo por questão de linhagem, também por todas as actividades políticas desenvolvidas por esta rainha, sobretudo por ser esta quem o próprio indicou como regente, em caso de morte precoce. A tudo acresce o relacionamento entre ambos que, como o texto revela e um dia melhor se explicará, foi de ligação próxima. Também o cárcere de Alenquer ou o que tenham sido as dádivas de Isabel de Aragão em Santiago de Compostela carecem de absoluta confirmação, por, igualmente, não haver documentos que tanto atestem. A forma como se referem os dois primeiros assuntos deixa suficiente margem para a saudável inquietação de especialistas mais duvidosos, os quais, com o tempo, certamente, farão melhor investigação. Quanto ao mais, seguiram-se as versões correntes, não podendo, contudo, deixar de fazer aqui esta advertência, impossível de introduzir no original destinado a leitura radiofónica.

<sup>5</sup> Pedro de Mariz – *Dialogos de Varia Historia*, (provável 2ª ed., sem referências), 104. Pode encontrar-se a mesma frase deste cronista em edições posteriores. Contudo, haverá que levar em consideração que o acrescento que lhe foi feito, transformando a expressão incompleta “que tanto d’ante” em “dante mão desse princípio a tamanha cousa” não pode atribuir-se ao cronista, tendo o enxerto sido introduzido para colmatar a falta das 16 páginas seguintes, provavelmente cortadas pela censura do Santo Ofício. Vd., por exemplo, *Dialogos de Varia Historia em que se referem as vidas dos senhores reis de Portugal* (Lisboa: Oficina de Manoel da Sylva, 1749), 164. Para a questão da censura ao texto original, leia-se Sampaio Bruno – *Plano de Um Livro a Fazer, Os Cavaleiros do Amor ou a Religião da Razão* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996), 217. Na reprodução feita no programa, optou-se por manter a versão correcta, retirada de edição onde, efectivamente, as oito seguintes folhas aparecem sem nada escrito, prestando, assim, silenciosa homenagem ao cronista, que, inusualmente, ou, dir-se-ia, teimosamente, as terá mantido e em branco.

<sup>6</sup> Fernando Pessoa – *Mensagem* (ed. 13ª, Lisboa: Edições Ática, 1979), 31.

O reinado dionisino ficou também célebre por peculiaridades devidas ao acaso do matrimónio com outra das mais paradigmáticas figuras da História de Portugal: D. Dinis casaria aos 19 anos, já rei, com uma jovem infanta, crê-se então de apenas onze anos de idade, filha do não menos poderoso soberano aragonês D. Pedro III, de estirpe igualmente imaculada. Uniam-se os noivos ainda por laços diversos de parentesco próximo, descendentes ambos de Frederico I de Hohenstaufen, o *Barba Ruiva*, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, sangue também comum a Luís IX de França, o *Santo*, o qual, diz-se, era dotado de poderes taumaturgos tal como a tornada rainha, Isabel de Aragão, dois dos raros monarcas canonizados pela Santa Sé.

Isabel e Dinis, unidos primeiro por procuração – em 1281, em Barcelona, a 11 de Fevereiro, dia de aniversário da noiva –, haveriam de conhecer-se pessoalmente apenas mais de um ano depois, na então vila de Trancoso, terra formosa, onde os esperavam quatro meses de festa, música e banquetes de alegria. Já se renderia o rei aos encantos da jovem princesa, na altura com não mais de doze anos, a qual viria a ser alta do seu metro e setenta e cinco, loira arruivada, de porte majestático e beleza muito cantada, testemunhada ainda hoje pelo corpo incorrupto jacente em Coimbra e pela poderosa estátua do túmulo gótico decorado com figuras de santos, parentes da rainha, e clarissas, todos franciscanos como o seu culto de devoção. A união de ambos, *selada do selo de chumbo*, como então se atestavam documentos e promessas a cumprir vertidas em pública forma, daria como frutos Constança, futura rainha de Castela, mulher de Fernando IV, e Afonso, também IV mas de Portugal, cognominado pela História como o *Bravo*. A Isabel se ficariam a dever longas e porfiadas relações diplomáticas com o irmão Jaime II de Aragão, com quem manteve sempre forte proximidade, e com o genro, soberano de Castela, composições de interesses entre reinos em formação que levariam à pacificação de fronteiras e ao traçado geográfico do território continental português, praticamente como hoje o mantemos. A ambos, num jogo de cumplicidade, entre rei e rainha consorte, sem paralelo na nossa História, se deveu também a ajuda, diplomática e financeira, concedida aos reinos vizinhos, então desunidos e depauperados por guerras intestinas, contributo da corte portuguesa para a paz e para a expulsão de mouros ainda a sul dos territórios hispânicos. Dela – da sua rainha por ele tão presenteada, ao longo da vida, em vilas e castelos – constam de Dinis, rei poeta e trovador, em versos de própria lavra, para a História registados:

*Pois que Deus vos fez Senhora  
Fazer do bem sempre o melhor  
E dele ser tão sabedora  
Em verdade vos direi:  
Assim me valha o Senhor!  
Érades boa para ser Rei!  
E pois sabedes entender  
Sempre o melhor e bem escolher  
Verdade vos quero dizer  
Senhora que sirvo e servirei  
Pois Deus assim o quis fazer  
Érades boa para ser Rei<sup>7</sup>.*

<sup>7</sup> Adaptação apud D. Caetano Lopes de Moura – *Cancioneiro delrei D.Diniz, pela primeira vez impresso sobre o manuscrito da Vaticana* (Paris:em casa de J.P. Aillaud, 1847), 24-25.

Sombra negra haveria, contudo, de pairar sobre a alma do régio casal. Dinis, tal como a generalidade dos antepassados e dos pares das cortes hispânicas, partilhava os dias com outras senhoras, barregãs cortesões de quem haveria de ter seis filhos: Pedro Afonso, Afonso Sanches, Fernão Sanches, João Afonso e duas raparigas com o igual nome de Maria Afonso.

A Isabel não era estranha a atitude de concubinato então vulgar na alta nobreza. Sabem-se filhas bastardas algumas jovens com ela vindas de Aragão e acompanhá-la-iam também, na vida e nos diferentes negócios políticos, irmãos ilegítimos. Homem culto, jovem sensível, amigo de grandes e longos passeios, dado à nobre arte da caça, Dinis perder-se-ia de amores por Aldonça Rodrigues de Telha, Branca Lourenço de Valadares, Grácia Anes, Maria Rodrigues de Chacim, Marinha Gomes e, pensa-se, outras.

Contudo, no jogo de cumplicidade entre ambos, foi à mulher que incumbiu de educar a prole extraconjugal, como atestou em pública forma. Com eles Isabel manteve durante a vida uma relação de grande proximidade e afecto, particularmente com aquele que se tornaria numa das personagens mais marcantes da época, o terceiro Conde de Barcelos, a quem se devem, entre outras, duas das peças documentais mais ricas e preciosas para o relato da História da Península Ibérica – *O Livro de Linhagens e a Crónica Geral de Espanha de 1344* –, o muito ilustre e reconhecido D. Pedro Afonso, também por ela criado, um dos homens mais cultos de todo o medievo hispânico.

Por ironia, será o particular amor do rei a um dos bastardos – Afonso Sanches – que dividirá o casal nos últimos anos da vida de D. Dinis. Este a todos os filhos atribuirá cargos de importância na corte, ofertara terras e cobrira de benesses, sendo, no entanto, aquele o escolhido para o mais próximo e importante lugar da governação, o de Mordomo-mor. Por este se desentenderá com velhos amigos da nata da nobreza e do clero, muitos deles obrigados a abandonar o reino por dissensões com o soberano, com ele inimizados, minando, fora e dentro do território, as opiniões dos poderosos de então.

Não tardou Afonso – o filho legítimo, futuro Afonso IV, o *Bravo* – a temer-se deserdado do direito à sucessão: a guerra civil estalava em 1319 para durar quase até à morte do monarca, manchando de sangue a paz do reino então mais coeso da Cristandade: Portugal chorava a desdita de um pai e de um filho em batalhas e acusações mútuas de traição. A nobreza entrincheirava-se, o clero dividia-se. Isabel, suspeita de usar o proveito dos bens ao longo da vida presenteados e o enorme poder de influência para ampliar as hostes de Afonso, foi privada de possessões e rendimentos, tolhida de lugares e rendas, mandada para Alenquer e ali encerrada por ordem do amado rei e marido. O desgosto instalava-se. Do Paço das Rainhas, na terra do Espírito Santo, escrevia, crê-se em 1321, ao irmão Jaime palavras cuja vontade era a *de todos viverem como deviam ao serviço do rei*, assim desaconselhando alimentar-se guerra entre entes tão queridos. A esse propósito disse ela num linguajar característico da ascendência aragonesa:

“E sabe Deus, que ey eu ende gran pesar no corazon; pelo del rey primeiramente, a quien eu desejo vida, e saude, e onrra, como a minha meesma; e polo do Iffante; e polo meu, que vivo vida muyto amargosa”<sup>8</sup>.

Foi ainda Isabel de Aragão quem conseguiu unir filho e pai e acabar com as sucessivas contendas entre ambos. De Odivelas, escreveu a D. Dinis para que se não permitisse ver derramado à sua vista o *sangue de geração real que se houve nas suas entranhas*. Na defesa do infante, compara-se a uma loba parideira quando, com a própria vida, defende as crias recém-nascidas e diz-se, tal como ela, disposta a dar o corpo aos besteiros antes de ver atingido o filho de ambos:

<sup>8</sup> Sebastião Antunes Rodrigues, *Rainha Santa, cartas inéditas e outros documentos* (Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, 1958), 161.

*Mui Amado e prezado Rei e Senhor de mui grande valor (...), fazedes com que sosseguem as vossas armas porque, se o não fizerdes, pelo meu pé irei fazer ante vós e o infante, como a loba no parimento se se lhe acercam dos cachorros recém-nascidos.*

Intercedendo pela paz, rogou:

*Peço-o pela bendita Santa Maria e pelo bento São Dinis, tão vosso bem fazedor, a quem deixo, em rogo, que me respondeis meigo<sup>9</sup>.*

O tom era de pessoas que se amam: Isabel assina *Vossa Amadeira* e obtém por resposta carta do soberano, escrita em Campo Grande, onde este verte o lamento de lhe não poder, como queria, corresponder na vontade, assegurando tréguas a um filho que diz opor-se ao pai, desta forma sem cumprir lei de Deus. As palavras eram delicadas, o jeito terno, muito longe do irascível rei que havia destilado ódios vários contra todos os que se lhe opunham. Dirigindo-se a Isabel como *Muy amada prezada Senhora*, e assinando *Muy boso acareador*, escreveu:

*«Saibades que os bossos rogares përa miim soõ mandamentos»*

mas,

*«Muitos são os Padres que por quitarem os castigos aos fijos jazem nos infernos com ellos»<sup>10</sup>.*

Lançados os dados de uma guerra onde as tréguas já não eram possíveis, vidas perdidas, reino dividido, nunca Isabel de Aragão se cansou de interceder prevenindo o pior aos que lhe eram mais próximos. A glória da persistência em que então teimou ficou celebrada no conhecido episódio de Alvalade, em 1323, quando, em inusitada atitude, montada numa mula – animal bíblico, sagrado, símbolo de poder e de humildade –, se atravessou no campo de batalha, dando o corpo aos besteiros como antes assumira. Os ódios desfaleceram perante o magnífico porte da rainha e a grandiosidade de uma tal coragem. De ambos os lados as hostes debandaram. Finalmente, Dinis, já cansado e, pensa-se, também doente, claudicou. Assina então com o infante acordos de cedências várias, garantindo-o sucessor. Afonso Sanches e outros nobres foram, por inclemente exigência, afastados dos cargos ou do reino.

Pouco tempo depois, em Santarém, a 7 Janeiro de 1325, falecia D. Dinis, o *plantador de naus a haver*, como dele justamente diz Fernando Pessoa. Os feitos com que marcou a História dos vários reinos hispânicos, a construção dos alicerces da abertura de Portugal a oceanos e longes terras, não deixarão nunca de ser cantados em bons poemas e igual prosa. Morria, aos 63 anos, o sexto rei de Portugal, segundo dos Algarves, o primeiro com esse indiscutível título. Repousa no Mosteiro de Odivelas, por ele mandado edificar, onde o próprio quis ser sepultado.

Isabel sobreviveu-lhe ainda onze anos, ao lado do filho. Sem professar nem abdicar dos bens, à semelhança da mãe, Constança de Hohenstaufen, quando enviuvou de Pedro III de Aragão, vestiu-se do hábito negro das clarissas, mudou-se para o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, por ela concebido, e, em Junho de 1325, feito o luto oficial de seis meses, rumou em peregrinação a Santiago de Compostela, para – nas mãos do afamado arcebispo Berenguel de Landoira, parceiro em diplomacias várias –, entre outras peças de sua devoção, entregar o símbolo dos

<sup>9</sup> Adaptação *apud* D. António Caetano de Sousa, in *Agiolégio Lusitano*, vol. 4, edição facsimilada (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002), 57.

<sup>10</sup> *Ibidem*, 58.



símbolos: uma das mais ricas coroas de rainha.

Em Junho de 1336, crê-se com 66 anos de idade, Isabel de Aragão partia também. A alma do casal voltava a unir-se na paz do Espírito Santo, por ambos venerado e tornado culto oficial do Reino de Portugal.

Virgínia da Silva Veiga\*

---

\* Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

## I CONGRESSO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Realizou-se, na Universidade Nova de Lisboa, nos dias 18 e 19 de maio, o I Congresso Anual de História Contemporânea, que se dedicou à apresentação de estudos no domínio da História Contemporânea e reuniu intervenções proferidas por conferencistas convidados e a apresentação de comunicações submetidas através de call for papers. Marcando o arranque da Rede de História Contemporânea, a organização esteve a cargo do Instituto de História Contemporânea (IHC) e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), representados na comissão organizadora por Maria Fernanda Rollo (IHC), Maria Manuela Tavares Ribeiro (CEIS20), Ana Paula Pires (IHC) e João Paulo Avelãs Nunes (CEIS20).

O Congresso teve início no dia 18 de maio, com uma conferência inaugural proferida por Eduardo Lourenço, a que se seguiu a mesa redonda dedicada ao tema «Portugal Contemporâneo. História e Historiografia», com a participação de nomes bem conhecidos (Miriam Halpern Pereira, Fernando Rosas e Luís Reis Torgal, com moderação de Joaquim Romero Magalhães e comentário de Hipólito de la Torre Gómez).

A seguir à manhã reservada, unicamente, para estes dois eventos, o Congresso distribuiu-se por vinte sessões simultâneas: fazer História; sociedade e trabalho; economia: agentes e atividades; História das relações internacionais; ciência e História da medicina; ensino e investigação; História e território; liberalismo, república e republicanismo; guerra, diplomacia e relações internacionais; religião; regimes, poder e propaganda; resistência e oposição; revolução e democracia; violência política; cultura; arte e política cultural; colónias e colonialismo; descolonização e pós-colonialismo. De salientar, dois aspetos de relevo: por um lado, o número de sessões e de investigadores envolvidos denota a urgência na realização de um evento deste género, indicando a vitalidade das unidades de investigação envolvidas e a riqueza deste campo de investigação. Por outro lado, a submissão de centenas de resumos demonstra o interesse por parte da comunidade científica na realização deste Congresso.

A representar o CITCEM (membro da Rede de História Contemporânea), estiveram Carla Sequeira, Cláudia Ribeiro e Hugo Silveira Pereira.

Carla Sequeira, com uma comunicação integrada na sessão dedicada à «República e Republicanismo», reflectiu sobre o percurso político de Antão de Carvalho entre 1891-1910, procurando contribuir para a identificação dos mecanismos de afirmação do republicanismo em Trás-os-Montes e Alto Douro.

Cláudia Ribeiro, num artigo intitulado “Vinho, café, chá... e cinema!”, fez eco das preocupações de médicos e pedagogos dos princípios do século XX que, defendendo o Cinema como importante aparelho didáctico, se debruçaram sobre estas questões no sentido de contribuir para o aperto da fiscalização da produção cinematográfica.

Hugo Pereira dissertou sobre os «Factores estruturantes da rede ferroviária portuguesa (1845-1892)», apresentando alguns factores que presidiram à configuração da rede ferroviária nacional, com destaque para o papel das companhias privadas, a estratégia ferroviária de Espanha, a pressão de militares, engenheiros e autoridades locais, a geografia de Portugal e a sua situação financeira.

Podemos considerar que o Congresso foi um êxito, graças à conjugação de diversos fatores: a competência da organização, o conforto das instalações e, evidentemente, a qualidade e diversidade das apresentações que integraram este evento que, em breve, estarão disponíveis, em formato de e-book, no sítio do Congresso <http://congresso.histcontemp.pt/>.

Carla Sequeira e Cláudia Pinto Ribeiro, Investigadoras do CITCEM

Notícias de Projetos de  
Investigação

## O «PORTAL DOS SACERDOTES»: UMA REDE INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PARA O ESTUDO DO ESPÓLIO DE BAB EL-GASSUS

A Sociedade de Geografia de Lisboa é detentora de um dos mais importantes acervos de antiguidades egípcias existente em Portugal. Constituído por cinco ataúdes antropomórficos, três coberturas de múmia e 88 estatuetas funerárias, este acervo possui a particularidade única de ser originário de um contexto arqueológico bem determinado quer do ponto de vista geográfico quer do ponto de vista temporal, o que lhe confere, para além do seu valor patrimonial específico, um valor arqueológico e científico inigualável. Raro é, portanto, dispor de um conjunto patrimonial que, para além do seu valor artístico inegável, se apresenta como um verdadeiro repositório de informação e, como tal, constitui um manancial documental precioso para o trabalho científico.

### 1. A descoberta arqueológica

Este espólio único é originário da necrópole tebana, mais especificamente de Bab el-Gassus (expressão árabe que significa «Porta dos Sacerdotes»), o túmulo colectivo dos sacerdotes e sacerdotisas de Amon da XXI dinastia (1069-945 a.C.) foi descoberto em 1891 totalmente imperturbado. A descoberta constitui, portanto, um achado único em si mesmo, uma vez que os escavadores encontraram o túmulo intacto, tal como este havia sido disposto na Antiguidade. Durante cerca de três mil anos, as 153 múmias aí reunidas puderam descansar encerradas nos seus magníficos ataúdes decorados com uma grande profusão de pinturas e textos.

Assistido por Georges Daressy, Eugène Grébaut, que na época era o Inspector Supremo do Serviço de Antiguidades Egípcias, conduziu apressadamente a difícil operação de remoção das antiguidades do enorme túmulo, o mais vasto que até então havia sido encontrado na necrópole tebana. Posicionado na base de um poço de onze metros de profundidade, o túmulo encontrava-se ainda selado por um muro de tijolos que bloqueava a entrada. No dia 4 de Fevereiro de 1891 foi feita uma abertura neste muro e Georges Daressy encontrou-se numa longa galeria escavada na rocha que se afigurava literalmente «entulhada» com ataúdes<sup>1</sup>. Um exame rápido bastou para indicar aos arqueólogos que estavam perante uma enorme sepultura colectiva como a que havia sido descoberta, apenas dez anos antes, nas escarpas próximas de Deir el-Bahari. No entanto, ao contrário deste túmulo (ao qual foi atribuído a referência TT 320), Bab el-Gassus afigurava-se totalmente inviolado.

A galeria principal, com cerca de 93 metros de comprimento, avançava na rocha bruta para sul, apresentando uma largura que variava entre 1,70 m e 1,90 m. Neste espaço acotovelavam-se os ataúdes dispostos ao longo das paredes, por vezes uns em cima dos outros. Em alguns locais estratégicos, sobretudo à entrada, os ataúdes estavam dispostos em três filas bloqueando totalmente o avanço para o interior de tal forma que não era possível avançar nos corredores sem

---

<sup>1</sup> Embora não sejam muito detalhados os relatórios de escavação publicados por Georges Daressy permanecem uma importante fonte de informação para contextualizar a descoberta do espólio de Bab el-Gassus. Ver Georges Daressy, *Les cercueils des prêtres d'Ammon (Deuxième trouvaille de Deir el-Bahari)*. «Annales du Service des Antiquités de l'Égypte», vol. 8. (1909), 3-38. Ver também Georges Daressy, *Les sépultures des prêtres d'Ammon à Deir el-Bahari*. «Annales du Service des Antiquités de l'Égypte», vol. 1. (1900), 141-148.

a sua remoção prévia. No entanto, de uma forma geral, os ataúdes estavam dispostos em duas filas, uma de cada lado do corredor deixando livre um exíguo espaço central que possibilitava a passagem. De um modo geral, os ataúdes estavam dispostos com a cabeça voltada para o interior do túmulo. Entre os ataúdes divisavam-se por vezes estatuetas de Osíris, cofres de estatuetas funerárias ou, mais raramente, vasos de vísceras. Surpreendentemente, o chão estava ainda coberto por flores, frutos e estatuetas funerárias que acidentalmente haviam caído dos cofres. Apesar de toscamente talhadas, as paredes do túmulo apresentavam nichos a intervalos regulares que haviam sido utilizados na Antiguidade para a colocação de candeias.

Ao fundo deste corredor estavam dispostas duas câmaras funerárias contíguas de plano quadrangular onde se concentravam os ataúdes da família dos sumos sacerdotes de Amon. Um pouco antes de atingir estas câmaras, a galeria principal descia abruptamente através de um lanço de escadas que desembocava numa galeria secundária disposta transversalmente em relação ao corredor principal. Esta galeria secundária avançava cerca de 54 metros para oeste e também se apresentava repleta de ataúdes.

Para além de ser um dos raros túmulos encontrado intacto, o achado tinha uma magnitude excepcional constituindo o maior túmulo colectivo jamais encontrado no Egípto até à data. A dimensão da descoberta era extraordinária já que 101 das múmias dos sacerdotes e sacerdotisas de Amon estavam encerradas em dois ataúdes e não apenas num, o que elevou o número de ataúdes descobertos à inverosímil cifra de 254. Isto para não falar na centena de cofres de estatuetas funerárias, 77 estatuetas de Osíris, a maior parte das quais albergando preciosos papiros funerários, oito estelas de madeira, oito estatuetas de Ísis e Néftis e dezasseis vasos de vísceras (este tipo de artefacto estava então em desuso). A maior parte dos ataúdes estava em perfeito estado de conservação e exibia uma decoração profusa e altamente elaborada, típica do período em questão. A dimensão do achado foi tão esmagadora que o túmulo passou a ser conhecido por Bab el-Gassus, a «porta dos sacerdotes», e nunca recebeu um número de série, ao contrário da maior parte dos restantes túmulos da necrópole.

## 2. A divisão do espólio

Aquela que seria uma das maiores oportunidades de sempre para a arqueologia egípcia, tornar-se-ia, muito em breve, num dos seus grandes embaraços. O registo do achado é evidentemente lacónico, uma vez que a remoção deste imenso espólio se verificou em apenas uma semana. As razões para toda esta pressa resultavam em parte da tensão que o resgate das múmias reais suscitara nos habitantes locais, apenas dez anos antes. Este evento suscitou uma grande comoção entre os habitantes de Cheikh Abd el-Gurna que, à semelhança dos cortejos fúnebres da Antiguidade, acompanharam, com choros e lamentos estridentes, a trasladação das múmias reais para o barco ancorado no Nilo e que as havia de levar para o Cairo.

Tal como as múmias dos faraós, as múmias dos sacerdotes e sacerdotisas de Amon, foram expedidas Nilo abaixo para o Museu de Guiza. Aí, os 254 ataúdes criaram um problema logístico sem precedentes, somando-se por seu turno ao numeroso espólio das cerca de 60 múmias encontradas no esconderijo real de Deir el-Bahari (TT 320).

Estava-se em 1893 e, por essa ocasião, Abbas II Hilmy seria em breve coroado khediva do Egípto. Esta circunstância política esteve na origem da decisão de oferecer parte deste espólio aos países representados na cerimónia e onde Portugal estava incluído. Feita a selecção dos melhores exemplares para o Museu de Guiza, foram então feitos lotes com uma constituição mais

ou menos equivalente, cada um deles apresentando cerca quatro ataúdes, sendo então sorteados pelos diplomatas. Durante a preparação para o embarque, no entanto, muitos erros se acumularam. As tampas e as caixas dos ataúdes foram separadas e, em muitos casos, trocadas. Já para não falar de trocas de último momento em que ataúdes com um destino previamente determinado acabaram por ser enviados para locais diferentes, como foi o caso do ataúde da cantora de Amon Djedmutiusankh, que inicialmente estava integrado entre as antiguidades a conservar no Museu de Guiza, mas que, por razões desconhecidas, acabou por ser expedido para Portugal.

Em resultado desta operação, grande parte dos ataúdes de Bab el-Gassus rumou para os quatro cantos do mundo, dispersos por cerca de dezassete instituições museológicas. Com o tempo, a colecção dispersar-se-ia ainda mais e hoje o número de museus que apresenta objectos originários desta colecção ascende a mais de trinta, dispersos por todo o mundo desde Irkutsk a Washington, passando por Atenas, Berlim, Florença, Vaticano, Londres, Lisboa, Uppsala, Oslo, Leiden, Bruxelas, entre outros. Desde então os ataúdes de Bab el-Gassus passaram a acompanhar e a testemunhar silenciosamente as vicissitudes da atribulada história da humanidade ao longo do século XX, e é verdadeiramente espantoso que a lista dos ataúdes «desaparecidos» não seja maior, depois de duas guerras mundiais que devastaram a Europa e causaram estragos severos em muitas das grandes colecções museológicas.

### 3. A investigação do espólio e a constituição de uma rede internacional de investigação

No que diz respeito ao lote enviado para Portugal em 1893, este foi entregue pelas autoridades portuguesas à Sociedade de Geografia de Lisboa e aí se manteve ao abrigo de qualquer dispersão subsequente, facto que deve ser justamente sublinhado e reconhecido. O lote «português» era constituído por 88 estatuetas funerárias e pelo equipamento funerário correspondente ao enterramento de quatro cantoras de Amon. No total o equipamento funerário destas sacerdotisas ascende a cinco ataúdes e três coberturas de múmia. Parte deste precioso espólio, as 88 estatuetas funerárias que acompanhavam os ataúdes, foi exaustivamente estudado e publicado por Luís Manuel de Araújo, Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob os auspícios da Fundação para a Ciência e Tecnologia e da Fundação Calouste Gulbenkian<sup>2</sup>. O estudo iconográfico e arqueológico dos ataúdes e restante equipamento funerário é actualmente desenvolvido pelo autor destas linhas, no âmbito de um projecto de pós-doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia<sup>3</sup>. Trata-se de um espólio bem preservado que chegou aos nossos dias quase intocado por intervenções de restauro e que, por essa razão, oferece inúmeras pistas de pesquisa não só para os estudos iconográficos, mas também para os estudos técnicos relacionados com a manufactura destes objectos e a composição química dos pigmentos utilizados.

A grande maioria dos objectos achados em Bab el-Gassus permanece ainda por publicar e ca-

---

<sup>2</sup> Luís Manuel de Araújo, *Estatuetas Funerárias Egípcias da XXI Dinastia* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003), 577-685.

<sup>3</sup> Ver Rogério Sousa, *The Heart of Wisdom: Studies on the Heart Amulet in Ancient Egypt*. (Oxford: British Archaeological Reports, 2011); "The Papyrus of Nesipautitai (SR 1025): an iconographical reading". *Aegyptus: Rivista Italiana di Egittologia e di Papirologia*, vol. 88. Milão: Università Cattolica del Sacro Cuore (2008), 257-272; O Regresso à Origem: O tema da viagem na iconografia funerária egípcia da XXI dinastia. *Cultura, Espaço e Memória*, vol. 1. (2010), 162-164; "Os ataúdes egípcios da Sociedade de Geografia de Lisboa: um património a conhecer e a valorizar". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol. 128. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa (2010), 149-156; The coffin of an anonymous woman from Bab el-Gasus (A.4) in Sociedade de Geografia de Lisboa. *Journal of the American Research Center in Egypt*, vol. 46 (2010). San Antonio, Cairo: American Research Center in Egypt, 185-200

rece ainda hoje de uma adequada museologização<sup>4</sup>. Encerrados nas reservas dos museus e difíceis de publicar, esta preciosa fonte documental permanece ainda hoje um recurso largamente por explorar.

Pelas circunstâncias acidentadas da sua descoberta e subsequente dispersão pelo mundo, o espólio de Bab el-Gassus constitui um recurso patrimonial único que, apesar da sua inegável riqueza, permanece inexplorado até aos nossos dias. Este espólio coloca em evidência, talvez como nenhum outro, o potencial eurístico que a constituição de uma rede internacional de investigação poderá ter no desenvolvimento da egiptologia.

Uma vez constituída, uma rede de investigação desta natureza poderia reunir as condições para a constituição de uma base de dados global capaz de restituir a unidade a uma das mais importantes descobertas arqueológicas de sempre feitas no Egito e que, em virtude da dispersão geográfica do seu espólio, se encontra hoje muito mal estudada, daí resultando um sério prejuízo para a comunidade científica.

Um passo decisivo para alcançar este objectivo foi dado em 2011, com a submissão à Fundação para a Ciência e a Tecnologia de um projecto de investigação que reunia um primeiro núcleo de museus responsáveis pela salvaguarda de antiguidades provenientes de Bab el-Gassus. Devido à dimensão da tarefa impossibilitar reunir, de uma só vez, todas as instituições em causa, o projecto pretendia reunir os investigadores/curadores que são responsáveis pelas colecções cujo estudo se encontram ainda numa fase inicial e que, conseqüentemente, se apresentam ainda inéditas, como é o caso do Museu Arqueológico de Atenas, o Museu Egípcio de Florença, os Museus Reais de Arte e de História de Bruxelas, o Museu Vitória de Antiguidades Egípcias de Uppsala e o Museu de Antiguidades de Leiden. A difícil situação política e social que o Egito atravessou em 2011 levou à impossibilidade de integrar o Museu Egípcio do Cairo nesta rede.

Apesar da classificação muito positiva obtida pelo projecto, o desejado financiamento não foi atribuído encontrando-se actualmente em preparação novas iniciativas destinadas a relançar o trabalho desta rede de investigação. Tal como no passado, o espólio de Bab el-Gassus continua a constituir um desafio para a comunidade científica global.

## Composição dos lotes de antiguidades enviadas para as «potências estrangeiras»

### Lote I – França

A.8 – Djedkhonsuiefankh (localização desconhecida)

A.25 – Bakenkhonsu (localização desconhecida)

<sup>4</sup> O extenso espólio de ataúdes antropomórficos do Museu Egípcio do Cairo permanece largamente por publicar e as escassas publicações disponíveis no catálogo do Museu não apresentam uma qualidade descritiva satisfatória (ver, Andrzej Niwinski, XXI dynasty Coffins from Thebes: Chronological and Typological Studies. (Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern, 1988). Outros núcleos de ataúdes, também revelando insuficiências na descrição dos objectos, foram também publicados sumariamente como é o caso dos ataúdes conservados nos Museus do Vaticano (Annie Gasse, *Les Sarcophages de la Troisième Periode Intermediaire du Museo Gregoriano Egizio*. (Vaticano: Musei e Gallerie Pontificie, 1996) ou P.A. Boeser, *Mumiensarge des Neuen Reiches. = Beschreibung der Aegyptischen Sammlung des Niederlandischen Reichsmuseums der Altertumer in Leiden*, Haag 1916-18 (four fascicles). (Leiden, 1916-18). O núcleo conservado no Kunsthistorisches Museum é uma notável excepção neste domínio (ver R. Egner, E. Haslauer, *Sarge der Dritten Zwischenzeit. = Corpus Antiquitatum Aegyptiacarum. Lose-Blatt-Katalog Agyptischer Altertumer*, Lieferung 10. (Mainz: Kunsthistorisches Museum Wien, 1994) e R. Egner, E. Haslauer, *Sarge der Dritten Zwischenzeit. = Corpus Antiquitatum Aegyptiacarum. Lose-Blatt-Katalog Agyptischer Altertumer*, Lieferung 12. Mainz: Kunsthistorisches Museum Wien, 2009). Quanto aos papiros a situação é também preocupante já que apenas uma pequena parte destes documentos foram publicados (ver A. Piankoff, N. Rambova, *Mythological Papyri, Bollingen Series, XL: Egyptian Religious Texts and Representations*, vol. 3. (Nova Iorque: Pantheon Books, 1957 e ainda Rogério Sousa, *The Papyrus of Nesipautitai (SR 1025): an iconographical reading. Aegyptus: Rivista Italiana di Egiptologia e di Papirologia*, vol. 88. Milão: Università Cattolica del Sacro Cuore (2008), 257-272.

- A.36 – Nedjemut (localização desconhecida)  
A.89 – Anónimo (Clermont-Ferrand?)

**Lote II – Áustria (Museu de Viena)**

- A.10 – Tabak-Khonsu  
A.26 – Nesipautitai  
A.52 – Buteharkhonsu (partilhado com Genebra)  
A.68 – Ankhefenmut (partilhado com Londres e Albany)  
A.142 – Nesipapernub

**Lote III – Turquia**

- A.42 – Nesikhonsu  
A.45 – Djedmutiuesankh  
A.63 – Ankhefenkhonsu  
A.94 – Bakenmut

**Lote IV – Reino Unido**

- A.29 – Anónimo  
A.32 – Taahuti  
A.40 – Bakenmut  
A.44 – Tanthenef  
A.68 – Ankhefenmut (partilhado com Viena e Albany)

**Lote V – Itália**

- A.15 – Anónimo  
A.20 – Anónimo  
A.22 – Khonsumes  
A.56 – Kara  
A.60 – Ankhsenmut

**Lote VI – Rússia**

- A.48 – Nesimut (Odessa)  
A.73 – Iuesankh (Estónia, partilhado com Atenas)  
A.96 – Nesitaudjatakx (Odessa)  
A.141 – Djedkhonsuiuefankh (Irkutsk)

**Lote VII – Alemanha**

- A.59 – Anónimo  
A.91 – Tadimut  
A.149 – Anónimo  
A.? – Anónimo

**Lote VIII – Portugal**

- A.4 – Anónimo



- A.27 – Anónimo
- A.110 – Djedmutiuesankh
- A.136 – Henutau

**Lote IX – Suíça**

- A.5 – Anónimo (Appenzel)
- A.52 – Buteharkhonsu (Genebra)
- A.54 – Anónimo (Neuchâtel)
- A.74 – Anónimo (Berna)

**Lote X – Estados Unidos**

- A.5 – Nesitanebettaui (partilhado com a Cidade do México)
- A.39 – Amen-hotep
- A.53 – Tantdjehuti
- A.65 – Piamon

**Lote XI – Holanda**

- A.47 – Tantpenherunefer
- A.139 – Gautsechenu
- A.? – Anónimo

**Lote XII – Grécia**

- A.67 – Anónimo
- A.72 – Tantiri
- A.73 – Iuesankh (partilhado com a Estónia)
- A.76 – Tantbakenmut
- A.134 – Chedsuhor
- A? – Anónimo
- A? – Anónimo

**Lote XIII – Espanha**

- A.3 – Ankhefenkhonsu
- A.13 – Pairsekheru
- A.58 – Isetemakhebit (Ikhy)
- A.128 – Anónimo

**Lote XIV – Suécia e Noruega**

- A.7 – Ankhsenmut
- A.37 – Anónimo (Oslo)
- A.80 – Anónimo (partilhado entre Uppsala e Estocolmo)
- A.121 – Khonsumes (partilhado entre Uppsala e Estocolmo)

**Lote XV – Bélgica**

- A.2 – Anónimo (Tauseretempnesu)
- A.18 – Anónimo

A.51 – Ikhy  
A.? – Anónimo

**Lote XVI – Dinamarca**

A.12 – Nesipanebimakh  
A.19 – Taiuheret  
A.33 – Ankhefenkhonsu  
A.41 – Anónimo

**Lote XVII – Vaticano**

A.? – Ikhy  
A.? - Takhybtat

Rogério Sousa\*

## Bibliografia

- ARAÚJO, Luís Manuel de, *Estatuetas Funerárias Egípcias da XXI Dinastia* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003).
- CHASSINAT, Émile, *Catalogue Général des Antiquités Égyptiennes du Musée du Caire, n° 6001-6029. La seconde trouvaille de Deir el-Bahri (sarcophages)* (Leipzig, 2009).
- DARESSY, Georges, *Les cercueils des prêtres d'Ammon (Deuxième trouvaille de Deir el-Bahari)*. «Annales du Service des Antiquités de l'Égypte», vol. 8. (1909), 3-38.
- DARESSY, Georges, *Les sépultures des prêtres d'Ammon à Deir el-Bahari*. «Annales du Service des Antiquités de l'Égypte», vol. 1. (1900), 141-148.
- KITCHEN, Kenneth, *The Third Intermediate Period in Egypt (1100-650 BC)*. (Warminster: Aris & Phillips, 1986).
- NIWINSKI, Andrzej, *Catalogue Général des Antiquités Égyptiennes du Musée du Caire, n° 6069-6082: The second find of Deir el-Bahri (Coffins)*. (Cairo: Supreme Council of Antiquities of Egypt, Institute of Archaeology of the Warsaw University & Polish Centre of Mediterrean Archaeology in Cairo, 1999).
- NIWINSKI, Andrzej, *XXI dynasty Coffins from Thebes: Chronological and Typological Studies*. (Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern, 1988).
- SOUSA, Rogério *The Heart of Wisdom: Studies on the Heart Amulet in Ancient Egypt*. (Oxford: British Archaeological Reports, 2011).
- SOUSA, Rogério, *The Papyrus of Nesipautitai (SR 1025): an iconographical reading*. «Aegyptus: Rivista Italiana di Egittologia e di Papirologia», vol. 88 (2008), 257-272.
- SOUSA, Rogério, *O Regresso à Origem: O tema da viagem na iconografia funerária egípcia da XXI dinastia*. «Cultura, Espaço e Memória», vol. 1. (2010), 162-164.
- SOUSA, Rogério, *Os ataúdes egípcios da Sociedade de Geografia de Lisboa: um património a conhecer e a valorizar*. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», vol. 128. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa (2010), 149-156.
- SOUSA, Rogério, *The coffin of an anonymous woman from Bab el-Gasus (A.4) in Sociedade de Geografia de Lisboa*. «Journal of the American Research Center in Egypt», vol. 46 (2010), 185-200.
- GASSE, Annie, *Les Sarcophages de la Troisième Periode Intermédiaire du Museo Gregoriano Egizio*. (Vatican: Musei e Gallerie Pontificie, 1996).
- EGNER, R., HASLAUER, E., *Sarge der Dritten Zwischenzeit.= Corpus Antiquitatum Aegyptiacarum. Lose-Blatt-Katalog Agyptischer Altertumer, Lieferung 10*. (Mainz: Kunsthistorisches Museum Wien, 1994).
- EGNER, R., HASLAUER, E., *Sarge der Dritten Zwischenzeit.= Corpus Antiquitatum Aegyptiacarum. Lose-Blatt-Katalog Agyptischer Altertumer, Lieferung 12*. (Mainz:Kunsthistorisches Museum Wien, 2009).
- BOESER, P.A., *Mumiensarge des Neuen Reiches. = Beschreibung der Aegyptischen Sammlung des Niederländischen Reichsmuseums der Altertumer in Leiden, Haag 916-18 (four fascicles)*. (Leiden, 1916-18).
- PIANKOFF, A., RAMBOVA, N., *Mythological Papyri, Bollingen Series, XL: Egyptian Religious Texts and Representations, vol. 3*. (New York: Pantheon Books, 1957).

***DynCoopNet – Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing  
Networks in the First Global Age***  
**Ref<sup>a</sup> ESF. 06-TECT-FP-004/ Ref<sup>a</sup> FCT - TECH/0002/2007**

**Cooperation in self-organising networks - an interdisciplinary project**

DynCoopNet was an international interdisciplinary research project, developed within the scope of TECT (The Evolution of Cooperation and Trade), a project of the EUROCORES program of the European Science Foundation. The TECT challenge was a major opportunity for historians to merge further knowledge about trade networks in the Early Modern Period (1500-1800), based on a multidisciplinary approach, with a focus on the study of cooperation from the historian's perspective.

The strategy and work plan of DynCoopNet have been centred on the study of cooperative networks linking various locations and agents during the First Global Age. The main goal of the DynCoopNet project was to study the historical mechanisms of cooperation among self-organised trade networks during the period between 1400 and 1800. For that purpose, an international team was constituted with three pivotal sub-teams: one from Portugal; another from Spain and a third from the United States. Cooperative partners from all over the world joined the project. The mainstream research, though, was pursued by the main three teams mentioned.

The project set out to prove that, in the period from the 15<sup>th</sup> to the 18<sup>th</sup> centuries, the world economy was increasingly characterised by widespread collaboration that went beyond the boundaries of countries and continents. It was made possible by new means of global communication and the building not only of formal but also of informal networks, frequently multinational. Some of the primary assumptions of this project should be emphasized. The first of them was that cooperation tied together several self-organizing networks; secondly, it was presupposed that the world economy became, at this period, a dynamic, open, complex, non-linear system. Thirdly, the history of any place within this world cannot be understood without examining how it was connected to other locations and to the system as a whole. Last but not the least, there are variations among sub-systems which are an aspect of the system's complexity as a whole<sup>1</sup>.

This research programme aimed to study the nature of cooperative networks linking various locations during the first global age and to ascertain the self-organising commercial networks over various temporal scales. Its strategy and work plan present themselves as a major tool to re-evaluate worldwide dynamics from a new perspective, centred on individuals. We tried to apply and discuss these assumptions focusing on the Iberian case.

Our point of departure was that the role of the modern state in the construction of European empires is undeniable. The constitution of overseas empires, in terms of administrative control and military organisation, required complex logistics and substantial financial capacity, which was inaccessible to individuals or isolated groups. However, the complex systems produced and coordinated by the central power often depended on cooperation from individuals. The activities of self-organising networks, working in favour of or even against state policies and systems, thus become central to an understanding of the informal ways overseas empires were built. The construction of global interactions, based on self-organising networks, thus becomes essential to our understanding of some dynamics that transcended political, religious and

<sup>1</sup> Extracted from *DynCoopNet Project Proposal* submitted to EUROCORES - TECT program..

economic frontiers.

According to DynCoopNet, cooperation-based self-organising networks were characterised by a diffusion of authority; they served as a source for the creativity and innovation necessary to respond flexibly to the disruptions in commodity, information, and capital flows. There were significant variations in cooperative behaviour, and these were shaped by cultural information, institutions and individual agents, which could well be specific to place and that varied according to the circuits used by political, commercial and social networks<sup>2</sup>.

In order to experiment with a real application within this theoretical framework, the Portuguese team of DynCoopNet (from now on DynCoopNet-PT) initiated a totally new research, based on the theoretical framework of network analysis. In order to understand the mechanisms of cooperation in the First Global Age, the team selected the Simón Ruiz network as an object of research. Simón Ruiz was a new Christian merchant, epicenter of a commercial and financial company which extended its influence all over Europe and overseas. The period under study extends from 1553 (founding of the Company) to 1607 (its dissolution).

Simon Ruiz and his company seem to be an excellent case study. The Simon Ruiz' Company was not only important for its trade. Medina del Campo was also a relevant exchange place, and the merchant soon became a banker. Between 1576 and 1588 he was one of the main creditors and *asientista* of the Spanish king, Philippe II. In many ways, this man matched the portrait of the merchant banker from the 16<sup>th</sup> century. His documents describe cooperative trade relationships, casual or permanent. On the other hand, his case study shows how an agents' social network is built. His partners were his representatives, collaborators or informants who, in a truly dynamic sense, present relations and economic behaviors which evolved over time.

Simon Ruiz's key role in central economic places in the European economy, in the beginning of the First Global Age transformed him into a reference, not only in the Iberian Peninsula, but also in the rest of Europe. In this sense, the potential amplitude of Simón Ruiz' business network and the variety and heterogeneity of his partners justified the DynCoopNet-Pt choice of his trade and financial network as a representative case study of the mechanisms of cooperation in the second half of the 16<sup>th</sup> century.

The archive of the Company, belonging to a private Foundation, is now available at the Valladolid Provincial Archive. This archive allowed DynCoopNet-PT to use serial data sources, above all about 9000 bills of exchange out of about 21.000, and, as a sample, about 300 commercial letters, addressed to Portuguese merchants, out of a total of about 15.000 (Portuguese and non-Portuguese).

As an informatics tool we used Timelink<sup>3</sup>. Timelink is a computer tool developed to support micro-historical research with a strong emphasis on network analysis and prosopography. It allows a dynamic reconstruction of individual biographies following social networks theory assumptions, and it had already been used by a team of the University of Coimbra headed by Joaquim de Carvalho. An agent-based data collection, based on the register of agents' attributes, functions and relations was the means to arrive at a systematic organisation of data.

The data related to the geographic location of the agents were used also to allow geo-visualisation of data, geo-analysis and the use of geo-visualization methods on the form of statistics, animations, and visual analytics.

---

<sup>2</sup> *Idem.*

<sup>3</sup> <http://mhk.fluc.pt/>

As network analysis software, we began by using GUESS, a free online software, but changed to mathematical modeling procedures, made possible by an active cooperation with Jorge Pacheco's team. Jorge Pacheco is a mathematician and a theoretical physician, the leader of ATP Group, based in Lisbon, which aims at developing and applying theoretical and computational tools to the understanding of evolutionary processes in the physical, biological, medical, and social sciences<sup>4</sup>.

The group was interested in situations in which individual goals collide with collective endeavors, seeking for a proper formulation and understanding of evolution, conflict, competition and self-organization. Their goals totally converged with ours, and their methodologies were able to refresh and open our own when applied to the serial data extracted from our database.

As research is conducted with people, we have to acknowledge their contribution, beginning with the one of Joaquim Carvalho's. He became the leader of a sub-team constituted by Ana Sofia Ribeiro, Sara Pinto, both working on the basis of PhD fellowships from the project, Sandra Brito and João Carvalho, responsible for the software administration and graphic design.

Monica Wachowicz, a colleague who deals with geographic and symbolic spatial representation, also cooperated with us, devising ways of visualization of the Simón Ruiz network, heading an informal group which included Sara Pinto, who will defend her PhD thesis on *The Simon Ruiz Company. Spacial analysis of a mercantile company in the 16<sup>th</sup> century*. She is analysing the Simon Ruiz network through its visualization and an analysis of its spatial configuration. An identification of the location of agents and their relations in a wider area, predominantly European, but with connections on a global scale, will enable us to understand the spatial configuration of this merchant company, and its evolution over time and in space, during the Company's life cycle (1557-1606).

Ana Sofia Ribeiro also wrote a PhD thesis on the mechanisms of cooperation, based on the same sources. Her thesis, entitled *Mechanisms and Criteria of Cooperation in Trading Networks of the First Global Age. The case study of Simon Ruiz network, 1557-1606* analysed the mechanisms of cooperation in commercial networks in the relevant period, examining issues such as the importance of trust and reputation in the consolidation of networks and business; strategies of exogamy and endogamy and the strength of kinship and family ties in networking, particularly when applied to trade and financial agents. Issues such as the mechanisms of recruitment and exclusion from the network, the cost of punishment and the mechanisms for collaboration, cooperation, evasion, deception or cheating, using complex methodologies of network analysis and network visualization and their evolution in configuration within specific economic historical contexts were some of the academic results of Ana Sofia's thesis.

As for Amândio Barros, he developed a post-doc research project on the role of informal networks in the consolidation of a colonial Atlantic economy over time. His research enabled to analyse the projections of the Simón Ruiz network through its connection with peripheral agents which become central in other interconnected trade networks, namely in Porto.

Also, a database of the data gathered, designed to support multilevel research, is now available online and a lexicon, together with a thesaurus of the levels and the mechanisms of cooperation. The first, available at <http://timelink.dyncoopnet-pt.org/mhk/servlet/do?dbname=dyncoopnet&action=login.vm> is one of the main outputs of the project.

As dissemination activities got under way, with very stimulating results,

---

<sup>4</sup> <http://www.ciul.ul.pt/-ATP/>.

DynCoopNet-Pt began to undertake common activities. Our sub-team provided several contributions to panels in international conferences. It also contributed to common publications within the scope of the TECT programme as well as to other international publications. Some of them are available on the project webpage: <http://www.dyncoopnet-pt.org/>

As self-evaluation, one could say that TECT aims to improve crossing frontiers of knowledge as means of scientific progress was totally pursued and achieved by DynCoopNet-Pt. The experience undertaken proved that crossing frontiers is, in fact, not only possible, but essential to building a new paradigm of knowledge.

Amélia Polónia  
(PI – Principal Investigator of DynCoopNet  
Project leader of DynCoopNet\_PT)

## Explorações sobre a mobilidade social em Portugal (1860-1960) Referência FCT: PTDC/HISHIS/110827/2009

Este projecto, iniciado a 1 de Março de 2011, conta com o apoio financeiro da FCT/MSTES (PIDDAC) e é co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE. Apresenta-se na linha de desenvolvimento de outro projecto anterior, coordenado por Helder Adegar da Fonseca, intitulado *A Mobilidade Social em Portugal durante os séculos 19 e 20. Estudo histórico (1850-1960)*.

### Introdução

A mobilidade social tem sido, até recentemente, objecto de um conhecimento fragmentado e um tema negligenciado pela historiografia portuguesa, muito embora constitua uma das questões centrais da história social nas últimas três décadas. Por outro lado, a ênfase dada aos estudos sobre a emigração nos últimos dois séculos, quer durante o ciclo transatlântico quer durante o ciclo europeu, carrega consigo, de forma explícita ou implícita, a imagem de Portugal como uma sociedade «fechada», se não mesmo «bloqueada», elemento essencial do seu «excepcionalismo» histórico cujas raízes se encontrariam numa revolução liberal «falhada».

Este projecto inscreve-se no debate sobre a construção da(s) sociedade(s) europeias(s) a partir de baixo e explora três dimensões essenciais do fenómeno da mobilidade social intergeracional em perspectiva histórica: (a) o das oportunidades sociais em contexto urbano; (b) o da mobilidade social na perspectiva da mulher (através do casamento) e a determinação das «fronteiras de classe»; (c) o das relações entre os fenómenos migratórios e o da mobilidade ocupacional e social. Partindo da recolha sistemática de informação registada nos assentos de casamento existentes nos arquivos notariais e distritais durante o período 1860-1960, este projecto visa estender substancialmente a Amostra Histórica Portuguesa sobre a Mobilidade Social (AHP-MS) de forma a consolidá-la como “infraestrutura científica” de referência para a análise do fenómeno da mobilidade social intergeracional e geográfica, da evolução da estrutura social e das redes sociais em Portugal no período contemporâneo.

### Metodologia

A equipa utiliza uma metodologia de recolha e tratamento de dados já estabelecida na área, a qual assenta na codificação das ocupações de acordo com os esquemas Hisco e Hiscoclass como passo essencial para a localização social dos indivíduos ao longo do tempo.

Os resultados permitem a formulação de modelos sociais e visam a sua comparabilidade com outros contextos europeus e mundiais (Japão e E.U.A.) sobre os quais existem estudos publicados. Neste contexto, é da maior importância a participação da equipa, já assegurada, na rede de investigação sobre a Desigualdade Social e na Rede Europeia de Amostras Históricas da População Europeia (EPHS-Net). Esta última visa a integração, para fins de investigação em ciências sociais históricas, de largas dezenas de bases de dados provenientes de diferentes países europeus sobre pessoas, famílias e habitação, já existentes ou em ainda desenvolvimento, a partir de uma interface comum de pesquisa, validação de dados e recuperação da informação de livre acesso à comunidade científica internacional.



## Objectivos

Este projecto encontra-se balizado cronologicamente entre 1860 e 1960 e tem como objectivos principais:

- a) Recolher, validar e integrar na AHP-MS dados histórico-sociológicos provenientes de espaços urbanos do litoral (Lisboa e Porto), de concelhos do interior e do sul do continente (Portalegre, Covilhã, Guarda, Viseu e Olhão) e insulares (Madeira e Açores), consolidando-a como infraestrutura de investigação usável para fins de análise histórica e sociológica comparativa e transnacional.
- b) Analisar a mobilidade conubial intergeracional total e relativa em Portugal e determinar «fronteiras» e «distâncias de classe»;
- c) Identificar padrões de mobilidade geográfica por ocupações e por classe ao longo do período considerando os espaços de mobilidade nacionais e atlânticos.

## Questões

Este projecto tratará assim de questões como as seguintes:

- Foram os contextos urbanos e, em especial, os de Lisboa e Porto mais favoráveis à mobilidade? E em que sentido? (Horizontal / ocupacional, ascensional ou descendente)?
  - Que oportunidades sociais foram oferecidas às populações migrantes em períodos de rápido crescimento urbano?
  - Foram os migrantes melhor sucedidos do que os naturais residentes? E, no que diz respeito à mobilidade social na óptica da mulher, foi ela distinta da mobilidade masculina?
  - Foram as oportunidades sociais oferecidas à mulher através do casamento piores no passado?
  - Como actuou a emigração transatlântica sobre as estruturas sociais, considerando a transferência de recursos para os meios familiares de recrutamento?
  - Em que medida os resultados apurados para o «caso português» sobre cada uma destas questões são coerentes, ou seja, autorizam formar uma imagem nacional consistente?
- Finalmente, em que sentido distintos universos estudados divergem de outros contextos europeus?

## Participantes

- Paulo Eduardo Marques da Costa Guimarães – Investigador Responsável  
(Universidade de Évora - Departamento de História)
- Hélder Adegar Teixeira Dias Fonseca  
(Universidade de Évora - Departamento de História)
- Maria Antonieta da Conceição Cruz  
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
- Maria Benedita Prado de Almada Cardoso  
(Universidade da Madeira)
- Maria de Fátima Silva Sequeira Dias  
(Universidade dos Açores)
- Maria Eugénia de Almeida Mata  
(Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa)

## Resultados já apresentados

### Os textos publicados até à data são os seguintes:

- Helder Adegar FONSECA e Paulo Eduardo GUIMARÃES (2009), “Portugal e as Sociedades Europeias: Homogamia, fronteiras de classe e revolução sexual (1860-1960)”, H.A. Fonseca e Luis Lobo Fernandes (eds), *A Europa, Portugal e os Desafios da Globalização: Perspectivas Transdisciplinares* (nº temático de PERSPECTIVAS, Revista do NICPRI, 2011).
- Helder Adegar FONSECA e Paulo Eduardo GUIMARÃES (2009), “The Social Mobility in Portugal (1860-1960): Operative Issues and Trends”, *Continuity and Change*, Oxford, 2010.
- Helder Adegar FONSECA e Paulo Eduardo GUIMARÃES (2009), “A Mobilidade Social Intergeneracional em Portugal, 1957”, Serrão, J. V.; Pinheiro, M.; Ferreira, M.F. (eds.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social*, Lisboa, ICS, 2009.

### Textos apresentados em congressos:

- Paulo Eduardo GUIMARÃES (2011), “A mobilidade social intergeracional em Portugal nos séculos XIX e XX: debates, projetos e agenda de investigação”, 2º *Congresso Internacional Perspetivas Históricas Sobre a Mobilidade Social na América Latina*, orgs. Tarcisio R. Botelho (UFMG, Brasil), Marco H. D. van Leeuwen (Univ. Utrecht), Clotilde Andrade Paiva (UFMG, Brasil), 12-14 Set. 2011 (no prelo).
- Helder Adegar Fonseca, Paulo E. Guimarães, Marco H.D. van Leeuwen, Ineke Maas, “Intergenerational Transfer of Occupational Status in Portugal, 1850-1960: Unravelling Modernization Processes”, 9º *Congresso Europeu de Ciência Social Histórica*, sessão “SOC06: Social Mobility in Europe’s Boundary Regions” (Glasgow, 10-12 Abril 2012).

Paulo Guimarães  
Investigador Responsável

DHEPI - Pós-graduações  
(2011-2012)

## Curso de Doutoramento/3º Ciclo em História

Autor: **Ana Sofia Vieira Ribeiro**

Título: *Mechanisms and criteria of cooperation in trading networks of the First Global Age. The case study of Simon Ruiz network, 1557-1597.*

Palavras-chave: Cooperação, redes comerciais, confiança, reputação.

### Resumo

A cooperação é um comportamento essencial na sociedade humana, de acordo com o qual as pessoas unem esforços para obter um benefício a um custo mínimo, mesmo tendo objetivos e motivações diferentes. Esse tipo de comportamento ganha formas específicas em redes de comércio e em mercados financeiros, no presente ou no passado. Esta dissertação pretende focalizar a atenção no estudo dos mecanismos e critérios de cooperação neste tipo de redes, no século XVI, através de um estudo de caso: o do cristão-novo castelhano Simon Ruiz, cuja actividade se estendeu por toda a Europa e nalguns espaços coloniais de Portugal e Espanha. Para este propósito, letras de câmbio e correspondência comercial de sua empresa são as principais fontes primárias para testar quatro hipóteses diferentes: 1) A dinâmica da cooperação numa determinada rede histórica, além de condicionada por questões de conjuntura económica e política, estava relacionada com factores intangíveis, como a confiança, a reputação, o boato, ou o risco. 2) As redes de negócio tinham um ciclo de vida dinâmico: elas surgem, alteram-se e terminam de acordo com a sua própria dinâmica e pressionadas por circunstâncias contextuais. 3) Os parceiros comerciais têm a tendência a ser mais punitivos em relação à quebra das normas criadas pelo funcionamento da rede. 4) A endogamia familiar e étnica de uma rede económica e financeira no século XVI era limitativa. A metodologia incide sobre a análise de redes, a partir de uma base de dados de matriz prosopográfica, cujo registo incide sobre biografias dos vários agentes.

Os resultados apresentados baseiam-se no ciclo de vida da rede comercial e financeira de Simon Ruiz, dividido em sete períodos cronológicos distintos. A evolução da rede foi profundamente marcada pela conjuntura histórica que trouxe oscilações nos mercados e na distribuição geográfica e social dos fluxos de capital. A actividade da rede foi sustentada por uma rápida e frequente mudança de parceiros, sendo os agentes com um maior grau aqueles que persistiram ao longo do tempo. A presença de certos indivíduos em locais estratégicos parece ter sido o factor chave para a inclusão de indivíduos na rede. A escolha de parceiros parece ter-se tornado estratégica na evolução da actividade desta companhia, que pretendia atingir uma certa estabilidade, que a fizesse resistir às múltiplas convulsões económicas coevas, e maximizar os seus lucros. Estes objectivos determinavam o tipo de parceiro a incluir e excluir da rede. A actividade comercial e financeira de Simon Ruiz não assentou num núcleo inicial fechado e assente numa série de agentes do mesmo grupo familiar, confessional ou de naturalidade geográfica. Pelo contrário, a escolha de parceiros para ter sido presidida por critérios de racionalidade económica. Interessava a associação com que ofereciam melhores possibilidades de negócios lucrativos e melhores contactos, independentemente de pertencerem à mesma família, mesmo grupo religioso ou serem oriundos do mesmo espaço geográfico.

Desta forma, o mecanismo de cooperação mais frequente não foi a selecção de indivíduos geneticamente relacionados. O mecanismo de cooperação mais frequente foi a reciprocidade indirecta, ou seja, os indivíduos cooperavam no intuito que outros agentes, que não apenas aqueles com quem cooperavam, pudessem no futuro cooperar com eles. Neste mecanismo de cooperação, a reputação desempenha um papel essencial. Por outro lado, as dinâmicas de cooperação faziam-se acompanhar pontualmente por episódios de recusa de cooperação. Como estes episódios aconteciam, normalmente, em relações mais perenes no tempo, o balanço positivo da colaboração fazia com que estes episódios fossem esquecidos e a cooperação persistisse. Pelo contrário, episódios de engano deliberado conduziam ao final da relação de cooperação. Neste sentido, os mecanismos de punição que prevaleciam para sustentar a cooperação na rede eram o ostracismo económico e a sinalização da realização de bons negócios ou de perdas e falências.

**Orientadoras:** Prof<sup>a</sup> Doutora Amélia Polónia e Prof<sup>a</sup> Doutora Margrit Schulte-Beerbhül.

**Data de defesa:** 22 de Dezembro de 2011.

Autor: **Rosa Maria dos Santos Capelão**

Título: ***O culto de relíquias em Portugal nos séculos XVI-XVII. Contexto, norma, funções e simbolismo.***

Palavras-chave: Relíquias, Contra Reforma, crenças, medicina popular.

## Resumo

O objeto de investigação em que nos centramos na nossa tese de doutoramento foi o culto de relíquias em Portugal nos séculos XVI-XVII. O seu estudo foi efectuado, de forma articulada, em torno de quatro vectores, explícitos no seu título: contexto, norma, funções e simbolismo. Encontrar contextos de sentido, identificar modelos de sensibilidade e compreender a representação colectiva da força actuante das relíquias no contexto de estudo, foram alguns dos tópicos deste projecto. Para concretizá-lo buscamos compreender a norma e as práticas em torno das relíquias, mas também as suas funções, sentimentos e pensamentos em relação às mesmas.

O nosso universo de trabalho configurou-se a partir da constatação da presença estruturante das relíquias no quotidiano vivencial do homem europeu dos séculos XVI e XVII. E a nossa observação recaiu, pois, sobre o homem que neste contexto acredita no poder das relíquias e comunga na crença do sobrenatural. E isto porque consideramos os aspectos da subjectividade humana, como são as crenças, a imaginação interpretativa e os problemas de transcendência, como sendo componentes essenciais para compreender a história e para entender como o homem confere sentidos e intervém na realidade que o rodeia.

É ainda nossa convicção que, sendo reconhecida a influência da Igreja sobre as sociedades católicas de Antigo Regime, em âmbitos e processos mais amplos que os estritamente religiosos, se devia também auscultar, em simultâneo, o processo inverso, isto é, a inclusão de processos devocionais e de práticas culturais dos crentes no universo institucional da Igreja. Procuramos fazê-lo num contexto pós-tridentino, afastando-nos do âmbito exclusivamente institucional e clerical, e centrando-nos no fenómeno religioso em si.

O fenómeno em estudo – o culto das relíquias – é transversal a todo o universo cristão até ser posto em causa e rejeitado nos contextos da Reforma Protestante. Nos séculos XVI e XVII, na esfera da Contra Reforma, entraram em cena, novos e diferentes espaços de crenças e foram reformuladas algumas das normas que condicionam as práticas. Sendo Portugal um dos primeiros espaços que aplicou a normativa de Trento, o espaço seleccionado constituiu-se, a nosso ver, como um perfeito cenário para a análise das matérias em questão, que se posicionam no cruzamento de práticas e crenças com modelos devocionais que são difundidos e buscam ser impostos, em contextos de reforço de poder e de autoridade por uma Igreja Católica cuja legitimidade é questionada pelos movimentos de Reforma religiosa.

Tendo como pergunta de partida a de saber como se teria processado o culto de relíquias no Portugal dos séculos XVI e XVII, outras questões mais específicas orientaram a nossa investigação. Quais são os usos e funções das relíquias? Quais os contextos de significado através dos quais se processa a compreensão de um sistema simbólico de imagens e representações, referido ao culto das mesmas? Como se posiciona o controlo normativo eclesiástico em relação às relíquias? Existem, no universo católico, perspectivas críticas em relação a sua presença? Existem diferentes modelos de sensibilidade em relação ao corpo como fonte de relíquias? É sempre esta manifestação religiosa tão irracional e supersticiosa como se vem sublinhando continuamente no discurso historiográfico? Existem especificidades na presença de relíquias em Portugal em relação a outros países do sul de Europa?

Procuramos compreender globalmente quadros normativos, práticas devocionais e atribuições de sentido que fossem transversais ao espaço português, e por isso mesmo o universo de trabalho seleccionado esteve constituído principalmente por fontes narrativas impressas: *Constituições sinodais*, *Relações de Trasladações de relíquias*, *Hagiografias* e *Crónicas* de Ordens religiosas. Dentro deste universo seleccionamos o que acreditamos ser uma mostra representativa.

Em quanto aos métodos de observação, temos que sublinhar que a singularidade de um fenómeno religioso como é o culto de relíquias, tendo como objecto de estudo o racional, o emotivo, o imaginário, o inconsciente, as condutas, obrigou a produzir meios singulares para interrogar as fontes e verificar respostas. Para isto, foram outras disciplinas, para lá da História, que nos proporcionaram as ferramentas

que nos permitiram aceder à subjectividade humana, às suas representações colectivas, e em definitivo nos guiaram no trabalho de como ver o passado. A transdisciplinariedade apresenta-se, neste contexto, não como uma opção metodológica, mas antes como algo estritamente necessário. E ainda que principalmente tivéssemos recorrido à antropologia, disciplina que nos proporcionou os mecanismos operativos para poder aceder ao trabalho interpretativo, também fizemos uso dos conhecimentos das ciências cognitivas (neurologia e psicologia) no seu tratamento das crenças e das emoções. Esse procedimento levantou novas questões, e permitiu-nos aplicar metodologias não estritamente historiográficas para sacar mais partido da informação disponível a partir das fontes históricas seleccionadas.

Ainda que tivessem sido usados métodos quantitativos para a análise de alguma informação proporcionada por algumas destas fontes, principalmente fizemos uso de um modelo de análise hermenéutico, interpretativo e qualitativo.

Estruturámos este trabalho em cinco partes. Na primeira procurámos a dimensão histórica do culto de relíquias, procurando saber como se construiu a atribuição de sentido deste objecto na história do cristianismo, apontando alguns casos que exemplificam este processo, dando prioridade aos identificados para o território que se viria a configurar como Portugal.

Na segunda parte, expusemos a normativa emanada de Roma em relação ao culto de relíquias, tendo especial atenção às directrizes tridentinas. E, a continuação, analisámos a aplicabilidade da mesma em território português a partir das *Constituições sinodais*.

Na terceira parte analisámos a dimensão social do culto de relíquias, começando por ver como estas estavam presentes no contexto em estudo. Identificámos fontes, agentes e destinatários implicados na sua circulação. E centrámo-nos especialmente numa fonte de relíquias específica: os novos santos. Também identificámos vozes dentro do catolicismo que questionaram o modelo devocional em torno ao culto de relíquias, difundido por Trento e trataram de travar práticas exageradas em relação à sua consagração.

Na quarta parte centrámo-nos numa das funções sociais específicas das relíquias: o seu protagonismo em curas prodigiosas, quer dizer, a sua função taumatúrgica. Identificámos os contextos de sentido que giram em torno deste processo, questionando o seu carácter irracional e supersticioso que sempre lhe é atribuído.

Na última parte, identificámos modelos de sensibilidade que se configuram em torno do corpo morto como produtor de relíquias, e prosseguimos com a abordagem da emoção religiosa desatada na vivência do culto das mesmas. Nestes dois últimos apartados tivemos em conta as estratégias cognitivas, tanto racionais, como emocionais que estão por detrás desta manifestação religiosa, pois somos da opinião de que, é partindo do individual que podemos entender como um culto destas características se transforma num acontecimento que vincula a toda uma comunidade que comparte os mesmos significados. E assim fomos articulando uma dimensão cognitiva com uma dimensão cultural.

No contexto em análise, as relíquias formavam parte de uma cosmologia hierarquizada de intermediação no sistema religioso que habitam, das quais as populações querem beneficiar, pois elas são um objecto tangível, uma imagem com uma presença mágica que pode mediar na relação com o transcendente. Isto assenta na crença de que o poder de intermediação e intercessão que é atribuído a certas personagens especiais é transmitido, por uma capacidade de contágio, aos seus restos ou aqueles objectos com os que estiveram em contacto durante a sua vida ou depois de mortos.

A Igreja Romana estimulou o rol dos intercessores divinos, e optou por continuar com esta forma exteriorizada de expressão dos sentimentos religiosos, frente às críticas de idolatria e superstição imputadas ao culto de imagens, santos e relíquias apresentadas pelos movimentos de Reforma Protestante. Mas este processo pretende-se controlado por uma hierarquia eclesiástica, que pretende impor a sua visão do mundo, despojando os laicos dos seus instrumentos de produção e interpretação simbólica.

Cremos ter provado que a interiorização do discurso tridentino em relação a um culto de relíquias dignificado, controlado e afastado de toda superstição, no contexto em estudo, os séculos XVI-XVII, não foi possível. Como pudemos demonstrar, a aplicabilidade da norma no domínio da autentificação de relíquias que se pretendeu monopolizado pelas autoridades eclesiásticas, não foi possível. As vontades “populares” continuaram, como em épocas anteriores, a ter um papel activo na consagração de relíquias.

Pudemos ainda demonstrar que os próprios agentes religiosos, nos discursos propagados através da pregação ou das narrativas hagiográficas sobre certos indivíduos, que morreram com fama de santidade, alimentaram um discurso, largamente difundido, que acaba por fazer da voz do povo o protagonista de um processo de consagração de relíquias, ainda que desviado, pois este ocorria independentemente da norma proclamada.

Tentamos também compreender o porquê da sobrevivência desta manifestação religiosa até os nossos dias, apesar da emergência do paradigma científico. E concluímos que isto é devido a que esta devoção dá sentido ao mundo em domínios da subjectividade humana que são difíceis de controlar. Uma relíquia é um elemento simbólico, que participa na atribuição de sentido ao mundo, quer dizer, que interfere na forma como este é *explicado*, e sobre tudo como este é *sentido*.

Para demonstrar isto, foi a nossa intenção expor, ademais da dimensão social do culto das relíquias, o *locus* mental que está por trás desta manifestação religiosa. Por isso, a partir de práticas sociais identificadas, avançamos sobre a análise das estratégias cognitivas, tanto racionais como emocionais, que vivem ao redor deste fenómeno religioso. E isto se fez em primeiro lugar, a partir de análise de uma função social específica de que são protagonistas: a função taumatúrgica sobre o corpo doente. Vimos como nas práticas descritas nas narrativas hagiográficas, existem regularidades e padrões que descortinamos com ajuda de um sistema interpretativo proporcionado pela antropologia (o da medicina popular). Onde pusemos a prova o carácter irracional e supersticioso que sempre é atribuído ao culto de relíquias. E em segundo lugar através da análise do fenómeno da incorrupção, um cenário de consagração de relíquias a partir da materialidade cadavérica, onde pudemos ver como este processo tem implicações no território das emoções, desatando os aspetos mais irracionais que são atribuídos a esta manifestação religiosa.

Quanto às implicações do nosso estudo, esperamos ter logrado somar valor a um campo de estudo como é o das crenças religiosas. Através da análise das relíquias intentamos compreender a conexão entre representações mentais individuais e as totalidades sociais. Elas nos deram acesso à subjectividade humana, e trouxeram à superfície os processos cognitivos (racional e emocional) implicados no processo de criar e transmitir significados, que são socialmente compartilhados, e que são de larga duração. Também pensamos ter somado valor a uma metodologia de trabalho, onde o recurso a outras disciplinas se apresenta como um imperativo.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Doutora Amélia Polónia.

**Data de defesa:** 16 de Dezembro de 2011.

## Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

Autor: **Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira**

Título: ***Geografia, História e Paisagem: uma experiência pedagógica de integração de saberes no âmbito de uma visita de estudo***

Palavras-chave: interdisciplinaridade; didática da geografia; didática da história, paisagem; visita de estudo; educação integral; educação integradora.

### Resumo

Face ao novo perfil de formação inicial de professores de História e Geografia e à necessidade de se promover uma educação integral e integradora com cada aluno, no contexto de uma sociedade cada vez mais especializada, considerou-se pertinente concretizar uma experiência de ensino-aprendizagem interdisciplinar, envolvendo as disciplinas curriculares de História e Geografia, no 3.º Ciclo do Ensino Básico.

O quadro teórico do trabalho centra-se na problemática da integração de saberes e da interdisciplinaridade, tendo em vista a educação integral e integradora dos alunos. Entendemos, assim, que é função da escola procurar fomentar a integração de saberes.

Desenvolvido no contexto de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o presente estudo concretizou-se através da realização de uma visita de estudo, visando a integração de saberes geográficos e históricos relativos ao 7.º ano de escolaridade. Assim, foram envolvidas, na experiência de ensino integrado, duas turmas do 7.º ano da Escola E. B. 2,3 de Santiago – Custóias, em Matosinhos, escola onde se realizou o estágio.

Considerou-se, como estratégia fundamental de operação da interdisciplinaridade, o recurso às potencialidades didáticas da paisagem.

Para se avaliar e analisar o trabalho e a aprendizagem desenvolvidos pelos alunos, durante a visita de estudo, procedemos à construção de instrumentos que possibilitaram realizar essa análise numa perspetiva contínua, integrada e o mais integral possível. Os instrumentos de recolha de dados, bem como os procedimentos de análise dos mesmos, são vários e diversos, pois os instrumentos têm especificidades que justificam formas de análise distintas.

Assim, o roteiro da visita de estudo, que serviu de guião para o dia, teve a preocupação de integrar saberes e de ser pedagógico-didaticamente adequado e motivador para os alunos. Para tratamento dos dados recolhidos através deste instrumento, procedemos à correção dos roteiros, segundo critérios previamente definidos, para, depois, apresentarmos uma análise quantitativa das percentagens de sucesso.

Em relação ao *peddy-paper*, que procurou conciliar o carácter lúdico intrínseco à atividade, e que é indispensável para motivar os alunos, com a aprendizagem por descoberta sobre determinado tema e/ou local, realizámos a verificação do cumprimento das tarefas por parte dos alunos, com a atribuição da respetiva pontuação.

Para procedermos à avaliação atitudinal, recorremos à grelha de avaliação que construímos completando-a com os dados obtidos através da observação das atitudes manifestadas pelos alunos ao longo da visita de estudo, verificando, depois, quais foram as atitudes mais desenvolvidas.

No sentido de complementarmos a avaliação do roteiro e do *peddy-paper* e procurando demonstrar que a paisagem pode ser um recurso importante para fomentar o desenvolvimento da aprendizagem integradora dos alunos, decidimos analisar o conteúdo particular de algumas tarefas do roteiro e do *peddy-paper* que consubstanciaram momentos em que os alunos foram desafiados a descreverem paisagens e a realizarem esboços das que observaram.

Um outro instrumento fundamental de recolha de dados foi o comentário e análise que os alunos efetuaram, por escrito, no dia seguinte a terem realizado a visita de estudo. Este instrumento é fundamental para percebermos de que forma os alunos percecionaram a construção da sua própria aprendizagem e o dia da visita de estudo. O tratamento dos dados efetuou-se através de técnicas de análise de conteúdo das



mensagens e opiniões expressas.

A análise de todos estes dados revelou diferenças de desempenho entre as duas turmas, em termos de aprendizagem desenvolvida, bem como quebras nesse processo de aprendizagem, em especial no período da tarde.

A paisagem foi um recurso motivador, estimulador e suscitou os conteúdos conceptuais geográficos e históricos, mas, também, os conteúdos procedimentais e atitudinais, transversais a várias áreas do saber.

As apreciações que os alunos fizeram das paisagens observadas foram positivas e agradáveis, sendo um exercício que permitiu desenvolver sentimentos de valorização paisagística, criando laços de afetividade com o território, sentido e percecionado de maneira diferente por cada um. Estes laços afetivos para com os territórios e para com os seus componentes, consubstancia o desenvolvimento de competências gerais e transversais do ensino básico, e permite o desenvolvimento sócio-afetivo dos alunos e a noção de que as paisagens são um valor a proteger e a preservar, identificador e caracterizador dos territórios. Desta forma, espera-se que esta e outras experiências deste género contribuam para a formação integral e integradora de cidadãos implicados numa ação consciente e responsável, concretizando o processo de educação histórica e geográfica, mas, também, cívica.

Foi claro que, para os alunos, a experiência de integração de saberes, potenciada pela visita de estudo, foi motivadora, por diversos fatores que os mesmos apresentaram.

O ensino concreto motivou os alunos, na medida em que, demonstrando que a realidade é suscetível de ser analisada por diferentes perspetivas, contribuiu para a descompartmentação das estruturas mentais pouco habituadas ao cruzamento de saberes disciplinares.

Pensamos que toda esta experiência de ensino/aprendizagem mostrou que as visitas de estudo, bem como as estratégias e recursos nela utilizados, contribuíram para a promoção e desenvolvimento de uma educação integral e integradora, comprovando que é possível fazer um esforço de convergência no sentido de integrar saberes e facilitar o processo de aprendizagem dos alunos.

**Orientadores:** Prof<sup>ª</sup> Doutora Olga Maria de Sousa Lima e Prof<sup>ª</sup> Doutora Maria Felisbela de Sousa Martins.  
**Defesa de provas:** 3 de Dezembro de 2011.

Autor: **Luís Pedro Sousa Silva**

Título: ***Os Mapas no Ensino da História: das Orientações Curriculares às Práticas Docentes***

Palavras-chave: Ensino, História, Geografia, Cartografia temática

## Resumo

O tema deste trabalho permitiu-nos abordar um conjunto de questões educativas importantes a partir de um instrumento que é tradicionalmente associado ao trabalho do geógrafo – o mapa. Todos reconhecemos os mapas como uma ferramenta indispensável para a análise geográfica. No entanto, os mapas não devem estar confinados às aulas de Geografia. A competência cartográfica, no seu sentido mais lato, é uma competência útil e, nalguns casos, imprescindível a outras áreas do saber como por exemplo, a História.

Com efeito, nesta dissertação procurámos avaliar a proficiência da utilização dos mapas no ensino da História. Nesse sentido, tentámos obter resposta às seguintes questões de investigação: qual o lugar dos mapas nas orientações curriculares e nos manuais escolares de História? Em que medida a exploração de mapas nas aulas de História contribui para a construção de quadros espaço-temporais adequados ao(s) tema(s) em estudo? Que conhecimento histórico constroem os alunos a partir da utilização de mapas? Qual a utilidade que os alunos conferem aos mapas na disciplina de História?

Para tentar responder às questões referidas, analisámos as orientações curriculares de História do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário e trabalhamos dois manuais escolares de História - um do 9.º ano e outro do 10.º ano de escolaridade. Além disso, optámos pela aplicação de quatro instrumentos: (i) um mapa mental elaborado pelos alunos; (ii) um mapa mudo, para a localização e identificação de factos/acometimentos históricos; (iii) uma prova escrita; (iv) um documento cartográfico, no qual constavam alguns erros relacionados com os elementos do mapa.

O estudo envolveu uma turma do 10.º ano de escolaridade. A turma era composta por 29 alunos, 10 do sexo masculino, 19 do sexo feminino. A média de idades era de 15,2 anos (D.P.: 0,7), oscilando entre os 14 e os 17 anos. Sendo uma turma na qual o investigador leccionou a disciplina de História, pudemos, facilmente, desenvolver os exercícios em contexto de sala de aula.

A recolha de dados foi iniciada no dia 25 de Outubro de 2010, altura em que leccionamos a nossa primeira aula na turma de 10.º ano. O tema da aula foi o «Urbanismo no Império Romano», tendo sido explorados vários mapas. No final da aula, após terem sido explicadas as intenções, os objectivos do estudo e a forma como iria decorrer o processo de recolha de dados, e depois de retirar os mapas parietais e de pedir aos alunos para ficarem apenas com um lápis e uma borracha em cima da mesa, foi entregue a cada aluno uma folha de papel A4 em branco, na qual deveriam construir um mapa mental inspirado no tema: *Grécia e Roma no Mediterrâneo (séculos V a.C. – IV)*. Nenhuma outra indicações foram dadas para a elaboração do exercício a não ser a indicação do título e o material a utilizar.

No dia 11 de Novembro de 2010, tivemos a nossa segunda aula com a turma do 10.º ano de escolaridade. Desta vez, a lição foi consagrada ao tema «A queda do Império Romano (crise interna e invasões bárbaras)». Ao longo da aula, os alunos, em diálogo com o professor, exploraram um conjunto diversificado de mapas sobre as transformações geopolíticas da Europa, entre os séculos IV e VI. No final da aula, foi pedido aos alunos que, num mapa mudo, localizassem e identificassem factos/acometimentos históricos inspirados no seguinte tema: *A Península Ibérica após as invasões bárbaras (século VI)*. No momento em que a actividade foi realizada, os mapas parietais já não estavam expostos e os alunos, nas suas carteiras, apenas tinham o mapa mudo e o estojo.

No dia 22 de Fevereiro de 2011, os alunos da turma de 10.º ano realizaram uma prova escrita de História. A prova apresentou três grupos de itens. Cada grupo baseava-se na análise de diferentes documentos, entre os quais se contavam cinco mapas.

No início da aula de História do dia 14 de Março de 2011, cada aluno da turma de 10.º ano recebeu um mapa sobre o comércio europeu no século XIII. Nesse mapa introduzimos sete erros relacionados com os elementos do mapa, que os alunos deveriam identificar.

As conclusões deste estudo apontam para o reconhecimento de que os mapas constituem, de facto, um importante e útil instrumento de estudo na disciplina de História, ainda que, nalguns casos, sejam

claramente desvalorizados.

- Os documentos curriculares de que os professores dispõem para a disciplina de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário são bastante precisos quanto ao lugar que os mapas devem ocupar no ensino desta disciplina e sugerem a sua utilização sistemática. Todavia, os conteúdos desadequadamente extensos dificultam a realização sistemática de actividades mais prolongadas, como por exemplo a elaboração de mapas ou a sua análise cuidada e aprofundada. Também não sobra muito tempo para a diversificação de metodologias, onde o trabalho de investigação predomine e os mapas constituam um instrumento de pesquisa imprescindível.

- A partir da análise de dois manuais escolares de História – um do 9.º ano e outro do 10.º ano de escolaridade –, verificamos que os mapas não só escasseiam em ambos, como são de pequena dimensão. No entanto, apresentam-se, de um modo geral, bem elaborados e contam com algumas questões destinadas à sua exploração e/ou construção.

- Os mapas constituíram um recurso imprescindível nas nossas aulas de história, na medida em que a sua exploração permitiu a construção de quadros espaço-temporais adequados ao(s) tema(s) em estudo. A sua presença assídua nas aulas desta disciplina, ajudou a evitar e a desfazer equívocos, como confundir o espaço histórico de uma determinada sociedade com as suas fronteiras políticas e/ou culturais actuais.

- A utilização de mapas nas nossas aulas de História contribuiu substancialmente para que os alunos expandissem o seu conhecimento sobre o passado, mas também a sua capacidade de examinar criticamente esse conhecimento. A partir da exploração dos mapas, os alunos envolveram-se nos conteúdos, analisaram, discutiram e questionaram, o que os beneficiou certamente mais do que decorar (e depois esquecer) uma longa lista de conteúdos históricos.

- Os alunos revelaram ser capazes de identificar cuidadosamente os elementos do mapa que permitem interpretar a sua linguagem (título, legenda, orientação e escala). Todavia, na realização de uma prova escrita de História, a maior parte dos alunos que participaram neste estudo ignorou o potencial dos mapas enquanto fonte de informação. Com efeito, advogamos que não basta apenas garantir a exploração de mapas na sala de aula, devemos também assegurar, através da interacção com os alunos, que estes estão sensibilizados para a importância da análise de mapas na construção do saber histórico e detêm capacidade para utilizar este recurso.

**Orientadores:** Prof. Doutor João Carlos Garcia e Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Felisbela Martins

**Defesa de provas:** 16 de Novembro de 2012

Autor: **Marisa Ferreira Tavares**

Título: ***Vem e Vê. A utilização do filme no processo de ensino-aprendizagem de História e Geografia.***

Palavras-chave: Cinema, recursos audiovisuais, educação histórica, educação geográfica, cidadania.

## Resumo

O relatório final reflete sobre a utilização do filme, no processo de ensino-aprendizagem em História e Geografia. Procuremos tentar perceber se os filmes podem e devem fazer parte da escola e do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo, não só para ensinar conteúdos de História e Geografia, mas, também, para uma educação dos valores que visa a cidadania.

A escola desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos. Sabendo que os audiovisuais, os Média, incluindo o cinema, constituem um meio de agrado evidente por parte da esmagadora maioria dos alunos, o professor pode e deve utilizá-los em sala de aula.

Durante o ano de estágio, utilizámos o cinema como suporte para as matérias curriculares de História e Geografia, ao mesmo tempo que educámos para os valores, pois o cinema tem uma função de cidadania.

Para tratar este tema da utilização de filmes no processo ensino-aprendizagem, os filmes escolhidos foram os seguintes: no caso da História o filme *Vem e Vê*, realizado por Elem Klimov e no caso da Geografia, *O Fiel Jardineiro* realizado por Fernando Meirelles.

Assim sendo, optámos por utilizar como metodologia de trabalho a aplicação e análise de conteúdo aos dados presentes num questionário, entregue aos alunos, aplicado ao filme *Vem e Vê*, e de diários de aula elaborados pelos alunos, após a visualização do filme *O Fiel Jardineiro*.

Através do filme de *Elem Klimov, Vem e Vê*, apercebemo-nos da importância do ensino da guerra para levarmos em diante uma educação para a paz. Pois só vendo e tendo conhecimento dos horrores da guerra é que aprendemos a verdadeira necessidade de existir paz.

Por outro lado o filme de Fernando Meirelles, *O Fiel Jardineiro*, ao mesmo tempo que ajuda a desenvolver e a manifestar atitudes importantes para a formação do jovem e do cidadão, é um excelente filme para lecionar os conteúdos programáticos do 9º ano (contrastes de desenvolvimento).

O propósito, com a apresentação dos filmes foi levar os alunos a uma melhor aprendizagem, pois os filmes, como recurso, podem contribuir para isso. A metodologia de trabalho que adotada ajudou a entender melhor se realmente, os filmes foram significativos para os alunos e se através deles foi possível aprender melhor os conteúdos temáticos abordados, tendo em conta, sempre, uma educação para a cidadania, pois um dos principais objetivos da escola deve ser o de formar cidadãos.

Promover a utilização dos audiovisuais, dos Média e do cinema nas escolas é algo digno, reformador e até revolucionário.

Os filmes podem e devem ser aproveitados como recursos, como estratégias de ensino-aprendizagem. Filmes contam histórias de preconceitos, discriminações, injustiças, desigualdades e falta de respeito pelos seres humanos em várias partes do mundo. Estes são sem dúvida, um importante recurso didático. Ao mesmo tempo ensinam conteúdos programáticos educam para a cidadania e para os valores.

Na verdade, após ter utilizado como metodologia de trabalho a análise de conteúdo, concluímos que os filmes, se bem utilizados, contribuem de forma significativa para a aprendizagem dos alunos.

Os filmes utilizados contribuíram não só para a formação histórica e geográfica do aluno, mas também para a sua formação humana. O objetivo era que os estudantes assimilassem uma série de conteúdos e que esses de modo algum fiquem esquecidos. Pretendíamos um saber compreendido e assimilado, porque deste modo conseguimos seres pensantes, já que quem pensa decide por si mesmo.

Ambos os filmes, mesmo apresentados de maneiras diferentes, foram significativos, ensinaram conteúdos e educaram para os valores, respeito, tolerância e cidadania, ou seja, contribuíram para a formação dos jovens como cidadãos.

Concluímos que o cinema é um meio cultural de aprendizagem e de formação. Este pode ser utilizado na educação, pois é possível, através do mesmo, aprender conteúdos disciplinares ou interdisciplinares (por exemplo História, Geografia) e educar para os valores visando a cidadania.

O cinema pode e deve ser utilizado na educação. Um filme, se bem utilizado pode educar para a

cidadania e a tolerância pode ser vivida e transmitida através do cinema pois este pode ser uma sala de aula.

**Orientadores:** Prof. Doutor Luís Grosso Correia e Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria Felisbela Martins.

**Defesa de provas Públicas:** 23 de Novembro de 2011.

## Curso de Mestrado em História Contemporânea

Autor: **José Fernando Oliveira Vaz**

Título: ***Teatro em Avintes. O Grupo Mérito Dramático Avintense e o Grupo Dramático dos Plebeus Avintenses (1910-1974)***.

Palavras-chave: Teatro; Grupos de teatro de amadores; Grupos populares de teatro; Avintes.

### Resumo

O principal objetivo deste trabalho é a investigação das raízes e evolução do Teatro em Avintes, a partir da longa experiência de dois grupos populares de teatro com importantes e reconhecidos contributos para o Teatro em Portugal: o Grupo Mérito Dramático Avintense e o Grupo Dramático dos Plebeus Avintenses, entre 1910 e 1974. No desenvolvimento desta investigação, identificaram-se as fórmulas associativas dos dois grupos teatrais, a composição social e cultural dos seus associados, os condicionamentos históricos e financeiros dos seus reportórios e elencos, os espetáculos e a sua itinerância, o nível artístico das produções e os ecos que tiveram na imprensa dos anos 1960, a qualidade interpretativa dos seus atores e atrizes, bem como a sua transição para o teatro profissional.

O estímulo gerador deste estudo foi a constatação da escassez historiográfica sobre a realidade associativa teatral, sendo os grupos populares de teatro e o teatro de amadores expressões de uma cultura participativa através da qual os seus intervenientes buscavam a afirmação social, a democracia e a cidadania, a autoinstrução e o poder que os palcos dão. Pouco se sabe sobre a sua implantação no território nacional, a resposta dos seus reportórios às vicissitudes histórico-culturais e a importância para a dignificação e a descentralização do teatro em Portugal.

O quadro teórico e historiográfico dedicado à temática em estudo é, até ao momento, bastante rarefeito. Verificou-se que os estudos sobre os grupos populares de teatro, o seu papel e importância para a cultura das populações, para a descentralização teatral e para a evolução do teatro em Portugal se limitam a breves referências plasmadas na bibliografia disponível. Entre outros, Carlos Porto, um dos autores que mais se debruçou sobre o assunto, afirmava em 1991, no *Jornal de Letras*: “Desde finais do século passado, pelo menos, que o teatro de amadores ocupa em Portugal um lugar cuja importância a sua atual ausência nas histórias e monografias teatrais escamoteia”.

Assim, e apesar da confirmada existência e atividade dos grupos de amadores, desta cultura participativa, desta escola básica da democracia e de cidadania, desta efetiva descentralização teatral e desta partilha artística com as populações mais afastadas dos grandes centros urbanos, a verdade é que existem poucos trabalhos académicos direcionados a esta realidade cultural. Daí a pertinência deste estudo.

Nesta conformidade, a investigação assentou na consulta, análise, sistematização e tratamento quantitativo e qualitativo da documentação existente, visando a compreensão e a explicação das motivações dos amadores de teatro, das fórmulas associativas, legais, estatutárias e regulamentares dos dois grupos, das finalidades, do corpus social e cultural dos seus associados, dos meios materiais de que se socorreram, da evolução artística e estética do seu reportório, das produções, da itinerância, da qualidade e do percurso dos atores, atrizes e técnicos, bem como as repercussões que tiveram na imprensa escrita nos anos 1960 e inícios da década seguinte.

Para o tratamento quantitativo e analítico das fontes utilizou-se o programa informático Excel e, para colmatar algumas lacunas que os documentos não revelavam, recorreu-se a fontes orais e a entrevistas pessoais, por e-mail e por telefone, a atores, atrizes, técnicos e a dirigentes da Associação Portuguesa de Teatro de Amadores – APTA, da Associação Nacional de Teatro de Amadores – ANTA, e da Federação Portuguesa de Teatro – FPTA.

O estudo do Teatro em Avintes, através dos casos do Grupo Mérito Dramático Avintense e do Grupo Dramático dos Plebeus Avintenses, entre 1910 e 1974, tem como base principal a consulta e tratamento de fontes manuscritas, impressas, iconográficas, hemerográficas e arquivísticas. As fontes estudadas consistem em 1978 fichas de adesão dos associados àquelas duas associações; 991 atas das reuniões das

Direções e das Assembleias-Gerais; 278 programas e cartazes impressos para divulgação dos espetáculos; 210 artigos, referências, críticas e notícias dos jornais e de revistas, a maioria das décadas de 1960/1970 e algumas dezenas de fotos das representações. Grande parte das fontes hemerográficas encontra-se nos arquivos da Audientis – Centro do Documentação e Investigação em História Local, nos referidos grupos, mas também na posse de particulares.

Dos resultados mais significativos deste estudo, evidenciamos os seguintes:

- o movimento associativo popular teatral nasceu na segunda metade do século XIX, durante o período histórico do Fontismo, e terá resultado de uma necessidade de auto-organização, de autoinstrução cultural e artística, de afirmação social dos seus participantes e da procura de voz e de poder que um palco dá;
- o associativismo popular teatral em Avintes iniciou-se em 1874 e manteve-se com perseverança e continuidade até à atualidade, conhecendo períodos de grande notoriedade nacional;
- os grupos em estudo eram constituídos por gente da classe trabalhadora com uma formação escolar básica e que buscavam no teatro a instrução, o reconhecimento e a afirmação social;
- o Mérito e os Plebeus atraíram, no período histórico em estudo, as camadas mais jovens da população porque viam naquelas fórmulas organizativas a via para o reconhecimento social, para a iniciação à cidadania, à maturidade, à cultura e como espaços de convívio, de diversão e de sociabilidade;
- a participação das mulheres na vida associativa foi difícil e tardia: até 1974, apenas quatro mulheres se filiaram no Mérito com a manifesta intenção de representar, enquanto as sete associadas dos Plebeus tinham como principal objetivo usufruir de uma inovação técnica: a televisão;
- as associações estudadas conseguiram levar o seu teatro a localidades que ficavam a centenas de quilómetros de distância das suas sedes, apesar das tradicionais carências económicas e logísticas afetarem os grupos de teatro de amadores devido aos custos das suas produções artísticas;
- a tradição teatral dos avintenses, a qualidade de alguns dos seus atores e atrizes, os prémios nacionais recebidos e o nível de alguns dos seus espetáculos atraíram técnicos, artistas plásticos e encenadores reputados a nível nacional, servindo esta troca de saberes como “cursos de formação” para os artistas teatrais avintenses ajudando, desse modo, alguns deles a progredirem para o teatro profissional;
- o repertório das duas associações de teatro de amadores acompanharam os gostos estéticos e temáticos, os condicionamentos ideológicos, políticos, morais e culturais dos tempos históricos que atravessaram a 1.ª República e o Estado Novo. A ligeira abertura do regime nos finais da década de 1950 com a candidatura presidencial de Humberto Delgado permitiu temporariamente uma evolução do teatro amador avintense que ousou levar à cena autores até aí impensáveis de serem representados (exemplos: Bernardo Santareno, Strau Monteiro, Gorki, Steinbeck, e outros importantes dramaturgos nacionais e estrangeiros);
- nos anos 1960, os grupos em estudo, participantes assíduos dos Concursos Nacionais de Arte Dramática promovidos pelo SNI, causaram espanto e admiração pela ousadia e pela qualidade inovadora e artística dos espetáculos a ponto de, em conjunto com os grupos de teatro profissionais, independentes e universitários, uma das suas peças ser seleccionada para a categoria dos dez melhores espetáculos de teatro realizadas em Lisboa em 1969;
- a prática teatral contínua dos dois grupos fomentou o aparecimento de vocações teatrais e catapultou alguns atores e atrizes para o teatro profissional onde alguns deles ainda hoje permanecem;
- a imprensa escrita nacional dos anos 1960 e inícios da década seguinte fez eco das excelentes produções levadas à cena pelos grupos populares de teatro em estudo e vários intelectuais e teatrólogos portugueses a isso se referiram através de críticas altamente elogiosas;
- os grupos populares de teatro de Avintes, em conjunto com os grupos de profissionais, com o teatro independente, com o teatro universitário e com outros grupos de teatro de amadores espalhados pelo país, deram um contributo importante para a dignificação, evolução e sobrevivência desta arte no nosso país.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira.

**Data de defesa:** 10 de Novembro de 2011.

Autor: **Marcos Miguel Oliveira do Couto**

Título: ***Representações do Oriente em “O Mundo Português” (1934-1947).***

Palavras-chave: Orientalismo, alteridade, representações raciais e culturais, impensa colonial, Estado Novo.

### Resumo

Para Portugal, o Oriente foi palco de um império não só territorial, geográfico e comercial, mas sobretudo cultural e imagético. O Oriente acrescentou na imaginação dos portugueses uma dimensão mágica, na qual a existência imperial se emaranhou com a identidade nacional. Assim sendo, a derrocada do Império Português do Oriente e a consequente e irreversível passagem de Portugal para ator secundário da trama colonial levou ao florescimento de uma identidade irrealista e às constantes tentativas de restaurar a glória perdida. A reinvenção sucessiva do império, primeiro no Brasil e depois em África, deve ser entendida como resposta à subalternidade de Portugal no palco internacional. O caminho para o ressurgimento começa a estar ligado ao que foi perdido a Oriente, afirmando-se cada vez mais a ideia que a restauração do império recolocaria Portugal no centro do mundo. Esta ligação da nação ao já feito e ao já sido, assim como a percepção da perda do estatuto do país, vão dominar o imaginário político e cultural nacional a longo prazo.

De facto, esta imagem distorcida que Portugal tinha de si mesmo vai ser aproveitada nos anos 1930 e 1940 pela “máquina” ideológica e propagandística do Estado Novo. O regime levou a cabo um intenso trabalho que legitimava a ideia de renascimento nacional, que retomava o já feito e o já sido. O cenário construído entrelaça, portanto, o presente no passado de forma a enaltecer as virtudes de um país com uma identidade inconfundível e inquestionável e a legitimar toda uma ação política consentânea com um passado exemplar.

A produção de uma identidade fictícia ou o camuflar de uma realidade pouco agradável pressupõe um processo de “cosmética” discursiva que pode ter múltiplas facetas mas uma única finalidade, ou seja, apenas pretende transmitir uma ideia que acaba por se revestir de uma “verdade” falaciosa. A propaganda colonial do Estado Novo encontrou esta dinâmica representativa. As mensagens e imagens que interessavam difundir, e que deveriam ter validade, iam no sentido de consagrar Portugal como império e como um colonizador exímio e exemplar. Filtrando o passado, apresentando apenas o seu melhor, cria-se um cenário que pode legitimar não a verdade mas um interesse, uma imagem e uma identidade pouco precisa. Um bom exemplo desta atitude é a forma como o regime utilizou o Oriente para legitimar-se como um civilizador nato, como merecedor de ser império. Na verdade, mais do que os territórios que dominava naquele espaço geográfico, o Oriente é uma memória, é o campo de manifestação por excelência das virtudes colonizadoras da nação. O discurso oficial sobre o Oriente tende, portanto, a esgotar-se na presença passada dos portugueses nestas paragens, valorizou constantemente uma presença já ida e que diz mais sobre a cultura que gerou estas representações do que sobre o objeto que era, teoricamente, estudado.

Estudar estas representações do Oriente é, sobretudo, debruçar-se sobre um espaço/memória mais fabuloso do que real. O Oriente tal como é dado a conhecer em *O Mundo Português*, revista de propaganda colonial publicada entre 1934 e 1947 e fonte escolhida para responder às questões que a problemática coloca, consegue flexibilizar-se em função dos desejos de quem o foi construindo. Todo um discurso foi criado tendo em vista os propósitos do regime. O Estado Novo firma, assim, a sua imagem política através de uma vasta e complexa operação restauradora, onde o Oriente, com tudo que representa no imaginário nacional, constitui-se como uma espécie de “vertigem” mística e imaginária à qual os portugueses regressavam de forma a reviver os momentos modelares do seu percurso histórico. Assim sendo, de maneira a “retomar” aquilo que já parecia perdido, é construído um cenário fabuloso, heroico e lendário que representa o passado português. Através de *O Mundo Português* é possível perceber como é recorrente o recurso ao mítico Oriente de forma a criar esta atmosfera de esplendor e virtuosismo. Aqui manifestam-se as virtudes do lusitano, demonstra-se o seu legado inesquecível à Humanidade e torna-se evidente uma forma única de lidar com os povos não europeus. Na verdade, os vestígios da glória de outrora são recolhidos e hiperbolicamente transmitidos aos portugueses para lhes suscitar orgulho, não do passado mas do seu presente, visto que eles se entrecruzavam. Filhos da mesma terra, moldados pelos mesmos hábitos, costumes e tradições, os portugueses de quinhentos foram “resgatados” para o século XX.

Com efeito, a elevação do Oriente a paradigma da atividade colonialista e imperialista do país teve como objetivo a postulação de uma nova imagem da nação através do passado. No Oriente, Portugal não explora os seus domínios, simplesmente “revive” neles de forma a legitimar a sua ação colonial em África. Esta forma de



“olhar” o Oriente levou a um completo desinteresse pelos povos que o habitavam. É, isso sim, constantemente valorizada a capacidade integradora dos portugueses e a forma como os colonizados necessitavam e conseguiam se “aportuguesar”. Na verdade, sob os desígnios do império, a pluralidade cultural dos povos colonizados foi subalternizada sob a ação do colonizador, de forma a que, aparentemente, os primeiros participassem e compartilhassem da identidade do último. A imagem de Portugal projetada pelo Estado Novo pretendia demonstrar a manifestação de uma “Portugalidade” intrínseca que revestia o espírito de cada habitante do império, independentemente de ter nascido na metrópole ou nas colônias. A estruturação e composição da sociedade colonial portuguesa, que hierarquiza a diversidade das suas culturas por diferentes “estados” ou “graus”, faz do império uma ilustração de uma identidade apenas plural na aparência, visto que projeta no sonho imperial uma unidade que traça um único caminho para todos os povos que o compõem, a cidadania portuguesa. Todo o processo desencadeado de forma a serem estabelecidos os limites – imaginários – dos graus civilizacionais entre os povos colonizados servia para perceber a que distância estariam cada uma destas populações de serem “plenamente” portuguesas. Esta foi a forma encontrada para domesticar a diferença em relação ao que era o “padrão” civilizacional a seguir e servia de “tampão”, impedindo uma participação plena dos povos inferiores no universo cultural lusitano. Em *O Mundo Português*, fonte elucidativa da estrutura e linguagem do discurso adotado pelo regime, é nítida a pretensão de legitimar esta realização. De facto, a existência superior que Portugal proporcionava aos seus indígenas estava relacionada com a própria anulação social, política e cultural do colonizado em função da identidade portuguesa. O “lusitanismo” com que se procurou cobrir toda e qualquer diferença dos povos que habitavam o império, promovendo a supressão de toda a singularidade cultural em detrimento de uma afeição quase natural à cultura portuguesa é uma ficção que pretende, através da manipulação discursiva e imagética, legitimar um empreendimento colonial amplamente redutor, que inventa uma identidade coletiva e homogênea para um conjunto de indivíduos muito distintos.

No entanto, nesta reestruturação identitária não deixava de estar presente, de forma igualmente subtil e veemente, a representação da desigualdade do colonizado em relação ao colonizador. Num projeto em que se pretendia demonstrar uma unidade nacional e uma integração cultural, a alteridade do Outro apenas encontra espaço quando o colonizador quer evidenciar os motivos que o levam a dominá-lo. Aqui fica visível a ambivalência do discurso do regime sobre os orientais. Atendendo unicamente às necessidades e vontade do colonizador era possível apresentar o oriental como modelo exemplar da colonização portuguesa, resultado do vínculo privilegiado que criou com quem o domina, como demonstrar o quão longe estava dos padrões do homem civilizado, evidenciando os argumentos que faziam dele um “primitivo”.

No âmbito teórico e metodológico, muito do que foi explicado vai ao encontro daquilo que Edward Said definiu como Orientalismo. Esta é, de facto, a principal referência da dissertação realizada e que levou à construção do enquadramento teórico da problemática, aprofundado marginalmente por historiadores portugueses como Fernando Catroga e António Manuel Hespanha. No entanto, em torno desta questão reúnem-se outros nomes. Independentemente das diferenças de interpretação e extensão do conceito, John MacKenzie, Raymond Schwab e Maria Manuela Delgado Leão Ramos foram fundamentais no desenvolvimento da perceção de um choque cultural que nem sempre tem que ser desenhado com as cores mais negras. Contudo, o estudo desenvolvido não se esgota no trilho orientalista. Toda a discussão em torno da identidade nacional e da manipulação histórica encetada pelo Estado Novo levou a que os estudos de Eduardo Lourenço, Boaventura de Sousa Santos, Luís Cunha, Margarida Calafate Ribeiro e Patrícia Ferraz Matos assumissem particular relevância neste trabalho.

Todo o caminho teórico adquire consistência através do percurso metodológico seguido. A análise discursiva dos artigos publicados em *O Mundo Português* origina um levantamento de inúmeras questões e acaba por demonstrar como o Oriente realmente favoreceu a construção ideológica e propagandística do regime, como legitimou uma pretensa identidade imperial e como possibilitou a produção da polaridade entre colonizador e colonizado. Não obstante de tratar-se de um trabalho com limitações inequívocas, procurou-se decompor a “máquina” que representava o Oriente e o oriental. Não se tratou de, à imagem do orientalista, de dar a conhecer o Oriente: pretendeu-se, isso sim, saber o seu “peso” no imaginário estononovista.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira.

**Data de defesa:** 13 de Dezembro de 2011

Autor: **Daniel Filipe Oliveira Vieira**

Título: ***“Não podiam trabalhar com fome”. A greve de 1946 nas minas de São Pedro da Cova.***

Palavras-chave: Minas, mineiros, greves, São Pedro da Cova, Estado Novo, PCP.

### **Resumo**

As minas de carvão de S. Pedro da Cova têm merecido nos últimos anos a atenção e análise de diferentes perspectivas académicas. Também o movimento operário de S. Pedro da Cova, as problemáticas relacionadas com as condições de trabalho e de vida dos mineiros, as lutas e os protestos decorridos dessas mesmas condições, encontram-se referenciados em múltiplas páginas que valorizam a dimensão e o significado do movimento operário na história contemporânea de Portugal.

Contudo, apesar das referências ou citações, em várias publicações, a movimentos de protesto ocorridos nas minas de S. Pedro da Cova, a ausência de trabalhos de natureza histórica, que tratem pormenorizadamente as lutas e greves desencadeadas pelos mineiros, não permitem um conhecimento abrangente deste movimento. Conjugada com outros factores, a incipiente investigação sobre esta temática, foi umas das principais razões para que o objecto de estudo deste trabalho se centrasse numa das muitas greves desencadeadas nas minas de S. Pedro da Cova, designadamente numa das mais referenciadas bibliograficamente, e a primeira mais significativa, decorrida durante o regime fascista.

Partindo da análise da informação recolhida em diversos fundos documentais, com particular destaque para o Arquivo da PIDE e o Arquivo do Museu Mineiro de S. Pedro da Cova, não ignorando outras fontes, primárias ou secundárias, que permitiram, através do cruzamento de dados, apurar novos elementos sobre a temática, procura-se com esta investigação fazer uma caracterização mais detalhada sobre a greve mineira de 1946.

Depois de uma breve caracterização, nacional e internacional, do contexto em que se desenvolve o movimento grevista de S. Pedro da Cova em 1946, foi possível conhecer os principais aspectos deste acontecimento: os antecedentes e a origem, o processo e as consequências, o alcance e o impacto de uma greve, que, não encontrando semelhança nos anos anteriores, marcou a história de luta dos mineiros de S. Pedro da Cova.

**Orientador:** Prof. Doutor Manuel Loff

**Data de defesa:** 20 de Dezembro de 2011.

Autor: **Daniel da Cunha Teixeira**

Título: ***A Rede Shell: polícia política, espionagem e resistência civil em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial (1940-1942)***

Palavras-chave: Rede Shell, resistência, sabotagens, diplomacia.

## Resumo

Em finais de 1940, perante a iminência de uma possível invasão de Portugal por parte da Alemanha, da Espanha, ou ainda de um exército combinado dos dois países, os Serviços Secretos britânicos decidiram constituir no território português, e sem o consentimento do Governo de Salazar, uma organização secreta que ficaria conhecida como Rede Shell. As finalidades seriam a de formar núcleos de resistência civil e de proceder a atos de sabotagem e de destruição das principais infraestruturas do país criando, desta forma, sérios obstáculos às operações militares desenvolvidas por um exército inimigo.

Esta dissertação tem como objetivo analisar e retratar a existência da Rede Shell, o seu desenvolvimento, os seus propósitos, os métodos utilizados, assim como todo seu processo de desmantelamento por ação da polícia política portuguesa, nos primeiros meses de 1942, e as conseqüentes repercussões deste caso no relacionamento entre Portugal e a Grã-Bretanha.

A rede tinha como fim dificultar e retardar o avanço de um qualquer exército inimigo, num cenário de invasão de Portugal, e organizar grupos de resistência que atuariam depois de consumada a ocupação. Era seu dever proceder a atos de sabotagem de infraestruturas vitais para as operações militares; providenciar locais e facilidades para um possível desembarque de uma força expedicionária britânica, ou para a entrada no nosso país de contingentes militares aerotransportados e material de guerra. Cabia aos seus membros a difusão e a receção de mensagens radiofónicas e telegráficas; providenciar locais para alojamento de agentes portugueses e estrangeiros e para o armazenamento de mantimentos; a vigilância do tráfego marítimo e ferroviário, e respetivo transporte de mercadorias com destino aos países do Eixo; a recolha de informações sobre atividades alemãs em Portugal; a elaboração de listas de “anglófilos” e “germanófilos”; bem como a distribuição de propaganda inglesa.

Tudo indica que alguns elementos portugueses tenham recebido uma remuneração em dinheiro como recompensa pelos seus serviços. É também possível que outros tenham obtido determinados benefícios comerciais para as empresas de que eram proprietários. Pode afirmar-se, igualmente, que muitos dos elementos recrutados estavam diretamente associados a interesses económicos britânicos em Portugal.

Outra das particularidades da Rede Shell é a participação de elementos desafetos ao regime, sendo que esta característica é muito mais visível nos núcleos formados no Sul do país. De facto, muito mais do que na região Norte e Centro do país, no Sul a organização anglo-portuguesa parecia ser muito mais politizada, verificando-se, através dos atos da polícia política, uma participação muito mais ativa de agentes supostamente ligados à oposição reviralista e comunista ao regime de Salazar.

A P.V.D.E tomou conhecimento da existência da Rede Shell em meados de 1941 por ação de infiltrações policiais no seio da organização, bem como por informações fornecidas pela polícia política espanhola que, por sua vez, as teria recebido por intermédio da Gestapo-SD. As primeiras detenções foram iniciadas em Janeiro de 1942, prolongando-se por vários meses.

Os eventuais elementos da organização clandestina, conheceram destinos variados. Muitos foram libertados com o decorrer das investigações mas, mesmo nesses casos, os suspeitos passaram várias semanas, ou até mesmo meses, em regime de incomunicabilidade, sujeitos à violência física e psicológica dos agentes policiais. No entanto, os elementos mais destacados foram submetidos a longas temporadas de encarceramento no campo de concentração do Tarrafal e, num único caso, em Portugal continental.

Este caso causou grande tensão no relacionamento entre Lisboa e Londres não só pelo secretismo da atuação britânica, ao mesmo tempo que decorriam negociações oficiais entre os dois Governos, mas também pela participação de opositores ao Estado Novo. Se, por um lado, Salazar opta por uma política discreta com o intuito de abafar este caso, também não deixa de utilizar a situação para motivos propagandísticos e de resistência aos pedidos britânicos. Como conseqüência, também a propaganda anglófila é fortemente reprimida e as atividades no nosso país do Special Operations Executive, organismo responsável pela Rede Shell, praticamente desaparecem.

**Orientadores:** Prof. Doutor Manuel Loff

**Data de defesa:** 20 de Dezembro de 2011

Autor: **Arnold Arie van Rossum**

Título: ***A Questão das Subsistências no Porto, no período da Grande Guerra***

Palavras-chave: História Social, Primeira República, Subsistências, Agitação Popular

## Resumo

A presente dissertação pretende compreender e analisar, a partir da conjuntura geral europeia, a situação de extrema carência alimentar vivida no Porto, no período da Grande Guerra.

Com o deflagrar do conflito europeu, acentuaram-se as debilidades que o país apresentava na produção de bens alimentares, nomeadamente de cereais. Os preços aumentaram, começaram a aparecer fenómenos de açambarcamento e de contrabando. Por fim, depois do inverno de 1916-1917, a fome fez a sua aparição. Nesse inverno, os Aliados tinham reforçado o bloqueio à Alemanha, tendo esta reagido violentamente, com a guerra submarina no Atlântico, procurando cortar o abastecimento aos países aliados. Em todo o lado faltavam matérias-primas e alimentos. Todos os países, beligerantes ou não, mergulharam no caos. Uns mais do que outros, mas a maioria, como aconteceu com Portugal, sofreu uma grave crise de subsistências, inflação e fome, acompanhada por uma crescente agitação operária e popular, greves, motins de rua, insurreições militares e revoluções.

Tendo em conta este contexto geral e depois de analisada a legislação produzida para fazer face à questão das subsistências, bem como o grau de eficácia dessa legislação, esta dissertação entra no cerne da problemática em estudo: a situação vivida no Porto, tendo em conta os aspetos particulares da crise nesta cidade, bem como as medidas dos poderes públicos para debelar essa crise. Nesta perspectiva, analisamos a ação do Governo Civil, a génese da Comissão Municipal de Subsistências e os seus objetivos. Finalmente, abordamos a atuação desta Comissão e a influência que o seu Presidente, Manuel Pinto de Azevedo, teve no seu sucesso.

A historiografia portuguesa tem produzido vasta bibliografia que, directa ou indirectamente, aborda a problemática das subsistências. Assim, a leitura da obra *O atraso económico português, de Jaime Reis*, permitiu-nos compreender os antecedentes económicos desde o Antigo Regime até à publicação, em 1899, da chamada Lei da Fome, que regulamentava o regime dos cereais. Também Fernando Medeiros, na sua obra *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas origens do Salazarismo*, aborda a questão das subsistências ocorrida no período da guerra como um problema estrutural do país, por um lado, com uma produção cerealífera deficitária e extremamente onerosa, por outro lado, com necessidade crescente de recorrer a importações maciças. Por sua vez, Anselmo de Andrade, na obra *Portugal Económico e outros Escritos Económicos e Financeiros*, concluiu que a situação portuguesa, se já era complicada antes da guerra, se tinha agravado muito, logo a seguir, com as dificuldades da própria compra e circulação de mercadorias, gerando fortes perturbações nos abastecimentos e graves problemas sociais. Rui Ramos, na obra *As Guerras da República*, refere-se às necessidades quer de bens alimentares quer de matérias-primas, que os países beligerantes tinham que adquirir de além-mar, dos problemas de transportes agravados pelo afundamento de navios e do caos que se instalou na Europa, devido à instabilidade política.

Entre a vasta bibliografia sobre o período que estudámos, destaque-se a obra *A História da Primeira República Portuguesa*, coordenada por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, que nos permitiu ter uma visão mais abrangente — política, económica e social — deste período e da sua problemática, incluindo, de resto, um capítulo específico sobre a economia de guerra, da autoria de Ana Paula Pires, relacionado com o nosso tema, embora focado no plano nacional.

A maioria das obras consultadas analisa esta problemática sob o ponto de vista estritamente económico e situando-se num âmbito muito geral. São, no entanto, trabalhos muito úteis, que fornecem abundante informação.

Para o desenvolvimento da nossa pesquisa empírica, tivemos que nos socorrer de diversas fontes de informação que nos ajudassem a caracterizar a situação no Porto: Fundos do Arquivo Municipal do Porto, em especial, as Actas das Vereações Municipais e o Copiador da correspondência enviada pela Comissão Municipal de Subsistências do Porto; Actas dos debates parlamentares; além desta documentação, revelaram-se também muito úteis algumas fontes impressas, como o *Almanaque do Porto e seu Distrito*, corpos de Legislação e diversos jornais da época.

O desenvolvimento da investigação e o tratamento das fontes suscitaram a divisão da dissertação em três

capítulos.

No primeiro capítulo fazemos a contextualização da problemática, com uma pesquisa dos antecedentes e das condicionantes da política económica seguida pelos países europeus. Examinámos, ainda, a dependência da Europa em relação aos fornecedores do outro lado do Oceano e a importância crescente do transporte marítimo. Uma questão muito importante dividira os políticos e a opinião pública portuguesa: entrar ou não na guerra.

Ser neutral seria uma solução? Dedicámos um subcapítulo a tentar perceber quais as suas implicações.

No segundo capítulo, a nossa atenção centrou-se na questão das subsistências a nível nacional. Para se compreender a conjuntura geral que conduziu à situação de extrema carência alimentar, com todo o seu cortejo de fome e miséria, tivemos que ir à raiz do problema. A República herdara dos últimos tempos da Monarquia uma aguda questão de abastecimento de produtos alimentares, sendo o pão o mais premente, por ser a base alimentar das camadas mais pobres da população. As leis dos cereais de 1889 e de 1899, pondo fim à livre importação de trigo, que vigorava desde 1865, visavam proteger a produção cerealífera nacional. Proíbiam a importação de trigo, enquanto houvesse produto nacional. Em especial a lei de 1899, que fixava o preço do pão e cuidava de todos os pormenores desde a moagem até ao rateio. Consoante os interesses e as vantagens de quem a examinava, era considerada uma «lei benemérita» ou uma «lei da fome». Contextualizando, examinámos: os antecedentes desde os tempos da Regeneração e do Fontismo, da sua política agrícola, dos transportes e das vias de comunicação; a problemática cerealífera; a legislação protecionista e as suas características. Não tendo inicialmente uma política económica própria, a República continuou, nos primeiros anos, a seguir o modelo monárquico, com arranjos pontuais. A política seguida, a guerra e os maus anos agrícolas culminaram numa crise de subsistências e, em consequência, na degradação das condições de vida das populações. Demos especial atenção ao modo como reagiu a classe trabalhadora e o operariado a esta situação, e ao aumento da conflitualidade social. Poderiam as circunstâncias ser diferentes se Portugal tivesse uma frota comercial minimamente operacional? Fora correta a decisão de ceder à Inglaterra 80% dos barcos apreendidos aos alemães? Procurámos encontrar respostas para estas questões.

Estudámos, ainda, a legislação produzida e tentámos perceber a sua maior ou menor eficácia. Houve alguma coerência na sua produção, ao longo do período em análise? Foi bem recebida? Bem executada? Teve em linha de conta as circunstâncias da sua aplicabilidade, como as limitações locais, de transporte, da vontade dos intervenientes em cumprir e, principalmente, da sua honestidade, do desejo de pôr o interesse público acima dos seus interesses particulares? A repressão era necessária? É uma mão cheia de perguntas às quais tentámos responder. Quanto à política de abastecimentos e à maneira de colmatar os défices da produção nacional, existiam duas concepções em confronto: a primeira, seguida pelos órgãos governamentais, era a da fixação de preços — as célebres tabelas — e da imposição de restrições às importações; a segunda era uma concepção mais liberal, dever-se-ia deixar o mercado funcionar, não fixando preços nem tabelas, dando liberdade total à importação.

No terceiro capítulo, fomos ao âmago desta dissertação, a crise de subsistências no Porto. Fizemos uma análise dos acontecimentos que caracterizaram o impacto da crise na vida das populações, as especificidades do Porto e do Norte de Portugal, os diferentes tipos de reação popular, a ação dos poderes públicos. A Câmara Municipal do Porto tinha sentido, dada a ineficiência do Poder Central e da sua Comissão Central de Abastecimentos, necessidade de criar ferramentas que a habilitassem a resolver, ou pelo menos minimizar, o grave problema das subsistências na cidade. Daí a criação da Comissão Municipal de Subsistências. Acompanhámos a sua luta diária para conseguir prover a cidade com a farinha de milho necessária para o pão de cada dia, contra os açambarcadores e os especuladores que se aproveitavam das necessidades da população e da impotência dos poderes públicos para fazerem o seu negócio com práticas mais ou menos ilícitas. Mas também contra o poder central, e contra as autoridades regionais e os lavradores, que não autorizavam a saída do cereal que produziam, mesmo aquele em excesso, esperando vendê-lo no mercado negro, a preços acima da tabela. Procurámos perceber a evolução da Comissão Municipal de Subsistências, de uma posição de facilitadora para uma posição de controladora dos preços e, perante o agudizar da crise, de concorrente. Esta concorrência provocava, só por si, uma baixa de preços. As importações diretas efetuadas pela Comissão e a inauguração de duas padarias municipais foram elementos primordiais nessa luta. Finalmente, a figura de Manuel Pinto de Azevedo. O sucesso ou insucesso de todos os projetos inovadores depende, em grande medida, das pessoas que os corporizam. Quem era Manuel Pinto de Azevedo, que ideais o enformavam? Em que medida eles influenciaram a sua atuação, que mereceu tantos elogios na época e, também, o seu quinhão de ódios e inveja.

Estamos cientes de que este trabalho reflete a nossa perspectiva sobre a questão das subsistências, com as limitações impostas pelas fontes consultadas e pelo tempo de que dispusemos, não esgotando, obviamente, o tema. Entre outras pistas, fica em aberto o estudo da evolução da problemática das subsistências, para lá do período tratado nesta investigação.

**Orientador:** Prof. Doutor Gaspar Martins Pereira

**Data de defesa:** 27 de Outubro de 2011

Autor: **Fernando Carlos Cerqueira Gomes Sottomayor**

Título: ***A Indústria dos Fósforos: das Origens ao Monopólio (1862-1926). O caso do Porto.***

Palavras-chave: Fósforos, Indústria, Salários, Protecionismo, Livre-cambismo

## Resumo

O tema desta investigação insere-se na problemática da indústria em Portugal na segunda metade do século XIX, analisando o caso específico da indústria dos fósforos entre 1862 e 1926, ou seja, desde as origens dessa indústria até ao final do primeiro período de monopólio, prestando uma atenção especial às fábricas de fósforos do Porto.

O enquadramento social e político permitirá perceber os condicionalismos que marcaram a evolução desta indústria, bem como dos respetivos modelos de gestão (livre concorrência versus monopólio do Estado quer sob a forma de régie quer sob a forma de concessão).

O estudo centra-se no caso do Porto, onde se pretende traçar o percurso desta indústria enquanto sistema de concorrência livre e na preparação para a transformação em monopólio, que se adivinhava pela conjugação de vários fatores que se detalham, incluindo o próprio desejo dos industriais do sector.

Este estudo aborda um período de cerca de sessenta anos, com início na década de sessenta do século XIX (data dos primeiros passos desta indústria no Porto) até a sua consolidação como monopólio em 1926. Este período será subdividido em dois, cujo critério de partição tem a sua base no sistema económico aplicado — sociedades privadas, na sua génese, versus concessão do monopólio pelo Estado, em 1895. Por fim, serão analisadas as diversas facetas que rodearam a concessão entre 1895 e 1926.

Sobre as origens desta indústria não foram encontrados, até à data, estudos ou relatórios, coevos ou atuais, que nos ajudem a traçar uma linha de conduta estratégica por parte dos industriais pioneiros, o que, de resto, acontece em muitos outros sectores industriais.

É evidente que o problema é muito vasto. Falta uma análise comparativa da evolução da legislação e da efetividade da sua aplicação nos países com os quais Portugal poderia ser comparado na época, embora a obra de historiadores como Pedro Lains, Jaime Reis e Vilaverde Cabral nos faça já muita luz sobre os diversos vetores presentes no seu estudo.

Durante a segunda metade do século XIX, assiste-se em Portugal a sucessivas tentativas de implantação de diferentes rumos para a economia, com contínuas redefinições de estratégias, no sentido de procurar responder às mudanças e aos diferentes enquadramentos internacionais, com alguns momentos de sucesso, mas com um balanço, no tempo longo, altamente desfavorável para a economia e para a industrialização portuguesas.

A tese de doutoramento de Miriam Halpern Pereira, apesar de se basear no estudo do sector agrícola, não deixa de nos ajudar no contraponto para o sector industrial, apoiando-se numa imensidão de dados estatísticos. Como salientou David Justino, no recente livro de homenagem a Halpern Pereira, Desenvolvimento Económico e Mudança Social, o contributo da autora revelou-se inestimável para o confronto de argumentos sobre as políticas de livre-cambismo e protecionismo no período fontista. Este confronto, como base explicativa do atraso económico português, vai ser aprofundado, a partir dos anos oitenta, por Jaime Reis, Pedro Lains e outros, entre os quais o próprio David Justino, alargando o debate para outras reflexões que vêm contrariar a tese original de supremacia do livre-cambismo, impulsionado por Fontes Pereira de Melo, na segunda metade de Oitocentos. Parece, sim, haver, pelo menos, a admissão da ideia-base de um protecionismo que, apesar de diversas nuances, nunca deixou de ser efetivamente praticado.

A ausência de monografias específicas sobre o tema obrigou a uma pesquisa inicial mais morosa, na busca de elementos fundamentais. Com o objetivo de construir a história factual e a sua linha de continuidade consultámos exaustivamente, para o sector fosforeiro, os *Debates da Câmara dos Deputados e os Debates da Câmara dos Pares do Reino*, entre 1871 e 1910, bem como os Debates do Senado e os Debates da *Câmara dos Deputados*, já na vigência do regime republicano, entre 1911 e 1925.

Para a correspondente legislação, pesquisámos as *Fontes de Direito do Século XIX*, da Faculdade de Direito da U.L., com especial ênfase para a legislação produzida em 1891, 1892, 1893, 1895, 1899 e 1901.

Tendo curiosidade em ir mais longe na análise das unidades industriais portuenses, foi possível consultar, no Arquivo Distrital do Porto, várias escrituras de constituição de sociedade, estatutos,

dissoluções e pedidos de licenças camarárias, que nos ajudaram a recompor a estrutura do sector na cidade do Porto, e a completar a informação disponível nos *Inquéritos Industriais de 1881 e 1890*. Com a ajuda destas fontes, traçámos também uma breve panorâmica a nível nacional que reflete a importância do sector na economia, sua dimensão, características dos trabalhadores envolvidos e suas condições de trabalho.

Utilizámos, ainda, outras fontes, que nos permitiram não só obter novas informações sobre o sector como corroborar ou criticar os dados oficiais. Por exemplo, os dados relativos às fábricas existentes no concelho de Arganil e os dados dos *Almanaques da Cidade do Porto* revelaram-nos omissões e alguma falta de rigor dos agentes intervenientes nos referidos inquéritos industriais. O conjunto significativo de escrituras notariais de constituição de sociedades para instalação de fábricas de fósforos, analisadas cronologicamente, revelou-nos uma dinâmica inusitada desta indústria no Porto, no último quartel do século XIX, correspondendo ao período que Villaverde Cabral designou por «salto industrial». Paralelamente, a análise dos intervenientes nessas escrituras permitiu conhecer os agentes envolvidos e a sua importância, as suas ligações partidárias e os interesses que lhes estavam associados.

Ao nível da inovação e difusão de tecnologia, não conseguimos ainda encontrar evidências das relações da indústria nacional com a Suécia, país pioneiro no desenvolvimento de novas técnicas neste sector. Mas foi possível documentar, num caso, o exclusivo de máquinas importadas de França e, noutro, a transferência de know-how de Itália.

Estruturámos este trabalho em três capítulos. No primeiro, abordámos as empresas e as fábricas, no período anterior ao regime de monopólio, ou seja, antes de 1895. No segundo, tratámos as questões relacionadas com a intervenção do Estado. Finalmente, no último capítulo, tentámos caracterizar, sob diferentes aspetos, a *Companhia Portuguesa de Fósforos*, que funcionou, em regime de monopólio, entre 1895 e 1925.

A análise do caso do Porto revelou-nos uma forte vitalidade deste sector. Nos 27 anos que decorreram desde a instalação da primeira unidade industrial em 1862 até ao primeiro monopólio em 1895, a atividade de organização ou reorganização de unidades, o aparecimento de novos investidores, a importação de maquinaria, as parcerias com técnicos estrangeiros, a criação de postos de distribuição e os investimentos em novas instalações denotaram uma dinâmica crescente, apesar das contínuas queixas dos industriais e dos operários, sempre esperançados no apoio do Estado para melhorar as condições de desenvolvimento da indústria.

A preocupação com as questões sociais esteve sempre presente nos concursos lançados pelo Estado. O trabalho de menores, as horas de trabalho, os horários, as condições de salubridade foram sempre objeto de regulação com minúcia. A pressão do poder económico apenas se fez sentir na manutenção de substâncias tóxicas que, apesar de todas as recomendações nacionais e estrangeiras, só foi possível impor depois de implantada a República. Também aqui o poder político se mostrou fraco, defendendo pela negativa as classes mais desfavorecidas, utilizando como argumento o baixo poder de compra para abolir o fósforo branco, causador de doenças incapacitantes, não só dos trabalhadores como da população em geral.

Com a instauração do monopólio, as duas fábricas resultantes, a de Lordelo no Porto e a do Beato em Lisboa, concentraram toda a produção e, devido ao regulamento sanitário e à obrigatoriedade de presença de um médico, foi possível conter este flagelo, mas não debelá-lo.

Transversalmente, manifestavam-se as queixas relativas à qualidade. Que os fósforos molhados não acendiam, que os secos se autoinflamavam, que as caixas nunca tinham a quantidade de fósforos que indicavam, que eram perigosos para a saúde. Esta contínua falta de qualidade que se denunciava nos jornais ou nos debates parlamentares, que impedia a exportação, não parece ter sido vista com olhares corretivos, mas tão só acusativos. Pelas próprias limitações técnicas da produção, a indústria via-se confinada ao mercado interno, limitando-se a corresponder à procura nacional existente, em virtude da dificuldade de penetrar em mercados de outros países, mais exigentes na qualidade dos produtos e onde a concorrência era maior.

De futuro, novas investigações, mais completas e a nível nacional, poderão trazer mais detalhes e permitir conclusões mais sustentadas não só sobre o papel da indústria dos fósforos mas também sobre a forma como as decisões políticas e as vicissitudes económicas e sociais se repercutiram nesta indústria.

**Orientador:** Prof. Doutor Gaspar Martins Pereira

**Data de defesa:** 27 de Outubro de 2011



Autor: **Paulo Jerónimo Pereira de Almeida**

Título: ***A Maçonaria no Porto durante a 1ª República***

Palavras-chave: Maçonaria, 1ª República, Porto, centros republicanos

## Resumo

O objecto desta dissertação é a Maçonaria no Porto, no período da Primeira República. Pretende-se, com este estudo, perceber a evolução das lojas maçónicas no Porto, ao longo deste período, e, simultaneamente, o papel que a Ordem Maçónica desempenhou tanto no derrube da Monarquia e consequente implantação da República como na afirmação dos ideais republicanos, em consonância com os ideais maçónicos. Nesta perspectiva, a actividade das lojas maçónicas não pode ser analisada isoladamente, mas antes nas suas diversas interligações, com a imprensa, com os Centros Republicanos da cidade e, acima de tudo, com o poder local (Câmara Municipal e Governo Civil).

Num primeiro momento, o estudo centra-se no binómio Maçonaria/República, procurando compreender a aproximação de ideais, no período final da Monarquia, e o papel desempenhado pela Maçonaria, bem como pela Carbonária, na implantação do regime republicano em Portugal. Depois, busca-se perceber a expressão alcançada pelas lojas maçónicas existentes no Porto naquele período, a sua evolução, os meios e os espaços utilizados para a difusão da ideologia maçónica, desde a imprensa aos centros republicanos, a instituições assistenciais e de beneficência e aos centros de decisão política (em especial a Câmara Municipal). Finalmente, considerando as lojas maçónicas como espaços de sociabilidade, analisam-se em pormenor duas dessas lojas portuenses — *a Libertas e a Progreddior* —, tentando aprofundar o conhecimento sobre o seu funcionamento, os obreiros, as actividades desenvolvidas e a sua articulação com outros espaços de afirmação republicana.

Os numerosos estudos sobre a história da Maçonaria têm-se situado, na esmagadora maioria dos casos, no plano nacional, contemplando, sobretudo, as suas características gerais, sem focarem o seu papel a nível local, gerando uma imagem demasiado homogénea e desprezando as diferenças e especificidades, que só poderão ressaltar de uma análise mais fina.

Refiram-se, por exemplo, os trabalhos de António Borges Grainha e de António Carlos Carvalho, em que a abordagem da Maçonaria se situa num contexto nacional e muito focalizada na cidade de Lisboa. Bastante mais sólidos e compulsando um vasto leque de fontes, os trabalhos de Oliveira Marques oferecem-nos uma panorâmica bastante precisa da Maçonaria, com importantes contributos para a sua análise a nível local e para o conhecimento dos obreiros, embora se centre também, geralmente, no plano nacional. Revela-se, pois, de primordial importância que se empreendam estudos sobre aquela organização ao nível da segunda cidade do país. Neste caso, a bibliografia existente é escassíssima, destacando-se dois importantes artigos, ambos para o período anterior ao que abordamos na nossa dissertação: o artigo de Fernando de Sousa sobre o papel desempenhado pela Maçonaria na revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891; e o artigo de Oliveira Marques e João Alves Dias sobre a Maçonaria no Porto em finais do século XIX.

No nosso trabalho, revelou-se bastante útil a consulta de algumas obras estrangeiras mais recentes, que aprofundam o conhecimento da Maçonaria a nível internacional, destacando-se *A Trama Maçónica*, de Manuel Guerra Gómez, e *A Maçonaria Universal*, de Miguel Martín Albo.

Para a contextualização do nosso estudo, recorreremos, ainda, a algumas das muitas obras disponíveis sobre o período abordado, com destaque para a *História da Primeira República Portuguesa*, coordenada por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo.

No desenvolvimento da nossa pesquisa empírica sobre a Maçonaria no Porto no período da Primeira República, recorremos a diversas fontes de informação:

1. Documentação do Arquivo do Grande Oriente Lusitano, a mais importante para este trabalho, apesar de muitas lacunas existentes nas diversas séries guardadas nesse valioso arquivo. Foi possível colmatar algumas lacunas das séries manuscritas com a consulta de periódicos da Maçonaria publicados com regularidade no período de 1910 a 1926, nomeadamente os *Boletins Oficiais do Grande Oriente Lusitano Unido* e os *Anuários* da mesma organização maçónica.
2. Documentação relacionada com os Centros Republicanos do Porto, existentes no Arquivo Distrital do Porto, no fundo das Associações Cívicas e Religiosas. Neste fundo, pudemos aceder a estatutos e outra documentação de centros republicanos e organizações similares.
3. Outras fontes importantes para este trabalho foram: a imprensa periódica portuense no período em análise,

em particular alguns jornais com maior ligação à Maçonaria, como *A Montanha*, *A Lanterna* ou *O Norte*; alguma documentação relacionada com a Câmara do Porto, em especial as Actas de Vereações Municipais, guardadas no Arquivo Histórico Municipal do Porto; e documentação do Fundo Simões Raposo, do Arquivo da Fundação Mário Soares.

Este trabalho estrutura-se o em três capítulos. No primeiro — Maçonaria e República —, procurámos fazer uma breve contextualização da problemática proposta, para, depois, confrontar os ideais maçónicos com os ideais republicanos. Outro aspeto que tratámos neste capítulo foi o das redes maçónicas como difusoras dos ideais republicanos, partindo, desde logo, das instituições criadas pela Maçonaria que difundiram as ideias republicanas. Pareceu-nos importante, ainda neste primeiro capítulo, referenciar o papel desempenhado pela Carbonária, quer a nível nacional quer a nível local, apesar da escassez de fontes de informação sobre o assunto. Terminámos este capítulo com um assunto-chave da história da Maçonaria pouco estudado pela historiografia, a cisão de 1914, tentando compreender as suas causas e consequências.

No segundo capítulo — *Maçonaria no Porto durante a 1ª República* —, recuámos ao momento da Revolta do 31 de Janeiro de 1891, procurando, desde logo, tomar o pulso ao peso real da Maçonaria durante aquele período, com base no estudo elaborado por Fernando de Sousa, para depois perceber a evolução maçónica na cidade até à implantação da República. Seguidamente, entrámos na parte fundamental do nosso trabalho, ou seja, a evolução da Maçonaria na cidade do Porto, entre 1910 a 1926.

No terceiro capítulo desta dissertação — *Estrutura e Funcionamento das Lojas Maçónicas* —, procurámos penetrar no interior das lojas maçónicas, para perceber a sua composição, funcionamento e evolução. Para o efeito, seleccionámos duas lojas maçónicas mais importantes da cidade, para as quais dispúnhamos de informação mais detalhada — *as lojas Libertas e Progreddior*.

No final, apresentámos alguns anexos que nos pareceram pertinentes para uma melhor fundamentação de alguns pontos do nosso trabalho, quer alguns documentos, quer alguns quadros resultantes do tratamento documental que realizámos.

Do exposto, concluímos que não foi somente nos órgãos de poder local que os «irmãos» maçons foram influentes. Na imprensa portuense, alguns dos seus «obreiros» faziam parte do corpo editorial de diversos jornais. Neste período cronológico, existiram alguns jornais manifestamente ligados à Maçonaria da cidade, sendo os casos mais relevantes os jornais *A Montanha* e *A Lanterna*, que faziam, abertamente, a apologia dos ideais maçónicos.

A ordem maçónica patrocinou, ainda, a organização da Carbonária, alavanca decisiva da Revolução do 5 de Outubro de 1910, à qual «emprestou» alguns dos seus ilustres membros, caso de Machado dos Santos, António Maria da Silva, Cândido dos Reis, Luz de Almeida, entre outros. Em relação ao Porto, faltam-nos informações sobre a real implantação da Carbonária na cidade, o número de iniciados e a sua organização. Sabe-se, no entanto, da sua presença nesta cidade, aonde Luz de Almeida se deslocou para fazer iniciações num Hotel do Porto.

As lojas maçónicas da cidade expandiram-se com a implantação da República e até 1914. A partir desta data, o ritmo de crescimento é menor, em parte devido à cisão que ocorreu no seio da Maçonaria naquele ano. Mas, apesar da cisão, que, a nosso ver, aconteceu devido aos aspetos políticos e não tanto, conforme alguma historiografia deixa transparecer, às questões de rito, os seus obreiros foram aumentando, o que nos leva a concluir que a Maçonaria manteve influência e capacidade de mobilização na sociedade portuense. A inegável politização da Maçonaria resultou numa multiplicação de iniciações nas diversas lojas da cidade.

Na cidade do Porto, diversas lojas maçónicas desempenharam um papel significativo na sociedade da época. Algumas delas patrocinaram instituições de beneficência e de instrução. Os dois estudos de casos apresentados refletem isso mesmo. Quer a loja *Progreddior* quer a *Libertas* envolveram-se em ações que visavam o progresso da sociedade portuense. Alguns dos seus «obreiros» fizeram parte de diversas vereações camarárias, noutros casos foram chamados para ministros, tomando algumas medidas que muito contribuíram para o desenvolvimento da cidade. Nomes como Armando Marques Guedes ou António Joaquim de Sousa Júnior podem servir, nesta perspetiva, como exemplos paradigmáticos dos ideais e de ação cívica de maçons da cidade.

O estudo destas duas lojas portuenses provou, ainda, que, entre os seus «obreiros», não se contavam somente republicanos. A Maçonaria era uma organização aberta a outros quadrantes político-partidários e, nestes casos, aparecem-nos diversos socialistas a militarem dentro da Ordem Maçónica.

**Orientador:** Prof. Doutor Gaspar Martins Pereira

**Data de defesa:** 27 de Outubro de 2011

## Curso de Mestrado em História e Educação

Autor: **Maria Clotilde Henriques da Costa Martins Cristino**

Título: ***A Educação nas «Conversas em Família» de Marcello Caetano***

Palavras-chave: Estado Novo, Marcelismo, Televisão, «Conversas em Família», Educação

### Resumo

Marcello José das Neves Alves Caetano nasceu, em Lisboa, em 17 de Agosto de 1906, e faleceu, exilado, no Rio de Janeiro, em 26 de Outubro de 1980.

Presidiu ao Governo de Portugal entre Setembro de 1968 e Abril de 1974.

Desde muito jovem, dedicou-se ao jornalismo de ideias e a actividades doutrinárias.

Profundo conhecedor das técnicas de comunicação – que a passagem pelo jornalismo lhe proporcionara, e a que se juntaria, mais tarde, a experiência como Ministro da Presidência de Salazar e a vantagem de ter sido o introdutor da Televisão em Portugal –, Marcello conhecia (como poucos) as potencialidades que o domínio da «máquina» informativa permitia.

Não será, pois, de estranhar que, chegado ao poder, tenha mobilizado todos os recursos de que dispunha e, em particular, os que lhe asseguravam um melhor desempenho, colocando-os ao serviço do seu governo e da sua política.

Enquanto governante, Marcello percebeu que tinha de fazer mudanças que permitissem lançar o país no caminho da modernização. Nomeou, por isso, para a pasta da Educação, o Professor de Coimbra José Veiga Simão, então Reitor da Universidade de Lourenço Marques.

Os ambiciosos projectos de reforma do ensino, de que o Ministro Veiga Simão assumiu a responsabilidade, tentaram responder a certos problemas colectivos que se punham, então, à sociedade portuguesa em geral e ao sector do ensino em particular. As facções mais conservadoras chocavam-se. Mas Veiga Simão tinha um forte objectivo, que era ganhar a «batalha da educação»: era necessário arregaçar as mangas e preparar uma profunda reforma do ensino e era preciso, também, apelar ao «diálogo». O tempo do isolacionismo, na perspectiva do Ministro, terminara: a Educação era fundamental para o desenvolvimento económico e social e a aprendizagem escolar era fulcral para o mercado de trabalho.

No dizer do próprio Marcello Caetano, “educar não é só instruir. Educar é formar homens válidos, para enfrentarem as tarefas da comunidade nos tempos futuros. O que implica a formação do carácter e da consciência cívica, a preparação física e a aprendizagem das noções e das técnicas essenciais”.

A Educação deixou, por isso, de ser conceptualizada como uma função exclusiva para a juventude, passando a ser considerada como função para toda a vida.

O desenvolvimento económico registado nos anos antecedentes e a promoção do acesso a níveis mais avançados de formação académica contribuíram para se reduzirem os índices de ruralidade e, em compensação, fazer aumentar a concentração urbana, com o surgimento de uma nova burguesia e um consequente incremento da consciência cívica, que encarou positivamente a «Primavera Marcelista» e as promessas de “abertura” e liberdade.

Este enquadramento justificará que o “mestre de comunicação” tenha adequado o discurso e, em vez de, simplesmente, falar ao Povo, transmitindo-lhe as directrizes, tenha optado por um processo mais enleante, de motivação e participação, através do qual pretendeu fazer com que os portugueses se sentissem envolvidos e co-participantes na direcção dos assuntos do Estado.

Assim surgiram as «Conversas em Família»: no dia 8 de Janeiro de 1969, através da Rádio e (em particular) da Televisão, após o jantar, o Professor Marcello Caetano entrou, pela primeira vez, pelas casas das famílias portuguesas, com o objectivo de lhes falar abertamente sobre alguns dos assuntos da governação do País. Era a primeira de uma série de “aparições” que haveriam de ocorrer, com alguma regularidade, até ao final do seu mandato – um espaço de ligação unidireccional, em que o governante (no seu jeito doutoral, assumindo o papel de Mestre e Professor, mas simultaneamente com alguma informalidade e com a bonomia do Pai, ou do “chefe-de-família”), adoptava uma atitude menos formal, mais pessoal (familiar, até!), para dar contas à população das suas actividades, das suas preocupações, dos seus projectos, partilhava com o País as dificuldades da governação e explicava detalhadamente as medidas que o Governo tomava, procurando suscitar a adesão popular às suas ideias.

Este processo de compreensão, apreensão e interiorização representava um evidente processo de aculturação e, como tal, representou, obviamente, uma intervenção de carácter educativo. Afinal, o que mais é «Educação» do que esse processo de transformação que vai permitir ao Homem saber mais, conhecer mais, adquirir mais capacidades e competências, melhorar a sua intervenção e desempenho?

O objectivo deste trabalho é analisar em que medida as «Conversas em Família», emitidas através da Televisão, no período final do Estado Novo (1968 – 1974) incidiram sobre a Educação.

O facto de a matéria versada ter como actor/autor uma personalidade que assumiu, durante quase 6 anos, as funções de Chefe do Governo e a circunstância de o objecto de estudo serem algumas das suas comunicações ao País constituíram razões fundamentais para se conseguir, com relativa facilidade, reunir um conjunto de documentação que servisse de suporte à abordagem.

As fontes utilizadas incidiram sobre os registos dessas comunicações, seja em gravações sonoras ou áudio-visuais (dos Arquivos da ex-EN/RDP e da ex-RTP), seja em suporte escrito, de diversos jornais diários da época.

O trabalho desenvolvido veio a culminar na constituição de um corpus documental, composto por 26 «Conversas», perfeitamente identificadas (permitindo resolver as divergências entre uma listagem da ex-RTP, que refere 24 gravações, e uma outra, cedida pela ex-RDP, que enuncia 29 gravações, ao mesmo tempo que o site oficial da RTP menciona 16, no que é secundado por Célia Maria Taborda da Silva, da Universidade Lusófona do Porto, e Rui Cádima, que, tanto na sua tese de doutoramento (pág. 514) como na obra *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa* (Lisboa: Editorial Presença, 1996, p.253), menciona uma hipotética «Conversa», que teria ocorrido em 27 de Julho de 1970, a propósito da morte de Salazar).

Sobre elas se fez, posteriormente, incidir um conjunto de técnicas organizadas em função de procedimentos metodológicos assentes na teoria desenvolvida por Laurence Bardin e descrita na «Análise de Conteúdo».

Identificaram-se vários temas e sub-temas, de que, no contexto actual, se evidencia a Educação.

A Educação marcou presença em 14 das 26 «Conversas em Família», uma frequência só mesmo ultrapassada pelos temas de Política Nacional e de Política Ultramarina – que constituíam, de resto, o «leit-motiv» da «cruzada» marcelista.

Durante as alocações, Marcello abordou questões tão diversas como os princípios orientadores de uma política de educação popular, as linhas-mestras do seu programa de política educativa, as reformas do sistema educativo, abrangendo o ensino médio e superior, a formação de professores, a necessidade de formar técnicos para responder às exigências do desenvolvimento, a construção de novos edifícios escolares e a criação de estabelecimentos de ensino, um pouco por todo o País, no âmbito de uma estratégia de «democratização do ensino», que facilitasse o acesso a sectores cada vez mais amplos da população.

À luz dos novos conceitos de «Educação» e de «Educar», as «Conversas» representavam ensinamento, transmissão de conhecimentos, afirmação de valores, divulgação de princípios morais e éticos, de consciência nacional, social, profissional, de valorização dos cidadãos. Nesse contexto, constituíram verdadeiras aulas: não só por serem emitidas ou pronunciadas por um Professor, mas, fundamentalmente, porque todas elas encerravam um vasto conjunto de mensagens, mais ou menos explícitas, e representavam um enorme manancial de informação e conhecimentos transmitidos à generalidade dos portugueses, ainda que com óbvia intencionalidade política.

Foi possível verificar, em resultado da tese de dissertação de Mestrado, já apresentada e defendida, que a Educação esteve presente nas «Conversas» e que estas se constituíram, em si mesmas, actos de uma certa educação nacional.

**Orientadores:** Prof. Doutor Luís Grosso Correia

**Defesa de provas:** 18 de Novembro de 2011

Autor: João Carlos Vilela da Cruz Moreira

## Curso de Mestrado em História e Património

Autora: **Maria Fernanda Ferreira Azuaje**

Título: ***A presença portuguesa em Roma na Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António dos Portugueses na época moderna - uma visita guiada pela História e pelo Património.***

Palavras-chave: Roma, Hospício, Património, Assistência, Roteiro.

### Resumo

O projeto/dissertação desenvolveu-se no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo Mediação Patrimonial, enquadrado, institucionalmente, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre os anos 2009-2011, em torno de um projeto sempre direcionado – o da presença de Portugueses na Roma Moderna. No segundo ano, 2010-2011, a oportunidade surgiu quando a candidatura a um estágio no Instituto Português de Santo António em Roma (IPSAR) nos aproximou do trabalho de campo e de arquivo.

Efetivamente, a especialização escolhida pressupunha a inclusão de um estágio, por um período de 6 meses, que se realizou através do programa de mobilidade Estágio-Erasmus da Universidade do Porto. Este foi o ponto de partida para uma viagem no tempo e no espaço, literalmente falando.

O objetivo inicial desta pesquisa era o de fazer um estudo da presença portuguesa em Roma, tendo como base os portugueses que, na época moderna, estiveram de passagem pela cidade e foram assistidos no antigo Hospício de Santo António, hoje em dia IPSAR. De seguida, propunha-se a construção de um roteiro que permitisse, mais tarde, constituir um guia de visita à cidade de Roma, tendo em conta o efeito irradiador do Instituto e a sua relação com outros locais que, ao longo do tempo, se identificavam com a presença portuguesa naquela cidade. Com o desenvolver da investigação chegou-se à conclusão que o estudo específico da passagem dos portugueses pelo hospício exigia, igualmente, o conhecimento do percurso dos que ali prestavam esta assistência, isto é, dos que já lá estavam, ou seja, analisar a comunidade portuguesa existente em Roma no seu todo.

O acumular dos séculos de presença portuguesa deixaria as suas marcas, presumíamos e assim o comprovámos, evidenciada na importância patrimonial e histórica daquela instituição, como local de ajuda espiritual e assistencial, ou seja um refúgio para o português longe da sua terra. É certo que os usos sucessivos e as representações, associadas às redes estabelecidas entre edifícios e gentes, sendo estas de diferentes condições sociais, não foram totalmente abordadas neste estudo, ele apenas procurou fazer despertar para estes múltiplos sentidos. Afinal, mediar é aproximar, diagnosticar sensibilidades, reconhecer e valorizar, deixar rastros e pontas que outros (e nós próprios) poderemos recuperar.

Porque havia que delimitar, temporalmente, o nosso objeto de estudo, este situou-se na época moderna, de 1786 a 1802, de alguma forma condicionado pelas fontes que melhor nos informavam acerca da dinâmica dos peregrinos e dos hóspedes, reencontrada nos seus rastros nos dias de hoje, em particular na recuperação das raízes do atual Instituto de S. António dos Portugueses em Roma.

Este trabalho foi, assim, estruturado em três partes. Na primeira parte pretendemos apresentar uma contextualização histórica, recuando no tempo, aos primórdios da instituição, tentando responder à evolução das competências ao nível da assistência, para compreender melhor o papel desempenhado por esta instituição nesta cidade. Fez-se uma breve resenha histórica da origem do atual IPSAR e a sua evolução ao longo dos tempos, para compreender a importância que teve (e tem) para os portugueses em Roma.

Na segunda parte foram apresentados os resultados do trabalho desenvolvido ao longo do Estágio no IPSAR, o qual consistiu na identificação dos portugueses que passaram por Roma e foram assistidos por esta instituição entre os anos de 1786 e 1802, assim como a comunidade portuguesa em Roma ligada a esta instituição e o serviço prestado pela mesma, tentando compreender a sua complexidade no passado e o próprio conceito assistencial da cidade. Ficou nítido, pensamos, que a abundância documental foi uma surpresa o que nos obrigou a uma disciplina estrita de seleção de fontes. Esta investigação transformou-se num primeiro produto do projeto, porque é uma contribuição para a contextualização da vida dos portugueses e mesmo para os que não o eram, em torno do Hospício. Dela ressalta a geografia da peregrinação, os processos de sobrevivência, os episódios pessoais cruzados com as conjunturas de

diferente natureza (nomeadamente a aproximação de Roma das tropas francesas). Seja como for, acabamos por consultar, no arquivo do IPSAR, integrado na biblioteca, e que se encontra num bom estado de conservação e muito bem acondicionado, vários títulos, fruto da seleção feita após sondagem prévia de alguns documentos. Como base de aproximação à estrutura orgânica da instituição, a análise comparativa dos estatutos foi fundamental, reconstituindo-se as sucessivas transformações após a sua fundação, não só a nível administrativo, como a nível assistencial. Provou-se que estas mudanças permitiram um melhor funcionamento do espaço e a criação das condições para uma assistência mais eficaz.

Por último, na terceira parte, foi apresentado o objeto final do projeto e do estágio, que consistiu na definição de um roteiro da cidade de Roma, no qual foram identificadas as marcas da presença portuguesa em Roma, tendo como base o Instituto Português de Santo António em Roma e a sua evolução na cidade desde o hospício de D. Guiomar (1363), até ao Hospício do Cardeal D. Antão Martins de Chaves (1467). Uma maneira diferente de olhar para esta cidade tão imponente, com um património tão rico, e salientar nela aquilo que faz parte da história portuguesa em Roma, do nosso património e da nossa memória.

A metodologia utilizada nesta investigação pode ser dividida em três fases, tendo em conta o percurso desta dissertação/relatório. Numa primeira fase foi feito um levantamento bibliográfico sobre esta instituição, para conhecer melhor o seu universo bibliográfico e compreender a sua estrutura governativa. Paralelamente fez-se o levantamento bibliográfico sobre a questão assistencial, porque sabíamos que essa fora uma das suas vocações – a de acolhimento a peregrinos (e não só) e assistência. Esta primeira fase teve como objetivo compreender a viabilidade deste estudo, ou seja, o estado da investigação (estado da arte) e o que teríamos que aprofundar.

Na segunda fase foi feita uma primeira análise ao fundo do Arquivo do IPSAR, embora só a nível dos títulos, porque só teríamos acesso ao seu conteúdo após a deslocação a Roma, na altura do estágio nesta instituição. Se se levantaram as primeiras hipóteses do que poderia existir no arquivo e qual seria a melhor maneira de abordar este estudo, ao mesmo tempo começaram-se a delimitar as balizas cronológicas, assim como a documentação apropriada e pertinente. Partindo das questões colocadas, elaboraram-se as primeiras grelhas de recolha de dados, adaptadas após a consulta aos documentos, já no decorrer do estágio.

Por último, a terceira fase metodológica correspondeu ao trabalho que foi desenvolvido no arquivo na altura do estágio. O tratamento da informação tinha, agora, oportunidade para se cruzar com artigos já conhecidos que se revelaram essenciais. Assim se fez o tratamento qualitativo e quantitativo da documentação, percebendo dinâmicas da instituição, como era governada e quem recebia, ao que iam, como se poderia perceber o seu rasto. A partir daqui cruzou-se com as marcas de património imóvel que dariam sentido à definição de um roteiro. Uma cartografia histórica não se conseguiu materializar, completamente, mas permitiu “ver” o sítio e esta localização apuraria o nosso olhar.

Em suma, este trabalho pretendeu chamar a atenção para a necessidade do estudo da presença portuguesa em Roma, porque, como tentámos transmitir neste trabalho, há meios para tais estudos serem desenvolvidos. A comunidade portuguesa ao longo dos séculos levou consigo a sua cultura a todos os cantos do mundo pelos quais passou e não ficou invisível. A invisibilidade é, parece-nos, pela via do seu desconhecimento. Aqui só apresentamos uma pequena parte do que podemos encontrar nesta cidade, com marca portuguesa. Foi olhar para Portugal fora de portas não apenas pela via da epopeia dos descobrimentos, tantas vezes invocada, mas pelos passos da peregrinação e da cultura.

**Orientadores:** Dr. Francisco de Almeida Dias (estágio) e Prof.<sup>a</sup> Doutora Inês Amorim.

**Data de defesa:** 19 de Dezembro de 2011.

**Autor: João Henrique Reis Vasconcelos Alvim**

**Título: *O Arquivo da Biblioteca Pública Municipal do Porto***

**Palavras-chave:** BPMP; Arquivo Histórico-Administrativo; Informação; Inventário.

### **Resumo**

O presente relatório descreve o estágio realizado no Arquivo Histórico-Administrativo da Biblioteca Pública Municipal do Porto onde, com o objectivo de facilitar o acesso à informação contida nos documentos, foram realizadas diversas operações: a classificação, a ordenação e a descrição das séries arquivísticas.

Encarámos o Arquivo como um sistema de informação social (teoria sistémica), onde o conhecimento da estrutura orgânica que produziu a informação é um factor chave para compreendermos como foi, e porque foi, produzida a informação.

Começámos por descrever no primeiro capítulo o contexto histórico que presidiu à fundação em 1833 da entidade produtora – a Real Biblioteca Pública do Porto – para a qual, em resultado de um processo legislativo que durou até 1843, foram transferidos os fundos bibliográficos provenientes do clero e de particulares. Após analisarmos no segundo capítulo a evolução da estrutura orgânica no período de 1833 a meados do século XX, abordámos no terceiro capítulo o tratamento documental a que submetemos a documentação do arquivo com o auxílio de uma aplicação informática (GISA).

O Inventário é o resultado mais visível do trabalho realizado no Arquivo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, proporcionando aos seus utilizadores um acesso rápido e eficaz à informação. Queremos igualmente alertar para a importância que um “arquivo histórico” bem administrado e gerido constitui para a Biblioteca viabilizando, desta forma, a recuperação da informação por todos os que a ele recorrem: funcionários e investigadores.

**Orientadores:** Prof.<sup>a</sup> Doutora Fernanda Ribeiro e Prof.<sup>a</sup> Doutora Helena Osswald.

**Data de defesa:** 14 de Novembro de 2011.

Autora: **Ana Dorinda Soares Martins Moreira**

Título: ***Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)***.

Palavras-chave: Casa da Roda do Porto; Hospício dos Expostos do Porto; assistência; arquivística; catálogo.

## Resumo

O trabalho intitulado *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: estudo e tratamento arquivístico* (1838-1878) foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em História e Património, Ramo de Arquivos Históricos e defendido em provas de mestrado a 28 de novembro de 2011. Este trabalho surgiu na sequência da realização de um estágio curricular no Arquivo Distrital do Porto, pelo que tem o objetivo de apresentar o estudo e tratamento arquivístico da documentação produzida pela principal instituição de assistência aos expostos na cidade do Porto: a Casa da Roda e, a partir de 1865, o Hospício dos Expostos.

O período cronológico em estudo (1838-1878) abrange dois momentos fundamentais de mudança numa instituição de assistência à infância com origens no século XVII. Por um lado, em 1838 – no contexto das reformas liberais e do esforço de centralização da assistência – a administração da Casa da Roda passou para a tutela integral da Câmara Municipal do Porto. Em 1865 verificou-se uma inovação no sistema de assistência à infância desvalida, que encontrou no Porto o seu caso de ensaio: a passagem de “roda franca” a um sistema de admissão restrito, que caracterizou o funcionamento do Hospício dos Expostos. A data final de 1878 foi definida devido a uma nova mudança administrativa, ou seja, a passagem da tutela do Hospício dos Expostos do Porto para a Junta Geral de Distrito.

Por outro lado, este período cronológico, profundamente marcado por mudanças estruturais, reflecte a questão de partida que nos guiou ao longo da elaboração do relatório de estágio. Ou seja, se a passagem de Casa da Roda a Hospício dos Expostos representou uma rutura ou continuidade e, em última análise, se nos encontrávamos perante duas instituições distintas ou num período de evolução e transformação da secular Casa da Roda do Porto. Esta questão, presente ao longo de todo o trabalho, condicionou a própria estrutura do relatório de estágio, pois em todos os pontos desenvolvidos procurámos abordar distintamente a Casa da Roda e o Hospício dos Expostos, de forma a permitir estabelecer comparações.

Na elaboração do trabalho apresentou-se não só o trabalho arquivístico de descrição, gestão da informação e estudo orgânico-funcional mas também se desenvolveu a vertente de contextualização histórica, indispensável não só para o estudo e compreensão do funcionamento da Casa da Roda e do Hospício, mas também do enquadramento político, legislativo e assistencial em que estas operaram. A vertente histórica e a arquivística cruzaram-se assim frequentemente, inclusivamente nas principais fontes documentais utilizadas, que foram as próprias fontes tratadas arquivisticamente (sobretudo os documentos regulamentares, documentos de despesa e correspondência). Simultaneamente utilizámos documentação recolhida no Arquivo Histórico Municipal do Porto – que contém um grande volume documental relacionado com a assistência aos expostos, devido às competências da Câmara Municipal ao longo do tempo –, assim como documentação impressa que se encontra na Biblioteca Municipal do Porto.

Os principais pontos abordados no relatório de estágio encontram-se divididos em quatro capítulos principais, a saber: projeto e relatório de estágio, que se relaciona com a contextualização do próprio plano de estágio e a sua progressiva definição; enquadramento administrativo, no qual apresentámos o contexto administrativo e o enquadramento legislativo da Casa da Roda e do Hospício dos Expostos do Porto ao longo do tempo, assim como as competências das principais autoridades administrativas relativamente a expostos; estrutura orgânico-funcional, ou seja, o estudo dos cargos, funcionários e as suas principais funções; e, por fim, a gestão da informação, em que apresentámos os produtos finais do estágio curricular, relacionados com o tratamento intelectual da documentação.

Como resultado final do trabalho e do estágio curricular desenvolvido, elaborámos a descrição da documentação a nível de catálogo. Este instrumento de acesso à informação encontra-se disponível para consulta nos anexos do relatório de estágio, assim como digitalmente, através da ferramenta informática DigitArq, em uso no Arquivo Distrital do Porto.

O exercício de comparação, nos vários pontos abordados, entre a fase final de funcionamento da



Casa da Roda e a fase inicial do Hospício dos Expostos do Porto, assim como da produção documental através de catálogos distintos, permitiu evidenciar a tendência evolutiva de uma instituição que funcionava na base do abandono anónimo e legal e se adaptou a um novo modelo assistencial de admissão restrita e justificada, sem deixar de reaproveitar práticas e estruturas anteriores, heranças de uma longa existência ao serviço da assistência à infância desvalida na cidade do Porto.

**Orientadores:** Dr. Rui Esperança (estágio), Prof.<sup>a</sup> Doutora Inês Amorim e Prof.<sup>a</sup> Doutora Fernanda Ribeiro.

**Data de defesa:** 28 de Novembro de 2011.

Autor: **Patrícia Alexandra Lopes Alves**

Título: ***A construção e reconstrução da Memória da Casa da Roda do Porto – o Arquivo (1689 – 1838)***.

Palavras-chave: Casa da Roda do Porto; expostos; arquivo; fundo; catálogo.

## Resumo

O trabalho de investigação e estágio, *A construção e reconstrução da Memória da Casa da Roda do Porto – o Arquivo (1689 – 1838)*, defendido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto no dia 28 de novembro de 2011, apresenta os resultados de um projeto, inserido no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos, centrado no estudo da documentação produzida pela Casa da Roda do Porto, entre 6 de julho de 1689 e 11 de outubro de 1838, recentemente incorporada no Arquivo Distrital do Porto (até então depositada na Assembleia Distrital do Porto), instituição de acolhimento do estágio curricular.

O projeto mencionado teve como principal objetivo a construção de um instrumento de acesso à informação produzida pela Casa da Roda do Porto – instituição assistencial, já extinta, que procurou socorrer crianças desamparadas através do desenvolvimento de infraestruturas de acolhimento, procedimentos governativos e mecanismos de controlo eficazes. Dadas as características da documentação em estudo, optamos por produzir um catálogo, que pode ser consultado nos anexos do Relatório de Estágio ou pesquisável em:

<http://pesquisa.adporto.pt/cravfrontoffice/default.aspx?page=regShow&searchMode=bs&ID=1453112>.

Todavia, este instrumento – que se pretendeu que suprisse as necessidades de controlo da documentação por parte do Arquivo Distrital do Porto e que permitisse a recuperação de resultados de pesquisa mais afinados, quer por investigadores, quer pelo cidadão comum – esconde todo um percurso de investigação imprescindível para alcançar o produto final. Pelo que, para aceder aos “bastidores” da descrição e organização da documentação deste arquivo, torna-se obrigatório complementar os dados presentes no catálogo com a consulta do relatório de estágio mencionado.

Este trabalho, baseado em fontes compiladas principalmente no arquivo da Roda, nos arquivos das instituições tutelares (Arquivo Histórico Municipal do Porto e Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto) e nos arquivos das instituições que ao longo do tempo herdaram a tutela da documentação da Roda (Hospício dos Expostos do Porto, por exemplo), encaminhará frequentemente os leitores para uma encruzilhada ténue entre: o passado e o presente; o trabalho do historiador e as tarefas do arquivista; as informações de teor histórico relacionadas com a instituição e com a documentação acumulada durante o período em estudo e o percurso metodológico seguido durante o tratamento da informação produzida pela Casa da Roda desta cidade.

Ao longo das suas páginas, os leitores ver-se-ão transportados pelos vários edifícios que, entre 1689 e 1838, acolheram os enjeitados, funcionando, geralmente, não como espaços de criação, mas como placas giratórias que distribuíam crianças para núcleos familiares no campo. Contactarão com o ambiente de secretismo criado em torno do funcionamento desta instituição de abandono anónimo. Visitarão os espaços ocupados pela administração, tendo a oportunidade de observar a atividade quotidiana dos seus oficiais e os bens móveis que tinham ao seu dispor. E a encerrar este trajeto, surgirão os espaços ocupados pelo arquivo e as tutelas da documentação ao longo do tempo.

Paralelamente a este estudo, expomos, no que respeita à arquivística, as questões mais práticas; as etapas percorridas; as decisões tomadas, acompanhadas da devida fundamentação; e os resultados: da higienização da documentação; da identificação e localização de documentação extraviada do fundo da Roda; do estudo e representação da estrutura orgânico-funcional da instituição; da construção do quadro de competências; do recenseamento e da organização e descrição do fundo (classificação, descrição e elaboração do catálogo). A construção deste tipo de instrumento de acesso à informação (catálogo), trabalhando, portanto, ao nível da unidade de informação, permitiu-nos ainda definir e apresentar as principais características da documentação produzida pela instituição.

Todos estes pontos foram “recheados” com histórias, vivências e dramas, tão remotos e ao mesmo tempo tão atuais. Alguns dos elementos narrados ao longo do texto encontravam-se sob “segredo”,

demonstrando deste modo a verdadeira essência dos dados registados na documentação deste arquivo, que na sua origem não se encontrava ao alcance do olhar de todos os que o quisessem consultar, ao contrário do que acontece atualmente. Presentemente, os utilizadores do Arquivo Distrital do Porto podem consultar todo o fundo, com exceção das Cartas da Diretora – documentos raros e frágeis, nos quais preservaram os bilhetes e objetos deixados com as crianças no momento do abandono na roda – que representam a face mais humana do processo de abandono e assistência aos expostos nesta instituição. A interdição ao acesso dos originais prende-se com razões de segurança e de conservação dos documentos.

Resta-nos apenas referir que o projeto, estágio e relatório foram pensados e executados tendo em vista o despoletar do interesse pelo uso da informação produzida de forma tão cuidadosa pela administração da Casa da Roda do Porto. Objetivo que, esperamos, de algum modo, ter alcançado.

**Orientadores:** Dr. Rui Esperança (estágio), Prof.<sup>a</sup> Doutora Inês Amorim e Prof.<sup>a</sup> Doutora Fernanda Ribeiro.

**Data de defesa:** 28 de Novembro de 2011.

Autor: **Susana Alexandra da Cunha Barbosa**

Título: ***As Toleradas de Penafiel (1915-1933). Do invisível ao visível – de meretriz a tolerada***

Palavras-chave: Toleradas; Prostituição; Meretriz; Penafiel.

## Resumo

O trabalho intitulado *As Toleradas de Penafiel (1915-1933). Do invisível ao visível – de meretriz a tolerada*, foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo de especialização Estudos Locais e Regionais - Construção de Memórias, e defendido em provas de mestrado a 5 de dezembro de 2011.

Com base na fonte documental relativa às matrículas de meretrizes de Penafiel no período de 1915-1933, foi nosso objetivo ultrapassar uma mera descrição de conteúdo e construir as linhas gerais da prostituição tolerada no período da I República e da ditadura militar em Penafiel. Ambicionou-se assim fazer uma leitura da sociedade através da consideração dos espaços marginais da prostituição – noção de privado (casa) e público (rua), tolerados e intolerados. Procurou-se, igualmente, mostrar que estes espaços, embora parecessem fechados sobre si mesmos, não eram, de modo nenhum espaços sociais isolados, ou, pelo menos, não podem ser observados como tal. A escala de análise foi a local (Penafiel), mas sempre num processo comparativo com outros casos – Vila Real, Póvoa de Varzim, entre outros.

O tema estudado exigiu a estruturação de um quadro problemático, delimitando um conjunto de perspetivas que condicionaram as formas de abordar o mesmo. Uma vez definido o âmbito temático, espacial e cronológico, selecionaram-se as fontes e a sua utilização, tendo em conta as questões colocadas, sendo, a fonte primária utilizada a da Matrícula de Meretrizes (datas extremas 1915 a 1933) e os *Livros do Registo Clínico do Hospital da Misericórdia de Penafiel* (1926 a 1947), disponíveis no Arquivo Municipal de Penafiel.

A nível metodológico, optámos por organizar a informação em grelhas de recolha (tabelas Excel passíveis de ordenamento e agrupamento), correspondentes ao período temporal definido para estudo, cruzando a informação das duas fontes principais, tanto mais que obtivemos perto de 100 registos. Procurou-se apurar a veracidade da informação produzida, como aconteceu com o *Livro de Registos Clínicos do Hospital da Misericórdia de Penafiel*, em que encontrámos registo de meretrizes que lá se deslocavam para tratarem das suas moléstias, mas estavam também inscritas no Livro de Registos da Polícia. Identificámos de igual modo um número elevado de meretrizes que procuravam o Hospital da Misericórdia para se tratarem mas não estavam identificadas como toleradas. Deste modo, classificar e cruzar a informação foi uma necessidade que se cumpriu.

A dissertação foi estruturada em duas partes fundamentais: uma que nos apresenta o quadro institucional, administrativo, legal e o espaço concelhio de Penafiel, através do estudo de seis códigos administrativos, de 1836 a 1910 e da análise dos regulamentos sanitários; o outro, com uma análise dos dados recolhidos sobre as toleradas, quer social ou geográfica quer economicamente, dado a informação fornecida pelas fontes atrás indicadas (tais como, nome, filiação, idade, naturalidade, concelho, residência, profissão anterior, estado civil, altura, data que iniciou a prostituição, razões, sinais particulares, doenças contraídas). Apurou-se, desta forma, as dinâmicas do universo das toleradas: quantas eram, onde eram, quem eram, que ocupação tinham, quais as razões para exercerem a prostituição que relações de parentesco possíveis entre si, que relações estabeleciam com o exterior, a sociedade em geral. Foram cerca de 100 prostitutas, número redondo mas que corresponde, efetivamente ao processo de inscrição realizado. De seguida, alargou-se este universo ao procurarmos a sua presença no espaço que as vigiava sanitariamente, o hospital. Aí encontrámos alguns dos nomes listados anteriormente (ao longo de 16 anos de estudo encontramos 16 registos de entrada de mulheres no Hospital da Misericórdia de Penafiel: quatro registos em 1928, 2 em 1929, 2 em 1930, 3 em 1931, 2 em 1935 e 1 em cada ano seguinte de 1936, 1943 e 1944; não são propriamente 16 mulheres porque se compararmos nomes verificamos que entram mais do que uma vez) mas, para nossa surpresa, muitas mais mulheres, solteiras, não toleradas, mas eventualmente em práticas de prostituição e a natureza das doenças apontadas.

Pela análise dos registos podemos fazer uma definição clara do perfil-tipo da tolerada de Penafiel: mulher jovem, predominantemente entre os 18 e os 23 anos de idade, solteira, filha legítima, natural de meios urbanos mas com marcas profundas no corpo de quotidianos violentos, fruto de agressões (cicatrices) ou de doenças (a varíola). Podemos ainda apurar que as mulheres que alimentavam esta atividade não

eram desqualificadas, mas de um universo socioprofissional diversificado. Percebeu-se a desgraça que se vivia, pelo menos aos nossos olhos, quando muitas filhas, do mesmo casal, seguem a mesma vida. Dizer que eram todas de classes sociais humildes, e que esse foi o motivo que as levou a ingressar no mundo da prostituição, parece-nos demasiado redutor. Num modelo de casamento da época, é bem provável que faltassem oportunidades que a profissão de criada de servir ou de serviçal poderia agravar. A sedução seria, nos discursos das próprias, ou de quem as registou, traduzidos em leviandade. Ou seja, foram fracas perante os “avanços” masculinos. Noutros casos, eram “defeituosas” e sem família. Não eram anónimas, algumas mais do que conhecidas. A Efigénia, que era de Penafiel e começou nesta vida aos 15 anos, entrava e saía do hospital, bem localizada e tinha a marca no nome.

A matrícula permitiu mesmo o controlo sanitário, objetivo inscrito nos regulamentos? Pelo registo das matrículas parece que sim, sobretudo se cruzado com os registos clínicos do Hospital da Misericórdia de Penafiel. As toleradas lá estão, identificámo-las. Mas também vimos muitas outras nuances. Viu-se, por um lado, que outras meretrizes estavam registadas e que não apareciam nas matrículas. A prostituição clandestina tinha um peso significativo, uma vez que muitas meretrizes não matriculadas davam lá entrada e se identificavam com a profissão de meretriz. Mas vimos muito mais, é que muitas outras, a maioria, e apenas só contando as serviçais e domésticas entravam com doenças venéreas. Lado a lado os soldados, tanto nos registos hospitalares, como oportunamente, perto das residências das toleradas faziam parte do processo.

Todavia muitas questões ficaram pendentes pois, como afirma Alain Corbin «*A história da mulher construiu-se em eco, e ajuda do discurso masculino [...]. A quase totalidade dos documentos reagrupados em depósitos de arquivos públicos emanam de homens de responsabilidades [...]. O estudo da condição feminina implica primeiramente, a análise dos discursos que emanam do clero, dos médicos, dos magistrados, dos polícias, dos administradores ou dos literários; conectar-se e detetar estratégias simplistas, mostrar o estrato das mulheres da cena pública e de sublinhar o silêncio que lhe é imposto [...]. A não operar uma tal análise corremos o risco de construir uma história feminina pouco compreensiva e mesmo a cair em certas mentiras dos discursos femininos*».

E ficamo-nos pela questão inicial: afinal, esta dicotomia existia mesmo, entre o espaço privado da união doméstica e a casa da tolerada? Não nos parece mesmo. E gostaríamos de reiniciar, novamente, este trabalho. Só se viu metade do processo. Nem sabíamos, aliás, que encontraríamos pistas para outros percursos de investigação. Mas estes apontam-se para o futuro. Existe um universo de invisibilidade que sobressaiu nos registos clínicos. Eles merecem uma reavaliação, de todas as mulheres e, sobretudo, de homens. Como escreveu Alain Corbin, a *história da mulher construiu-se em eco, e ajuda do discurso masculino*. Está na hora de perseguir esta inquietude de fundo...

**Orientadores:** Prof<sup>a</sup> Doutora Inês Amorim

**Data de defesa:** 5 de dezembro de 2011

Autor: **Paulo Alexandre Campos Sampaio Correia**

Título: ***Inventário e Estudo do Património Cultural de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão). Um Modelo de Gestão Patrimonial.***

Palavras-chave: Património Cultural, Gestão Patrimonial, Inventário, Vila Nova de Famalicão, Gondifelos.

## Resumo

No âmbito do Mestrado em História e Património (ramo de Mediação Patrimonial) desenvolvemos um projeto na área da gestão do património cultural que teve como objetivo principal a elaboração e implementação de um modelo de gestão patrimonial no município de Vila Nova de Famalicão, através da realização de um estágio curricular no Gabinete do Património Cultural.

Intitulado “*Inventário e Estudo do Património Cultural de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão). Um Modelo de Gestão Patrimonial*”, este projeto pressupôs, como o próprio título já indicia, a realização de três grandes objetivos: a elaboração de um novo inventário patrimonial da freguesia de Gondifelos; o estudo histórico (contextual) sobre os bens patrimoniais inventariados, dando ênfase à evolução do bem ao longo dos tempos, tendo em conta os contextos, produtores e evoluções arquitetónicas; e a elaboração/utilização de um programa de gestão patrimonial que consiga fazer uma gestão otimizada dos bens patrimoniais inventariados e da investigação realizada.

Tendo em atenção estes objetivos, o modelo de gestão patrimonial desenvolvido foi constituído por um variado conjunto de ferramentas que proporcionou aos dois gabinetes que tutelam o património cultural do município (gabinete do património cultural e gabinete de arqueologia) a posse de alguns mecanismos que podem conduzir a uma gestão mais integrada do património cultural. Estas ferramentas consistiram, em primeiro lugar, na elaboração de uma ficha de inventário uniformizada, a ser utilizada em simultâneo pelos gabinetes do património cultural e de arqueologia. De modo a ajudar ao preenchimento dessa ficha de inventário elaborou-se ainda um guia de apoio ao utilizador e de normalização da terminologia. Este guia era essencial para que a informação que se inserisse na ficha de inventário fosse a mais uniformizada possível. Devido à vastidão do concelho, foi ainda criada uma base de dados a ser entregue a cada presidente de junta, de modo a que o inventário patrimonial esteja constantemente em atualização. Para terminar, e como uma das funções dos respetivos gabinetes é o de divulgar os bens patrimoniais concelhios, todas as fichas de inventário foram introduzidas em duas plataformas da internet: *Inweb* e o *Europeana*.

Estas ferramentas só podiam ser consideradas válidas quando as mesmas fossem testadas na realização de um novo levantamento patrimonial de todo o concelho. No entanto, devido à vastidão do mesmo, que se distribui por 46 freguesias e 3 vilas, propusemo-nos realizar um estudo de caso, através de um levantamento e estudo dos bens patrimoniais de uma freguesia, a qual representasse uma amostragem do que se poderá encontrar em todo o concelho e que, no futuro, o modelo de inventariação e estudo aplicado nessa freguesia pudesse ser transportado para as restantes freguesias e vilas. A freguesia de Gondifelos foi escolhida por reunir duas características fundamentais para que possa servir como freguesia-modelo, nomeadamente a congregação de uma grande diversidade de tipologias e a de um elevado número de bens patrimoniais já inventariados em anos anteriores.

Para a realização do inventário, da base de dados e da investigação histórica sobre os bens patrimoniais, servimo-nos de alguns modelos de inventário e de manuais de terminologia produzidos por entidades estatais ligadas à gestão do património cultural de países como Portugal, França, Espanha, Inglaterra e Brasil; de diversa legislação nacional e internacional produzida sobre o património cultural e de um manancial de fontes de informação distribuídas por fontes manuscritas, fontes bibliográficas e fontes orais. Esta análise permitiu-nos elaborar uma base de dados no programa *Microsoft Office Excel*, com campos que consideramos serem os mais abrangentes e pertinentes, baseados em várias fichas de inventário de países e instituições estatais nacionais e internacionais, não obstante o município de Famalicão já possuísse um programa informático de gestão patrimonial – *InPatrimonium Premium* que nos permitiu, igualmente, usar e repensar a sua pertinência.

No que diz respeito à sua estrutura, o relatório encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira parte discutimos os conceitos de património, de inventário e de base de dados, tendo como suporte não só bibliografia específica e de carácter geral, mas também a diversa legislação adotada em Portugal que, por sua vez, teve como base as diversas cartas e recomendações de instituições internacionais ligadas à preservação, conservação, estudo e divulgação do património cultural, como a UNESCO, o ICOMOS e o Conselho da

Europa.

Na segunda parte, após elaborar-se uma síntese da instituição e do gabinete em que realizamos este projeto, apresentámos o atual modelo de gestão do património cultural em vigor no município famalicense, elencando as suas vantagens e desvantagens, ao mesmo tempo que se elaborou uma reflexão crítica sobre o respetivo modelo. Ainda nesta parte, elencamos as tarefas que realizámos, no âmbito do estágio curricular do mestrado, no gabinete do património cultural.

O grande objetivo a que nos propusemos realizar na terceira parte do relatório consistiu na apresentação do modelo de gestão integrada do património cultural famalicense que idealizámos. Para isso, começamos por apresentar os diversos modelos de fichas de inventário e de bases de dados, nacionais e internacionais, que se consultou e se utilizou na elaboração da base de dados no programa informático *Microsoft Office Excel*, a qual foi objeto de análise no ponto seguinte, nomeadamente a sua elaboração e os campos com a qual foi constituída. Esta análise foi essencial para se entender, posteriormente, os campos que foram selecionados no programa *InPatrimonium Premium*. Ainda nesta parte explicou-se a passagem da base de dados criada no programa informático *Microsoft Office Excel* para a base de dados do programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium*, e apresentou-se o modelo final de ficha de inventário a ser utilizada pelos gabinetes que tutelam o património cultural do concelho. Por fim, ainda como parte integrante do modelo de gestão integrada do património cultural, explicamos como se elaborou o guia de apoio ao utilizador do programa *InPatrimonium Premium*.

Na quarta e última parte, apresentamos a freguesia que serviu como modelo de estudo à aplicação das ferramentas que elaborámos para o modelo de gestão integrada do património cultural. Fez-se uma breve localização geográfica e descrição histórica da freguesia de Gondifelos. De seguida, explicou-se o conjunto patrimonial presente na freguesia e o modo como esse património evoluiu ao longo dos tempos, nomeadamente no que diz respeito à sua construção, preservação e identificação por parte da população local. Esta abordagem tornou-se essencial para se perceber, por um lado, o porquê de ter sido esta freguesia escolhida como modelo e, por outro lado, a qualidade e quantidade de bens. Na verdade, ela apresenta sinais de uma forte identidade da população com os bens patrimoniais, tais como as Capelas, as Alminhas, os Cruzeiros, a Igreja, símbolos que preservam a sua Identidade e Memória, valorizados por um forte sentido de preservação, o que explica a forte representatividade (maior número dentro da sua tipologia). Por último, explicou-se como a utilização deste modelo de gestão integrada do património cultural é imprescindível para uma melhor gestão do mesmo por parte dos serviços técnicos do município famalicense.

Os resultados alcançados com a realização deste projeto foram de diversa ordem. Desde logo, o município de Vila Nova de Famalicão recebeu um modelo de gestão patrimonial integrado, através da posse de uma única base de dados que passou a ser utilizada em simultâneo pelos gabinetes do património cultural e de arqueologia. A uniformização da informação será também importante para alguns serviços internos do município, nomeadamente o Departamento de Urbanismo e Habitação (melhor gestão dos processos de obras e atualização constante da Carta Patrimonial do concelho) e os serviços do Turismo (elaboração de panfletos, roteiros, mapas patrimoniais, monografias, entre outras ferramentas de divulgação patrimonial).

Um outro resultado consistiu na participação ativa dos presidentes de junta, como representantes máximos da freguesia, no processo de inventariação patrimonial, através da elaboração de uma base de dados no programa informático *Microsoft Office Excel*, de modo a que o inventário patrimonial da sua freguesia esteja em constante atualização.

Um último resultado final, funcionando ao mesmo tempo como mais um meio utilizado no processo de mediação do património cultural de Vila Nova de Famalicão, foi a divulgação das fichas de inventário dos bens patrimoniais inventariados da freguesia de Gondifelos nos sítios de internet *InWeb e Europeana*.

Além do mais reuniu-se uma diversidade de informação contextual, colhida em fontes históricas o mais diferenciadas possível, como os registos notariais e paroquiais, as inquirições de género, os tombos paroquiais, processo de obras, documentação administrativa, décimas de juro, entre outras.

Estes foram apenas alguns mecanismos de mediação que desenvolvemos e/ou utilizámos durante o estágio curricular que efetuámos no Gabinete do Património Cultural. A partir deles, especialmente das fichas de inventário, é possível desenvolver outras ferramentas de mediação. Deseja-se que possam, por um lado, divulgar o máximo possível os bens patrimoniais e, por outro, estreitar a ligação entre os vários serviços que tutelam o património e os diversos públicos, nomeadamente através da elaboração de roteiros, da organização de conferências, de palestras, de visitas guiadas, de monografias, de maletas pedagógicas, de panfletos, entre um leque alargado de outras ferramentas que têm como objetivo principal facilitar todo o processo de mediação e gestão patrimonial.

**Orientadores:** Dr. Nélon Lima Pereira (estágio) e Prof<sup>a</sup>. Doutora Inês Amorim.

**Data de defesa:** 5 de Dezembro de 2011.

Autor: **Sónia Alexandra de Castro Couto**

Título: ***Objectos da colecção arqueológica do Museu Nacional Soares dos Reis: Estudo e mediação.***

Palavras-chave: objectos arqueológicos, arqueologia, museologia, mediação cultural.

## Resumo

As reservas museológicas constituem espaços inquietos, repletos de objetos que quase suplicam que os toquem, sintam e redescubram, na busca de toda uma história que com eles transportaram, até ao dia que ali repousaram. Em museus cujas origens remontam aos primórdios da museologia, como é o caso do Museu Nacional Soares dos Reis (MNSR), estas reservas tornam-se espaços ainda mais apelativos, pela diversidade de cultura material que ali reside, por todas as suas vivências, transições no tempo e espaço, que espelham as políticas patrimoniais da época.

A dissertação apresentada no âmbito do mestrado em história e património, ramo de mediação patrimonial, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, visou precisamente o estudo e mediação de um conjunto de vinte e três objetos arqueológicos que se encontram presentemente em reserva no Museu Nacional Soares dos Reis, compostos por: lâmina de sílex; fragmento de machado polido sob seixo; núcleo sob seixo de quartzito; machado polido; machado polido em anfíbolito; enxó (?); enxó em silimanite; peso de tear; púcaro; tigela; ampulla; jarro trilobado; copo; prato; bilha; estatueta de marte em bronze; estatueta em bronze; cabo de pátera; amuleto figa phallos; bracelete bronze; corpo de fíbula; machado de talão e estatueta celtibérica, de cronologias compreendidas entre a pré-história e romanização.

A complexidade que este estudo apresentava, pela quase ausência de informação sobre os objetos, pressupôs inicialmente o entendimento da formação da colecção do Museu Nacional Soares dos Reis, o que conduziu ao estudo da história do próprio museu, permitindo assim definir o período cronológico do trabalho realizado, que se insere entre meados do século XIX (data da criação do Museu) até meados do século XX (data das últimas incorporações destes objetos arqueológicos no museu).

Assim foi realizada uma breve historiografia sobre os museus que estiveram na origem da atual colecção do Museu Nacional Soares dos Reis - Museu Portuense, Museu Allen e Museu Municipal do Porto (MMP) – tendo sido ainda abordadas temáticas inerentes à conjuntura patrimonial da época, como o colecionismo e a gestão do património, com particular incidência sobre o arqueológico, que assumiu um papel importante neste período, não só porque os objetos arqueológicos integravam frequentemente os acervos dos primeiros museus criados em Portugal, mas também porque a preservação dos monumentos e sítios arqueológicos constituíram uma forma de afirmação dos ideais políticos neste período.

Este conjunto de vinte e três objetos arqueológicos de tipologias, cronologias, proveniências e funcionalidades diferentes e que à partida nada tinha em comum, no seu conjunto, traduzem muito do que foi a história do Museu Nacional Soares dos Reis e toda a conjuntura que levou à sua criação. Refletem, igualmente, as origens da arqueologia portuguesa, pautada por achados ocasionais, fruto de trabalhos agrícolas, obras públicas ou meramente das investigações amadoras levadas a cabo por aficionados por esta área, em locais onde se implantavam sítios arqueológicos. A obrigatoriedade da sua entrega em instituições culturais públicas, conduziu a que muitos museus municipais da altura albergassem objetos que muitas vezes não iam ao encontro dos seus objetivos museológicos.

É neste contexto que figuras com Mendes Correa, Rocha Peixoto, José Fortes, José Leite Vasconcelos, Martins Sarmento, entre outros, introduziram um cariz científico às explorações arqueológicas deste período específico, tentando contextualizar os objetos e assim contribuir para o seu entendimento e estudo, como é o caso de alguns dos sítios arqueológicos apresentados neste trabalho.

Os finais do século XIX inícios do século XX, caracterizam-se também pela criação de associações direcionadas para o estudo e preservação do património, com incidência no arqueológico, desenvolvendo-se projetos de investigação em sítios arqueológicos então descobertos e promovendo-se a sua divulgação através de revistas da especialidade, muitas das quais perduram até ao presente como “O arqueólogo português”, “Portugália” e “Revista Guimarães”, que constituíram fontes de investigação ao trabalho aqui apresentado. Quando se iniciou o estudo, sabia-se que destes vinte e três objetos - entre um lote de outros materiais arqueológicos ali existentes já estudados - apenas sete deles possuíam etiquetas ou marcações com o Nº inventário do MMP, sendo quatro incorporados diretamente no Museu Nacional Soares dos Reis,



e os restantes doze não possuindo qualquer informação. Relativamente ao seu contexto arqueológico, apenas cinco objetos possuíam referência ao sítio arqueológico de onde eram provenientes; sete possuíam alguns elementos relativos à localização (lugar e freguesia/concelho) permitindo a identificação do sítio arqueológico de onde eram originários; e, finalmente, os restantes onze não possuíam qualquer elemento sobre a sua proveniência. De salientar que nenhum dos sítios arqueológicos estava descrito, nem existiam referências bibliográficas em relação aos mesmos. Em relação à forma de incorporação dos objetos, conhecia-se a forma de incorporação para sete deles, desconhecendo-se a forma de incorporação dos restantes dezasseis. De salientar que nenhum dos objetos possuía uma descrição técnica dos mesmos, nem estavam designados de acordo com as diferentes tipologias e nomenclatura utilizada pelas normas de inventário do IMC sendo, ainda, a descrição dos mesmos reduzida e pouco específica.

Inicialmente as fontes utilizadas na investigação partiram das fichas de inventário de cada objeto bem como das informações que estes possuíam, tais como etiquetas e documentação avulsa que estava junto com as peças. Posteriormente passou-se para a consulta de documentação do arquivo do Museu Municipal do Porto existente no MNSR, Arquivo Histórico do Porto e Biblioteca Municipal Pública do Porto, na tentativa de encontrar dados sobre estes objetos. No caso do arquivo do Museu Nacional Soares dos Reis e do Arquivo Histórico do Porto, a documentação estava tratada e catalogada, facilitando assim a escolha dos documentos a consultar, documentação essa que assentou em: Livros de entradas do MMP e MNSR; Livros de depósitos do MMP e MNSR; Livros de registos de entradas/ofertas/doações/aquisições; Livros de registo de correspondência; Etiquetas de objetos; Cartas de agradecimento de ofertas; Inventário das coleções do MMP 1938/40; Inventário dos Objetos arqueológicos incorporados no MNSR provenientes do MMP e que foram transferidos para o Museu Etnologia e ainda o Guia do MMP de 1902, elaborado por Rocha Peixoto. A consulta levada a cabo na Biblioteca Municipal Pública do Porto, foi mais exaustiva, visto a documentação pertencente ao arquivo do Museu Municipal do Porto não se encontrar tratada nem catalogada.

O passo seguinte da pesquisa desenvolvida passou pelo levantamento de informações e bibliografia especializada (revistas, monografias, catálogos, cartas arqueológicas, etc.), acerca das tipologias abordadas nesta investigação e dos sítios arqueológicos dos objetos estudados, na tentativa da sua contextualização. Para este efeito, a consulta da base de dados do IGESPAR foi importante na medida que permitiu obter informações bibliográficas sobre estas temáticas.

Em termos de resultados obtidos, o estudo realizado permitiu definir tipologias para todos os objetos, assim como o seu enquadramento nas respetivas cronologias e a realização da sua descrição física; dotar os objetos que possuíam o contexto arqueológico de onde provinham, de informação relativa ao mesmo sítio arqueológico, e em alguns casos até definir a data e campanha de escavação em que foram encontrados; contextualizar arqueologicamente alguns objetos sobre os quais havia apenas alguns dados do local/concelho de onde eram provenientes; encontrar alguns dados relativos, ainda que escassos, quanto à forma de incorporação de alguns objetos através da consulta de documentação dos arquivos consultados; identificar alguns objetos referidos na lista de inventário do MMP que não estavam referidos como provenientes deste Museu; estabelecer ligações com outros objetos provenientes dos mesmos contextos arqueológicos aqui descritos que se encontram presentemente em instituições públicas e finalmente compilar todas as informações numa ficha de estudo para cada um dos objetos. Em termos de mediação cultural, foi ainda possível a apresentação de um projeto de exposição temporária a realizar no Museu Nacional Soares dos Reis, cuja ideia principal assenta na recuperação da funcionalidade e contexto original destes objetos, assim como traçar o seu percurso histórico, como parte da história do próprio museu.

A aplicação prática desta investigação permitirá a atualização das Fichas de Inventário destes vinte e três objetos no programa Matriz do MNSR (trabalho ainda a desenvolver); a realização de um projeto expositivo no MNSR com os objetos estudados (encontrando-se presentemente em preparação para se realizar ainda este ano); a publicação de artigos em revistas da especialidade e ou outro tipo de publicações e ainda a cedência da informação sobre os objetos a instituições/museus dos locais de onde são provenientes, objetivo este já concretizado, tendo sido fornecida a informação relativa a alguns dos objetos estudados às autarquias de Oliveira de Azeméis e Montalegre.

Em conclusão, a investigação desenvolvida pretendeu não apenas o estudo de um conjunto de objetos com características peculiares de uma época, que remontam às primeiras manifestações museológicas e arqueológicas nacionais, mas também uma reflexão sobre a forma como são geridas as coleções museológicas e o contributo que a investigação de cariz académico pode dar, trazendo para o conhecimento do público acervos que doutra forma se manteriam no anonimato. Propondo-se assim um projeto de

mediação que deverá fugir a experiências pedagógicas rígidas, permitindo antes uma viagem entre o público e os objetos, e todas as vivências que eles transportam consigo desde que foram concebidos até à sua chegada ao museu.

**Orientadores:** Prof<sup>a</sup> Doutora Alice Semedo

**Data de defesa:** 12 de Dezembro de 2011.

Autor: **Dulcídio Pereira Vaz Pinto**

Título: ***O Turismo em Ovar entre 1945 e 1960***

Palavras-chave: Turismo; Praia; Procissões; Carnaval.

## Resumo

A presente investigação pretendeu focalizar a temática do turismo em Ovar no período compreendido entre 1945 e 1960. E porquê a opção por este assunto? Se por um lado se verificava pouca objetividade e alguma escassez de estudos versando sobre a temática, por outro as fontes abundavam com alguma incidência no período estudado, permitindo desta forma avançar para a investigação e tentar compreender o que foi a génese do turismo em Ovar.

Numa primeira fase é feita uma análise muito sucinta ao processo evolutivo do turismo desde os primórdios da humanidade até ao século XX. De alguma forma tentou-se explorar a vertente generalista do turismo com intuito de compreender alguns aspetos mais pertinentes do tema.

Seguindo o fio condutor da investigação, era essencial uma alusão aos organismos ligados ao turismo em Portugal. A importância das Juntas de Iniciativa de Turismo, e mais tarde as Juntas de Turismo, refletiram sobremaneira o desenvolvimento turístico local, pondo em evidência o esforço destes organismos na criação de infraestruturas com vista a suplantar as enormes carências existentes nas praia.

A vila de Ovar não foi exceção, muito por “culpa” da persistência do poder central e ocasionais auxílios financeiros dos homens que estavam à frente da Junta de Turismo, tornando-se assim possível a cada vez maior afluência de banhistas ao Furadouro no início da década de 50. Importantes industriais como Francisco Ramada e José Borges, que estiveram à frente da Junta de Turismo da Praia do Furadouro durante grande parte da década de 50, tornaram-se os “mecenas” de um Turismo em ascensão que urgia desenvolver, tais eram as potencialidades naturais ainda por explorar.

A vila de Ovar e a praia do Furadouro, separadas por uma estrada de 4,5 quilómetros, tornaram-se uma espécie de simbiose, só assim se compreende o ambiente social que se vivia na época. Curiosamente, Ovar em meados dos anos 40 era uma terra de pacatez quase mórbida e sem grandes monumentos. No entanto, existiu sempre a preocupação, por parte dos autarcas, de preservar e valorizar os monumentos que Ovar possuía, nomeadamente as capelas dos Passos que, em 1949, foram consideradas imóveis de interesse público. Com muito pouca indústria, a agricultura absorvia a maior parte da mão-de-obra dos habitantes da vila que, pouco buliçosa, nada fazia emergir da sua quase patogénica quietude. A partir de 1950 a situação altera-se substancialmente, em parte devido à emigração que começa a acontecer para a Venezuela e Brasil. O aumento dos banhistas no Furadouro transformou a vila no principal ponto de passagem para a praia. A imprensa local é, com efeito, um referencial por excelência nesta matéria, realça aspetos muito interessantes sobre a vida cultural e social ovarense por essa altura. Fonte notabilíssima através da qual se verifica o emergente e vívido clima que paulatinamente se foi instalando em Ovar na ânsia de bem receber os forasteiros que da vila se acercavam.

Prova evidente disso foi o gradual aparecimento de cafés em Ovar. Um dos mais conhecidos foi o café “Progresso” que abriu as suas portas no dia 17 de Dezembro de 1949. Nesse dia contou com a presença das entidades oficiais mais importantes da vila. Foi palco de animadíssimos bailes de fim de ano e agradabilíssimas reuniões. Era centro de convergência de pessoas vindas de outros concelhos.

A pequena vila ovarense era a antecâmara da praia do Furadouro. Impunha-se por parte das autoridades locais, nomeadamente através da Câmara Municipal, que zelassem pela higiene pública das ruas e edifícios. No âmbito da segurança pública destacou-se a figura do Cabo Santos, comandante do posto da GNR que desenvolveu esforços no sentido de reprimir a criminalidade da época, várias vezes elogiado pelas entidades públicas ovarenses.

Em relação à praia do Furadouro, foi crucial o papel da Junta de Turismo que desenvolveu esforços, em parceria com a Câmara Municipal, junto das instâncias governamentais conseguindo, assim, dotar a praia do Furadouro das infra-estruturas urgentes de que carecia, como: água potável, eletricidade e esgotos. Tudo isto como o intuito de atrair mais banhistas à praia. Estavam reunidas as condições para dessa forma, conseguirem casas de superior qualidade durante o tempo de férias, comparativamente aos ultrapassados e paupérrimos palheiros de escassas condições higiénicas, anteriormente procurados pelos veraneantes embora em reduzido número.

A praia do Furadouro a partir dos anos 50 começa a ser frequentada por muitos banhistas, oriundos de Oliveira de Azeméis e São João da Madeira. Muito aquém das praias de eleição de Granja e Espinho, ainda assim o movimento aumentava de ano para ano. As classes mais abastadas frequentavam a parte Norte da praia, enquanto no Sul se banhavam os mais pobres e os pescadores praticavam a faina piscatória.

A “Sociedade de Melhoramentos da Praia do Furadouro” tomou em mãos o projeto de edificação do Hotel Mar e Sol. Era constituída por um conjunto de ovarienses amigos da sua terra e mercê da boa vontade de todos e algum auxílio financeiro dos próprios, materializava a vontade de possuir no Furadouro um edifício digno dos seus hóspedes. O hotel foi inaugurado em Junho de 1946 ao Norte da praia, onde anteriormente existiam algumas casas de pedra e cal e vários palheiros. Não sendo uma construção de máximo requinte, estava apetrechada de tudo quanto havia de mais moderno à época. Foi durante muitos anos a melhor unidade hoteleira do concelho. Ali estiveram hospedados: artistas pintores, industriais, políticos locais, estudantes, assim como demais forasteiros dos concelhos limítrofes.

De realçar as atividades caritativas desenvolvidas pelas sucessivas gerências do hotel com especial relevo para os grandes bailes, cujas receitas revertiam para a chamada “sopa dos pequeninos pobres do Furadouro” que teve início a 18 de Agosto de 1953.

Nos finais da década de 50, o hotel passou por diversas vicissitudes chegando quase a encerrar as portas em 1959. Apesar de tudo os anos 50 refletiram a época de ouro do hotel, principalmente nos primeiros anos, tanto no Inverno como na época de veraneio.

Entretanto, nas margens da Ria de Ovar, desenvolviam-se novas atrações turísticas, especialmente na vertente desportiva. Uma nova realidade “emergia” das águas calmas da Ria, desde a pesca aos desportos náuticos deram origem à realização da 1ª Regata de Vela entre Ovar e Aveiro em Agosto de 1958. De qualquer modo as autoridades ovarienses, atentas ao despertar turístico da Ria, pugnavam pelo desenvolvimento da área envolvente, nomeadamente pela construção da estrada marginal entre Ovar e Torreira. As obras do porto de Aveiro tornaram emergente a construção desta estrada, porquanto viria a ser a ligação subsidiária em termos de transporte de materiais para a vultuosa obra. A dragagem da Ria de Ovar, também realizada por essa altura, teve como objetivo os mesmos intentos, possibilitando a navegabilidade de embarcações de maior dimensão.

A par desta importante obra, foram criadas as condições para se fazerem os tão famosos passeios na Ria, possíveis graças à aquisição da Lancha “Vareirinha” por parte da Junta de Turismo da Praia do Furadouro. Houve claramente a perceção por esta entidade da relação de proximidade entre a Praia e a Ria. Começava a despontar nos veraneantes um gosto simultâneo pelos dois locais de lazer. Por um lado a Praia e o Sol, por outro a Ria com o seu ambiente intimista, calmo e relaxante.

Esta procura da praia e da Ria teve as suas repercussões no movimento da vila. As tradicionais procissões quaresmais, apesar de seculares, adquirem novo sentido porque se tornavam cada vez mais conhecidas pelos forasteiros. Por altura da Quaresma, a enorme afluência de público nas ruas da vila, imprimia um clima vívido de manifestação de fé durante as procissões dos Terceiros e dos Passos. Tal situação favorecia consideravelmente o comércio local dada a considerável afluência de forasteiros nesses dias.

O Carnaval de Ovar, organizado pela primeira vez em 1952, veio dar voz e colorido extravasante ao que já vinha acontecendo na vila desde há muitos anos até essa data. Os bairros exibiam os seus carros alegóricos que, na folia do entrudo, competiam na diversão com o chamado Carnaval Porco. Este último no final da década acabou por desaparecer.

Acorriam aos milhares os turistas vindos não só dos concelhos vizinhos como também das localidades mais a Norte, atraídos pelo colorido da festa e folia dos ovarienses, tornando-se a partir de então o maior cartaz turístico em Ovar.

Ovar e o mar sempre estiveram em ligação permanente mas a festa do mar ou dos pescadores, realizada todos os anos em setembro, foi-se tornando a festa de todos. Todas as classes sociais tinham na festa um ponto de convergência ao nível das práticas religiosas. A religião tornava indistinta a qualidade social de todos e cada um. Um exemplo comum que testemunhava esta realidade sobressaia aquando da passagem da procissão nas ruas do Furadouro em que todos, sem exceção, se ajoelhavam e rezavam em uníssono à passagem do andor principal, as figuras do Senhor e Senhora da Piedade. Com a duração de três dias vivia-se a contemplação do sagrado numa só fé.

Acabada a festa do mar, desmontavam-se as tendas, cessavam as animações, os ricos de um lado e os pobres do outro, tudo voltava a ser como antes, apenas o barulho do mar e o vento zunindo, juntos como sempre estiveram...

Este trabalho teve a pertinência de recorrer não só a fontes escritas, importantes é certo, mas também perscrutar de forma mais ou menos acentuada as fontes orais. Deste modo, e à luz de testemunhos fidedignos, por quem tomou parte ativa nos acontecimentos mais relevantes a nível turístico em Ovar, foi possível descortinar o troar dos acontecimentos passados sem a amálgama desconfortante do supérfluo e inútil, pondo assim em evidência a génese do turismo em Ovar. Esta investigação preencheu um vazio sobre a temática do turismo local. Contribuiu decerto para um vasto conhecimento dos primeiros passos do turismo na vila...

**Orientadora:** Professora Doutora Maria Antonieta Cruz

**Data de defesa:** 6 de Dezembro de 2011

Autor: **Olinda Tavares Noronha**

Título: ***A Documentação Histórica Conservada pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva 1582-1910 (Estudo e Catalogação).***

Palavras-chave: Arquivos históricos, história local, Castelo de Paiva, Casa de Bragança, concelhos.

## Resumo

Ao ingressarmos no Mestrado de *História e Património* – ramo Arquivos Históricos, tivemos como principal objectivo a realização de um estágio num contexto de trabalho que nos permitisse adquirir ferramentas práticas que fossem de encontro aos objectivos do referido mestrado.

Decidimos que seria uma boa escolha o arquivo da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, ou melhor dizendo, a documentação histórica que existia, depositada na referida Câmara, visto que esta instituição não possui o arquivo como um serviço público. A documentação em questão, não tendo qualquer estudo prévio coevo, prenunciava a oportunidade do estágio e do resultado final.

Sendo assim, o objectivo era o de estudar esta documentação, inventariá-la e, se possível, efectuar o catálogo. Definimos como tema o **“A Documentação Histórica conservada pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva”**.

Para podermos efectuar o estudo, primeiramente, tivemos que limitar a documentação no tempo, impondo, para isso, balizas cronológicas, entre as quais iria estar inserida a documentação. Como não sabíamos qual o volume, nem a data em que esta se iniciava, optámos por definir, à partida, que a data de início era a do documento mais antigo que constasse no conjunto a estudar. Para a data final, decidimos que o melhor era o ano de 1910, por ter mudado o regime governamental de uma Monarquia para uma República, e, conseqüentemente, com previsíveis alterações a nível da administração local, que, por seu lado, se reflectiriam na documentação produzida. Ficou assim definido o enquadramento temporal, que mais tarde se fixou nas datas de 1582-1910.

Era necessário perceber que género de documentação iríamos encontrar, tendo em conta a evolução Histórica do concelho de Castelo de Paiva. Para isso, tivemos que investigar, não só, a evolução da legislação que reformou a Administração Local, como ainda apurar o impacto das reformas na estrutura governativa da Câmara Municipal de Castelo de Paiva. Para isto foi necessário elaborar um organigrama de como terá funcionado a Câmara Municipal, tendo em conta a legislação que enquadraria a documentação. Isto pressupôs a realização de um estudo aprofundado sobre a evolução histórica do concelho, principalmente a nível administrativo. Ainda se teve que ter em conta o facto de que o concelho se encontrou sob jurisdição da Casa de Bragança, o que poderia traduzir-se em determinações próprias, específicas, do ponto de vista administrativo.

Como já esperávamos, tendo em conta a própria evolução da administração local entre o antigo regime e o liberalismo, também estava sob alçada da Câmara documentação relativa ao Administrador do Concelho, assim como a de algumas Paróquias, facto este que exigiu um estudo acerca da estrutura orgânico-funcional ao longo dos tempos, para que pudéssemos compreender o contexto de produção da documentação e de estar ali depositada tipologias documentais diversificadas, quem a produziu e com que finalidade foi produzida.

Depois de estudada toda a documentação identificou-se a produzida por três órgãos, Câmara Municipal, Administrador do Concelho e Paróquias, ou seja da administração pública e eclesiástica, que se confundiram e assumiram competências conjuntas em diversos momentos. Esta destriça foi possível com o compulsar da documentação, com o que estava implícito nas ordenações e na legislação do reino e da igreja.

Para a elaboração do catálogo de uma forma mais correcta e padronizada, foram adoptadas as normas actualmente em vigor em Portugal, ISAD (G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística e a ISAAR (CPF) Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Entidades Colectivas, Pessoas e Famílias, de modo a produzirmos um catálogo normalizado que fosse de fácil compreensão para

todos aqueles que o precisassem de consultar.

A um nível mais micro, foi possível, relativamente à documentação correspondente à Câmara Municipal, e tendo em conta que o único órgão de produção que chegou até nós, a secretaria, fazer uma análise da tabela de emolumentos relativa às certidões que o escrivão da câmara passava, confirmando-se o funcionamento normal da secretaria da Câmara para o período a que se reportava a documentação.

Já relativamente à documentação produzida pela secretaria do Administrador do Concelho, ela confirma o que era espectável segundo as competências daquele órgão. Ao lado da documentação relativa à administração de património surgem elementos que evidenciam processos de mobilidade, como é o caso de emigrantes (os termos de reconhecimento de identidade e isenções ao Serviço Militar).

Quanto às paróquias, estas unidades de administração religiosa manifestaram uma riqueza extraordinária. A documentação é composta por registos paroquiais, actas de eleição para os membros da Junta da Paróquia, emprazamentos, registos de legados, assim como os pagamentos e relatórios de contas das diversas paróquias. Por sua vez as confrarias que juntavam os fiéis debaixo de uma devoção espiritual e de caridade, também compõem este conjunto documental, em especial a confraria do Santíssimo Sacramento que se multiplica nas diversas paróquias.

Do ponto de vista da conservação da documentação, toda ela foi acondicionada do melhor modo possível. Para facilitar o acesso aos documentos pretendidos, optámos por relacionar uma cor e uma pasta para cada órgão de produção. Já a nível de documentos, cada documento foi acondicionado individualmente, com a sua respectiva referência.

A documentação analisada prova que a Câmara Municipal de Castelo de Paiva não pode ser estudada como um simples órgão administrativo, mas sim como o resultado de um longo processo, um processo de séculos, pois toda a sua génese e história está intimamente inserida na própria História do concelho, sendo sob esta perspectiva que delinhamos o nosso projecto. A comprovação de que em Castelo de Paiva o modo de funcionamento administrativo se assemelhava a todo o resto do país, foi também um ponto importante, embora sem descurar a articulação com a realidade senhorial da Casa de Bragança.

Concluindo, este estudo deu-nos a perspectiva de que os arquivos camarários possuem informação valiosa para a reconstrução da história local e nacional, informação que não devemos “perder” e que ao ser efectuado um estudo a este nível, poder-se-á recuperar informação desintegrada do contexto de produção. A nível de catalogação de documentos, permitiu-nos saber preparar e elaborar um catálogo de documentos para que estes possam estar devidamente classificados e disponíveis à consulta pública. Finalmente, não menos importante, este trabalho elucidou-nos para o facto de que o estudo de arquivos históricos tem que ser feito com a sensibilidade de um historiador e de um arquivista, pois só assim o estudo poderá ser completo. Sem a sensibilidade que cada um tem para a sua função, haveria informação histórica e técnicas de trabalho que ficariam perdidas.

**Orientadores:** Prof.<sup>a</sup> Doutora Inês Amorim e Prof.<sup>a</sup> Doutora Fernanda Ribeiro.

**Data de defesa:** 14 de Novembro de 2011.

**Autor: José da Silva Coutinho Gouveia**

**Título: *Descrição e organização do Fundo do Convento de São Francisco do Porto: valorização de um património arquivístico religioso conventual***

**Palavras-chave:** Descrição arquivística, Convento de S. Francisco do Porto, fundo conventual, património histórico, Ordem dos Frades Menores.

## **Resumo**

Entre os meses de Novembro de 2010 e Maio de 2011 desenrolou-se o estágio no Arquivo Distrital do Porto, integrado no 2º ano do curso de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos, grau conferido pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O tema do estágio foi a descrição e organização do fundo do Convento de S. Francisco do Porto, tutelado pelo Arquivo Distrital do Porto, como forma de valorização - identificação, descrição, contextualização e divulgação - deste património arquivístico conventual.

O estágio teve por objeto a documentação do Fundo do Convento de São Francisco do Porto existente no Arquivo Distrital do Porto (ADP), cujo conteúdo informacional possui grande valor patrimonial. Este fundo incluía como sub-fundo a documentação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. A influência e a importância que o Convento de São Francisco do Porto teve, durante o tempo da sua existência na história da cidade do Porto, entre 1233 e 1834, e o valor que a sua igreja - único sobrevivente da sua estrutura física - ainda possui no contexto arquitetónico, artístico, turístico e cultural português motivaram a escolha do seu fundo presente no ADP para objeto do estágio. Apesar de não estarem visíveis as paredes do Convento de São Francisco do Porto, o seu acervo documental, afetado já por tantos perigos e condicionalismos, é hoje testemunha valiosa da sua existência e da interligação da sua vida humana, religiosa e comunitária com a vida urbana do Porto ao longo dos tempos. Além disso, os fundos provenientes dos extintos mosteiros e conventos portugueses e dispersos pelos vários arquivos distritais e nacionais são importantes fontes históricas que, na sua maioria, não têm recebido até agora o trabalho de descrição arquivística devido, que a sua riqueza patrimonial merece.

O objetivo principal do estágio foi o de corrigir a descrição e organização arquivísticas a que esse fundo já tinha sido submetido, a fim de contribuir para a sua preservação e disponibilização ao público. Pretendeu-se, em termos mais específicos, verificar e validar as descrições do Fundo do Convento de São Francisco do Porto presente no ADP à luz das atuais normas arquivísticas nacionais e internacionais, nomeadamente da ISAD(G), da ISAAR(CPF) e da ODA (ver. 2), descrever os documentos do mesmo fundo ainda não descritos até ao nível do catálogo, anexar a referência aos documentos provenientes do Convento de São Francisco do Porto que se encontram noutras instituições, reorganizar as secções e séries do fundo e reconstituir intelectualmente o arquivo original do Convento de São Francisco do Porto por altura da sua extinção, em 1834.

Para a consecução destes objetivos, foi feita a verificação e validação das descrições já efetuadas no *Digitarq*, plataforma digital em uso no ADP, e a descrição dos restantes documentos ao nível do catálogo. A par destas tarefas, foi desenvolvido um trabalho de pesquisa de documentação produzida pelo mesmo convento português e tutelada por outras instituições, mormente pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo e pela Biblioteca Pública Municipal do Porto, bem como um estudo de contextualização da documentação, centrado em particular na história deste convento franciscano e na estrutura orgânica e funcionamento da sua comunidade. A descrição arquivística do fundo, que passava necessariamente por uma correção aceitável da descrição feita anteriormente, só seria possível através de uma metodologia desenvolvida numa dialética constante entre duas vertentes: por um lado, a leitura e análise cuidadosas dos documentos e, por outro lado, a sua contextualização histórica e documental. Na análise documental foi feito uso dos conhecimentos de Paleografia e Latim e do estudo prévio das normas de descrição arquivística. Para a contextualização, foram consultados dicionários e enciclopédias e foi realizada uma pesquisa de fontes e de bibliografia auxiliares. Estudámos principalmente a história da cidade do Porto, bem como a história, normas e espiritualidade da Ordem dos Frades Menores. Foi a análise atenta dos suportes e conteúdos da documentação, juntamente com a sua contextualização e relacionamento com outros documentos do mesmo convento custodiados por outras instituições, que possibilitaram a sua reorganização em secções e séries. Como princípios no processo da descrição, procurámos manter a



fidelidade ao conteúdo dos documentos e da sua tradição documental, respeitar os trabalhos arquivísticos realizados previamente, manter a uniformidade e a consistência, possibilitar a contextualização dos documentos e possibilitar a pertinência para o pesquisador. Este trabalho, apoiado na interligação entre o saber teórico e a execução prática, desenvolveu-se também dentro de uma dinâmica sinérgica de colaboração com a equipa de técnicos e outros funcionários do ADP.

Para além do relatório final e do catálogo do Fundo do Convento de São Francisco do Porto do ADP, este estágio apresentou também como resultados uma lista das tipologias documentais do fundo, um breve historial do convento, suportado por uma cronologia, e organigramas da estrutura interna do convento e da estrutura da Ordem dos Frades Menores. Já fora do tempo de estágio, foram descritos também os documentos que se encontram no fundo do mesmo convento no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Também para estes documentos foi proposta a mesma reorganização intelectual em secções e séries utilizada para o fundo do ADP.

O estágio no Arquivo Distrital do Porto foi uma experiência bastante enriquecedora e formativa. Possibilitou resultados científicos integrados, quer pelos conhecimentos adquiridos sobre a história da Ordem dos Frades Menores e sobre a cidade do Porto, quer pela concretização da aprendizagem na Ciência da Informação, quer pela análise cuidada dos suportes e conteúdos da documentação, quer ainda pela inserção na dinâmica de um arquivo distrital. O percurso de estágio transformou-se num exercício metodológico passível de aplicação noutras circunstâncias para outros projetos. Como seus principais valores, pode salientar-se o trabalho de contextualização histórica do fundo e dos respetivos documentos, como auxílio para a compreensão dos mesmos por parte do utilizador, e a adaptação das mais recentes normas nacionais e internacionais à descrição arquivística de um fundo conventual, servindo esta de plataforma modelar para futuras descrições de fundos semelhantes, com destaque para as correções relativas aos títulos dos documentos e à sua datação, para as referências à tradição documental, ao tipo de escrita e a documentos relacionados e para a valorização dada ao preenchimento do campo de descrição do âmbito e conteúdo.

**Orientadores:** Dr. António Armando Sousa (estágio), Prof.<sup>a</sup> Doutora Fernanda Ribeiro e Prof.<sup>a</sup> Doutora Inês Amorim.

**Data de defesa:** 25 de Novembro de 2011.

Autor: **Ana Isabel Correia Teixeira**

Título: ***Cooperação e Conflito(s). As companhias de pesca da costa de Mira nas primeiras décadas do século XIX (1802-1830).***

Palavras-chave: Pesca, sociedades, Mira, organização económica, ecossistema.

## Resumo

A organização de sociedades piscatórias, em torno da exploração do mar, e as rotinas que pautam a economia e organização de trabalho das comunidades de feição marítima são as abordagens desenvolvidas no presente estudo, intitulado *Cooperação e Conflito (s). As companhias de pesca da costa de Mira nas primeiras décadas do século XIX (1802-1830)*, tendo como espaço de observação a costa de Aveiro, mais propriamente a praia de Mira, nos primeiros 30 anos do século XIX.

As sociedades piscatórias da costa de Mira no período assinalado, a sua constituição, o trabalho desenvolvido no terreno (entre a terra, a praia e o mar e para lá do mar, noutros mares), a sua organização interna e as relações externas, são o objectivo directo da investigação. Pretende-se averiguar a ocorrência de conflitos e/ou a cooperação evidente ou não entre companhias, externamente, e entre elementos da mesma companhia, internamente.

Concebeu-se, à partida, que cada companhia (o conjunto de pescadores, arrais e eventuais companheiros não participantes na pesca mas investidores de capitais), como sociedade de trabalho, contribuiria para a evolução do espaço marítimo e para a sua extensão. As relações que os pescadores estabelecem entre si, dentro e fora da companhia, entre conflito e coalescência, poderiam influenciar ou não os ritmos de trabalho e a rentabilidade da actividade económica. Da mesma forma, o contexto em que as sociedades existem/coexistem pode exercer a mesma influência nos ritmos e aproveitamento da pesca. Ou seja, tendo em conta o contexto ecossistémico em causa (praias arenosas marcadas pelo domínio da espécie pelágica costeira, próxima da superfície, como a sardinha e uma tecnologia adaptada, artes de arrasto ou xávega) ter-se-ia que avaliar em que medida marcaria ritmos de territorialização da praia, da terra para o mar. Daí a necessidade em avaliar os modos de exploração e adaptação ao espaço, os ritos de sociabilidade e os meios de auxílio, as práticas/rotinas/hábitos de colaboração e cooperação, a afirmação de grupos de trabalho significativos em torno do mar e da pesca.

A abordagem económica que aqui se pretendeu realizar é traçada em moldes micro (o da costa de Mira, saber o local e as atitudes e comportamentos dos homens reais) tendo em consideração os possíveis reflexos de um contexto macro, político-económico, num período conturbado para a história das instituições (implantação do liberalismo e de uma legislação afim 1802-1830) e para a actividade económica vigente, a dapesca (vejam-se os discursos acerca da falta de pescado para suprir a dieta alimentar).

A investigação, auxiliada por leituras de carácter geral e local, a pesquisa em três arquivos de diferentes categorias, que se justificaram, em grande medida, pelo facto de que o concelho de Mira ser englobado pela jurisdição da Casa das Rainhas (o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da Universidade de Coimbra, Arquivo Municipal de Mira), a organização de informação e cruzamento de dados, dão conta da existência de uma comunidade fortemente alicerçada e enraizada num espaço que explora e no espaço que habita (ausentando-se da costa esporadicamente, segundo ritmos sazonais, perseguindo o peixe noutras costas)

No período assinalado, a comunidade de Mira ocupa o espaço próximo do litoral e explora os recursos da fauna e flora. Tal é possível verificar pelas ocupações que as fontes, em particular o livro de ordenanças, nos apresentam para o ano de 1831 (Arquivo Municipal de Mira). Os dados apontam para uma percentagem esmagadora de pescadores nos lugares, de Portomar (39%), Seixo (25%), Cabesso (19%), Preza (aprox.10%) em contraposição com os destacados lugares de Carromeu (12%), Ermida (11%), Ramalheiro (aprox.9%), Corujeira (aprox.6%), que apresentam um maior número de seareiros (lavradores assalariados) a par da Preza (12%) e do Cabesso (10%).

A organização das companhias, o seu funcionamento e a relação entre os companheiros é documentada pelo fundo notarial (arquivo da Universidade de Coimbra), porque é nesta procura, folha a folha, que se encontra o entendimento das dinâmicas laborais. Pela sua análise observa-se uma dinâmica crescente da actividade piscatória. São cerca de 700 pescadores (de 1812 para 1824 num total de 5 companhias) que ora pescam na costa, ora pescam nos rios do Reino (Douro e Tejo). O que se pode ler nestes contratos é,

aparentemente uma tranquilidade de relações. Mas a linguagem jurídica revela um mundo em ebulição, porque identifica pontos nevrálgicos de difícil entendimento interno. Proíbe-se que se desvinculem de companhia e transitam para outra, obriga-se a que se mantenha o nome da sociedade, pretende-se uma harmoniosa convivência entre companheiros e o respeito e obediência destes pelos chefes da governação, obriga-se, igualmente, ao pagamento de uma parte da dívida da sociedade, penalizam-se comportamentos que atentem à boa relação dos sócios, criam-se mecanismos de auxílio mútuo (viúvas e orfãos), conferem-se funções, direitos e deveres às diferentes categorias, no seio da companhia.

Contudo, alguns laços parecem ser a rede que se compõe. É que grande parte era parente (filho de – 240 ligações, em contratos, neto de – 2 ligações, em contratos, irmão de – 5 ligações, em contratos) de pescadores, alguns elementos partilham o mesmo meio laboral com membros da família. Efetivamente, da mesma forma que os pais dos companheiros menores figuram nos contratos como tutores, os parentes (pais, sobretudo) assumiam a responsabilidade pelos mais novos membros da sociedade, como parte de uma máquina dinâmica (compõem a força braçal que a sociedade precisa). Ao mesmo tempo todos auxiliam os órfãos e viúvas de ex-companheiros, que encontram, no trabalho contínuo da sociedade/companhia, uma forma de sobrevivência.

Em conclusão, como produto da presente investigação, é possível elencar algumas das suas conquistas – definição concreta do espaço extensível de Mira, reconhecimento da estrutura socioprofissional da comunidade, reconhecimento dos grupos de trabalho que exploram a costa de Mira, entendimento das companhias como meios de cooperação/sociabilidade e dos pescadores como membros da mesma companhia e/ou de companhias que partilham o mesmo espaço.

Somam-se alguns pontos de partida de investigação futura, frente, até, às dificuldades sentidas: a necessidade em penetrar nas relações profissionais e pessoais entre os companheiros das sociedades de pesca, o definir um retrato sócio familiar e a função e o impacto do trabalho na pesca na organização e representação confraternal (nas confrarias e fraternidades/associações de pescadores). Tal só será possível de concretizar com a exploração sistemática dos fundos elencados (por exemplo dos fundos do Arquivo Municipal de Mira, ainda em organização) e do cruzamento dos mesmos com os Fundos Paroquial e Notarial, metodologia que a dissertação defendida permitiu testar e projectar novas perspectivas.

**Orientadores:** Prof<sup>a</sup> Doutora Inês Amorim.

**Data de defesa:** 13 de Dezembro de 2011.

## Curso de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação

Autor: **Ana Regina da Silva Pinho**

Título: ***A Imigração Irregular em Portugal: vidas que explicam factos.***

Palavras-chave: Imigração irregular; histórias de vida.

### Resumo

No âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, a dissertação “*Imigração Irregular em Portugal: vidas que explicam factos*” baseia-se, em parte, em entrevistas a imigrantes em situação irregular, na busca de explicações para um fenómeno tão intemporal quanto actual, numa análise tão pertinente do ponto de vista científico, quanto necessária do ponto de vista político-social.

A referida investigação procura, nas histórias de vida de imigrantes detidos no único centro de detenção deste género em Portugal, algumas respostas acerca das circunstâncias que conduzem a este tipo de situação em território nacional português.

Emolduradas por quadros teóricos pertinentes, estas histórias são acompanhadas de uma análise cuidada dos contextos históricos, migratórios e legais que as envolvem e lhes dão sentido, bem como do panorama migratório português, desde a sua evolução à sua estrutura institucional e legal, e da imigração irregular a um nível internacional.

Além de perceber as razões que levam alguns a partir em situação à partida irregular, pretendeu-se também entender todo o processo que conduz à irregularidade cidadãos que começaram a sua estadia no nosso país em situação regular, através de uma análise pormenorizada do contexto internacional que dita as regras da regularização do estatuto do migrante em território nacional e dos procedimentos internos que permitem torná-la efectiva. Visando diagnosticar causas e compreender os percursos de vida de imigrantes em situação irregular em Portugal, através dos casos de seis daqueles que acabam detidos na Unidade Habitacional de Santo António (Porto), e dos seus relatos na primeira pessoa, foram registadas as visões pessoais e vividas dos problemas que os afectam e das condicionantes que resultam na “opção” por um atalho arriscado, realçando as diferentes visões, proporcionadas por contextos culturais diversos, face às mesmas realidades, e perceber os contextos (históricos, migratórios e legais) que condicionaram os seus movimentos.

De um palestiniano apátrida, a um requerente de asilo de raízes divididas entre a Guiné – Bissau, a Mauritânia e o Egipto, passando por um ex-menino soldado da Serra Leoa, uma mãe de família nigeriana e um fugitivo do sul do Sudão, até um trabalhador georgiano, todos os testemunhos recolhidos permitem clarificar um pouco mais aquilo que é o percurso, as expectativas, as perspectivas e as vivências dos imigrantes em situação irregular em Portugal.

As entrevistas foram elaboradas de acordo com preceitos sociológicos adequados, procurando abranger as diferentes fases do percurso dos entrevistados. Nesta fase, os manuais sobre as práticas de recolha de História Oral nas Ciências Sociais foram guias essenciais e a orientação de docentes do curso fundamental.

Após aprovação por parte do Serviço Jesuíta aos Refugiados – instituição que trabalha na UHSA em parceria com o SEF, no apoio psicossocial aos utentes da UHSA – do guião elaborado e dos propósitos de investigação apresentados, procedeu-se à recolha dos testemunhos durante os meses de Abril e Maio de 2011.

A escolha dos entrevistados foi realizada de forma arbitrária, de acordo com a disponibilidade e vontade dos utentes. Aos utentes a quem foi possível explicar os propósitos da investigação e que demonstraram vontade de participar da mesma, foram previamente apresentadas algumas questões tipo, para que pudessem familiarizar-se com as mesmas e certificar-se de que realmente estariam dispostos a responder-lhes. Todas as entrevistas foram agendadas com pelo menos um dia de antecedência, de forma a permitir ao entrevistado organizar ideias e reflectir sobre a sua decisão de as partilhar.

Constituídas por questões abertas, portanto não directivas, as entrevistas foram conduzidas de forma informal de maneira a, numa primeira fase, proporcionar o maior conforto possível aos entrevistados e garantir a maior fidelidade possível às suas narrativas. A sequência e definição das questões a colocar foi espontânea, ainda que os objectivos a cumprir tenham sido sempre tidos em conta.

As entrevistas tiveram lugar ou no Gabinete de Apoio Psicossocial, gentilmente cedido pela representante da JRS na Unidade, ou, quando não havia disponibilidade daquele, no Gabinete Médico da mesma, locais onde a privacidade do entrevistado e a qualidade sonora da gravação podiam ser garantidas. As mesmas foram captadas por uma câmara, sendo que o elemento audiovisual foi utilizado, unicamente, para garantir a qualidade sonora

da gravação, nenhuma imagem tendo sido recolhida. Em nenhum momento a identidade dos entrevistados é posta em evidência, excepto pela sua voz e história pessoal.

Os documentos relativos às entrevistas, juntamente com as gravações áudio, foram disponibilizados à JRS – Portugal e ao Arquivo da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para efeitos de futura investigação.

As histórias de vida recolhidas foram analisadas à luz das circunstâncias pessoais nelas expostas, dos contextos históricos que lhes dão fundamento e dos aspectos gerais da legislação e das tendências migratórias que as condicionaram. A cada história corresponde uma larga investigação acerca de vários aspectos envolvidos, capazes de contribuir para explicar as razões que lhe estão subjacentes, nomeadamente o enquadramento histórico/social e legal/migratório, recorrendo a relatórios de organizações nacionais (produzidos, na sua maioria, pelo Observatório da Imigração) e internacionais (nomeadamente a Organização Internacional das Migrações, PICUM - Platform for International Cooperation on Undocumented Migrants, e da JRS – Jesuit Refugee Service), a notícias e reportagens da imprensa nacional e internacional, a estatísticas disponíveis e a uma vasta bibliografia centrada nos contextos – históricos, sociológicos, políticos e dos instrumentos legais – dos vários universos envolvidos pelas histórias de vida em análise.

A primeira parte da dissertação, *Portugal: Retrato de um país in medias res*, pode constituir um quadro introdutório. Nela é feita uma análise do percurso de Portugal na sua relação com o fenómeno migratório, “*in medias res*” porque dividido entre a experiência, relativamente recente, como país de imigração e a realidade, constante e crescente, de um país que desde há muito tem na diáspora um elemento construtor da sua própria identidade.

Após a análise histórica, através de uma apresentação da estrutura institucional responsável pelo mesmo; de um resumo dos aspectos mais significativos, das Leis que regulam a “entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português” (além das condições e procedimentos de concessão de asilo e protecção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária), bem como de uma curta análise da sua evolução mais recente, são explanados os procedimentos legais e institucionais que conduzem às situações de que as histórias de vida analisadas são exemplo.

Para garantir uma plena contextualização, a primeira parte inclui ainda um resumo acerca de alguns aspectos referentes ao panorama migratório actual em Portugal, baseado nos dados estatísticos apresentados, em 2011, pelo SEF, e uma pequena apresentação da UHSA.

A segunda parte da dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos, cada um correspondendo a uma história de vida, à excepção do quarto capítulo - *Dois Caminhos, Um Destino* – que aborda duas histórias, recolhidas em separado mas que, por aquilo que têm em comum, fazem mais sentido quando analisadas em conjunto. Os restantes – *Um Percurso, Uma Oportunidade, Um Sonho e Um Futuro* – correspondem cada um a uma história singular.

Todas as histórias de vida foram analisadas como tal: histórias ao mesmo tempo únicas e universais, todas elas intemporais e dignas de atenção. A cada história corresponde, como já mencionado, uma análise das circunstâncias históricas que as envolvem e do contexto legal/migratório que as ajuda a explicar.

Na terceira e última parte, *Retalhos de um Mundo de Oportunidades*, as histórias de vida analisadas são enquadradas num quadro (ainda) mais abrangente, o das normas e atitudes globais face às migrações.

Em modo de conclusão, nesta que é uma perspectiva alargada do fenómeno, encontram-se várias interpretações, que partilhamos, dos aspectos que explicam as reacções internacionais ao fenómeno migratório, as posições de alguns face aos resultados práticos dessas mesmas reacções, e até mesmo algumas das causas que lhe estão subjacentes.

A análise atenta das histórias de vida recolhidas, bem como dos contextos que as emolduram, torna evidente que as escolhas destes migrantes não foram, na verdade, escolhas, senão imposições das circunstâncias que os rodearam. O conceito de “migrantes forçado”, aparece, desta forma, como passível de ser utilizado num contexto mais abrangente do que o habitual, uma vez que estas pessoas não se enquadram no conceito da forma que é correntemente utilizado, mas são-no, por via das suas vivências e dos seus percursos.

A detenção, acompanhada de efeitos adversos para os migrantes que dela são alvo, e cada vez mais utilizada como meio de controlo de fronteiras no Ocidente, apresenta-se, assim, como uma medida desproporcionada, face às razões que a (não) justificam, sendo muitas as circunstâncias que cada vez mais justificam uma reavaliação desta medida, regularmente apresentada como meramente administrativa.

**Orientadores:** Prof<sup>a</sup> Doutora Amélia Polónia.

**Provas Públicas:** 21 de Novembro de 2011.

Autor: **Helena Raquel Silva Teixeira**

Título: ***Direitos humanos: um retrato mundial. A perspectiva dos Estados Unidos da América***

Palavras-chave: direitos humanos, definição, internacionalização, mundo, Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos, EUA.

## Resumo

A dissertação divide-se em três grandes capítulos: definição teórica e internacionalização institucional dos direitos humanos, metodologias de pesquisa e escolha da técnica e, por fim, a apresentação dos resultados.

No primeiro, o conceito principal (direitos humanos) é explorado com base no seu cruzamento com temas filosóficos, civilizacionais, universalistas/relativistas, políticos, sociais e educativos; é também incluída uma descrição das instituições formais (numa perspectiva de cobertura geográfica total - União Europeia, União Africana, etc.) e não formais de actuação relevante neste âmbito.

No segundo, assinalam-se as grandes questões epistemológicas em torno da investigação em direitos humanos; mais especificamente, é indicada e descrita a pesquisa documental como técnica escolhida para a recolha de dados e, finalmente, caracterizada a fonte (Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos de 2010, do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América).

No terceiro, são exploradas e analisadas as contabilizações finais por país e por categoria de direito humano, objectivos específicos da tese que se unem no geral, isto é, de obtenção de um retrato mundial de infracções quanto às práticas de direitos humanos. Tendo presente a contextualização teórica dos direitos humanos na política externa dos EUA (primeiro capítulo) e uma vez que o Departamento de Estado não procede a uma auto-análise, estão nesta última parte também presentes as contabilizações de violações de direitos humanos perpetuadas nos EUA, através, neste caso, do olhar de duas organizações não-governamentais, a Human Rights Watch e a Amnistia Internacional.

Mediante critérios descritos no corpo de texto, além da listagem do número e tipos de direitos humanos infringidos em cada um dos 194 países (não incluindo os EUA pela incompatibilidade comparativa, resultante do uso de diferentes fontes), foi, como referido, possível obter as contabilizações por categoria de violação de direito humano. Estas 34 categorias foram depois agrupadas, mediante as suas características, em 11 subgrupos, que, por sua vez, se aglomeraram em 5 grandes grupos, por forma a facilitar e melhorar a interpretação dos dados. De referir que se optou por uma definição de direito humano abrangente, correspondente com a totalidade da informação presente nos Relatórios e pelas relações complexas entre os vários fenómenos sociais, algo que se reflecte na extensa quantidade de temas incluídos nas categorias. Outra nota importante prende-se com a questão do registo, feito através de expressões textuais que indicam a ocorrência significativa dos casos de violação ou infracção ou pela indicação numérica, quando disponível. Ou seja, assinalar categorias implica um grau pertinente de incidência, não se tratando de situações meramente ocasionais nesses países. Pela impossibilidade de contabilização de todos os fenómenos relacionados e em todos os países, medir a incidência por gravidade é uma tarefa demasiado complexa e, provavelmente, inexequível.

Assim, os resultados sugerem que, em média, há uma incidência, nos 5 grandes grupos, sobre violações de direitos humanos ligadas a violência, discriminação e irregularidades nos procedimentos criminais, em detrimento da liberdade de expressão e associação e outros direitos económicos e sociais. No desdobramento para os 11 subgrupos, tratamentos cruéis e violência, tráfico humano e exploração, discriminação e corrupção e impunidade, por ordem decrescente, estão presentes, em média, em mais de 150 países; irregularidades no sistema judicial, nos procedimentos de detenção e condições de prisão, outros direitos e liberdades e liberdade de expressão e associação registam-se entre 100 e 150 países; já liberdade de religião, condições para deslocados/apátridas e refugiados e assassinatos e raptos estão abaixo dos 100 países.

No total das 34 categorias, são os casos de desaparecimento ou raptos, geralmente de motivação política, que registam o valor mais baixo, mesmo que presentes em 51 países. O registo mais alto, presente em todos os 194 países, refere-se à violência contra mulheres. Numa escala de 0 a 194, verifica-se que a média global de incidência de violações de direitos humanos no mundo se situa em 135.

**Orientadores:** Prof. Doutor Luís Grosso Correia.

**Provas Públicas:** 25 de Novembro de 2011.

Autor: **Nuno Filipe Dias da Costa**

Título: ***O Norte a Sós – A Revolução do 25 de Abril de 1974 no Norte de Portugal***

Palavras-chave: História Oral; Movimento dos Capitães; Estratégia Militar; Norte de Portugal.

## Resumo

A madrugada do dia 25 de Abril de 1974 deu a Portugal uma nova mão cheia de nomes de referência para a História Contemporânea. Neste grupo integram-se nomes como Otelo Saraiva de Carvalho e Salgueiro Maia, entre outros que foram o rosto visível do golpe militar que, à luz das câmaras fotográficas e na voz da rádio, se notabilizaram no dia que colocou um ponto final a mais de quarenta anos de ditadura personalizada nas figuras de António de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano. Todas as atenções se dirigiram para aquele grupo de homens que, cansados de uma guerra sem fim à vista e que já havia feito tombar muitos dos seus camaradas, tomou de assalto as instituições mais relevantes da capital portuguesa, ofuscando todas as outras movimentações militares que, pelo resto do país, se iam fazendo sentir de forma mais ou menos evidente. É neste contexto em particular que surge o trabalho que aqui se apresenta: criar conhecimento que leve à constatação que o 25 de Abril de 1974 não aconteceu apenas na cidade de Lisboa, valorizando as guarnições militares do Norte de Portugal que também desempenharam um papel preponderante no sucesso de uma operação maior que teve lugar em todo o território nacional português. Tendo este propósito em mente e recorrendo ao projecto de fixação de história oral iniciado pelo Professor Doutor Manuel Loff, intitulado *Para a história do 25 de Abril no Norte de Portugal – Histórias de Vida do MFA*, o autor do presente trabalho de investigação estabeleceu a ponte entre os testemunhos recolhidos junto de treze militares afectos ao Movimento dos Capitães que se encontravam ao serviço no Norte de Portugal e os dados materiais recolhidos quer junto dos arquivos da instituição militar, quer junto daqueles da Guarda Nacional Republicana.

Assim se entende a ambivalência das fontes a que se recorreu para chegar ao resultado final que é o presente documento. Se, de um lado, temos o testemunho oral dos militares que organizaram e levaram a cabo o golpe militar, do outro lado, temos a frieza dos números e dos registos escritos da época e que contém também em si elementos que fundamentam e consubstanciam a percepção daqueles militares entrevistados. Desta forma há então que perceber que fontes são estas a que se lançaram mãos e até que ponto ambas se complementam.

A importância para este estudo do projecto referido supra e iniciado pelo Professor Doutor Manuel Loff é central porquanto representa a base sobre a qual assentam quase todas as conclusões que são retiradas. Esse projecto contemplou a recolha da história de vida de treze militares do exército português (doze oficiais do quadro permanente das Forças Armadas portuguesas e um oficial miliciano), sendo que, para o presente estudo, o autor se concentrou apenas numa ínfima parte desse manancial de conhecimento. Tendo este aspecto em linha de conta, o cerne do estudo apontou para a descrição que estes militares fizeram da sua participação nos actos preparatórios e na execução propriamente dita do golpe militar no Norte de Portugal, não esquecendo, contudo, a vivência à qual foram expostos e que os levou a tomar tal atitude. Tal vivência poder-se-á resumir de uma forma algo simplista se a limitarmos à participação destes militares na guerra do Ultramar português. Esta afirmação é abalizada e materializada nas próprias entrevistas, se não vejamos: na generalidade dos casos, mais de 60% do tempo total das entrevistas recolhidas (as entrevistas tiveram uma duração que oscilou entre as seis e as doze horas) relatava a participação que estes militares tiveram naquele conflito, sendo que, entre todos, contabilizaram 32 comissões que corresponderam a um total de 65 anos nos territórios ultramarinos portugueses. Ora, não é de espantar que este período experienciado pelos entrevistados numa fase tão prematura das suas vidas (partem geralmente para a sua primeira comissão quando têm, em média, 23 anos), os marque de forma tão permanente, sendo a marca indelével deixada em si pela participação no conflito a principal alavanca que os impulsiona a tomar uma posição perante um governo que não se revelava capaz de colocar um ponto final a um conflito que, literalmente, consumia uma cada vez maior fatia da juventude portuguesa. Para contrabalançar a visão que os militares de carreira traziam a esta amostra, foi também entrevistado um oficial miliciano que, dado o seu percurso académico, trouxe uma nova perspectiva que se contrapunha àquela castrense relatada até aqui. Este oficial frequentou o curso de Direito numa conturbada Universidade de Coimbra pontuada regularmente por períodos de convulsões estudantis,

particularmente aqueles que se deram em 1969 e nos quais este entrevistado participou. Forçado a dar início à sua carreira de causídico mesmo antes de ter terminado o curso por força de um castigo a si aplicado pelos próprios pais que lhe suspenderam o financiamento dos estudos devido às suas atitudes contestatárias, cedo se envolveu no apoio legal às estruturas sindicais da cidade do Porto, particularmente aquela do Sindicato dos Metalúrgicos desta cidade. Portador deste tipo de conhecimento académico e político, complementa a visão dos militares, particularmente aqueles a exercer funções no Centro de Instrução de Condutores Auto n.º 2 (CICA2) de cujos quadros passa também a fazer parte na segunda metade do ano de 1973. É então nesta unidade militar da cidade do Porto que se encontram colocados os principais elementos contestatários havendo, contudo, militares afectos ao Movimento dos Capitães espalhados pela generalidade das unidades militares do Norte do país.

Em termos estratégicos, era assumido pela generalidade dos militares que a única força que se poderia de alguma forma opor a uma tomada de posição do Movimento dos Capitães seria a Guarda Nacional Republicana (GNR), força de segurança militarizada que se encontrava implantada por todo o país junto da população e que representava para esta a face visível do regime tal era a sua ligação intestina ao poder central. É precisamente neste ponto que assume particular importância a pesquisa por parte do investigador junto de fontes disponíveis para aferir se, de facto, aquela força militarizada disporia de meios, quer humanos, quer materiais, para fazer frente a um movimento nacional encetado pelas Forças Armadas. Assim, havia que recorrer a duas fontes arquivísticas primordiais: do lado do Exército, o Arquivo Geral do Exército, e do lado da GNR, o Arquivo do Comando Territorial do Porto daquela força de segurança. Os resultados desta pesquisa não poderiam ter sido mais esclarecedores porquanto ilustradores da grandeza de cada uma das forças em possível conflito. Do lado do Exército, e através de um documento designado de *Registos Gerais* (documento no qual era registado o nome e patente de cada um dos militares presentes na unidade para efeitos de alimentação e abono), foi possível aferir do número de efectivos de cada uma das unidades. Tratando-se de uma força militarizada que bebe muitas das suas doutrinas junto das Forças Armadas, foi tentada solução idêntica junto da GNR, tendo-se essa possibilidade revelado gorada, uma vez que o Arquivo referido supra não dispunha de tais documentos. Logo, havia que encontrar uma alternativa que se veio a revelar em dois tipos de documentos: as *Ordens de Serviço* (documento onde se registam entradas e saídas de pessoal e de material, pessoal de serviço, castigos, dispensas, etc.) e as *Classes de Comportamento* (documento decorrente do Regulamento de Disciplina Militar e que inscreve cada um dos militares dentro de uma determinada classe, determinada pela sua dedicação e empenho tal como percebido pelos seus superiores hierárquicos).

Estabelecido o contraste em termos de efectivo entre as forças em conflito latente naquela madrugada de Abril, foi possível perceber algumas das movimentações estratégicas empreendidas. Da parte do Exército a liberdade de movimentos foi total não encontrando qualquer tipo de oposição por parte da GNR, tendo-se registado apenas algumas trocas de tiros em cenas esporádicas, nomeadamente na repressão de ajuntamentos de populares levada a cabo pela Polícia de Segurança Pública na Praça da Liberdade. Foi assim, desta forma aparentemente imaculada, que se deu a tomada do controlo da cidade do Porto pelas forças afectas ao Movimento dos Capitães por parte de um punhado de homens que, apesar de se encontrarem longe do centro de ebulição da revolução, tudo fizeram para garantir o sucesso nacional da *Revolução dos Cravos*.

Sendo um dos principais ensejos almejados por qualquer investigador o preenchimento de uma lacuna de conhecimento, julga-se que, com este trabalho, esse espaço foi preenchido, em grande medida através da fixação da história oral de alguns daqueles que lançaram mãos para a prossecução dos objectivos anunciados pelo Movimento dos Capitães. Desta forma, a presente investigação mais não faz do que verter luz sobre a participação quase esquecida, porém primordial, dos militares a norte do rio Douro e que em muito contribuiu para o sucesso nacional da operação *Fim Regime*.

**Orientadores:** Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

**Data de defesa:** 12 de Dezembro de 2011.



Autor: **Lisa Alves Dequech**

Título: ***Os estudantes estrangeiros na Universidade do Porto: a aprendizagem numa perspetiva intercultural***

Palavras-chave: Cooperação internacional, Universidade, mobilidade estudantil internacional, migração estudantil, comunicação intercultural.

## Resumo

O trabalho apresentado tem como objeto um estágio no âmbito do mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Este estágio teve lugar no Serviço de Relações Internacionais da Reitoria da Universidade do Porto. As atividades foram especialmente direcionadas para a mobilidade de estudantes estrangeiros na Universidade do Porto, particularmente ao abrigo de programas de mobilidade no âmbito de programas comunitários como o *Life Learning Programme (Erasmus e Leonardo da Vinci)*, ou do programa *Erasmus Mundus*, bem como de programas não-comunitários como o programa *Fulbright*, e de acordos de cooperação com instituições parceiras.

Neste sentido, participei ativamente nas atividades decorrentes do funcionamento habitual do Serviço e da Unidade da Mobilidade *Incoming*, prestando igualmente contributos originais de acordo com os objetivos gerais e específicos atribuídos no meu projeto de estágio. Foi partir daqui que toda a análise crítica sobre mobilidade e migração estudantil despoletou. Através de um contacto direto com os estudantes de mobilidade e ainda por via de inquérito e de entrevistas exploratórias a este universo de intervenção (estudantes estrangeiros que realizaram um período de mobilidade na U.Porto), conjugado com a análise de documentação e revisão de literatura e contributos teóricos sobre o assunto, foi-me possível produzir esta reflexão e chegar às conclusões descritas neste trabalho.

Ao longo do trabalho desenvolvido, pude adquirir a experiência desejada na área da Cooperação Internacional ao nível do ensino superior e constatar o papel relevante da Universidade do Porto no que à mobilidade estudantil internacional diz respeito. Também o facto de trabalhar num ambiente multicultural, e o contacto privilegiado com os estudantes e investigadores estrangeiros, me proporcionou o desenvolvimento de competências interculturais e linguísticas, bem como aptidões técnicas, pessoais e humanas. Esta experiência foi muito positiva para mim tanto no contexto profissional como pessoal. Assim, espero que também o trabalho por mim desenvolvido tenha sido relevante para a instituição, e para os estudantes estrangeiros recebidos na Universidade do Porto que participaram neste projeto.

O objetivo principal da investigação foi produzir uma reflexão crítica acerca da mobilidade e migração internacional estudantil despoletada pelas atividades levadas a cabo ao longo do estágio e, em particular desta mobilidade na Universidade do Porto. Através de uma abordagem do ponto de vista sociocultural, com a finalidade de compreender o apoio prestado a estes estudantes, tentámos definir este universo, no sentido de não o considerar apenas enquanto objeto de estudos estatísticos, indo além da simples contagem de indivíduos e determinando as características destes estudantes, os motivos que os movem na escolha do destino de mobilidade, e quais as expectativas relativamente à U. Porto.

Assim, pretendeu-se descobrir em que medida os estudantes que experienciaram um período de mobilidade na Universidade do Porto sentem que este os afetou e transformou em termos pessoais e individuais; e em termos de planos para o futuro, e migrações futuras. Neste sentido, o inquérito apresentado foi também concebido para testar esses dois conjuntos de hipóteses formuladas previamente: primeiro que a experiência de formação pode ser encarada como etapa prévia de uma tentativa de imigração; ou que existe uma relação entre a mobilidade estudantil e um subsequente comportamento migratório; e em segundo lugar que esta experiência promove o desenvolvimento de uma identidade mais diversificada, de uma abertura internacional que se opera através da transformação individual despoletada pela familiaridade com o estrangeiro.

Este trabalho, e os seus resultados constituem uma modesta tentativa de captar alguns elementos da experiência dos estudantes de mobilidade internacional na Universidade do Porto. O que se pretende é apresentar um pequeno estudo de caso do impacto da mobilidade internacional, na instituição e especificamente a um nível mais individual e relacionado com a experiência dos estudantes, em si.

**Orientadores:** Professor Doutor Manuel Loff

**Data de defesa:** 22 de Novembro de 2011



Notas Biográficas de  
Autores

ANA SOFIA RIBEIRO é natural do Porto (n. 1982). É bolsista de pós-doutoramento da FCT, no CIDEHUS (Évora) e no CITCEM (Porto), com o projecto “Práticas comerciais e financeiras transnacionais e transimperiais no período da União Ibérica”. É Doutora em História com a tese *Mechanisms and criteria of cooperation in trading networks of the First Global Age. The case study of Simon Ruiz network, 1557-1597*, Mestre em Estudos Locais e Regionais e Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É também colaboradora do ATP Group (Applications in Theoretical Physics) da Universidade de Lisboa, tendo sido bolsista no projecto *Co-evolution and self-organization of cooperation (PTDC/FIS/101248/2008)*. Tem colaborado activamente em projectos de investigação como *DYNCOOPNET (Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-organizing Commercial Networks in the First Global Age)* e *DIGESCRAVOS – Digitalização de licenças de comércio de escravos*. Tem no prelo o livro *Convívios Difíceis: práticas, sensibilidades, sociabilidades na violência no Porto na segunda metade de setecentos (1750-1789)*.

BRUNO PINHEIRO é licenciado em História com Curso de Especialização em Ensino da História sendo, actualmente, Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”. Tem publicado diversos trabalhos nas áreas da História da Educação, História Contemporânea, Didáctica da História, História Social, entre outras.

CÁTIA ANTUNES é Professora Assistente no Instituto de História, Universidade de Leiden. Antunes obteve o grau em História *cum laude* (1998) na Universidade Nova de Lisboa (FCSH) e seu doutoramento em História Económica (2004) na Universidade de Leiden. O seu novo livro *Atlantic Entrepreneurship: Cross-Cultural Business Networks, 1580-1776* será brevemente apresentado ao público. A partir de Setembro de 2012, Antunes iniciará o seu novo projecto de investigação intitulado *Challenging Monopolies, Building Global Empires in the Early Modern Period*, financiado pelo programa VIDI da Fundação Nacional para a Ciência na Holanda (NWO).

CLÁUDIO AMARAL nasceu no Porto em 1983. É licenciado em História, pela FLUP, desde 2005. Nesse ano fez estágio científico-profissional – programa PRODEP III – no Arquivo Histórico Municipal do Porto. Em 2006, concluiu o Curso de Especialização em Ensino da História, na FLUP. Foi distinguido com o prémio Eng. António de Almeida, por licenciatura em História com classificação de 17 valores. Desde 2007, frequenta o Doutoramento em História, na FLUP, e incorporado na unidade de investigação CITCEM, trabalha na área de investigação da História da Energia, tendo sido Bolsista de Doutoramento da FCT entre 2008-2011. Contactos: [bruno\\_rp@sapo.pt](mailto:bruno_rp@sapo.pt); 916738236. É bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia com o projecto intitulado “O Ensino da História em Portugal (1947-2004)”.

DAVID PLOUVIEZ est maître de conférences en histoire moderne à l’université de Nantes (France). Il a soutenu une thèse de doctorat en 2009 dont le titre est « De la terre à la mer. La construction navale militaire française et ses réseaux économiques au XVIIIe siècle » (Présentation publiée dans la Revue d’Histoire Maritime, Paris, Presses Universitaires de Paris Sorbonne, n°14). Désormais, ses travaux portent sur l’étude des réseaux économiques et industriels qui ont permis à la France de construire et d’entretenir une flotte de guerre permanente.

HUGO SILVEIRA PEREIRA nasceu no Porto em 1979. Em 2005, licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Aqui obteve, três anos depois, o grau de mestre em História Contemporânea com uma tese sobre a relação entre o parlamento português e a construção ferroviária no período compreendido entre 1845 e 1860. Em 2008, iniciou o seu curso de doutoramento ainda na mesma universidade. Até 2012, publicou alguns artigos e participou em vários congressos com investigações sobre os caminhos-de-ferro portugueses e sobre história empresarial de Portugal. Lecionou ainda em instituições de ensino públicas e privadas, trabalhou na preparação de um inventário museológico, recolheu história oral e participou na elaboração do Dicionário de História Empresarial (dirigido pelos professores Amado Mendes e Miguel Figueira de Faria).

LUÍS GROSSO CORREIA é Professor Auxiliar do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”. Tem publicado diversos trabalhos nas áreas da História da Educação, Educação Comparada, Educação Histórica, entre outras. É bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia com o projecto pós-doutoral intitulado “O atraso educacional português segundo os estudos estatísticos internacionais (séculos XIX e XX)”. Contactos: [lgrosso@letras.up.pt](mailto:lgrosso@letras.up.pt)

MARCO OLIVEIRA BORGES nasceu em Cascais a 24 Setembro de 1984. É licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2010) e mestrando em História Marítima pela mesma instituição, onde defendeu uma tese intitulada *O Porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à Navegação e Defesa Costeira*. Foi bolseiro de mérito social pela Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Outubro de 2010 – Junho de 2011) e membro da comissão executiva da XV Reunião Internacional de História da Náutica (Ferrol, 2010). Colabora actualmente nos seguintes projectos de investigação: Dicionário de História Marítima, dir. de Francisco Contente Domingues, Jorge Moreira da Silva e Tiago Machado de Castro; Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo, coord. de Sérgio Campos Matos.

MARIA HELENA QUEIRÓS é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – Variante de Estudos Portugueses e mestre em Culturas Ibéricas (Época Moderna) com a dissertação «D. Fr. Luís de Santa Teresa (O.C.D.), Director Espiritual e Biógrafo. A Inacabada *Vida* de Josefa Maria da Trindade (O.S.B.)», 2 tomos (estudo e edição crítico-interpretativa de um manuscrito setecentista do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto), pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM na linha «Sociabilidades, práticas e formas do sentimento religioso», tem-se debruçado sobre a Jacobeia, o monacato feminino em Portugal, a biografia devota e a educação feminina (Ursulinas).  
Email: [helena.queiros.mail@gmail.com](mailto:helena.queiros.mail@gmail.com)

PAULA ALMEIDA MENDES é Licenciada em LLM / Estudos Portugueses (FLUP, 2004) e Mestre em Culturas Ibéricas – Época Moderna (FLUP, 2008), com a tese *Biografia e Espiritualidade em Portugal na Época Moderna: as “Vidas” de João Cardim, S.J. (1585-1615)*.  
É actualmente bolseira de Doutoramento da FCT. O seu campo de investigação centra-se no estudo da literatura de espiritualidade em Portugal (séculos XVI-XVIII).

RICARDO FERNANDO PINTO nasceu em Lisboa no ano de 1984. Licenciado em História e Arqueologia e mestre em História Moderna e Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, têm-se dedicado tanto ao estudo da Casa Real entre os séculos XVI e XVIII, respetivamente, às relações de clientela e patrocínio, como também a aspetos relacionados com a *história das mentalidades e das representações políticas* de que é apanágio a tese que desenvolveu em torno do *Processo de Dissolução do Casamento de D. Afonso VI com D. Maria Francisca Isabel de Saboia* e das «imagens» da «impotência», quer política quer sexual, que desencadearam o processo de deposição do rei Vitorioso. Colaborando com Maria Paula Marçal Lourenço, destaque-se, recentemente, o estudo de ambos sobre “A mesa das rainhas de Portugal (séculos XV-XVIII): etiqueta e simbólica», artigo incluído em *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, Ana Buescu e David Felismino (coord.), Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.  
Atualmente colaborador da Prof. Doutora Maria Paula Marçal Lourenço em projetos sobre Monarquia, Corte e Casa Real (séculos XVI-XVIII).

SARA PINTO é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Mestre em Estudos Locais e Regionais pela mesma instituição. Presentemente é aluna do Curso de Doutoramento em História na FLUP. Desde a licenciatura tem estado envolvida em diversos projectos de investigação na área da História Moderna. Actualmente é membro da unidade de investigação CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar - Cultura, Espaço e Memória) e investigadora do projecto DynCoopNet (Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Networks in the First Global Age), no âmbito do qual desenvolve a tese de doutoramento sobre análise espacial de redes mercantis na Época Moderna.

